

Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Francisco Messias Trindade Ferreira

**Viver e morrer no território do antigo
concelho de Eixo**
(1590-1910)

Área de Conhecimento:
Demografia Histórica

Trabalho efectuado sob a orientação de:
Professor Doutor Manuel Ardit Lucas
Professora Doutora Maria Noberta Amorim

Índice Geral

Resumo/Abstract	5
Agradecimentos	7
Introdução.....	9
Capítulo I – As fontes demográficas.....	23
Capítulo II – A técnica e o método.....	65
Capítulo III – Território, povoamento e população.....	93
Capítulo IV – Os movimentos gerais da população.....	179
Capítulo V – A sazonalidade.....	235
Capítulo VI – A nupcialidade.....	303
Capítulo VII – A fecundidade.....	353
Capítulo VIII – Ilegitimidade e Expostos	387
Capítulo IX – A mortalidade	433
Capítulo X – A mobilidade.....	533
Conclusão.....	557
Fontes e bibliografia.....	575
Índices.....	593

Resumo

O presente estudo tem como objecto uma comunidade de seis freguesias que integraram o antigo concelho de Eixo. Para a sua consecução foi aplicada a metodologia de reconstituição de paróquias assistida por computador. A análise demográfica efectuou-se com o auxílio do programa ADF 7.1.

Tendo sempre presentes as condições naturais e históricas que condicionaram e nortearam o povoamento da região, foi possível identificar três momentos importantes no devir das populações do antigo concelho.

O primeiro, balizado entre os anos de 1650 e 1710, caracteriza-se por ser uma fase de vigorosa expansão, consubstanciada em baixas idades ao casamento, num reduzido celibato definitivo, em raras crises de mortalidade e num diminuto valor da ilegitimidade. O segundo momento abrangeu o período 1710-1830, caracterizando-se por ser uma fase de estabilidade traduzida numa elevada idade média ao primeiro casamento, em escassas crises de mortalidade e numa ilegitimidade sem valores muito significativos.

Nesses dois períodos o reduzido número de crises de mortalidade encontra-se intimamente relacionado, não apenas com as condições geográficas e naturais, mas ainda com a forma como se organizava a produção e com a posse da terra. Esta última era um recurso a que quase todas as famílias tinham acesso - a prática de uma policultura intensiva fornecia os bens essenciais para o suprimento das necessidades básicas e facultava a criação de alguns excedentes.

O terceiro período decorre de 1830 até ao final do século XIX e caracteriza-se por ser uma fase de desagregação de todo o sistema até então construído. Trata-se de um momento de crise económica que se reflecte num crescendo do movimento migratório, em sucessivas crises de mortalidade, no aumento da idade média ao primeiro casamento e do celibato definitivo, assim como no incremento exponencial da ilegitimidade a par das concepções pré-nupciais. Este período regista um conjunto de alterações significativas no campo demográfico, reflexo de outras transformações mais profundas que se operavam na base estrutural sobre a qual assentava toda a vida do antigo concelho, representando uma ruptura significativa com o passado. Nos seus aspectos mais característicos, o fim do Antigo Regime terá, nesta época, tomado contornos de irreversibilidade.

Abstract

The object of the present study is a community of six parishes which integrated the former municipality of Eixo. The methodology applied was the reconstitution of parishes assisted by computer. The demographic analysis was carried out with the aid of the program ADF 7.1.

Considering the natural and historical circumstances that conditioned and oriented the occupation of the region, it was possible to identify three important moments concerning the populations of the old municipality of Eixo.

The first, from 1650 to 1710, is characterized as a phase of vigorous expansion, low marriage ages, reduced definitive celibacy, rare mortality crises and low illegitimacy. The second, from 1710 to 1830, is a period of stability, consisting of high average ages at first marriage, scarce mortality crises and insignificant illegitimacy.

In these two periods the reduced number of mortality crises is closely related, not only to the geographic and natural conditions, but also to the production organization and to land ownership. Property was available to almost all the families - the practice of intensive policulture supplied the essential goods and even created some surplus.

The third period elapses from 1830 to the end of the 19th century and is a phase of disaggregation of the system constructed until then. It is a moment of economic crisis which reflects itself in the growth of the migratory movement, in successive mortality crises, in the increase of the average age at first marriage and definitive celibacy, as well as in the exponential increment of illegitimacy and pre-nuptial conceptions. This period registers significant changes in the demographic context, which are a consequence of other deeper transformations operated in the structural basis of life in the former municipality of Eixo, representing a significant rupture with the past. By this time, in its more characteristic aspects, the end of Old Regimen had taken irreversibility contours.

Agradecimentos

Um trabalho desta natureza não é naturalmente obra de um só. De uma ou outra forma muitas pessoas deram o seu contributo para que a sua concretização fosse possível.

O primeiro agradecimento vai para o Professor Doutor Manuel Ardit Lucas, da Universidade de Valência, pela disponibilidade manifestada em orientar este trabalho. Os seus conhecimentos informáticos e o seu aplicativo ADF foram auxiliares precisos. Ao longo de cinco anos, a intensa correspondência via Internet proporcionou uma troca de ideias de grande relevância para o enriquecimento deste trabalho.

À Professora Doutora Norberta Amorim, que me introduziu nesta área há já nove anos, pela forma como se prontificou a co-orientar este trabalho e me acompanhou ao longo deste tempo, deixo o meu sincero obrigado. O seu apoio sempre presente, a exigência de rigor e as suas palavras de estímulo foram o bordão que possibilitou o termo deste empreendimento.

À Luisa, minha companheira nesta estrada da vida, que soube ter paciência, efectuou a ingrata tarefa de revisão do texto e sempre me apoiou, o meu sentido reconhecimento.

Uma palavra de agradecimento para o Dr. Artur Jorge de Almeida pelas inúmeras sugestões nas longas conversas que mantivemos. O meu agradecimento também ao Mestre Manuel Carvalho, por todos os elementos que desinteressadamente me forneceu e se revelaram de grande utilidade.

Ao Arquivo Distrital de Aveiro, em particular à sua Directora, por todas as facilidades concedidas, assim como às suas funcionárias, pela prontidão na satisfação das minhas “urgências” e pela simpatia com que sempre me atenderam, aqui fica o meu reconhecido agradecimento.

À Biblioteca Municipal de Aveiro, na pessoa da sua Directora, Dr.^a Madalena Pinheiro, agradeço as facilidades concedidas na consulta do Arquivo Histórico. Não posso também esquecer os funcionários da Biblioteca Municipal pelo acolhimento que me dispensaram ao longo de todo o tempo. À D. Carla Serôdio, funcionária do Arquivo Histórico pelo inestimável auxílio prestado, o meu agradecimento.

Aos párocos de Oliveirinha e Fermentelos, respectivamente, Padres António Nunes Antão e Costa Leite agradeço as facilidades concedidas na consulta dos arquivos do Cartório Paroquial e o esclarecimento de muitas dúvidas que me surgiam.

À Direcção Geral dos Registos e Notariado agradeço a autorização concedida para a consulta da documentação existente nas Conservatórias do Registo Civil de Aveiro e Águeda. Ao conservador do Registo Civil de Aveiro, Dr. Vítor Manuel da Graça Maia, o meu agradecimento pelas condições de trabalho que me disponibilizou ao longo dos vários meses de pesquisa.

Por fim, mas nem por isso menos importante, o meu agradecimento à Direcção-Geral da Administração Educativa (ex-DGAE) por me ter concedido a equiparação a bolseiro ao longo destes últimos cinco anos lectivos (2000-2005), sem a qual este trabalho não teria sido exequível.

A todos, enfim, o meu bem hajam.

Introdução

“Retratamos sociedades que pueden haber dejado sus propios monumentos, como los romanos, o no, como tantas culturas campesinas. A las primeras las liberamos de su autoproclamada grandeza: tratamos de no confundir como desearon que se las viera con lo que realmente eran. Y a las que no dejaron monumentos tratamos de liberarlas de los silencios que de ello derivan, ya impuestos por los demás, ya por sí mismas.”

John Lewis Gaddis, *El paisaje de la historia*¹

Ao preparar o projecto que esteve na base deste estudo alimentava-se a secreta ilusão de, ao estudar um espaço de dimensões relativamente reduzidas, se conseguir o desiderato de efectuar um trabalho de *história total*. À medida que se avançou na inventariação das fontes e na documentação disponível, o sonho esfumou-se perante a ingente tarefa que se anunciava. A massa documental disponível era enorme, dispersa por arquivos numerosos e distantes, o tempo disponível escasso e os recursos reduzidos. Aos poucos o projecto foi “emagrecendo”. Tornou-se mais “elegante” de forma a caber no “fato” que lhe estava determinado, sem ficar demasiado apertado ou excessivamente largo. O sonho inicial cedeu lugar ao inevitável pragmatismo da realidade.

¹ John Lewis Gaddis, *El paisaje de la historia. Como los historiadores representan el pasado*, Editorial Anagrama, Barcelona, pp. 181-182.

Nos prolegómenos a este género de trabalho é de alguma forma habitual expor-se, em linhas gerais, os objectivos a que se propõe, numa antecipação daquilo que se encontrará adiante. No caso presente propõem-se algumas reflexões sobre diversos aspectos relacionados com a investigação, as dificuldades sentidas, a forma de as ultrapassar e uma caracterização, ainda que sumária, do espaço territorial do âmbito deste trabalho.

A Demografia Histórica surge cada vez mais como o ponto de partida para uma nova *História Social*. Sem uma sólida base demográfica o estudo da sociedade corre o risco de se tornar um “castelo na areia” que não resiste a uma análise mais profunda. Foram, aliás, os trabalhos de Demografia Histórica que começaram a questionar a *História Social* tradicional, pois os resultados obtidos pela nova vaga de trabalhos demográficos não “encaixavam” nas compartimentações habituais dos diversos grupos sociais. As diferenças eram maiores do que as que se supunham existir e os comportamentos variavam significativamente dentro do mesmo grupo. O mundo urbano e o mundo rural, para além de configurarem realidades distintas, condicionavam cada grupo social de forma diferente, induzindo comportamentos diversos.

O salto para a nova *História Social* seria dado pelos próprios investigadores de Demografia Histórica, que dominavam as fontes primárias necessárias à elaboração dessa *História Social*. Para além disso o estreito contacto com essas fontes facultava-lhes uma sensibilidade particular e um conhecimento único do mundo em observação. Já no distante ano de 1984, Dupaquier realçava estas potencialidades, deixando também alguns avisos:

“Esta futura história social só será feita se os historiadores demógrafos consentirem em sair do seu estreito recinto, para alargar o seu campo de observações. Já vimos a riqueza que podemos extrair do levantamento e exploração dos registos civis, passando de uma demografia geral de comunidades, para uma demografia social diferencial. (...) Assim, torna-se indispen-

sável completar as informações extraídas dos registos civis, se quisermos evitar aparências enganadoras, buscando todo o tipo de fonte de história social que sirva a estes objectivos.”²

Noutros trabalhos, apresentados no mesmo ano, o autor destacava que o emprego das técnicas genealógicas permite “dois progressos fundamentais: estudar grupos sociais bem delimitados (...)” e “analisar a mobilidade geográfica e social do decorrer do tempo.”³ Sobre a utilidade das genealogias, independentemente do seu tipo (ascendente ou descendente), adiantava que “sob a condição de serem completas e de abrangerem um meio definido, as genealogias constituem-se em excelente material para a construção da história social.”⁴

O repto ficava lançado e a reconciliação com a Genealogia estava em marcha. Esta disciplina, durante largos anos considerada “parente pobre” da História, ganhava um aliado de peso. Ainda em 1984, um número especial dos *Annales de Démographie Historique*,⁵ dedicado ao tema “*Démographie Historique et Genealogie*”, aportava novas perspectivas de colaboração entre as duas disciplinas e propunha técnicas de exploração e análise de genealogias já elaboradas.⁶ De alguma forma recuperavam-se as técnicas empregues por Louis Henry, J. Houdaille, T. H. Hollingsworth, entre outros, em diversos trabalhos

² Jacques Dûpaquier, “Demografia Histórica e História Social”, in Maria Luiza Marcílio (org.), *População e Sociedade – Evolução das Sociedades Pré-Industriais*, Editora Vozes, Petrópolis, 1984, pág. 41-42.

³ J. Dûpaquier, *Pour La Démographie*, pág. 160.

⁴ J. Dûpaquier, “Demografia Histórica e História Social”, op. cit., pág. 29

⁵ *Annales de Démographie Historique*, Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 1984.

⁶ Citam-se alguns artigos relevantes sobre as possibilidades de colaboração entre estas duas ciências insertas na referida publicação: Alain Becchia, “Étude des comportements démographiques et des mutations sociales à travers la reconstitution de lignées”; Alain Bideau, et Michel Poulain, “De la généalogie à la démographie historique: généalogie ascendente et analyse démographique”; René Jetté, et Hubert Charbonneau, “Généalogies descendentes et analyse démographique”; Martine Sengalen, “L’usage de la généalogie dans une recherche sur les structures de l’alliance dans le pays bigouden sud”.

pioneiros efectuados sobre as famílias burguesas de Genebra,⁷ o patriciado de Milão⁸ e os Pares ingleses.⁹

Esta “redescoberta” da utilidade das genealogias surgiu na sequência de uma crise da Demografia Histórica, sendo particularmente questionada a representatividade das análises das famílias reconstituídas quanto ao significado estatístico dos resultados e à representatividade das famílias seleccionadas e das paróquias. Para René Jetté e H. Charbonneau “*Le recours aux généalogies descendentes permet de contourner la plupart de ces problèmes.*”¹⁰ Este recurso permite não só ultrapassar os problemas detectados, como abrir novas perspectivas de análise. Alain Becchia aponta algumas: “*...l'étude des mutations sociales; la diffusion des pratiques malthusiennes (mise en évidence, selon les réseaux lignagers, d'une diffusion familiale ou au contraire de zones de résistance); les aspects ethnographiques.*”¹¹ Com estas possibilidades de diálogo e interacção entre Demografia Histórica e Genealogia, abrem-se as portas a uma *Demografia Histórica* centrada na análise diferencial e a uma *Genealogia Social*, distinguindo-se esta da *Genealogia clássica* por duas características fundamentais, conforme apontou Adeline Daumard:

“Elles [as genealogias sociais] relèvent systématiquement les données permettant de préciser la position sociale des générations successives et son évolution. Ensuite elles sont rayonnantes. Elles partent d'un noyau central (...) s'attachent à rechercher les ascendants de chacun des deux époux. Elles relèvent intégralement les enfants et petits-enfants du couple central, les frères et les sœurs des deux époux et leur postérité. L'attention portée à la ligne féminine, aux cadets et aux collatéraux permet d'apprécier les réalités et le mécanisme des changements de

⁷ Louis Henry, *Anciennes familles genevoises. Étude démographique: XVI^e-XX^e siècle*, Paris, P.U.F., cahier de l'INED, n^o 26, 1956.

⁸ Louis Henry e Jacques Houdaille, “Caractéristiques démographiques du patriciat de Milan”, in *Population*, 1974, n^o 29 (4-5).

⁹ T. H. Hollingsworth, “The Demography of the British Peerage”, supplement de *Population Studies*, 1964, 18 (2).

¹⁰ René Jetté, et Hubert Charbonneau, “Généalogies descendentes et analyse démographique” in *Annales de Démographie Historique*, Editions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 1984, pág. 52.

¹¹ Alain Becchia, “Étude des comportements démographiques et des mutations sociales à travers la reconstitution de lignées”, in *Annales de Démographie Historique*, Editions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 1984, pág. 44.

condition ainsi que de mesurer le rôle des circonstances, des individus et des réseaux de relation dans l'évolution ou la permanence des structures sociales".¹²

A necessidade de uma renovação metodológica era uma realidade decorrente tanto das críticas acima expostas quanto da grande quantidade de reconstituições já efectuadas, particularmente em França e Espanha, que começavam a evidenciar repetições quase desnecessárias. Não se trata de abandonar nem de reformular metodologias mas tão só de procurar novos caminhos.

Estes seriam abertos pelas inúmeras possibilidades que o mundo informático colocava à disposição, sendo os genealogistas quem de forma mais rápida e eficaz o adoptou como meio de trabalho. Os historiadores-demógrafos viram na informática a fórmula adequada para a recolha de dados e o processamento dos mesmos, e também sonharam com a possibilidade de uma reconstituição automática de famílias ou paróquias. Este último objectivo parece no entanto irrealizável e contraproducente. A reconstituição automática não dispensa a introdução manual dos dados no suporte informático e o grande número de casos duvidosos obriga a uma intervenção constante do investigador. Não é de crer, neste caso, que os ganhos em termos de resultados sejam consideráveis em face do tempo dispendido.

Pelo menos no contexto português, a reconstituição automática de paróquias afigura-se impossível, dadas as características dos registos paroquiais e a ausência de regras de transmissão dos apelidos nas populações antigas. Assim, o cabal aproveitamento dos meios informáticos não incluirá certamente este procedimento. Para além da inegável utilidade na forma expedita como se realizam os complexos cálculos de análise e da facilidade com que se cons-

¹² Adeline Daumard, "Les genealogies sociales: un des fondements de l'Histoire sociale comparative et quantitative", in *Annales de Démographie Historique*, Editions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 1984, pág. 23.

troem as bases de dados demográficas, outra capacidade tem sido descurada: a utilização da Internet para disponibilização dos dados já tratados.¹³

Na condição de os dados acessíveis por esta via serem completos, torna-se possível colmatar informação não disponível nas paróquias. A título de exemplo imagine-se que existia uma base de dados referente às paróquias das cidades de Lisboa e Porto, centros de atracção por excelência de muitos migrantes. A disponibilidade de informação sobre óbitos e casamentos respeitantes a essas duas cidades permitiria um estudo mais aprofundado sob o ponto de vista da freguesia de origem e aclararia muitas dúvidas a respeito de variáveis de estudo complexo, como a mobilidade e a mortalidade infantil.

As possibilidades que se abrem são, na realidade, tentadoras. Para além do emprego da informática na recolha da informação, de carácter demográfico ou outro, respeitante a cada indivíduo ou família, o emprego da Internet para troca de informações ou divulgação de resultados representa um passo importante no progresso da Demografia Histórica.

O estímulo para o trabalho do investigador decorre de algumas vertentes novas só agora tornadas possíveis. Por um lado, no que respeita à micro-análise, todo o trabalho de recolha de dados realiza-se de forma mais rápida e segura. Por outro, a necessidade de cotejar resultados e a facilidade com que se efectua essa comparação (dada a homogeneidade das fontes, dos instrumentos de trabalho e da metodologia predefinida) abre a possibilidade de trabalhos em mais larga escala.

A possibilidade de cruzamento de dados do mesmo tipo é uma realidade que alarga e amplia o espaço de observação e estimula o trabalho em equipa. A análise dos resultados e a busca de respostas para as questões levantadas

¹³ Esta experiência tem sido ensaiada com sucesso pelo Núcleo de Estudos da População e Sociedade (NEPS) do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Os genealogistas há muito tempo intercambiam informação graças ao formato *standard* Ged, chegando a fundir linhas genealógicas completas. A aplicação deste padrão de dados para troca de informações demográficas/genealógicas permitirá, no futuro, a fusão de paróquias completas.

“empurram” o historiador para domínios de âmbito intra e interdisciplinar que o levam a recorrer aos serviços de outras disciplinas, sejam elas do quadro das ciências humanas ou exactas. Não o fazer significa auto-condenar-se à esterilidade dos números.

O estudo do território que agora se apresenta não aborda a demografia da sua população sob o ponto de vista da análise diferencial, por duas ordens de razões fundamentais, nomeadamente o desenvolvimento da Demografia Histórica em Portugal e o “*background*” necessário à realização de trabalhos de demografia diferencial.

Relativamente ao primeiro aspecto referido verifica-se que, em Portugal, a Demografia Histórica não se desenvolveu como noutros países, nomeadamente França ou Espanha, pelo que o conhecimento da realidade demográfica portuguesa das populações antigas é bastante limitado. Com excepção dos trabalhos sobre a região do Minho e dos Açores, impulsionados por Norberta Amorim, o restante território continental permanece ainda numa obscuridade acentuada. Têm sido trabalhadas algumas paróquias de Trás-os-Montes e da Beira Litoral, mas estas são ainda insuficientes para caracterizar as respectivas regiões de forma precisa. Quanto ao Alentejo o conhecimento é ainda escasso, limitando-se principalmente a trabalhos sobre a mortalidade. A região algarvia é também mal conhecida e o interior beirão permanece uma incógnita. Com uma ou outra excepção, o estudo da demografia dos meios urbanos encontra-se igualmente por realizar.

Ao lançar este estudo sobre as seis paróquias que integravam o antigo concelho de Eixo, situado na região da Beira Litoral, procurou-se sobretudo trazer ao conhecimento um conjunto significativo de freguesias, que de alguma forma pudesse ajudar a compor o mosaico do conhecimento demográfico da região. Trata-se do primeiro estudo a englobar um agregado de paróquias situadas na margem esquerda do rio Vouga. Porque se afigurou importante conhecer os aspectos demográficos destas populações, privilegiou-se um estudo mais clás-

sico das mesmas, procedendo-se quer à análise individualizada de cada uma das freguesias quer à do conjunto por elas formado.

A segunda razão apontada para não se optar por um estudo de demografia diferencial prende-se com aspectos metodológicos estreitamente relacionados com o insuficiente desenvolvimento da Demografia Histórica, anteriormente referido. Avançar para análises diferenciais aprofundadas requer um conhecimento prévio da população que se pretende estudar, para melhor se adequar o grau de incidência da observação e se efectuar uma cuidadosa selecção do objecto de análise. Ora, no caso vertente, tal conhecimento não existia. Foi necessário, por esta ordem de ideias, construir esse conhecimento previamente, recaindo a opção na abordagem clássica de forma a criar um ponto de partida para investigações futuras, assentes num conhecimento mais preciso da população e do meio onde ela se inseria.

Qualquer investigação sobre uma população requer um conhecimento adequado do meio e da história da comunidade que constitui objecto de estudo. Este conhecimento permite, naturalmente, interpretações mais coerentes, podendo um conhecimento superficial, em última instância, levar a conclusões erróneas no momento da interpretação dos fenómenos demográficos na sua extensão mais lata.

Ao iniciar este trabalho beneficiou-se de um conhecimento prévio de toda a região. Conhecia-se *in loco* a geografia, a toponímia e um pouco da história. Tal facto não invalidou que se reexaminassem esses e outros conhecimentos através de uma investigação mais aprofundada, que nem sempre foi fácil e por vezes mesmo exasperante.¹⁴ À medida que se compulsava a documentação emergiam novas leituras sobre a realidade da região, que alteravam significativamente a visão inicial.

¹⁴ Exemplo dessa situação é a quase inexistência dos livros da Câmara de Eixo. Sobreviveram, por motivos que se expõem no corpo do trabalho, apenas cinco, correspondentes aos últimos mandados camarários.

Caracterizar o antigo concelho não se afigura fácil. Inicialmente era composto por dois grandes núcleos populacionais: Eixo (sede do concelho) e Requeixo. O primeiro prefigurava-se como um pequeno burgo com ares de urbanidade; o segundo era nitidamente rural. A actividade económica predominante era, naturalmente, a agricultura. Os campos envolventes formados a partir dos aluviões dos rios que os banhavam e fertilizados pelas cheias anuais tornaram-se terrenos de elevada produtividade agrícola. Pelos elevados rendimentos que facultava, não era de estranhar que Eixo fosse uma terra cobiçada pelos senhores. O foral de 1516 indica que as principais produções agrícolas do concelho se traduziam em milho painço, trigo, cevada, aveia e centeio. Em 1849 ensaiou-se a cultura do arroz nos vales pantanosos, em especial no do Arrujo, que se revelou de alta produtividade e rendimento permitindo aliviar o estrangulamento económico em que se encontravam os agricultores.¹⁵

Mas os eixenses não viviam apenas da agricultura, se bem que esta desempenhasse um papel muito significativo. Nos livros paroquiais encontram-se inúmeras referências a variadas profissões e actividades. Destacam-se duas, ligadas a ofícios que tiveram um peso apreciável nesta terra ao longo do Antigo Regime: a olaria e a caldeiraria.

A olaria desempenhou um papel significativo no concelho até meados do século XIX, estando a sua actividade dispersa por diversos lugares situados próximos das fontes de matérias-primas necessárias para a sua laboração. Foi, no entanto, mais marcante a arte da caldeiraria. A presença de caldeireiros em Eixo é inicialmente atestada nos registos paroquiais, num casamento datado de 1660. Para além deste, compulsaram-se, no século XVII, mais seis casos, no século XVIII, mais de trinta e, no século XIX, sete, todos inequivocamente identificados.

¹⁵ A carta de Lei de 1 de Julho de 1867 veio proibir a cultura de arroz, pretextando razões de salubridade pública. O resultado foi notoriamente contraproducente: não só os agricultores se viram privados de uma fonte de rendimento que lhes equilibrava as finanças, como os terrenos dessas regiões pantanosas, anteriormente tratados, voltaram ao seu estado inicial de pântano.

Tratava-se de uma “*indústria*” importante, no dizer de Pinho Leal, “*em quanto foi uma espécie de monopólio d’esta villa, d’onde estes artefactos se hiam vender para uma grande parte das terras do reino; mas tem decahido depois que se vulgarisaram taes fabricas, e as obras de folha-de-flandres.*”¹⁶ Venâncio Dias de Figueiredo Vieira¹⁷ confirma a implantação desta arte na antiga vila de Eixo, admitindo no entanto que “*... esta indústria, até certa época, pode dizer-se que foi monopólio de Eixo, e então se fizeram boas casas com ela*”.¹⁸ Confirma ainda, em nota de rodapé, que em 1749 os caldeireiros desempenhavam os cargos de Vereadores e Juizes da vila na Câmara de Eixo, referindo inclusivamente a riqueza de um deles, ao caso José Dias de Carvalho (1746-1825), que à hora da morte deixara uma fortuna de 60 contos de réis em moeda, não contando com os restantes bens de raiz.¹⁹

Vítima, principalmente, do elevado preço das matérias-primas, mas também da concorrência (inicialmente da folha de Flandres e posteriormente do alumínio, materiais mais baratos, mais leves e produzidos em série nas fábricas), a arte da caldeiraria ressentiu-se de forma quase dramática. Esta crise traduziu-se no progressivo abandono da arte, não tanto pela desistência daqueles que a exerciam, mas sobretudo devido à ausência de continuadores, que preferiam outros trabalhos mais leves e com rendimentos fixos no final do mês.

Naturalmente, existiram no antigo concelho outras actividades de carácter artesanal. Entre muitas, refiram-se as de peneireiros, sombreireiros, alfaiates, sapateiros, padeiras (esta em especial no século XIX) e moleiros. O seu número era, no entanto, reduzido em termos de efectivos e talvez mesmo em termos de peso social.

¹⁶ A. Soares de Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno – Diccionario Geographico, Estatistico, Corographico, Heraldico, Archeologico, Histórico, Biographico e Etymologico de Todas as Cidades, Villas e Freguezias de Portugal e de grande numero de aldeias*, Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, Lisboa, 1874. Entrada: *Eixo*.

¹⁷ Venâncio Dias de Figueiredo Vieira, “Memória sobre a vila de Eixo”, in *Boletim Municipal de Aveiro*, Ano II, nº3, Abril de 1984. Entre outras funções públicas, foi este autor Presidente da Junta de Eixo entre 1878 e 1881.

¹⁸ Idem, *ibidem*

¹⁹ Idem, *ibidem*

Na vila de Eixo situava-se também o chamado sector de “serviços”, abrangendo várias profissões, desde as ligadas ao funcionalismo público da época, às profissões liberais – médicos, professores, cirurgiões-barbeiros, advogados, tabeliães e boticários.

Para além de sede de concelho, Eixo era cabeça de almoxarifado, neste caso da Casa de Bragança. Este formava um território ainda amplo, uma vez que abrangia Eixo e os concelhos de Paus, Óis da Ribeira e Vilarinho do Bairro. Isto significava que, à escala, era uma sede de poder, onde se encontravam as autoridades civis em quem a Casa de Bragança delegara competências de administração.

O presente trabalho não abrange, no entanto, o território do almoxarifado de Eixo. Este seria demasiado vasto e disperso. Optou-se, antes, por circunscrever o objecto de estudo ao espaço territorial do antigo concelho de Eixo aquando da sua máxima extensão, que ocorreu no período de 1836 a 1854. Esta opção fundamenta-se num conjunto de factores significativos que definem a região.

O primeiro a ser considerado foi, sem margem para dúvidas, o factor geográfico, pois a região apresenta características geológicas, climáticas e orográficas que lhe conferem uma unidade distinta. Para além destas emerge outra característica comum: um meio rural, muito ligado à rede fluvial que lhe dava corpo e unidade, com um centro administrativo que, embora de segunda grandeza, lhe servia de referência.

Um segundo factor prende-se com as divisões administrativas que impendiam sobre o território. Existiam três tipos de administração neste espaço: régia, senhorial e religiosa. Estes não eram de forma alguma coincidentes²⁰ – o

²⁰ O capítulo III deste trabalho *Território, Povoamento e População*, aborda com maior pormenor esta questão.

território concelhio estava retalhado por parcelas senhoriais e termos de outros concelhos; o senhorio de Bragança era superior em extensão ao espaço concelhio (o espaço do almoxarifado); a divisão religiosa alheava-se da posse civil do território e englobava nas suas fronteiras territórios de outros concelhos ou senhorios. Não havia sob o ponto de vista administrativo qualquer unidade clara do território, embora a que mais se aproximava daquilo que se definiu por “*território do antigo concelho de Eixo*”, fosse a religiosa. O lugar de Horta, por exemplo, pertencia em termos de concelho, até 1836 a Segadães, em termos religiosos à freguesia de Eixo e em termos de senhorio à Casa de Bragança. Este é apenas um caso da complexidade das divisões que se poderia multiplicar várias vezes.

Um terceiro factor diz respeito aos comportamentos das populações. Estas mostravam-se superiores às divisões artificiais, cumprindo as suas obrigações religiosas ou civis no foro respectivo, mas agindo no que de restante lhes dizia respeito de acordo com as suas conveniências de vizinhança. Essas conveniências tendiam a confluir em direcção a Eixo, não apenas por ser a sede do concelho (ou exactamente por esse motivo), mas por ser um local onde poderiam encontrar o que não existia nas suas aldeias ou povoações: um tabelião, um médico, uma botica, etc....

Em resumo, o antigo concelho de Eixo constituía um espaço socio-económico que extravasava os limites artificialmente impostos pelas conveniências dos ditames senhoriais ou religiosos. A estes sobrepõe-se uma unidade demográfica patente nos comportamentos comuns ao longo de mais de trezentos anos. O trabalho que se apresenta procura caracterizar essa unidade, nesse tempo e nesse espaço.

Capítulo I – As fontes demográficas

As fontes demográficas	25
Caracterização das fontes principais	28
Os registos paroquiais	31
Freguesia de Eixo – fontes principais e párocos.....	33
Freguesia da Oliveirinha – fontes principais e párocos.....	46
Freguesia de Requeixo – fontes principais e párocos	48
Freguesia de Nariz – fontes principais e párocos	51
Freguesia de Fermentelos – fontes principais e párocos.....	51
Freguesia de Eirol – fontes principais e párocos	52
As fontes secundárias	55
Os róis de confessados	55
Freguesia de Eixo.....	58
Freguesia de Oliveirinha.....	58
Freguesia de Fermentelos.....	58
Fontes complementares.....	60
Habilitações do Santo Ofício	60
Os Recenseamentos Militares.....	62
Os Recenseamentos Eleitorais	62
Os Testamentos	63
Os Tombos do Almojarifado de Eixo	63

As fontes demográficas

Toda a ciência humana sem uma poderosa base demográfica não é outra coisa que um castelo de cartas; toda a história que não recorra à demografia priva-se do melhor instrumento de análise.¹

Não há economia onde não houver população, não existe sociedade onde não existirem pessoas, não se encontra mentalidade, cultura, política, religião onde o Homem estiver ausente. Tudo é obra do Homem, ser individual e simultaneamente colectivo. Fez-se história económica deixando de lado o aspecto demográfico; fez-se história social que só viu o lado económico; fez-se história das mentalidades olhando apenas para as elites. É neste contexto de revitalização e mantendo a ideia de uma História feita, não por figuras, mas pela gente anónima que se começou por romper com o quadro já considerado tradicional e a procurar novos caminhos, a abrir campos de investigação. Maria Luiza Marcílio afirma que *“não se trata mais do estudo restrito, limitado das grandes figuras, dos heróis ou das camadas dominantes e donas do poder, das cabeças coroadas ou dos sangues enobrecidos. Foram, sobretudo, as massas silenciosas, dominadas a maior parte das vezes, não letradas, que a Demografia Histórica teve por objecto.”*²

¹ Pierre Chaunu, *Historia, Ciencia Social – La duración, el espacio y el hombre en la época moderna*, Ediciones Encuentro, S.A., Madrid, 1985, pág. 401.

² Maria Luiza Marcílio, (org.), “Introdução”, in Maria Luiza Marcílio, (org.), *População e Sociedade: evolução das sociedades pré-industriais*, Petrópolis, Vozes, 1984, pág. 11.

A originalidade da Demografia Histórica vai assentar em quatro pilares que lhe são exclusivos e se enunciam abaixo, e sem intenção de atribuir qualquer ordem de prioridade.

- a) Não dispõe de estatísticas feitas, mas tem de as construir a partir de fontes específicas.
- b) Essas fontes não foram criadas com o objectivo de conhecimento científico, mas para permitirem um controlo da população pelas autoridades políticas, administrativas, militares, religiosas ou fiscais.
- c) O tratamento das fontes exigiu a elaboração de metodologias e técnicas completamente novas, que permaneceram em contínua evolução e aperfeiçoamento.
- d) Criou-se uma nova Demografia, assente na análise longitudinal, por oposição à típica análise transversal da Demografia clássica. Este foi um dos grandes contributos da História: ao introduzir a perspectiva da longa duração, as populações deixam de ser vistas como uma fotografia (do tipo *“retrato de família”*), integrando antes uma *“longa-metragem”*.

As fontes demográficas disponíveis para a realização desta investigação não são muito variadas, o que não significa ausência de riqueza informativa. Por uma questão de organização, para a pesquisa demográfica e a reconstituição das paróquias dividiram-se as fontes em três categorias, de acordo com a sua relevância: principais, secundárias e complementares.

As primeiras são compostas pelos livros de registo paroquial: baptismos, casamentos e óbitos. A sua característica principal é a sequência cronológica, mais ou menos contínua ao longo do tempo, e a abrangência. São séries respeitantes à população de uma determinada freguesia, que acompanham o dia a dia dos seus habitantes em actos públicos e sociais. É uma visão diacrónica, a longa duração, a *“história em bruto”* da sua gente, a maior parte dela comum, simples e não ilustre. A existência deste tipo de fontes é fundamental para a reconstituição de uma paróquia, para o refazer das dinâmicas familiares e para

a análise demográfica. É também ponto de partida para investigações em outras áreas do conhecimento ligadas à população.

Na segunda categoria de fontes, as secundárias, incluiu-se um tipo particular de documentação, designada por “róis de confessados”, “livros da desobriga” ou ainda *Liber status animarum*. Ao contrário das anteriores, não fornecem uma visão diacrónica, mas sincrónica. Estas fontes permitem a leitura de uma população num determinado momento. São um recenseamento dos habitantes por ruas, lugares e fogos; referem por vezes as categorias socioprofissionais; mostram a composição dos agregados familiares, a estrutura etária destes e da população em geral. Trata-se, no fundo, de uma radiografia quase completa de uma sociedade. Quase completa porque, frequentemente, os menores de sete anos não aparecem nos róis, por não terem ainda atingido a idade para receberem os sacramentos da confissão e da comunhão. Infelizmente, nem todas as paróquias os conservaram e, quando se encontram, são uma verdadeira bênção para o investigador. Uma das grandes utilidades dos róis, por vezes desaproveitada, é permitir a colocação de um final de observação para os indivíduos de quem não se possui a data de óbito, ou outra qualquer informação. A presença dos mesmos num determinado rol permite colocar, no limite mínimo, um ponto de garantia da assistência do sujeito em observação na comunidade respectiva. Em suma, os róis de confessados oferecem alguma informação sobre indivíduos de que apenas se conhece o baptismo ou o nascimento.

Finalmente, a terceira categoria de fontes, designadas por complementares, é constituída pelo conjunto das que não têm carácter especificamente demográfico, mas que de alguma forma fornecem elementos passíveis de complementar, verificar e enriquecer as informações demográficas previamente recolhidas. São fontes parcelares ou sectoriais em termos de população, pois não abrangem todo o universo demográfico de uma paróquia. Enquadram-se neste campo os livros de traslado de testamentos (nem todos faziam testamento), os de recenseamento militar (apenas abrangem os indivíduos do sexo masculino), os de recenseamento eleitoral (encontram-se arrolados como eleitores ou elegíveis apenas indivíduos do sexo masculino com rendimentos acima de

determinados valores), as *Habilitações para Familiares do Santo Ofício* (abrange apenas homens, mas fornecem preciosos elementos para o encadeamento genealógico), os Tombos de propriedade (desde que indicados os confrontantes dos prédios), os livros de registo de passaportes, entre outros e citando apenas as fontes utilizadas para reconstituir a população do antigo concelho de Eixo.

Caracterização das fontes principais

Apesar de todas as vicissitudes e problemas detectáveis, os registos paroquiais continuam a ser a melhor, se não mesmo, na maior parte dos casos, a única fonte de acesso a dados sobre uma população de um determinado território no período pré-estatístico. Elaborados a partir de um princípio teórico de base diária, embora se saiba que nem sempre tal acontecia, subjazem, em cada acto respeitante ao indivíduo, as grandes linhas de evolução do movimento natural de toda uma comunidade ao longo de vários anos, décadas ou mesmo séculos. Estas linhas de evolução projectam toda uma cronologia do palpitar da vida de uma comunidade, das ocasiões de maiores ou menores dificuldades, dos momentos de maior desafogo e conforto da vida de um povo.

No entanto não há fontes perfeitas ou ideais e os registos paroquiais não o serão certamente. Produzidas por homens, também reflectem os seus erros, hábitos, vícios, imperfeições e incúrias; sobre elas também recaiu a inexorável actuação do elemento tempo, que deteriorou e corroeu muita da informação nelas contida, hoje absolutamente irrecuperável. Assim como irrecuperáveis serão também muitos dos livros que conheceram as agruras do descaminho e terão acabado os seus dias de forma inglória no fundo de um triste saco de farrapeiro ou, mais ignominiosamente, numa qualquer montureira. Outros tiveram sorte um pouco melhor indo parar às mãos de um qualquer particular que os guarda ciosamente a sete chaves como se de um tesouro se tratasse, não os deixando ver a luz do dia. Os que sobreviveram, e apesar de tudo foram bas-

tantes, aí estão para contar as muitas alegrias, mas também as mágoas e a dor que percorreram muitas famílias daquelas comunidades de antanho.

No entanto, e apesar do seu valor único e inestimável como fonte de conhecimento da população do passado, estas fontes escondem algumas armadilhas que poderão lançar por terra, sem remissão, o trabalho de um investigador menos experiente ou precavido. Apesar de sobre elas se ter exercido, na época, uma apertada tentativa de controlo de qualidade por parte das autoridades eclesiásticas, efectuado de forma mais ou menos eficiente conforme o zelo do Visitador que a espaços regulares efectuava a inspecção dos livros, houve sempre um elemento destabilizador a perturbar o rigor e precisão que se pretendia, e a que nem as mais variadas penas pecuniárias ou espirituais conseguiam por cobro. Eram erros por omissão, descuido, hábitos profundamente enraizados ou mesmo resistência (deliberada ou inconsciente) à aceitação de mudanças ou alterações. Qualquer deste tipo de incorrecções pode assumir consequências mais ou menos gravosas para o investigador. Se, por exemplo, a desordem cronológica dos registos indicia a possibilidade de subregisto, que até poderá ser pontual e não dificultar a identificação dos intervenientes do acto, já a resistência à escrituração, por exemplo, dos óbitos de menores de sete anos por parte dos responsáveis pelos registos paroquiais consubstancia um forma de pensamento muito precisa, que necessita de ser explicitada.

As fontes de natureza paroquial empregues no estudo da demografia do passado foram produzidas de acordo com as necessidades da época, em conformidade com os fins e objectivos a que se destinavam, respeitando o interesse da informação considerada relevante por quem a recolhia. Ora, o que muitas vezes se considera erro, omissão ou falha na documentação coeva não é mais que a transposição do desejo do investigador de ter fontes adequadas ou perfeitas para o seu trabalho de investigação. Tome-se pois como exemplo a mortalidade infantil e dos menores de sete anos nos registos paroquiais. É um drama, para qualquer investigador, quando as fontes não respondem de forma cabal a esse objecto de estudo, mas se o enfoque da observação se colocar do

lado de quem produziu a documentação e dos fins para os quais ela se destinava tudo se torna mais nítido.

Concretizando, os registos paroquiais serviam a necessidade de controlar os comportamentos da população católica de uma determinada comunidade. “O *baptismo implicava a entrada na Igreja, a inclusão da criança na população católica. Ele deveria servir para verificar a satisfação de outros preceitos em fases posteriores do ciclo de vida.*”³ O falecimento de uma criança antes do baptismo ou mesmo pouco tempo depois retirava esse elemento da comunidade. Mas como retirar alguém de um local, se nem sequer nele ainda entrara? Daí que, “*a inclusão sistemática dos baptismos e óbitos dessas crianças poderia constituir um esforço “irracional” quando encarado sob o ponto de vista da racionalidade própria do pároco.*”⁴ Justificando assim a ausência de registos de mortalidade neonatal, a mortalidade dos chamados menores assumia contornos análogos. Estes indivíduos não eram, em termos práticos e apesar de terem recebido o sacramento do baptismo, membros de pleno direito da comunidade cristã. Para acederem a esse estatuto teriam ainda de receber os sacramentos da confissão e da eucaristia. Sob este prisma conclui-se de forma fácil que o “erro” não reside na fonte, mas naquilo que se pretende que a fonte diga; confunde-se “erro” com a mentalidade vigente à época.

As omissões são muitas e de tipo variado, mas podem ser agrupadas em dois grandes núcleos: as voluntárias e as involuntárias. As primeiras são aquelas em que deliberadamente se verifica a ausência de registos, como a não escrituração de óbitos de adultos ou mesmo de jovens pelo facto de a família não possuir meios económicos para satisfação dos serviços religiosos de defuntos devido ao seu grau de pobreza ou mesmo por simples desleixo e incúria do responsável paroquial (neste caso não há suspeita de falta de registos, mas largos lapsos de tempo em que estes são inexistentes ou esparsos). As omissões involuntárias surgem sobretudo pela convicção do redactor de

³ João Arriscado Nunes, “Do “cultural” no processo de produção das fontes para a demografia histórica e história da família”, Porto, 1987, Instituto de Cultura Portuguesa, pág. 125.

⁴ João Arriscado Nunes, “Do “cultural” no processo de produção das fontes ...”, op. cit., pág. 125.

que os elementos apostos eram suficientes para a identificação do indivíduo (e na realidade talvez o fossem na época), revelando-se actualmente incapazes de ajudar a produzir uma identificação positiva, o que acontece com alguma facilidade nos registos de óbito. Levando em consideração que muitas paróquias, em particular nas regiões norte e centro do país e ilhas, eram meios pequenos onde toda a gente se conhecia e era reconhecida, torna-se também fácil admitir a frequência destas omissões, causadas não por desejo ou vontade mas por se considerar suficiente a informação registada.

Tendo sempre presentes os condicionalismos inerentes às próprias fontes demográficas, é aconselhável a permanente crítica das mesmas e o aproveitamento por parte do investigador de todos os dados passíveis de fornecer elementos esclarecedores e complementares noutras fontes tradicionalmente não empregues na reconstituição de paróquias ou famílias.

Os registos paroquiais

Determinada a existência dos registos paroquiais pelo Concílio de Trento, em 1563, a sua aplicação, apesar de tudo, não foi universal até à imposição do Ritual Romano, pelo papa Paulo V, em 1614.⁵ No entanto, em Portugal, a transposição das decretais de Trento não se fez esperar muito. As *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra*, datadas de 1591, expressam muito claramente a obrigatoriedade da existência desses livros de registo e indicam

⁵ Jacques e Michel Dupâquier, *Histoire de la Démographie*, Paris, 1985, Librairie Académique Perrin, pág. 49 e seguintes. Os autores atribuem uma origem obscura aos registos paroquiais, e entendem que apenas com a reforma tridentina ganham forma e se instituem, embora de forma desigual no tempo, na Europa. Sem negarem a existência de registos anteriores ao século XVI, interpretam a sua existência como uma acção dos Bispos de algumas dioceses e não como um acto concertado da mais alta hierarquia da Igreja. Realçam, a título de curiosidade, o facto do rei Afonso IV de Portugal ter ordenado o registo dos casamentos em 1352, o que significa a intervenção do poder civil na esfera religiosa.

ainda os formulários a adoptar em cada tipo de registo⁶. No seu Título II, sobre o sacramento do Baptismo⁷, pode ler-se:

“Ordenamos, & mandamos (...) que em cada Igreja de nosso Bispado, onde houver Pia Bautismal, haja hum livro á custa do Prior, ou Reytor, encadernado, que tenha seis, ou sete maõs de papel, ou as que, segundo a quantidade dos freguezes, parecer que bastarãõ para cinquenta annos: o qual será assinado pelo Provizor, ou Vizitador, & pelos ditos Piores, Reytores, ou Curas na primeyra, & derradeyra folha; & no cabo por sua letra porá o numero das folhas do dito livro, & se porá assim assinado na arca ou thesouro da dita Igreja, ou onde estaõ encerrados os óleos: na primeyra parte do qual o dito Reytor, ou Cura escreverà o dia, mez, & anno, & o nome da criança, que se bautizar, & de seu Pay, & May, sendo havidos por martido, & molher; ou naõ sendo, escreverà somente o nome da Mãy, & o nome dos Padrinhos, & Madrinhas, que apresentarem ao bautismo; ou ao por dos óleos, quando em cazo de necessidade a criança he bautizada fora da Igreja, donde saõ moradores: & o nome do que o bautizou; dizendo assim. Aos tantos dias de tal mez, & de tal anno eu foaõ, Reytor, ou Cura, ou Clérigo, bautizey a foaõ, filho de foaõ, & de foaã, & foraõ seus Padrinhos foaã, & foaõ.”

O § 6 versa sobre os crismados: *“Em outra parte do livro se assentarãõ as crianças, que de sua freguezia forem crismadas, & quem as crismou, & o Padrinho, dia, mez, & anno da crisma.”* De igual modo, o § 7 aborda os matrimónios: *“Em outra parte se escreverãõ as pessoas, que se cazarem, o dia, mez, & anno, e quẽ foraõ as testemunhas, & quẽ as cazou”*; o § 8 trata dos defuntos: *“E em outra parte do livro se escreverãõ pelo dito Reytor, ou Cura os nomes dos que em sua Igreja falecerem, & o dia, mez, & anno; & os nomes dos testamenteyros, se fizera testamento”*. Curiosamente, as Constituições do Arcebispado de Braga (um dos mais antigos da Península Ibérica) que de forma mais cuidada e precisa regulamentam os registos paroquiais datam de 1639.⁸ No Bispado do Porto são apenas as Constituições de 1687, de D. João de Sousa, publicadas em 1690, que tratam de forma objectiva esta matéria.

⁶ *Constituicoens Synodaes do Bispado de Coimbra*, feitas e ordenadas em synodo pelo illustrissimo Senhor Dom Afonso de Castel Branco Bispo de Coimbra, Conde de Arganil, do Conselho Del Rey N. S. etc. e por seu mandado impressas em Coimbra, anno 1591. E novamente impressas no anno de 1730.

⁷ *Constituicoens Synodaes do Bispado de Coimbra*, Constituição VI, § 5, pág. 10

⁸ Cf. Norberta Amorim, Guimarães (1580-1819) – *Estudo Demográfico*, Lisboa, 1987, Instituto Nacional de Investigação Científica, pág. 40.

Mas já anteriormente, em 1548, nas *Constituições synodales do bispado de Coimbra*,⁹ o Bispo D. João Soares determina na *Const. VIII*:

“Desejando tirar toda matéria de demandas e contendas maiormente em os casos matrimoniaes e por nam aver memoria dos padrinhos que foram no baptismo e na crisma (...) se seguem muytos illicitos ajuntamentos e se empedem outros lícitos por falsas testemunhas. Ordenamos e mandamos (alem do que per nossas visitasões expressamente estaa mādado) que em cada igreja de nosso bispado onde ouver pia baptismal aja hum libro aa custa do prior ou reytor encadernado que tenha seys ou sete mãos de papel: ou as que segundo a quantidade dos fregueses parecer que bastara para cinquenta annos (...).”

Esta disposição terá sido aparentemente cumprida em muitas freguesias pois em várias delas existem livros paroquiais, como são os casos de S. Miguel (datando o primeiro livro de 1570), Espírito Santo (1589) e Vera-Cruz (1572), todas em Aveiro; também de Arcos (1582), Avelãs de Cima (1576), Moita (1565), Sangalhos (1551) e Vila Nova de Monsarros (1551), todas no actual concelho de Anadia; ou ainda de Ventosa do Bairro (1577), na Mealhada, e de Oliveira do Bairro no concelho do mesmo nome. Os livros desta última freguesia são anteriores às disposições de 1548, datando o primeiro de 1544.

A análise individualizada das fontes de cada uma das seis paróquias que integraram o antigo concelho de Eixo proporciona uma ideia mais clara do que foi a sua elaboração nesta região ao longo do tempo e, de alguma forma, permite a aferição da sua qualidade tendo em vista o objectivo final – a reconstituição das várias paróquias.

Freguesia de Eixo – fontes principais e párocos

Na freguesia de Eixo, as fontes principais sobre as quais assenta este trabalho de reconstituição de paróquias são os livros de registo paroquial existentes no Arquivo Distrital de Aveiro, abrangendo o período 1589-1902, assim como os

⁹ *Constituições synodales do bispado de Coimbra*, Coymbra: per loão da Barreyra e loã Aluarez, 1548.

que se reportam ao período 1903-1910 existentes nos Registo Civil de Aveiro. O fundo documental existente no Arquivo Distrital de Aveiro respeitante a esta freguesia tem início em 1589, sendo esta a data do primeiro livro de registos existente, reportando-se este aos óbitos desse mesmo ano (ainda que incompleto) e seguintes.¹⁰

Ao longo dos anos em análise, foram vários os párocos responsáveis pela paróquia em apreço e, conseqüentemente, pela feitura dos assentos concernentes aos actos vitais dos seus paroquianos. No entanto, atendendo à dimensão da freguesia, que abrangeu até 1849 o espaço e as gentes daquela que viria a ser a freguesia da Oliveirinha, os párocos tiveram sempre coadjutores, que os auxiliavam nestas e noutras tarefas respeitantes à administração religiosa da paróquia. Foram reitores da igreja de Eixo, de 1589 a 1910, os seguintes presbíteros:

- 1585–1618 – Domingos Rodrigues
- 1618–1660 – António de Almeida Pinto
- 1661-1666 – Valentim Pinto de Almeida
- 1666-1681 – Doutor Alexandre Toscano de Azevedo
- 1681-1710 – Diogo de Morais Cabral
- 1710-1730 – Manuel Antunes Varela
- 1734-1752 – Manuel do Nascimento Feio
- 1752-1795 – João Correia da Costa
- 1795-1830 – Manuel Francisco da Silva
- 1830-1834 – Paulo da Costa Andrade e Morais
- 1834-1843 – Manuel Ferreira da Costa (reitor interino)
- 1843-1852 – José Rodrigues Ferreira
- 1852–1863 – Francisco dos Santos Brandão
- 1863–1871 – Onofre Ferreira dos Santos
- 1871–1892 – José Tavares Pinheiro

¹⁰ Durante o levantamento dos dados verificou-se existir uma parte significativa do livro de baptismos respeitante ao século XVII, mais concretamente aos anos compreendidos entre 1666 e 1681, com sinais evidentes de degradação acelerada, correndo o risco de, a breve trecho, ficar completamente inutilizado e, como tal, perdido para sempre.

1893–1903 – Joaquim da Silva Neto

1903–1907 – Florindo Nunes da Silva

1907–1940 – Manuel da Cruz

De uma forma geral, os registos paroquiais encontram-se bem conservados, ainda que, no presente, estejam organizados de uma forma diferente da original. Os livros, inicialmente mistos, foram desmanchados e encadernados com capas duras e separados por baptismos, casamentos e óbitos, provavelmente na segunda metade do século XVIII ou primeira do XIX. Todavia, a encadernação dos primeiros volumes de cada um dos tipos de acto foi efectuada de forma displicente: os livros não apresentam a ordem cronológica correcta, chegando a existir duas a três ordens de numeração na mesma página; verifica-se ainda a falta de algumas folhas. No entanto, houve a preocupação por parte do encadernador de recuperar os fólios mais danificados.

Os registos iniciais, do tempo do Reitor Domingos Rodrigues, estiveram quase sempre a cargo de um seu coadjutor, o padre Pedro Afonso. Este não efectuava registos de qualidade exemplar, no entanto os atributos dos mesmos são quase sempre suficientes para permitir uma identificação dos intervenientes nos actos. A excepção prende-se com os registos de óbito, que primam em muitos casos pela escassez de elementos facilitadores da identificação dos defuntos. Aparentemente não há falta de folhas, e os registos seguem sem sobressaltos a ordem cronológica. Um pormenor aponta para a existência de pelo menos um livro anterior a 1590. Encontra-se logo de entrada no livro de casamentos, referido pelo padre Pedro Afonso e diz o seguinte: *“Estes que asima comesam stao scriptos no livro uelho e comessasse a screver aqui todos os casados da era de 91 annos.”*¹¹

Este cura era certamente homem de completa confiança do Reitor Domingos Rodrigues. Quando este faleceu e o novo Reitor, o padre António de Almeida Pinto, tomou posse, a 8 de Agosto de 1618, algo se terá passado entre os dois. No livro de baptismos o novo Reitor escreveu: *“Daqui por diante comesei a*

¹¹ Arquivo Distrital de Aveiro (ADAVR), *Registos Paroquiais de Eixo*, Casamentos, nº 8, fol. 1.

*asentar as crianças que se baptizarão que que [sic] foi o primeiro aos vinte e seis do mês de Agosto e tomey posse desta igreja aos onze do mesmo mês. António de Almeida Pinto.*¹² O cura Pedro Afonso não mais efectuou qualquer registo, fosse de baptismo, casamento ou óbito, mas deixou uma mensagem nas últimas folhas do livro de óbitos, em forma de despedida, num estilo que expressa alguma mágoa:

“Eu padre Pedro Afonso conteúdo em este livro servi em esta igreja de cura trinta annos (ilegível) e vim de Esgueira donde sou natural sendo de vinte e quatro annos e sinquo meses. Os primeiros sinco annos servi por apresentaçois do padre Brás João vigário que esta em gloria e cartas de cura de cada anno as quais foraõ do principio de Março de oitenta e oito e acabaraõ em principio de Maio de noventa e três; e os vinte e sinco e sinco [sic] meses servi por apresentação do padre Domingos Rodrigues prior que foi desta igreja que Deos tenha em sua gloria a qual apresentação me deu em sua vida e eu servi todos estes annos por huma carta de confirmação que me fez o senhor Bispo dom Afonço de Castel Branco. E o dito prior falleceo aos quinze dias do mês de Julho de seicentos e dezoito e eu ainda servi ate doze de Agosto da dita era por mandado do senhor Bispo dom Afonso Furtado de Mendonça Bispo de Coimbra. E asinei esta que fiz aos 26 de Agosto da dita era de 1618. E tinha do partido vinte mil reis o pe de altar cada anno.

*Pedro Afonso”*¹³

Não se pode dizer que a documentação deixada pelo Reitor António de Almeida Pinto seja exemplar. Muito longe disso. Se nos primeiros dois anos ainda foi existindo alguma ordem e coerência, a partir da década de 1620 instala-se uma notória anarquia: livros mal conservados e com falta de folhas, registos sem ordem cronológica e de qualidade muito duvidosa, caligrafia irregular, etc. A título de exemplo, apresenta-se um registo de casamento impossível de tratar, já referente ao ano de 1620: *“Recebi duas filhas de Pedro Gonçalves das Quintas de Gonçalo Gonçalves com dous irmaos e moraõ na freguezia do Spirito Sancto de Aveiro. Almeida.*¹⁴ Os óbitos registados também não são melhores: *“faleceraõ a João António da Mouta sinquo filhos que tinha; dous eraõ de sete annos asima e os outros para baixo. Almeida. [deu mil reis.*

¹² ADAVR, *Registos Paroquiais de Eixo*, Baptismos, nº 1, fol. 103vº.

¹³ ADAVR, *Registos Paroquiais de Eixo*, Óbitos, nº 11, fol. 135.

¹⁴ ADAVR, *Registos Paroquiais de Eixo*, Casamentos, nº 8, fol. 271v.

O *mais deve*]¹⁵ Aparentemente, as preocupações com os registos de óbitos eram outras, uma vez que os mesmos se encontram enxameados com anotações do género: “*deu 1320 deve o mais*”¹⁶ ou “*deve 500*”¹⁷. Os óbitos apresentam-se sem interrupções, com registos de qualidade muito variável, embora se note alguma dificuldade na identificação dos defuntos, sendo vulgar o aparecimento de registos do tipo “*Aos dd de mm do anno aaaa faleceu x, solteiro do lugar y*”, sem qualquer outro identificador. Mesmo contando com o auxílio, ainda que em momentos distintos, de três coadjutores, os padres Tomé André, Frutuoso de Macedo e Pedro Fernandes, as coisas não melhoraram significativamente.

O Reitor António Pinto de Almeida faleceu a 15 de Novembro de 1660 e o seu sucessor, Padre Valentim Pinto de Almeida, no pouco tempo que esteve à frente dos destinos da freguesia, procurou pôr alguma ordem na qualidade dos registos. Deixou uma imagem de tentativa de reorganização da paróquia, o que se deduz da presença de alguns coadjutores a trabalhar em permanência. Os registos, facilmente legíveis e razoavelmente completos, em função das normas da época, são feitos e assinados por três padres distintos para além do próprio pároco: Manuel Freire, Manuel da Costa Camelo e Manuel Coelho.

Valentim Pinto de Almeida faleceu a 18 de Fevereiro de 1665. O pároco que se seguiu foi, como o anterior, apresentado pela administração da Casa de Bragança, desta vez a 22 de Março de 1666. Seria confirmado a 7 do mês seguinte pelo vigário capitular de Coimbra, face à situação de *sede vacante* existente no bispado.¹⁸ Natural de Águeda (como se pode ver escrito pelo seu próprio punho, quando se indica como padrinho num baptizado realizado a 3 de Setembro de 1673), o Doutor Alexandre Toscano de Azevedo procedeu rapidamente a uma reforma dos livros de registo paroquial, abrindo um novo volume comportando baptismos, casamentos e óbitos. Apesar de ter ainda uti-

¹⁵ ADAVR, *Registos Paroquiais de Eixo*, Óbitos, nº 11, fol. 37.

¹⁶ ADAVR, *Registos Paroquiais de Eixo*, Óbitos, nº 11, fol. 37v.

¹⁷ ADAVR, *Registos Paroquiais de Eixo*, Óbitos, nº 11, fol. 38v.

¹⁸ Venâncio Dias de Figueiredo Vieira, *Memória sobre a vila de Eixo*, op. cit.; todavia, parece ter havido um pequeno lapso na data de posse, já que o próprio pároco, como se pode ver na transcrição da folha inicial do 3º livro, afirma que tomou posse da igreja a 9 de Abril de 1666.

lizado o livro anterior, transcreveu para o novo os registos que tinha feito.¹⁹ Não deixa de ser curiosa a forma como iniciou o livro: após uma breve descrição, expõe o que se poderia considerar uma síntese do seu *curriculum vitæ*. Fica a transcrição da primeira folha:

“3º livro

dos Baptizados, cazados, e defunctos desta freguezia de

S. Isidoro da villa de Eixo:

em forma que

Os Baptizados começam a folhas 2

Os Cazados começam a folhas 90

Os defunctos começam a folhas 140

O Doutor Alexandre Toscano de Azevedo, Theólogo Speculativo, Collegial no Real Collegio da Purificação da Universidade de Evora, Examinador que foi dous annos dos Lecenciados na mesma Universidade, Pregador aprovado nos tres Arcebispados deste Reino, Rector que foi de S. Salvador de Tangil Arcebispado de Braga, por promoção de Sua Magestade tomou posse desta Igreja aos 9 de Abril de 1666 annos.”

Em Janeiro de 1677, após 200 folhas de baptismos, casamentos e óbitos, abriu o quarto livro, também de “*baptismos, de defunctos e de recebimentos*”. Cuidadoso e esmerado no tratamento dado aos assentos, estes mostram-se dignos de toda a confiança pela execução minuciosa e pelo afã de precisão. A letra redonda e bem cuidada, sem rasuras nem abreviaturas (para além do vulgar P.^o), executada em linhas perfeitamente direitas, com raros entrelinhados, respeitava uma “métrica”, quase a 100% cumprida, de quatro registos de baptismo, dois de casamentos e quatro de óbitos por página, obedecendo a um formulário quase invariável. Apesar dos actos de baptismo serem efectuados, na maior parte dos casos, pelos coadjutores, o seu registo assim como os de casamento e óbito eram exclusivos deste pároco.²⁰ Nas situações em que pre-

¹⁹ Foi a parte deste novo livro respeitante aos baptismos que se transcreveu. O facto de designar o novo livro por 3º dá crédito à informação do Padre Pedro Afonso sobre a existência de um livro anterior a 1589.

²⁰ A título de exemplo veja-se um registo de baptismo (grafa-se a negrito o texto quase invariável): “**Aos três dias do mês de Setembro do anno de mil seiscentos e setenta e três, o Padre António Coelho Coadjutor nesta Igreja baptizou nella a hum menino que ouve por**

via uma dificuldade na identificação do baptizado pela eventual existência de homónimos, não deixava de referir, pelo menos, o nome do avô paterno, nem de indicar se o padrinho e a madrinha eram solteiros (neste caso, colocava ainda a indicação da filiação e, no caso da madrinha ser casada, o nome do marido e lugar de residência). Outro aspecto que não omitido era a alcunha que os indivíduos possuíam e, por vezes, também a profissão.

Nos registos de óbitos merecem realce quatro aspectos: está registada a existência ou não de testamento e, no primeiro caso, são transcritos os legados pios e os sufrágios; são indicados os menores de 14 anos mas maiores de 7 (ficam pois excluídos os menores de 7 anos); aparece registado o dia em que se fizeram os ofícios por alma daqueles que estavam ausentes e se soube terem morrido;²¹ por vezes é indicada a profissão do defunto e a causa da morte.

No entanto, surgiram alguns problemas, nomeadamente no que diz respeito à conservação dos registos, em particular no livro iniciado em 1666. A tinta empregue era demasiado “forte” para o papel, tendo daí resultado o efeito vulgar de “papel queimado” ou “rendilhado”. Este efeito foi ainda observado em vida do pároco, que procurou remediar a situação transcrevendo, à margem do registo e com uma tinta muito mais fraca, os elementos necessários à identificação.

O Doutor Alexandre Toscano de Azevedo faleceu a 9 de Janeiro de 1681. Sucedeu-lhe no lugar o Padre Diogo de Morais Cabral, também apresentado

nome João filho de João André, e de sua mulher Maria João moradores no lugar da Costa do Vallado; forão padrinhos Manoel Francisco do mesmo lugar da Costa, e Maria João mulher de Manoel Gaspar da Granja de Cima; de que fiz este assento, que assinei, dia, mês, anno, ut supra”. ADAVR, *Registos Paroquiais de Eixo*, Baptismos, nº 1C, fol. 72v.

²¹ Transcrevem-se dois registos de óbito referentes a situações deste género, que se encontram no livro de registos designado por **4º Livro dos Defunctos desta freguezia de S.º Izidoro da villa de Eixo**. (ADAVR, *Registos Paroquiais de Eixo*, Óbitos, nº 11, fol. 3v):

“Aos doze, treze, e quatorze dias do mês de Abril do anno de mil e seiscentos, e setenta e sete fiz os tres officios de dia mês e alma pelo abzente Joseph filho de Manoel João da Azenha de Baixo, por me constar aver maes de quinze annos que não avia noticia delle, e se ter por morto; de que fiz este assento que assinei dia, mês, e anno ut supra.”

“Aos vinte e oito, vinte e nove, e trinta dias do mês de Abril do anno de mil, e seiscentos, e setenta e nove fiz os três officios de dia, mês, e anno pello abzente Domingos filho de Maria João viúva da Granja, por me constar ter falleccido; de que fiz este assento, que assinei, dia, mês, e anno ut supra.”

pelo administrador da Casa de Bragança, ao tempo o Príncipe Regente D. Pedro. Tomou posse a 28 de Fevereiro, após confirmação pelo bispo de Coimbra, D. Frei Álvaro de S. Boaventura.²² A qualidade geral dos registos mantém-se em termos de conteúdos, embora num nível inferior ao do seu antecessor em moldes de “apresentação gráfica”. As abreviaturas aparecem em quantidade significativa, mas são de fácil descodificação. A 9 de Julho de 1688, o facto de usar algarismos nos assentos de baptismo valeu-lhe uma advertência do Visitador.²³

Entre 10 de Outubro de 1683 e 10 de Dezembro de 1702 (e esta é a falha mais grave), os assentos de casamento não apresentam a indicação dos pais dos contraentes, limitando-se à sua naturalidade e às testemunhas do acto. Esta situação inviabilizava à partida o encadeamento genealógico dos vários indivíduos. No entanto, conseguiu-se, ainda que de forma não generalizada e por intermédio de referências contidas noutros registos (nomeadamente nas indicações referentes aos padrinhos), efectuar o encadeamento genealógico de um número significativo de casos. Situações como esta podem ser parcialmente ultrapassadas quer da forma referida quer ainda recorrendo a outras fontes, como testamentos, documentação notarial ou tombos de propriedade²⁴.

A 19 de Novembro de 1709 expirou o Padre Diogo Cabral. Sucedeu-lhe no cargo, a 12 de Março de 1710, o Padre Manuel Antunes Varela. A qualidade dos registos efectuados por este reitor é significativamente inferior, comparativamente aos anteriores, e não deixa de ser curioso observar que a deterioração caligráfica acompanha o avançar da idade. Nos últimos assentos lançados, a letra tornou-se completamente irregular e enviesada, ocupando apenas metade da largura da folha; o tamanho também era variável, predominando a letra de dimensões muito acima do normal, o que leva a inferir que o pároco tinha problemas de visão. Frequentemente repete no início da linha seguinte

²² Venâncio Dias de Figueiredo Vieira, “Memória...”, op. cit., pág. 62.

²³ ADAVR, *Registos Paroquiais de Eixo*, Baptismos, n.º 1, fl.97v.

²⁴ Neste caso, e uma vez que tal exigiria um trabalho minucioso de pesquisa e análise que o factor tempo não permitia, utilizaram-se apenas as indicações referentes aos padrinhos e os tombos da propriedade.

aquilo que escrevera no final da anterior, sintoma de alguma degradação da saúde mental.

Todavia, já anteriormente os Visitadores haviam feito repetidas chamadas de atenção para pequenos pormenores nos registos, como “*declare sempre de onde são oriundos os pais dos baptizados*”, ou “*declare donde são oriundos os pais dos contraentes, e os assinará o reverendo pároco com nome inteiro*”, ou ainda, no caso dos óbitos, que fossem indicadas as missas, ofícios e legados pios daqueles que deixavam testamento. Isto, em 1711, porque em 1715 o Visitador obrigava à declaração do dia do nascimento, nos baptismos, e à assinatura das testemunhas, nos termos de casamento.

No entanto, este pároco fornece indicações preciosas, apesar de sintéticas, a respeito das fontes e da própria freguesia: as informações paroquiais prestadas no âmbito do inquérito de 1721. Nelas descreve, em termos gerais, a freguesia e seus lugares, a igreja matriz e outras capelas da freguesia. No campo das fontes o relevo é maior, uma vez que o pároco efectuou um inventário dos livros de registo paroquial. Assim, e segundo ele, existiam na freguesia onze livros de registos de recebimentos, baptizados e defuntos (com indicação das respectivas características e datas de início):

- 1 - Livro de baptizados, recebimentos e defuntos (iniciado em 1650),
- 2 - Livro de baptizados, recebimentos e defuntos (iniciado em 1666),
- 3 - Livro de baptizados (iniciado em 1677),
- 4 - Livro de baptizados (iniciado em 1694),
- 5 - Livro de baptizados (iniciado em 1712) e na altura ainda em uso,
- 6 - Livro de defuntos (iniciado em 1677),
- 7 - Livro de defuntos (iniciado em 1687),
- 8 - Livro de defuntos (iniciado em 1717) e na altura ainda em uso,
- 9 - Livro de casamentos (iniciado em 1677),
- 10 - Livro de casamentos (iniciado em 1691),
- 11 - Livro de casamentos (iniciado em 1714) e na altura ainda em uso.

Conclui-se que, já em 1721, andavam desaparecidos os livros respeitantes aos períodos 1590–1650 e anterior, uma vez que os exemplares indicados em 2 e 3 são dados pelo Doutor Alexandre Toscano de Azevedo como sendo, respectivamente, o terceiro e quarto da ordem, presumindo-se que o referido com o número um fosse, naturalmente, o segundo. É possível que o desaparecimento tenha ocorrido aquando da transferência de bens da velha para a nova matriz, cuja construção terminara poucos anos antes de 1721. De qualquer forma, os livros desencaminhados, com excepção do anterior a 1590, reapareceram a tempo de serem incorporados nos novos volumes, encadernados, como se disse, na segunda metade do século XVIII ou na primeira do século XIX. Ao reitor Manuel Antunes Varela, falecido em 08 de Abril de 1730, sucedeu interinamente Manuel Coelho da Silva.

Após quatro anos de espera pela nomeação de novo reitor, é indicado para presidir aos destinos da freguesia o Reverendo Manuel do Nascimento Feio, que toma posse a 5 de Abril de 1734. Durante o interregno que mediou a nomeação deste novo pároco, começaram a ser lançados nos registos de baptismos os nomes dos avós dos baptizados. Parece não ter sido muito pacífica, nem mesmo fácil, a actuação deste pároco ao longo dos dezoito anos que permaneceu à frente da paróquia. Atestam-no as sucessivas chamadas de atenção dos Visitadores, exaradas nos livros de registo paroquial, para que colocasse os dias do nascimento nos assentos de baptismo, para que não usasse abreviaturas nem algarismos, para que as testemunhas assinassem os registos de casamento, para que indicasse, na margem dos óbitos, os sufrágios realizados e a situação dos paroquianos ao óbito (se pobres ou não) e para outros pormenores que não foram, todavia, impeditivos da identificação das pessoas em causa. No entanto, as multas a que o pároco se arriscava eram elevadas, a ponto de o Visitador, em Agosto de 1751, presumivelmente cansado das repetidas advertências e por se compadecer da avançada idade e estado de saúde do pároco, ter declarado no livro de baptismos:

"Achei grandes faltas em vários assentos deste livro (...) que assim se achava [o pároco] nos termos de uma grave condenação pecuniária; porém inclinando-me à piedade o relevo por ora;

e para futuro lhe comunico a pena de quinhentos reis para cada uma falta em que for compreendido.”²⁵

Tais preocupações revelaram-se desnecessárias, uma vez que o Pároco acabaria por não apresentar contas ao Visitador, por ter falecido poucos meses após esta visita (a 20 de Abril de 1752). O pároco seguinte, João Correia da Costa, foi caso singular de longevidade à frente da paróquia. Tendo tomado posse a 19 de Dezembro de 1752, permaneceu no cargo até à sua morte, a 20 de Janeiro de 1794, ou seja, durante quarenta e um anos e alguns meses. Os registos por ele efectuados são rigorosos e formalmente correctos, não merecendo qualquer reparo ou condenação por parte dos vários Visitadores que passaram pela paróquia, com a excepção de uma recomendação, em 1758, para que indique os sufrágios por alma dos falecidos:

*“Em Visitação. O Reverendo Parocho com toda a efficacia de seo espirito e zelo de sua doutrina persuada a seos fregueses à grande conveniência espiritual que resulta a suas almas em fazerem disposições quando estão moribundos, em que deixam missas e outros sufragios com que satisfação por suas culpas no Purgatório não fiando nem confiando de seos parentes esta diligencia, pois a experiencia tem mostrado que ainda aquelles que maiores e mais copiosas heranças perceberão de seos progenitores se tem mostrado mais ingratos, não conservando sua lembrança mais que enquanto soão os sinos da igreja. Como a outro intento disse a sabiencia divina, periat mimoria corciam cum sonita. E fazendo disposição vagas descreva esta toda nos assentos, fazendo especial distincção das missas e sufragios na forma que os applicarão os moribundos. Agosto, 31 de 1758.”*²⁶

A caligrafia do Pároco João Correia da Costa é muito regular e não oferece qualquer dificuldade de leitura. Teve o mérito de deixar três testemunhos sobre a paróquia: um, em 1758, referente a novas informações paroquiais; outro, em 1763, de resposta ao interrogatório do Provisor do Bispado de Coimbra; um terceiro, em 1775, resultante de um inquérito promovido pelo Bispo da recém-criada Diocese de Aveiro²⁷.

²⁵ ADAVR, *Registos Paroquiais de Eixo*, Baptismos, nº 3, folha 335.

²⁶ ADAVR, *Registos Paroquiais de Eixo*, Óbitos, nº 12, folha 108v.

²⁷ Sobre as respostas a este e outros inquéritos se dará conta no capítulo dedicado à evolução demográfica das paróquias.

O pároco que lhe sucedeu, Manuel Francisco da Silva, tomou posse da paróquia em 25 de Junho de 1795. A sua caligrafia não apresenta dificuldades de leitura superiores ao habitual para a época e os registos estão razoavelmente bem elaborados, o que é confirmado pelas Visitações efectuadas entre 1797 e 1807. A partir desta última data, e porque apenas voltou a haver nova Visitação em 1817, a situação degrada-se a ponto do Visitador chamar a atenção para vários aspectos observados. No que diz respeito aos baptismos, reparou na falta de assinaturas e na ausência de indicação da naturalidade dos pais e avós dos baptizados; nos casamentos, apontou a falta de declaração de testemunhas e/ou respectivas assinaturas; nos óbitos (e aqui mais grave), deu conta da desorganização cronológica (o que leva a supor a existência de subregisto). A advertência mais severa pode ser considerada a que o Visitador Silvestre Freire de Faria e Costa registou a folhas 140v.^o e 141 do livro 13 referente aos óbitos da freguesia:

“Se os termos ou assentos dos óbitos fossem escriptos no dia do óbito, ou nos três seguintes immediatamente não se erraria talvez o assento notado a fl. 138v.^o, nem se inverteria a ordem chronologica nos assentos a fl.110. E como da imperfeição, ou falta de similares assentos podem resultar damnos irreparaveis, que as Constituições diocesanas tiverão muito em vista atalhar; e o tempo relativo aquella escripturação, assim como a formula comprida da solennidade dos mesmos assentos se tenha omitido nas Constituições Sinodais de Coimbra, por isso recomendo muito a observancia das do Porto, que no Liv. 4 Tit. 11 Const. 5 mandão que os ditos assentos se façam dentro daquelles tres dias com declaração dos pais do defuncto, ou do seo conjuge.

Não somente é este dever extensivo aos óbitos das maiores, e menores, de cujos assentos communmente cogitão mais os párocos; porque a generalidade das palavras objectivas das Constituições, e o seo espírito comprehende os mesmos óbitos dos meninos, infantes, impuberes, puberes, sendo certo que a respeito destes se verifica a mesma razão tendente a evitar esses prejuizos resultantes da omissão da facção dos referidos assentos.

Respondendo à proposta verbal do Rev.^o Reitor sobre a omissão dos officios dos intestados em consequencia do temor de lides, digo que deve continuar a facção destes officios tão pios e tão favoráveis às almas daquelles intestados; porque assim o determinão as Constituições, e a Pastoral do Sr. Bispo D. António de Vasconcelos e Sousa de 2 de Julho de 1715; e longe de haver legislação civil patria em contrário são auxiliadas as ditas Constituições e Pastoral pela Carta Régia do Sr. D. João 5.^o de 8 de Maio de 1715; pela Lei do Sr. D. José de 25 de Junho de 1776 § 5.^o e pelo Decreto da Sr.^a D. Maria 1.^a de 30 de Junho de 1790. E já no tempo do Sr. D. Sebastião Resol. de 18 de Julho de 1560 era authorizado o pagamento ou oblação dos Bens

d'Almas. Sendo certo que outras Constituições do Direito Civil Lusitano promulgadas por avisos dos secretários se não oppoem ao referido principalmente não recebendo o Reverendo Reitor Dizimos. Visitação de 19 de Novembro de 1817.

*Silvestre Freire de Faria e Costa*²⁸

A partir de então, o pároco foi obrigado a redigir os assentos no prazo de três dias a contar da comunicação do óbito e, ainda, a registar os óbitos dos menores, apesar de se reconhecer que, neste ponto, os párocos ofereciam mais resistência ao cumprimento do estipulado nas Constituições Sinodais. Manuel Francisco da Silva faleceu a 15 de Outubro de 1828, ficando a freguesia sem reitor durante ano e meio. Esteve, nesse período, entregue ao governo interino do Padre Manuel Ferreira da Costa até à nomeação do pároco seguinte, o Padre Paulo da Costa Andrade e Moraes.

A história deste pároco não deixa de ser intrigante. Nomeado a 29 de Maio de 1830 por D. Miguel, em pleno período de agitação político-militar, desaparece subitamente depois do dia 14 de Julho de 1834 (data do último registo por ele efectuado e assinado), ficando novamente como reitor interino o Padre Manuel Ferreira da Costa, que fez e assinou o seu primeiro registo a 21 de Julho do mesmo ano. Este episódio revela-se estranho se considerarmos que, a 10 de Maio de 1830, tinha o pároco jurado e assinado o termo de reconhecimento e obediência a D. Maria II.

O Padre Manuel Ferreira da Costa manteve-se na condição de reitor interino até 15 de Julho de 1843, altura em que é nomeado reitor titular da freguesia o Padre José Rodrigues Ferreira (anteriormente coadjutor de Manuel Francisco da Silva, de Paulo da Costa e do próprio Manuel Ferreira da Costa). O aspecto mais significativo que se encontra nos registos paroquiais durante o tempo de interinidade de Manuel Ferreira da Costa e do reitor José Rodrigues Ferreira é o elevado número de assentos registados por página. Chegam a aparecer onze registos de baptismos e outros tantos de óbitos. A letra é extremamente pequena e compacta, o que torna penosa a leitura. No entanto, os dados essen-

²⁸ ADAVR, *Registos Paroquiais de Eixo*, Óbitos, nº 13, folha 140v e 141.

ciais estão todos presentes. Foi no tempo deste último reitor que se procedeu à divisão da freguesia de Eixo em duas – Eixo e Oliveirinha, pelo decreto de 2 de Maio de 1849.²⁹

O pároco seguinte, Francisco dos Santos Brandão, tendo primeiro passado algum tempo como pároco da novel freguesia de Oliveirinha, foi nomeado reitor de Eixo, orientando a paróquia a partir de 6 de Março de 1852. Tomou posse efectiva a 8 de Julho do mesmo ano e manteve-se no cargo até ser substituído, a 24 de Março de 1863, por Onofre Ferreira dos Santos, que nela se manteve até 1871. Após a retirada deste pároco, a 15 de Março de 1871, a freguesia foi entregue ao Padre José Tavares Pinheiro, que nela se manteve até ser nomeado pároco de Travassô, sua terra natal, em 1892. Sucedeu-lhe o Padre Joaquim da Silva Neto, que dirigiu a paróquia de 31 de Julho de 1892 a 25 de Julho de 1903. De 1903 a 1907 os destinos da paróquia ficaram a cargo do Padre Florindo Nunes da Silva que neste último ano passou o testemunho ao padre Manuel da Cruz. Este ainda se mantinha à frente da freguesia no ano de 1911.

Pouco há a referir em relação aos registos, que aparentemente tinham entrado na normalidade mesmo antes da publicação do decreto de 2 de Abril de 1862. Nos registos de óbito surgem com regularidade, a partir desta data, os assentos de menores de um ano; mas convém referir que, na década de 1850 alguns desses óbitos já eram registados, embora de forma não sistemática.

Freguesia de Oliveirinha – fontes principais e párocos

Os primeiros livros paroquiais desta freguesia surgem com a sua criação, em 1849. Nos primeiros dois anos os registos apresentam-se de forma um pouco confusa, como confusos deveriam andar os fregueses, sem saberem muito bem, em alguns casos, se ainda pertenciam a Eixo ou à recém criada freguesia. Também não terá sido alheia a esta confusão a própria instabilidade e

²⁹ Publicado no *Diário do Governo*, n.º 113, de 15 de Maio do mesmo ano.

indefinição do clero e da direcção civil da freguesia. Foram párocos da nova freguesia os seguintes presbíteros:

1849-1851 - José António Pereira Bilhano

1851-1851 – Francisco dos Santos Brandão

1854-1865 – Joaquim Duarte da Rosa

1865-1895 – Francisco Ernesto da Rocha Senos

1894-1925 – Álvaro Henriques

O primeiro pároco da nova freguesia, José António Pereira Bilhano, esteve pouco tempo à frente da nova paróquia, já que, em Junho de 1851, se retirou para Aveiro para ocupar o cargo de vigário-geral da diocese. Foi um tempo de arrumar e preparar a casa, daí alguma confusão verificada. A mesma confusão iria continuar com a nomeação para pároco do Padre Francisco dos Santos Brandão, que apenas governou a paróquia de Junho de 1851 a Novembro do mesmo ano,³⁰ aparecendo em 1852 como pároco da vizinha freguesia de Eixo.

A situação não melhora nos anos que se seguem (1851-1854). Nesse espaço de tempo surgem os padres António Emílio Pereira de Azevedo, que se intitula coadjutor e toma conta efectiva da componente religiosa da paróquia, e João dos Santos, que se intitula pároco provisório, preside à Junta de Paróquia (como era função do pároco) e se assina como reitor, pouco ou nada fazendo pelo rebanho da freguesia.³¹ Desarticulação óbvia entre o poder religioso e o poder político da época.

Finalmente, em 1854, o padre Joaquim Duarte Rosa consegue colocar ordem na paróquia e pode dizer-se que tudo entra na normalidade. Ficará à frente dos destinos da freguesia até Novembro de 1865, altura em que foi transferido para Oiã. Ainda em 1865, o Padre Francisco Ernesto da Rocha Senos tomou a direcção da paróquia, onde se manteve, até 1895 sucedendo-lhe o Padre Álvaro Henriques, que ali permaneceu até 31 de Março de 1925.

³⁰ António Valente Nunes Antão, *Oliveirinha do Vouga*, Aveiro, 1991, Estante Editora, pág. 165.

³¹ Idem, op. cit., pág. 165.

Freguesia de Requeixo – fontes principais e párocos

Os primeiros livros de Requeixo estão datados de 1668 e são, como era comum na época, livros mistos, ou seja, englobam num único volume baptis- mos, casamentos e óbitos. No entanto, a data inicial dos casamentos é de 1671. Os registos são de uma leitura relativamente fácil e ordenados cronologi- camente, sem falhas ou lacunas graves, à excepção dos casamentos de 1710 a 1770. Nesta altura, já os livros tinham deixado de ser mistos e eram dedica- dos exclusivamente a cada um dos três actos tipo. A lacuna referida, grave a todos os títulos, colocou algumas dificuldades no encadeamento genealógico dos nubentes, problema que foi sendo superado pelo recurso aos tombo de propriedade, aos registos de baptismo (incluindo a identificação dos padrinhos quando era indicado o parentesco com o baptizado) e aos registos de casa- mentos em freguesias vizinhas. Não se resolvendo o problema de forma com- pleta (as datas de casamento ficaram por conhecer), pelo menos minorou-se significativamente os condicionamentos que tal lacuna potencialmente criaria. Foram párocos da freguesia os seguintes presbíteros:

- ????–1708 – André de Castanheira da Costa
- 1708–1709 – Francisco Roque Ferreira (prior encomendado)
- 1709–1722 – João Ferreira
- 1722–1731 – Jacinto Ribeiro da Silva (prior encomendado)
- 1731–1753 – Francisco Xavier da Rua (prior encomendado)
- 1753–1762 – Manuel Gonçalves Martins
- 1762–1779 – Manuel do Valle
- 1779–1783 – João Simões de Carvalho (prior encomendado)
- 1783–1829 – Julião Nunes Fragoso
- 1829–1831 – José Ribeiro (prior interino)
- 1831–1832 – Paulo de Castro Henriques
- 1832–1834 – Não houve prior, nem encomendado.
- 1834–1862 – Manuel Ribeiro Vidal
- 1862–191? – José Marques Vidal

O prior André de Castanheira raramente efectuava qualquer registo, deixando essa tarefa a cargo dos vários curas que com ele trabalhavam. Foi um caso de longevidade à frente da paróquia, pois embora se desconhecendo quando iniciou funções, sabe-se que em 1668 já as desempenhava e o fez até à morte, ocorrida a 14 de Novembro de 1708, o que perfaz pelo menos 40 anos ao serviço da paróquia. Após o seu passamento assumiu interinamente funções, como prior encomendado, o padre Francisco Roque Ferreira, até à nomeação de novo pároco, o que viria a acontecer em 1709, na pessoa do Padre João Ferreira.

Tal como o seu antecessor, este pároco deixou a elaboração dos registos a cargo dos curas coadjutores, tendo apenas feito e assinado os registos de baptismo imediatos à sua posse. Por sua morte, a 17 de Novembro de 1722, seguiu-se um interregno de nove anos, durante o qual a administração da paróquia esteve entregue interinamente ao cura Jacinto Ribeiro da Silva. Nada se alterou em relação ao tipo de governação da paróquia que até aí vinha a ser seguido.

Em 1731, é nomeado pároco encomendado o Padre Francisco Xavier da Rua, natural de Alverca, Viseu,³² que em nada altera os padrões vigentes de elaboração dos registos. Essa tarefa continua entregue aos curas, sendo a alteração mais visível o aparecimento nos registos de baptismo dos avós dos baptizados. A partir de 1747, e por determinação do Visitador, as testemunhas do baptismo passam a assinar os respectivos registos. É do tempo deste pároco (1742) a concretização da autonomia de Fermentelos como curato, após anos de difíceis e complexas negociações.³³

O pároco Manuel Gonçalves Martins, que prosseguiu a condução dos destinos da paróquia, tomou posse efectiva da mesma em 1753. Tem como particularidade o facto de assinar de forma mais frequente os registos dos vários actos.

³² Artur Nunes Vidal e Áureo R. de Figueiredo, *Fermentelos*, Fermentelos, 1979, pág. 32.

³³ Ver o capítulo III – Território, povoamento e população..

Foi no entanto curto o tempo da sua missão à frente da freguesia, pois faleceu a 7 de Abril de 1762. Após um curto interregno, tomou conta da paróquia o padre Manuel do Valle, em cujo tempo não ocorreram alterações substanciais em relação ao que já vinha a ser praticado na freguesia.

Houve novo interregno de 4 anos após o óbito deste pároco em 1779, durante o qual ocupou as funções de prior interino da freguesia o encomendado João Simões de Carvalho. Seguiu-se o pároco Julião Nunes Fragoso, natural de Arcos, Anadia, que esteve à frente da paróquia durante quase cinquenta anos, até ao seu falecimento, ocorrido a 18 de Outubro de 1829. Os registos paroquiais passaram a ser feitos quase em exclusivo por este pároco logo após a sua posse e durante todo o tempo em que se manteve à frente da paróquia. Era meticoloso nos assentos, não faltando mesmo as assinaturas das testemunhas, que no entanto eram quase sempre as mesmas, em particular no caso dos baptismos. O último assento assinado por este pároco está datado de 4 de Agosto de 1829. Em 1819, procedeu-se à desanexação do lugar de Nariz e povoações circundantes para dar lugar à novel freguesia do mesmo nome. Com o passamento de Julião Nunes Fragoso a paróquia ficou interinamente entregue ao cuidado do padre José Ribeiro, que anteriormente desempenhava as funções de cura da igreja.

No início de Janeiro de 1831, tomou posse como prior da freguesia o padre Paulo de Castro Henriques. Isto por pouco tempo, uma vez que faleceu a 20 de Agosto de 1832. Durante este curto período, voltou este pároco a entregar a elaboração dos registos aos seus curas, raramente assinando. Nos dois anos seguintes ficou a paróquia a cargo de vários curas, até à nomeação, em Agosto de 1834, de um prior interino, o padre Manuel Ribeiro Vidal. A partir de 1841 este já se assina como prior e não como prior interino. Seguindo o exemplo de Julião Nunes Fragoso, também é ele quem realiza todos os actos de registo da paróquia. Foi durante o seu tempo, concretamente a 2 de Maio de 1853, que Fermentelos foi elevada à categoria de freguesia independente deixando de estar submissa a Requeixo. Este pároco manteve-se à frente dos destinos da paróquia até 1862, sendo nesse ano nomeado prior de Santa Maria de Lamas.

Deixou o lugar de Requeixo entregue ao novo prior, padre José Marques Vidal. Acabou por falecer na freguesia de Requeixo, a 10 de Maio de 1865.

Freguesia de Nariz – fontes principais e párocos

Os registos desta freguesia começam a 27 de Março de 1819, mas apenas foram lavrados nos anos de 1829 e 1830, uma vez que os livros só foram disponibilizados em Setembro de 1829. É especialmente visível a recuperação de assentos pelas datas apostas no final de cada um deles pelo padre Jerónimo Vieira de Carvalho. Apesar de se tratar de uma recuperação de registos, os mesmos estão correctamente ordenados sob o ponto de vista cronológico, não existindo traços de mesclagem com os da época da recuperação. Existem algumas dificuldades na identificação dos indivíduos, decorrentes da grande quantidade de homónimos, em particular nos registos de óbito, por falta de maior precisão nos elementos identificadores. Foram párocos da nova freguesia os seguintes presbíteros:

1819–1848 – Jerónimo Vieira de Carvalho

1848–1865 – Luís José Pinto de Miranda

1865–1867 – Manuel Fortunato dos Santos Carrancho (encomendado)

1867–1892 – José Duarte de Almeida Martins

1892–1894 – Bernardo Tomás da Silva Ribeiro (encomendado)

1894–1898 – José Augusto Esteves de Carvalho

1898–191? – António Gomes da Silva Valente

Freguesia de Fermentelos – fontes principais e párocos

Foi apenas em 26 de Maio de 1853 que Fermentelos se tornou definitivamente independente de Requeixo, mas já desde 1742 se realizavam nessa localidade os registos paroquiais. Até 1853 a paróquia era administrada por curas apresentados pelo prior de Requeixo, que lhes pagava o vencimento. Todos actos registados podiam ter a classificação de bom, pois estão devidamente ordena-

dos, não apresentam lacunas cronológicas e a identificação dos intervenientes nos vários actos faz-se sem dificuldades de maior, mesmo nos registos de óbito. Foram párocos da nova freguesia os seguintes presbíteros:

- 1853–1854 – Joaquim Duarte Rosa
- 1854–1854 – Anacleto Pires Soares (encomendado)
- 1854–1855 – João Pires Duarte (encomendado)
- 1855–1861 – Inácio António da Rosa (encomendado)
- 1861–1864 – Manuel de Almeida Neves Marreca
- 1864–1864 – Inácio António da Rosa (encomendado)
- 1864–1868 – João Francisco das Neves
- 1868–1868 – Alexandre Moreira da Silva Vidal (encomendado)
- 1868–1872 – António da Costa Pedrosa Júnior
- 1872–1874 – João Alberto Alvares de Melo
- 1874–1884 – Alexandre Moreira da Silva Vidal
- 1884–1891 – José Dias Urbano (encomendado)
- 1891–1925 – João Roque Ferreira

Freguesia de Eirol – fontes principais e párocos

De todas as freguesias Eirol é aquela que tem a menor dimensão e apresenta os maiores problemas em termos de registos paroquiais. Datando os primeiros registos de 1621, momento em que alcançou a autonomia da matriz de Travassô, estes não apresentam grandes dificuldades de leitura e estão em razoável estado de conservação. A dificuldade maior foi encontrá-los, uma vez que não estão guardados no Arquivo Distrital de Aveiro, como seria de esperar. A sua localização na Torre do Tombo, lugar onde se acham, também não foi fácil, uma vez que não estão no fundo paroquial. Encontram-se inseridos no fundo do extinto convento de Grijó, instituição à qual pertenceu a freguesia durante alguns séculos.

A primeira série de registos começa, como se disse, em 1621 e termina em 1761. Uma segunda série, que se encontra no Arquivo Distrital de Aveiro, tem

início em dois momentos: 1811 (apenas os óbitos) e 1828 (os casamentos e os baptismos). Pelo meio fica um hiato de aproximadamente 60 anos, onde não existe o mais pequeno indício dos registos paroquiais. Sabe-se, isso sim, que a freguesia não foi extinta, pois em 1775 o padre-cura João Pinheiro da Conceição, respondendo aos interrogatórios promovidos por ocasião da criação da Diocese de Aveiro, diz claramente tratar-se já de uma freguesia³⁴.

Embora a segunda série de baptismos e casamentos tenha sido iniciada em 1828, os livros contêm registos (notoriamente incompletos) desde 1822. Dão a ideia de terem sido feitos/recuperados de memória, por motivo de alguma necessidade. A partir de 1828, os registos seguem naturalmente, sem maiores problemas. Foram párocos da freguesia os seguintes presbíteros:

- ????–1834 – Francisco Simões de Carvalho
- 1835–1867 – António Francisco Estima
- 1867–1878 – João Marques de Albuquerque (encomendado)
- 1878–1891 – Joaquim da Costa Negrão
- 1891–1899 – João Emídio Rodrigues da Costa
- 1899–191? – Manuel da Silva dos Anjos Junior

De uma forma geral, os registos paroquiais destas freguesias, que ao longo de 320 anos foram objecto de análise, apresentam-se, com uma ou outra excepção pontual, bem conservados, de leitura relativamente fácil e com todos os elementos necessários para se proceder à reconstituição das paróquias. Com excepção das duas séries temporais referidas ao longo do texto, as restantes apresentam-se bastante completas e fiáveis. Sendo certo que, no período anterior a 1860, a mortalidade de menores não foi registada de forma sistemática nas diferentes freguesias, a partir dessa data as dúvidas sobre o registo da mortalidade de menores dissipam-se. Isto pode ser atribuído à publicação do decreto de 19 de Agosto de 1859 e mais legislação subsequente, que visava garantir uma uniformidade dos formulários do registo paroquial, e à sua obri-

³⁴ João Gonçalves Gaspar, *A Diocese de Aveiro no Século XVIII*, Aveiro, 1974, pág. 67.

gatoriedade de aplicação, pelo decreto de 2 de Abril de 1862, que manda cumprir os formulários estabelecidos pela portaria de 8 de Outubro de 1859.

Em Eixo, o cumprimento das referidas disposições verifica-se na década de 60 do século XIX.³⁵ Em Oliveirinha, os párocos não necessitaram do decreto para lançar os óbitos de menores de um ano, pois desde a criação da freguesia, em 1849, que o faziam (só no ano de 1850 efectuaram sete registos de menores de um ano). Também se preocuparam com a indicação das causas de morte, não apenas dos menores, mas de todos os falecidos.³⁶ Em Requeixo, já na década de 50 se registavam os menores, embora sem indicação da idade, mas com a anotação de “párvulo” na margem”.³⁷ Em Fermentelos a situação era idêntica, apesar de nas décadas anteriores se terem lançado alguns óbitos de menores, de forma um tanto ou quanto esporádica.³⁸ Na freguesia de Nariz, logo no início da década de 60, efectuam-se os registos dos menores com uma notória preocupação de exactidão.³⁹ Finalmente, ainda na década de cinquenta, a freguesia de Eirol segue aproximadamente os mesmos trâmites, com a particularidade de as indicações de óbito se encontrarem à margem dos registos de baptismo, indicando-se a respectiva data. Só bem mais tarde (década de 60) surgem os menores nos registos de óbito.

³⁵ Alguns exemplos de registos. Em Eixo: “Aos trez dias do mês de Julho do anno de mil oitocentos e sessenta e quatro, às cinco horas da tarde em huma casa da rua do Arrujo desta freguesia de Eixo, Concelho, Distrito Ecclesiastico e Diocese d’Aveiro, falleceu hum individuo [sic] do sexo feminino de nome Rosa, criança de idade de seis meses, parochiana desta freguesia de Eixo, filha de...”(ADAVR, Registos Paroquiais de Eixo, Óbitos, nº 58, folha 9).

³⁶ “Aos dez de Setembro de mil oitocentos e cincoenta faleceu José Luciano filho de Manuel Rodrigues Madail, e de Jacintha Maria desta freguesia de S.º António da Oliveirinha; tinha dez dias de idade e foi encontrado morto no leito...” (ADAVR, Registos Paroquiais de Oliveirinha, Óbitos, nº 3, folha 10).

³⁷ “Aos vinte e quatro do mês de Outubro de mil oitocentos e cincoenta e seis faleceu da vida presente uma menina por nome Maria filha, digo, hum menino por nome Manuel filho de Gabriel Ferreira da Costa, e de Rosa Simões do lugar da Taipa...”; a reconstituição da família permitiu apurar que não tinha ainda dois meses de idade. (ADAVR, Registos Paroquiais de Requeixo, Óbitos, nº 25, folha 7vº).

³⁸ “A dezasseis dias do mês de Outubro de mil oitocentos e cincoenta e quatro annos faleceu da vida presente Maria de menor idade filha legítima de João Nunes Ferreira e Maria Inácia...” (ADAVR, Registos Paroquiais de Fermentelos, Óbitos, nº 57, folha 5).

³⁹ “Aos vinte e três dias do mez de Fevereiro do anno de mil, e oitocentos, e sessenta às cinco horas da manhã neste lugar, e freguezia de Nariz concelho de Oliveira do Bairro Districto Ecclesiastico de Soza, Dioceze de Aveiro faleceo Maria de idade de dezanove dias filha de Jose Vieira, e de Tereza Vieira, neta paterna de Andre Vieira, e de Maria de Oliveira, e materna de Manuel Marques, e de Mariana Vieira...”(ADAVR, Registos Paroquiais de Nariz, Óbitos, nº 56, folha 1v.º).

Sendo os registos paroquiais a matéria-prima por excelência utilizada para a recolha de elementos e execução do estudo demográfico, tal não impediu que fosse consultada outra documentação tendo em vista a dissipação de dúvidas e a confirmação de elementos anteriormente recolhidos. Foi o caso das fontes designadas por secundárias.

As fontes secundárias

Os róis de confessados

Os róis de confessados são listas de todos os residentes na paróquia com idade superior a 7 anos,⁴⁰ ordenadas pelos lugares, ruas e fogos a que estes pertenciam. Elaboradas pelos párocos no período que antecedia a Quaresma, tinham como principal objectivo registar e controlar o cumprimento dos preceitos religiosos da população da freguesia. Nestas listas registam-se os nomes de todos os indivíduos, independentemente do seu estado civil, sendo os fogos identificados por um “cabeça de fogo” em relação ao qual os restantes membros do agregado se encontram dispostos segundo uma forma hierárquica.⁴¹

A utilização deste tipo de fontes na reconstituição de uma paróquia ou das famílias de uma paróquia é apenas uma pequena parcela do aproveitamento que se pode efectuar deste tipo de documentação. A sua riqueza informativa é significativamente mais vasta, sendo um verdadeiro sacrilégio desperdiçá-la. Limitar a sua utilização ao campo de recolha de elementos demográficos é malbaratar uma fonte cujo valor se mede em função inversa da sua raridade.

⁴⁰ Nos róis que se encontraram para as freguesias do antigo concelho de Eixo, referentes já ao final do século XIX, os menores de 7 anos também se encontravam arrolados.

⁴¹ É no entanto imprescindível tomar alguns cuidados especiais ao trabalhar com os róis de confessados, pois apresentam especificidades muito próprias. A título de exemplo, torna-se necessário identificar com clareza o conceito neles expresso de “fogo”: “fogo civil” ou “fogo eclesiástico”? Esta e outras questões podem ser vistas de forma mais aprofundadas em Maria Norberta Amorim, *Exploração de Róis de Confessados duma Paróquia de Guimarães*. Guimarães, ed. do Autor, 1983; ainda do mesmo autor, “Instabilidade da Família Urbana de Antigo Regime. Um ensaio sobre Guimarães”, in *Ler História*, 1995, n.º 29.

Não é uma documentação que abunde, nem se encontra frequentemente nos Arquivos Distritais. A maior parte das vezes é documentação pertencente aos cartórios paroquiais das respectivas freguesias. A sua origem permanece ainda obscura, um pouco à maneira dos registos paroquiais, como o afirmam Jacques e Michel Dupâquier:⁴²

“Il est possible que la tenue d’un registre des âmes (status animarum) ait été introduite après le Concile de Latran (1215) qui prescrivit la confession (au cure de la paroisse) et la communion annuelles. En tout cas, cette disposition est prise expressément par les conciles de Salamanque (1335) et de Tolède (1339):

“Nous ordonnons aux prêtres des paroisses, sous peine d’excommunication, d’inscrire sur un livre les noms de tous leurs paroissiens, afin qu’ils puissent faire connaître à leur évêque, lors de sa visite, ceux qui n’auraient pas voulu recevoir les sacrements...(Décret 16 du concile de Salamanque).”

O concílio tridentino reforça esta disposição, mas será apenas com a imposição do *Ritual Romano*, em 1614, pelo papa Paulo V, que se divulgará o uso dos livros de *status animarum*. No *Ritual* encontram-se os formulários para os vários tipos de registo e as recomendações sobre a sua aplicação. Para o caso dos róis de confessados estabelecia-se o seguinte:

“Manière d’inscrire l’état des âmes, dans le quatrième livre.

“Chaque famille sera notée séparément dans le livre, en laissant un espace de l’une à l’autre, dans lequel seront écrits un à un le prénom, le nom et l’âge de chacun des membres de la famille, ou des étrangers qui vivent avec elle.”⁴³

Em Portugal, no caso concreto no bispado de Coimbra,⁴⁴ ao qual pertenciam as freguesias que compunham o antigo concelho de Eixo, as Constituições de

⁴² Jacques et Michel Dupâquier, op. cit., pág. 49.

⁴³ Jacques et Michel Dupâquier, op. cit., pág. 54.

⁴⁴ Aquando da criação da diocese de Aveiro em 12 de Abril de 1774, o seu primeiro bispo, D. António Freire Gameiro, na impossibilidade de celebrar qualquer Sínodo ordenou a adopção das Constituições Sinodais do bispado de Coimbra como instrumento legal orientador da vida da nova diocese. Vide, João Gonçalves Gaspar, *A Diocese de Aveiro – subsídios para a sua história*, Aveiro, Ed. Da Cúria Diocesana de Aveiro, 1964, pág. 55 e seguintes.

1591 como que se antecipam ao *Ritual Romano*, estabelecendo o procedimento a seguir pelos párocos⁴⁵:

*“Porque a nosso officio Pastoral pertêce principalmête vigiar sobre a saúde das almas de nossos súbditos; & prover as couzas, que tocaõ a sua salvaçaõ, a qual se alcança cõ frequentar o Sacramento da confissaõ, que naõ somente accrescenta a graça, que se recebeo pelos Sacramentos do Bautismo, & confirmaçaõ, mas ainda a restitue aos que pelo peccado mortal a perderaõ, livrandoos da culpa delle, & da pena eterna: Ordenamos, & mandamos, que todos os Priores, Reytores, & Curas, de nosso Bispado, em cada hũ anno, tanto que vier a Septuagésima, façaõ rol por si, & naõ por outrem: o qual acabaraõ até a Quinquagésima, em que ponhaõ todos os seus freguezes por seus nomes, & sobrenomes, & a rua, & lugar, onde vivem: & poraõ os de quatorze annos para sima em huma parte; & os moços de sete até quatorze em outra.”*⁴⁶

Como fica expresso nas constituições do bispado, a elaboração dos róis era uma competência exclusiva dos párocos. Se cumpriam o estipulado é coisa que dificilmente se poderá saber, dada a escassez desse tipo de documentação. Não será também de estranhar que tenha sobrevivido um número relativamente pequeno de róis de confessados, ou que haja paróquias onde os mesmos nem sequer existem. É que, ao contrário dos livros de registo de baptismos, casamentos e óbitos,⁴⁷ os róis de confessados eram documentos de carácter temporário, válidos por um reduzido período de tempo (um ano ou dois). Ao serem substituídos por outros de idêntico valor, mais actualizados e elaborados a partir dos precedentes, eram eventualmente destruídos, ou arremessados para um qualquer fundo de gavetão ou canto escuro da sacristia. Estes últimos foram os que maiores probabilidades tiveram de chegar a estes dias. Felizmente, de há alguns anos para cá os responsáveis das paróquias aperceberam-se do valor inestimável desta documentação e procuraram organizá-la e conservá-la dentro das melhores condições possíveis. Das seis freguesias sobre as quais este estudo se debruça, apenas em três delas foi encontrado este tipo de documentação. Veja-se caso a caso.

⁴⁵ *Constituoens Synodaes...*, Títº IV, Const. I, § 1.

⁴⁶ A “septuagésima” correspondia, na liturgia anterior ao Concílio Vaticano II, ao nono domingo antes da Páscoa. A “quinquagésima” corresponderia assim ao sétimo domingo antes da Páscoa. (Informação prestada pelo pároco de Fermentelos, Padre Costa Leite).

⁴⁷ Aparentemente também não eram objecto de minucioso exame por parte dos Visitadores que, com alguma regularidade, vistoriavam as paróquias.

Freguesia de Eixo

São muito poucos os róis de confessados sobreviventes e referem-se a um momento já tardio (início do século XX). O seu estado de conservação não é dos melhores, mas encontram-se perfeitamente utilizáveis. Formam um pequeno conjunto de livros, sem sequência cronológica, estando o primeiro datado de 1907, os seguintes de 1912 e 1915 e os restantes já da década de vinte.

Freguesia de Oliveirinha

Esta possui uma notável série de róis de confessados, apesar de o primeiro livro ser já do final do século XIX. A série começa em 1893 e segue ininterruptamente até 1926, momento a partir do qual se deixou de produzir este tipo de documento nesta freguesia. O seu estado de conservação é excelente.⁴⁸ Apesar de tardio no espaço temporal, abre perspectivas de trabalho interessantes, quer pelo seu estado de conservação, quer pela qualidade dos conteúdos.

Freguesia de Fermentelos

Este é um caso paradigmático do que acontece em muitas freguesias. Existem efectivamente alguns livros de róis de confessados no cartório paroquial e muitos mais existiriam não fosse, em data mais ou menos incerta, terem sido apropriados por um particular. Estão no cartório os livros referentes aos anos de 1868, 1879, 1880, 1891, 1896, 1903, 1905, 1907, 1908 e 1921-24 e mais

⁴⁸ Para tal muito contribuiu o actual pároco da freguesia, padre António Antão, que logo por altura da sua tomada de posse como pároco, em 1947(!), reorganizou todo o cartório paroquial. Ainda hoje, 2005, se mantém à frente dos destinos da freguesia, da qual é um profundo conhecedor. Um agradecimento particular fica aqui expresso pela sua disponibilidade em facultar documentação e em esclarecer as naturais dúvidas que surgiam.

um ou outro de data posterior. Sabe-se que os livros ausentes existiram por terem sido publicadas informações constantes dos mesmos.⁴⁹

Apesar de tardio é muito interessante o livro referente ao ano de 1921. Trata-se de um volume com formulário impresso, que se encontrava preparado para vários anos (1919 a 1923). No entanto, só em 1921 foi utilizado e prolongou-se a sua utilização até ao ano de 1924. Os campos que o constituem estão de molde a satisfazer as necessidades de uma identificação integral das pessoas da freguesia. Um único elemento não foi previsto: a filiação dos indivíduos.⁵⁰ De resto, tudo está de acordo com as necessidades e a identificação efectua-se sem problemas de monta.

Acresce uma outra particularidade neste rol de confessados: embora não fosse obrigatório, o pároco responsável subdividiu o campo reservado ao baptismo, destinando um dos espaços à data de baptismo e o outro à data de nascimento. Uma análise aprofundada do que está contido neste livro, quer em termos de datas quer em termos de composição das famílias, por comparação com a base de dados entretanto elaborada, demonstra que os valores nele apresentados são precisos. Nesta freguesia este livro revelou-se fundamental para incluir uma data de fim de observação de todos ou quase todos os habitantes nascidos nos noventa anos anteriores.

⁴⁹ Artur Nunes Vidal e Padre Áureo Rodrigues de Figueiredo, *Fermentelos*, Fermentelos, 2ª ed., 1980. Estes autores transcrevem os números finais de cada livro, indicando o número de fogos, o nome dos párocos, o número de “habitantes ou almas”, e outras indicações sobre ausentes e mentecaptos. O pouco que se pode por agora fazer é dar ao conhecimento a listagem que se segue: 1794, 1836, 1843, 1848, 1850, 1851, 1852, 1853, 1854, 1856, 1858, 1859, 1860, 1862, 1863, 1864, 1865, 1866, 1867, 1869, 1870, 1871, 1872, 1873, 1874, 1875, 1876, 1877, 1878, 1881, 1882, 1883, 1884, 1885, 1887, 1888, 1894, 1895, 1897, 1898, 1899, 1900, 1901, 1902, 1904, 1906, 1909 e 1910. Comparem-se os anos existentes no cartório com as falhas desta listagem.

⁵⁰ Os campos presentes são os seguintes: número do fogo; número de almas (numeração dos indivíduos dividida em sexo masculino e feminino); nome dos chefes de família e das pessoas que o compõem; estado; profissões; idades; data de baptismo; data de casamento; data de óbito; colunas e espaços para a colocação das habituais siglas de “c” e “cc” em cada ano; observações. Neste último campo, aproveitado parcialmente para o ano de 1924, os ausentes eram também anotados com o convencional “abs”.

Fontes complementares

Habilitações do Santo Ofício

Uma das fontes utilizadas, pela sua importante informação de carácter genealógico, foram as **“Habilitações do Santo Ofício”**,⁵¹ autênticas certidões narrativas completas de nascimento, que atestavam a pureza de sangue do candidato a *familiar do Santo Ofício*. É uma fonte documental importante, que abrange todo o reino ao longo de mais de duzentos e quarenta anos, fornecendo informações de cariz genealógico e social sobre os indivíduos habilitados.

O familiar do Santo Ofício era, na prática, um funcionário do Tribunal da Inquisição a quem competia dar execução às ordens recebidas, efectuar prisões e comunicar ao Tribunal as ocorrências que lhe parecessem suspeitas e ofensivas da fé católica, verificadas na sua área de residência. Era, ainda, obrigado a acompanhar os presos nos Autos de Fé.

Apesar de não ser remunerado⁵², o cargo era muito pretendido devido aos inúmeros privilégios que lhe estavam inerentes. Assim, segundo António Baião,⁵³ os familiares do Santo Ofício *“ficam isentos de pagar fintas ou quaisquer outras contribuições que os concelhos, onde eles sejam moradores lhes exijam; da obrigação de acompanhar presos ou dinheiro; de exercerem a tuto-*

⁵¹ Publicadas no *Arquivo do Distrito de Aveiro* ao longo de vários números e em vários volumes (vol. XXV, XXVI, XXVII, XXIX, XXX, XXXI, XXXIII, XXXIV, XXXV, XXXVI, XXXVII, XXXVIII, XXXIX, XL, XLI e XLII) sob o título “O Distrito de Aveiro nas habilitações do Santo Ofício”, com leitura, transcrição e índices da autoria de Jorge Hugo Pires de Lima. Nestas habilitações encontram-se referenciados, como familiares ou parentes dos candidatos a familiares, vários milhares de nomes pertencentes ao distrito de Aveiro e a outros lugares do reino. A documentação original encontra-se no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

⁵² Os “familiares” recebiam uma espécie de “ajudas de custo” no valor de 500 reis/dia por cada diligência que efectuassem em serviço do Santo Ofício. Cf. António Borges Coelho, *Inquisição de Évora – 1533-1668*, Lisboa, Editorial Caminho, 2002, pág. 79.

⁵³ António Baião, *“A Inquisição em Portugal e no Brasil. Subsídios para a sua História”*, in *Arquivo Histórico Português*, vol. 5, pág. 8. Cf. também a **Lei de 14 de Dezembro de 1562** de D. Sebastião sobre os “Privilégios concedidos aos officiaes e familiares do Santo Oficio da Inquisição destes reynos e senhorios de Portugal” (ANTT, Manuscrito da Livraria nº 1534, fol. 95v.).

ria, a curatela ou quaisquer ofícios do concelho; de lhes tomarem, para aposentadoria, as suas casas de moradia ou cavalariças, que até lhes devem dar quando para isso tenham necessidade; de lhes tomarem o pão, ou qualquer outra coisa contra sua vontade. São, além disso, isentos de serviço militar e de ter ganchos à porta, podendo usar das armas ofensivas – espada, punhal ou adaga – e de todas as defensivas e podendo, assim como suas mulheres e filhos, vestir-se de seda, que só podiam trazer as pessoas que usassem cavalo.” Tinham ainda o privilégio de tribunal especial, privilégio que podia ser extensível até aos seus criados.

Para se ser familiar do Santo Ofício era, no entanto, necessário satisfazer um conjunto de requisitos: ser pessoa de bom procedimento e capacidade; ter bens que permitissem viver abastadamente; levar vida e costumes honestos; ser capaz de lidar com negócios importantes. Era ainda necessário não ter incorrido em infâmia pública de facto ou de direito, não ter sido preso ou sentenciado pelo Tribunal da Inquisição e, talvez o mais importante, não ter na ascendência conhecida sangue judeu, mouro, turco, negro, herege ou de gente novamente convertida. Era ainda recomendado não contrair dívidas ou pedir dinheiro emprestado.

A avaliação dos méritos dos candidatos era alvo de um demorado e minucioso processo de averiguação, que envolvia a audição de testemunhas e implicava uma rigorosa investigação genealógica. As averiguações podiam inclusivamente estender-se ao cônjuge e a outros familiares do candidato. Deste modo pode inferir-se a importância desses processos para o estudo de inúmeras famílias espalhadas por todo o país, não só nos aspectos de natureza demográfica, como ainda na caracterização sociológica e no campo das mentalidades.

Os Recenseamentos Militares

Apesar de circunscritos, no espaço temporal, à segunda metade do século XIX e primeiro terço do século XX, os recenseamentos militares existentes no Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Aveiro revelaram-se úteis na verificação e complementação de dados referentes aos indivíduos do sexo masculino. Apesar de limitados, por respeitarem apenas ao sexo masculino, revelaram-se de utilidade apreciável para resolver alguns problemas de subregisto encontrados aquando da criação da freguesia de Oliveirinha em 1849.

Os dados mais importantes contidos neste tipo de documentação referem o nome do mancebo, a sua filiação, a morada, a data e o local de nascimento, para além de aspectos relativos à situação militar. Registam-se outras indicações preciosas, como por exemplo a data de óbito, se faleceram com menos de 17 ou 20 anos ou se se encontram ausentes. Sendo livros produzidos anualmente, arrolam todos os mancebos passíveis de incorporação à idade de 17 e de 20 anos, sendo conhecida a exigência e o controlo do exército nesta matéria. Esta fonte revela-se por si só importante para o estudo das populações, em particular dos elementos do sexo masculino, possibilitando algum controlo sobre a sua situação. Para além da filiação, o recenseamento indica o estado civil do indivíduo, se é emigrado ou não e se está falecido ou vivo a essas idades.

Os Recenseamentos Eleitorais

Outra fonte empregue, mas mais limitada que a anterior, foram os recenseamentos eleitorais do antigo concelho de Eixo. Datados de 1844 a 1848 (aqueles que chegaram até hoje), reportam-se unicamente a cidadãos do sexo masculino maiores de 25 anos e com rendimentos superiores a 10000 reis anuais. Além de informação sobre o valor da décima que pagavam, indicam a sua idade, o estado civil, a profissão e o grau de alfabetização.

Os Testamentos

Apesar de confinados no tempo à segunda metade do século XVIII e ao século XIX e de dizerem apenas respeito aos indivíduos que efectuaram o acto de testar, a informação contida nos testamentos torna-se relevante como complemento de informações de carácter demográfico. A sua utilidade é notoriamente superior no tratamento e estudo de outras facetas da História das Populações, mas não é de desprezar o contributo, ainda que modesto, que podem aportar como complemento de informação sobre os indivíduos neles referenciados.

Os Tombos do Almojarifado de Eixo

Trata-se de uma documentação específica, referente à propriedade, na qual se registam os nomes dos proprietários, bem como as confrontações, dimensões e rendas da terra. Apesar de terem sido concebidos e elaborados com uma finalidade completamente diversa da produção de informação de carácter demográfico, a sua exploração intensiva e extensiva permitiu retirar informações de cariz demográfico e genealógico que se revelaram importantes.

Essas informações, por vezes subtilmente presentes na descrição das propriedades, permitiram, em muitas situações, preencher algumas lacunas existentes na base de dados demográfica. Tais foram os casos da indicação de parentesco entre possuidores de parcelas vizinhas, da referência ao estado civil de um ou outro proprietário, das anotações à margem das descrições das propriedades sobre quem tinha comprado ou herdado a mesma, e de outros pequenos pormenores.

Capítulo II – A técnica e o método

A recolha de dados	68
A metodologia.....	86
O tratamento e análise dos dados	89

Quando se pretende trabalhar com uma grande e variada quantidade de dados procedentes de fontes diversas, torna-se necessário seleccionar a informação relevante, pensar no processo de recolha dessa mesma informação, na forma de a conservar e manter permanentemente acessível, assim como no emprego de metodologias e técnicas apropriadas para a extracção de resultados cientificamente válidos, sob pena de todo o trabalho resultar impreciso, incoerente e sem utilidade sob o ponto de vista científico. O ponto de partida do mesmo sobre um elemento comum a todas as fontes – o nome, fio condutor que todas liga e nelas é presença constante.

Em 1989, Carlo Ginzburg realçava a importância do nome para a abertura de novos campos à investigação, salientando a possibilidade de a metodologia onomástica ser alargada a outros campos para além da Demografia Histórica e das fontes estritamente demográficas.¹ O emprego de um variado tipo de fontes *“não fecha necessariamente a porta à indagação serial. (...) O centro de gravidade do tipo de investigação micro nominal (...) encontra-se noutra parte. As linhas que convergem para o nome e que dele partem, compondo uma espécie de teia de malha fina, dão ao observador a imagem gráfica do tecido social em que o individuo está inserido. (...) o nome revela-se uma bússola preciosa.”*²

¹ Carlo Guinzburg, *A Micro-história e outros ensaios*, 1991, pág. 174, Difel, Lisboa

² Idem, pág. 175.

A recolha de dados

A constatação do facto de as fontes disponíveis para as várias freguesias indicarem um número médio anual de baptismos superior a 150, ameaçava colocar problemas sérios à recolha dos dados. Esta, feita de acordo com os processos tradicionais, seria não só extremamente penosa, como demorada e impraticável para um único investigador, limitado pelo tempo disponível e pela necessidade de abranger um espectro temporal significativo baseado na longa duração. O processo tradicional recomendava a realização de fichas individualizadas de acto segundo Henry,³ ou partindo dos registos de baptismo e reconstituindo a família, criando-se de imediato quatro fichas – três de indivíduos (pai, mãe e filho) e uma de família, como propõe Norberta Amorim.⁴

A proposta de Norberta Amorim alia as vantagens de uma maior qualidade da informação susceptível de recolha e uma maior segurança em termos de reconstituição, a uma economia de tempo na recolha de dados subsequentes à criação da ficha do primeiro nascimento. Tem ainda o benefício de manter cada família *“encadeada com os respectivos ascendentes e descendentes e relacionada com os dados dos registos que permitem a sua classificação em determinada tipologia profissional ou social.”*⁵ Além do mais, permite a posterior criação, via informática, de um ficheiro de indivíduos e outro de famílias, podendo passar-se de um ao outro sem perder as referências genealógicas. Existe nos registos dos diversos actos paroquiais de baptismo, casamentos e óbitos todo um conjunto de informações marginais de grande importância para a caracterização social e económica dos intervenientes nos diversos actos, cujo aproveitamento se pode revelar muito proveitoso para estudos que ultrapassem o nível da estrita análise demográfica.

A título de exemplo, salienta-se, nos registos de baptismos das freguesias do concelho em estudo, a presença de avós e padrinhos (aqueles a partir de

³ Louis Henry, *Manual de demografia histórica*, Editorial Critica, Barcelona, 1983, pág. 105 e seguintes.

⁴ Maria Norberta Amorim, *Exploração dos Livros de Registos Paroquiais e Reconstituição de Famílias*, Guimarães, 1982, pág. 16.

⁵ Maria Norberta Amorim, *Guimarães 1580-1819. Estudo demográfico*, INIC, Lisboa, 1987, pág. 8.

1732) e de indicações sobre os lugares de residência. Os primeiros são elementos importantes para o encadeamento genealógico do baptizado e os segundos para a determinação das redes de parentesco espiritual e influência social. Nos registos de casamentos, a indicação das testemunhas dá também realce aos aspectos sociais do acto. Os registos de óbitos podem variar entre o mais lacónico (ao ponto de não se conseguir identificar o defunto) ao mais rico em termos da informação que inclui os legados pios, as disposições referentes ao enterro, o número de sacerdotes a oficiarem o acto, o local de enterramento, a transcrição do testamento, as disposições de missas, causas de morte, etc. Trata-se de elementos preciosos para a reconstituição de níveis de riqueza, mentalidades, atitudes e valores.

Assim, e como afirma Delfina Rodriguez Fernández, *“la reflexión acerca de la importancia de estas informaciones y la pérdida de tiempo que supondría desarrollar primero una recogida manual de todas las actas, proceder después al cruzamiento de los datos siguiendo las pautas del sistema de reconstrucción de parroquias y finalmente realizar su transcripción al fichero de familias informatizado sobre el que se elaboran las estadísticas en el NEPS, nos llevó a considerar la posibilidad de plantear una reconstrucción automática partiendo de una previa recogida informatizada de todas las actas.”*⁶

A reconstituição automática de famílias é um sonho que já tem largos anos, com resultados nem sempre satisfatórios. O realce vai para os projectos de reconstituição automática desenvolvidos pelo Cambridge Group em Inglaterra e pela Universidade de Montreal no Canadá. Qualquer uma destas propostas esbarrava sistematicamente com obstáculos de resolução complicada: as variações ortográficas dos nomes e a existência de frequentes homónimos. Mas o maior problema coloca-se num outro campo, que acaba por tornar a tarefa de reconstituição automática pelo computador quase despiciente: a necessidade de introduzir todos os dados contidos nos registos em ficheiros informáticos previamente preparados, a fim de serem trabalhados pela

⁶ Delfina Rodriguez Fernandez, *“Un proyecto entre la reconstrucción de familias y la reconstrucción de parroquias aplicado a la elaboración de genealogías. Problemas y métodos”*, VI Congresso da Associação de Demografia Histórica (ADEH), Instituto Politécnico de Castelo Branco, 2001.

máquina. Estas tarefas de recolha e introdução o computador não as realiza sozinho. É necessária a intervenção humana. Logo, ao tempo dispendido com a recolha e introdução dos dados, deve adicionar-se o tempo gasto para análise de casos duvidosos que a máquina não consegue resolver sem a intervenção do investigador. A resultante deste processo fase é a transformação do computador num suporte de toda a informação. Assim, neste passo mais laborioso de reconstituição da(s) paróquia(s), os ganhos aparentam ser diminutos.

A forma mais simples de poupar tempo e evitar a duplicação de trabalho seria recolher os dados lançando-os directamente no computador. Outro meio de o conseguir passa pela existência de um programa informático que, em simultâneo com a introdução dos dados, faça a reconstituição das famílias. Os progressos realizados a nível de *hardware* e *software* não cessam de surpreender mesmo aqueles já familiarizados com o mundo informático, atendendo simultaneamente à quantidade e à qualidade de recursos. A informática democratizou-se, quer em termos financeiros quer ao nível dos conhecimentos exigidos. As máquinas tornaram-se mais acessíveis, o *software* abundante, a memória deixou de ser problema, o armazenamento dos dados é agora simples, fácil e seguro, o processamento quase instantâneo.⁷

Em termos de *hardware*, a vida do investigador simplificou-se, mas não é menos verdade que a partir de agora se começa a exigir a esse mesmo investigador os conhecimentos mínimos da matéria, pelo menos na óptica do utilizador. Se ao nível do *hardware* os progressos foram notáveis, mais admiráveis são os verificados em termos de *software*. Salienta-se a profusão de programas informáticos, facilmente aplicáveis a este género de trabalho ou mesmo construídos especificamente; o emprego de interfaces gráficos com um carácter extremamente amigável para aquele que o utiliza; e ainda a existência de aplicações de bases de dados muito poderosas de cariz interrelacional, que

⁷ Qualquer investigador pode facilmente dispor de um computador em casa, podendo socorrer-se, para os trabalhos em arquivo, de um computador portátil, não estando assim dependente de terceiros para a consecução dos seus objectivos. Acresce ainda que a capacidade e a rentabilidade do trabalho com os computadores actuais é centenas de vezes superior à dos primeiros computadores empregues neste tipo de pesquisa.

possibilitam ao utilizador mais evoluído em termos informáticos a construção das suas próprias aplicações, tendo em vista os objectivos em curso.⁸

Por outro lado, a capacidade de armazenamento de informação e a facilidade com que se transporta transformam o suporte informático num poderoso concorrente quer do tradicional arquivo quer do próprio papel. O volume de dados e o tempo disponível recomendam, pois, uma forma alternativa à recolha e tratamento que não seja o processo manual tradicional. Este, genericamente, pressupunha a transcrição dos dados directamente para fichas de família (evitando-se, assim, as fichas de acto propostas por Henry), nas quais se procedia ao cruzamento dos dados entretanto recolhidos. Terminada a recolha, estes seriam lançados numa base de dados, posteriormente desagregada de forma automática em dois ficheiros distintos: o de famílias e o de indivíduos.

Ora, neste campo, os genealogistas estão já bem servidos: existem dezenas de programas disponíveis sob a forma de *shareware*,⁹ ou programas comerciais; conseguiu-se criar um formato de suporte de dados *standard* (*Gedcom 5.5*¹⁰) que permite o intercâmbio sem perda de informação (independentemente do programa que cada um utilize), lido e produzido por qualquer programa de genealogias. A utilização do *standard* Gedcom permite a utilização, por parte de cada investigador de genealogia (ou porque não do historiador-

⁸ Neste particular, podem eventualmente surgir novos problemas para os quais seria necessário estar de antemão prevenido. A possibilidade de cada investigador construir a sua própria base de dados origina, caso não se estabeleça um padrão, que cada utilizador construa a sua conforme os seus interesses e que os campos tenham especificidades muito próprias. Isto criará dificuldades no momento em que se pretendam fundir/agrupar bases de dados procedentes de autores distintos, usando definições muito pessoais. Ao presente, o Núcleo de Estudos de População e Sociedade (NEPS) e o Departamento de Informática da Universidade do Minho têm em desenvolvimento o projecto SEED (Sistema para o Estudo da Evolução Demográfica) que visa criar um suporte informático para os processos de análise demográfica dos dados recolhidos segundo o Método de Reconstituição de Paróquias, integrando ainda um sistema de informação georeferenciada. Permite ainda a fusão de várias bases de dados produzidas por investigadores diversos. Algumas das dificuldades detectadas estão directamente relacionadas com a designação das localidades, assim como das profissões. O projecto informático em desenvolvimento encontra-se aberto à introdução de dados provenientes de fontes diversas. (cf. Fernanda Faria e Pedro Rangel Henriques, “*Análise Espacial de BD Paroquiais: antes e depois da fusão*”, VII Congresso da ADEH, Granada, 2004). Até ao momento (2005) o projecto ainda não contempla a aquisição de dados através da importação de ficheiros em formato GED. Adiante abordar-se-á este aspecto particular, mas importante.

⁹ Software quase gratuito, com quase todas ou mesmo todas as funcionalidades operacionais, que pode ser utilizado livremente, mediante o pagamento de uma pequena quantia ao autor.

¹⁰ Abreviatura de Ge[nealogical] D[ata] Com[munications]. Daqui em diante designado pela abreviatura *.GED.

-demógrafo?), do programa do seu maior agrado, não inviabilizando por tal facto o intercâmbio de informação. Para os historiadores-demógrafos a utilidade deste padrão pode ser fundamental no momento de proceder à fusão de bases de dados de paróquias vizinhas.¹¹ Quase todos os programas comerciais e alguns de *shareware* estão capacitados para realizar a fusão, por via da comparação de duas bases de dados, mas de forma alguma essa tarefa é completamente automática.¹² Os programas de genealogia caracterizam-se por possuírem uma base de dados relacional, concentrando o armazenamento da informação em duas tabelas básicas que se encontram ligadas entre si e que concentram o essencial de toda a informação: a tabela de indivíduos e a de “casamentos” ou uniões.

Uma vez que a construção de um aplicativo de raiz, mesmo em *MsAccess*, implicava um dispêndio de tempo considerável e como os programas de genealogia já ofereciam basicamente tudo aquilo que se pretendia, optou-se por seleccionar uma dessas aplicações para a reconstituição das várias paróquias do antigo concelho de Eixo.

A escolha recaiu sobre o *Brother's Keeper*,¹³ da autoria de John Steed, na sua versão 5.2G para Windows,¹⁴ pela simplicidade, rapidez, estabilidade, capaci-

¹¹ Trata-se de uma facilidade que poderá ser muito útil para o estudo da demografia urbana, envolvendo várias paróquias, onde a mobilidade das pessoas dentro do tecido urbano é um facto cujo controlo se afigura problemático a um único investigador. Desta forma, pode bem ser possível que vários investigadores trabalhem cada um de *per si* a “sua paróquia”, sem preocupações extra, e que, numa fase posterior, os dados sejam congregados numa única base central. A aplicação SEED, em desenvolvimento pelo NEPS e o Departamento de Informática da Universidade do Minho, já realiza esta tarefa (veja-se nota 8 deste capítulo).

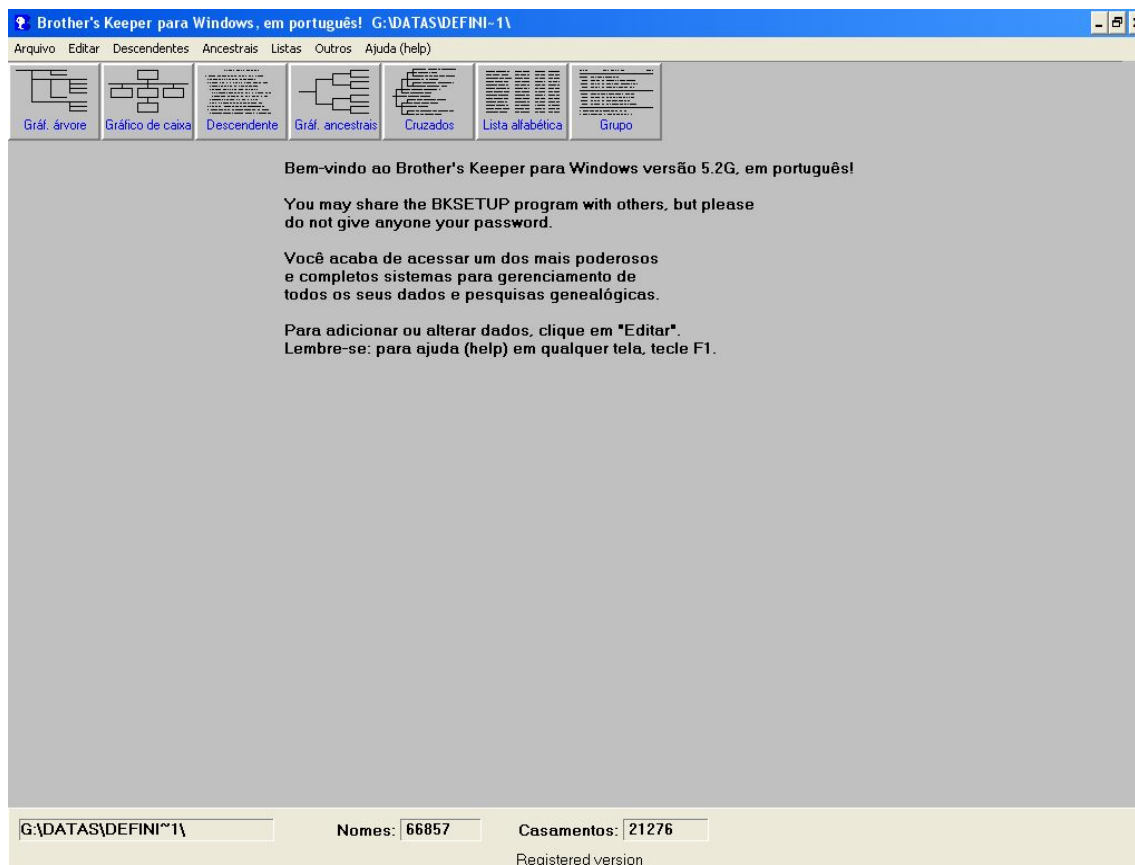
¹² Nem o poderá ser, dada a necessidade de resolver casos difíceis, derivados de muitas situações particulares, que só o conhecimento e a experiência do investigador conseguirão solucionar.

¹³ O emprego deste programa para a reconstituição de paróquias foi anteriormente testado com sucesso por Francisco Messias Trindade Ferreira e Fernando Alberto Lacerda em duas freguesias do concelho de Aveiro – Eixo e Aradas. Confira-se na bibliografia os trabalhos de ambos os autores.

¹⁴ Já bastante tempo depois de iniciado o trabalho, o programa evoluiu para a versão 6, estando neste momento já na sua versão 6.1. A migração para esta nova versão, apesar de extremamente fácil, não se efectuou por dois motivos: 1º - O programa ainda não se apresentava numa fase completamente estável, o que constituía um risco bastante grande para os dados já recolhidos; 2º - Terminada a estabilização (actualmente já perfeitamente fiável), em face dos novos campos, capacidades e melhorias introduzidas, havia que voltar a passar todos os registos já introduzidos. Entre as novidades o realce vai para a possibilidade de personalizar os registos quer de indivíduos quer de famílias, introduzindo para cada um o tipo de “eventos” pretendidos conforme os dados disponíveis, e que podem variar desde as causas de morte, dados antropométricos, habilitações literárias, assinaturas, dados militares, passaportes, tes-

dade de contenção de dados (comporta até um milhão de entradas, vinte e quatro filhos por família, um máximo de oito casamentos por pessoa, etc.)¹⁵ e pela interface amigável que oferece ao utilizador.

Figura 1: Menu inicial do Brother's Keeper para Windows v.5.2



Veja-se então como se executa a reconstituição de paróquias apoiada na Informática e dispensando o tradicional suporte em papel. Partindo de duas ferramentas básicas (o programa propriamente dito e uma cópia em papel dos registos paroquiais), o trabalho desenvolve-se simultaneamente em duas fren-

tamentos, etc. Outra grande capacidade é a possibilidade de se introduzirem as testemunhas/padrinhos dos vários eventos/actos, com a particularidade de, ao introduzir um individuo como testemunha de um determinado acto, de imediato o programa assinalar na ficha da dita testemunha a sua presença no evento *x* na data *y*. Este pormenor torna-se interessante, pois permitirá a elaboração das redes de parentesco espiritual, social ou outras. Pode ainda ser extremamente útil na determinação das datas de fim de observação para os indivíduos, permitindo desta forma um melhor e mais preciso controlo da mortalidade.

¹⁵ Naturalmente, não se entrará em detalhes técnicos do programa, como a formatação dos dados, directorias de trabalho, explicação das funções, teclas de atalho, etc., que mais competem a um manual da aplicação. Este programa e respectivo manual encontram-se disponíveis na Internet no seguinte endereço: <http://bkwin.net/index.html> (página principal do programa). A partir daí podem obter-se esclarecimentos, fazer-se o *download* da versão 5.2 ou passar-se para a página da versão 6.

tes: a leitura dos registos e o lançamento dos dados na aplicação. Com um pouco de prática, torna-se indiferente começar o trabalho pelos baptizados ou casamentos, uma vez que será forçoso passar pelos dois tipos de registos. Para facilidade da explicação da técnica de execução, admita-se que se dá início ao trabalho pelos registos de baptismos.

O registo de baptismo contém normalmente as seguintes informações: nome do baptizado, data de baptismo, data de nascimento (no caso dos mais antigos, nem sempre), nome do pai e da mãe (nos mais antigos, por vezes só o do pai), nomes dos avós paternos e maternos (a partir do século XVIII, em data mais ou menos variável de freguesia para freguesia), nome do padrinho e da madrinha, assinaturas do pároco e outros intervenientes no acto, nomeadamente os padrinhos (mais tardiamente), nome e cargo do baptizante. Admita-se que o registo está completo, isto é, que os dados mais importantes estão todos presentes. Abre-se então o segundo item do Menu Principal (**Editar> Incluir> Nova Família**), que surge com o aspecto observável na Figura 2.

Figura 2: Introdução de pais e avós

The screenshot shows a software window titled "Editar a Pessoa" with a menu bar containing "Arquivo", "Alterar", "Fonte", and "Local". The main area has a header that reads "Você está incluindo uma nova família. Entre primeiro com o(s) pai(s).". Below this is a form with several fields and checkboxes:

- Nome: [Redacted] # Sexo: []
- Nascido: [] em: []
- Batizado: [] em: []
- Falecido: [] em: []
- LivroObit: [] em: []
- Morada: [] em: []
- LivroBap: [] Profissão: []

At the bottom of the form, there are two radio buttons: "Linhas de Mensagem" (selected) and "Mostrar o Endereço". To the right of these are "Salvar" and "Cancelar" buttons. A small "fonte" button is visible on the left side of the form area.

Lança-se, em primeiro lugar, no campo Nome, o nome do avô (que se vai convencionar nesta explicação por A - não esquecer que também é pai), com todos os dados que se conhecem e se encontram referenciados no assento, ou seja, eventualmente a morada, a naturalidade, a profissão, se já faleceu (embora, neste caso, haja lugar a uma actuação um pouco mais especializada, que de momento não interessa referir), etc.. Repare-se que o programa atribui automaticamente um número, que será exclusivo dessa pessoa. À medida que se preenche a ficha e se desce nos campos, acaba por se chegar à esposa deste primeiro indivíduo (convencionada por B). Proceder-se para esta exactamente da mesma forma (por defeito, o sexo já se encontra atribuído quando se lança a esposa = F).

Continuando, o programa conduz (de forma automática) ao espaço destinado ao casamento. Neste caso (são avós, não esquecer), não existem elementos que permitam saber a data de casamento, nem onde casaram. Assim, apenas se introduz, no campo Cerimónia, a indicação Y, significando que são casados.¹⁶ Ao terminar a introdução dos cônjuges, a aplicação atribui automaticamente um número de família ou casamento, como se queira designar. Tal número (que é único e se mantém constante em todo o processo) não é, no entanto, visível ao utilizador, dada a sua reduzida ou nula utilidade em termos imediatos.

Após sair do último campo disponível (Ano Final – naturalmente não preenchido porque se ignora), a aplicação pede de imediato o nome do filho(a), num sub-aditamento à ficha dos pais. Esse filho é o pai do neófito e vai designar-se por C. Lançam-se então todos os dados disponíveis, excepto o casamento, que a aplicação não autoriza de imediato. Concluída esta fase, repetem-se os mesmos procedimentos para a parte materna (avô materno D, avó materna E e a filha F, que será a mãe do neófito). Ao terminar este processo, a base contém dois casais (A-B e D-E), cada um com um filho (C e F, respectivamente). Há agora toda a conveniência em anotar, à margem do registo em papel, os núme-

¹⁶ Se mais tarde se concluir que ao nascimento do filho não eram casados, o programa permite a alteração do campo e a rectificação da situação.

ros de código que o programa atribuiu a cada pessoa (podem usar-se cores diferentes para os números dos avós e pais do baptizado).

Continuando com o mesmo exemplo teórico, conclui-se que, para lançar o baptizado, será primeiro necessário “casar” os pais. Como nesta fase não se sabe ainda quando tal aconteceu, procede-se (quase) da mesma forma em relação aos avós. Chama-se o segundo item do Menu Principal (**Editar> Inserir> Nova Família**) e, no campo do nome do marido, digita-se o número que o programa lhe atribuiu ou o nome (neste caso C) – a indicação prévia dos números, ao lado do registo de baptismo, facilita a introdução de dados (também se pode escrever o nome, pois o programa procura-o na base). De imediato, a aplicação mostra todos os dados existentes referentes a essa pessoa, não sendo necessário indicar mais nada (em princípio). Ao passar para o campo da esposa, procede-se da mesma forma. Neste caso, introduz-se a senhora F. Se, por distração, erro de digitação ou outro lapso, se lançar no campo da esposa, um indivíduo que a aplicação sabe ser do sexo oposto, o programa acusa o erro e pede a correcção antes de deixar prosseguir. No campo masculino passa-se a mesma coisa. Como não se conhece a data ou lugar de casamento, nem outras informações relevantes, o campo **Cerimónia** fica assinalado, como no caso dos avós, com um Y.

Nesta altura o programa abre para a introdução do filho do casal (o baptizado), lançando-se os dados a ele respeitantes – o nome (aqui será o G); o sexo (a aplicação atribui-lhe neste momento um número de código, que deve ser transcrito para a margem do registo com cor mais carregada e números maiores), a data de nascimento, o lugar de nascimento, a data de baptismo e o lugar de baptismo. Mais abaixo, no último campo, intitulado Ref. ou Liv. Bapt (o programa deixa personalizar este e outros títulos de campo), coloca-se a indicação precisa do local onde se encontra o registo de baptismo (por exemplo 04/156v ou 07/075 e 075v, sendo 04 ou 07 o número do livro onde o acto se encontra – pode seguir-se a catalogação do Arquivo Distrital - e 156v ou 075 e 075v o fólio onde está o registo). Torna-se conveniente registar estes dados para eventual esclarecimento de dúvidas. Neste momento, na base fictícia existe o princípio de três famílias (A-B, D-E e C-F), com um filho cada (respectivamente C, F e G). Destes três filhos, apenas o último tem lançadas as datas de nascimento e

de baptismo. Desta forma, e apenas com um registo de baptismo, abriram-se três famílias com um único acto.

Aparentemente complicado, o processo é, na realidade, bem simples e a prática acaba por o mecanizar e tornar altamente eficiente. A maior demora encontra-se na fase inicial, dado ser a primeira vez que estão a ser lançados na base os dados de todas as pessoas envolvidas. À medida que a reconstituição avança, essa tarefa vai-se tornando mais rara, sendo utilizada quase só para aqueles que vêm de fora realizar algum acto na paróquia.

Figura 3: Família já em estado adiantado de reconstituição

The screenshot shows the 'Edição de Família do Brother's Keeper' window. It displays a family record with the following sections:

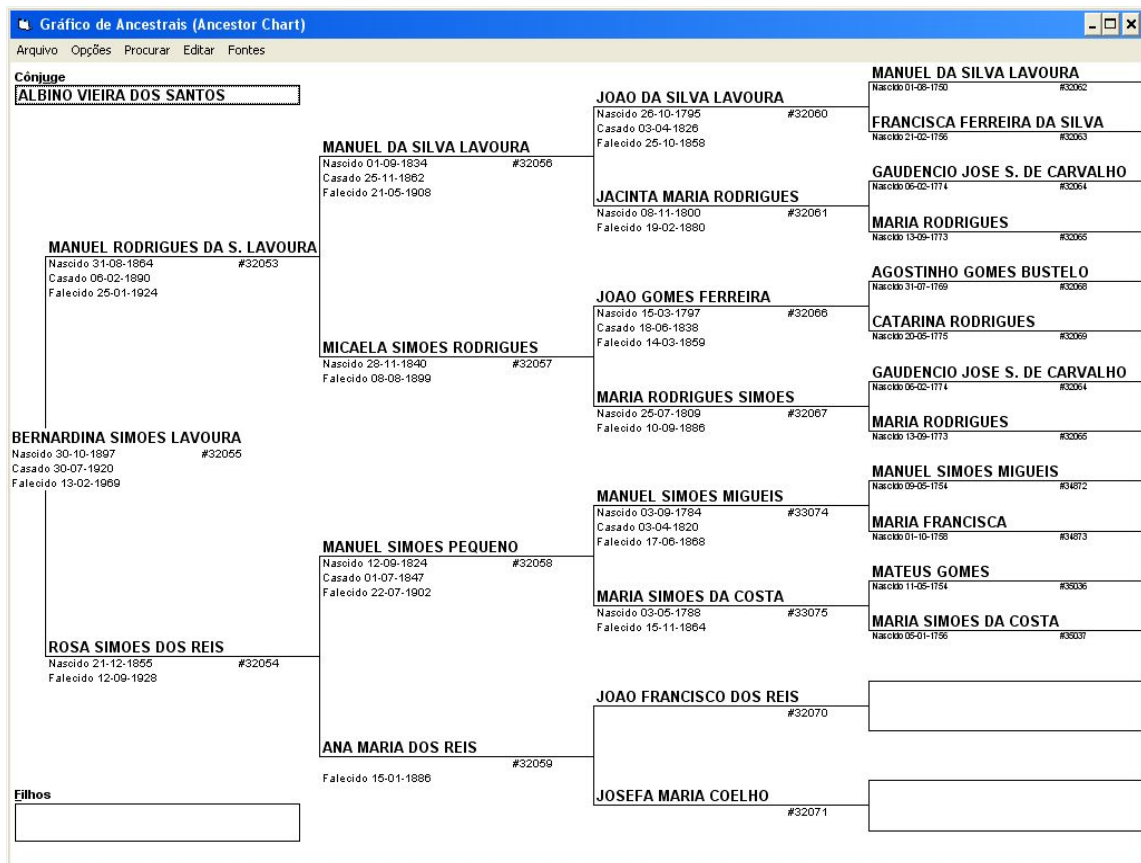
- Marido (Jose Francisco):**
 - Nome: JOSE FRANCISCO
 - Nascido: 17-10-1688
 - Batizado: 17-10-1688
 - Falecido:
 - LivroObit:
 - Morada: COSTA DO VALADO
 - LivroBap: 01D/098v
 - Pai: TOME FRANCISCO
 - em: COSTA DO VALADO
 - em: EIXO
 - em:
 - em: OLIVEIRINHA
 - Profissão:
 - Mãe: MARIA MANUEL
 - Idade:
 - Sexo: M
 - # 11796
- Esposa (Maria Nunes):**
 - Nome: MARIA NUNES
 - Nascido: 18-10-1688
 - Batizado: 21-10-1688
 - Falecido: 05-03-1730
 - LivroObit: 11A/087v e 088
 - Morada: QUINTAS
 - LivroBap: 01D/098v
 - Pai: PEDRO FERNANDES
 - em: QUINTAS
 - em: EIXO
 - em: OLIVEIRINHA
 - em: ADRO DA IGREJA DE EIXO
 - em: OLIVEIRINHA
 - Profissão:
 - Mãe: ANTONIA SIMOES
 - Idade: 41
 - Sexo: F
 - # 11797
- Casamento:**
 - Casado: 08-05-1710
 - LivroCasa: 08A/084
 - Cerimônia: Y
 - em: EIXO
 - em:
 - Divorciado/Anulado/Separado em:
 - Ano:
- Filhos:**

+ 1	MANUEL LUIS	#15920	12-11-1710
2	ANTONIO	#17597	26-12-1712
3	JOSE	#17656	13-06-1715
+ 4	MARIA NUNES	#14478	04-02-1718
5	JOSEFA	#17753	09-09-1720 - 26-08-1730
+ 6	JOANA JOAQUINA	#13456	12-11-1723
+ 7	QUITERIA FRANCISCA	#13786	05-08-1726

A Figura 3 merece alguma atenção. Nela é possível observar os dados referentes ao marido e à mulher, assim como os respeitantes aos filhos. Mas a ficha apresenta algo mais. A última linha do marido e da mulher inclui a indicação dos pais. No caso vertente, os pais de José Francisco e Maria Nunes são, respectivamente, os casais Tomé Francisco/Maria Manuel e Pedro Fernandes/Antónia Simões.

No início da ficha de cada um dos cônjuges existe um botão de comando com a designação **Ancestrais**. Clicando nele, a aplicação conduz à árvore genealógica de cada um (Figura 4 - neste caso trata-se de outra família).

Figura 4: Visualização da árvore genealógica de um indivíduo



Este botão de comando tem muita utilidade, em particular no caso português, quando se pretende visualizar a origem do apelido de um dos cônjuges, ou verificar o grau de parentesco. O ecrã em que é apresentada a árvore genealógica (tal como a ficha da família) é *case sensitive*, uma vez que ao clicar sobre um dos nomes existentes abre-se a ficha individual (no caso da ficha de família), ou se visualiza a ascendência da pessoa sobre a qual se quer exercer a acção (no caso da árvore genealógica). Quando se fecha este ecrã regressa-se à família de onde se partiu.

Sensivelmente após a introdução de dois anos de reconstituição, os indivíduos começam a aparecer “repetidos”. Neste caso, como se procede? Considere-se

que as condições se mantêm, isto é, que os dados do registo de baptismo são o mais completos possível. O procedimento passa sempre pela utilização da segunda opção do menu principal (**Editar**). No ecrã visualiza-se uma família, em princípio a última que se trabalhou (também se pode começar com uma ficha em branco, ou com a primeira família – isto configura-se nas opções do programa). Começa-se por digitar o nome do pai (ou da mãe) para verificar a sua existência na base. Caso existam, verifica-se se estão registados os respectivos pais e confrontam-se estes com os avós. Se os dados existirem (completos ou não), mediante um “clique” no botão de comando **Inclui Filho**, na secção dos filhos, o ecrã desdobra-se para o registo do novo filho e o processo segue como descrito para o baptizado G da base fictícia.

Se se identificarem os pais do baptizado mas não existirem os avós paternos ou maternos, anotam-se os números dos pais e verifica-se a presença dos avós pelo mesmo processo. Caso estes tiverem sido localizados, outra vez pelo processo descrito acima, acrescenta-se a cada um dos casais o número que se anotou: o do pai nos avós paternos, o da mãe nos avós maternos, efectuando-se, desta forma, o encadeamento genealógico. Outro processo, mais simples desde que se tenha um pouco de prática, é **Menu Principal > Editar > Incluir > Pais > Marido ou Mulher**. De seguida, chamam-se os pais do baptizado, indica-se um novo filho e lançam-se os dados deste. Se os avós não existirem, há que os introduzir, como anteriormente se especificou, e segue-se o processo normal.

Observe-se a Figura 5. Quando na ficha de família se clicou no botão de comando **Localizar** abriu-se um submenu que pediu o nome ou o número da pessoa a procurar. Introduziu-se o nome “Manuel Agado” e, de imediato, o programa apresentou todos os nomes que coincidiam com o pedido de pesquisa.

Na primeira metade do ecrã um submenu mostra todos os “Manuel Agado” existentes na base. Nele pode-se “navegar-se” para cima ou para baixo na procura do “Manuel Agado” que interessa. Mas, para não se “navegar” sem orientação, o programa mostra os dados existentes a respeito de cada Manuel

Figura 5: Pesquisa simples de indivíduo

Selecione a Pessoa

Nome ou número:

Digite o nome ou número da pessoa que você está procurando.
Ou digite ? no lugar do primeiro nome ou do sobrenome.

MANUEL FRANCISCO AGADO #13963
MANUEL FRANCISCO AGADO #67326
1682 MANUEL FRANCISCO AGADO #894
1762 MANUEL FRANCISCO AGADO #1138
1764 MANUEL FRANCISCO AGADO #1147
1765 MANUEL FRANCISCO AGADO #1168
1790 MANUEL FRANCISCO AGADO #3469

Nome: **MANUEL FRANCISCO AGADO** #894 Sexo: **M**

Nascido: 20-09-1682 em: COSTA DO VALADO

Batizado: 20-09-1682 em: EIXO

Falecido: 03-02-1752 em: OLIVEIRINHA

LivroObit: 12/083v em: IGREJA DE EIXO

Morada: COSTA DO VALADO OLIVEIRINHA

LivroBap: 01D/054 Profissão:

Pai: JOAO ANDRE AGADO Mãe: MADALENA FRANCISCA

Cônjuge: SEBASTIANA NUNES Nascido: 06-06-1682 Casado: 09-10-1703

Cônjuge: SEBASTIANA FRANCISCA Nascido: 27-02-1689 Casado: 24-06-1710

Agado, incluindo os pais e a(s) esposa(s), na zona inferior do submenu. A partir do cotejo dos dados apresentados com os disponíveis, torna-se fácil e rápido identificar o “*Manuel Agado*” pretendido. Uma vez reconhecido, podem fazer-se todas as alterações que se desejar: acrescentar filhos, inserir mais elementos de observação, acrescentar mensagens, eliminar um filho erradamente introduzido, etc.

O trabalho com os casamentos é muito semelhante e efectua-se principalmente a partir do ecrã **Editar** ou por outras formas de pesquisa mais avançadas. Suspeitando-se que o casal já existe, procura-se verificar a sua presença comparando os dados dos pais e verificando as datas de nascimento dos filhos. Uma vez detectada, resta clicar na parte da ficha referente ao casamento e, imediatamente por baixo, abre-se uma secção específica referente a casamentos. Na cópia em papel devem lançar-se os números dos esposos e dos respectivos pais, sendo que os números dos primeiros devem sobressair. Não existindo o casal, procede-se como no caso de uma família nova. Na hipótese de se estar a trabalhar descendentemente, isto é, no sentido da data actual, é possível que

os casamentos que se pretendem registar sejam contraídos por indivíduos nascidos vinte ou trinta anos antes. Neste caso, é preferível e aconselhável efectuar a pesquisa a partir dos pais dos noivos e verificar se, nessas famílias, se encontram filhos com os nomes dos cônjuges que contraem matrimónio.

Em face desta situação deve anotar-se o número dos filhos e passar ao ecrã **Editar> Nova Família**. Lança-se primeiro o número do indivíduo e completa-se o nome. Os restantes dados aparecem por acréscimo. Seguidamente, procede-se de forma idêntica para o cônjuge feminino. Introduce-se, depois, a data de casamento e o local onde consta o acto de casamento. Fica, imediatamente, mais uma família lançada e encadeada genealogicamente, a qual será completada à medida que forem nascendo os filhos ou se verifique o óbito dos cônjuges.

Um pouco mais complicada é a identificação dos óbitos, apesar de perfeitamente exequível e bastante segura. Naturalmente, haverá casos insolúveis, mas pode dizer-se que, mesmo nos mais complexos, é possível obter um bom desempenho. O melhor processo é o recurso a pesquisas mais poderosas (embora para casos simples a pesquisa via **Ficha de Família> Botão de Comando> Localizar** seja suficiente), a que se pode aceder por intermédio do menu principal no campo **Listas> Relatório** por busca de palavras. Surge, então, o quadro apresentado na Figura 6.

Figura 6: Busca de indivíduo por campos

Busca por Palavra

Arquivo Digitar

Nome: MANUEL AND Sexo: M

Nascido: -176 em: QUINTAS OR OLIVEIRINHA

Batizado em: AND

Falecido em: AND

LivroObit em: AND

Morada em: OLIVEIRINHA OR QUINTAS

LivroBap Profissão

Fonte AND

Página Qualidade

Mensagem AND

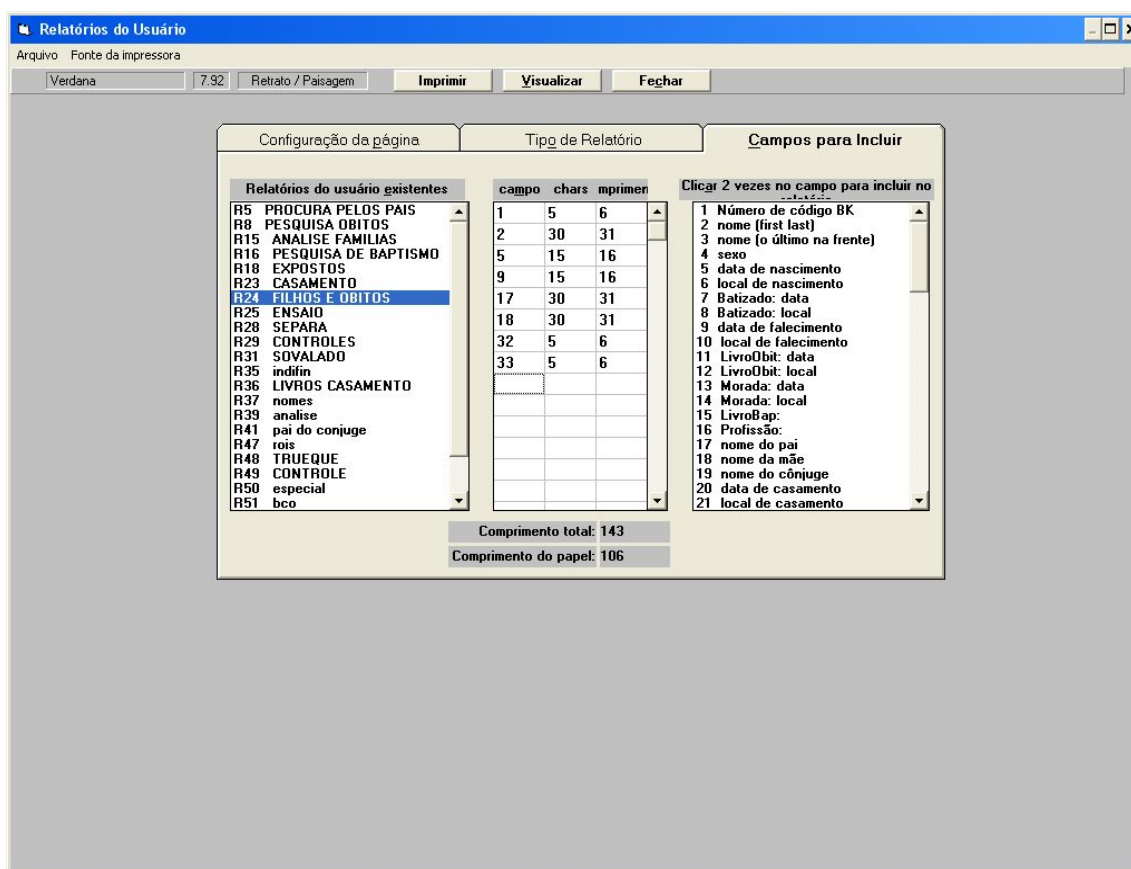
Endereço AND

Digite o que você está procurando nos campos apropriados.
 Másculas e minúsculas não fazem diferença nesta procura.
 Deixe um campo em branco se não importa o que ele contém.
 Pressione F5 ou clique o AND para alterar um AND para um OR.
 Para encontrar todos os John Smiths, procure por John AND Smith.
 Para encontrar todos os Smiths ou Smyths, procure Smith OR Smyth.

Pretende-se, neste caso, identificar um indivíduo de nome Manuel, que terá nascido nas Quintãs ou em Oliveirinha na década de 176, e que residiria numa destas localidades aquando do óbito, sabendo-se ainda que faleceu solteiro e o pai se chamava João António. A Figura acima mostra-nos a parte inicial das premissas: o nome, o sexo (obviamente), a naturalidade e a presumível residência. Na data de nascimento está indicado “-176”, o que significa que a pesquisa irá incidir sobre a década de 1760¹⁷. Mas torna-se necessário descobrir o pai. Uma segunda pesquisa é feita quase em simultâneo, via **Criar Relatório**, onde se definem os campos que se pretendem constantes, como se pode ver no submenu apresentado na Figura 7.

¹⁷ Omitiu-se o algarismo do ano uma vez que não existe possibilidade de qualquer confusão; caso se pretendesse o século XVIII, então colocar-se-ia “-17” omitindo os valores da década e do ano. Não há confusão com o dia pois as datas são introduzidas com o formato *dd-mm-aaaa*.

Figura 7: Escolha por campos de pesquisa



Este submenu¹⁸ permite a escolha dos campos que se pretendem incluir na pesquisa. No caso vertente, seleccionaram-se os campos 1 (número do indivíduo), 2 (nome), 5 (sexo), 17 (nome do pai), 18 (nome da mãe) e, ainda, 32 e 33 (números do pai e da mãe, respectivamente). A pesquisa irá conjugar estes dois conjuntos de parâmetros e extrairá os resultados. Identificado o indivíduo, regista-se na sua ficha individual (que se chama via **Menu Principal > Editar > Localizar**) a data do óbito e o local onde se encontra o registo.

De uma forma simples, abordaram-se as operações mais comuns que se podem encontrar durante o processo de levantamento de dados de uma paróquia.¹⁹ Situações mais particulares, como as de filhos de mãe solteira ou viúva, de vários casamentos e respectivos filhos, de expostos, ou outras ainda menos

¹⁸ Por “detrás” deste submenu existe um outro, com mais campos, que também pode ser activado e cujos campos podem ser misturados com este primeiro menu.

¹⁹ A exposição de todas as capacidades da aplicação conduziria à elaboração de um verdadeiro manual do programa, que não teria aqui cabimento, uma vez que apenas se pretendeu explanar a sequência de execução técnica e, simultaneamente, dar conta da praticabilidade e facilidade que o emprego da informática aplicada à reconstrução de paróquias permite.

comuns encontram neste programa espaço de manobra previsto. Isto porque o mesmo possui uma panóplia de apetrechos adequada ao tratamento de toda a informação genealógica, que pode ser vantajosamente utilizada por historiadores-demógrafos.

As potencialidades e capacidades do programa são efectivamente enormes. Repare-se que foram somente utilizados três ou quatro itens do Menu Principal. O conjunto de instrumentos colocados à disposição do investigador é muito variado, permitindo um trabalho feito com segurança e rigor.

Mas nem tudo são “rosas” neste programa. A componente estatística é, por exemplo, praticamente inexistente. Existem gráficos estatísticos, mas apenas de visualização, pois não fornecem qualquer indicação numérica de relevo. Neles pode verificar-se a distribuição, por meses, dos casamentos, nascimentos e óbitos, a distribuição por idades e também a de filhos por família. É muito pouco para o investigador. Por outro lado, a verificação de erros e a validação de dados dos indivíduos e casamentos são um pouco limitadas, apesar de permitirem algumas correcções.

Por este processo efectuou-se a recolha de todos os elementos de relevo constantes nos livros de baptismo, casamento e óbito, mas, até ao encerramento da base, ainda havia algum trabalho a desenvolver. O motor de pesquisa da aplicação revelou-se de utilidade extraordinária na identificação de indivíduos constantes quer dos *Róis de Confessados*, quer de outras fontes, nomeadamente recenseamentos militares ou eleitorais. No entanto a sua maior relevância emergiu na recuperação de óbitos cujos elementos identificativos eram escassos.

Para tal, construiu-se, paralelamente à base de dados principal, uma outra destinada exclusivamente a este tipo de óbitos, cuja identificação se revelara complicada às primeiras tentativas. Esta segunda base,²⁰ que se designou por

²⁰ A alternância de pesquisa entre a base “principal” e esta segunda é bastante fácil e simples, embora o programa tenha o inconveniente de não permitir trabalhar com duas ou mais bases simultaneamente. A opção pela criação desta base deveu-se, em grande parte, à necessidade não só de não sobrecarregar a base principal com elementos que poderiam trazer alguma

“*Isolados*”, foi construída em simultâneo com a principal, sendo formada por todos aqueles indivíduos para os quais apenas se possuía a data de óbito e um ou outro elemento de reconhecimento, manifestamente insuficientes para, tomados isoladamente, garantirem uma identificação positiva. A finalidade última da base “*Isolados*” era a tornar facilmente acessível a informação sobre óbitos, no caso de se encontrarem nos indivíduos da base principal elementos conducentes à identificação de um dos óbitos na “*Isolados*”.²¹ Mediante este procedimento foi possível identificar muitos indivíduos que, de outra forma, ficariam sem um final de observação seguro ou, pior ainda, poderiam fazer incorrer em erro a reconstituição das várias famílias.

Tornava-se ainda necessário colocar um fim de observação em famílias e indivíduos nos casos que não possuíam datas de óbito. Para o efeito, utilizaram-se os *róis de confessados* encontrados em algumas paróquias, como foram os casos de Fermentelos, Oliveirinha e Eixo. O cruzamento dos dados contidos nestes documentos com a base de dados foi fácil de executar. Mais uma vez, o motor de pesquisa da aplicação foi fundamental, facilitando grandemente a tarefa de reconhecimento dos sujeitos constantes das listagens de confessados e mesmo de muitos casos à partida considerados de identificação complicada, como os das viúvas ou das solteiras (com ou sem filhos).

Por comparação com o processo manual de recolha de dados do registo paroquial proposto por Norberta Amorim, as diferenças situam-se apenas em cinco

perturbação ao processo de identificação dos restantes indivíduos, mas também de evitar o aparecimento de “fantasmas”, isto é, indivíduos que acabam por se encontrar em duplicado na base de dados, porque aparecem numa ficha individual com a data de nascimento, por exemplo, e noutra ficha com apenas a data de óbito.

²¹ Um exemplo tipo retirado do decurso da reconstituição. Em 1786, está registado o casamento, a 26 de Outubro, de uma Joana Maria Vieira, no estado de viúva, do Rego da Venda – Oliveirinha, com um Manuel de Matos. Procurando na base principal por Joana Maria Vieira do Rego da Venda, a única possibilidade a considerar (após a exclusão daquelas que já tinham falecido ou eram de datas posteriores) resumia-se a uma Joana Maria Vieira casada com João Rodrigues Pernas. Este casal tinha o último filho, de nome também Joana, com o nascimento registado a 24 de Março de 1783, e a sua data de casamento era de 25 de Junho de 1780. Era um pouco estranho que, ao fim de 6 anos de casamento, a visada já se encontrasse no estado de viúva. Efetuou-se então uma pesquisa na base “*Isolados*” para tentar encontrar o óbito de um indivíduo de nome João, entre os anos de 1780 e 1787. O resultado foi terem surgido vários “João” e, no meio deles, aparecer um “João Rodrigues” do Rego da Venda, falecido repentinamente e “abintestado”, no dia 3 de Janeiro de 1784. A viuvez de Joana Maria de Jesus estava assim comprovada. Os dados referentes ao óbito de “João Rodrigues” na base “*Isolados*” foram transferidos para “João Rodrigues Pernas” na base principal e da base auxiliar “*Isolados*” removeu-se o referido João Rodrigues.

pontos fundamentais: os dados são lançados directamente no ficheiro electrónico, evitando-se, dessa forma, a recolha para o papel e subsequente transposição para a base de dados; altera-se o suporte da informação – o papel cede lugar à folha electrónica; a pesquisa manual feita pelo investigador nos cadernos alfabetados é substituída pela pesquisa feita pela máquina em condições controladas pelo investigador; pretere-se o emprego das cores pela indicação do local de proveniência da informação (livro e página); o trabalho desenvolve-se de forma mais rápida, com maior segurança e maior rendimento se considerarmos o binómio registos/tempo. Em síntese, transferem-se para um ambiente electrónico e virtual todas as tarefas que eram executadas de acordo com o processo clássico, com base no “papel e lápis”, resultando um sem número de vantagens evidentes.

A metodologia

O emprego de uma determinada metodologia para a elaboração de um estudo desta natureza não constitui, à partida, uma deliberação arbitrária ou uma questão de fé, mas uma opção devidamente ponderada, cujas vantagens e/ou inconvenientes são pensados em função dos objectivos propostos, dos meios disponíveis para os alcançar e da qualidade das fontes. Torna-se necessário que uma produção de cariz científico responda a um sem número de questões e levante, pelo menos, outras tantas; mas, sobretudo, que abra pistas de continuidade viabilizadoras do prosseguimento do trabalho de pesquisa e descoberta, num esforço permanente para alcançar um conhecimento mais preciso e completo.

É esta uma das razões pelas quais a escolha da metodologia se revela importante. Colocando de lado, à partida, os métodos agregativos (uma vez que os dados disponíveis nos registos paroquiais portugueses permitem uma abordagem muito mais rica), fica-se confrontado com duas alternativas possíveis: a metodologia de reconstituição de famílias de Louis Henry e a metodologia de reconstituição de paróquias de Norberta Amorim. A metodologia de Henry, apesar de todas as virtudes e significado que representa para a Demografia Histórica, não deixa de exhibir algumas limitações cerceadoras do seu alcance.

Jordi Nadal, no “Prólogo” à grande obra de Vicente Pérez Moreda, *Las crisis de mortalidad en la España interior (siglos XVI-XIX)*, escreveu, referindo-se a esta metodologia:²²

“O método de reconstituição de famílias que forma a trama da demografia histórica, foi concebido para o estudo da fecundidade, e não para o da mortalidade (...). Assim, as monografias paroquiais renovaram o nosso conhecimento das atitudes e dos mecanismos reprodutores da espécie, mas acrescentaram muito pouco àquilo que já se sabia da sua extinção. (...) As investigações individuais são peças de um quebra-cabeças de reconstrução impossível. As monografias não franquearam o acesso à síntese.”

Mas os reparos à metodologia de Henry não se limitam ao reduzido espaço concedido à mortalidade. J. Dupaquier aponta alguns outros:

“A ambição dos historiadores-demógrafos não se pode limitar ao estudo da fecundidade legítima. O que é preciso saber, é como este factor se articula com os outros parâmetros do regime demográfico: nupcialidade, mortalidade e migrações. Estes factores interagem entre si para constituir um sistema socio-demográfico e cujos resultados se traduzem no crescimento, estagnação ou declínio da população. (...) Ora isto nunca foi tentado no quadro de uma monografia de aldeia, pela razão fundamental de não sabermos medir as migrações.”²³ Para mais adiante concluir: “Em suma, não são as famílias que se reconstituem na metodologia de Henry, mas as uniões; após o encadeamento dos dados, passamos do nominativo ao anonimato. Esta redução (...) torna-se muito mais incómoda quando nos interessamos pelo regime demográfico no seu todo e sobretudo quando pretendemos efectuar uma tipologia.”²⁴

Em duas pequenas notas de rodapé, referentes a estes excertos, Dupaquier aponta um par de aspectos importantes, que convém referir. Considera que a análise tipológica fornece a chave para a determinação das modificações dos comportamentos demográficos e que é necessário passar a numerar os indivíduos e não as uniões, como forma de permitir a reconstrução de quadros de ascendentes e descendentes e trabalhar à maneira dos genealogistas. Se, para o primeiro caso não existem objecções dado tratar-se, no cerne, de uma forma de análise diferencial, no segundo, embora se reconheça a razoabilidade

²² Jordi Nadal, “Prólogo” in Vicente Pérez Moreda, *Las crisis de mortalidad en la España interior (siglos XVI-XIX)*, Siglo Veintiuno de España Editores, s.a., Madrid, 1980, pág. 8.

²³ Jacques Dupaquier, *Pour la démographie*, P.U.F., Paris, 1984, pp. 118 e seguintes.

²⁴ Idem.

da sugestão, é imprescindível a existência de uma numeração das uniões que permita a sua *lincagem* com os indivíduos.²⁵

Resta a metodologia de reconstituição de paróquias de Norberta Amorim. Foi somente em 1973 que esta autora, com o seu trabalho “*Rebordãos e a sua População nos séculos XVII e XVIII*”, relançou em Portugal o interesse pelo estudo dos registos paroquiais, numa perspectiva substancialmente diferente da anterior. Esta metodologia de trabalho²⁶ assume particular importância por ser aquela que se encontra melhor adaptada às especificidades das fontes portuguesas²⁷ sem, de forma alguma, perder a riqueza de informação possível de obter.²⁸ Bem pelo contrário, alarga substancialmente as possibilidades de se adicionar mais informação pelo cruzamento de fontes, enriquecendo o conhecimento dos indivíduos. O recurso à informática abre a possibilidade de seguir os trajectos de vida individuais e, como tal, trabalhar a variável sempre problemática que é a mobilidade. Porque a História das Populações não se confina à reconstituição de paróquias (mas delas necessita para construir uma base sólida para estudos de outra natureza) e pelas inúmeras pistas abertas por este tipo de reconstituição, optou-se pela utilização desta última metodologia.

²⁵ Quando Dûpaquier escreveu este texto (1984), o desenvolvimento da Informática não estava tão avançado como hoje, em particular no que concerne às bases de dados. Actualmente são possíveis muitos procedimentos que à época seriam considerados demasiado ambiciosos.

²⁶ A Metodologia de Reconstituição de Paróquias encontra-se exposta em trabalhos de vários autores. Opta-se aqui por deixar em relevo apenas alguns dos mais relevantes propostos pela introdutora desta nova metodologia: Norberta Amorim, *Método de exploração dos livros de registo paroquiais e Cardanha e a sua população de 1573 a 1980*, Lisboa, C.E.D., do Instituto Nacional de Estatística, 1980; idem, “Demografia Histórica – fontes e métodos manuais de reconstituição de famílias” in *Revista do C.E.D.* do Instituto Nacional de Estatística, 1981; idem, *Método de Exploração dos Livros de Registos Paroquiais e Reconstituição de Famílias*, Guimarães, 1982, edição do autor; idem, *Evolução Demográfica de Três Paróquias do Sul do Pico (1680-1980)*, Viseu, Instituto de Ciências Sociais – Universidade do Minho, s.d.; idem, *Guimarães 1580-1819. Estudo Demográfico*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica (INIC), 1987

²⁷ Sobretudo pela inconstância dos nomes de família, que não se transmitem nem de uma forma linear nem regular, realça-se ainda a extrema “volubilidade” dos apelidos do sexo feminino.

²⁸ O estudo prático comparativo efectuado sobre a mesma paróquia (S. Tiago de Ronfe), empregando as duas metodologias, foi efectuado por Ana Sílvia Volpi Scott, “Reconstituição de Famílias e Reconstituição de Paróquias – Uma comparação metodológica”, in David Reher (coord.), *Reconstituição de Famílias e outros Métodos Microanalíticos para a História das Populações – Estado Actual e Perspectivas para o Futuro*, *Actas do III Congresso da ADEH (Associação de Demografia Histórica)*, vol. I, Edições Afrontamento, Porto, 1995. Os resultados confirmaram a validade de ambas as metodologias.

O tratamento e a análise dos dados

A tarefa de reconstituição da(s) paróquia(s) não teria passado de um mero exercício de genealogia colectiva se não fosse mais longe. Para que se possa produzir conhecimento científico válido, que permita conhecer e compreender melhor as populações do passado é imprescindível avançar para além do simples encadeamento genealógico. Isto não significa que a Genealogia seja destituída de mérito, valor ou utilidade. Pelo contrário, os seus trabalhos podem revelar-se de uma importância significativa em termos de conhecimento das elites, de determinados grupos sociais ou dos percursos de vida de indivíduos. Quanto mais não seja, e como já atrás ficou expresso, a Genealogia fornece alguns instrumentos extremamente úteis, capazes de serem empregues de forma simples por genealogistas profissionais, historiadores ou simples curiosos das “árvores genealógicas”. E por que não aproveitar ferramentas e técnicas da Genealogia e colocá-las ao serviço da História? Acaso não foi a História buscar ferramentas, técnicas e conceitos a outras ciências ligadas ao Homem, como a Economia, a Antropologia, a Sociologia, entre outras? Se os genealogistas e a Genealogia foram capazes de produzir instrumentos e aprimorar técnicas que os historiadores podem empregar para um aprofundamento e progresso do conhecimento histórico, não existe qualquer razão para, aprioristicamente, rejeitar de forma liminar qualquer contributo da Genealogia.

No entanto, ao historiador-demógrafo que trabalha nesta vasta área comum exige-se que avance mais que o genealogista, sob pena de ver o seu labor confundido. Esse avanço, que se afigura fundamental para o historiador-demógrafo, radica-se na sua formação, na capacidade de leitura e análise de uma realidade distante já inexistente, na assumpção do primado do colectivo sobre o indivíduo (se bem que este tenha começado a ganhar o seu espaço graças à micro-história) e numa metodologia adequada; materializa-se na produção de um conhecimento o mais objectivo possível, organizado e assente em dados concretos.

No caso da Demografia Histórica, um dos grandes problemas reside na quantidade de informação que tem de se obter e tratar, tendo em vista a produção de

um conjunto de dados passível de ser considerado *massa crítica* de conhecimento. A solução mais viável para o tratamento de grandes volumes de informação num espaço de tempo relativamente curto passa forçosamente pelo recurso aos meios informáticos por duas ordens de razões fundamentais: a rapidez de execução e a poderosa capacidade de armazenamento e processamento dos grandes volumes de dados; um mais rápido e melhor tratamento a nível estatístico, permitindo o aproveitamento de elementos que, de outra forma, seriam extremamente morosos de coligir e observar.

No caso concreto deste trabalho, para a análise dos dados recorreu-se sistematicamente a três aplicações informáticas, das quais duas se podem considerar *generalistas* e uma mais específica. As primeiras são o *Microsoft Excel 2003*® (folha de cálculo) e o *Microsoft Access 2003*® (aplicação para bases de dados interrelacionais). Estas duas aplicações, que podem *comunicar entre si*, revelaram-se bastante úteis na execução de algumas tarefas de cálculo quando se tornava necessário trabalhar com dados sujeitos a apertados critérios de selecção e que obedeciam a requisitos prévios rigorosos. A primeira (*Microsoft Excel 2003*®) revelou-se ainda particularmente eficiente no momento de desenhar os gráficos e quadros que ilustram este trabalho.

A aplicação específica referida foi o *ADF 7.1 (Analyzing the Demography of Families)*²⁹. Construída pelo Professor Manuel Ardit Lucas, revelou-se uma ferramenta de trabalho extremamente útil. Obedecendo aos princípios de análise demográfica propostos por Louis Henry e a correcções posteriormente efectuadas, esta aplicação constitui um *up-to-date* em matéria de análise demográfica, para além de ser a única construída especificamente para este fim e já perfeitamente operacional. Uma das grandes vantagens desta aplicação é a sua capacidade de importar directamente os ficheiros **.ged* produzidos por quase todas as aplicações genealógicas, garantindo desta forma uma transferência fácil e segura dos dados vitais mais importantes de indivíduos e famílias para posterior análise demográfica. Outra grande vantagem, da qual não se dá conta à primeira vista, é que, sendo esta aplicação construída para rodar sobre o *Microsoft Windows.NET*®, possibilita que o ficheiro de trabalho

²⁹ Pode ser importada directamente do site: <http://www.uv.es/~ardit>

criado pelo ADF (extensão *.ADF) seja aberto pelo MS Access, para outras análises ou correcções.

O único senão desta aplicação é a sua incapacidade para a análise da filiação natural, pelo menos por enquanto. No entanto, como se procedeu neste trabalho à análise da filiação natural a partir da conversão do ficheiro ADF para Access, crê-se que não seja impossível acrescentar este conjunto de rotinas de forma a enriquecer e valorizar o aplicativo.

A História das Populações em geral e a Demografia Histórica em particular ganham um impulso significativo com a incorporação da informática nos seus métodos de trabalho e análise. A partir desta associação, é possível trabalhar paróquias de dimensões substanciais ou mesmo conjuntos de paróquias formando unidades mais amplas, resultando daí uma visão menos atomizada da realidade da população. As análises podem enriquecer-se pelo recurso a múltiplos ensaios de periodização, em busca daquele que melhor caracteriza uma determinada população. Até à introdução da informática, o ensaio de periodização efectuado era muitas vezes o primeiro e o último a ser realizado, pois o dispêndio de tempo e energias era significativo.

Outra vantagem inequívoca da Informática aplicada a esta área do conhecimento é a possibilidade de se introduzirem dados contendo informações qualitativas que, em estreita associação com as de natureza demográfica, permitem análises de carácter sociológico, antropológico, económico ou outro.

A adopção de um padrão comum de dados (o *standard GEDCOM*) faculta ao investigador maior liberdade de utilização do programa com o qual melhor se identifica. Garante ainda que os seus dados possam ser partilhados por outros investigadores, não apenas no sentido de entreaajuda ou troca de informações, mas para a construção de novas bases visando múltiplos objectivos no campo da História das Populações ou da Demografia Histórica.

Capítulo III – Território, povoamento e população

O território.....	95
O quadro geográfico	95
As vias de comunicação.....	102
O quadro administrativo.....	106
A administração civil.....	107
A administração eclesiástica	116
O povoamento	126
A população.....	157
A época estatística.....	167
O recenseamento de 1864	167
O recenseamento de 1878	170
O recenseamento de 1890	172
O recenseamento de 1900	174
O recenseamento de 1911	175

O território

O quadro geográfico

Traçar, ainda que em pinceladas largas, a geografia desta região do Baixo Vouga não se afigura tarefa fácil, pois trata-se de um sistema complexo, em constante mutação. Implica, quase forçosamente, falar da ria e da sua evolução. Não que no caso concreto deste concelho ela tenha tido uma acção directa e determinante na definição territorial ou no modo de vida. No entanto, foi a partir do diálogo constante entre a terra e a água que se orientou e definiu o desenvolvimento de toda a área banhada pelo mar e pelos rios nesta região.

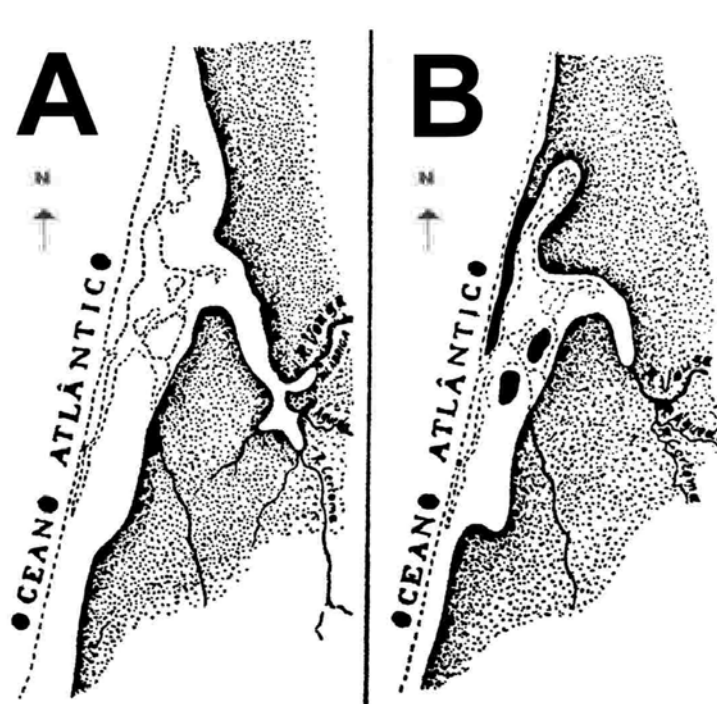
Os homens e as coisas evoluíam pois, conforme as águas se moviam. Mas tal não significa que as épocas de expansão ou depressão demográficas fossem iguais e simultâneas em todo o território, pois existem elementos que indicam fases evolutivas diferenciadas nos vários locais da região. Faltam, no entanto, estudos demográficos aprofundados sobre a área envolvente da ria, nomeadamente sobre a margem direita do Vouga, do Águeda e do Cértima. Os poucos existentes centram-se, sobretudo, em torno de Aveiro e, por comodidade ou tendência para generalização apressada, projectou-se o resultado sobre toda a região envolvente.

Quando surgiram nesta região os primeiros homens, muito provavelmente no Neolítico, o seu aspecto geográfico era substancialmente diferente do actual¹.

¹ A situação assinalada com **A** representa a possível linha de costa, com a ria bem desenhada antes do início do primeiro milénio desta era. A situação referida com **B** reproduz o portulano de Petrus Visconti (1317) que, no entender de Rocha e Cunha, traça a linha de costa com bastante exactidão. No entanto, o recorte do mapa de Visconti é contestado por outros autores, como Orlando Ribeiro (*Introduções geográficas à História de Portugal*, Lisboa, Edições João Sá da Costa, 2000).

A foz do maior rio, o Vouga, situava-se bastante acima da actual. Este rio e os restantes (Águeda, Cértima e outros de menor dimensão como o Levira, o Boco ou o Antuã) desaguavam todos em locais independentes, directamente na ria. Era uma verdadeira ria, ou seja, uma invasão dos terrenos adjacentes e vales fluviais pelo mar, formando um ou vários braços.²

Mapa 1: Evolução do litoral aveirense



Fonte: Amorim Girão, *Geografia de Portugal*, 1941 (adaptado)

Quando os romanos chegaram, por mar ou por terra, teriam encontrado a ria sem grandes alterações: um amplo estuário, penetrando profundamente a terra, em que os vários rios que nele desaguavam se mostravam perfeitamente navegáveis (casos do Vouga, Águeda, Cértima, para referir os mais importantes). Era uma zona atractiva em razão de ser um porto natural de águas calmas, protegido das intempéries, entrando profundamente no interior e oferecendo-se como via de comunicação natural, apta a ser utilizada em época e lugar onde as estradas ou eram escassas ou inexistentes.

² Sob o ponto de vista científico considera-se mais correcto designar a “ria de Aveiro” por “delta dentro de uma laguna”, em desfavor das designações de “ria” e “haff delta”. Somente por uma questão de facilidade de expressão se continua a designar por **ria de Aveiro**.

A reconstituição do processo de formação do litoral aveirense e da ria é bastante pacífico entre os especialistas.³ O processo de desenvolvimento em simultâneo dos dois cordões litorais foi devido, a sul, à deposição de areias contra o promontório que o cabo Mondego desenhava, tendo-se formado toda a costa de Quiaios, Mira e os areais das Gafanhas. O cordão dunar a norte surge em forma de “flecha”, denunciando a deposição de areias, provenientes das costas nortenhas, por acção da corrente marítima dominante. Estes dois cordões dunares foram-se progressivamente aproximando e reduzindo o impacto do mar e das marés naquele amplo estuário (assinalado no mapa 1 pela situação A). Em simultâneo, os aluviões transportados pelos rios, em particular o Vouga, depositaram-se com maior facilidade à medida que a força das marés e das correntes marítimas se tornava mais reduzida. Desta forma, enquanto o mar fechava a ria, reduzindo-lhe o contacto directo com o oceano, os rios promoviam o seu enchimento interior com a deposição dos aluviões, dando origem à formação de ilhas e diminuindo as profundidades, o que acelerava o processo de transformação da paisagem.

Apesar de os especialistas, como se disse, se encontrarem de acordo sobre o processo de formação do litoral aveirense, o mesmo já não se verifica quanto à datação do início do mesmo. A documentação histórica medieval também não ajuda muito, pois os conceitos são variáveis, pouco claros, de localização imprecisa e possibilitam várias leituras. Como exemplos desses conceitos podem apontar-se *prope litora maris, illa marina costa, contra mare*.

A opinião de Fernandes Martins sobre a posição do cordão norte no início do século XIII parece gerar algum consenso. Nessa altura o cordão de areias estender-se-ia já de norte para sul e situar-se-ia na zona da actual Torreira. Esta posição foi determinada pelo autor, que a considerou a mais provável, deduzindo-a *“do rumo do avanço do cordão; e essa cadência por sua vez foi*

³ Citando apenas alguns: A. Fernandes Martins, “A configuração do litoral português no último quartel do século XIV. Apostilha a um mapa”, in *Biblos*, vol. 22, Coimbra, 1947; Suzanne Daveau, Orlando Ribeiro e Herman Lautensach, *Geografia de Portugal – I. A posição geográfica e o território*. Edições João Sá da Costa, Lisboa, 1989.

determinada com algum rigor, tendo em consideração as seis posições datadas da ponta da flecha."⁴

O portulano de Petrus Visconti (assinalado no mapa 1 por B), cem anos posterior ao posicionamento estimado por Fernandes Martins, faculta a visualização do crescimento do cordão no espaço de cem anos. Nele já é visível o avanço da foz do Vouga, recebendo nas suas proximidades as águas do Águeda, que por sua vez recebe as do Cértima e este as do Levira. Formou-se pois um sistema fluvial complexo como resultado do transporte e acumulação de aluviões por esses rios. Mesmo assim, não era um sistema verdadeiramente estável. No tombo de 1792, o juiz chama a atenção para uma série de procedimentos a seguir nos casos em que as propriedades tivessem sido areadas ou levadas pelos rios:

*"E quando Succeda haver Fazendas areadas, ou levadas do Rio, ou enxurradas em parte, ou em todo, sempre se declarará o valor, que tem, para a esse respeito se lhe repartir o Foro, ou ficar sem elle, quando de todo se achem infructiferas"*⁵

Na realidade, já no tombo efectuado em 1727 se encontravam propriedades registadas em tombos anteriores (1615 e 1651), que deixaram de existir por terem sido levadas pelo rio. Não era apenas o Vouga a levar as terras, o Águeda também o fazia ao mudar de curso (são de alguma forma correntes, na zona, designações que referem o "rio velho"). Graças aos *Tombos* estas mudanças de curso podem situar-se, com alguma certeza, entre 1651 e 1727, sendo no entanto de crer que tenham ocorrido sobretudo durante a segunda metade do século XVII. Os registos indicam que, anteriormente a 1727, algumas propriedades, catalogadas como "casal 46, 48 e 50", se situavam em S. João de Loure e os proprietários eram de Eixo. Em 1727, as mesmas propriedades já se encontravam do lado de S. João de Loure e os proprietários eram quase todos dessa localidade, com excepção do primeiro casal, onde ainda havia gente de Eixo que lá possuía terras. Este é um sinal de que quando os

⁴ A. Fernandes Martins, "A configuração do litoral português no último quartel do século XIV", op. cit., pág. 188, nota 1.

proprietários se viram afastados das suas propriedades pela intromissão do rio trataram de as vender. Significa também que o Vouga desviara o seu curso, mais para sul, afastando-se de S. João de Loure e aproximando-se de Eixo. Talvez não fosse em época muito distante do início do século XVIII, uma vez que em 1651 os proprietários eram de Eixo e em 1727 apenas alguns deles ainda mantinham as terras do outro lado do rio.

O regime destes rios pode classificar-se como misto, ou seja, entre o regime atlântico e o mediterrânico. Têm água durante todo o ano. Embora o caudal seja relativamente diminuto no Verão, durante o resto do ano transporta grandes quantidades de água, havendo cheias periódicas durante o Inverno. Essas cheias depositaram nas margens grandes quantidades de aluviões, originando vastas e férteis planícies aluviais, de solo extremamente rico para a agricultura e de pastos abundantes para os animais. Era uma terra abençoada, que os rios se encarregavam de fertilizar com as suas cheias anuais e regulares.

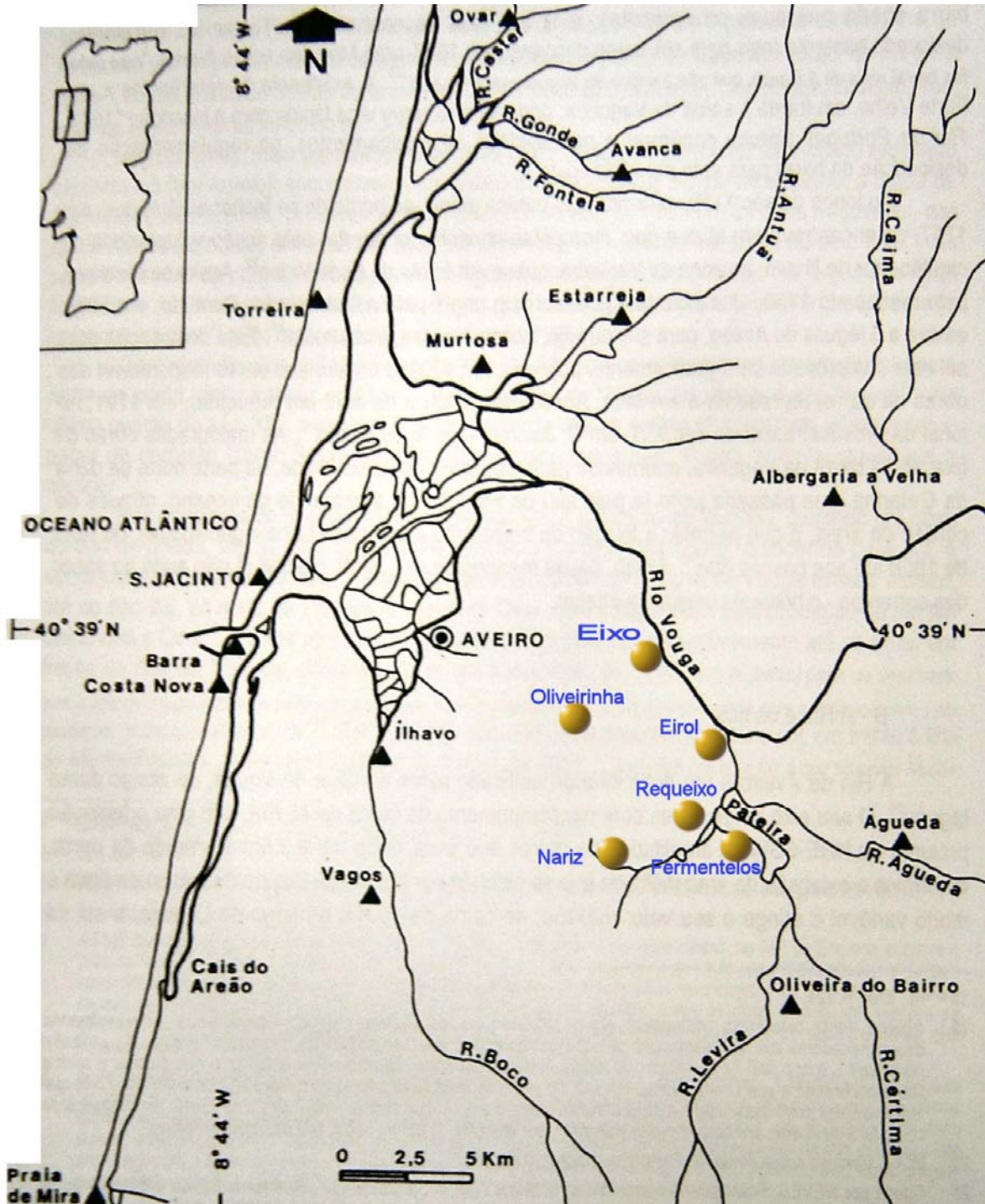
Também o clima era favorável. A presença do grande lençol líquido que era a ria de Aveiro, ao qual se juntavam as águas da pateira de Fermentelos e de todos os rios aí correntes, facultou a criação de um microclima extraordinariamente benigno para o homem, plantas e animais. As temperaturas amenas durante todo o ano, sem grandes amplitudes térmicas, e um regime de chuvas distribuído ao longo de quase todos os meses criaram as condições quase ideais para o surgimento de uma região, sob o ponto de vista agrícola, extremamente rica.

Assente em terrenos de origem sedimentar, embora pertencendo a idades geológicas diferentes, o território apresenta uma certa homogeneidade, se bem que possa dividir-se em duas áreas: a parte que fica junto aos rios, composta por terrenos de aluvião, cuja origem se deve à contínua acção de sedimentação desses rios, decorrente das cheias regulares em épocas não muito distantes (e mesmo na actualidade); a parte restante, de origem mais antiga, caracterizada como peneplanície de baixa altitude, composta fundamentalmente por

⁵ *Livro 1º do Tombo da villa de Eixo*, fol. 27vº.

areias, arenitos pouco consolidados, calhaus rolados e argilas. Com exceção da freguesia de Eirol, não existem pedreiras no território do antigo concelho. Os arenitos vermelhos que se extraíam em Eirol (também conhecidos por “pedra

Mapa 2: A região do antigo concelho de Eixo



Fonte: Inês Amorim, *Aveiro e a sua provedoria....* (adaptado)

de Eirol”) eram a única possibilidade próxima de se aceder a material de construção primordial. São também frequentes, em toda a região, os depósitos de argila de qualidade variada, destinados a diversos fins.

O território do antigo concelho é recortado por numerosos vales, quase todos associados a linhas de água, estendendo-se alguns deles com uma profundidade de alguns quilómetros do rio ao interior. Alguns desses vales ainda hoje são pantanosos, como é o caso do vale do Arrujo, a nascente, e do de Azurva, a poente. Outros, mais pequenos, cruzam-se com os maiores, tendo formado, outrora, uma intrincada rede de escoamento de águas. Destes vales destacam-se os do Braçal e da Horta, que desembocam no Arrujo; os do Vale Diogo e Rego da Venda, que vão entroncar com o de Azurva; os da Alfândega, Suão (ou Sião), Canisieira e Pinheiros, e suas ramificações, também do vale de Horta. Existe ainda um grande vale pantanoso, o vale do Pano, onde corre o ribeiro do mesmo nome, que separa os lugares do Carregal e a freguesia de Nariz de Fermentelos. Toda a região do antigo concelho de Eixo aparece recortada por vales convergentes com as bacias do Vouga e seus vários afluentes.

A antiga e actual vila de Eixo, sede do antigo concelho, ergue-se numa encosta suavemente inclinada. Com uma altitude mínima de 10 metros, sobe gradualmente até atingir a cota dos 48 metros no lugar chamado Monte ou Serra de Eixo (ou Feira de Eixo). Todavia, o ponto mais alto do antigo concelho situa-se próximo da Mamoia de Mamodeiro (hoje freguesia de N.^a Sr.^a de Fátima – antiga freguesia de Requeixo), com a altitude de 78 metros. Entre o aglomerado habitacional e o rio que a banha a norte e lhe serve de divisão com as freguesias de S. João de Loure e Frossos, estende-se um vasto campo de aluvião, que dá origem a uma campina de terrenos riquíssimos para a agricultura. O corpo central da sede do antigo concelho assenta na suave encosta que conduz à Feira de Eixo, e compõe-se de vários lugares, que anteriormente não formariam uma continuidade, embora as distâncias entre eles fossem mais ou menos curtas. Desses lugares destacam-se Lagoela, Casal, Picota, Adro (de Cima e de Baixo), S. Sebastião e Arrujo. Com o aumento populacional estes

lugares foram-se unindo progressivamente, dando origem a uma única povoação, de dimensões razoáveis.

Uma outra planície de aluvião bastante extensa situa-se entre Eirol e Requeixo, e é conhecida, numa parte, por Campo de Carcavelos e, na outra, por Campo de Requeixo. São planícies formadas pelos aluviões do Águeda e do Cértima, com a totalidade da sua área dividida em explorações agrícolas de pequena/média dimensão, detidas por uma grande quantidade de proprietários. Nesta planície foi possível detectar, através dos *Tombos das propriedades da Casa de Bragança*, as sucessivas alterações do curso dos rios Águeda e Cértima, que modificaram profundamente o seu aspecto inicial.

As vias de comunicação

Uma das maiores dificuldades à movimentação de pessoas e bens ao longo dos tempos foi, mais do que a segurança, a ausência de vias de comunicação capazes. Se na Europa ocidental se procurou, desde os alvares da chamada revolução industrial, resolver o problema, em Portugal o assunto ficaria esquecido até meados do século XIX. As estradas eram antigas (muitas delas com um traçado que procedia da época da romanização da Península Ibérica), raramente beneficiavam de conservação e, naturalmente, degradavam-se a cada Inverno que passava. O país, favorecido por uma larga faixa costeira, voltou-se para o mar, que, para além de fonte de sustento pela actividade piscatória e pela salicultura, funcionava como elo de união entre burgos costeiros, nacionais e estrangeiros, suportando uma intensa actividade de navegação de cabotagem e transoceânica.

O interior ficava quase esquecido. Apenas as parcelas do território que dispunham de um rio que comunicasse com o litoral, podiam usufruir sem grandes dificuldades, dos benefícios resultantes desses contactos. O restante interior ficava entregue a si próprio, apenas se salvando do isolamento aqueles lugares que, por serem sedes administrativas, centros militares ou religiosos, eram de alguma forma favorecidos.

A região geográfica onde se inseria o espaço territorial do antigo concelho de Eixo beneficiava de muitas condições favoráveis. Localizado próximo do litoral, a dois passos de uma ampla toalha de água, a ria de Aveiro (com a sua malha de rios e seus afluentes), Eixo e o seu concelho afirmavam-se como ponto estratégico e quase obrigatório para a travessia do Vouga. Tendo por base a ria de Aveiro, nesse rio (grande artéria de circulação de pessoas e bens) e seus afluentes construiu-se uma intrincada rede de comunicações, de importância vital para o interior de toda a região. Foi também uma fonte de permanente diálogo entre o homem e o meio: às alterações do segundo respondia o primeiro. Um exemplo deste diálogo aconteceu quando a ria e os rios começaram a ficar assoreados e a perder profundidade, e o homem respondeu criando barcos sem quilha e de fundo plano, numa adaptação perfeita às condições que a natureza impunha.

Centrando a atenção na malha fluvial que a Eixo e seu território dizia respeito (a grande via), observa-se que o rio Vouga era navegável até à região serrana de Pessegueiro do Vouga, já bem fundo no actual distrito de Aveiro. O rio Águeda, afluente do Vouga, permitia a navegação até à localidade do mesmo nome.⁶ Pelo rio Cértima, afluente do Águeda (ao qual se junta em frente a Requeixo), navegava-se até S. Lourenço do Bairro, onde, por “barcos de carreto” (puxados da margem por animais), era escoada boa parte da produção vinícola da região da Bairrada. Em frente à localidade do mesmo nome existia ainda a ampla lagoa designada por “pateira de Fermentelos” (formada pelas águas do Cértima, ali temporariamente retidas) que, para além da pesca, possibilitava a ligação entre as localidades que a bordejavam.

Finalmente, havia o próprio rio Vouga, que depois de Eixo se encaminhava para a sua foz na ria de Aveiro e a partir daí dava acesso a inúmeras localidades espalhadas ao longo das suas margens: Aveiro, Ovar, Murtosa, Ílhavo,

⁶ Ainda nos anos 40 e 50 do século XX, era possível observar barcos “mercantéis” encostados aos cais de Águeda, carregando madeira proveniente das regiões serranas, com destino a Aveiro.

Vagos (daqui, através do rio Boco, chegava-se a Sosa e Ouca, zonas agrícolas por excelência), Mira, Salreu, etc.

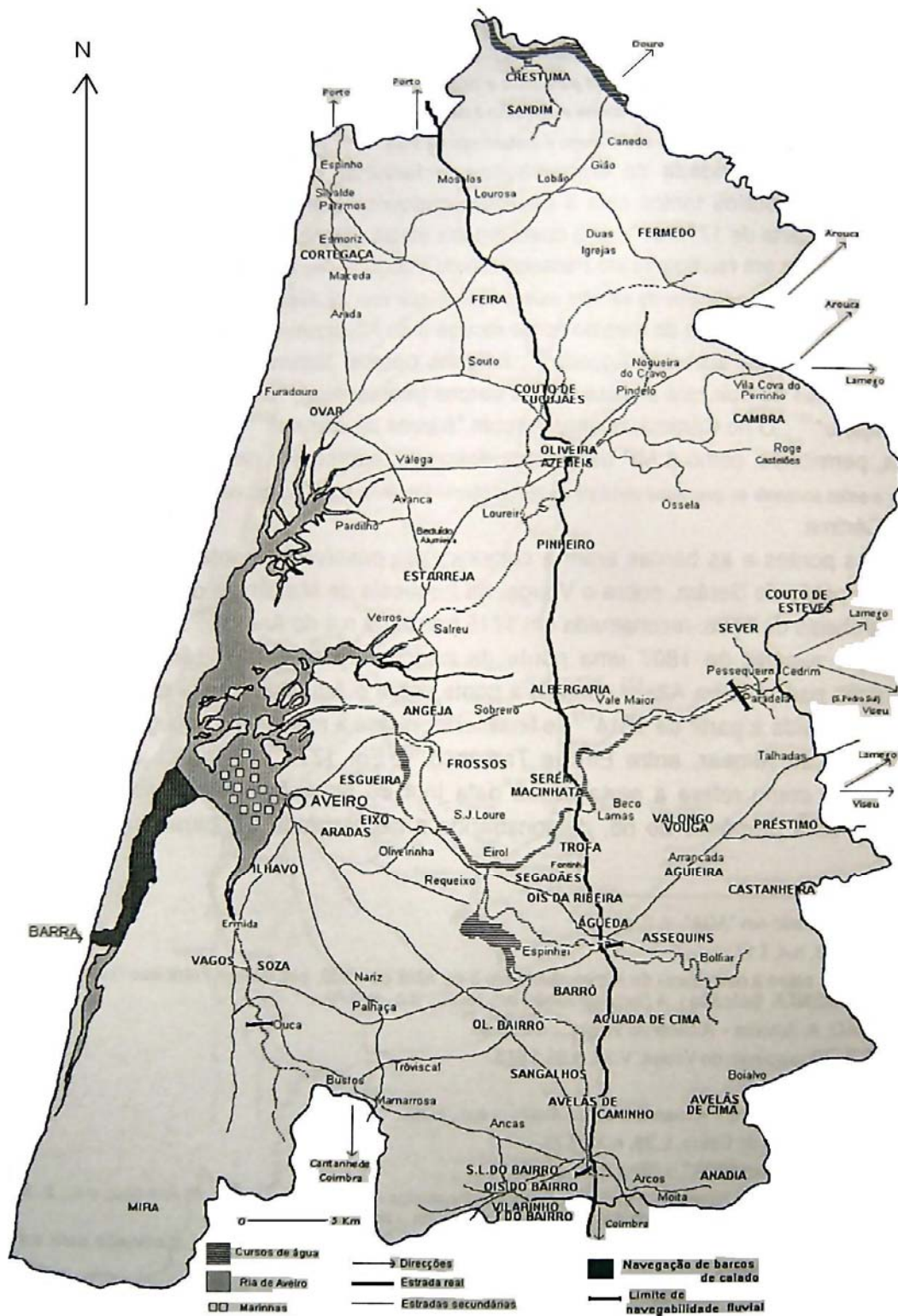
Essa rede fluvial navegável, de grande envergadura, satisfazia as principais necessidades da região, implicando que o investimento em matéria de vias de comunicação terrestres fosse naturalmente diminuto. Existiriam apenas as vias necessárias para fazer a ligação às principais. De certa forma, o antigo concelho de Eixo era beneficiado também nesse aspecto. Tendo nas proximidades a vila de Aveiro (a partir de 1759, cidade), porto marítimo de alguma importância no contexto nacional e centro administrativo com relevância (sede de bispado após 1774, sede de Provedoria e cabeça de comarca após 1760), seria natural que necessitasse de algumas ligações terrestres. A própria localização de Aveiro, afastada do grande eixo viário do país (a estrada Lisboa-Porto, que passava por Coimbra), implicava que existissem ligações a esta via, quer para norte (no sentido do Porto), quer para sul (no sentido de Coimbra e Lisboa).

A partir do mapa 3 é possível observar que três vias terrestres partem de Aveiro e cruzam o antigo concelho de Eixo em vários pontos. A primeira, não muito afastada do rio, faz a ligação de Aveiro ao norte – partindo desta localidade, atravessa Esgueira e Eixo, segue em direcção a Eírol para, atravessando a ponte de Almeir, se encaminhar para o cruzamento com a estrada mourisca,⁷ em Águeda, seguindo daqui para o Porto e para o interior serrano (Lamego e Viseu).⁸ Uma segunda via, para sul, partia de Aveiro, atravessava longitudinalmente toda a freguesia do Espírito Santo (hoje S. Bernardo), entrava em território do antigo concelho de Eixo pelo lugar que viria a ser conhecido por Marco (onde se abria, pela esquerda, um caminho em direcção a Eixo), seguia pelo lugar do Valado (S. Bento), Póvoa do Valado, Oliveira do Bairro, Sangalhos e entroncava, nas proximidades de Avelãs de Caminho, com

⁷ Esta estrada assentaria sensivelmente na antiga estrada romana de *Æminium a Bracara Augusta*, que era a espinha dorsal do país. A antiga estrada Nacional n.º 1 seguiu de perto, senão mesmo quase completamente, o trajecto.

⁸ O traçado desta estrada corresponde de forma aproximada à actual estrada Nacional 230.

Mapa 3: Rede viária e fluvial do distrito de Aveiro no século XVIII



Fonte: Inês Amorim, Aveiro e a sua Província... (adaptado)

a estrada mourisca ou real, seguindo em direcção a Coimbra. Esta via corresponde sensivelmente àquilo que actualmente é a estrada nacional 235. Uma terceira via, mais para sul ainda, saía de Aveiro, atravessando o então concelho de Aradas, prosseguia pelos lugares da actual Quintãs (então Madrugas e Quintas de Gonçalo Gonçalves), Salgueiro (limite mais a sul do antigo concelho de Eixo e da antiga freguesia do mesmo nome), Nariz, Palhaça, Mamarrosa, seguindo na continuação para Cantanhede e Coimbra. Nem sempre era possível utilizar parte desta estrada pois tinha de se atravessar a ribeira do Pano, uma larga zona pantanosa onde não existia ponte. A alternativa para quem tinha de se deslocar de Aveiro à Mamarrosa era seguir para Ílhavo, daqui a Sosa e de Sosa à Palhaça, onde poderia retomar a estrada normalmente. Este terceiro trajecto corresponde à actual estrada nacional 335.

Concluindo, a sede do antigo concelho de Eixo estava, por via terrestre, ligada a Aveiro por duas estradas: uma que passava por Esgueira (seria de utilização complicada no Inverno ou com as cheias, pois tornava-se necessário atravessar o alagado e pantanoso vale de Azurva) e outra pelo Marco de Oliveirinha, que se poderia percorrer o ano inteiro a pé enxuto. Foi sendo progressivamente construído um caminho que ligava a região da Azenha da Venda/Rego da Venda a Requeixo - uma derivação da estrada que ligava o Marco de Oliveirinha a Eixo. Uma rede secundária de caminhos vicinais ligava os restantes lugares entre si, mas seria impossível chamar-lhes estradas ou mesmo caminhos. Em face da sua fraca qualidade seriam dificilmente transitáveis durante o Inverno,⁹ não sendo de estranhar que as gentes desta e de outras regiões circundantes da ria de Aveiro preferissem o barco como meio de transporte.

O quadro administrativo

É por demais conhecida a complexidade do aparelho administrativo, quer da época medieval quer da moderna. Tal complexidade era resultado de múltiplas

⁹ Venâncio Dias Vieira, op. cit., pág. 31: “*Antes desta obra [macadamização] pode dizer-se que esta rua nos meses de Inverno era um charco intransitável e insalubre.*”

relações interpessoais, fragmentações de poder e múltiplas jurisdições que, em termos políticos, administrativos, fiscais, militares e religiosos, deram origem a inúmeras sobreposições. O poder¹⁰ régio e o privado conviviam, confundiam-se e conflituavam. Frequentemente, o poder político *“que fundamentalmente se traduzia na administração da justiça e da fiscalidade, andava erradio da coroa onde quer que as terras fossem isentas (...) os senhores laicos dotados de jurisdição cível e crime, estrutura sociopolítica do Estado, constituíam verdadeiros enclaves de poder, paralelos ao rei e concorrentes dele.”*¹¹

Os senhorios eclesiásticos procediam de forma idêntica ou mais gravosa (não fossem na sua maioria provenientes da mesma cepa dos senhorios laicos), manipulando a religião como arma de arremesso contra o rei e dispo de um poderoso aliado exterior que era o papado. Mas a realeza procurou, a partir de D. João II, cercear privilégios e limitar abusos, numa “batalha” que durou séculos e cujo desfecho apenas penderá a favor do rei a partir de D. João V. É pois neste panorama, naturalmente muito sintetizado, que se vai inscrever o quadro administrativo do antigo concelho de Eixo, limitado, todavia, à evolução da administração civil e religiosa.

A administração civil

A questão inicial que pode e deve ser colocada assenta na premissa mais básica: desde quando é Eixo concelho? A resposta não se afigura, obviamente, fácil. Para que uma localidade pudesse ter a categoria de concelho e gozar de privilégios e garantias daí decorrentes (embora não fossem muitos) nem sempre era indispensável obter a chamada carta de foral. Ora, no caso de Eixo, e também no de muitas outras localidades, o único instrumento deste tipo que se conhece foi atribuído por D. Manuel I, em 2 de Junho de 1516, e consta de um

¹⁰ Encarado aqui pelos seus mecanismos de direito, justiça, fiscalidade, diplomacia e guerra. Cf. Armindo de Sousa, “1325-1480 – Realizações”, in *História de Portugal*, dir. de José Matoso, vol. II [483-547], Círculo de Leitores, Lisboa, 1993.

¹¹ Armindo de Sousa, “1325-1480 – Realizações”, in *História de Portugal*, op. cit., pp. 529-530.

conjunto intitulado “*Livro dos Forais Novos da Estremadura*”.¹² No entanto, a inexistência física deste importante instrumento de autonomia não invalida a possibilidade de o concelho existir, como adiante se verá.

Existe, em outra documentação, um conjunto de referências que fornece indícios importantes sobre a anterioridade do concelho de Eixo a 1516. A primeira surge nas Inquirições das terras do Vouga, mandadas elaborar por D. Dinis em 1282¹³. Nessa inquirição encontra-se um pormenor que permite estimar essa possibilidade: o facto de uma testemunha ouvida ser mencionada por “*Juyz dEyx*”. É sabido que neste tempo “*Juiz*” era sinónimo de autoridade e autoridade implicava poder. Para que esse poder fosse exercitado teria de existir uma instituição à qual fosse previamente delegado por uma autoridade superior. Neste caso, a instituição seria o concelho, o que leva ao seguinte raciocínio simples: existindo autoridade e poder, sendo essa autoridade identificada com Eixo, então o poder encontrava-se em Eixo, que era por isso concelho. Uma nota mais em torno da referência ao “*Juyz dEyx*”. Sendo o conceito de freguesia de origem exclusivamente eclesiástica, a menção à freguesia de Eixo, na Inquirição de 1282, confirma a presença de uma comunidade devidamente organizada em torno de uma igreja. A denominação “*Juyz dEyx*” podia corresponder simplesmente ao Vereador mais antigo (que por vezes desempenharia o cargo em acumulação), dando corpo à existência de uma autoridade civil.

É quase certo não ter existido foral de instituição do concelho. Este, aparentemente, filia-se no quadro dos concelhos surgidos espontaneamente durante a Baixa Idade Média, nascendo e desenvolvendo-se de forma natural, como necessidade da vida popular, e sem qualquer intervenção dos poderes instituí-

¹² O foral de Eixo e Requeixo foi já transcrito e publicado por diversas ocasiões, em várias obras, todavia nunca de forma completa. Citam-se algumas dessas obras: José Correia de Miranda, *Dissertação Historico-Jurídica em defeza dos povos do extinto almoxarifado d'Eixo nas causas de fôros e rações, que lhes move a Serenissima Casa de Bragança*, Porto, Typographia Commercial, 1866; A. G. da Rocha Madahil, “Forais novos do Distrito de Aveiro” in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, 1935, vol. I e seguintes. Encontra-se todavia este foral transcrito na íntegra no *Livro 1º do Tombo da vila e concelho de Eixo (1727-1735)* existente no Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Aveiro. (nº 1837).

¹³ A. Rocha Madahil, *Colectânea de Documentos Históricas*, op. cit., vol. I, pp. 84-89.

dos. Segundo Paulo Merêa¹⁴ “em especial na Beira, onde (...) parece terem existido desde bastante cedo pequenos núcleos municipais ou quase municipais, povoações de homens livres dotadas de autonomia rudimentar, antes mesmo de se multiplicarem as cartas de foral.”

Também Gama Barros opta por uma interpretação semelhante:

“Nos séculos XII e XIII é que verdadeiramente se opera o movimento que constitui em concelhos uma grande parte do país; e o impulso dessa organização transmite-se ao século seguinte, pelo meado do qual ela se pode já dizer extensiva a todo o território, impondo-se por si mesma, como um facto sancionado pelo uso e costume. Já observamos noutra lugar [tomo I, pág.43] que a existência legal de um concelho não dependia restritamente de estar autorizada por carta de foral; o uso imemorial bastava para se lhe reconhecer legitimidade.”¹⁵

A observação da carta dos concelhos medievais portugueses¹⁶ permite verificar que, na região compreendida entre o Douro e o Mondego, em toda a faixa demarcada entre o litoral e Viseu, apenas existem concelhos com foral em Gaia (junto ao Douro), Moz, Parada, Guardão e Mouraz (todos estes já próximos de Viseu), Penacova, Coimbra e Montemor-o-Velho (nas margens do Mondego). Toda a restante área compreendida entre o Atlântico e os limites enunciados, com uma superfície equivalente ao Entre Douro e Minho, apresenta um vazio em termos de concelhos com foral conhecido. José Matoso afirma serem os concelhos urbanos “muito raros na zona de regime senhorial de Entre Douro e Minho”, e que “A distribuição dos concelhos está também relacionada com o traçado da fronteira nas épocas em que eles são sancionados pelo respectivo foral.”¹⁷ Ora, a região de Eixo não é zona de fronteira, mas muito próximo da mesma existe uma poderosa casa senhorial, de origem muito anterior à fundação da nacionalidade: a casa dos Senhores do Marnel.

¹⁴ Torcato de Sousa Soares, *Concelhos*, in Joel Serrão, dir., *Dicionário de História de Portugal*

¹⁵ Gama Barros, *História da Administração Pública em Portugal*, tomo II, pág.103.

¹⁶ Torcato de Sousa Soares, *Concelhos*, in Joel Serrão, dir., *Dicionário de História de Portugal*

¹⁷ José Matoso, *1096-1325 – A sociedade feudal e senhorial*, in José Matoso, dir., *História de Portugal*, vol. II [165-309], Círculo de Leitores, Lisboa, 1993, pág. 217.

No entanto, algumas das passagens do foral concedido por D. Manuel, em 1516, permitem ler nas “entrelinhas” que Eixo tinha existência efectiva em período anterior à data do foral e que não foi por falta deste que deixou de ser concelho. São exemplos dessas passagens: sobre a pena de arma – “*é do alcaide do Concelho e levará della somente cento e quarenta reaes **segundo está em costume levar e mais as armas***”; sobre o imposto de lutuosa¹⁸ – “*E posto que se não mostre foral autentico por onde se podesse levar lutosa na dita terra e Concelho de eixo porem por se ora declarar pollos moradores da dita terra que a dita lutosa **se levava muito avia no dito Concelho de eixo e per elles mesmos é declarada que no Concelho de Requeixo se não soya de levar***”; sobre uma inquirição anterior – “*Mostra sse que na dita terra foi em outro tempo tirada imquiriçam por mingoa de foral antigo que hy nam avia da maneira em que os direitos se hy deviam darrecadar **per bem do huzo e costume que aquelle tempo estavam**. O qual por ysso mesmo agora o nam achamos de todo aprovado (...).*”¹⁹

Estes excertos merecem alguma reflexão. O primeiro apresenta as expressões “*huzo e costume*” ou “*segundo está em costume*”: na ausência de legislação ou outra documentação escrita era comum a aplicação do direito consuetudinário. Numa fase de centralização do poder e afirmação da autoridade régia, como foi o reinado de D. Manuel, era mister substituir o direito consuetudinário pelo direito romano, e por esse motivo o rei afirma que “*o nam achamos de todo aprovado.*” O objectivo do rei não terá sido apenas substituir e actualizar os forais antigos; D. Manuel procedeu à reforma desses mesmos forais para legalizar situações de facto, impor a dominação do direito romano e com esse acto estender a sua autoridade.

O segundo ponto prende-se com duas referências, nomeadamente “*mingoa de foral antigo*” e “*posto que se não mostre foral autentico*”. Esta última

¹⁸ De acordo com o foral: “*E a dita lutosa se entenda a melhor peça movel que fica do morto segundo estão em posse.*”

¹⁹ A. Rocha Madahil, *Colectânea de Documentos Históricas*, op. cit., vol. I, pp. 307-311. Sublinhado acrescido.

expressão, embora não negue a existência de documento de foral autêntico, também não invalida a de uma cópia não autenticada, ou de outro documento que as suas vezes fizesse e que, existindo, fosse declarado nulo. Conjugando esta com a primeira expressão (*“mingoa de foral antigo”*) conclui-se que apenas significarão que o documento original não existia, mas esse facto não inabilita a existência anterior do concelho.

A terceira referência prende-se com a inquirição. Menciona que, antes dela (e não quando foi realizada, o que podia abarcar os reinados de D. Afonso II a D. Dinis), não havia foral e que se procedia até 1516 de acordo com o uso e costume. Ora, segundo José Correia de Miranda, citando Alexandre Herculano: *“bem podia ser, que depois da inquirição, ou em resultado d’ella, se passasse alguma carta ou cartas de foro, que eram frequentes nos primeiros reinados da Monarchia. (...) todavia, eram apenas títulos de conversão das antigas prestações e serviços em sommas certas annuaes; o que lhes não tira o character de títulos genericos.”*²⁰ Terá sido um destes títulos que os moradores apresentaram e D. Manuel não considerou documento válido?

Finalmente, um aspecto estranho são as referências a *“terra e Concelho de eixo”* e *“...no dito Concelho de eixo e per elles mesmos é declarada que no Concelho de Requeixo se não soya de levar (...)”*. Estes excertos suscitam duas observações: uma, refere-se à *“terra e concelho”* e permite subentender que essa unidade já existia; outra, refere-se ao *“concelho de Requeixo”*, pela primeira e única vez, pois não mais surge qualquer menção ao mesmo. Fica a ideia de que ambos os concelhos existiam antes de 1516 e de que D. Manuel aproveitou a oportunidade para os fundir num só, dando Eixo como cabeça e sede. Este problema da existência de foral antes de 1516 permanecerá, pela certa, em aberto até alguma vez se conseguir encontrar documentação que

²⁰ José Correia de Miranda, *Dissertação Historico-Juridica em defeza dos povos do extincto almoxarifado d’Eixo nas causas de fóros e rações, que lhes move a Serenissima Casa de Bragança*, Porto, Typographia Commercial, 1866, pág. 48.

permita destrinchá-lo. É no entanto aceitável não só a inexistência de foral antes dessa data, como o facto de o concelho de Eixo ter uma existência antiga.

A questão dos limites (ou, como se dizia, do “termo”) do concelho fica significativamente mais clara se não se procurar identificar a administração civil com a religiosa (esta será abordada de seguida). Conjugando o foral de 1516 e com o *Numeramento* de 1527, verifica-se que Eixo incorporou a totalidade do antigo concelho de Requeixo. Mas existiam algumas excepções importantes: os lugares de Taipa e Nariz foram e eram termo de Aveiro e Esgueira, respectivamente, Eirol e Horta pertenciam ao concelho de Segadães e Fermentelos era parte integrante do concelho de Óis da Ribeira. Nestes moldes, o antigo concelho englobava, para além do corpo da vila, a aldeia de Valado, a aldeia da Póvoa do Valado, as azenhas da *água da Granja* e da *Venda* e o lugar do Salgueiro. Da antiga freguesia de Requeixo anexou a sede do antigo concelho do mesmo nome, a aldeia de Mamodeiro, o lugar de S. Paio e o lugar de Carcavelos, Possuía ainda parte do lugar de Salgueiro (que mais tarde passaria para Sosa).

Os limites estavam, com as excepções referidas, definidos sob a forma de um território contínuo que se estendia da margem esquerda do Vouga até ao lugar de Salgueiro. Correspondia, *grosso modo*, às freguesias assinaladas no mapa 4, nomeadamente Eixo, Oliveirinha e Requeixo (nesta exclui-se a Taipa e na primeira o lugar de Horta) e incluía Carcavelos da freguesia de Eirol. A forma como posteriormente estes limites iniciais evoluíram será abordada mais adiante.

Como era costume, a administração do concelho propriamente dita estava a cargo dos designados “*homens-bons*”, aqueles que normalmente detinham maior poder económico. Não é clara a composição da administração do concelho de Eixo, mas é provável que fosse muito semelhante à de outros. Teria três vereadores (o mais velho, o do meio e o mais novo), dois juizes e um procurador, todos eleitos anualmente. Em 1689, Vicente Ribeiro Meireles, no seu

*Promptuário das terras de Portugal com declaração das comarcas a que tocam,*²¹ confirma esta ideia, sendo de crer que anteriormente a essa data o procedimento fosse semelhante. Diz Vicente Ribeiro que “A vila de Eixo é da Sereníssima Casa de Bragança, tem dois juizes ordinários do crime, cível e órfãos e sisas, três vereadores e um procurador, que se fazem por eleição em que preside o Ouvidor de Barcelos e se confirmam por Sua Majestade; tem mais um tabelião e outro escrivão dos órfãos, câmara e almotaçaria, que ambos são providos pela dita Casa; o mesmo Ouvidor da vila de Barcelos entra nesta por apelação e a ele vão as apelações e agravos; o alcaide desta vila é da mesma casa.”²²

No momento em que Vicente Ribeiro escreveu este texto, o concelho de Eixo era também cabeça de Almojarifado da Casa de Bragança. Já o era desde 1641,²³ altura em que o anterior donatário, o conde de Odemira, D. Sancho de Noronha, faleceu sem deixar descendência e, por consequência, os bens da casa de Odemira regressaram à Casa de Bragança, de onde haviam saído. O almojarifado compreendia as terras e concelhos de Eixo, Paus, Óis da Ribeira e Vilarinho do Bairro e ainda a freguesia de Alquerubim e os lugares de Pare-des, Barril e Venda Nova (do actual concelho de Águeda).

O facto de existir um almojarifado significava que sobre a administração local havia uma outra administração, a da Casa de Bragança. Sintetizando, para além dos funcionários que a dita casa nomeava para colaborar com a administração concelhia, havia um almoxarife, um escrivão, um porteiro e um procurador do almojarifado, cada qual com as suas funções específicas, mas também com a incumbência de zelar para que a Casa de Bragança não fosse prejudicada.

²¹ Vicente Ribeiro Meirelles, *Promptuario das terras de Portugal com declaração das comarcas a que tocam*, pp. 335-382. Transcrito por Mário Alberto Nunes Costa, “A provedoria de Esgueira”, in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XXIV, 1958, pp. 53-80.

²² Cf. João Gonçalves Gaspar, op. cit., pág. 81.

²³ Anteriormente fora-o da casa de Odemira, que também dispunha dos seus funcionários próprios. Este facto é apenas conhecido por nos vários livros do *Tombo da villa de Eixo* surgirem referências a alguns aforamentos feitos no tempo do conde de Odemira pelo seu almoxarife e escrivão.

Os almoxarifes existiam em Portugal desde o século XII. Eram oficiais da Fazenda Real ou de senhorios laicos a quem competia a administração dos imóveis, com poderes para arrendar ou emprazar os bens e arrecadar certos rendimentos e impostos, superintendendo tudo o que se relacionasse com esses bens no território demarcado (por vezes também desempenhavam a função de alcaides). Progressivamente, com a conversão de velhas rendas e impostos de raiz medieval em pagamentos em dinheiro, estes oficiais transformaram-se em agentes do fisco. A crescente complexificação burocrática levou a que no almoxarifado, para além do almoxarife e restantes funcionários habituais, colaborassem um Juiz do Tombo, um meirinho e um louvado-medidor. Podiam ser ainda nomeados, em momentos de maior labor, um escrivão e um meirinho de correição.

Até 1834, manteve-se a situação em termos administrativos. As grandes alterações têm lugar após essa data e a legislação de Mouzinho da Silveira. Um ponto que normalmente passa despercebido é a aproximação das divisões administrativas civil e religiosa. Houve, na realidade, uma aproximação entre estes dois tipos/níveis de administração, que terá certamente sido forçada como consequência das importantes alterações políticas e legislativas ocorridas após a vitória liberal, nomeadamente, na guerra civil que grassou pelo país entre 1828 e 1834. Apenas um exemplo: quando o poder civil criou a freguesia de Oliveirinha, por decreto de 2 de Maio de 1849, esta não existia sob o ponto de vista eclesiástico, tendo a Igreja prontamente respondido com a sua “criação” a 11 de Agosto do mesmo ano.

Mas a grande modificação estava para surgir. A 6 de Novembro de 1836, Passos Manuel, como que antecipando o novo código administrativo que iria substituir o proposto por Mouzinho da Silveira (código Administrativo de 1832-1834), e que apenas seria publicado a 31 de Dezembro desse ano, extingue de uma assentada por decreto dessa mesma data, 466 concelhos.²⁴ Um grande benefi-

²⁴ Mário Reis Marques, “Estruturas Políticas e Institucionais – Estruturas Jurídicas”, in José Matoso, (dir.), *História de Portugal*, op. cit., vol. V, pp. 167-181. Segundo outros autores, terão sido abolidos por esse decreto 455 concelhos. Veja-se César Oliveira, “Do liberalismo à União

ciado com este decreto foi sem dúvida o antigo concelho de Eixo, pois com ele alcança em 1836 a sua extensão máxima. O processo foi simples: com a extinção do concelho de Segadães, os lugares de Horta e Eirol transitaram para Eixo; com o fim do concelho de Óis da Ribeira, Fermentelos passou para Eixo; com a extinção do concelho de Esgueira, Nariz transitou para o concelho de Eixo; e, com a redefinição dos limites do concelho de Aveiro, o lugar da Taipa (que pertencia religiosamente a Requeixo) inseriu-se também no concelho de Eixo. Houve, com o citado decreto, uma unificação dos territórios concelhios, que se aproximou quase totalmente da divisão religiosa existente a nível de freguesias.

Da forma como se encontrava em final de 1836, o concelho não duraria muito tempo. A 31 de Dezembro de 1853 é extinto por decreto,²⁵ sendo as suas freguesias incorporadas no concelho de Aveiro, com excepção de Fermentelos e Nariz, que transitaram, desta feita, para o concelho de Oliveira do Bairro. Este foi extinto em Setembro de 1867, mas rapidamente restaurado em Janeiro de 1868, continuando Fermentelos e Nariz na sua posse. No entanto, por decreto de 4 de Dezembro de 1872, a freguesia de Nariz passa para Aveiro. Novamente extinto o concelho de Oliveira do Bairro, a 30 de Novembro de 1895, a freguesia de Fermentelos transitou para Águeda, onde se manteve até hoje, apesar do concelho de Oliveira do Bairro ter sido novamente restaurado.

Do acima exposto, torna-se fácil concluir que, apesar de Eixo ser concelho e ter administração própria (sujeita à aprovação da Casa de Bragança), esta era, ainda assim, controlada por uma instância superior, a própria administração local da Casa de Bragança (enquanto não se deu a extinção dos forais, em 1832, e criação de subsequente legislação). Na prática, era um território com duas administrações na esfera civil (da qual se excluiu o foro judicial). A estas duas administrações ainda se sobrepunha uma terceira, também a nível local, que interferia com a vida das pessoas: a administração religiosa.

Europeia: Os municípios no liberalismo monárquico e constitucional”, in César Oliveira (dir.), *História dos Municípios e do poder local [Dos finais da Idade Média à União Europeia]*, Lisboa, Circulo de Leitores, 1995, pp. 179 – 241. Particularmente pp. 205-222.

²⁵ A execução do decreto só ocorreu no dia 19 de Maio de 1854.

A administração eclesiástica

Mais racional e talvez mesmo mais flexível que a administração civil, a administração religiosa procurava manter unido o que o poder civil separara. Com uma organização de cúpula intermédia, os bispados, que dava coerência às circunscrições de menor dimensão (as freguesias), detinham um direito próprio (direito canónico). Foi esta administração que durante largo tempo transmitiu uma ideia de unidade e a coesão em torno de algo que era comum – a religião. Apesar de, aqui e além, ter sido sacudida por questões internas e ter enfrentado ataques do poder régio, soube resistir, manter a independência e, não poucas vezes, aproveitar-se do poder político utilizando a sua enorme capacidade de influência e prestígio.

O espaço territorial do antigo concelho de Eixo estava inicialmente, e de forma natural, integrado numa unidade mais vasta que era o bispado, neste caso o de Coimbra. Nele se manteve durante largos séculos, até que, em 1773, o monarca português, D. José I, alegando a enorme extensão desse bispado de Coimbra, sugeriu ao papa Clemente XIV a sua desagregação, retirando-lhe a comarca de Esgueira,²⁶ que comportava, segundo o documento, 60 freguesias, mais de 20000 fogos e 75000 almas,²⁷ ficando a nova cidade de Aveiro sede da diocese criada. Convencidas as autoridades eclesiásticas nacionais pelos argumentos apresentados, o papa acedeu e, pela bula *Militantis Ecclesiae gubernacula*, de 12 de Abril de 1774, erigiu canonicamente a novel diocese da forma que lhe houvera sido sugerida. O primeiro bispo, Dr. António Freire Gameiro de Sousa, apresentado por proposta de D. José, foi nomeado a 18 de Abril de 1774 e fez a sua entrada na diocese a 1 de Julho de 1778.²⁸

²⁶ Curiosamente, à data (1773), a comarca de Esgueira já fora extinta e as suas competências transferidas para Aveiro, quando esta foi elevada à categoria de cidade, em 1759.

²⁷ João Gonçalves Gaspar, *A diocese de Aveiro – subsídios para a sua história*, Edição da Cúria Diocesana de Aveiro, Aveiro, 1964, pág. 44.

²⁸ João Gonçalves Gaspar, *A diocese de Aveiro ...*, op. cit., pág. 56.

A nova diocese foi subsequentemente dividida em quatro distritos eclesiásticos (Aveiro, Bairrada, Além do Vouga e Vale de Cambra),²⁹ tendo o novo bispo optado por manter vigentes as constituições sinodais do bispado de Coimbra, na impossibilidade de realizar um sínodo para o efeito. Eixo e todo o seu espaço territorial ficaram integrados na nova diocese no distrito eclesiástico da Bairrada, mas esta duraria pouco mais de cem anos, uma vez que seria extinta em 1881, pela bula de Leão XIII, *Gravissimum Christi Ecclesiam regendi et gubernandi minus*, datada de 30 de Setembro de 1881 e executada a 4 de Setembro do ano seguinte.³⁰ Ao processo de extinção não terão sido alheias influências movidas pelo bispado de Coimbra, pois este nunca se conformara com o facto de ter sido sacrificada parte do seu território para a criação da diocese de Aveiro. A diocese aveirense seria novamente reconstituída, em moldes ligeiramente diferentes, pelo papa Pio XI, em 24 de Agosto de 1938.

Desde tempos remotos que o espaço territorial do antigo concelho se encontrava dividido em duas grandes freguesias: a de Eixo e a de Requeixo. Existe menção à freguesia de Eixo, em 1282, na inquirição de D. Dinis, mas já em documento bastante anterior, datado de 1209, nomeadamente, no rol de Igrejas do bispado de Coimbra que eram de padroado régio,³¹ surgem referências às igrejas de S. Isidoro de Eixo e S. Pelágio de Requeixo. Nesse mesmo espaço ainda existia lugar para uma pequena parcela, pertença da freguesia de Travassô e portanto do convento de Grijó – os lugares de Eirol e Carcavelos.

No entanto, ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX, este espaço mais vasto foi-se desmembrando para dar lugar a novas freguesias, que não perderam, contudo, a sua referência original – o concelho. As razões dessa desagregação podem encontrar-se em três ordens de motivações – o desenvolvimento económico (associado a uma agricultura pujante e a alguma “pré-indústria”, como a cerâmica e a caldeiraria); um crescimento demográfico acentuado, em resultado de condições favoráveis de vária ordem; as aspirações naturais a uma

²⁹ João Gonçalves Gaspar, *A Diocese de Aveiro no Século XVIII. Um inquérito de 22 de Setembro de 1775*, Aveiro, Edições da Gráfica do Vouga, 1974.

³⁰ João Gonçalves Gaspar, *Eixo na História*, op. cit., pág. 224.

³¹ A. Rocha Madahil, *Colectânea de Documentos Históricas*, op. cit., vol. I, pp. 44-50.

independência religiosa por parte dos lugares mais afastados das sedes das freguesias.

Naturalmente que os povos não esgrimiam estes argumentos quando apresentavam as razões para a separação da matriz. Refugiavam-se antes noutros, menos “políticos” mas mais práticos. Invocavam a distância a que ficavam da matriz, as dificuldades de acessos (derivadas dos caminhos intransitáveis no Inverno e dos obstáculos naturais, como rios e cheias periódicas), a falta de assistência espiritual a doentes e moribundos, a existência de muitas “almas” que compunham o lugar, etc. Aos poucos, e perante os insistentes pedidos, as autoridades religiosas iam reconhecendo a validade de um ou outro argumento e acabavam por anuir à criação de novas freguesias, sem contudo deixarem de impor algumas condições.

Tudo isto aconteceu no espaço territorial do antigo concelho. A primeira localidade a tomar a iniciativa foi Eirol, que conseguiu a sua “independência” de Travassô e se firmou como freguesia autónoma, subordinada contudo ao convento de Grijó. Não se sabe como decorreu o processo de negociação desta separação, mas chegou até hoje a escritura feita entre os habitantes de Eirol e Carcavelos e os Cónegos Regulares da Congregação de Santa Cruz, que eram à data senhores dos bens do mosteiro de Grijó, em Travassô. Essa escritura, celebrada no mosteiro de Grijó, ficou registada nas notas do tabelião público judicial, Bernardino Rodrigues de Senna, do concelho de Gaia. Dessa escritura reza o seguinte:³²

“Saibam quantos etc... que no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil seiscentos e vinte annos, aos dezasseis dias do mez de Dezembro do dito anno, neste Mosteiro de Grijó q[ue] he dos Cónegos Regulares da Congragação de Santa Cruz de Coimbra, em a sala grande do dito Mosteiro, estando ahi presentes os muito Reverendos Religiosos Devoc-

³² O texto da escritura que se transcreve foi inicialmente publicado por Laudelino Miranda de Melo, *Travassô e Alquerubim e outras localidades da região do Vouga. Documentário histórico, geográfico, corográfico, genealógico, biográfico, literário*, Gráfica do Vouga, Aveiro, 1942, pp. 16-17. Por ser uma obra rara, optou-se por colocar aqui essa transcrição. Compete referir que não foi publicado na íntegra, mas apenas alguns excertos mais significativos.

tos, a saber, o Prior e Padres do dito Mosteiro e o Muito Reverendo Padre Dom Lourenço da Piedade, Prior do dito Mosteiro...”

“... por outra parte estando presentes Pêro André Velho, e Pêro Fernandes, moradores no lugar de Eyrol, que he na Freguezia de Sam Miguel de Travaçô, do Bispado de Coimbra, e Procuradores dos moradores dos ditos logares...”

“... e logo por elles Procuradores foi dito a elle Prior e Padres em nome de seus Constituintes q[ue] he verdadae q[ue] a dita igreja de Sam Miguel de Travaçô com todos os seus rendimentos he unida in perpetuum ao dito Mosteiro por bulas e concepções apostólicas, na qual Igreja e em todo o seu Districto o Mosteiro tem toda a Jurisdição espiritual como tem em todas as outras Igrejas unidas ao dito Mosteiro...”

Pediam “... por seus Procuradores ao dito Mosteiro, que suposto os inconvenientes, lhe consentisse que elles pudessem ter um Clerigo que na dita Ermida de Santa Eulália de Eyrol lhe dissesse missa todos os Domingos e Dias Santos do anno ficando obrigados a ir à Matriz todas as pessoas nos dias da Assumpção, do Pentecoste, de Sam Miguel de Setembro, de Todos os Santos, e assim irem à dita Matriz Baptizar, e receber os mais Sacramentos, e enterrar os defuntos...”

“... Como se vio em hum instrumento que apresentarão em signal publico de Silvestre Martins, Tabelião do Público Judicial nas villas de Segadens, e Recardens, e Brenhoido, pelo Duque Senhor dellas, feito q[ue] diz ser em sua Notta a dezassete de Outubro de mil seiscentos e vinte annos...”

“... o qual Padre Cura será obrigado a viver sempre no Districto do dito Mosteiro em forma que possa administrar os Sacramentos à satisfação dos freguezes da dita nova Parrochia, ao qual Padre Cura q[ue] o dito Mosteiro hade apresentar, assim elles freguezes da dita nova Parrochia lhes pagarão sua porção por inteiro que será de oito mil reis em cada hum anno pagos em duas pagas iguais que sera huma pelo Natal, e outra por Páscoa da Reçureição, e esta porção repartirão elles freguezes entre si...”

A 15 de Junho de 1621 foi baptizado o primeiro indivíduo na nova freguesia. Era do sexo feminino, de nome Maria, e filha de Manuel Gomes e Ana Maria. Os primeiros óbitos ocorreram no dia 1 de Janeiro de 1621 e foram de Gonçalo Gonçalves e Isabel João, casada com André Dias. O primeiro casamento celebrou-se a 5 de Maio de 1621 entre Domingos Dias e Maria João. Estava, logo no início de 1621, consumada a separação definitiva entre os lugares de Eirol e Carcavelos e a freguesia de Travassô, constituindo-se Eirol como sede da nova freguesia.

O segundo lugar a encetar o processo rumo à total independência da matriz original foi Fermentelos, já no século XVIII. Além de não ter sido muito pacífico, o processo foi bastante moroso e rocambolesco. Reza uma “estória” que,

sendo os habitantes de Fermentelos obrigados a sepultar os seus mortos em Requeixo, quatro rapazes se teriam oferecido para transportar um defunto à sede da freguesia a fim de ser sepultado. Apesar de ser época de cheia e os rios e a pateira estarem muito alagados, o melhor trajecto era a travessia de barco. Os quatro rapazes tinham já um estratagema arquitectado. Metido o defunto no barco, rumaram a Requeixo, mas a meio caminho, propositadamente, afundaram a embarcação, salvando-se a custo mas ficando o defunto “afogado” na Pateira, onde permaneceu até as águas baixarem. O povo, quando soube do sucedido, dirigiu-se a Coimbra protestando com o bispo pela desdita. Este terá percebido a situação e, compadecido, autorizou os fermentelenses a tratarem dos seus assuntos em matéria religiosa em Fermentelos, o que significaria a criação da freguesia.

Naturalmente que o processo foi bastante mais burocrático e conturbado que a simplicidade da “estória”. Certo é que, em Janeiro de 1722, o povo de Fermentelos pediu ao bispo de Coimbra a desanexação desta freguesia da de Requeixo. O bispo mandou recolher informações aos priores de Recardães e Eixo. Por ser amigo do prior de Requeixo este último foi bastante contestado pelos habitantes de Fermentelos, que sugeriram antes o prior de Aguada de Cima, mais favorável às suas pretensões. Mas o processo “emperrava” e em 1732 continuava tudo como dantes.

Em 1736, aproveitando a visitação efectuada ao arcediogo do Vouga pelo Dr. João Rodrigues Pereira de Figueiredo, os procuradores do povo de Fermentelos expuseram o caso e, com o Visitador a servir de mediador, chegaram a acordo com o pároco de Requeixo. Passados dois anos tudo continuava na mesma e os procuradores apelaram ao Rei, então D. João V. Este, em face dos argumentos apresentados, entre os quais “... *por mediar entre o sobredito lugar de Formentelos e a dita paróquia de Requeixo um rio em que se tem sucedido muitas desgraças, afogando-se nele muitas pessoas*” declarou, em carta de 3 de Outubro de 1738:

“Hei por bem, pelo que me pertence, dar o meu consento e permissão para que os moradores do lugar de Formontelos possam separar-se e desanexar-se da dita igreja matriz e paróquia de

*Requeixo, visto terem já licença do Ordinário de Coimbra para este efeito e que se lhes possa erigir em paróquia a dita nova capela e igreja da invocação de Santo André e na mesma terem pároco que lhes administre todos os sacramentos como a fregueses seus...*³³

Nem mesmo com esta carta do rei o processo andou para a frente, pois o pároco de Requeixo apelou para a Santa Sé e a questão ficou bloqueada por mais três anos, até que, em 1741, após novas negociações directas entre o povo de Fermentelos e o pároco de Requeixo, se chegou a um acordo. Por ele, o pároco de Requeixo retirava o recurso que apresentara na Santa Sé e comprometia-se a apresentar, manter e sustentar um cura anual em Fermentelos que fizesse a administração de todos os sacramentos e restante serviço espiritual. Em contrapartida, o prior de Requeixo receberia todos os dízimos e benesses de direito. Os habitantes de Fermentelos pagariam a um capelão e 50 reis anuais de contribuição por casa para a confraria do Santíssimo Sacramento, entre outras obrigações menores.³⁴

Este acordo foi firmado pouco antes de 25 de Abril de 1741, data do despacho favorável do Ordinário de Coimbra. Mas mais uma vez, a 31 de Dezembro do mesmo ano, tudo continuava na mesma. Desta feita, faltava a autorização do bispo de Coimbra, que é imediatamente pedida a 1 de Janeiro de 1742. O bispo pede novas informações sobre os rendimentos, nomeando para o efeito o pároco de Valongo e, em face da informação prestada a 12 de Janeiro desse ano, nesse mesmo dia despachou favoravelmente as pretensões dos fermentelenses, não como freguesia, mas como curato autónomo. A 24 de Junho de 1742 é celebrada a primeira missa.

O processo não morreu aqui. Sempre inconformados com a decisão tomada, os sucessivos párocos de Requeixo tentaram permanentemente fazer reverter o caso ao seu início, numa série de recursos e apelações, empregando os mais variados argumentos e movendo as influências mais convenientes. O processo, que seria longo de descrever, ficou definitivamente encerrado quando, a 26 de

³³ Artur N. Vidal *et al.*, *Fermentelos*, op. cit., pág.33.

³⁴ Artur N. Vidal *et al.*, *Fermentelos*, op. cit., pp.34-35.

Maio de 1853, o curato é elevado à categoria de priorado pelo vigário-geral da diocese de Aveiro, Dr. Manuel Tavares de Araújo Taborda, libertando Fermentelos da tutela de Requeixo.³⁵

O lugar que em seguida se separou de Requeixo foi Nariz, nos inícios do ano de 1819. Parece ter sido um caso mais pacífico, inserido num processo mais vasto de reorganização das freguesias da região. Em 1804, fora criada a vizinha freguesia da Palhaça por desanexação de Sosa e, em 1819, o bispo de Aveiro, D. Manuel Pacheco de Resende, ordenou a criação da freguesia de Nariz.

Na esfera eclesiástica a situação manteve-se mais ou menos calma até finais da década de quarenta do século XIX. Nesse intervalo deu-se a redistribuição de alguns lugares meiros entre freguesias, também sem grandes contestações. Assim, o bispo de Aveiro, D. António de Santo Ilídio da Fonseca e Silva, entendeu por bem resolver definitivamente a situação dos lugares de S. Bento, Cavadinha e Póvoa do Valado, meiros entre Eixo e Requeixo,³⁶ pela provisão de 8 de Agosto de 1843. Essa provisão encontra-se registada no Tombo da Igreja de Eixo a folhas 49v-53v. Utilizou-se a transcrição de António Valente Nunes Antão³⁷:

"D. António de Santo Ilídio da Fonseca e Silva, Bispo eleito, Vigário Capitular sede vacante do Bispado de Aveiro, do Conselho de Sua Majestade Fidelíssima que Deus guarde — Aos que esta nossa Provisão virem saúde e paz para sempre em Jesus Cristo Nosso Senhor. Fazemos saber que havendo chegado ao nosso conhecimento as graves privações, incómodos e prejuízos que resultam aos habitantes dos lugares da Povoia de Valado, São Bento e Cavadinha, meiros das freguesias de Eixo e Requeixo, do seu modo particular de existir quanto a Paro-

³⁵ Este processo encontra-se minuciosamente descrito em Artur N. Vidal *et al.*, *Fermentelos*, op. cit., pp.30-83, acompanhado da transcrição de alguma documentação, da qual, infelizmente, algumas vezes não cita as fontes.

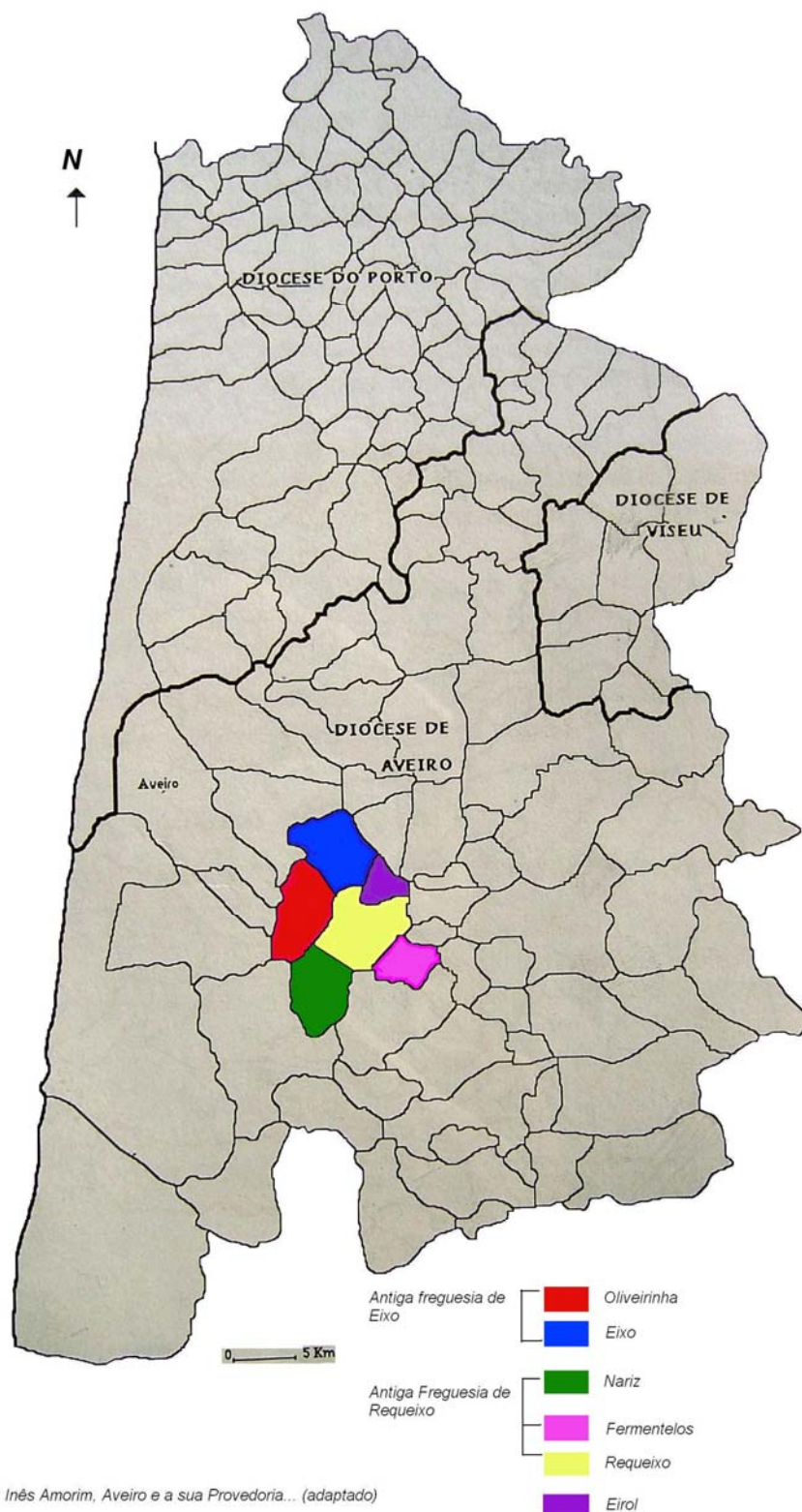
³⁶ Pertenciam a duas freguesias sem pertencer a nenhuma. Explicando melhor: isolados, com difíceis condições de acesso, quer pelo lado de Requeixo, quer pelo de Eixo, os lugares foram divididos por estas duas freguesias, não em território, mas por tempo, isto é, metade do ano (Primavera-Verão) pertenciam a Eixo, na restante parte do ano (Outono-Inverno) passavam para Requeixo – esta sempre estava mais próxima e o caminho a percorrer, apesar de mau, era mais curto.

³⁷ António Valente Antunes Antão, op. cit., pp. 149-150.

quia, sofrendo por ele a penosa e longa distância em que ficam por metade do ano da Igreja a que têm de recorrer, maiormente para a administração dos Sacramentos aos seus enfermos, acontecendo algumas vezes ignorarem mesmo a qual dos Reverendos Párocos das duas igrejas se devem dirigir por estes entre si alterarem aos meses as obrigações Paroquiais dos ditos lugares, havendo pelos referidos inconvenientes chegado a falecer alguns dos ditos enfermos antes de poderem ser socorridos com os necessários Sacramentos; e bem assim onerando os mesmos povos não só com a satisfação por inteiro a cada um dos referidos párocos daquelas igrejas com o direito chamado de capela mas também com os cargos das Confrarias delas, suportando assim ambos os casos suplicados encargos em relação aos demais habitantes dos lugares não meeiros das duas freguesias. Sendo mais conforme ao bem espiritual e temporal dos referidos habitantes dos lugares meeiros que estes tenham uma igreja paroquial permanente e que esta seja a mais próxima de suas habitações, evitando-se por este modo aqueles inconvenientes apontados: havemos por bem, depois de ouvidos os Reverendos párocos respectivos, ordenar que o mencionado lugar da Povia de Valado fique de ora em diante exclusivamente sujeito e fazendo parte da freguesia de Requeixo; e que do mesmo modo os lugares da Cavadinha e de São Bento com a sua capela fiquem pertencendo a freguesia de Eixo. E concedemos aos Reverendos párocos das mencionadas freguesias toda a jurisdição necessária para administrar os sacramentos e satisfazer aos mais actos e obrigações do ministério paroquial aos seus fregueses permanentes dos lugares que esta lhe ficam daqui em diante exclusivamente sujeitos. Esta nossa Provisão será autuada na Câmara Episcopal e também ai registada no livro competente, enviando-se copia aos Reverendos Párocos mencionados para lhe darem execução, devendo eles publicar o seu conteúdo a estação da missa conventual e mandar que o mesmo se faça nas capelas da sua dependência, pela mesma ocasião, e será também registada nos livros das freguesias. Dada em Aveiro sob o nosso sinal e selo, aos oito dias de mês de Agosto do ano de mil oitocentos e quarenta e três. Eu Luiz António da Fonseca e Silva, secretário que a escrevi. António, Bispo eleito de Aveiro".

O crescimento populacional verificado ao longo do século XVIII em toda a freguesia, em especial na parte sul da mesma, na zona que compreendia S. António da Oliveirinha, Costa do Valado e Quintãs, fazia pressupor que, mais tarde ou mais cedo, o desmembramento da freguesia inicial viesse a acontecer. A este crescimento é necessário adicionar a separação física entre os vários lugares: Eixo sede da freguesia, e a região da Oliveirinha. Apesar de ligados por estrada, de um ao outro mediavam sensivelmente três quilómetros de pinhal e alguns campos de cultivo. As duas comunidades viviam, quase se poderia dizer, de costas voltadas.

Mapa 4: As freguesias do antigo concelho de Eixo e a Diocese de Aveiro



Em face destes motivos, não seria de estranhar que Oliveirinha desejasse ter a sua própria freguesia. A tentativa de rebelião, que hoje em dia seria classificada de “selvagem”, aconteceu no ano de 1774. Era Reitor da freguesia o padre João Correia da Costa. “... no ano de 1774, o Padre Manuel António de Oliveira, por despacho que obteve sem que o povo e o Reitor soubessem, pôs um sacrário na capela da Oliveirinha; mas o povo [de Eixo] levantou-se e foram 24 pessoas com o Reitor João Correia da Costa a Coimbra, donde vieram com o Dr. Promotor à dita capela tirar o mesmo sacrário no dia 4 de Fevereiro do mesmo ano.”³⁸ Ao que parece, uma das razões da criação da freguesia de Oliveirinha, em 1849, foi o não cumprimento por parte dos párocos de Eixo da exigência de um cemitério e da administração dos últimos sacramentos na sua capela.

O sentimento de emancipação ficou todavia latente, até que, graças a influências e manobras políticas, por decreto de 2 de Maio de 1849, assinado pela rainha D. Maria II, foi criada a freguesia civil de Oliveirinha do Vouga, desmembrada da sede, Eixo.³⁹ Cumpridas as formalidades legais, em 11 de Agosto

³⁸ Venâncio Dias de Figueiredo Vieira, “Memória sobre a vila de Eixo” in *Boletim Municipal de Aveiro*, Câmara Municipal de Aveiro, N.º 3 (Abril 1984), pág. 61.

³⁹ A 5 do referido mês, foi expedida uma cópia desse Decreto ao Vigário Geral da Diocese de Aveiro e outra ao Governador Civil, através da Secretaria de Estado dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, sendo ao mesmo tempo publicado no Diário do Governo. Juntamente com o Decreto, seguia um ofício sobre as formalidades a cumprir por parte da Diocese. “Tendo Sua Majestade a Rainha por Decreto de dois do corrente mês, havido por bem autorizar a criação de uma nova Freguesia, no concelho de Eixo, com a denominação de Santo António de Oliveirinha composta dos lugares de Oliveirinha, Moita, Vale Diogo, Marco, Granja, Picoto, Costa do Valado, São Bento e Quintãs, actualmente compreendidas nos limites da Freguesia de Santo Isidoro de Eixo, em atenção aos motivos expedidos no referido Decreto: Manda Sua Majestade remeter ao Vigário Geral do Bispado de Aveiro a inclusa cópia autentica do mesmo Decreto; a fim de que ele Vigário Geral, inteirado da Resolução Régia, proceda convenientemente a todos os actos, que respeitam à sua Episcopal jurisdição e que são necessários para os efeitos eclesiásticos da criação da nova Paróquia, ficando na certeza de que nesta data se expedem as participações competentes ao Governador Civil do Distrito, para que preste toda a coadjuvação e auxílio, que dele depender para a inteira execução do que no negócio sujeito está resolvido. Há outro Sua Majestade por bem ordenar, que o mesmo Vigário Geral, efectuada que seja a organização da nova Paróquia, que pelo supradito Decreto e aprovada, dê parte para esta Repartição, declarando especificamente não somente os nomes dos diversos Lugares e Povoações que ficam compreendidos na circunscrição da Freguesia mas também o numero de fogos e almas de cada uma dessas Povoações — o nome do sacerdote a quem encomendar a cura paroquial enquanto competentemente se não resolve o provimento definitivo — o titulo distintivo que devera competir-lhe na classificação paroquial — e qualquer outro esclarecimento que convenha tomar-se nota na Estatística respectiva desta dita Repartição. Paço das

desse ano, o Vigário Geral deu conhecimento desta resolução ao pároco de Eixo na altura o Padre José Rodrigues Ferreira. Este processo de divisão não foi pacífico, tendo o pároco José Rodrigues Ferreira ficado bastante agastado com o mesmo, pois implicava a perda de rendimentos certos.⁴⁰

Ao fim de 260 anos o concelho de Eixo compreendia seis freguesias, das quais quatro bastante populosas: Eixo, Requeixo, Oliveirinha e Fermentelos. Mas o antigo concelho de Eixo duraria poucos anos mais, acabando por ser extinto e a maior parte das suas freguesias integrar o concelho de Aveiro.

O povoamento

A presença humana no território do antigo concelho de Eixo é bastante antiga remontando, de forma inequívoca, à época neolítica. Os testemunhos dessa presença são afiançados por vestígios materiais e toponímicos que perduraram até aos dias de hoje e também por documentação escrita da época medieval e posterior.

As primeiras referências à antiguidade da ocupação do território encontram-se, de forma iniludível, na toponímia que ainda hoje perdura. É sabido que o termo Mamoá (Mama, Mamua e outros) é a designação da cobertura de terra sobre os dólmenes ou antas construídos pelos povos do Neolítico. A sua existência em determinado local assinala a presença de uma comunidade do homem do Neolítico, revelando este tipo de monumentos um cuidado especial para com os mortos.

Necessidades em 5 de Maio de 1849 - José Marcelino de Sá Vargas". Transcrito por António Valente Antão, *Oliveirinha do Vouga*, op. cit., pág. 152.

⁴⁰ Prova desse facto foi o termo lavrado no *Tombo da Igreja Matriz*, a fls. 53: "Por Decreto de 2 de Maio de 1849 e ordem do Reverendíssimo Senhor Dr. Vigário Geral deste Bispado de Aveiro foram **tirados** à freguesia de Eixo os lugares da Oliveirinha, Vale Diogo, Mouta, Granjas, Picoto, Costa do Valado, São Bento e Quintãs compondo estes a nova freguesia de Santo António da Oliveirinha e ficando Eixo só com o lugar de Horta e Azenha de Baixo, como se mostra da Ordem escrita e assinada pelo dito Senhor Vigário Geral de 11 de Agosto de 1849, e

No que diz respeito aos vestígios materiais, sobreviveu até à actualidade apenas um exemplar de construção megalítica num local que a população chama Mamoá, na freguesia de Nossa Senhora de Fátima (anteriormente pertencente à freguesia de Requeixo), próximo do lugar de Mamodeiro (e presente nas cartas militares). Ambos os topónimos (Mamodeiro e Mamoá) apontam, sem margem para dúvidas, para a presença deste monumento megalítico. Nas proximidades encontra-se ainda um outro topónimo relacionado com os anteriores – Azenha do Mamoal.

O referido monumento funerário neolítico não apresenta uma estrutura lítica perimetral (que terá sido removida presumivelmente na época medieval), nem vestígios da câmara funerária (deduzindo-se a sua existência a partir da contrafortagem lítica encontrada). Não sendo possível definir com clareza a sua tipologia, é no entanto de crer que se trataria de um monumento de câmara simples, de dimensões relativamente avantajadas (4 metros de diâmetro). No seu conjunto, a mamoá, de forma circular (tendendo para ovalada), apresenta um diâmetro de 30 metros.⁴¹

Mas a riqueza toponímica referente ao megalitismo alarga-se a outros pontos do antigo concelho. Na freguesia de Oliveirinha, em documentação do Conde D. Henrique e de D. Teresa, datada de 1106, surge uma referência ao topónimo Mouta da Mamua: “...*una parte quomodo sparte cum Exu per lo canal que intrat in Vouga subinte ad uale da Fontanele deinde pela Mouta da Mamua....*”.⁴² A descrição efectuada no documento aponta para a localização desta mamoá no actual lugar da Moita; no entanto dela não restam quaisquer vestígios, nem hoje se referencia o topónimo. Não muito distante, para nascente relativamente ao local anterior, surge, na divisória entre as actuais fre-

quem promoveu esta desmembração foi o Dr. Manuel Gonçalves Madail, que por bem conhecido se não confronta, e pela muita adesão que tinha a igreja. Sublinhados no original.

⁴¹ Conferir o trabalho de Fernando Pereira da Silva, “Relatório da campanha de escavações 3/94: Mamoá de Mamodeiro – N.ª Sr.ª de Fátima – Aveiro”, in *Boletim Municipal de Cultura e Património*, Câmara Municipal de Aveiro, 12/1997, pp. 81-87; veja-se também para uma resenha histórica das intervenções efectuadas no monumento – Maria Miguel Lucas, “Monumento megalítico de Mamodeiro”, in *Boletim Municipal de Aveiro*, 1989, nº 13-14; pp. 9-14.

⁴² A. Rocha Madahil, *Colectânea de Documentos Históricas*, vol. I, Câmara Municipal de Aveiro, Aveiro, 1959, pág. 21.

guesias de Eixo e Oliveirinha, outro topónimo relacionado com o megalitismo: Mama da Pega, Mama de Pegas ou Mama da Pageira. Do presumível monumento megalítico também nada resta a não ser o topónimo, ainda hoje reconhecido pela população. Os arroteamentos de vastas superfícies agrícolas e a construção de habitações terão conduzido à destruição desses monumentos megalíticos. O monumento que sobreviveu, atrás referido, deve o seu reconhecimento ao facto de se encontrar em zona de pinhal nunca aproveitado (desbravado) para terreno agrícola.

Da presença romana na região do antigo concelho de Eixo praticamente nada se encontra além de alguma cerâmica, constituída principalmente por restos de *tegula* e *ímbrex*, que aparecem ocasionalmente em vários lugares dispersos, próximo de antigos barreiros. No entanto, sabe-se ter existido uma cidade romana – Talábriga, referida no *Itinerário* de Antonino Pio. Segundo os dados deste autor coevo, situar-se-ia próximo da foz do Vouga ou do Marnel, não muito distante do espaço ocupado pelo antigo concelho de Eixo. Todavia, até hoje ainda não foi localizada com segurança.

Da época tardo-romana encontram-se vestígios arqueológicos de dois fornos cerâmicos. O primeiro, situado num local designado por Ribeirinho, junto a uma linha de água, foi descoberto em 1986. Após uma primeira escavação⁴³ ficou ao abandono, exposto aos elementos naturais e antrópicos que sobre ele exerceram um inevitável processo de degradação. Em 1994, houve nova campanha de limpeza e preparou-se um projecto de recuperação e valorização do arqueosítio,⁴⁴ projecto que não chegou a ser levado a bom porto, tendo tudo ficado na mesma. Este forno destinava-se à produção de materiais para construção, nomeadamente *tegula*, *ímbrex*, tijoleira e possivelmente tijolos para componentes de colunas. A sua tipologia enquadra-se na de outros fornos semelhantes, encontrados em várias zonas do país – Quinta do Paço em São

⁴³ Artur Jorge de Almeida, "Forno cerâmico de Eixo", in *Boletim Municipal de Aveiro*, n.º 7, 1986, pág. 25-26.

⁴⁴ Fernando Pereira da Silva, "Recuperação e valorização do Forno Romano de Eixo", in *Boletim Municipal – Cultura e Património*, Câmara Municipal de Aveiro, 1997, pp. 78-80.

Miguel da Facha (Ponte de Lima), Canelas (Vila Nova de Gaia) e Santa Marta de Penaguião.⁴⁵

Em 1995 foi encontrado o segundo forno cerâmico, presumivelmente de época semelhante ou um pouco mais tardia que o primeiro. A sua localização, ligeiramente mais a sul, obedece aos mesmos requisitos do anterior: proximidade de uma linha de água (por sinal a mesma do primeiro), elemento indispensável para a preparação e moldagem das pastas cerâmicas, e presença de um barreiro para a extracção da matéria-prima. Apesar de não estar ainda escavado de forma sistemática, os primeiros elementos recolhidos são suficientes para perceber que se trata de uma estrutura muito semelhante à do anterior.

Da mesma forma que a toponímia revela pistas para a localização de monumentos megalíticos, também aponta para a existência de lugares com ligação à “indústria” cerâmica. Proliferam no território do antigo concelho de Eixo designações de alguma forma associadas à argila. É o caso do topónimo “barreiro”, na sua forma simples (Barreiro, Barrimau, Barreira, Barros, etc.), ou em múltiplas e variadas associações das quais Barros de Verba, rua do Barrimau, Barreira Branca, Cova do Barro são alguns exemplos. Outro é o do topónimo existente na freguesia de Eixo, junto à povoação de Horta, que designa um local como sendo a *Costa do Forno*. Nele ainda não se encontrou qualquer forno cerâmico, e eventualmente até se poderia tratar de um forno para outros fins, mas a sua proximidade de uma linha de água, como nos casos anteriores, a presença de terrenos argilosos nas imediações e o frequente aparecimento no local de fragmentos de *tegula* e *imbrex* (popularmente designados por “telhões”) levam a supor ter existido ali, algures, um forno cerâmico.

Estes achados arqueológicos relacionados com os primórdios da actividade cerâmica permitem colocar de forma relativamente segura o povoamento da região, com um carácter de permanência, nos finais da época romana ou inícios da suevo/visigótica. Além do mais, a tradição cerâmica na região manteve-se ao longo de todo o tempo, da época medieval aos dias de hoje, em varia-

⁴⁵ Cf. Artur Jorge de Almeida, *op. cit.*, pág. 25.

dos locais do antigo concelho. As referências documentais à profissão deste ou daquele indivíduo são quase constantes e não surgem apenas nos registos paroquiais. Na documentação escrita compulsada encontrou-se uma primeira referência a um João forneiro de Eixo, inserta no testamento datado de 1555 de Jorge Soares da Silva (escrivão dos órfãos e das câmaras de Eixo, Paus e Óis da Ribeira e filho do primeiro donatário do prazo da Granja - Jorge Silva Tenreiro),. Nele o escrivão ordena que se pague ao dito João forneiro a quantia de 1540 reis, valor ainda não liquidado pelo qual lhe adquirira um milheiro de telha.⁴⁶

A produção de cerâmica, nomeadamente da telha, continuou ao longo do tempo em vários lugares, encontrando-se nova referência no livro do Tombo da igreja de Eixo, num dos capítulos da visita realizada a 23 de Julho de 1722. Nessa data, Baptista João, viúvo de Oliveirinha, atesta que *“até ao presente mandou sempre dizer duas Missas, que deixou e instituiu verbalmente, sem testamento, Manuel Francisco do Forno, do dito lugar, impostas em **umas terras donde se tirava o barro para o forno da telha, [...] a qual terra ou barreiros possuía ele administrador com a obrigação das ditas duas Missas, em cada um ano.**”*⁴⁷ Outra menção à actividade cerâmica surge num contrato de aforamento datado de 22 de Maio de 1795, efectuado pela casa de Bragança a favor de João Gonçalves de Figueiredo, que refere *“uma terra no sítio das Benfeitas, onde existia um **forno de telha**”*⁴⁸. A arrematação foi feita em hasta pública pela importância de 11 200 réis. Venâncio Dias Vieira informa ainda que, em meados do século XIX, *“no sítio do Rego, no alto do prédio de Manuel Marques Vieira a correr ou perto do caminho que vai para a Silha Sardinha, aparecem a pouca profundidade **vestígios de um pequeno forno de telha ou louça, e uma pequena cova de se tirar barro no dito caminho.**”*⁴⁹

⁴⁶ Cf. João Gonçalves Gaspar, *Eixo na História*, op. cit., pág. 67.

⁴⁷ Cf. João Gonçalves Gaspar, idem, pág. 96. Acrescentou-se o sublinhado.

⁴⁸ Idem, pág. 140. Acrescentou-se o sublinhado.

⁴⁹ Venâncio Dias de Figueiredo Vieira, op. cit., pág. 43. Acrescentou-se o sublinhado.

Retornando ao assunto principal, as primeiras referências escritas sobre Eixo e Fermentelos surgem em 1050, num inventário de propriedades que possuíam Gonçalo Viegas e sua mulher, D. Flâmula Honoriques (trineta de Ramiro II, rei de Leão). A primeira referência a Eixo aparece grafada como *Exso*: “*in exso corte (...) de uilla que fuit de sandro fofiz medietate integra.*”; e sobre Fermentelos o documento regista: “*Et in riba de certuma uilla paratella ad integro. Et faramontanellos ad integro [...] faramontanellos que fuit de auolengo.*”⁵⁰ As referências a estas duas localidades não deixam de transportar novamente o tema do início do povoamento desta região e recolocam sobre a mesa a importância da toponímia para o estudo das populações.

Muito se fantasiou já a propósito destes dois topónimos (Eixo e Fermentelos).⁵¹ A mais recente interpretação, que parece a mais assisada, remete a sua origem para a língua sueva e escora-se nas formas assumidas na documentação dos séculos XI e XII. O topónimo Eixo (*Exso, Exu, Exo, Hexo*) aproxima-se do topónimo *Eiche*, que em alemão significa “*carvalho*” (recorrente na região da Alemanha renana, ocupada durante séculos pelos chamados germanos ocidentais, dos quais os suevos e lombardos eram representantes), e encontra-se ainda na profusão de outros fitotopónimos na região.⁵²

Do topónimo Fermentelos são também de afastar filiações fantasiosas que o decompõem em *foro+monte*. A filiação natural do topónimo deriva, segundo Manuel G. Carvalho, de uma mesclagem de *fara+montanu+ellus*, ou seja, do germânico (suévico)+latim+sufixo latino. “*Fara(n)*” significa, em germânico, “*andar em veículo*”; o “*montanu*”, em latim (também assimilado pelos germâni-

⁵⁰ A. Rocha Madahil, *Colectânea...*, op. cit., pág. 9; Coloca-se a questão de como entender a palavra “*uilla*”. Casal ou divisão administrativa? Em face da conjuntura e condicionalismos da época, a opção recai sobre a primeira hipótese. Segundo Orlando Ribeiro, no seu artigo “Povoamento” (in Joel Serrão, coord., *Dicionário de História de Portugal*), o termo vila conserva até tarde, em documentos medievais, o sentido latino de “*casa de campo*” ou “*quinta*”(...).

⁵¹ Cf. Manuel Gonçalves Carvalho, *Povoamento e vida material no concelho de Aveiro – apontamentos para um estudo histórico toponímico*, tese de mestrado policopiada, Aveiro, 1999, pp. 190-195.

⁵² Idem, *Povoamento e vida material...*, op. cit., pág. 192. Embora o autor não descarte completamente outras possibilidades (do latim *Ascius*, do céltico *exe* ou do vasco *etxe*) inclina-se peremptoriamente para a alternativa sueva.

cos), significa “*construção de cabanas de montanha*”; e o sufixo latino “*ellus*” significa “*dependência em relação a algo ou alguém*”. Conjugando os vários dados⁵³ com a geografia e a história da região, um todo coerente parece formar-se. A proximidade da serra do Caramulo pode indiciar a proveniência dos primeiros povoadores; a sufixação final, que indica dependência em relação a algo ou alguém, pode significar que esses povoadores eram originários de um assentamento anterior no Caramulo, de onde teriam partido. No concelho de Águeda, existe uma povoação com a designação de Fermentões, que bem poderá ter sido a proveniência dos primeiros povoadores de Fermentelos, dada a sua proximidade. Em termos históricos, esta região integra-se plenamente no espaço que constituiu o antigo reino suevo antes da sua subjugação aos Visigodos e, coincidentemente ou não, é apenas nesta região da Península Ibérica que abundam as localidades com a mesma raiz toponímica. Como exemplos apontem-se alguns casos: Fermentães (Marco de Canaveses), Fermentãos (Bragança, Paredes e Cinfães), Fermentelos (Águeda, Tondela e Viseu), Fermentelos (S. Pedro do Sul), Fermentões (Sabrosa, Guimarães, Paços de Ferreira e Águeda), Faramontáns (Pontevedra), Faramontaos (Orense), Faramontanos (Zamora), etc. Fora da Península Ibérica, os topónimos com a mesma origem linguística e etimológica apenas se encontram na Lombardia italiana. Se a estes elementos se adicionarem os vestígios arqueológicos dos fornos tardo-romanos encontrados em Eixo, já referidos, é possível situar o início do povoamento desta região por alturas dos séculos V-VI desta era, ou mesmo um pouco antes.

Se o documento de onde se partiu (de 1050) pouco mais esclarece que pelo menos parte de Eixo era de Gonçalo Viegas e que a posse de Fermentelos já viria desde o tempos dos seus avós, permite por outro lado levantar a suspeição de que o acidente geográfico designado por *pateira de Fermentelos* (uma lagoa na qual o rio Cértima “desagua e volta a nascer”) talvez ainda não existisse. No mesmo documento a referência a Fermentelos localiza este lugar em “*riba de certuma*”. Vinte e sete anos depois, outro documento reforça a localiza-

⁵³ Elementos gentilmente fornecidos por Manuel Gonçalves Carvalho.

ção da povoação, sem qualquer alusão à laguna, levando a crer que esta ainda não estaria formada.⁵⁴

Em 1079 surge outra menção a Eixo. Numa escritura de doação, D. Flâmula Honoriques, agora na condição de viúva de D. Gonçalo Viegas, doa em favor dos monges do mosteiro de Pedroso vários bens “... *com excepção de toda a metade de Eixo e de Ois, que são da minha prima D. Teresa Fernandes, filha de D. Fernando Gonçalves do Marnel, esposa de Mem Viegas*”.⁵⁵ Nova referência a Eixo aparece enunciada num dote de Gonçalo Luz a sua esposa Unisco, no ano de 1081.⁵⁶ Em 1095, Zoleima Gonçalves e Zoleima Roupariz efectuam uma doação de várias propriedades e bens à igreja de Eixo.⁵⁷ Este acto, relativamente comum para a época, apresenta dois aspectos importantes. Um deles é a localização de Eixo com um nível de precisão muito grande, para que não surgissem dúvidas (“*in uilla exo subtus ciuitas marnele discurrente riolum uauga territorio colimbriense*”⁵⁸), e a consequente identificação da cidade do Marnel junto ao Vouga, lugar de referência importante em toda a região. O segundo aspecto significativo diz respeito à primeira informação escrita sobre a igreja de Eixo, de invocação de S. Isidoro de Sevilha. Reza o documento a este propósito: “*facimus testamentum in onore sancti salbatoris sancte marie uirginis et homen corum apostolorum corum reliquie quod scripta sunt in loco sancti issidori que est fundatum in uilla exo...*”⁵⁹

⁵⁴ Este segundo documento, datado de 1077, consta de um inventário dos bens de D. Gonçalo Viegas e de sua mulher, D. Flâmula. Nele se refere novamente Fermentelos (“*de auolengo faramontanelos in riba de certuma*”), mas já não se menciona Eixo. Cf. António G. Rocha Madahíl, *Colectânea de Documentos Históricas...*, op. cit., pág. 14. A expressão *riba de certuma* significa textualmente *sobre o Cértima*, o que indica estar o rio perfeitamente definido e perceptível, o que não é hoje o caso, dada a presença da vasta lagoa que é a pateira de Fermentelos, onde o Cértima tem a sua “primeira foz”.

⁵⁵ João Gonçalves Gaspar, *Eixo na História*, op. cit., pág. 36.

⁵⁶ António G. Rocha Madahíl, *Colectânea de Documentos Históricas...*, op. cit., pág. 16: “*Villa Exu cum ajunctionibus suis;*”

⁵⁷ Idem, pág. 17.

⁵⁸ “*na vila de Eixo abaixo da cidade do Marnel, descendo o rio Vouga em território conimbriense.*”

⁵⁹ Idem. “*Fazemos testamento em honra do Santo Salvador, da Virgem Santa Maria, do coro dos apóstolos, do coro das relíquias que estão instituídas no lugar de Santo Isidoro fundado na vila de Eixo.*”

Data de 1106 o documento (já referido) do Conde D. Henrique que doa ao mosteiro de Lorvão metade de Cacia e no qual aparece a primeira indicação da existência do lugar da Moita.⁶⁰ Sessenta anos mais tarde, ao doar ao Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra várias propriedades, D. Afonso Henriques incluiu nesse lote o lugar de Eirol.⁶¹ É a primeira alusão escrita a esta localidade, que surge grafada como “*Auriol*” (antropotopónimo presumivelmente de origem latina⁶²). Em 1174, também pela mão de D. Afonso Henriques, é feita nova doação (agora ao mosteiro de Lorvão), em que aparece mencionado mais um lugar do antigo concelho de Eixo – Verba,⁶³ com os seus termos, direitos e pertenças. Dois anos mais tarde, em 1176, a doação anterior é reforçada, mas surge a referência de que os limites de Verba se situam próximo do lugar de Valado (“*Altera uero uocatur Verua quomodo diuidit cum terminus proximis ad Valadi.*”⁶⁴). Ora, o lugar do Valado (termo de origem problemática⁶⁵) é também pertença do antigo concelho de Eixo, tornando-se esta a primeira data documental que o referencia. Este topónimo desapareceu no decorrer do século XVIII, passando a ser identificado com o lugar de S. Bento,⁶⁶ situado sensivelmente a meio caminho entre outros dois lugares – Costa do Valado, na freguesia de Eixo (actualmente pertencente a Oliveirinha), e Póvoa do Valado, que pertencia a Requeixo (hoje N.^a Sr.^a de Fátima). O lugar de Verba é, ao presente, parte integrante da freguesia de Nariz.

Em Maio de 1183, num outro documento, surge, entre outras, uma menção a novo povoado do antigo concelho de Eixo: Taipa. Trata-se de uma escritura de venda de alguns casais na região do rio Vouga, feita por Godinho Soares e sua

⁶⁰ Cf. nota 42 deste capítulo.

⁶¹ António G. Rocha Madahíl, *Colectânea de Documentos Históricos...*, op. cit., pág. 28.

⁶² Cf. Manuel Gonçalves Carvalho, *Povoamento e vida material...*, op. cit., pág. 189.

⁶³ António G. Rocha Madahíl, *Colectânea de Documentos Históricos...*, op. cit., pág. 31.

⁶⁴ António G. Rocha Madahíl, *Colectânea de Documentos Históricos...*, op. cit., pág. 32.

⁶⁵ Segundo Manuel G. Carvalho poderá ser procedente do plural latino *vallatu* (propriedade cercada por sebes ou valas) ou do árabe *baladiyyûn* > *baladi* (“primeiros colonos”), associando-o com um primeiro povoamento dos invasores árabes. Cf. Manuel Gonçalves Carvalho, *Povoamento e vida material...*, op. cit., pág. 270.

⁶⁶ Já não deixa dúvidas a identificação do *Vallade* com o actual S. Bento. Se deixasse, a informação paroquial de 1721 seria suficiente para esclarecer de forma cabal. Nela diz o pároco Manuel Antunes Varela que “*Há mais huã Capella de S. Bento no Lugar de Vallade meeira á esta freguesia E á de S. payo de Requeixo.*” António G. Rocha Madahíl, “Informações

mulher, Maria Soares, ao mosteiro de Lorvão. Entre eles figuravam casais localizados em Eixo, Taipa e Valado (“*Jn eyxo, unum casalem. (...). Jn atápia, unum casalem. Jn ualadi, unum casalem.*”⁶⁷). Alguns anos mais tarde, em data incerta mas que se pode admitir ser 1209 ou 1229, aparece a primeira referência a Requeixo. Trata-se de um documento onde são elencadas as igrejas do bispado de Coimbra que eram de padroado régio, isto é, aquelas onde o rei tinha o privilégio de apresentar o clérigo, na sequência de um antigo direito de propriedade assente no financiamento da construção das respectivas igrejas. Desse rol emergem, entre muitas respeitantes ao bispado de Coimbra, a “*ecclesia De Requeixo*” e a de “*Sanctus Ysidorus De Exo*”⁶⁸.

Revela-se importante efectuar, nesta fase, uma síntese dos lugares já referenciados na variada documentação escrita compulsada, excluindo a referente aos achados arqueológicos. Até ao momento, foram identificados na referida documentação os lugares de Eixo e Fermentelos (1050), Moita da Mamua (1106), Eirol (1166), Verba (1174), Valado (1176), Taipa (1183) e Requeixo (1209 ou 1229). O documento seguinte, datado de 1220, referente às primeiras inquirições gerais mandadas efectuar por D. Afonso II (com o objectivo de recuperar direitos e propriedades que, de forma abusiva, eram usurpados por nobres, senhorios eclesiásticos e ordens militares), é importante não apenas como marco significativo na centralização do poder régio, mas também pelo seu interesse particular para a região que é objecto deste trabalho. A metodologia empregue para a consecução dos objectivos em vista assentava primordialmente num inquérito onde, perante juízes e delegados régios, eram recolhidos os depoimentos de testemunhas locais (devidamente identificadas) sobre a situação das propriedades.⁶⁹

Apesar de não apresentar uma ordem geográfica muito coerente, o documento é suficientemente claro na indicação dos nomes dos inquiridos, das localidades

paroquiais do Distrito de Aveiro de 1721”, in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, 1939, vol. V, pág. 139.

⁶⁷ António G. Rocha Madahíl, *Colectânea de Documentos Históricos...*, op. cit., pág. 35.

⁶⁸ António G. Rocha Madahíl, *Colectânea de Documentos Históricos...*, op. cit., pp. 44-50.

⁶⁹ José Matoso, “Dois séculos de vicissitudes políticas”, in *História de Portugal*, dir. de José Matoso, vol. II [23-164], Círculo de Leitores, Lisboa, 1993, pp. 111-112.

envolvidas (algumas pela primeira vez), assim como dos respectivos tributos. A primeira mencionada é Requeixo, onde doze indivíduos são inquiridos: *Pelagius batalia prelatu*, *Pelagius gunsaluiz*, *Gonsalus saluati*, *Petrus Pelagiz*, *Pelagius petri*, *Menenduz pelagiz*, *Gonsalus gunsaluiz*, *dominus aluarus*, *Fernandus Moniz*, *Dominicus Nuniz*, *Dominicus aluariz*, *Dominicus michaelis*.⁷⁰ O documento refere ser metade da igreja de Requeixo de padroado régio e toda a vila ser reguenga, estando obrigada ao pagamento da quarta de pão, linho, vinho e um molho de lenha, para além de três teigas⁷¹ de pão de terceado. Pagavam ainda de eirádiga dois capões e dez ovos, entre outras obrigações. A presença de doze indivíduos constitui o maior rol de testemunhas convocado neste inquérito, em qualquer uma das terras onde foi feito. Tal facto poderá ter um significado importante, que não se descortinou.

Um dos lugares novos mencionado é o Carregal, inserido em Requeixo. Tal como em Fermentelos, nessa localidade não é indicado o número de casais existentes, por serem terras reguengas. O responsável é *Petrus Martiniz sabastiani et uillam de Carregal*. Surge também Eirol (desta vez grafado como

⁷⁰ António G. Rocha Madahíl, *Colectânea de Documentos Históricas...*, op. cit., pp. 56-66. Mantiveram-se os nomes na grafia original. Por se considerar interessante, apesar de várias vezes transcrito, plasma-se aqui a parte do documento referente às localidades sobre as quais este trabalho se debruça: *De Requexo. Pelagius batalia prelatu; Pelagius gunsaluiz; Gonsalus saluati; Petrus Pelagiz; Pelagius petri; Menenduz pelagiz; Gonsalus gunsaluiz; dominus aluarus; Fernandus Moniz; Dominicus Nuniz; Dominicus aluariz; Dominicus michaelis. Jurati et interrogati de patronatu ecclesie dixerunt quod dominus rex est patronus de medietate ipsius ecclesie. Interrogati de regalengo dixerunt quod villa est regalenga et dant inde quartam de pane et Lino et vino et moolo de estiua et iij. Teigas de pane terciato pro eiradiga. Ij capones .X. ouos. Et si habuerint uacam tenreiram .J. caseum et coonam de manteiga. Sin autem V. denarios et espadoa et carazil et vitam maiordomo et faciunt ramatam domino regi in uallongo. Et tenet petrus martiniz sabastiani et uillam de Carregal. Et de uilla de Carregal dant. VIIJ^{am}. De pane et vino et Lino et nom dant eiradigam de uino neque de Lino neque faciunt carreiram et non ponunt pedem de uuas nisi unam uicem. Et de pane dant. Vj. Alqueires in eiradiga de pane terciato et J. capom quilibet per se et non dant uitam maiordomo. Et pro fogacia .J. teigam de tritico. De foramontaelos villa est tota regalenga et dant inde quartam de pane et Lino et uino. V^{am}. Et moolio de estiua et de terra quam ruperint dat VJ^{am} et pro eiradiga. Iij. Teigas de pane tertiatum et pro espadoa almude de tritico et .J. gallinam quilibet per se pro fogazis Vj. Alqueires de tritico. IJ. Capones .X. ouos et uidam maiordomo. De uaca tenreira .J. caseum et mantecam et de vino in eiradiga .J. almude, et ponunt pedem de uuis tres vices. In Ourol sunt tria casalia [de] regalengo et tenet dominicus Egee in prestamo et faciunt tale forum sicut de foramantaelos. In Cacaueiros sunt tria casalia de regalengo et tenet Stephanus martiniz digal. Et in orta .V. casalia et tenet stephanus martiniz. Interrogati de hereditatibus ordinum dixerunt quod lorbario habet in orta J. casale Sanctus Tirsus .J. casale Ecclesiola .J. sancta cruz iij. Casalia.*

⁷¹ Medida variável de 2 ou 3 alqueires, conforme se tratasse de cereal ou sal, respectivamente.

Ourol), com a indicação da existência de três casais reguengos pertencentes a *dominicus Egee*, sob a forma de préstito, pagando de foro o mesmo que Fermentelos.

A primeira novidade é dada pela localização do lugar de Carcavelos (*Cacaue-los*) nas proximidades de Eirol, de cuja freguesia será, mais tarde, parte integrante. É possível que, no documento de 1050 (inventário das propriedades que D. Gonçalo e D. Flâmula possuíam), esta povoação já se encontrasse referenciada sob o nome de *porto de belli*.⁷² No entanto, a descrição inserida no documento revela-se bastante imprecisa no que diz respeito às confrontações dessa localidade, o que conduz a uma identificação taxativa muito problemática. Noutro documento de 1116 (doação do conde D. Henrique ao mosteiro de Lorvão⁷³), existe outra referência a *Belli*, desta vez sem qualquer indicação de limites. Apenas o aparecimento de nova documentação referente a este lugar, nos anos que medeiam entre 1116 e 1220, poderá lançar alguma luz sobre a matéria e justificar, em último caso, a passagem de *Belli* a *Cacaue-los*. Em Carcavelos existiam, segundo a inquirição, três casais reguengos possuídos em préstito por *Stephanus martiniz*.

Outra localidade mencionada neste documento é Horta (*orta*), onde existiam ao todo doze casais, dos quais cinco pertenciam ao mesmo *Stephanus martiniz*. Dos restantes sete, um cabia ao mosteiro de Lorvão, outro a Santo Tirso, quatro a Santa Cruz e à igreja o sobranço. Esta povoação situada entre Eirol e Eixo fica localizada num cabeço sobranceiro ao rio Vouga, voltada para nascente e para os férteis campos que se encontram subjacentes, a salvo das habituais

⁷² António G. Rocha Madahil, *Colectânea de Documentos Históricos...*, op. cit., pág. 11: “*Lali quomodo diuide per illa insula de pingnero et de saualanes per ut illa conbona solent facere sancta Maria de lamas medietate integra per suos terminos per ut sparte per illa petra de contenta et de alia parte per illa lagona de sub porto de belli et comodo diuide de alia parte uauga per cima de illa lacona de sub porto de belli in suo directo diuide cum belli.*” Manuel G. Carvalho é desta opinião, propondo que o nome tanto pode derivar de “um antropónimo como de um etnónimo: no primeiro caso um nome gentilício de origem céltica e, no segundo, um nome étnico referido aos *Belli*, povo celtibérico...” (Manuel Gonçalves Carvalho, *Povoamento e vida material...*, op. cit., pág. 177). É provável que a expressão *per illa lagona de sub porto de belli* se refira à actual pateira de Fermentelos, ficando *belli* situada entre o rio Vouga e a dita pateira, o que condiz com a localização actual de Carcavelos.

⁷³ António G. Rocha Madahil, *Colectânea de Documentos Históricos...*, op. cit., pág. 22.

cheias invernais. Como nota final a este documento fica o facto curioso de não existir nele qualquer referência a Eixo, excepto quando são indicados os limites das propriedades dos herdeiros do conde D. Mendo, inseridas no termo de Macinhata e nas proximidades de Eixo.⁷⁴

Em documento posterior, datado de 1282, referente a nova inquirição nas terras do Vouga (vulgarmente conhecido por “*Rol das Cavalarias do Vouga*”), é possível avaliar a extensão da riqueza dos cavaleiros vilãos na região. Era condição *sine qua nom* para se ser considerado *cavaleiro vilão* possuir o estatuto de homem livre e proprietário, e ser-se detentor de bens cujo montante permitisse a posse de cavalo e armas para cumprimento do serviço militar. No século XIII, data do documento referido, o valor em numerário dos bens necessários para preencher essas condições corresponderia, aproximadamente, a 300 morabitanos.⁷⁵ A “*cavalaria*” propriamente dita consistia, nos primeiros tempos da monarquia portuguesa e da reconquista, na prestação de serviço militar obrigatório durante um período de tempo determinado (normalmente sete semanas anuais), empregue em expedições armadas contra os muçulmanos. No entanto, esta instituição distingue-se claramente do *fossado* (serviço militar obrigatório devido ao rei, prestado por cavaleiros e peões, por força do estatuto no foral e, como tal, sem qualquer contrapartida) pelo facto de a *cavalaria* consistir na dita obrigatoriedade de prestação de serviço militar com cavalo e armas, como contrapartida de uma concessão pessoal de bens fundiários sob a forma de préstamo, à qual se acrescentava a obrigação de *anúduva* (prestação de serviço a cavalo, como vigilante, na execução de determinados trabalhos)⁷⁶.

⁷⁴ António G. Rocha Madahil, *Colectânea de Documentos Históricas...*, op. cit., pág. 65. *De hereditate filiorum Comitum domini menendi quam habet in uouga preter Exo et de omnibus hereditatibus ordinum que sunt in uouga faciunt tale forum maiordomo domini regis de quolibet casale .ij. gallinas et alqueire de tritico et alqueire de vino et alqueire de ceuada. Et hereditas de sancta Crux de colimbria et de hospitali solebant dare hoc forum et modo non dant illud. Et hereditas de Templo quam ibi habet nunquam dedit forum istud.*

⁷⁵ Apesar de não fazer parte da nobreza, o *cavaleiro vilão* gozava de um considerável leque de privilégios que o distinguiam do restante povo. Veja-se a este propósito A. H. de Oliveira Marques, “Cavaleiro-vilão”, in *Dicionário de História de Portugal*, dir. de Joel Serrão.

⁷⁶ Cf. José Matoso, “Os concelhos” in *História de Portugal*, dir. De José Matoso, vol. II, [205-242], pp. 222-223.

Embora não traga novidades em termos de referência a outras localidades no antigo concelho, este documento⁷⁷ é interessante pois revela a quantidade de *cavalarías* existentes na região do Vouga e identifica alguns desses *cavaleiros vilãos*, assim como a localização das respectivas propriedades recebidas sob a forma de préstamo. Ao todo, encontram-se referenciadas três *cavalarías* em Eixo: uma pertencente ao conde D. Domingos e anteriormente a *Meem iohannis*; outra pertencente aos filhos do dito conde; a terceira à igreja. Estas informações foram prestadas por *Giral piriz*, *Steuam steuays* e pelo *Juyz dEyxo*, que não é identificado pelo nome. Ainda referente a Eixo, noutro passo do documento, *Pedreanes priol de Eyxo* é citado como sendo possuidor de *huma montaria del Rey*, em Macinhata do Vouga.

Em Requeixo foram interrogados *Joham paez*, *Dom Giraldo* e *Dom Lourenço do Caregal*. O primeiro refere ter existido em Requeixo uma *cavalaria* que fora *dAlueira* e que agora estaria na posse de *Martim buual*. Os dois últimos referiram não ter conhecimento das coisas do rei andarem mal paradas, mas que fora feito um arroteamento num monte acima da igreja, que fora valado, não se sabendo a quem pertencia, mas onde o prior tinha plantado bacelo. É interessante o tratamento de *Dom* dado pelo escrivão a estes dois últimos inquiridos, o que leva a supor terem ambos o estatuto de cavaleiro vilão.

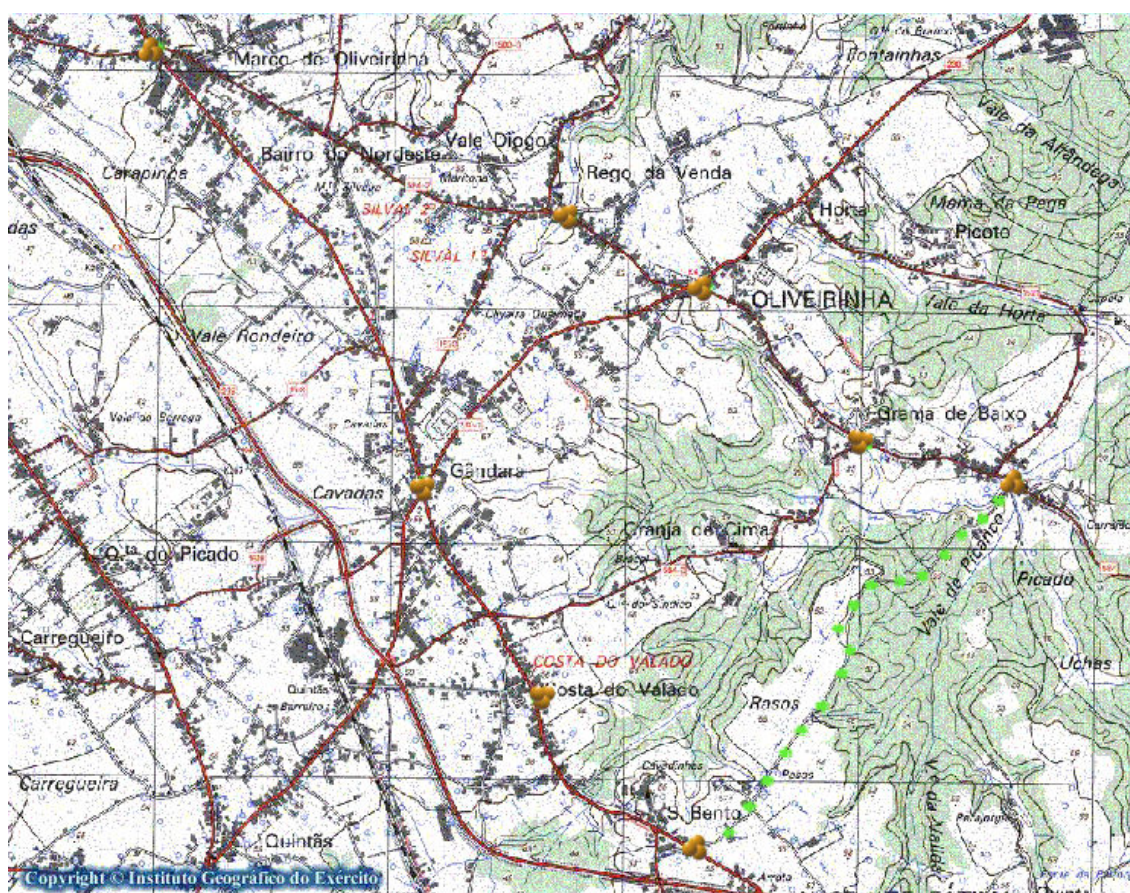
Interrogado *Joham Lourenço* sobre a freguesia de Eirol, disse, “*por ouvir dizer*”, que aí existia uma *cavalaria* na posse da igreja. Já *Domingos paes* afirma desconhecer andarem as coisas do rei mal paradas. *Joham Domingit* de Horta referiu, também “*por ouvir dizer*”, que existia uma *cavalaria* em Horta encabeçada por *Sancha piriz*, o que foi confirmado por *Joham Migheis*, também de Horta, que confirma ainda a existência de uma *cavalaria* em Eirol, na posse da igreja, doada por *Dona Maria de Pineyro*, que com ela instituiu capela.

Nos anos seguintes, o documento mais relevante em termos de determinação da evolução do povoamento do território do antigo concelho de Eixo é uma

⁷⁷ Joaquim Silveira, “Inquirição na “terra de Vouga” em 1282”, in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. IX, 1943, pp. 81-88. Também republicado por António G. Rocha Madahil, *Colectânea de*

carta de aforamento em fateusim, passada pela infanta D. Joana, irmã de D. João II. Por seu intermédio, em 18 de Novembro de 1488, a infanta concede a Jorge da Silva e sua mulher, Isabel Soares, uma vasta superfície de terras, com a condição do dito Jorge da Silva e seus descendentes pagarem de foro anual um capão e dois alqueires de trigo, a que se acrescentavam 50 reis pela terra que rompesse, ele ou outros por ele (o que não significa que a pudesse subemprazar).

Mapa 5: A doação da Infanta D. Joana a Jorge Silva



Fonte: Carta militar de Portugal – Instituto Geográfico do Exército – Folha 185 (série M888)

Escala 1:30871

O documento,⁷⁸ de curta extensão mas claro na forma, enuncia com alguma precisão os limites da doação: *“a terra e agoa que vae per o valle do Borraçal que esta contra Vallade e a Moita”*. A delimitação feita com base nestas duas

Documentos Históricos..., op. cit., pp. 84-89.

⁷⁸ António G. Rocha Madahíl, *Colectânea de Documentos Históricos...*, op. cit., pág. 239.

localidades (Valado e Moita, já anteriormente referenciadas) leva a supor não existir qualquer outro povoado no espaço citado, o que equivale a dizer que, em 1488, se encontravam ainda por povoar as actuais localidades da Gândara de Oliveirinha, Costa do Valado, Cavadinha, Venda, Rego da Venda e Oliveirinha. Além do mais, caso existisse alguma povoação no meio das terras doadas, esta não deixaria de ser naturalmente mencionada.

O vale do *Borraçal*, referido no documento é, na realidade, um vale complexo, em forma de tridente, encaixado entre três planaltos que lhe são sobranceiros e que conflui num único braço nas proximidades da actual Granja de Baixo, lugar onde também convergem os vales do Picanço e Carrajão. O terreno, apesar de acidentado, é de boa condição agrícola nos vales e nos pequenos planaltos que se lhes sobrepõem, a que se acrescenta uma abundância de água corrente em todas as depressões.

Acompanhando a descrição dos limites referida no documento de doação foi possível identificar as confrontações da propriedade em causa: “... *a qual parte do Aqião com caminho pruvico que vay para Eyxo e da Travessia com estrada pruvica que vae de Aveyro pera Vellade...*”. A terminologia empregue indica de imediato dois limites claros: a estrada Aveiro-Valado (S. Bento) e o caminho para Eixo. Isto significa que a propriedade tinha início num ponto onde as duas vias se cruzavam, pois tal é o significado de “*Travessia*” (cruzamento). A estrada pública seria a actual estrada nacional 235, que, saindo de Aveiro, cruzava toda a antiga freguesia do Espírito Santo dessa mesma cidade, passando por S. Bento, e prosseguia pela Palhaça, Oliveira do Bairro e Sangalhos até *entroncar na estrada real*, ligeiramente a sul de Avelãs de Caminho, seguindo depois em direcção a Coimbra (canto superior esquerdo do mapa 5).

Aparentemente mais complexa será a identificação do “*caminho pruvico para Eyxo*”, sendo no entanto possível antever o seu traçado. Este teria início no referido cruzamento e, afastando-se de início em diagonal em relação à estrada pública, dirigir-se-ia (tomando como referência as actuais localidades,

que na época não existiam) aos lugares de Venda e Rego da Venda; a partir daí inflectiria para norte⁷⁹ em direcção a Eixo, passando pelas *Fontainhas*, lugar já referenciado em época anterior, chegando a Eixo num lugar designado por *monte* de Eixo, onde desceria para a Lagoela pelo caminho do *Ribeirinho*, ou em direcção à igreja (centro da vila) pelo caminho das *Benfeitas*. Este caminho para Eixo, a partir de Aveiro, seria a via mais aconselhada, em particular no inverno, pois permitia alcançar Eixo “*a pé enxuto*”, ao contrário do caminho por Esgueira, no qual se encontraria pelo menos um obstáculo complicado de vencer durante a época invernal: a travessia do vale de Azurva. Hoje, ambos os caminhos encontram-se quase completamente sobrepostos pelas vias de comunicação existentes, excepto num pequeno troço situado entre a Venda e as Fontainhas (o que resta do antigo *caminho pruvico para Eyxo*).

Retornando ao documento original, o outro ponto de referência é o próprio *Vallade* ou S. Bento, na estrada pública já referida. O texto refere “... e do *vendaval com o lugar de Vallade*...”, que poderá significar o ponto cardeal de onde são predominantes os ventos nesta região, ou seja, do Oeste. Continua o documento: “... e do *Suão com o porto da Agoa da Granja*...” – não existem aqui dificuldades em identificar este “suão” com o ponto cardeal sul, embora a presença, mais a norte, de um vale com a designação de *Vale do Suão* pudesse originar algumas confusões; o “*porto de agoa da Granja*” será o ponto de confluência de linhas de água provenientes de vários vales (do já referido Braçal, do Picanço, do Vale de Seixo e do Carrajão), linhas que se concentram nesse ponto para dar início à ribeira do Arrujo ou de Horta. Esta, no seu percurso sul-norte, recebe ainda águas de outros pequenos cursos e acabará por entrar no Poço do Grifo e desaguar no Vouga, já fora do antigo concelho de Eixo. Pelo meio, abastece um amplo vale – o do Arrujo ou de Horta, que divide estes dois lugares do antigo concelho de Eixo.

⁷⁹ É este o significado de *Aquião*, pois deriva de *Aquilão*, termo pelo qual também é conhecido o vento que sopra de norte.

Do Valado à Agua da Granja (próximo do local onde se encontra a capela da Sr.^a da Guia) existiria provavelmente um caminho (assinalado no mapa com o ponteadado verde) que, atravessando o raso de S. Bento e descendo de seguida o vale de Picanço, dava acesso não só ao dito “porto de água da Granja”, como (voltando à direita nesse “porto”) ao caminho que, prosseguindo pelo vale do Carrajão, continuaria em direcção a Requeixo. Traçado o limite entre o Valado e o porto da Granja, resta conhecer o limite entre este ponto e o início da demarcação. Não existe no documento qualquer elemento de identificação, provavelmente por nada existir que permitisse servir de referência, mas tudo leva a crer que o limite seria paulatinamente desenhado pelo surgimento dos diversos lugares compreendidos entre o “*porto de água da Granja*” e o início da delimitação (“*o caminho pruvico que vay para Eyxo e da Travessia com a estrada pruvica que vae de Aveyro pera Vallade*”).

Em documentação posterior a esta data, que adiante se analisará, é possível observar a evolução do povoamento ao longo das linhas que definem os limites deste aforamento. A sua forma é, *grosso modo*, a de um triângulo isósceles cujo vértice aponta para Aveiro, na direcção noroeste, estando a base posicionada na direcção sudoeste-nordeste. A dimensão da propriedade, seja em termos de perímetro seja de superfície, é muito significativa: um perímetro superior a 10 km e uma área de mais de 8,5 km².

Em 1488, esta vasta superfície encontrava-se despovoada, ou mesmo desaproveitada em termos económicos ou simplesmente agrícolas, com excepção do pequeno lugar do Valado (S. Bento). Em abono desta tese vem o próprio documento de doação, que, para além de estabelecer um foro bastante diminuto (atendendo à grandeza do benefício), acrescenta uma moratória de dois anos para o pagamento das primeiras rendas. Outra confirmação surge da seguinte passagem: “... e de todo o que arromper assim por avenças como por Suas Labranças sem nehua outra reção 50 reis”. Se a estas observações se acrescentar a origem e condição social do recebedor da doação, Jorge da Silva

Tenreiro, tabelião de profissão,⁸⁰ homem mais dado às letras e aos negócios que às questões agrárias, será fácil perceber que a sua primeira missão seria a de tornar rentável a propriedade. Efectivamente esse terá sido um dos seus primeiros objectivos, mas não certamente o único e o mais imediato, como adiante se constatará.⁸¹

Um documento que se revelaria extremamente útil para avaliar a progressão do povoamento do antigo concelho de Eixo seria o foral concedido por D. Manuel a Eixo e Requeixo, em 2 de Junho de 1516. Infelizmente o seu original perdeu-se (restam algumas transcrições não completas⁸²), mas, mais grave que isso foi a perda do tombo das propriedades na altura elaborado. Logo no primeiro título do foral, D. Manuel decide e ordena que se torne a *“fazer oreginalmente o tombo da dita terra per ofeciaaes nossos prezentes todollos moradores do dito Comçelho ajuramentados. Os quaaes particullarmente decrararão todallas terras e cazaaes foreiros que na dita terra avia imtitulados particullarmente nas pessoas que os agora trazem com os foros e direitos. que dellas devem pagar. O qual tombo e imquiriçam assi justificada por ser muito grande ouuemos por escusada de a mandar treladar n’estes novos foraes. E por melhor aviamento das partes ovuemos por bem manda la entregar na nossa villa daveiro a Brás de ferreira escudeiro da nossa casa e escripuam do nosso almoxarifado da dita villa. (...) E assy de fazer a dita imquiriçam da mão do qual o dito comcelho poderá mandar tirar o trelado do dito tombo fielmente aprovado e concertado com elle dito Braz de ferreira e com ho mordomo do Senhorio e com ho escripuam que o ouver de treladar.”*⁸³

⁸⁰ Francisco Ferreira Neves, “A casa e morgado da Oliveirinha nos concelhos de Eixo e Aveiro”, in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, 1968, vol. XXXIV, nº 133, pp. 3-31.

⁸¹ Como prova da dimensão da concessão feita registre-se que, em 1794, este espaço conhecido como prazo da Granja ou prazo de Oliveirinha comportava em si 244 possuidores e 815 parcelas de terreno devidamente exploradas. Cf. João Gonçalves Gaspar, *Eixo na História*, op. cit., pág. 134; a mesma informação consta do *Tombo da vila e concelho de Eixo...*, doc. cit.

⁸² José Correia de Miranda, *Dissertação Historico-Juridica em defeza dos povos do extincto almoxarifado d’Eixo...*, op. cit., pág. 157 e seguintes; republicado por António G. Rocha Madahíl, *Colectânea de Documentos Históricas...*, op. cit., pág. 307-311.

⁸³ António G. Rocha Madahíl, *Colectânea de Documentos Históricas...*, op. cit., pág. 307-308.

Apesar destas e de outras precauções subsequentes, não chegou até hoje qualquer cópia deste tombo. Os registos notariais mais antigos que sobreviveram em Aveiro têm mais 100 anos que o foral. No entanto, outros documentos ligeiramente mais tardios perduraram e por eles será já possível ter uma ideia da evolução do povoamento nos séculos XVI e XVII. Imediatamente a seguir ao foral, o documento mais importante em termos cronológicos é, sem dúvida, o sobejamente conhecido e referenciado *Numeramento de 1527*,⁸⁴ mandado elaborar por D. João III. Por ele verifica-se que o antigo concelho de Eixo tinha, ao todo, 109 vizinhos, sendo que algumas localidades, adiante explicitadas, se encontravam inseridas nos termos de outros concelhos.

No território do então assinalado concelho de Eixo, a população distribuía-se da seguinte forma: na cabeça do concelho (o corpo da vila) existiam 46 vizinhos, número que incluía um clérigo e quatro viúvas; a aldeia de Valado contava com 6 vizinhos, e a da Póvoa do Valado (pela primeira vez surge a designação desta localidade) apresentava 9⁸⁵; as azenhas da *água da Granja* e da *Venda* (também referências novas) somavam 4⁸⁶ e o lugar do Salgueiro⁸⁷ surgia com 3. Da parte da antiga freguesia de Requeixo, os números também são interessantes: a sede da antiga paróquia surgia à cabeça, com 24 vizinhos, a aldeia de Mamodeiro (pela primeira vez mencionada) tinha 10 e o lugar de S. Paio, também pela primeira vez referido, apenas 4. Acrescentava-se ainda ao rol de habitantes do antigo concelho os moradores de Carcavelos, vizinho de Eirol, num total de 3. Como já foi dito, ao todo, o antigo concelho somava 109 vizinhos, sendo por este valor possível extrapolar o número final de almas, que deveria situar-se entre as 490 e as 550, admitindo 4,5 a pouco mais de 5 habitantes por fogo, em termos médios.

⁸⁴ Anselmo Braancamp Freire ed., “Povoação da Estremadura no XVI^o século”, in *Arquivo Histórico Português*, Lisboa, vol. 3^o, 1905, pp. 241-284.

⁸⁵ Este lugar era meeiro com a freguesia de Requeixo. Estava dividido de forma original: durante seis meses do ano pertencia a Requeixo, os restantes seis a Eixo.

⁸⁶ Possivelmente os lugares assinalados referem-se a estabelecimentos próximos daqueles que mais tarde receberam o nome de Rego da Venda (Azenhas da Venda) e Granja de Baixo (Águas da Granja).

⁸⁷ É também a primeira vez que surge uma referência a este povoado. Transitou posteriormente para a vizinha freguesia de Sosa.

Das localidades que integrariam o antigo concelho de Eixo, as aldeias de Horta e Eirol (que então pertenciam ao vizinho concelho de Segadães) tinham 12 e 20 vizinhos respectivamente. A aldeia de Nariz (também é a primeira vez que surge referenciada) encontrava-se integrada no termo do antigo concelho de Esgueira e aparece descrita com 9 vizinhos. No termo do concelho de Aveiro encontrava-se o lugar da Taipa, com 12. Este lugar revela-se muito interessante, pois o escrivão Jorge Fernandes, que elaborou os resultados deste inquérito, refere aí a existência de uma judiaria. Para terminar este arrolamento de lugares, falta apenas referir a aldeia de Fermentelos. Integrada no concelho de Óis da Ribeira, segundo o *Numeramento* de 1527, esta povoação contaria apenas com 6 vizinhos.

A exposição dos dados contidos no *Numeramento* conduz necessariamente a algumas reflexões e comentários. Em primeiro lugar, convém destacar que o documento em apreço tem por objecto, na sua generalidade, os concelhos existentes, descendo ao pormenor da aldeia e mesmo de casais, quintas ou herdades. Não faz qualquer ligação à administração religiosa, isto é, o inquérito não aborda a população em termos de freguesias ou paróquias,⁸⁸ ficando-se pelo quadro da administração civil do território.

Outro aspecto importante a referir é o “desaparecimento” do lugar do Carregal. Tendo surgido a primeira indicação da sua existência nas *Inquirições de 1220*, a sua ausência no novo arrolamento apenas poderia ser explicada se o mesmo se encontrasse na posse de algum senhorio. Neste caso, são conhecidas as dificuldades sentidas e os “*entraves postos à livre circulação dos oficiais encarregados do numeramento*”⁸⁹ pelos senhores, à entrada nas localidades do seu

⁸⁸ “*Folgarei de saber quantas cidades vilas e logares há em vossa correio e os nomes deles e assi quantos moradores neles há [...] e vos encomendo e mando que logo tanto que esta vos for dada mandeis ã esprivam [que] ira a cada ãa das cidades e vilas e logares dessa comarca e em cada ã deles escrepverá quantos moradores há no corpo da cidade ou vila e arrabaldes e quantos no termo declaramdo quantas aldeãs há no dito termo por seus nomes e quantos moradores há em cada ãa delas e asi quantos vivem fora delas em quintas casaes e erdades.*” Apud Teresa Ferreira Rodrigues, “As estruturas populacionais” in *História de Portugal*, dir. de José Matoso, vol. III, Círculo de Leitores, Lisboa, 1993, pág. 198-199.

⁸⁹ Teresa Ferreira Rodrigues, “As estruturas populacionais”, op. cit., pág. 199.

domínio. Infelizmente, não se conseguiu descortinar em que senhorio estaria incorporado o lugar e a aldeia do Carregal.

Relacionando as novas povoações mencionadas no *Numeramento* do antigo concelho de Eixo, com a doação da Infanta D. Joana ao seu escudeiro, Jorge da Silva Tenreiro, encontraram-se duas novas localidades, melhor dizendo, assentamentos: as azenhas de *Água da Granja* e da *Venda*, num total de 4 vizinhos. O posicionamento estratégico destes equipamentos revela alguns aspectos importantes e interessantes: por um lado, indica que o enfiteuta Jorge da Silva procurava retirar proventos da terra que lhe fora concedida, agricultando-a; por outro, dá conta de um sentido de oportunidade no aproveitamento estratégico de um recurso natural abundante – a disponibilidade de água corrente com capacidade suficiente para ser aproveitada como força motriz capaz de produzir energia; finalmente, traduz um apurado sentido estratégico na demarcação da propriedade que lhe fora doada, funcionando as azenhas como marcos delimitadores da sua concessão.

Este último aspecto tem a sua razão de ser. Viu-se atrás, quando se procurou determinar os limites estabelecidos na doação efectuada pela Infanta D. Joana, que as marcações eram exactas, nomeadamente por se encontrarem enquadradas com a estrada e o caminho público. A excepção a uma clara demarcação surgia na definição entre o *porto de água da Granja* e o *caminho público para Eixo*. O posicionamento da azenha no *porto de água da Granja* era, para além da sua utilidade económica, um marco na delimitação da propriedade. A colocação de outra azenha na *Venda* tem a mesma função – é precisamente aí que o *caminho público para Eixo* inflecte de forma decisiva em direcção a esta localidade, afastando-se do *porto de água da Granja*.

Este posicionamento estratégico das azenhas feito por Jorge da Silva tinha a sua razão de ser. Com o falecimento da Infanta D. Joana, a 12 de Maio de 1492 (aproximadamente três anos e meio após o recebimento da doação), os bens que se encontravam na posse da Infanta regressaram naturalmente à Coroa e facilmente se adivinhava que seriam novamente doados (como efectivamente o foram, pouco tempo, depois a D. Álvaro de Sousa). Antevendo ou

prevenindo eventuais problemas com os novos senhores, Jorge da Silva tratou de segurar aquilo que lhe pertencia por aforamento (recorde-se que este enfi-teuta era tabelião de profissão), de forma a evitar querelas inúteis. Daí também resulta a explicação para o facto das primeiras construções surgirem precisamente do lado oposto à estrada principal já existente, em lugares ermos e desabitados. A prática de colocar ou utilizar como marco divisório uma azenha ou um moinho já era antiga. Na demarcação efectuada em tempo de D. Duarte, entre os limites de Esgueira e Sá encontra-se um moinho a servir de divisória entre as citadas terras:

“E o octauo marco foy metudo contra suso no canto da chousa que foy de ... magro a par da carreira que chamam dis arneiros. E esse octauo marco passa por díuisom da pedra do conto que he sobrelo moinho que departe o termo entre Aveiro e isgueira.”⁹⁰

O aforamento feito a Jorge da Silva não foi naturalmente o único. Muitos outros se lhe seguiram, efectuados quer pelos condes de Odemira quer, mais tarde, pela Casa de Bragança, titulando a posse do antigo almoxarifado de Eixo.⁹¹ Não tendo chegado aos dias de hoje qualquer original dos aforamentos efectuados, foi no entanto possível recuperar alguma informação neles contida a partir da elaboração do “... Tombo da vila e concelho de Eixo de que é donatária a Sereníssima Casa de Bragança”, efectuado a partir de 1727.⁹²

Naturalmente, nem todos os antigos aforamentos foram devidamente registados, por motivos que se prenderão com falta de documentação original, deterioração da mesma ou qualquer outro que não foi possível determinar. Ainda assim, algumas pistas foram deixadas por Simão Botelho de Oliveira, escrivão desse tomo. O primeiro aforamento datado neste cadastro de propriedades é

⁹⁰ António G. Rocha Madahíl, *Colectânea de Documentos Históricos...*, op. cit., pág. 116.

⁹¹ O almoxarifado de Eixo compreendia as vilas e concelhos de Eixo, Paus, Ois da Ribeira e Vilarinho do Bairro.

⁹² Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Aveiro, *Livro do Tombo da vila e concelho de Eixo de que é donatária a Sereníssima Casa de Bragança*, n.º 1837-1841; é composto este documento por vários volumes, onde se encontram descritas as várias propriedades, assim como os respectivos proprietários, foros e rações, entre outras matérias; os livros respeitantes apenas ao antigo concelho de Eixo ocupam cinco grossos volumes, com um total superior a 10000 páginas.

de 1 de Janeiro de 1506, tendo sido aforada uma propriedade a André Afonso, pelo foro de meio alqueire de trigo e meio capão. Não foi possível determinar com precisão a localização da propriedade, sendo certo que se situava no actual lugar das Quintãs. Ao todo, este aforamento levava 45 alqueires em sementeira. Outros aforamentos se seguiram; a respectiva lista, não sendo interminável, é pelo menos extensa. Destaca-se, pela sua antiguidade e pelo seu significado, o aforamento, feito em 1521 a Gonçalo Gonçalves, de umas quintas, sitas no lugar que ficou conhecido por *Quintas de Gonçalo Gonçalves* e mais tarde simplesmente por Quintãs. O nome desta localidade terá derivado da existência de numerosas quintas, que se foram constituindo à medida que progredia o povoamento, sobretudo ao longo da segunda metade do século XVI e primeira metade do XVII. Para além das já citadas *Quintas de Gonçalo Gonçalves*, outros marcos da expansão e povoamento do território são a Quinta Nova, Quinta Velha, Quinta do Monte Silveiro, entre outras.

Na falta de informações coevas sobre o povoamento da região, ou sobre o número dos seus habitantes, o melhor recurso disponível para detectar as zonas onde o povoamento já se encontrava consolidado é a informação contida nos registos paroquiais referentes ao final do século XVI, que se recolheu para efectuar a reconstituição da paróquia e do antigo concelho de Eixo. Todavia, os dados disponíveis apenas permitem avançar e lançar alguma luz sobre o espaço que correspondia à antiga freguesia de Eixo.

Na última década do século XVI são baptizados na matriz de Eixo indivíduos provenientes de várias localidades da antiga freguesia. Sem considerar naturalmente Eixo, por ser vila, sede de concelho e freguesia, essas crianças nasceram em lugares tão diversos como Madrugas (mais tarde Quintãs), Granja, Quintas do Salgueiro, Moita, Quinta da Granja, S. Bento, Horta, Azenha de Baixo, Venda da Moita, Moinhos da Granja e Póvoa do Valado. Destas, já anteriormente existiam referências a Granja (quinta, moinhos e aforamento), Venda (a azenha), S. Bento (lugar do Valado), Horta, Póvoa do Valado e Moita; a novidade, ainda que parcial, diz respeito a Madrugas (Quintãs), Quintas do Salgueiro e Azenha de Baixo. Nas duas primeiras, não será de estranhar a existência de um povoamento efectivo, uma vez que já se haviam mencionado

pelo menos dois aforamentos nesse espaço geográfico desde o início do século XVI, o que leva a supor que o povoamento da zona se tenha iniciado nos finais do primeiro quartel do século XVI. O lugar da Azenha de Baixo situa-se, na zona oposta às Madrugas (Quintãs) no limite entre os antigos concelhos de Eixo e Esgueira. A designação do lugar permite supor que este assentamento terá tido origem num equipamento de apoio à exploração agrícola, neste caso a azenha, fundamental para a transformação do grão em farinha. A sua ocorrência, como a de tantos outros topónimos que incluem o termo *azenha*, atesta não apenas o carácter de um povoamento permanente, mas também de uma actividade agrícola de relevo.

A primeira informação sobre o povoamento da Costa do Valado surge apenas em 1628. Trata-se do baptismo de *Madalena*, filha de João Francisco e Clara Manuel, residentes na Costa do Valado, dos quais se desconhece a proveniência. A partir de então, começam a aparecer, com uma frequência cada vez maior, registos de baptismo de naturais desta nova localidade. O primeiro registo de um nascimento no lugar do Marco surge apenas em 1639: trata-se de *Domingas*, nascida a 14 de Abril de 1639, filha de Ana João, mãe solteira e moradora nesse lugar.

É a primeira vez que o lugar é referido por Marco. O nome deste lugar terá derivado da existência, no próprio local, de um marco divisório das terras que pertenciam à Coroa, embora nessa época estivessem sob a alçada dos condes de Odemira. O lugar do Marco era meeiro a duas freguesias, tendo recebido por isso dois nomes, conforme o seu posicionamento no terreno – o de Marco de Oliveirinha, se estivesse do lado da freguesia e concelho de Eixo, ou o de Marco do Espírito Santo, caso se encontrasse do lado da freguesia do Espírito Santo, da então vila de Aveiro. Não era a primeira vez que tal lugar era referenciado. Aquando da concessão do aforamento de terras a Jorge da Silva Tenreiro, pela infanta D. Joana, é precisamente neste lugar que é feita a primeira delimitação da concessão: “... a qual parte do *Aquião com caminho pruvico que vay para Eyxo e da Travessia com estrada pruvica que vae de*

Aveyro pera Vellade...⁹³ Foi neste cruzamento que se demarcaram os limites entre a freguesia do Espírito Santo de Aveiro e a de Eixo, bem como entre os dois concelhos, o limite norte da concessão feita a Jorge da Silva. Foi nele também que surgiu o lugar do Marco, dividido entre estas duas freguesias.

Falta localizar um lugar importante, que deu o nome a uma nova freguesia: o lugar de Oliveirinha ou, como foi inicialmente conhecido, o lugar de *Santo António de Oliveirinha*. Foi a 1 de Março de 1640 baptizado o primeiro indivíduo nascido em *Santo António de Oliveirinha*: André de seu nome, filho de André João e sua mulher, Madalena Gonçalves, dos quais se desconhece a proveniência. Seguiu-se-lhe um casal de gémeos, nascidos a 21 de Novembro de 1641, de nome José e Maria. Eram já os sexto e sétimo filhos de Domingos André e Maria Simões, ele natural *das Quintas de Gonçalo Gonçalves* e ela de *Pêra Jorge*, da freguesia de Requeixo; antes de se fixarem em *Santo António de Oliveirinha* (onde acabaram por falecer), residiram nas *Quintas de Gonçalo Gonçalves*.

No caso da freguesia de Eirol, considerando que se dispõe de livros paroquiais desde 1620, constata-se a partir do registo de baptismos que as localidades neles referenciadas, Eirol e Carcavelos, já existiam há bastante tempo. Ainda hoje estas localidades são as mais importantes da freguesia, tendo apenas surgido outra em adiantado século XVIII – a Ponte da Rata.

Em Requeixo, e empregando o mesmo tipo de fontes, é possível verificar que, na década de 1660, já existiam quase todos os lugares que constituíam a antiga freguesia do mesmo nome. São eles os já conhecidos e referidos Requeixo, Carregal, Mamodeiro, Fermentelos, Taipa, S. Paio, Nariz e Verba. Os novos assentamentos referem a Sanguinheira e Pêra Jorge, do lado de Requeixo e Vessada e Pano do lado de Nariz. O quadro de distribuição do povoamento de Requeixo encontra-se desta forma completamente definido, provavelmente ainda antes da segunda metade do século XVII.

⁹³ António G. Rocha Madahil, *Colectânea de Documentos Históricas...*, op. cit., pág. 239. Acrescentou-se o sublinhado.

As primeiras informações globais relativas ao século XVII surgem em momento já tardio e dizem respeito apenas à freguesia de Eixo. Estão datadas de 1676 e encontram-se no 1º Livro de Visitações⁹⁴. Nelas se dá conta de ter toda a freguesia de Eixo (compreendendo a vila, Oliveirinha, Póvoa do Valado, Costa do Valado e Quintãs) aproximadamente 300 fogos e cerca de 1700 pessoas de sacramento. São números demasiado redondos para serem tomados por exactos. Em 1689, Vicente Ribeiro Meirelles⁹⁵ identifica muitos lugares do antigo concelho de Eixo (alguns com erros de grafia, mas perceptíveis). Integrado na provedoria de Esgueira, esse concelho ainda tinha alguns dos lugares que viriam a ser seus dispersos por outros possuidores, como termos de concelhos diversos. Assim, Eirol e Horta faziam parte do termo de Segadães, que era pertença do ducado de Aveiro; Nariz era termo de Esgueira, vila de propriedade da Coroa; Taipa era termo de Aveiro, também ele pertença do duque de Aveiro. O concelho de Eixo era então composto pela vila do mesmo nome e pelos lugares de Requeixo, Mamodeiro, Póvoa [do Valado], Moita, Quintas do Salgueiro, Marco, Valade [S. Bento], Salgueiro, Carcavelos, Verba, Quintas de Gonçalo Gonçalves e ainda as póvoas de Azenha de Baixo, Granja de Baixo, Granja de Cima, Picoto, Cavalinhos⁹⁶ [Cavadinha], Carregaes⁹⁷ [Carregal], S. Paio, Sanguinheira, Costa de Valade [Costa do Valado] e Pereçoza [Pêra Jorge].⁹⁸ Na prática, o antigo concelho apresentava as suas delimitações já muito próximas da configuração final, que seria alcançada com a integração dos lugares acima referidos na posse de outros senhorios. Todavia, o *Promptuario (...)* não referencia o lugar de Santo António de Oliveirinha, cuja existência já se constataria.

⁹⁴ Os números referem-se a 1676 (1º Livro de Visitações, Visitação 8) e foram recolhidos em Venâncio Dias de Figueiredo Vieira, "Memória sobre a vila de Eixo" in *Boletim Municipal de Aveiro*, Câmara Municipal de Aveiro, N.º 3 (Abril 1984), pág. 55.

⁹⁵ Vicente Ribeiro Meirelles, *Promptuario das terras de Portugal com declaração das comarcas a que tocam*, pp. 335-382. Transcrito por Mário Alberto Nunes Costa, "A provedoria de Esgueira", in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XXIV, 1958, pp. 53-80.

⁹⁶ Assim indicado no original. A versão correcta está entre [].

⁹⁷ Idem. Veja-se nota anterior.

⁹⁸ Idem. Este erro e os anteriores terão ficado a dever-se, por certo, a problemas de leitura caligráfica no momento da compilação dos dados.

Para o século XVIII, os dados globais sobre a população do antigo concelho de Eixo e do país começam a ser mais frequentes, fruto de um despertar do interesse sobre esta matéria por parte do estado absolutista, das autoridades religiosas e de académicos, tendo todos por fim a obtenção de uma imagem o mais aproximada possível da realidade do país. Com a publicação, a partir de 1706, da “*Corografia Portuguesa, e Descrição Topográfica do Famoso Reyno de Portugal...*”, do Padre Carvalho da Costa, surge o segundo grande ponto de referência em termos de quantitativos populacionais. Segundo os dados recolhidos e citados nessa obra, Eixo contaria com 480 fogos e Requeixo com 412.⁹⁹ Ao todo, haveria no antigo concelho 892 fogos, aos quais se devem acrescentar 60, provenientes do lugar da Taipa,¹⁰⁰ que integrava o termo de Aveiro. Quanto aos lugares de Horta, Eirol e Nariz não deixou o autor qualquer informação em termos populacionais.

Em 1721, o pároco Manuel Antunes Varela elaborou as Informações Paroquiais¹⁰¹ respeitantes a esse ano, certamente baseadas no *Rol de Confessados* do próprio ano, uma vez que se encontram datadas de 26 de Maio de 1721, ou seja, passada a Páscoa. Entre variados assuntos, nelas declara ter a freguesia de Eixo 2047 fregueses, nos quais certamente apenas se compreendem os maiores de sete anos. Para Requeixo e Eirol não se encontraram as respectivas informações paroquiais. Comparando os dados de Eixo apresentados pelo pároco com os valores referidos na *Corografia (...)* de Carvalho da Costa, fica-se com a ideia de serem os primeiros bastante consistentes. Cruzando o número de fogos referido por Carvalho da Costa com o de fregueses pelo P.^e Varela, obtém-se um valor médio de 4,3 habitantes (maiores de 7 anos) por fogo, o que talvez não ande muito distante da realidade.

⁹⁹ A. Carvalho da Costa, *Corografia Portuguesa, e Descrição Topográfica do Famoso Reyno de Portugal...*, Lisboa, na Off. de Valentim da Costa Deslandes, 1706-1712, Tomo II (1708), pág. 148.

¹⁰⁰ A. Carvalho da Costa, *Corografia Portuguesa, e Descrição Topográfica do Famoso Reyno de Portugal...*, idem, pág. 140.

¹⁰¹ A. G. da Rocha Madail, - “Informações paroquiais do distrito de Aveiro de 1721” in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, Aveiro, vol. 5, n.º 18 (1939), pp. 139-141.

O terramoto de 1755 forneceu motivo para a realização de um novo inquérito ao estado do país, não apenas para avaliação dos estragos provocados, mas também para uma actualização do conhecimento da população do reino. Das antigas freguesias que constituíam o antigo concelho recolheu-se informação referente a Eixo, Requeixo e Fermentelos. A informação sobre a primeira provém de Américo Costa que, reproduzindo dados de Oliveira Freire (sem citar fontes), atribui a Eixo, por ocasião do terramoto, 712 fogos e 2337 almas.¹⁰² O valor não parece ser de grande confiança, pois, com base nesta informação, existiria uma média de 3,2 habitantes por fogo, o que contrasta abertamente com os 4,3 resultantes da conjugação dos dados de Carvalho da Costa com os de Manuel Antunes Varela. A informação paroquial sobre Requeixo é bastante completa e pitoresca pela descrição que faz do terramoto. O prior, Dr. Manuel Gonçalves Martins, refere a dado passo do inquérito que “...nos rios visinhoz a esta residencia e a alguãs fontes deste destricto se observou alguã supressão e retiro das agoas no tempo do tremor porem foy instantaneamente, porque logo se recobraram, movendo-se e inchando-se de sorte, que parecia coiza horrível.”¹⁰³ Relativamente à população da freguesia, refere existirem 600 fogos, com 364 homens casados e 375 solteiros, não levando em conta aqueles que não eram de sacramento. No caso das mulheres, contabiliza 364 casadas, 85 viúvas e 382 solteiras. Registe-se que não aponta a existência de viúvos. No total, excluindo os menores de sete anos, a freguesia teria, de acordo com o seu pároco, 1570 habitantes, o que perfaz uma média de 2,6 habitantes por fogo. Este valor parece muito baixo, mesmo considerando não estarem os menores contabilizados. Se, alternativamente, se admitir que os valores emanados pelo pároco eram provenientes do *Rol de Confessados* do dito ano de 1756, será de crer que o valor inflacionado é aquele que diz respeito ao total de fogos. A favor desta última possibilidade refira-se o valor demasiado “redondo” do número de fogos.

¹⁰² Américo Costa, *Diccionario Chorographico de Portugal Continental e Insular (...)*, Vol. VI, 1938, pág. 170.

¹⁰³ Eduardo Costa, “O terramoto de 1755 no distrito de Aveiro”, in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XXII (87), 1956, pág. 167. A informação encontra-se datada de 10 de Maio de 1756.

No caso da freguesia de Fermentelos também se dispõe da informação recolhida pelo pároco Domingos Francisco da Rua, datada de 13 de Maio de 1756.¹⁰⁴ Este refere existirem na freguesia 315 indivíduos do sexo masculino, dos quais 98 menores, e 303 do sexo feminino, sendo 207 mulheres de maior idade e 96 menores. O total perfaz 618 habitantes, sendo 424 maiores e 194 menores.¹⁰⁵

Nas informações paroquiais de 1758 (a maior parte ainda inédita), o pároco João Correia da Costa informa ter a freguesia de Eixo 750 fogos,¹⁰⁶ não havendo informações sobre as restantes localidades e freguesias do antigo concelho do mesmo nome. Alguns anos mais tarde, em 1765, Manuel José Perinlongue no seu “*Mappas de Portugal, ou Padrão do número das Freguesias, moradores, e almas etc. a*”,¹⁰⁷ atribui a Eixo 714 fogos e 2568 almas, ou seja, 3,59 habitantes por fogo. O valor de 714 fogos parece manifestamente insuficiente, considerando que se refere à totalidade do concelho de Eixo, como será fácil de perceber a partir da informação, datada de 1775, que consta de um Inquérito¹⁰⁸ eclesiástico ordenado na sequência da criação do bispado de Aveiro, no ano anterior. Nele os párocos eram inquiridos sobre várias questões de natureza religiosa, limites e confrontações, rendimentos, etc., assim como sobre o número de padres ao serviço da paróquia, os lugares da mesma e o número de fogos nela existentes.

¹⁰⁴ Eduardo Costa, “O terramoto de 1755 no distrito de Aveiro”, op. cit., pp. 57-58.

¹⁰⁵ É de presumir tratem-se de menores de 12 anos, uma vez que o pároco apenas refere serem de “*menoridade*”. O valor de 31,4% para o total de menores no conjunto da população parece ser bastante elevado. A consulta da base de dados revela que, entre 1 de Janeiro de 1744 e 1 de Maio de 1756, foram baptizadas na freguesia 121 crianças do sexo feminino e 131 do masculino. Como neste espaço de tempo não há registo de mortalidade infantil é possível que as diferenças para o quantitativo de indivíduos de “*menoridade*” se devam a óbitos de menores não registados.

¹⁰⁶ Informações paroquiais de 1758. Ver Bartolomeu Conde, coord., *Cacia e o Baixo-Vouga. Apontamentos históricos e etnográficos*, Aveiro, Câmara Municipal de Aveiro, 1984, pp. 29-42 [publica em síntese as memórias de Cacia, Eixo e Esgueira].

¹⁰⁷ Transcrito por João Pedro Ferro, *A População Portuguesa no Final do Antigo Regime (1750-1815)*, Editorial Presença, Lisboa, 1995, pág. 123.

¹⁰⁸ Publicado por João Gonçalves Gaspar, *A diocese de Aveiro no século XVIII – um inquérito de 22 de Setembro de 1775*, Separata do jornal de Aveiro **Correio do Vouga**, Ano 43, nº 2161, 07/09/1973, e seguintes, Aveiro, 1974, pp. 68-69.

Em resposta às determinações episcopais, o pároco de Eixo, João Correia da Costa, refere ter a sua freguesia 705 fogos, contradizendo a informação prestada em 1758, que apontava para 750 fogos. Realça-se o facto de não serem indicados os lugares da Póvoa do Valado e das Quintãs de Salgueiro. Em contrapartida, menciona as Quintas de Gonçalo Gonçalves com a designação genérica de Quintãs, nome pelo qual viria a ser conhecida daí para a frente.

Pela freguesia de Requeixo respondeu o prior Manuel do Vale, apontando para o conjunto dos vários lugares um total de 691 fogos, repartidos por Requeixo (360 fogos), Nariz (164) e Póvoa do Valado (167). A informação de Requeixo tem a particularidade de enunciar as povoações segundo uma divisão que, cerca de 40 anos mais tarde, daria origem à freguesia. O pároco dividiu a freguesia em 3 partes: a sede, que abarcava os lugares de Requeixo, S. Paio, Lagoinha, Carregal, Sanguinheira e Mamodeiro; o ramo de S. Pedro de Nariz, que englobava os lugares de Nariz, Cabeço da Eireira, Caniçais, Porto de Ílhavo, Verba, Vessada e Ramalheiro; o ramo de S. Bento e Póvoa do Valado, que contabilizavam a Póvoa do Valado, Pêra Jorge e Granja. Da simples adição do número de fogos existentes em Eixo e Requeixo resulta ter o antigo concelho um total de 1396 fogos.

De Eirol, a resposta ao inquérito surgiu pela mão do seu pároco, o padre João Pinheiro da Conceição, que informa ser a freguesia composta apenas pelos lugares de Eirol e Carcavelos, com um total de 74 fogos.

Finalmente surge o caso de Fermentelos, curato autónomo de Requeixo, ainda não elevado à categoria de freguesia, o que só acontecerá em 1853. O cura responsável, padre Luís Lopes Ferreira, assinala a existência de 88 fogos, compreendendo o espaço apenas o lugar de Fermentelos. O número de fogos encontra-se muito provavelmente errado. Se, em 1756, respondendo ao inquérito sobre o terramoto, o cura adiantara um total de 618 habitantes, este número deveria corresponder a cerca de 143 fogos (tomando como média 4,3 moradores por fogo), o que estaria mais de acordo com valores encontrados para anos não muito distantes. A título de exemplo, em 1722, em requerimento da população de Fermentelos ao bispo de Coimbra (pedindo a desanexação do

lugar de Fermentelos da freguesia de Requeixo), eram indicados no lugar mais de 120 fogos.¹⁰⁹ Catorze anos depois, a 21 de Novembro de 1736, em visita ao arcediogo do Vouga, em prol do mesmo esforço os padres João Simões de Sampaio e Adrião Francisco informam o Visitador Dr. João Rodrigues Pereira de Figueiredo que o lugar tinha 130 fogos.¹¹⁰ Posteriormente, em 1794, no rol de confessados desta freguesia¹¹¹ são-lhe atribuídos 193 fogos e 722 almas, referindo-se ainda 56 ausentes, o que perfaz uma média de 3,7 moradores por fogo.

A população

A viragem para o século XIX trouxe novas informações sobre os quantitativos populacionais das várias freguesias. Em Janeiro de 1802, efectuou-se um recenseamento, que se pretendia ser exaustivo, da população portuguesa. Para o processo de recolha de dados recorreu-se à colaboração dos párocos das inúmeras freguesias que compunham o país.¹¹² Obtidos inicialmente ao nível da freguesia, os dados foram de seguida agrupados a nível de concelho.

¹⁰⁹ Artur Nunes Vidal e Áureo de Figueiredo, *Fermentelos*, Fermentelos, 1979, pág. 30-31. Os autores, embora transcrevam alguns documentos, não indicam a localização das fontes em que se basearam.

¹¹⁰ Artur Nunes Vidal *et al.*, *Fermentelos*, op. cit., pág. 34. A mesma observação que na nota anterior. Neste caso as informações sobre a visita estão correctas. Cf. Joaquim Ramos de Carvalho e José Pedro Paiva, “Reportório das visitas pastorais da diocese de Coimbra séculos XVII, XVIII e XIX”, separata do *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, vol. VII, 1985, pág. 180.

¹¹¹ Apenas por facilidade de expressão se designa Fermentelos por freguesia, uma vez que esta localidade apenas o viria a ser em 1853, como antes se disse. Sobre os valores deste rol veja-se Artur Nunes Vidal *et al.*, *Fermentelos*, op. cit., pág. 231.

¹¹² A colaboração dos párocos de então foi fundamental para o desenvolvimento deste levantamento. É por intermédio de uma provisão de 6 de Agosto de 1877 do vigário geral de Aveiro, Manuel Augusto de Sousa Pires de Lima, que se fica a conhecer o envolvimento em todo este processo. Diz a referida provisão, a dado passo, quando solicita a colaboração dos párocos para a realização do censo que se aproximava: “A isso me animam exemplos auctorizados e respeitáveis. Em 2 de Janeiro de 1802, para satisfazer as determinações do príncipe regente, que ordenara para bem de seu real serviço a feitura de um mappa geral da povoação do reino, expedia o sr. D. António José Cordeiro uma circular aos reverendos párochos, encarregando-lhes a exacta e verdadeira relação do número de fogos e de pessoas que há em cada freguezia, declarando o sexo e idade de todas as pessoas.” (Cf. *População no 1º de Janeiro 1878*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881, pág. XXXIV-XXXV). Os responsáveis pelo fornecimento da informação em questão, nas freguesias do antigo concelho de Eixo, foram os padres Manuel Francisco da Silva em Eixo, Julião Nunes Fragoso em Requeixo, António Simões de Almeida em Fermentelos e o padre Manuel Simões de Carvalho em Eirol. Todas as informações estão datadas do mês de Janeiro do ano de 1802 e os dados referem-se ao ano de 1801.

Para além do número de fogos, procurava-se obter resultados sobre os quantitativos finais da população, a divisão por sexos, estrutura etária, população presente e ausente e o movimento anual de nascimentos e óbitos. Visava-se, no fundo, um nível de profundidade de conhecimento nunca antes alcançado.

Quadro 1: Resultados do recenseamento de 1801 nas freguesias do antigo concelho de Eixo¹¹³

Freguesias	Fogos	Efectivos			Nascimentos			Óbitos			Ausentes		
		Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Eixo	817	1299	1579	2878	40	43	83	8	11	19	239	63	302
Requeixo	751	1210	1356	2566	35	35	70	27	14	41	83	14	97
Fermentelos	202	408	428	836	8	9	17	6	7	13	22	12	34
Eirol	81	165	188	353	8	7	15	2	2	4	0	0	0
Total	1851	3082	3551	6633	91	94	185	43	34	77	344	89	433

Os valores encontrados neste recenseamento não deixam de merecer cuidada observação e um confronto com as fontes que presumivelmente lhes terão dado origem. Partindo do princípio provável de que a recolha dos elementos respeitantes a nascimentos e óbitos se tenha processado com base nos livros paroquiais de baptismos e óbitos e a contagem de efectivos e ausentes a partir dos róis de confessados, observam-se em quase todos os casos algumas disparidades, nem sempre justificáveis. Comparando ainda os valores referenciados para o total da população com os declarados na estrutura de idades é possível encontrar algumas diferenças significativas.

No caso de Eixo, no que diz respeito aos nascimentos, os livros de registo de baptismos indicam o nascimento de 38 indivíduos do sexo masculino e 45 do feminino. A diferença aqui é pequena em termos de sexo e leva a crer ter-se tratado de troca de sexos entre os baptizados, ocorrida durante a fase de contagem, pois existem menos dois indivíduos do sexo masculino e mais dois do feminino. Não parece ser grave este erro. No entanto, no caso dos óbitos a situação é substancialmente diferente. O total de 19 declarado no censo é bem

¹¹³ Os dados constantes deste quadro foram obtidos a partir de: Luís Nuno Espinha da Silveira, *Os recenseamentos da população portuguesa de 1801 e 1849: edição crítica*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, 2001. É possível consultar estes mesmos dados, na sua versão para a Internet, no site <http://www.fchs.unl.pt/atlas>

distinto do que se pode reportar a partir do livro paroquial, que aponta 35 óbitos no ano de 1801 (13 correspondendo a homens e 22 a mulheres). Há uma diferença de 16 óbitos, para a qual não se consegue descortinar explicação a não ser a possibilidade de se encontrar por lançar no registo paroquial uma parte significativa dos mesmos.

Em Requeixo a situação não é muito diferente. No registo paroquial estão arrolados 36 nascimentos para o sexo masculino e 30 para o feminino. Admitindo que existe uma troca de sexos na contagem, ainda faltam 4 elementos ao sexo feminino. Terá sido o caso de 4 crianças que faleceram após o nascimento e das quais não foram lançados os competentes registos de baptismo, mas entraram nas contas do pároco? Talvez seja essa a resposta, pois a diferença encontrada entre o que é declarado no censo e no livro paroquial de óbitos resume-se a menos 3 óbitos neste último (27 defunções do sexo masculino no censo contra 26 no livro paroquial, e 14 óbitos do sexo feminino no censo contra 12 no registo paroquial).

Em Fermentelos pode dizer-se que há uma coincidência quase total do número de nascimentos. Apenas se regista no livro paroquial de baptismos mais um nascimento do sexo feminino que no censo, o que pode muito bem ser resultado de um pequeno lapso na contagem. Já no caso dos óbitos a situação é mais complicada: o registo paroquial aponta para apenas 6 no ano de 1801, mas a declaração do censo indica 13, ou seja, mais do dobro. Neste caso, a única explicação plausível encontra-se no subregisto de óbitos de menores, encontrado no livro paroquial, óbitos esses que foram contabilizados para o censo.

De Eirol nada é possível dizer pois não se dispõe de dados do registo paroquial. Aparentemente, e seguindo o padrão encontrado para as freguesias acima apresentadas, é de crer que o desfasamento em termos de baptismos não seja muito significativo, sendo no entanto de admitir que, no caso dos óbitos, os registos declarados para o censo não abarquem a realidade de uma forma completa.

Sobre os totais de efectivos e ausentes será apenas possível avançar alguns comentários, pois não se dispõe dos róis de confessados referentes ao ano de 1801. A primeira observação que se pode deixar prende-se com o quantitativo dos ausentes e o seu peso na população. Na realidade, as ausências em termos percentuais totais representam uma fatia diminuta do total – apenas 6,89% da população do antigo concelho referenciada se encontra ausente em 1801. Entre as várias freguesias, a maior fatia cabe a Eixo, que regista 10,49% da população na situação de ausente. Este facto estará certamente ligado ao carácter mais urbano desta freguesia. Nas restantes, os valores são significativamente mais diminutos: Requeixo apresenta 3,78%, enquanto em Fermentelos esse valor sobe ligeiramente para os 4,07%. Estes dados permitem concluir que apenas uma parcela diminuta da população se ausentava do território na procura de outras condições de vida, pelo menos nesta época, que se sabe ter sido marcada por uma conjuntura socio-económica e política difícil.

Quadro 2: Estrutura etária da população das freguesias em 1801

Idades	Eixo		Requeixo		Fermentelos		Eirol	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
00-07	176	213	208	215	79	69	37	32
07-25	468	502	426	448	143	142	45	58
25-40	259	324	278	354	83	97	33	38
40-60	260	370	231	247	77	82	36	50
60-80	98	127	54	66	22	32	8	5
80-100	6	11	5	8	2	4	0	0
+100	0	0	0	1	0	0	0	0
Totais	1267	1547	1202	1339	406	426	159	183

A estrutura etária da população apresentada neste censo refere-se na realidade à população de 1800 e não à de 1801. Este facto é verificável pela incongruência existente entre os efectivos da população do quadro 1 e os totais que se obtêm da simples adição dos valores apresentados no quadro 2. Como explicar então esta diferença? Certamente levando em consideração que, para responder ao inquérito proposto, os párocos deveriam recorrer aos instrumentos que tinham à sua disposição, ou seja, os livros de registo paroquial e os róis de confessados. Se os livros paroquiais se podiam considerar actualizados quando se procedeu ao levantamento requerido (Janeiro de 1801), o mesmo não se poderia dizer dos róis de confessados, imprescindíveis para realizar os

cálculos da distribuição etária da população, pois ainda era relativamente cedo para a Páscoa. Pela mesma ordem de ideias, os ausentes são referentes ao ano de 1800.

Para não elaborarem um rol de confessados antes do tempo previsto, os párocos recorreram a um expediente prático. Serviram-se do rol do ano anterior (1800), calcularam as diferenças entre baptismos e óbitos para cada um dos sexos, actualizando de seguida os efectivos declarados no quadro do movimento da população. Esta engenhosa “contabilidade” é exposta no quadro 3.

Quadro 3: As contas dos párocos

	<i>Eixo</i>	<i>Requeixo</i>	<i>Fermentelos</i>	<i>Eirol</i>
A - Total da freguesia (Quadro 2)	2814	2541	832	342
B - Efectivos declarados (Quadro 1)	2878	2566	836	353
Diferença (B-A)	64	25	4	11
Total de baptismos (Quadro 1)	83	70	17	15
Total de óbitos (Quadro 1)	19	41	13	4
Diferença (baptismos-óbitos)	64	29	4	11

Regressando ao quadro 2, referente à distribuição etária da população, cumpre destacar algumas observações interessantes. O primeiro realce vai para a população menor de 25 anos. O seu peso, no contexto da população das freguesias, ultrapassa os 50% em quase todas. Apenas em Eixo o valor percentual de 48,29% fica aquém desse registo, embora não muito distante. A percentagem de menores de 7 anos oscila entre os 13,8% em Eixo e os 20,17% em Eirol. Em termos globais das quatro freguesias, os menores de sete anos representam 15,76% da população e os menores de vinte e cinco anos 49,95%, o que revela uma população bastante jovem.

Para 1802 existe nova informação acerca da população da freguesia de Eixo, da autoria do Vigário Geral da Diocese, o Doutor João Baptista Álvares de Araújo.¹¹⁴ Partindo do rol de confessados referente a esse ano, uma vez que a

¹¹⁴ 2º Livro de Visitações, folhas 26-27, citado por João Gonçalves Gaspar, *Eixo na História*, op. cit., pp. 143-144; também referido por Venâncio Dias de Figueiredo Vieira, “Memória sobre a

Visitação à qual presidiu se realizou em Setembro, menciona ter a freguesia 2855 pessoas de sacramento. Quanto a fogos, a Póvoa do Valado teria mais de 200, a Costa do Valado 76 e as Quintãs 90. O mesmo vigário, na Visitação que efectuou em 1805, mostra-se mais lacónico na informação produzida, apontando apenas terem os lugares de Oliveirinha, Quintãs, Póvoa e Costa do Valado mais de 400 fogos e 1200 almas,¹¹⁵ números demasiado “redondos” para poderem ser tomados por precisos. Uma última referência a fogos e população, antes de novo recenseamento, reporta-se a 1829 e, mais uma vez, ao livro de Visitações da freguesia de Eixo,¹¹⁶ onde se atribuem a Eixo 1000 fogos e cerca de 4000 pessoas de sacramento. Novamente os números “redondos” a marcarem presença e a merecerem pouco crédito.

Acerca de Fermentelos surgem, até 1850, mais três informações sobre o número de fogos e população, em 3 róis de confessados correspondentes a 1836, 1843 e 1848.¹¹⁷ Neles são referenciados para cada um dos anos 236, 250 e 264 fogos respectivamente e 770, 819 e 832 almas. O ano de 1848 conta com 21 ausentes. Admitindo estes dados como correctos, será possível considerar que a população desta localidade tenha sofrido um decréscimo em relação a 1800. No entanto, estes números deverão ser lidos como correspondendo apenas a maiores de 7 anos, como de seguida se procurará demonstrar.

O censo de 1849¹¹⁸ apresenta valores surpreendentes e incongruentes sobre as freguesias do antigo concelho de Eixo, considerando os dados da documentação paroquial relativa às mesmas freguesias.

vila de Eixo” in *Boletim Municipal de Aveiro*, Câmara Municipal de Aveiro, N.º 3 (Abril 1984), pág. 55.

¹¹⁵ 2.º Livro de Visitações, folhas 34-34v, citado por João Gonçalves Gaspar, *Eixo na História*, op. cit., pp. 146; também referido por Venâncio Dias de Figueiredo Vieira, *Memória...*, op. cit., pág. 55.

¹¹⁶ 2.º Livro de Visitações, referido por Venâncio Dias de Figueiredo Vieira, *Memória...*, op. cit., pág. 55.

¹¹⁷ Artur N. Vidal *et al.*, *Fermentelos*, op. cit., pág. 231.

¹¹⁸ Os dados relativos a este recenseamento foram retirados de Luís Nuno Espinha da Silveira, *Os recenseamentos da população portuguesa de 1801 e 1849: edição crítica*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, 2001. É possível consultar estes mesmos dados, na sua versão para Internet, no site <http://www.fchs.unl.pt/atlas>

Quadro 4: Resultados do recenseamento de 1849 nas freguesias do antigo concelho de Eixo¹¹⁹

Freguesias	Fogos	Efectivos			Nascimentos			Óbitos			Casamentos
		Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Total
Eixo	401	625	753	1378	34	30	64	14	17	31	10
Oliveirinha	498	846	973	1819	9	12	21	9	12	21	8
Requeixo	519	1020	1152	2172	21	25	46	25	23	48	13
Fermentelos	261	483	629	1112	20	26	46	9	10	19	5
Nariz	217	360	335	695	8	8	16	11	13	24	6
Eirol	107	166	173	339	8	3	11	5	3	8	0
Total	2003	3500	4015	7515	100	104	204	73	78	151	42

Quadro 5: Resultados para 1849 obtidos a partir dos registos paroquiais

Freguesias	Nascimentos			Óbitos			Casamentos
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Total
Eixo	35	31	66	9	15	24	10
Oliveirinha	7	5	12	15	13	28	7
Requeixo	24	26	50	17	12	29	13
Fermentelos	15	8	23	6	6	12	9
Nariz	9	8	17	13	11	24	6
Eirol	7	6	13	4	2	6	3
Total	97	84	181	64	59	123	48

Os dados deste recenseamento terão sido recolhidos em 1850, tal como os do censo de 1801 o foram em 1802. Neste particular há a considerar um aspecto importante. A 2 de Maio 1849 foi oficialmente criada a freguesia de Oliveirinha, a partir do desmembramento da freguesia de Eixo, que ficou reduzida aos lugares de Eixo, Horta e Azenha de Baixo. Desta separação terá resultado alguma confusão entre os párocos, no que diz respeito ao início da Vigência da freguesia. Se o decreto civil que institui a freguesia se encontra datado de 2 de Maio de 1849, a ordem para a criação da freguesia em termos religiosos apenas foi emanada do bispado a 11 de Agosto de 1849. Terá por isso sido natural que ambos os párocos tenham feito leituras diferentes, considerando as ditas datas conforme mais conviesse a cada um. Assim, é possível que alguns nascimentos tivessem sido contados duas vezes, uma em cada paróquia. Esta será uma explicação para a discrepância nos números parcelares de nascimentos e óbitos nas duas freguesias. Não é também de excluir a hipótese de alguns dos

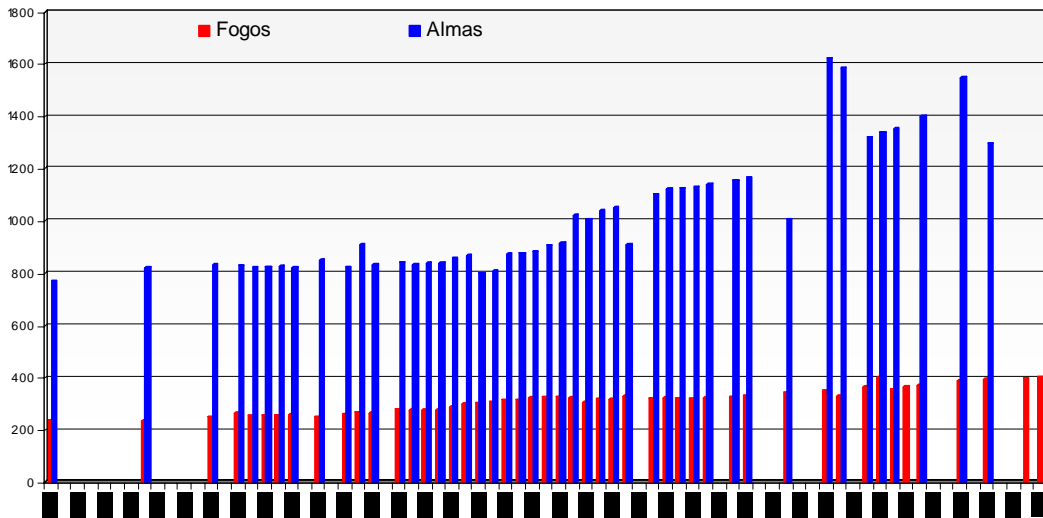
¹¹⁹ Reveja-se o que se expôs na nota ao quadro 1.

nascimentos em Oliveirinha não terem sido lançados a tempo e, portanto, ter ocorrido um subregisto derivado das complicações decorrentes da separação das duas freguesias. Neste contexto, é também bastante suspeita a igualdade perfeita entre os nascimentos e os óbitos declarados para Oliveirinha.

Quanto aos óbitos, embora os valores totais de ambas as freguesias apresentados no censo e nos livros paroquiais sejam iguais (52 óbitos no dito ano), já a sua distribuição por sexo e freguesia parece pouco coerente. Tal como nos nascimentos, por muitas tentativas que se façam, não se encontra forma de os números coincidirem. Já no que diz respeito aos casamentos (é a primeira vez que surgem num recenseamento), os valores estão genericamente correctos nestas duas freguesias.

Na freguesia de Requeixo os baptismos não coincidem com os nascimentos. É possível que esta situação esteja relacionada com o óbito de recém-nascidos pois, apesar do pároco ter tido naturalmente conhecimento dos mesmos, talvez não os tenha incluído na listagem dos nascimentos ocorridos na paróquia. Mais estranha é, no entanto, a diferença entre os óbitos constantes na declaração para o censo e na freguesia: nesta última há 19 registos a menos. Este facto leva de imediato à presunção da existência de óbitos de menores de 7 anos, o que parece acertado, pois uma pesquisa na base de dados revela não existir nenhum caso de menores dessa idade. Quanto aos casamentos, os valores em ambas as tabelas são coincidentes.

Sobre a paróquia de Nariz pouco ou nada há a dizer, pois o que se encontra declarado no censo é quase coincidente, na sua totalidade, com os livros paroquiais. Em Eirol, descontando o caso de não terem sido expressos os casamentos no censo, a aproximação entre os valores é bastante grande. Apesar da pequenez da freguesia, as diferenças não são suficientemente grandes para lançar suspeitas sobre esses dados.

Gráfico 1: Fermentelos – fogos e população segundo os róis de confessados¹²⁰

Finalmente, na freguesia de Fermentelos a disparidade entre os dados apresentados nos quadros é total. Começando pelos nascimentos, afigura-se pouco credível que esta paróquia registasse 46 ocorrências num único ano, pois é uma freguesia demasiado pequena em termos de população (cerca de metade de Requeixo ou Oliveirinha). Apenas no ano de 1897 são pela primeira vez alcançados os 46 nascimentos nessa freguesia. Mesmo admitindo que tenham existido recém-nascidos não registados nos livros de baptismo, por falecerem antes de receber este sacramento, o valor apresentado no censo é, nada mais nada menos, que o dobro dos registos realmente efectuados. Se, no caso dos óbitos declarados, isso é aceitável, por não se lançar nos livros os menores de 7 anos, torna-se difícil considerar um valor tão elevado de nascimentos. No caso dos casamentos os valores também não são coincidentes: nos livros paroquiais encontram-se lançados 9 matrimónios, sendo apenas declarados 5 no censo.

Mais estranhos se tornam os números considerando o que sobre esta freguesia se sabe a partir dos róis de confessados existentes (veja-se o quadro 6 e gráfico 1). Se no ano de 1848 são declaradas no rol 832 almas e, em 1850, 830, sabendo-se que este valor se reporta apenas a maiores de 7 anos é estranho

¹²⁰ Vide nota anterior.

que em 1849 a freguesia tivesse 1112 almas, como é declarado nos efectivos do censo. Mesmo admitindo, com alguma boa vontade, que os menores de 7 anos representavam 20% do total da população, não era possível que o somatório final projectasse o total de habitantes para os 1000.

Quadro 6: Fermentelos – fogos e população segundo os róis de confessados existentes¹²¹

Ano	Fogos	Almas	Ausentes	Menores	Ano	Fogos	Almas	Ausentes	Menores
1836	238	770			1874	326	915	99	
1837					1875	325	1023	91	
1838					1876	306	1006	75	
1839					1877	316	1039	67	
1840					1878	319	1050	64	
1841					1879	330	908	70	172
1842					1880				
1843	236	819			1881	320	1101	74	
1844					1882	322	1120	74	
1845					1883	320	1125	63	
1846					1884	321	1128		
1847					1885	325	1140	91	
1848	250	832	21		1886				
1849					1887	327	1155	81	
1850	264	830	50		1888	329	1167	81	
1851	255	821	56		1889				
1852	256	823	89		1890				
1853	255	826	77		1891	342	1006	65	200
1854	257	821	64		1892				
1855					1893				
1856	250	850	72		1894	351	1621		
1857					1895	331	1584		
1858	259	823	90		1896				
1859	267	909	87		1897	364	1320		
1860	265	832	90		1898	401	1338		
1861					1899	356	1352		
1862	280	841	60		1900	364			
1863	276	831	66		1901	372	1401		
1864	278	838	78		1902				
1865	277	837	88		1903				
1866	289	858	84		1904	389	1547		
1867	300	867	65		1905				
1868	303	800	86	78	1906	395	1296		
1869	307	810	100		1907				
1870	314	873	100		1908				
1871	314	876	116		1909	397			
1872	323	882	108		1910	402			
1873	326	905	83						

¹²¹ Fonte: Artur N. Vidal, *et al.*, *Fermentelos*, op. cit., pp. 231-233; Para os anos de 1868, 1879 e 1891, os originais encontram-se no Cartório Paroquial de Fermentelos, de onde se extraíram os respectivos valores.

A época estatística

O recenseamento de 1864

Com o recenseamento de 1864 pode afirmar-se, com toda a propriedade, que Portugal entrou definitivamente na época da estatística demográfica, encarando esta de forma verdadeiramente científica, segundo os princípios emanados de diversos congressos internacionais sobre a matéria. Até esta data todos os trabalhos efectuados sobre estatística das populações enfermavam de erros vários que lhes invalidavam o carácter científico: ou não abrangiam todo o território nacional, ou não passavam de simples contagens de população, sem objectivos mais profundos ou fins específicos. A aplicação do método nominal e simultâneo (foi escolhido o dia 1 de Janeiro de 1864 para a sua realização) conferiu a este recenseamento condições técnicas de validade que nenhum anterior lograra. No relatório que precede a exposição dos resultados do recenseamento de 1864, o relator especifica claramente que *“O censo de 1864, tomando por base a população de facto, conformou-se com as conclusões dos congressos internacionaes de estatística de Bruxelas e Paris, abrangendo sexo, estados civis, idades, profissões ou condições sociais, e naturalidade; com distinção de nacionaes e de estrangeiros, residentes ou transeuntes, presentes ou ausentes.”*¹²² Tentou-se ainda, neste censo, promover o inquérito aos fogos existentes, independentemente do fim ao qual se destinavam, mas sem resultados práticos, dadas as dificuldades e confusões por parte dos aplicadores do inquérito. Foi, no entanto, possível dar ao rol as casas destinadas à habitação.

Reafirmando de alguma forma o carácter científico desenvolvido deste recenseamento e procurando demarcá-lo de cômputos anteriores, o relator expressou claramente essa preocupação num simples parágrafo:

¹²² Estatística de Portugal, *População – Censo no 1º de Janeiro de 1864*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868, pág. V.

“Conhecer simplesmente a população de facto n’uma freguesia, n’um concelho ou n’um districto, sem conhecer a população legal, era reduzir o censo a mera operação estatística inapplicavel, e sem utilidade prática, onde pelas leis a população é para os cidadãos base de direitos, como o eleitoral, ou de encargos, como a repartição das contribuições, o recrutamento militar, etc.”¹²³

Também não se esqueceu de clarificar os conceitos que estavam em causa e a forma concreta de aplicação dos mesmos. Tal é particularmente visível na definição dos vários tipos de população e na justificação da opção pelo conceito de referência de **população legal ou de direito**:

“Derivar taes consequências do simples estado da **população de facto**, que o censo tomou por ponto de partida, não era racional nem justo, porque contingências puramente accidentaes e fortuitas podem alterar a população dos logares.

Para que o censo podesse servir a todas as necessidades da administração, não só foram recenseadas nos boletins de famílias as pessoas **presentes**, mas também as **estranhas ou transeuntes**, com esta nota, e mais com a de **ausentes** as que accidentalmente não estavam no seio da família de que faziam parte. Para sobre estes elementos reconstituir a **população de direito**, seguiu-se a fórmula de sommar a **população de facto** com os ausentes, e subtrair a soma dos transeuntes, considerando o resto expressão da **população legal**.”¹²⁴

Da aplicação destes conceitos às freguesias que integravam o antigo concelho de Eixo (extinto onze anos antes) resultou o quadro 7. Por ele é possível constatar a existência de três núcleos populacionais principais, que albergam quase 73%, do total da população e mais de 70% do total de fogos. Um ponto de destaque vai para a freguesia de Oliveirinha, que, de ermo despovoado no início do século XVI, surge nesta segunda metade do século XIX com mais fogos que qualquer outra do leque considerado e, em termos de população legal, como a mais numerosa.

¹²³ Estatística de Portugal, *População – Censo no 1º de Janeiro de 1864*, op. cit., pág. XIII.

¹²⁴ Estatística de Portugal, *População – Censo no 1º de Janeiro de 1864*, op. cit., pág. XIII. Sublinhado acrescentado ao original.

Quadro 7: Recenseamento da população de 1864 nas freguesias do antigo concelho de Eixo

1864	Pop. de facto	Transeuntes	Ausentes	Pop. legal	Fogos
Eixo	1510	5	158	1663	423
Oliveirinha	1663	8	181	1836	540
Requeixo	1780	5	8	1793	528
Nariz	671	0	64	735	231
Fermentelos	860	8	84	936	297
Eirol	405	4	30	431	106
Total	6889	30	525	7394	2125

Este recenseamento avançou com outros elementos importantes para a caracterização da população, como a sua distribuição por sexos e idades, para além de inúmeras comparações entre mundo urbano e rural. No entanto, por agora apenas interessam os quantitativos mais gerais da população.

Tomando em linha de conta o conceito de população presente (população de facto - transeuntes) e relacionando-o com o número de fogos, verificam-se, nesta segunda metade de XIX, valores relativamente baixos em todas as freguesias: Eixo apresenta um *ratio habitantes/fogo* de 3,57, Oliveirinha de 3,06, Requeixo de 3,36 e Eirol de 3,78 (este é o mais elevado de todos); *ratios* mais diminutos são apresentados por Nariz (2,90 habitantes/fogo) e Fermentelos (2,86 habitantes/fogo). É, no entanto, bem provável que os resultados enfermem de erros com origem na recolha dos elementos que deviam servir de base a este recenseamento e, como tal, devem ser apenas considerados como indicativos.¹²⁵

O número de ausentes também não aparenta ser significativamente exagerado, representando pouco mais de 7,1% do total da população legal. Destacam-se, neste particular, Eixo, com 9,5% da população ausente, e Oliveirinha, com

¹²⁵ Na *Introdução* ao censo de 1864, o relator alerta para o facto de existirem problemas com o arrolamento dos fogos: “As listas de fogos deviam recolher dados que habilitassem a distinguir e contar as casas habitadas e as deshabitadas. Nesta parte foram tão equívoca e tão deficientemente preenchidas, que não habilitaram a apuramento. Só se exigira nota do que respeitava as casas destinadas a habitação, com exclusão do tráfico rural, dos armazéns, das oficinas, etc. Na mistura e confusão que de tudo isto fizeram, impossibilitaram a classifica-

9,8%; seguem-se Fermentelos, com 8,9 %, e Nariz, com 8,7%; Eirol fecha a contagem, com 7%. A destoar destes valores, e por isso mesmo a fazer descer os valores médios do conjunto, encontra-se Requeixo, que regista apenas 0,4% de ausentes.

O recenseamento de 1878

Catorze anos após o primeiro recenseamento feito em Portugal segundo moldes científicos, realizou-se novo recenseamento geral da população. Esta nova avaliação seguiu de perto os passos da primeira, procedendo às correcções consideradas necessárias e introduzindo novos elementos quantitativos e qualitativos sobre a população, como por exemplo a observação da instrução de nível elementar, a sistematização de alguns grupos de idades, o estudo de grupos com características especiais (cegos, surdos, surdos-mudos, idiotas). Os conceitos básicos e fundamentais transitaram de um censo para o outro, como foi o caso do conceito de população de facto e população legal. Em resumo, depurado de algumas imprecisões e minudências desnecessárias, aproveitando a experiência do censo anterior e alargando-se a novos campos de observação, o recenseamento da população do 1º de Janeiro de 1878 representou um passo mais no conhecimento da realidade portuguesa.

No que diz respeito às freguesias que constituíram o antigo concelho de Eixo, revela-se interessante comparar o resultado deste novo censo com o do anterior, com a intenção de procurar o sentido da evolução dessas paróquias nos catorze anos que mediaram as duas realizações, quer sob o ponto de vista da população quer dos fogos.

Quadro 8: Recenseamento da população de 1878 nas freguesias do antigo concelho de Eixo

1878	Pop. de facto	Transeuntes	Ausentes	Pop. legal	Fogos
Eixo	1514	10	11	1515	410
Oliveirinha	1839	5	12	1846	528
Requeixo	1855	13	4	1846	552
Nariz	695	1	4	698	201
Fermentelos	970	4	104	1070	310
Eirol	416	0	32	448	110
Total	7289	33	167	7423	2111

Em traços largos, é possível dizer que, neste hiato de tempo, a população registou um aumento muito pequeno, quase sem significado (mais 400 habitantes de facto, mas apenas mais 29 de direito ou na população legal). Já o número de ausentes na altura do recenseamento diminuiu de forma substancial em termos absolutos (menos 358 elementos). O número de fogos também conheceu uma pequena redução no seu total. (menos 14 que os contabilizados no censo anterior).

Colocando a análise dos resultados do recenseamento ao nível da freguesia, verifica-se, na generalidade, um aumento dos valores (ainda que modesto) em todas elas, com excepção de Eixo, que praticamente estagnou. Destaca-se o crescimento de Fermentelos (mais de 12% nos catorze anos que mediam os dois censos) e de Oliveirinha (mais de 10% no mesmo período); esta última, juntamente com Requeixo, representa mais de 50% da população do território do antigo concelho.

O número de habitantes por fogo conheceu um aumento generalizado, com excepção de Eirol, que manteve o mesmo *ratio*: 3,78. As outras freguesias apresentam os seguintes valores: 3,66 em Eixo, 3,47 em Oliveirinha, 3,34 em Requeixo, 3,45 em Nariz e 3,12 em Fermentelos. Este aumento, ainda que ligeiro, é resultado de alterações registadas nos dois elementos que compõem este *ratio*: a população presente e o número de fogos. Se o primeiro aumentou em termos genéricos, já o segundo conheceu uma redução. Esta poderá ter tido origem numa de duas situações (ou mesmo em ambas): o fim de alguns fogos constituídos apenas por indivíduos isolados (viúvos ou celibatários) por

óbito destes ou saída da freguesia, ou uma sobreavaliação do número de fogos no decorrer do censo de 1864.¹²⁶

O recenseamento de 1890

Doze anos após a realização do censo de 1878 realizou-se em Portugal novo recenseamento geral da população. Este novo censo trouxe consigo algumas alterações significativas, quer em termos de realização, qualidade e quantidade de informação recolhida, quer ainda na alteração de alguns conceitos empregues nos recenseamentos anteriores, tendo como objectivo produzir um instrumento de análise da população o mais rigoroso e científico possível, de acordo com os conceitos vigentes na época.

Neste censo foram introduzidas algumas modificações à classificação da população, de acordo com os critérios adoptados internacionalmente, em particular no congresso de S. Petersburgo, nomeadamente o abandono da designação de *população legal*.¹²⁷ Esta foi substituída, para efeitos de contagens, pela de *população de residência habitual* ou *população domiciliada*, distinguindo-se desta forma da *população de facto*.¹²⁸ Na prática tratou-se, tão só, de uma questão de nomenclatura. O efeito mais visível nos resultados apresentados no censo foi o desaparecimento da categoria de “*transeuntes*”, pois os dados referentes à *população domiciliada* (ou de *residência habitual*) já se encontram depurados destes elementos.

¹²⁶ Sobre esta matéria veja-se o que se explanou para o censo de 1864, na nota anterior.

¹²⁷ Cf. *Censo da População do Reino de Portugal no 1º de Dezembro de 1890*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1896, pág. XVII: “Por população de direito ou legal quiz significar-se a que tem o seu domicílio legal no lugar do recenseamento.”

¹²⁸ *Censo da População...*, op. cit., pág. XVI e XVII: “A **população domiciliada** comprehende todas as pessoas cujo domicílio habitual é no lugar do recenseamento, quer estejam presentes ou ausentes, isto é, a população de facto, adicionadas as pessoas momentaneamente ausentes e deduzidas as que só temporariamente se acham presentes na ocasião do recenseamento.” Por **população de facto ou presente** entendia-se o “total das pessoas presentes no lugar do recenseamento no próprio momento, em que ele se realisa.”

Uma de várias novidades deste recenseamento foi a alteração da data da sua realização. O já tradicional 1 de Janeiro foi substituído pelo 1 de Dezembro, que se irá manter até ao recenseamento de 1930, inclusive.

No que às freguesias do antigo concelho de Eixo diz respeito, este censo revelou alguns resultados interessantes, dos quais se destaca um crescimento mais acentuado da população de facto e um aumento do número de fogos, como se pode depreender do quadro 9.

Quadro 9: Recenseamento da população de 1890 nas freguesias do antigo concelho de Eixo

1890	Pop. de facto	Ausentes	Pop. de residência habitual	Fogos
Eixo	1541	4	1545	432
Oliveirinha	1954	13	1967	552
Requeixo	1909	3	1912	539
Nariz	739	6	745	200
Fermentelos	1148	11	1159	342
Eirol	417	0	417	132
Total	7708	37	7745	2197

Individualizando as freguesias, o realce vai para Oliveirinha e Fermentelos. Ambas continuam o seu crescimento de forma bastante sustentada, representando respectivamente 25,35% e 14,89% do total da população do antigo concelho. A antiga sede concelhia mostra uma clara tendência para a estagnação, quedando-se com 19,99% do total da população. As freguesias de Requeixo, Nariz e Eirol mostram uma evolução muito ligeira em termos de crescimento populacional.

Em relação ao *ratio* habitantes/fogo a situação aponta para um aumento deste valor em praticamente todas as freguesias, com excepção de Eirol e Eixo, onde se verificou uma ligeira quebra, para 3,15 e 3,56, respectivamente, em relação ao anterior recenseamento. As restantes freguesias, Oliveirinha, Requeixo, Nariz e Fermentelos, apresentam ligeiros aumentos, contabilizando, respectivamente, 3,53, 3,54, 3,69 e 3,35.

Uma observação final a respeito dos ausentes mostra como possível e provável que o seu número fosse maior que o apresentado. O caso fica a dever-se ao facto de o quantitativo apurado para a *população de residência habitual* já se encontrar depurado dos *transeuntes*, ou seja, foram previamente retirados para o cálculo da *população de residência habitual* (ou *população domiciliada*) aqueles indivíduos que acidentalmente se encontravam na freguesia no momento do recenseamento mas que a ela não pertenciam.

O recenseamento de 1900

O final do século XIX foi o momento azado para a feitura de um novo recenseamento, que começa a assumir regularidade decenal. Não há alterações de monta a registar, seja em moldes de processo, método ou conceitos operativos, relativamente ao recenseamento de 1890.

Quadro 10: Recenseamento da população de 1900 nas freguesias do antigo concelho de Eixo

1900	Pop. de facto	Ausentes	Pop. de residência habitual	Fogos
Eixo	1617	3	1620	437
Oliveirinha	2117	14	2131	552
Requeixo	1994	20	2014	527
Nariz	746	26	772	208
Fermentelos	1313	7	1320	341
Eirol	428	2	430	122
Total	8215	72	8287	2187

No que concerne às freguesias do antigo concelho de Eixo, verifica-se a manutenção das tendências anteriormente observadas em termos populacionais e uma ligeira diminuição no número de fogos. No primeiro caso, continua a marcha ascensional de Oliveirinha e Fermentelos, que aumentam cada vez mais o seu peso e importância em termos demográficos à custa de um ligeiro recuo das restantes (veja-se o quadro 12 adiante). No segundo caso, a ligeira diminuição do número de fogos (10 no total) originará um aumento do *ratio habitantes/fogo* (quadro 14).

Neste aspecto particular, Fermentelos continua a ser a freguesia que melhores indicadores apresenta. Apesar de não ter aumentado o número de fogos nas freguesias (diminuiu uma unidade em relação ao censo anterior), o continuado aumento do número absoluto dos seus habitantes originou um forte crescimento do referido *ratio*.

Outro aspecto a realçar é o aumento do número de ausentes nas freguesias. Desta feita, todas elas acusam a ausência de alguns dos seus naturais no momento da realização do censo. Não se tratando de um número excessivamente elevado (apenas 0,86% do total da população de residência habitual), esse valor pode perfeitamente estar “encoberto” pela presença de “*transeuntes*” entre a *população domiciliada*, conforme se explicou anteriormente.

O recenseamento de 1911

Previsto para se realizar a 1 de Dezembro de 1910, a força dos acontecimentos revolucionários do 5 de Outubro desse ano e a consequente alteração de regime político obrigaram ao adiamento do recenseamento pelo espaço de um ano.

Sob o ponto de vista técnico, este censo revela-se muito semelhante aos anteriores. No entanto, acaba por se tornar importante pois fornece um termo de comparação das populações ao fim de quase cinco décadas de recenseamentos feitos em moldes de natureza científica. De 1864 a 1911 decorreram 47 anos ao longo dos quais foram testados e aplicados processos, metodologias e conceitos demográficos. Dessa experiência resultou um significativo avanço no conhecimento da população portuguesa.

Apesar de 1911 se situar para além do limite temporal deste estudo, não deixa de ser uma referência importante para as freguesias do antigo concelho de Eixo, pois funciona como corolário do evoluir populacional de toda a segunda metade do século XIX, que culmina no final da primeira década do século XX. Em suma, o recenseamento de 1911 acaba por confirmar uma série de tendências em termos populacionais que anteriormente de anunciavam.

A partir do quadro 11, e comparando os dados obtidos neste último recenseamento com os referentes a 1900, é possível afirmar que todas as freguesias cresceram em valores absolutos de população, que o número de fogos aumentou quase 8,2% e que até o número de ausentes conheceu um incremento razoável.

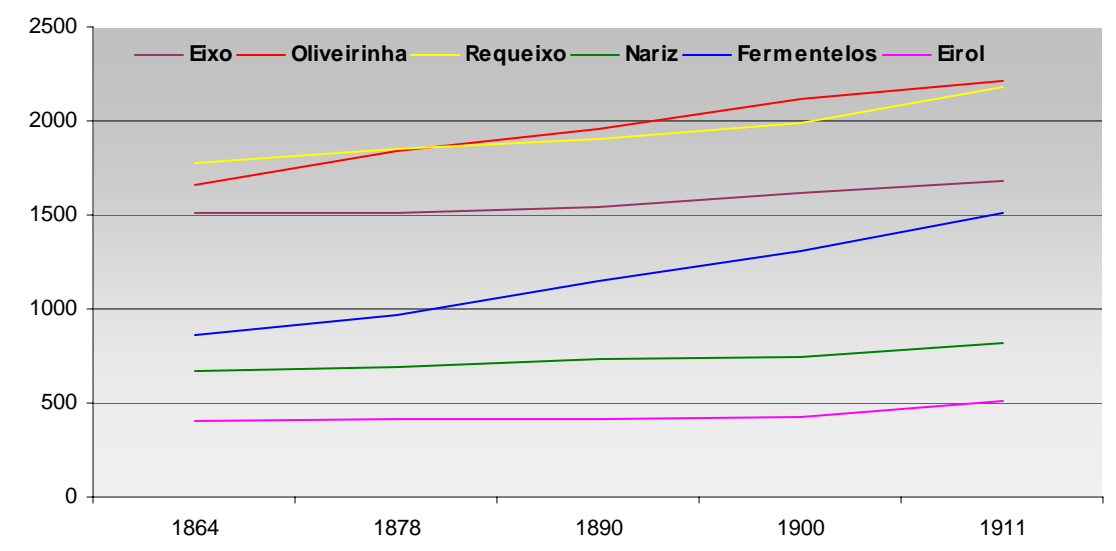
Quadro 11: Recenseamento da população de 1911 nas freguesias do antigo concelho de Eixo

1911	Pop. de facto	Ausentes	Pop. de residência habitual	Fogos
Eixo	1681	12	1693	477
Oliveirinha	2218	13	2231	585
Requeixo	2176	101	2277	579
Nariz	814	2	816	216
Fermentelos	1506	7	1513	374
Eirol	510	2	512	135
Total	8905	137	9042	2366

Os números tornam-se substancialmente mais fortes quando comparados com os recolhidos em 1864 (vejam-se os quadros 12,13 e 14 deste capítulo). Algumas freguesias em particular mostram um crescimento bastante forte nesses últimos 47 anos. É o caso de Fermentelos, que, de uns modestos 860 habitantes em 1864, apresenta o valor de 1506 em 1911, ou seja, um crescimento de 1,6% ao ano,¹²⁹ o que é muito significativo. Também a freguesia de Oliveirinha conheceu um crescimento importante, embora não tão exuberante – cerca de 0,71% ao ano. Os valores absolutos desse forte crescimento são visíveis no gráfico 2, que espelha a evolução da população em valores absolutos, ao longo dos quase 50 anos, nas várias freguesias que compunham o antigo concelho de Eixo.

¹²⁹Resultado obtido aplicando a seguinte fórmula de crescimento aritmético: $t = \left(\frac{Pn - Po}{nPo} \right) \cdot 100$, onde t é a taxa de crescimento aritmético, Po a população no momento 0, Pn a população no momento n .

Gráfico 2: Evolução em valores absolutos da população das freguesias do antigo concelho de Eixo segundo os censos de 1864 e seguintes



Por outro lado, o peso relativo da população de cada freguesia no quadro mais vasto que era o antigo concelho encontra-se traduzido no quadro 12. Nele é visível que a única freguesia cujo peso relativo cresce continuamente é Fermentelos. Por outro lado, Eixo, sede do antigo concelho, apresenta uma diminuição constante da sua importância ao longo dos vários anos. As restantes freguesias revelam-se relativamente estabilizadas, com uma ou outra pequena oscilação.

Quadro 12: Valores relativos da população das freguesias do antigo concelho de Eixo

	1864	1878	1890	1900	1911
Eixo	21,92	20,77	19,99	19,68	18,88
Oliveirinha	24,14	25,23	25,35	25,77	24,91
Requeixo	25,84	25,45	24,77	24,27	24,44
Nariz	9,74	9,53	9,59	9,08	9,14
Fermentelos	12,48	13,31	14,89	15,98	16,91
Eirol	5,88	5,71	5,41	5,21	5,73

O número de fogos também conheceu um aumento substancial nos anteriores quarenta e sete anos: de 2125, no ano de 1864, alcançou-se a cifra de 2366, o que correspondeu a um acréscimo superior a 11%.

Quadro 13: Evolução do nº de fogos por freguesia do antigo concelho de Eixo, segundo os censos

	1864	1878	1890	1900	1911
Eixo	423	410	432	437	477
Oliveirinha	540	528	552	552	585
Requeixo	528	552	539	527	579
Nariz	231	201	200	208	216
Fermentelos	297	310	342	341	374
Eirol	106	110	132	122	135
Total	2125	2111	2197	2187	2366

Na sua generalidade, o *ratio habitantes/fogo* conheceu uma evolução positiva em quase todas as freguesias. O destaque vai para Fermentelos e Nariz, que registam um acréscimo superior a um habitante por fogo, e de quase uma unidade, respectivamente.

Quadro 14: Ratio de habitantes/fogo nas freguesias do antigo concelho de Eixo, segundo os censos

	1864	1878	1890	1900	1911
Eixo	3,57	3,69	3,57	3,70	3,52
Oliveirinha	3,08	3,48	3,54	3,84	3,79
Requeixo	3,37	3,36	3,54	3,78	3,76
Nariz	2,90	3,46	3,70	3,59	3,77
Fermentelos	2,90	3,13	3,36	3,85	4,03
Eirol	3,82	3,78	3,16	3,51	3,78

Apresentada que está uma panorâmica da evolução do povoamento e da população, no espaço definido pelo território do antigo concelho de Eixo, ao longo de praticamente 900 anos, é chegado o momento de caminhar para aspectos mais específicos.

Capítulo IV – Os movimentos gerais da população

O movimento global da população	182
Eixo e Oliveirinha.....	183
Requeixo, Nariz e Fermentelos	186
Eirol.....	189
O antigo concelho de Eixo reconstituído sem Eirol.....	190
Comparação entre as antigas freguesias de Eixo e Requeixo.....	191
O movimento dos baptizados	193
Eixo e Oliveirinha.....	193
Requeixo, Nariz e Fermentelos	199
Eirol.....	205
O concelho reconstituído sem Eirol.....	206
O movimento dos casamentos	208
Eixo e Oliveirinha.....	208
Requeixo, Nariz e Fermentelos	212
Eirol.....	218
O antigo concelho (sem Eirol)	219
O movimento dos óbitos	221
Eixo e Oliveirinha.....	221
Requeixo, Nariz e Fermentelos	226
Eirol.....	229
O antigo concelho de Eixo (sem Eirol)	231
Relação de masculinidade ao nascimento	232

A apresentação dos resultados do estudo demográfico sobre o antigo concelho de Eixo necessita de um ou outro esclarecimento prévio. Para além do significativo número de habitantes que o espaço comportou ao longo do tempo, é necessário considerar o espaço físico abrangido pelo concelho, que mesmo na sua forma mais reduzida, isto é, não integrando a freguesia de Eirol,¹ perfazia a extensão de 71 km² e abrangia inúmeros lugares que progressivamente ganharam importância e gradualmente foram promovidos à categoria de freguesias, em distintos momentos temporais.²

Outro aspecto a considerar é o facto de algumas das povoações, pelo seu afastamento físico das sedes das duas freguesias iniciais (Eixo e Requeixo), serem meeiras, isto é, estarem divididas física e administrativamente por duas freguesias. Tais eram os casos do lugar do Marco de Oliveirinha, dividido entre as freguesias de Eixo e do Espírito Santo de Aveiro, do lugar do Ramalheiro, dividido entre a freguesia de Sosa e Requeixo, e do lugar do Salgueiro, dividido entre Sosa e Eixo. Mas existiam divisões mais estranhas, como as dos lugares da Póvoa do Valado, S. Bento e Cavadinha, partilhados entre Requeixo e Eixo. A particularidade desta divisão residia no facto de estes lugares meeiros pertencerem, por inteiro, ora a uma ora a outra freguesia durante de seis meses por ano. Invulgar também era outra divisão que existia no território do antigo

¹ A freguesia de Eirol ocupa uma superfície de aproximadamente 4 km².

² Como se abordou no *Capítulo III – Território, povoamento e população*.

concelho e que ainda hoje se mantém. Trata-se do lugar das Quintãs,³ dividido sob a forma da administração civil e eclesiástica por quatro freguesias e quatro concelhos, a saber: as freguesias de Eixo, Aradas, S. Salvador de Ílhavo e Sosa e os concelhos de Eixo, Aradas, Ílhavo e Sosa⁴.

A criação das novas freguesias, em sucessivos momentos, com a consequente alteração do quadro administrativo-religioso cria múltiplos problemas em termos de organização da análise demográfica e torna imperiosa a definição de uma estratégia para a sua superação. São exemplo dessas dificuldades a separação dos lugares para dar corpo às novas freguesias e os cortes abruptos dos dados nas paróquias de origem, que poderão dar azo a enfiamentos de análise ou términos inesperados de observações. No sentido de ultrapassar as previsíveis dificuldades decorrentes da existência no antigo concelho, de uma situação deste tipo dentro do quadro da investigação, optou-se por definir cada freguesia com o território que, no processo de separação, lhe foi atribuído e se manteve estável por mais tempo. No sentido de não perder de vista o quadro anterior ao momento da separação, e sempre que foi possível, fez-se o enquadramento e a projecção da análise como se a desagregação não tivesse ocorrido. Este processo permitirá, de alguma forma, avaliar as diferenças resultantes de uma análise individualizada das paróquias, comparando-as com aquelas que resultam da sua análise num quadro espacio-temporal mais vasto.

O movimento global da população

A observação dos movimentos dos três actos referentes aos registos da população, realizada em simultâneo em cada freguesia e no conjunto do concelho, permite visualizar aspectos relevantes sobre as relações existentes entre eles e que a análise de cada um de *per si* não permite detectar.

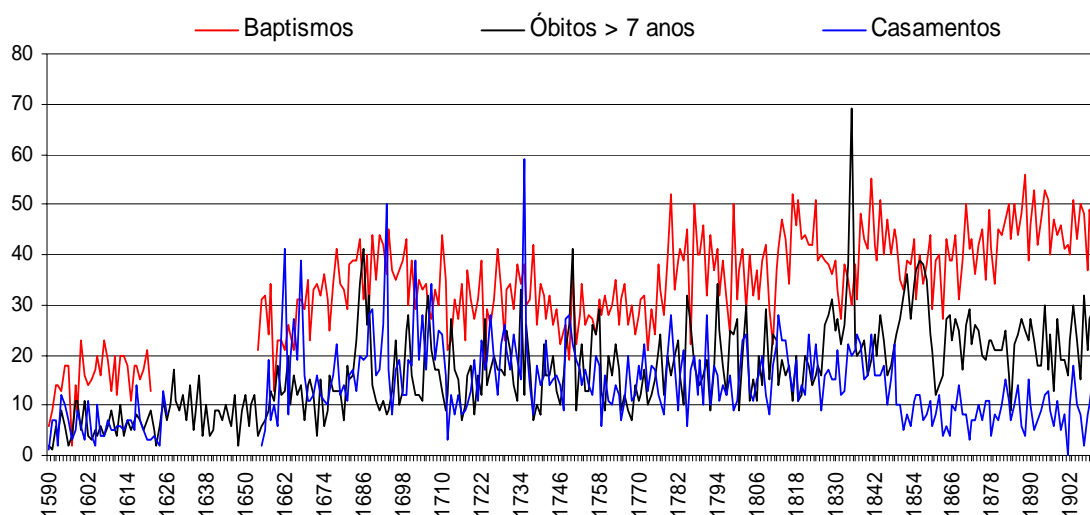
³ Inicialmente o nome era o de Madrugas e Quintas de Gonçalo Gonçalves. Com o crescimento populacional e a consequente união física do espaço, o lugar passou a ser designado simplesmente por Quintas, já durante o século XVIII.

⁴ Actualmente continua dividido pelas freguesias de Oliveirinha, Aradas, S. Salvador de Ílhavo e Sosa, e pelos concelhos de Aveiro (as duas primeiras), Ílhavo e Vagos, respectivamente.

Eixo e Oliveirinha

Não há de facto engano na representação dos movimentos dos vários actos referentes a Eixo. Excluindo o período que abrange o início da série até sensivelmente 1650, constata-se que em 1661 e 1662 se realizaram mais casamentos que nascimentos.⁵ Em 1665 e 1667 repetiu-se o caso, que voltaria a acontecer em 1693, com mais 14 casamentos que baptismos. Os casamentos conseguem ser superiores ao volume de óbitos registados ainda durante alguns anos. Isto ainda no século XVII. Mais adiante, já em pleno século XVIII, verifica-se o mesmo: em 1702, 1707, 1725, 1729 e 1735 há mais casamentos que baptismos ou óbitos; mesmo em 1748 e 1749, anos em que a mortalidade sobe, há mais casamentos que óbitos ou nascimentos.

Gráfico 1: Movimento global dos registos de Eixo



Comportamento estranho este. Tem porém uma explicação apesar de não ser a única. Encontram-se nesta série os casamentos conjuntos das populações de Eixo e Oliveirinha,⁶ uma vez que os matrimónios eram obrigatoriamente celebrados na igreja matriz. Mesmo descontando este aspecto particular, e como adiante se poderá verificar quando se analisar o resultado completo da

⁵ Veja-se, para esta e outras referências numéricas, o quadro 1 do anexo deste capítulo.

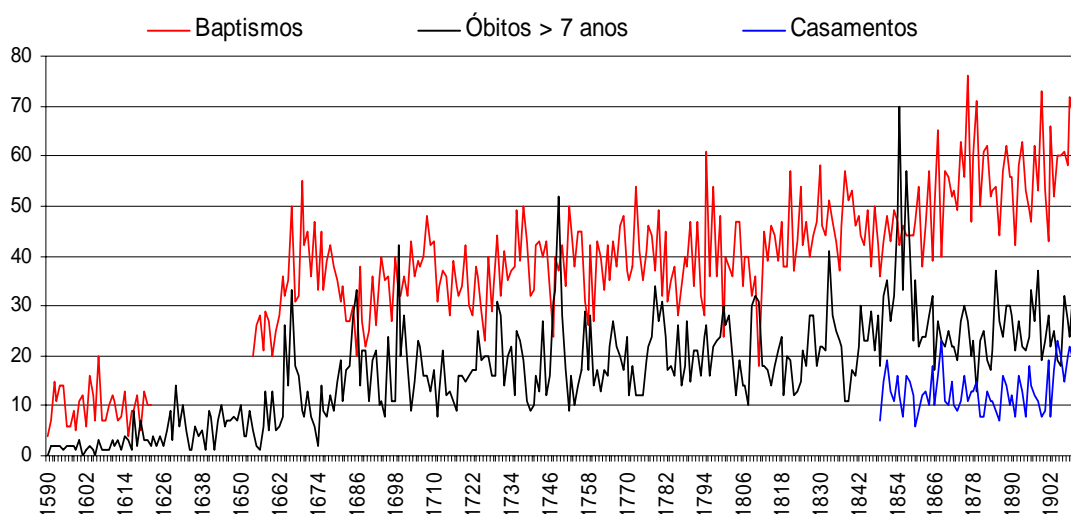
⁶ O resultado da separação dos casamentos a partir de 1850 encontra-se bem visível na parte final do gráfico 29.

antiga freguesia de Eixo, são frequentes os anos em que o número de casamentos suplanta de forma clara o número de óbitos e se aproxima bastante do total de baptismos.

Uma outra explicação para deste “fenómeno”, verificado em várias freguesias do antigo concelho, prende-se de forma notória com o crescimento da população, que gozou, durante pelo menos a segunda metade do século XVII, de condições extremamente favoráveis. Pormenor interessante reside também no facto de os óbitos raramente ultrapassarem o valor dos baptismos, com excepção daqueles momentos já referenciados como sendo particularmente críticos (pelas mais variadas circunstâncias) e que se abordarão em maior detalhe e profundidade no capítulo referente à mortalidade.

Para Oliveirinha apenas se encontram disponíveis, no período anterior a 1850, os movimentos de baptismos e de óbitos. Verifica-se que estes últimos apenas excederam os baptismos em momentos muito determinados do século XVII. Foi o caso de 1686, em que se registam mais 13 óbitos que nascimentos, e de 1699, com mais 10. Já no século XVIII apenas em dois momentos tal ocorreu: nos anos de 1747 e 1749, com valores pouco expressivos, e no ano de 1800, por qualquer circunstância conjuntural sem aparente significado. No século

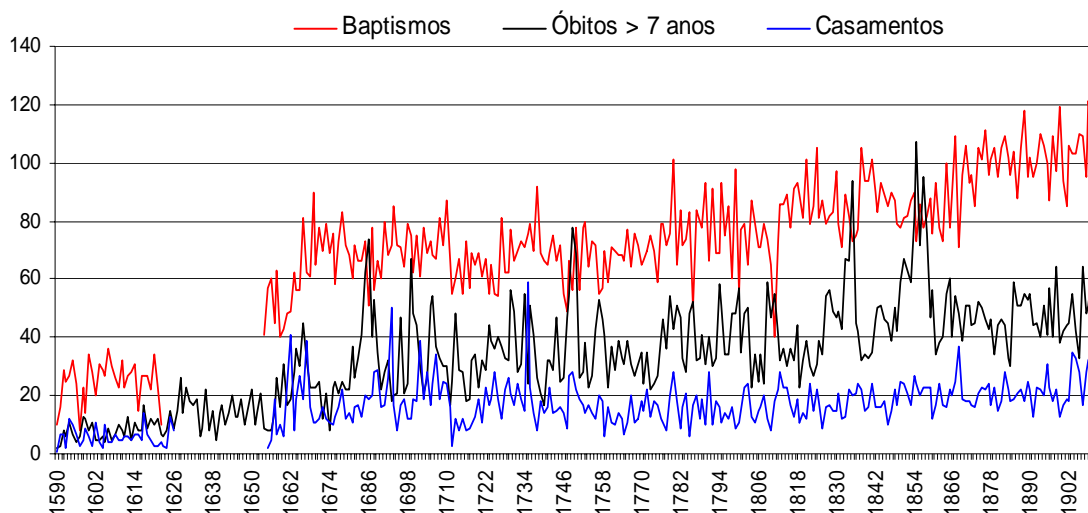
Gráfico 2: Movimento global dos registos em Oliveirinha



XIX, em 1811, novamente com carácter pontual e sem importância excepcional, e com alguma surpresa, a freguesia resiste ao agitado período de 1830 sem sobressaltos de monta. Quase se pode dizer não ter sido a freguesia afectada pela cólera e febre-amarela que então grassou pelo país. A mesma sorte já não teve na década de 1850, em que foi duramente atingida, registando-se cinco anos em que os óbitos suplantaram os baptismos.

A reconstituição da antiga freguesia de Eixo fez desaparecer algumas das situações menos claras, como seria de prever, devido à junção das duas localidades. Os casamentos entraram na chamada “ordem natural” (isto é, menos casamentos que baptismos), mas mesmo assim houve anos em que os matrimónios superaram os óbitos.

Gráfico 3: Movimento global dos registos da antiga freguesia de Eixo reconstituída

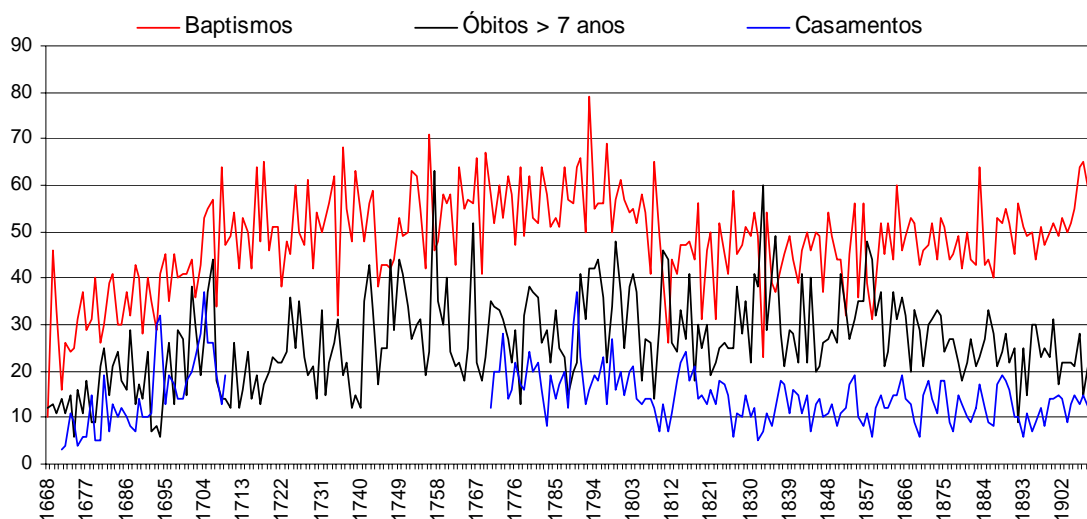


A superação da linha dos baptismos pelos óbitos fica reduzida a uma escassa meia dúzia de ocasiões (não levando em consideração, naturalmente, os primeiros cinquenta anos da série, pelas razões já antes aduzidas), bem demarcadas e coincidindo com momentos significativos. Foi o caso de 1686, 1749, 1811, 1835 e dos anos compreendidos entre 1854 e 1860, em que unicamente 1859 registou um saldo favorável aos baptismos. Por outro lado, 1865 e, em menor grau, 1885 registam valores favoráveis aos óbitos, com um carácter meramente passageiro e conjuntural.

Requeixo, Nariz e Fermentelos

Tal como Eixo, que nos primeiros anos da série de casamentos engloba os enlaces da população daqueles lugares que mais tarde vieram a ser elevados à categoria de freguesias, também em Requeixo ocorreu a situação verificada com os lugares de Fermentelos e Nariz. No entanto, apenas nos anos de 1678, 1692, 1693, 1694, 1697, 1700 e 1703 se registou maior número de casamentos que óbitos, sendo os casamentos mais numerosos que os baptismos apenas no ano de 1693.

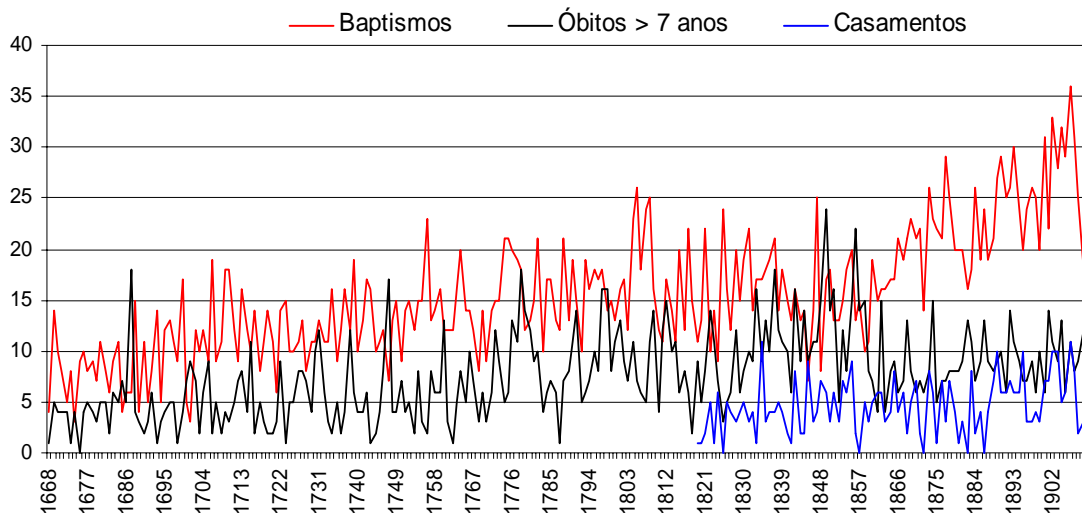
Gráfico 4: Movimento global dos registos de Requeixo



A superação dos baptismos pelos óbitos ocorreu muito raramente, exceptuando-se os momentos (já conhecidos) de elevada mortalidade, e um ou outro ano, talvez em resultado de situações de natureza local e não tanto estruturais ou sistemáticas. Sucedeu em 1757, sem razões evidentes, uma vez que a freguesia resistira muito bem à situação generalizada de aumento de óbitos em 1747, e em 1811 por motivos já largamente referenciados. Entre 1833 e 1836 os decessos são efectivamente superiores aos nascimentos, embora só em 1833 a diferença aponte para um valor bastante elevado. Posteriormente, entre 1857 e 1859 o caso foi mais sério. Após estas datas, as ocorrências são apenas pontuais: 1873, 1885 e 1896, com valores bastante baixos.

À partida, as suas pequenas dimensões fariam com que Nariz sentisse mais fortemente as oscilações nos movimentos de óbito, mas o que os números reflectem não é exactamente essa ideia.

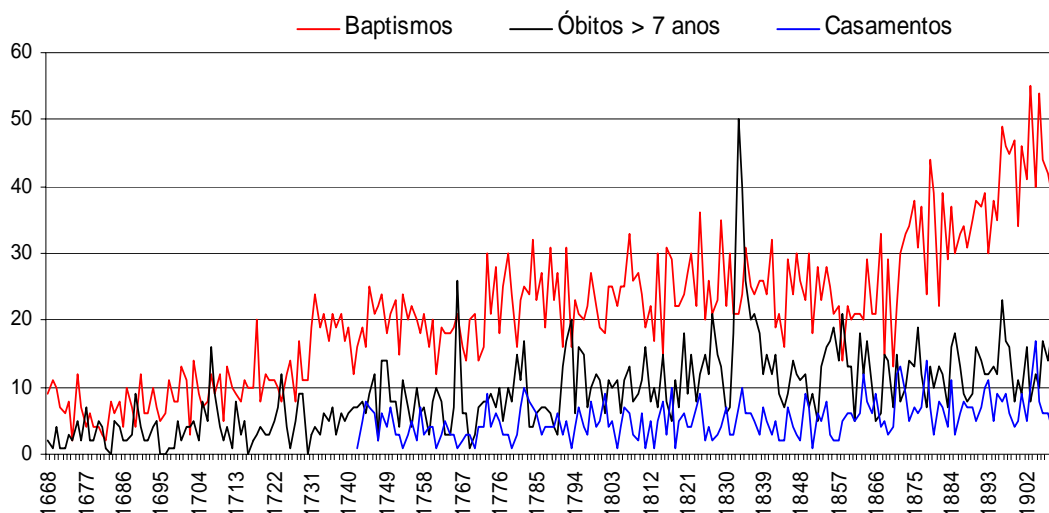
Gráfico 5: Movimento global dos registos de Nariz



Existe um ou outro ponto que mostra uma coincidência que se diria natural. Foi o caso do ano de 1687, um pouco desfasado de outras freguesias já observadas no ponto mais forte da mortalidade. Há outros momentos em que esta freguesia resiste bem às adversidades, como no caso das grandes epidemias de 1833 a 1837, que não se fazem sentir em Nariz. Dir-se-ia mesmo, ao estudar isoladamente esta freguesia, que a cólera ou a febre-amarela não passaram por este lugar. Eventualmente até poderá ser verdade, e a freguesia ter sido uma verdadeira ilha de sanidade no meio de tanta doença. O final da década de quarenta, nomeadamente os anos de 1847, 1848 e em particular 1856, trazem de volta o aumento anormal do número de óbitos.

Fermentelos apresenta curvas de baptismos e óbitos que se podem considerar normais numa demografia de tipo antigo: maior número de baptismos que de óbitos e excepções pontuais decorrentes de momentos de sobremortalidade bem determinados e localizados, fruto, na maior parte dos casos, de surtos epidémicos nesta região.

Gráfico 6: Movimento global dos registos de Fermentelos



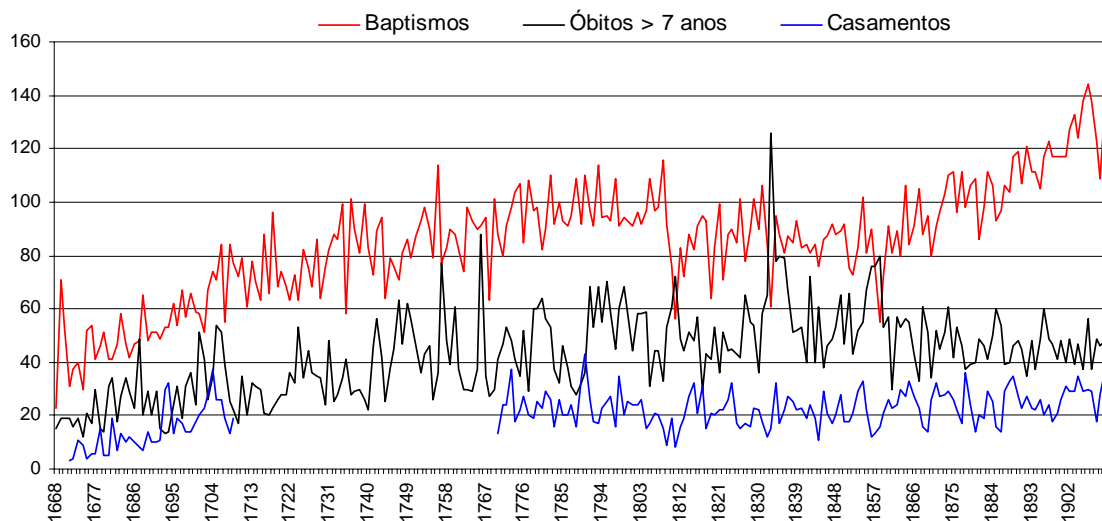
Nesta freguesia aparecem vincados, neste aspecto os anos de 1707, 1766, 1833 e 1834, o período de 1856 a 1862 e, pontualmente, 1868 e 1874. Verifica-se uma tendência natural para o aumento do número de nascimentos, mais acentuada no final do século XIX, acompanhada de um relativo crescimento dos decessos, que, no entanto, em termos médios, se pode considerar estável a partir do último quartel do século XIX.

Os valores resultantes da reconstituição da antiga freguesia de Requeixo reforçam algumas ideias anteriormente expostas e retiradas da análise isolada das várias freguesias em que se decompusera. A primeira ideia confirma a tendência para a existência de poucos momentos em que o valor dos óbitos supera o dos batismos, se bem que ligeiramente.

No século XVII, contabilizando apenas os anos posteriores a 1668, só 1687 regista um saldo fisiológico negativo (de uma unidade). Em todo o século XVIII, os batismos são sempre superiores aos óbitos. Um novo valor negativo surge ao fim de cento e trinta anos, em 1811, com mais 16 óbitos que batismos. Ainda no século XIX, em 1833, aparece a diferença mais elevada de toda a série, a favor dos óbitos em 65 unidades. Os últimos valores favoráveis aos óbitos vão surgir na década de cinquenta desse século e reportam-se aos anos de 1856 a 1858, com valores situados entre as 11 e as 40 unidades. Não

houve mais momentos em que os óbitos superassem os baptismos. A observação das séries aponta para uma retoma do crescimento de finais do decénio de 1850 até ao final do período e para uma estabilização do volume anual de óbitos no mesmo espaço de tempo.

Gráfico 7: Movimento global dos registos de Requeixo reconstituído

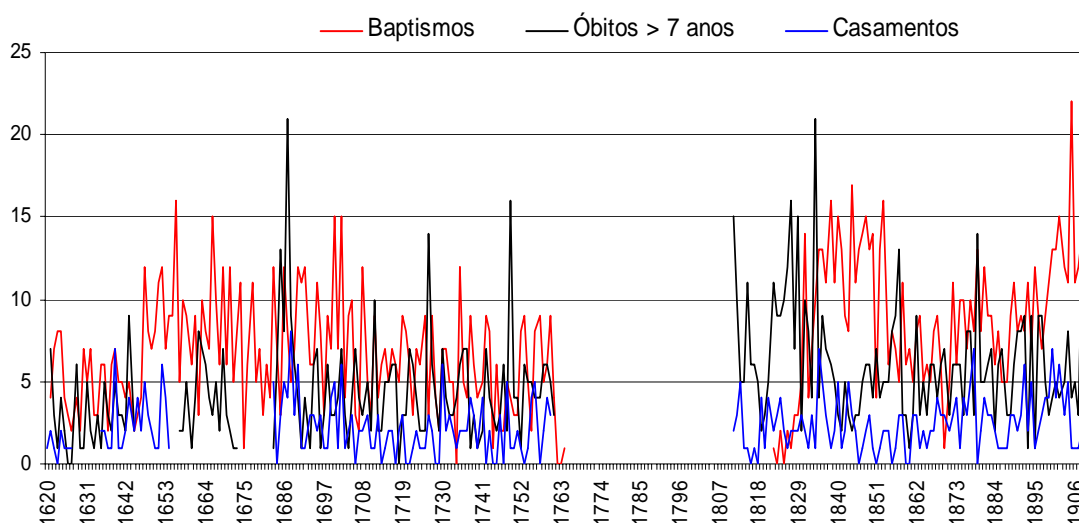


Eirol

Como facilmente se pode observar, a leitura do gráfico 8, abaixo apresentado, revela-se de grande dificuldade dada a proximidade dos valores, em particular dos contabilizados para os baptismos e os óbitos⁷. As intersecções entre as duas linhas são constantes ao longo de todo o período.

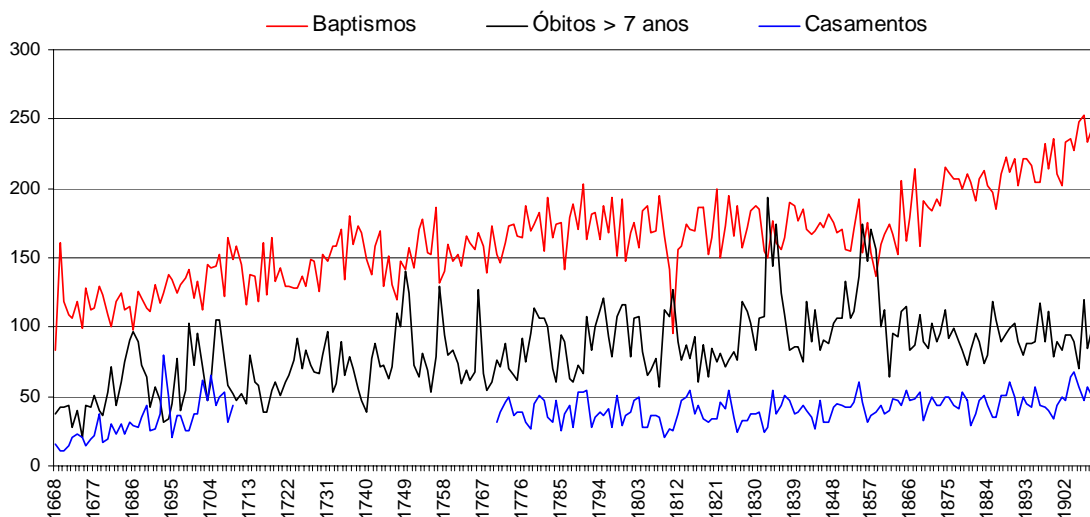
No entanto, porque coincidentes com as outras freguesias, importa destacar os picos de óbito de 1687, 1749, 1811, 1829, 1834, 1856 e 1857. Todavia, a exígua dimensão da freguesia, que torna possível estas irregularidades, acaba por não ter um reflexo muito significativo no conjunto dos valores globais do antigo concelho.

⁷ A melhor opção é observar o quadro 6 no anexo a este capítulo, referente a esta freguesia.

Gráfico 8: Movimento global dos registos de Eiol

O antigo concelho de Eixo reconstituído sem Eiol

Com exclusão dos primeiros anos da série e atendendo à ausência de dados referentes aos casamentos em Requeixo entre 1710 e 1770, a globalidade dos movimentos dos baptismos, casamentos e óbitos progride de forma quase constante em sentido ascendente.

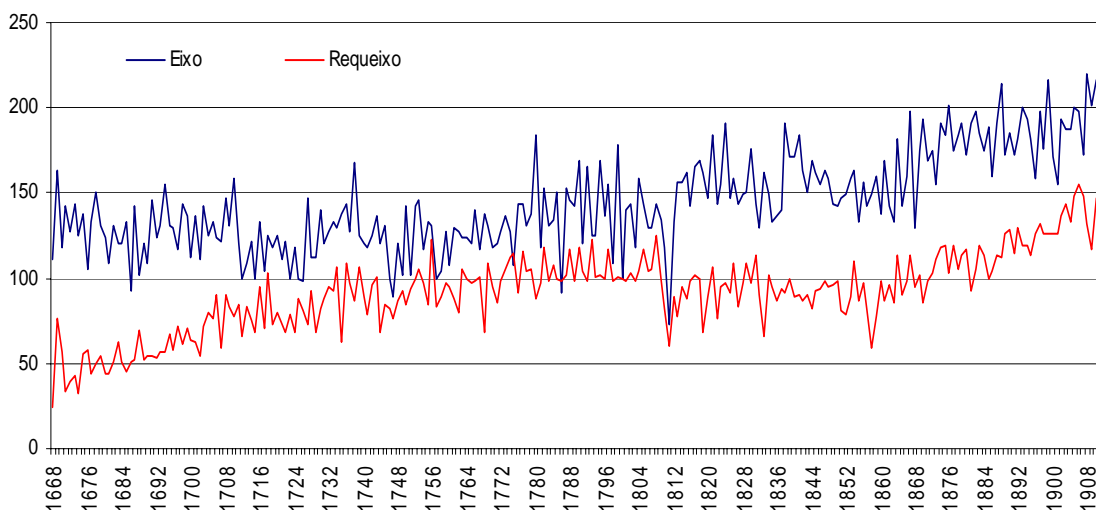
Gráfico 9: Movimento global dos registos no antigo concelho de Eixo (sem Eiol)

Em toda a série, a partir de 1650, em apenas quatro momentos o total de baptismos foi ultrapassado pelo valor dos óbitos. Em 1811 houve 31 óbitos acima dos baptismos. Na conhecida década de trinta do século XIX, 1833 registou mais 43 óbitos que baptismos e 1835 somente 13. O último grande momento situa-se na também já referenciada década de 1850, com quatro anos consecutivos (1855 a 1858 inclusive) em que os óbitos foram superiores em 161 unidades ao total de nascimentos.

Comparação entre as antigas freguesias de Eixo e Requeixo

Utilizando números proporcionais e assumindo o ano de 1800 como valor 100, efectuou-se uma comparação entre os movimentos dos vários actos de baptismo, casamento e óbito entre as duas freguesias, no sentido de encontrar traços comuns de comportamentos ao longo do tempo.

Gráfico 10: Eixo e Requeixo – Números proporcionais de baptismos registados (1800 = 100)

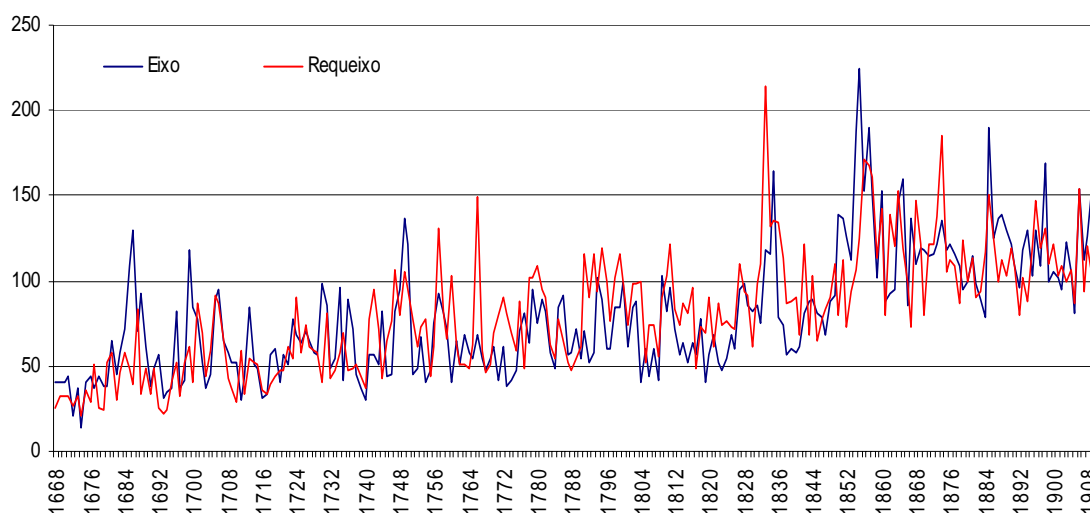


No caso dos baptismos, como visível no gráfico 10, verifica-se, após o cruzamento das séries, um largo período em que o movimento das linhas não é de todo coincidente nem se apresenta sincrónico. A sincronia apenas sucede a partir da quebra registada por ambas as freguesias em 1811, seguindo daí por diante de forma mais ou menos coordenada. Com o aproximar do final do

século, a linha de Requeixo distancia-se progressivamente, em sentido ascendente, da de Eixo.

Em termos do movimento dos óbitos, e apesar do distanciamento das linhas, a semelhança da oscilação dos movimentos ascendentes e descendentes é notória, o que dá a entender que as condições que afectavam uma freguesia afectavam de forma semelhante a outra, ressalvando-se no entanto a intensidade com que tal sucedia.

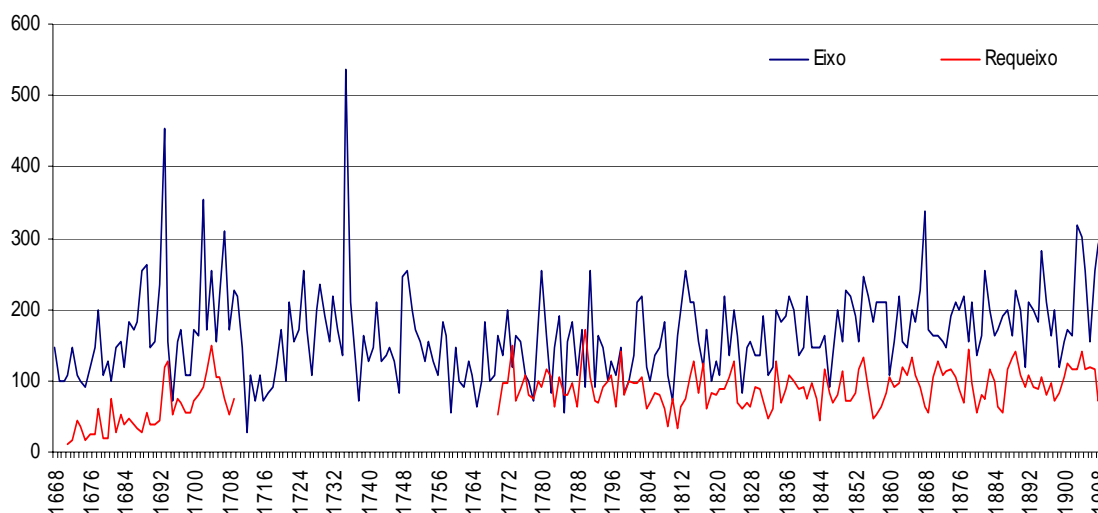
Gráfico 11: Eixo e Requeixo – Números proporcionais de óbitos registados (1800 = 100)



No caso dos casamentos, devem distinguir-se dois momentos. O primeiro corresponde à primeira série de registos em Requeixo (até 1710), e apresenta uma sincronia quase total com Eixo; o segundo começa em 1770, altura em que essa sincronia desaparece, sendo raros os momentos onde o pulsar é semelhante.

O facto de no primeiro momento existir uma coincidência do movimento dos matrimónios reforça a ideia (já avançada) de se ter tratado de uma fase de expansão por toda a região, em termos populacionais e mesmo em forma de aproveitamento territorial.

Gráfico 12: Eixo e Requeixo – Números proporcionais de casamentos registados (1800 = 100)



O movimento dos baptizados

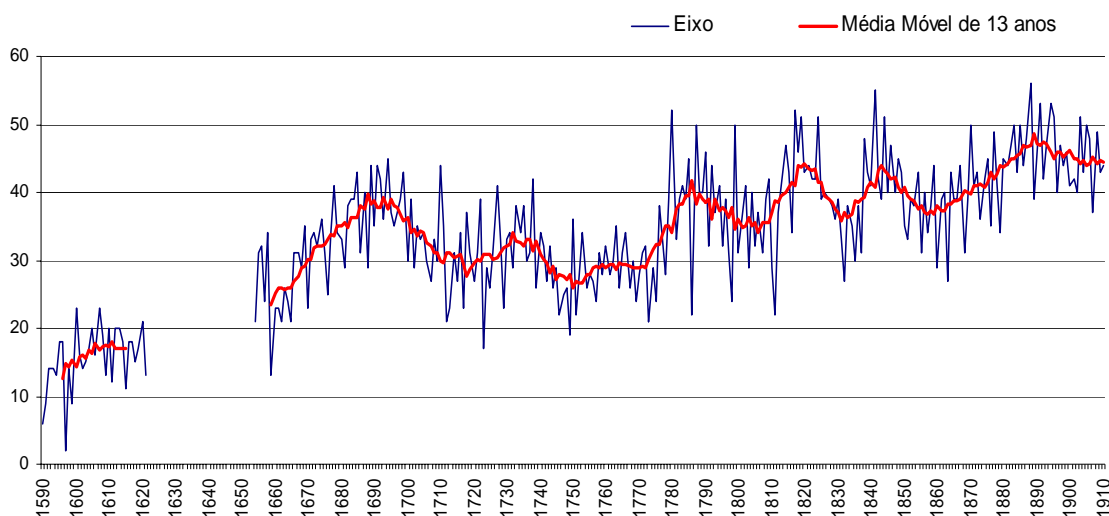
Eixo e Oliveirinha

A observação do gráfico 13 sobre a evolução dos baptizados na freguesia de Eixo põe a claro algumas das fragilidades dos registos paroquiais, nomeadamente no período de 1620 a 1650, como aliás se tinha já enunciado em capítulo anterior.

O início da série no período que medeia entre 1590 e 1620 aparenta ser verdadeiramente consistente em termos de registos e corrobora que a intervenção do cura Pedro Afonso na execução dos registos paroquiais se pautou por um padrão de eficiência e zelo, coisa que não aconteceu com o pároco responsável pela freguesia no período que se seguiu. Não é obviamente credível que uma freguesia com a dimensão de Eixo, ainda mais sendo sede de um concelho com algum relevo, tivesse um reduzido ou nulo número de baptismos no segundo quartel do século XVII. Isto mesmo considerando alguns anos em que os baptismos surgem com alguma intensidade e níveis semelhantes aos primeiros 30 anos da série. Nem mesmo a suspeita de algumas folhas do livro de

registos se terem extraviado iliba o pároco de responsabilidades, pois nas folhas sobreviventes está espelhada, de forma mais ou menos clara, a pouca preocupação com os registos⁸. A partir de 1650 a linha de baptismos retoma o percurso normal, como se verifica pela curva da média móvel e volume de baptizados, o que, mais uma vez, leva à presunção de os primeiros 30 anos de baptismos da série se apresentarem correctos.

Gráfico 13: Movimento dos baptismos registados em Eixo



No geral, o percurso da curva da média móvel para o século XVII é claramente ascendente, apontando para um número anual de baptismos cada vez maior. É uma fase de nítida expansão, em que se destaca a passagem de uma média de valores ligeiramente inferior a 20 baptismos anuais para 40, nos últimos anos do século em causa. Como explicar então este crescimento num século tradicionalmente classificado de estagnação, senão mesmo de retrocesso em termos populacionais? A solução do problema pela via da causa única não terá aqui certamente lugar, nem sob o ponto de vista demográfico se encontrarão explicações plenas. Uma explicação satisfatória será antes fornecida pela conjugação de vários factores, entre eles a confluência de condições favoráveis ao crescimento. Em primeiro lugar, no campo demográfico, assiste-se à transformação de Eixo num pólo centrípeto de novos habitantes, registado sobre-

⁸ Veja-se o capítulo I – *As fontes demográficas*, onde o assunto é abordado com mais pormenor.

tudo por um significativo aumento dos casamentos, em particular a partir de meados da década de 1650, como adiante se verá em pormenor ao abordar a nupcialidade. As pessoas casam, estabelecem-se, reproduzem-se e a população cresce. Mas isto já antes se verificava; a novidade é que praticamente metade dos casamentos é contraída por pessoas de fora da freguesia e mesmo do antigo concelho. A verdadeira explicação reside em duas outras questões: de onde vêm e porquê?

Novamente a demografia fornece rapidamente resposta à primeira parte desta dupla interrogação: um forte contingente é proveniente de concelhos vizinhos como Aveiro, Esgueira, Aradas, Ílhavo, Sosa e dos da margem direita do Vouga. Também procede de zonas mais afastadas como Oliveira de Azeméis, Sever do Vouga, Trancoso, Arganil, Estarreja, Feira, etc. Quanto à segunda parte da questão, os motivos que estarão na base desta migração podem ser variados. A título de exemplo, a crise e decadência económica que se fazia sentir na vila de Aveiro terá favorecido a mudança de alguns dos seus habitantes até às terras do antigo concelho de Eixo. Por outro lado, os elevados tributos e encargos habitualmente exigidos pelo Mosteiro de Santa Cruz aos seus rendeiros terão estimulado gente de Aradas a procurar nova forma de vida em Eixo. A busca de novas oportunidades de vida terá sido o motivo para outros. No entanto a verdadeira razão encontrava-se em alterações significativas ocorridas no território do antigo concelho de Eixo.

Em 1641, faleceu o conde de Odemira e as terras do antigo concelho, entre outras, transitaram para a posse da Casa de Bragança, casa de considerável fortuna e larga experiência em administração de propriedades. Esta mudança de senhorio trouxe consigo uma política de reaproveitamento dos territórios recém reincorporados, consubstanciada numa administração mais rigorosa do existente e de expansão e aproveitamento de terras não desbravadas. Por intermédio da concessão de novos aforamentos e da prática de rendas baixas, exerceu-se deste modo um forte atractivo sobre as populações locais e de concelhos vizinhos ou mesmo mais afastados.

Continuando a análise do gráfico 13 e do quadro 1,⁹ regista-se, logo nos primeiros anos do século XVIII, uma quebra nos valores dos baptismos, que conduzirá a uma relativa estagnação até ao início da década de setenta desse século. Como se poderá explicar a quebra no crescimento na alba do século XVIII e a subsequente estagnação? Neste contexto, perfila-se uma explicação plausível, um pouco complexa, relacionada com a ligação íntima, quase malthusiana, entre população e recursos. Uma população não pode crescer indefinidamente, isto é, não pode crescer para além dos limites do sustentável, nem ir para além dos recursos disponíveis sem pôr em risco a sua própria sobrevivência. Como se viu, em décadas anteriores a população da freguesia cresceu a um ritmo bastante forte, o que teve como consequência ter atingido o ponto limite ou, eventualmente, tê-lo ultrapassado. O possível resultado natural nestas circunstâncias é a libertação da população excedentária, libertação essa que se processa por via do fenómeno migratório. O século XVIII português ofereceu, nas suas primeiras décadas, a escapatória ideal: a descoberta de ouro no território brasileiro, que possibilitou o encaminhamento dos excedentes populacionais da freguesia.¹⁰ Mas a solução não foi apenas o Brasil pois, como adiante se verá, as vizinhas freguesias do concelho continuavam a propiciar condições para a fixação de novas populações.

Passada que foi esta fase, alcança-se a década de setenta do século XVIII, momento em que o crescimento populacional volta a adquirir uma feição ascendente, que se prolongará por todo o século XIX numa sucessão de ciclos e contra ciclos de crescimento, estando estes perfeitamente definidos sob o ponto de vista temporal e sendo facilmente explicáveis. Uma conjuntura recessiva ocorreu entre 1805 e 1812 em resultado das invasões francesas e as suas implicações ao mais variado nível sobre as populações. Outra, de 1827 a 1836, resultou de um *cocktail* explosivo de agitação decorrente da crise política então vivida - a guerra civil e as epidemias de cólera e febre-amarela que atravessaram o país de lés a lés. Uma terceira conjuntura ocorreu na década de cin-

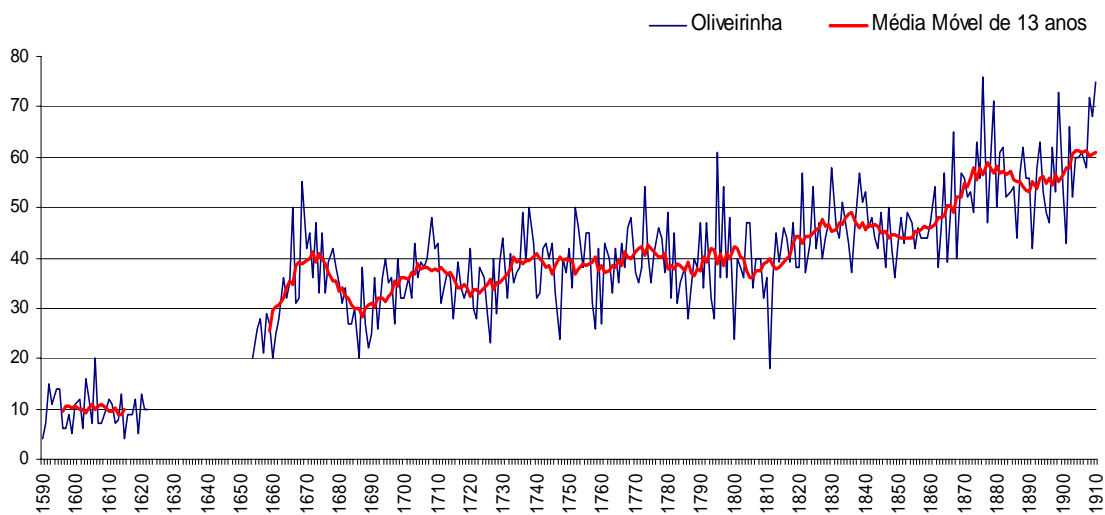
⁹ No anexo a este capítulo sob o título *Quadro 1 – Freguesia de Eixo*.

¹⁰ Há um número apreciável de indivíduos nascidos em finais do século XVII e inícios do XVIII, bem posicionados socialmente na freguesia, alcunhados de “o brasileiro”, justificando-se desta forma uma presença cheia de sucesso em terras ultramarinas.

quenta do mesmo século, quando o país foi, mais uma vez, varrido de norte a sul por epidemias de febre tifóide e cólera, que deixaram marcas significativas. No entanto, na generalidade, e apesar das contrariedades ocorridas, o século XIX apresenta uma clara tendência de crescimento da população na freguesia de Eixo. A título de referência final, a média anual de baptismos para o período 1654-1910 é de 36.

Que se passa nas restantes freguesias do antigo concelho? Registrar-se-á um fenómeno semelhante? Aprecie-se, para começar, o caso de Oliveirinha, que apenas se tornou freguesia em 1849, e que manteve com Eixo uma ligação administrativa e religiosa umbilical até à sua separação.

Gráfico 14: Movimento dos baptismos registados em Oliveirinha



Neste lugar a situação é genericamente muito semelhante durante praticamente todo o período, notando-se contudo algumas pequenas diferenças que não alteram de forma significativa o sentido geral da série. A ocorrência de problemas semelhantes aos encontrados em Eixo decorre do facto dos registos serem efectuados na matriz. No século XVII verificam-se os mesmos “picos” durante as três décadas mais problemáticas (20, 30 e 40) e uma forte subida até à década de oitenta, que apresenta uma quebra, esta mais precoce que em Eixo. A retoma ocorre ainda durante os anos noventa do século XVII, man-

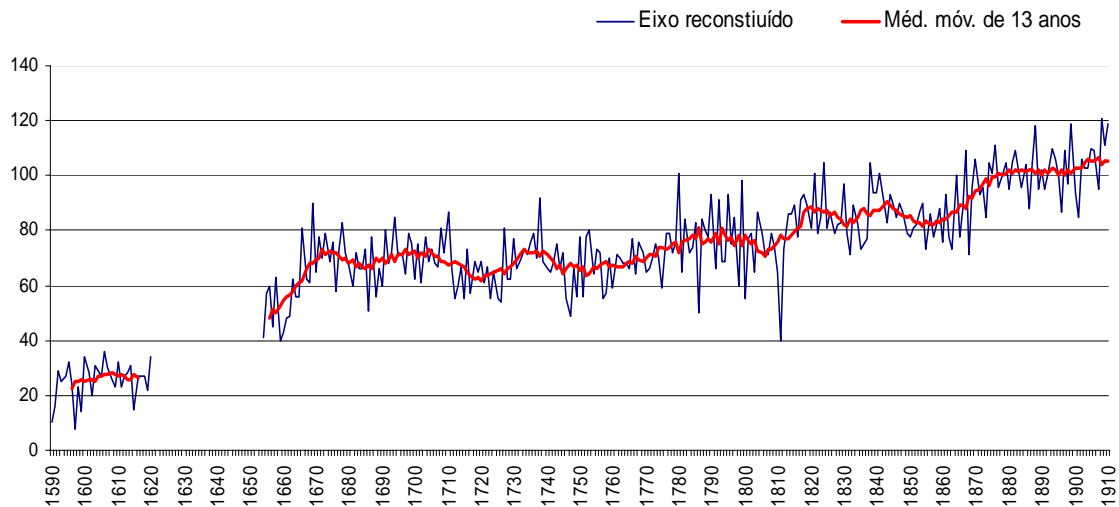
tendo-se a um nível moderado até alcançar uma estabilidade em 1740, em torno dos quarenta baptismos por ano.

Durante setenta anos a estabilidade dos baptismos mantém-se, arrancando para uma nova fase de crescimento a partir das perturbações originadas pelas invasões francesas, que aparentemente não tiveram grandes reflexos à excepção de um quebra forte de baptismos em 1811. O ritmo de crescimento dos baptismos é quase constante, apenas conhecendo uma ligeira quebra durante a década de cinquenta do século XIX, fruto, como já se referiu, dos surtos epidémicos que grassaram por todo o país. A média anual de baptismos para o período 1654-1910 é de 42.

A justificação para o prolongamento do crescimento do número de baptismos no território de Oliveirinha durante as primeiras décadas do século XVIII prende-se com três factores relevantes: maior superfície territorial, menor população inicial (uma média de baptismos pouco acima de dez por ano) e povoamento mais disperso, distribuído por uma maior quantidade de núcleos populacionais. Este último factor contribuiu, certamente, para uma incidência menos gravosa da mortalidade, ao contrário do que sucedeu em Eixo, onde o povoamento se concentrava em torno de dois núcleos importantes – Eixo e Horta.

Tem interesse desfazer a separação artificialmente criada por questões metodológicas e reconstituir a antiga freguesia de Eixo, para uma visualização global da evolução dos baptismos.

Se a junção dos dados, por um lado, confirma a similitude das curvas em alguns momentos, como é o caso das décadas iniciais, também ilude determinados movimentos que não deveriam passar despercebidos. É exemplo desta ilusão a manutenção dos níveis de baptismos a partir de 1670 e a existência de uma estabilidade relativa até 1750, iniciando-se de seguida nova fase de crescimento, quase contínuo, até ao final do período de observação.

Gráfico 15: Movimento dos baptismos registados na antiga freguesia de Eixo

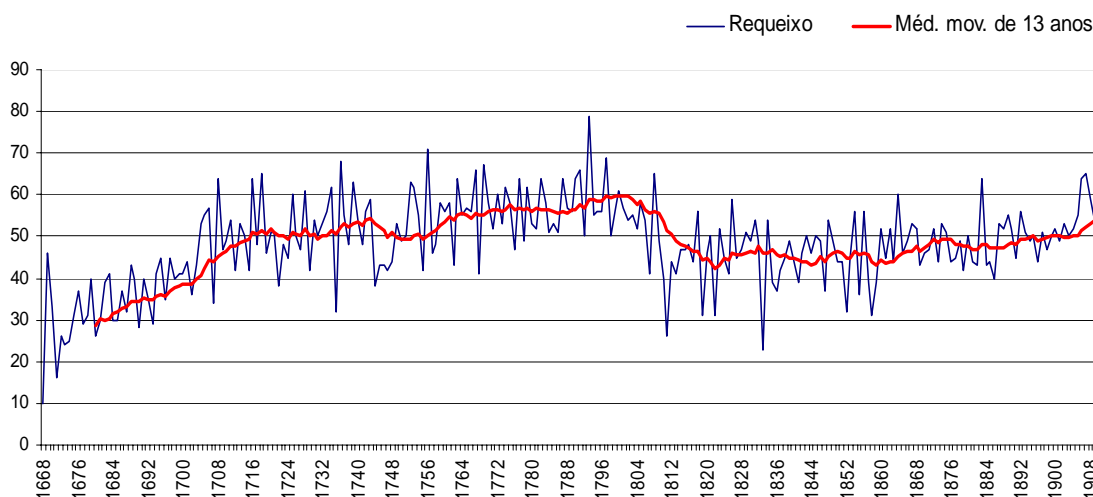
A análise individualizada de cada um dos casos possibilitou verificar que o período de arranque foi mais curto em Oliveirinha. A este seguiu-se uma fase de estagnação, ou mesmo ligeira quebra, retomando-se depois o crescimento, que se consolida por volta de 1740. Um ritmo de crescimento mais acentuado desenvolve-se a partir da segunda década do século XIX. Em Eixo, por seu turno, à primeira fase de crescimento, terminada por volta de 1700, seguiu-se um longo período de setenta anos em que a tónica dominante foi um percurso descendente, ainda que moderado. Esta tendência inverter-se-á em 1770, portanto mais precocemente que em Oliveirinha. Se a segunda fase do crescimento é caracterizada, em Oliveirinha, por um plano ascendente suave, sem grandes oscilações, em Eixo define-se por arranques imprevistos aos quais se sucedem quebras não menos inesperadas. Ora nada disto é visível com as duas séries de dados unidas, gerando-se mesmo uma falsa sensação de homogeneidade e estabilidade. No período 1654-1910 a média anual de baptismos para o conjunto destas duas localidades é de 78.

Requeixo, Nariz e Fermentelos

Requeixo era o outro grande pólo administrativo e religioso do concelho, e aquele que maior fragmentação conheceu no decurso do tempo, tendo dado

origem a mais duas freguesias. Apesar dos registos serem apenas conhecidos a partir da segunda metade do século XVII, mais precisamente em 1668, é possível que tenham ocorrido em momento anterior e apenas se dê o caso de os livros não terem sobrevivido até aos dias de hoje.

Gráfico 16: Movimento dos baptismos registados em Requeixo



Deixando esta questão prévia e observando o gráfico 16, respeitante ao movimento dos baptismos em Requeixo, verifica-se um paralelismo muito semelhante, no momento inicial, com Eixo e mesmo, em certa medida, com Oliveirinha: um aumento rápido e forte do número de baptismos de 1670 a 1710. A partir daqui as diferenças começam a surgir. O número de baptismos estabiliza em redor dos cinquenta por ano até 1750, momento a partir do qual se observa uma retoma suave, que elevará a cifra ao valor de sessenta por ano à aproximação da viragem para o século XIX.

A partir daí, e sem que nada o fizesse prever, regista-se uma quebra brusca e significativa durante cerca de vinte anos, que remeteu os baptismos para os 45 por ano, tendo estabilizado neste valor nos anos subsequentes. A retoma do crescimento ocorrerá somente no início da década de setenta desse século, caracterizando-se por ser lenta mas constante. Não se vislumbram razões para esta súbita quebra. Se o crescimento anterior pode ser perfeitamente justificado pelos motivos já apresentados para Eixo e Oliveirinha, porque também se

encontrava sob tutela da Casa de Bragança, já a quebra súbita no início do século XIX deixa no ar um vasto leque de interrogações. No período 1668-1910 a média anual de baptismos cifra-se, em 48,3.

Não há, como mais adiante se poderá constatar, uma crise demográfica de carácter arrasador ou mesmo forte, mas tudo aponta para uma conjunção de três factores que acabaram por fazer baixar os valores: as invasões francesas e o recrutamento de homens para o exército, dois anos consecutivos de crise demográfica de média dimensão e a migração para outras paragens do reino aquém ou além-mar. Todavia, existe um episódio curioso ao qual se deve dar particular atenção, sem no entanto levar muito à letra. Existe na freguesia um lugar designado por S. Paio, onde se situa a matriz da freguesia e o cemitério, construído este já em finais do século XIX. Reza a tradição que neste lugar de S. Paio, em tempos remotos, uma grande peste dizimou toda a população à excepção de duas mulheres; os habitantes dos lugares vizinhos, receosos de novas epidemias e para que não se voltasse a habitar o local, demoliram todas as casas do lugar, apenas deixando a igreja.¹¹

O lugar de S. Paio fica situado na margem da Pateira de Fermentelos (esta localmente também designada por pateira de Requeixo), a uma cota de 24 metros de altitude, mediando entre o lugar e a laguna terrenos agrícolas que, em declive muito suave, como que se espraíam até ao bordo da pateira. Como facilmente se compreende, são terrenos sujeitos anualmente ao alagamento pelas águas da laguna. É simples imaginar que, num qualquer ano, após a inundação, as águas, que eram fonte de enriquecimento daqueles terrenos, não se comportaram como era hábito e não regressaram à sua bacia natural, permanecendo estagnadas e transformando-se num caldo de cultura de mosquitos e pestilência, por acção da subida das temperaturas. Este fenómeno não seria de difícil ocorrência, uma vez que toda a região da bacia hidrográfica do Vouga é um sistema muito complexo.

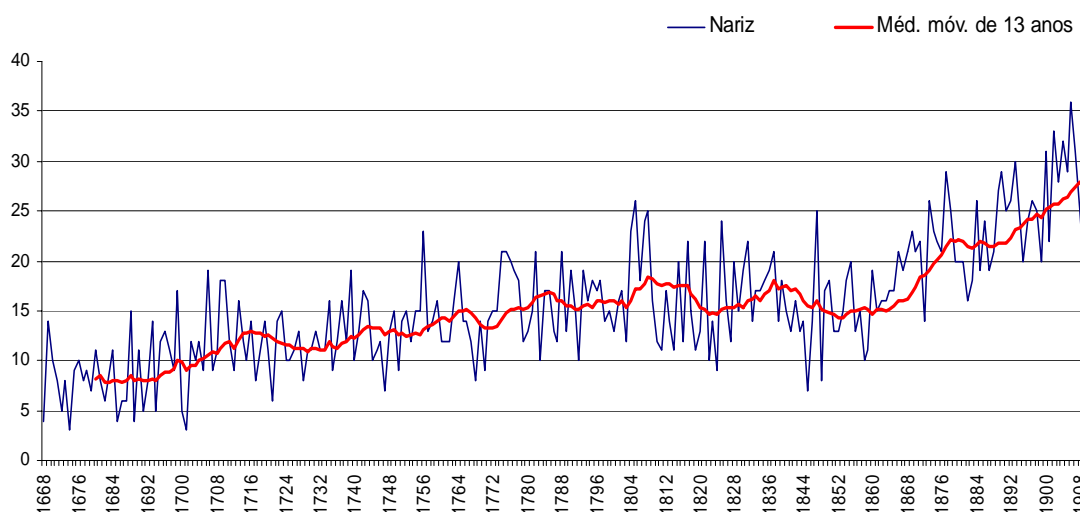
¹¹ Esta "história" é resumidamente narrada por Laudelino de Miranda Melo, *Travassô e Alquerubim e outras localidades da Região do Vouga*, Aveiro, 1942, Gráfica do Vouga, pág. 147.

As vicissitudes pelas quais passou a barra de Aveiro ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII até à abertura artificial da *barra nova*, em 1808, geravam, em consequência de invernos mais rigorosos, frequentes *entupimentos* da mesma, dificultando o escoamento das águas da ria de Aveiro. Esta, por força da situação, revelava-se incapaz de receber o débito do Vouga, que por sua vez se recusava a receber as águas do Águeda, e este as do Cértima, que, por seu turno, “se recusava” a receber e transportar o excedente da Pateira de Fermentelos e do Levira. Sendo assim, e como diz o povo desta região, *estava o caldo entornado*.

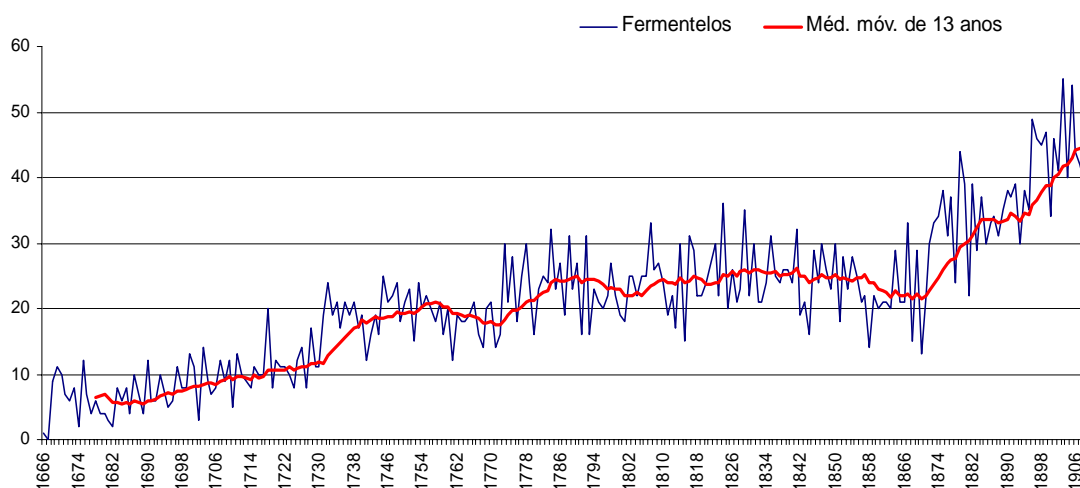
Regressando ao que afirma a tradição sobre a demolição no lugar de S. Paio, verifica-se que as habitações que hoje se vêem, quer no largo fronteiro à igreja e cemitério, quer na rua que lhe dá acesso, são construções recentes. Acresce que um pouco acima deste lugar, numa pequena encosta e a uma cota mais elevada que S. Paio, se encontra um lugar designado por Vila Nova.¹² Residirá nesta tradição popular alguma explicação para o problema? Sabe-se que, tal como as lendas, a tradição popular encerra em si um fundo de verdade. Onde estará esse fundo? Os registos paroquiais, nomeadamente os de óbito, não oferecem qualquer pista para a solução do enigma.

O lugar de Nariz foi separado de Requeixo nos primeiros meses de 1819. A sequência dos nascimentos é bastante irregular, como é característico das freguesias de reduzido volume de actos, mas a tendência afirma-se claramente no sentido de um contínuo crescimento, apesar de algumas pequenas “hesitações” em momentos bem determinados, como no início do século XIX e na década de cinquenta do mesmo século. Esta última antecedeu o arranque para um crescimento contínuo bem mais acentuado, que se prolongou até final do período em observação. O número médio anual de baptismos para todo o período é de 15,5.

¹² O lugar de Vila Nova encontra-se a 42 metros de altitude.

Gráfico 17: Movimento dos baptismos registados em Nariz

Na freguesia de Fermentelos o início dos registos de baptismo começa em 1668, tal como o das vizinhas freguesias de Requeixo e Nariz, uma vez que a essa data ainda constituíam uma só freguesia. Mais populosa que Nariz e de

Gráfico 18: Movimento dos baptismos registados em Fermentelos

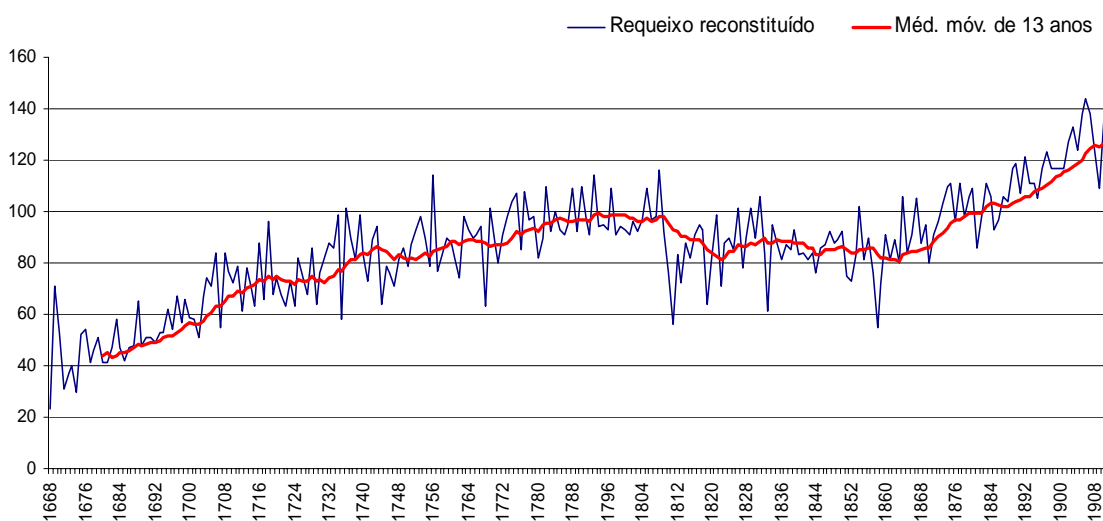
menores dimensões que Requeixo, Fermentelos confinava-se a um povoado em torno da igreja de Santo André, distribuindo-se por várias ruas. O movimento dos baptizados é extremamente parecido com o de Nariz: um crescendo dos baptizados, à partida em maior número e por isso sem tantas irregularidades, as mesmas “hesitações” no início do século XIX, a mesma “pausa” na

década de cinquenta, antecedendo um crescimento que se prolongou até final da observação, de uma forma mais firme e determinada. A média anual de baptismos em todo o período é de 21,4.

A segunda metade do século XVII, sobre a qual se possui informação considerada credível, apresenta-se quer em Fermentelos quer em Nariz como um tempo de crescimento, sem sobressaltos de monta. No entanto, esta observação terá de ser confirmada pelos registos de óbito.

Tal como se procedeu para Eixo, reúne-se agora toda a informação sobre a antiga freguesia de Requeixo, tendo em vista a sua análise sob um ponto de vista mais globalizante. O gráfico 19 representa os baptismos da antiga freguesia de Requeixo.

Gráfico 19: Movimento dos baptismos registados na antiga freguesia de Requeixo reconstituída



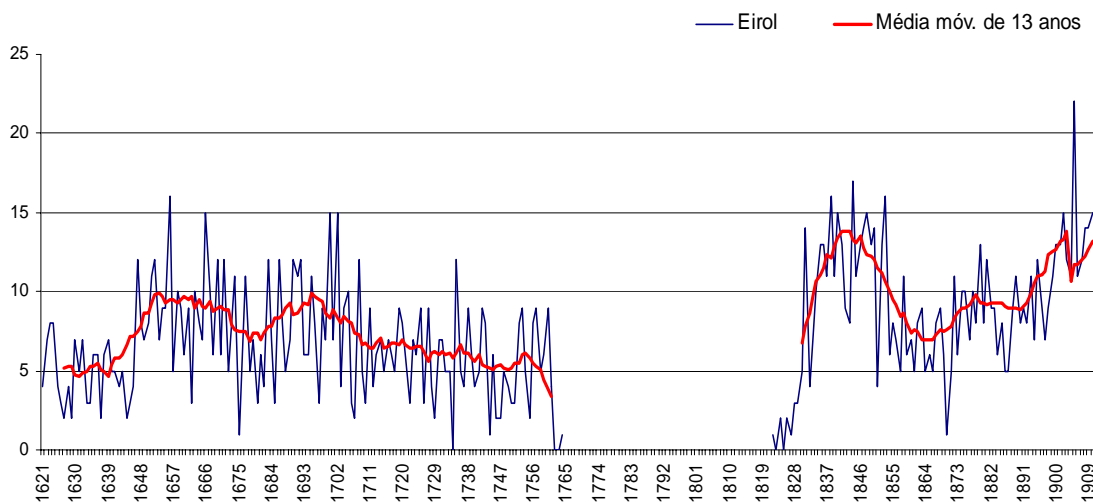
A reunião dos dados das várias freguesias faz realçar de forma significativa o crescimento quase contínuo dos valores dos baptismos desde o início dos registos, em finais da década de sessenta do século XVII. A quebra verificada no final da primeira década do século XIX, que se prolongou até aos anos sessenta do mesmo século, apesar mais atenuada é bastante perceptível pelos pontos mais baixos da série, localizados em 1811 e nas décadas de trinta e

cinquenta). A retoma registada a partir da década de sessenta assume um aspecto de pujança e continuidade. A freguesia de Requeixo reconstituída apresenta uma média de 85,2 baptismos por ano.

Eirol

Eirol é a mais pequena de todas as freguesias e a que mais tarde integrou o antigo concelho de Eixo. É também aquela que possui a curva de baptismos mais peculiar em relação a todas as outras freguesias.

Gráfico 20: Movimento dos baptismos registados em Eirol



Datando os primeiros registos desta freguesia de 1621, constata-se um aumento rápido do número de actos até 1670, nível que sensivelmente se mantém até ao início do século XVIII, encetando-se, a partir de então, um movimento descendente até ao final da primeira série de registos, em 1760.¹³ Por volta de 1829, começa uma nova série de registos, com valores já elevados, superiores mesmo aos melhores anos da série anterior. Naturalmente, os valores mais altos do início desta série não aparecem de forma abrupta e serão

¹³ Como anteriormente se referiu, esta freguesia não possui livros paroquiais de baptismos e casamentos de 1760 a 1829 nem de óbitos de 1760 a 1811. Sabe-se, contudo, que tais livros existiram.

certamente o resultado de um processo de crescimento iniciado algures nos setenta anos anteriores.

Curiosamente, Eirol aparenta resistir bem ao ciclo negativo registado nas restantes paróquias de 1827 a 1836, apresentando um valor menos “satisfatório” em 1832. No entanto, as décadas seguintes (de cinquenta e sessenta) não foram favoráveis em termos de nascimentos, sendo pautadas por uma forte irregularidade. A retoma vai aparecer na já bem entrada década de setenta e prosseguirá com alguns abrandamentos até ao final da série, em 1910. A média anual de baptismos para os anos 1621-1760 é de 6,5 e para 1822-1910 é de 9.

Foi consultada a base de dados que serve de suporte a este trabalho para averiguar algo mais sobre a progressiva diminuição dos baptismos a partir de 1640. Nessa consulta procuraram-se homens naturais de Eirol que casaram fora da freguesia, em particular nas freguesias vizinhas. Encontraram-se 38, que maioritariamente se consorciaram em Eixo e Requeixo,¹⁴ mas também se observaram casamentos em outras paróquias como Travassô e S. João de Loure. Não sendo um número muito expressivo, atendendo à dimensão da freguesia tem algum significado. Um outro aspecto chamou à atenção: dos 38 homens que casaram fora, apenas quatro faleceram na freguesia de Eirol. Isto confere ao acto de contrair matrimónio no exterior da paróquia o significado de uma saída definitiva, retirando potencial reprodutivo à freguesia de naturalidade. Seriam as condições de vida nas freguesias tuteladas pela Casa de Bragança melhores que as oferecidas pelo mosteiro de Grijó?

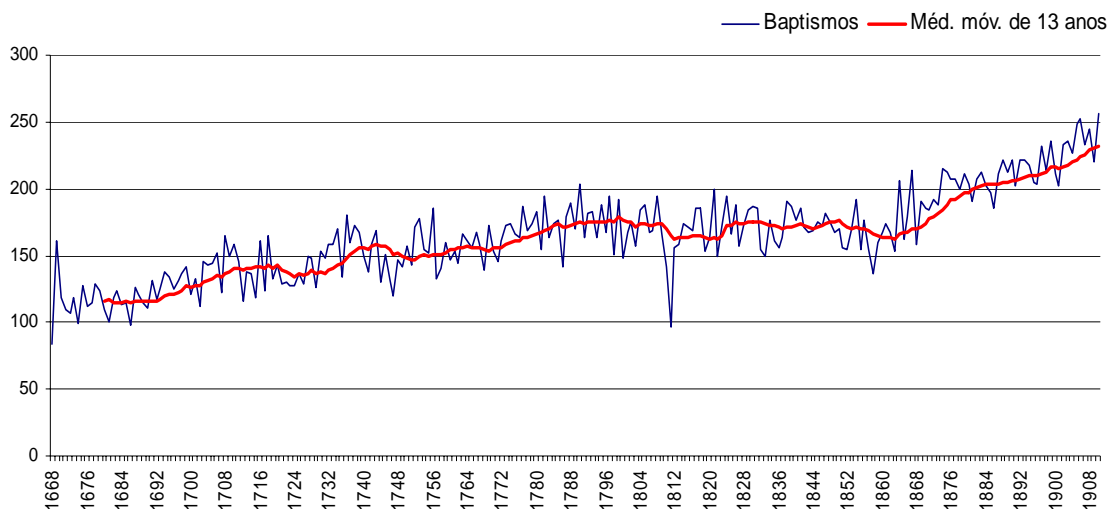
O concelho reconstituído sem Eirol

Este primeiro ensaio de globalização dos valores referentes aos baptismos das freguesias constituintes do antigo concelho de Eixo (excluindo a freguesia de Eirol por razões que à frente se adiantarão), pretende dar a visão real do que

¹⁴ Recorde-se que em Requeixo não existem livros de casamentos de 1710 a 1770.

foi o espaço concelhio durante a maior parte do tempo, mais precisamente desde o momento em que se dispõe de dados paroquiais. Uma observação rápida e descontextualizada do gráfico 20 remete o leitor para a conclusão de se estar na presença de um crescimento contínuo, sem grandes quebras ou interrupções significativas desde sensivelmente os anos de 1660 até ao final da série, em 1910.

**Gráfico 21: Movimento dos baptismos registados
no antigo concelho de Eixo (sem Eirol)**



De acordo com o que até ao momento se expôs, pode concluir-se que uma leitura deste tipo, estando aparentemente correcta, não corresponde à realidade subjacente, isto é, não se aplica por igual às cinco freguesias já apresentadas. Qualquer uma delas, apesar da contiguidade existente, tem particularidades e condicionalismos específicos, que originam ritmos próprios, muitas vezes desfasados em relação aos das freguesias vizinhas. A sobreposição dos ritmos e valores de cada uma conduz, de forma inevitável, porque os ciclos raramente são coincidentes, à anulação das suas diferenças e especificidades, fazendo antes realçar uma ideia e um padrão que não se ajusta nem corresponde a nenhuma das realidades em particular.

O movimento dos casamentos

O casamento nas sociedades do Antigo Regime assumia-se como um acontecimento marcante, quer para os indivíduos que o contraíam, quer para o grupo e sociedade onde o novo casal se iria inserir. Sendo um acto público contratual, socialmente sancionado pela Igreja, que lhe conferia o carácter de vínculo indissolúvel sacramental, a sua realização pressupunha a existência de uma série de condições subjacentes à criação de um novo lar, como a existência de meios económicos para a inserção do casal no seio da comunidade, condições de subsistência e meios objectivos para o seu desenvolvimento como unidade de carácter socio-económico que era. A realização do casamento estaria pois condicionada à prévia existência de meios que garantissem as bases mínimas de sustentação e viabilidade.

O casamento era, para a comunidade onde se realizava, não só a forma pela qual esta se rejuvenescia e se reproduzia, acautelando a sua perenidade, como um processo de reforço do grupo onde o casal se iria inserir, atendendo às dificuldades naturais que, de forma mais ou menos episódica, se antevia que viessem a ocorrer. Era assim um indicador da vitalidade socio-económica da sociedade.

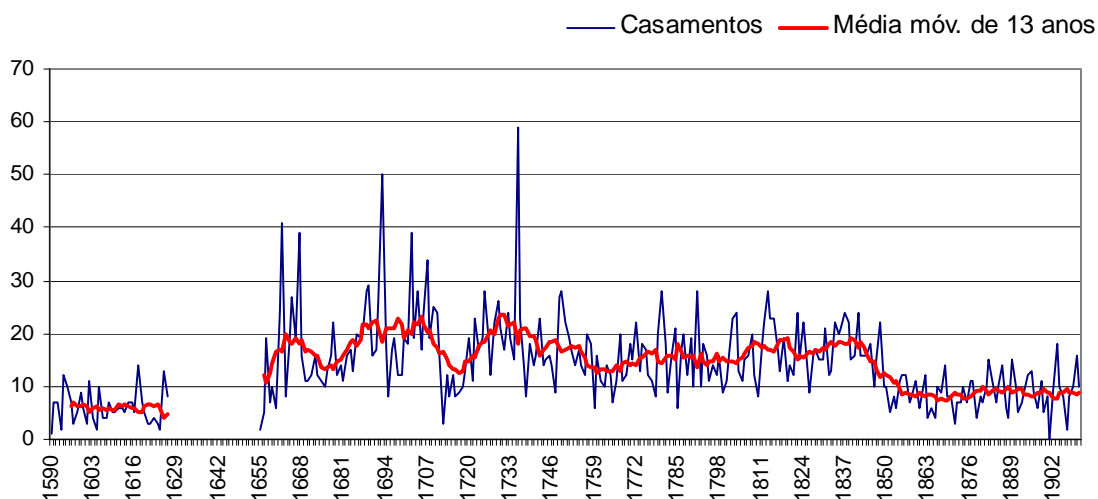
Eixo e Oliveirinha

Uma prévia apreciação da série dos casamentos celebrados em Eixo permite observar uma consistência muito apreciável dos dados disponíveis, sendo apenas de referir a ausência de informação no período compreendido entre 1627 e 1633, como já se verificou para os baptismos, pelos motivos na altura aduzidos. Verifica-se ainda uma outra quebra no fluxo de dados a partir de 1849, desta vez não pela falta de registos decorrentes de erros ou omissões do res-

ponsável pela sua escrituração, mas antes pela desanexação de vasta área a sul da paróquia que deu origem à nova freguesia de Oliveirinha.¹⁵

A evolução do número de casamentos celebrados em Eixo ao longo de todo o período revela-se surpreendente, sobretudo no século XVII e primeira década do século XVIII: os valores absolutos atingidos são em geral superiores a todo o restante século XVIII e mesmo ao século XIX. Não fora a fraca qualidade dos registos verificada entre 1620 e 1650,¹⁶ as lacunas anuais e um potencial subregisto, haveria espaço para conclusões mais firmes e seguras. Todavia existem elementos noutras freguesias que permitirão avançar na análise.

Gráfico 22: Movimento dos casamentos registados em Eixo



Em trabalho anterior sobre a antiga freguesia de Eixo e Oliveirinha, no período de 1666 a 1900,¹⁷ já se havia dado conta daquilo que se designou por *booms matrimoniais*, ou seja, anos ou sequências de anos em que o número de

¹⁵ A partir de 1800, registam-se já alguns casamentos celebrados em Oliveirinha, em particular na capela da Moita. No entanto, como não era uma prática sistemática, mas ocasional, a relativa autonomia de que, a partir de 1800 e até 1849, o lugar de Oliveirinha gozava era mais formal que real. Consideraram-se esses casamentos como sendo celebrados em Eixo, lugar onde os restantes moradores de Oliveirinha e lugares adjacentes realizavam os seus enlances matrimoniais.

¹⁶ Reveja-se o exemplo citado na nota 14 do capítulo sobre as fontes. As personagens intervenientes apenas se conseguiram identificar através dos registos de baptismo e óbito da freguesia do Espírito Santo de Aveiro, com uma grande dose de sorte.

¹⁷ Francisco Messias Trindade Ferreira, *A antiga freguesia de Eixo e Oliveirinha e a sua população (1666-1900): estudo demográfico*, Aveiro, 2001, Câmara Municipal de Aveiro.

casamentos se eleva anormalmente acima da média. Referenciaram-se alguns desses momentos como sendo os anos de 1667, 1688, 1689, 1692, 1693, 1702, 1704, 1707 e finalmente, fora desta sequência, 1735.

Justificam-se estes *booms matrimoniais* com uma fase de forte desenvolvimento e crescimento económico observável na segunda metade do século XVII. Apontam-se como indicadores passíveis de comprovar a existência dessa fase a criação da feira de Oliveirinha em 1677 e as observações feitas pelos Visitadores, recomendando a ampliação e restauro de igrejas e capelas por forma a “acomodar em si o grande número de fregueses de que consta esta freguesia”.¹⁸ É também de referir que, nem no próprio ano nem nos enquadrantes, se regista qualquer crise de mortalidade classificável de “maior” ou “forte” na escala proposta por Dupaquier.¹⁹ É ainda sustentado que tal surto desenvolvimentista e de crescimento populacional foi desencadeado pela passagem da posse da terra do conde de Odemira para a Casa de Bragança.

Com o alargamento do período de observação a anos anteriores a 1666 novos elementos se juntam, reforçando a ideia de surto desenvolvimentista. É o caso de 1661, com 24 casamentos, 1662, com 41, e 1665, com 27. Mesmo em anos anteriores, e apesar dos constrangimentos detectados, é possível verificar valores interessantes, que facilmente se podem admitir como mínimos: 1640, com 19 casamentos, 1645, com 20 e 1657, também com 19.

Genericamente a linha dos casamentos aponta para alguns períodos mais ou menos longos com características próprias. Da segunda metade do século XVII até ao final da primeira década do século seguinte verifica-se uma tendência de notório crescimento. Segue-se um período curto de retracção durante a década de 1710-1720, para logo de seguida se registar um período de crescimento de duração semelhante e se atingir, em 1735, o valor mais alto de toda a série (59 casamentos), cuja explicação se revela difícil. A partir desta data, o nível dos

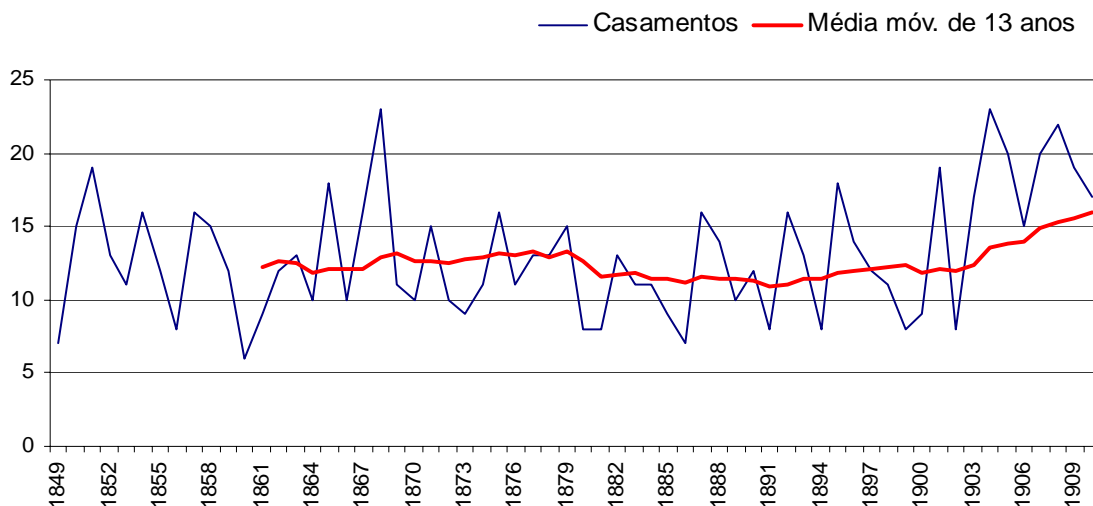
¹⁸ Francisco Messias Trindade Ferreira, *A antiga freguesia de Eixo e Oliveirinha...*, op. cit., pág. 59.

¹⁹ Francisco Messias Trindade Ferreira, *A antiga freguesia de Eixo e Oliveirinha...*, op. cit., pág. 57 e seguintes.

casamentos entra numa fase de estabilização em torno dos 15 actos anuais. A quebra irá acontecer com a separação de Oliveirinha, em 1849, e levará os valores dos matrimónios para a média dos 10 anuais. Em termos totais, o número médio de casamentos em Eixo cifra-se em 15.

Oliveirinha apenas passou a ter registo sistemático de casamentos a partir do momento em que se tornou freguesia. Por esse motivo, os dados apresentados no gráfico 23 apenas dizem respeito à segunda metade do século XIX. No entanto, desde o início desse século, esta localidade já gozava de alguma autonomia, que acabou por não ter expressão prática.

Gráfico 23: Movimento dos casamentos registados em Oliveirinha

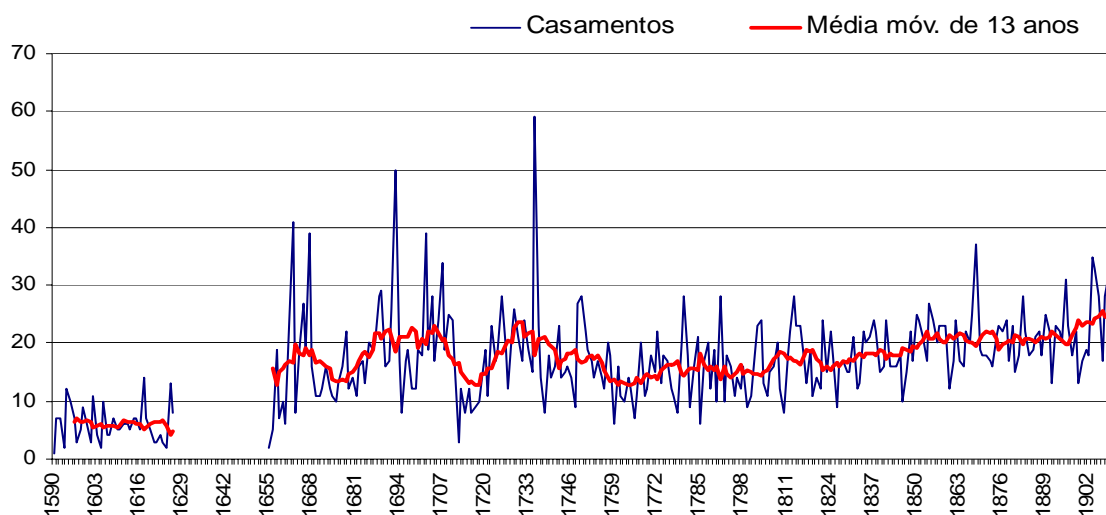


Da observação do gráfico depreende-se facilmente que, na segunda metade do século XIX, os valores dos matrimónios celebrados na freguesia de Oliveirinha se situam entre os 10 e os 15. Apenas na última década deste século e início do seguinte os valores dos casamentos registados apontam para uma clara tendência de crescimento, contrastando com a irregularidade anterior. O número médio anual de casamentos respeitantes a Oliveirinha cifra-se em 13,1.

A reconstituição da antiga freguesia de Eixo que ora se apresenta é puramente artificial, destinando-se apenas a permitir a visão de conjunto das freguesias de

Eixo e Oliveirinha, caso a separação de ambas não tivesse tido lugar. Apenas o facto de terem estado as duas umbilicalmente ligadas durante duzentos anos autoriza este procedimento. Graças a este processo artificial criou-se o gráfico 24, que reúne os matrimónios de ambas, restaurando ficticiamente a freguesia.

Gráfico 24: Movimento dos casamentos registados em Eixo reconstituído



O ponto mais interessante de observação do gráfico reside no comportamento das curvas do volume de casamentos a partir de 1849,²⁰ data a partir da qual se reuniram as duas freguesias. É facilmente observável a consolidação dos valores em torno dos 20 casamentos anuais, cifra que apenas conhecerá uma evolução em sentido ascendente na primeira década do século XX. No entanto, a média anual de casamentos é de 18,2.

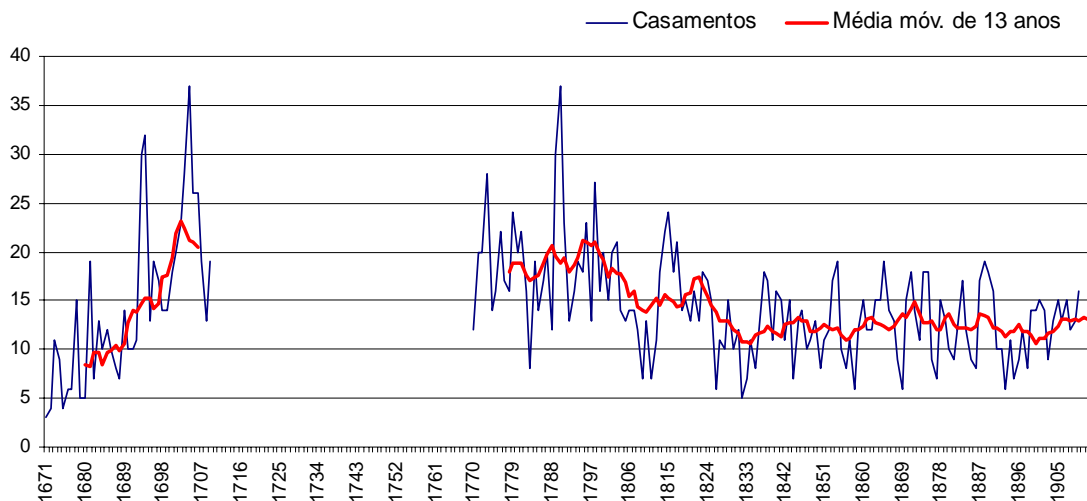
Requeixo, Nariz e Fermentelos

Com registo dos primeiros casamentos a partir de 1671, a freguesia de Requeixo apresenta um problema sério e alguns aspectos interessantes. O problema consiste na ausência de dados referentes ao largo período de sessenta anos compreendido entre 1710 e 1770, por desaparecimento do livro dos registos de casamentos. Esta falha invalida a observação, em termos precisos,

²⁰ Até 1849 os dados dos casamentos expressam, originalmente, os dois lugares em conjunto.

do movimento e intensidade dos actos matrimoniais em quase todo o século XVIII. No entanto, alguma extrapolação do comportamento da curva dos casamentos pode ser avançada, dada a similitude de configuração que apresenta com a freguesia de Eixo. É nesta semelhança de comportamento das curvas que reside o maior interesse.

Gráfico 25: Movimento dos casamentos registados em Requeixo



Uma análise comparativa entre Eixo e Requeixo nos anos em que existem dados efectivos para esta última freguesia indica ser o movimento entre 1671 e 1710 praticamente igual nas duas freguesias, sendo este traduzido por um crescimento constante do número absoluto de casamentos. A ausência de dados em Requeixo não permite avaliar se esta freguesia conheceu a quebra de 1710-1720 observável em Eixo, a recuperação subsequente até 1735, nem em particular, se este último ano apresentou um pico anormal de matrimónios. Entre 1770 e 1800 Requeixo conhece um período de trinta anos de crescimento moderado, quando em Eixo se regista uma tendência para a estabilização do número de casamentos/ano.

Também no que diz respeito aos casamentos, e considerando que apenas se possuem dados até 1710, por razões já aduzidas, verifica-se que mais 35% dos noivos provêm do exterior da freguesia, nomeadamente da vizinha Eixo

(mais de 10%), Aradas, Sosa, Vagos, Travassô, Eirol e Aveiro, para além de outras localidades dispersas, sobretudo da zona centro do país.

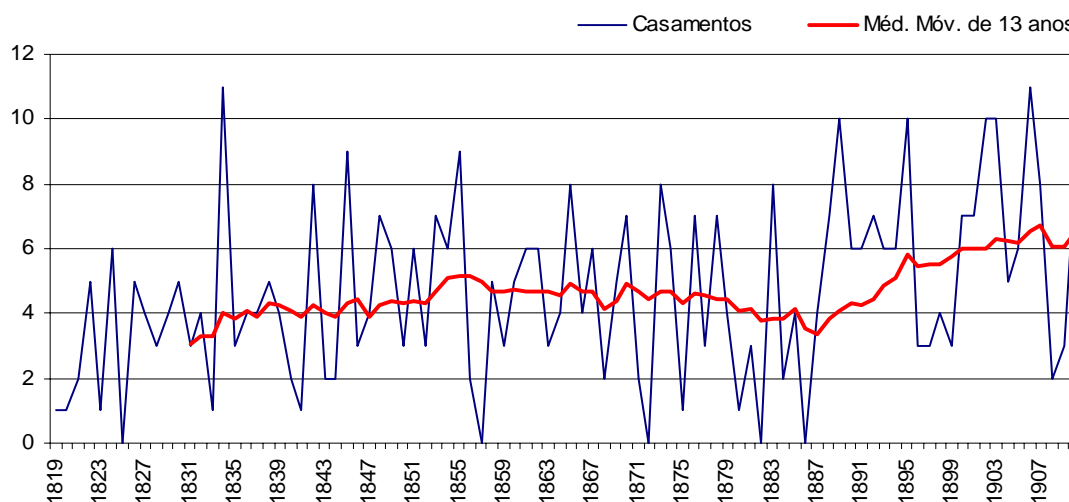
Requeixo vai ter, nas três décadas seguintes, dois momentos de quebra acentuada e um momento de recuperação muito localizado e temporário. A primeira quebra centra-se na década de 1800-1810, sendo presumivelmente atribuída à instabilidade provocada pelas invasões francesas, seguindo-se um período de recuperação entre 1810 e 1820, e nova diminuição durante esta última década. Este novo abatimento do valor absoluto de casamentos encontra explicação na separação do lugar de Nariz e outros a ele adjacentes da freguesia de Requeixo, dando origem a uma nova freguesia com o mesmo nome. A partir de 1830, o número de uniões registado em Requeixo apresenta uma forte propensão para a estabilidade, tal como ocorreu em Eixo, realçando-se apenas que a freguesia em observação apresenta valores absolutos superiores aos da freguesia sede do antigo concelho. Em termos de médias anuais o número de casamentos em Requeixo é de 14,5 no período 1671-1709 e de 14,3 em 1771-1910.

Com registos autónomos a partir de 1819, a freguesia de Nariz apresenta um número de casamentos na ordem dos 4 por ano durante a maior parte do século XIX. Esse valor aumenta, durante a última década desse século e a primeira do seguinte, para a casa dos 6 por ano, sendo esta a observação mais relevante verificada na linha de média móvel. No total, a média anual de casamentos registada em Nariz é de 4,6.

A média de casamentos/ano revela-se todavia um pouco ilusória, pois os valores observados são altamente irregulares: a anos com valores elevados (que alcançam e ultrapassam os oito matrimónios/ano ou ficam muito próximos desta cifra), sucedem-se outros em que não se regista qualquer consórcio ou, quando muito, apenas um. Como exemplo podem apontar-se, para a primeira situação, os anos de 1833, com 11 casamentos, 1842, com 9, 1845, com 8, entre outros. Para a segunda situação apontam-se os anos de 1825, 1857 e

1872, sendo mais numerosos os casos daqueles que comportam apenas um matrimónio.

Gráfico 26: Movimento dos casamentos registados em Nariz



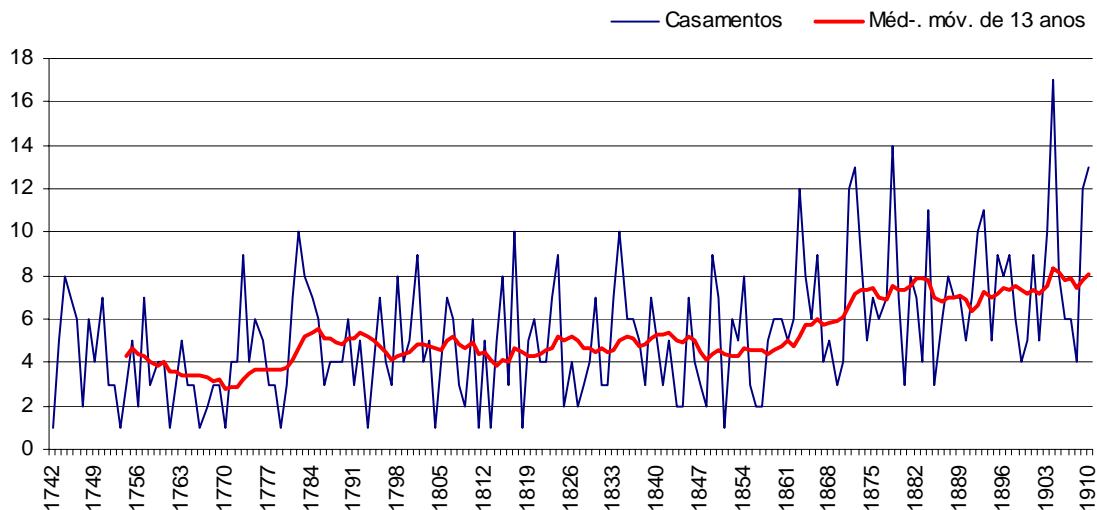
Esta irregularidade prende-se sobretudo com dois factores importantes. Primeiramente, verifica-se que o abreviado número de efectivos da paróquia ocasiona a existência de um reduzido *mercado matrimonial* dentro da própria freguesia. Em segundo lugar, o facto de a freguesia se encontrar, em termos geográficos, numa autêntica “*placa giratória*” entre várias outras (Requeixo, Palhaça e Sosa) e por nela passar a estrada Aveiro-Coimbra, possibilitou que muitos dos seus habitantes fossem procurar parceiro/a para se consorciar nas freguesias vizinhas.²¹

Com os primeiros registos de casamentos a datarem do ano de 1742, Fermentelos revelou-se de uma grande utilidade pois supre, ainda que de forma parcial, a lacuna existente na freguesia de Requeixo, da qual fez parte até essa data. Não sendo os registos muito numerosos, em termos absolutos, nos primeiros anos da série, têm a particularidade de indicar actos matrimoniais em todos os anos, se bem que, em alguns deles, pelo valor mínimo. Estabilizando o número médio de casamentos em torno dos cinco entre 1770 e 1860, poste-

²¹ No capítulo referente à Nupcialidade este aspecto será abordado mais em pormenor.

riormente sobe para uma média de quase oito até ao final da série, em 1910. O número médio anual de casamentos em Fermentelos é de 5,4.

Gráfico 27: Movimento dos casamentos registados em Fermentelos



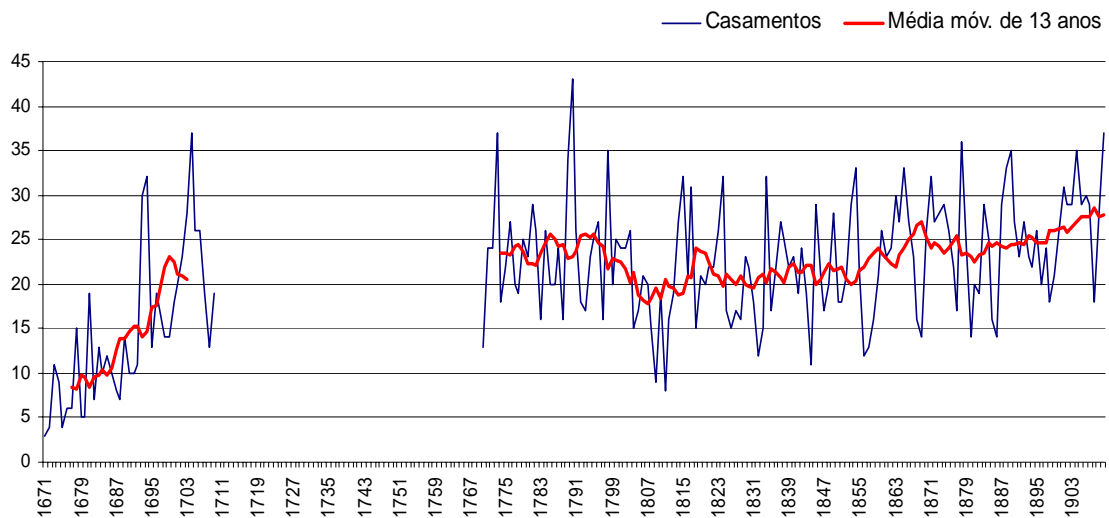
O que dá maior significado a esta série, que se apresenta bastante regular ao longo dos 170 anos de observação é, todavia, um aspecto que aqui não aparece reflectido e que será abordado mais detalhadamente no capítulo respeitante à nupcialidade: a elevada endogamia da freguesia. Radica a origem deste fenómeno provavelmente no isolamento acentuado da freguesia, já que as distâncias entre ela e as localidades circunvizinhas chegavam a ser superiores a uma légua, situação que se tornava mais grave durante o período invernos.

O ano com maior número de casamentos é sem dúvida 1904, com dezassete, logo seguido por 1878, com catorze e de 1872, com treze. Os valores mínimos observados situam-se predominantemente na primeira parte da série, deixando de ser observados a partir de 1820, com apenas uma excepção registada em 1851.

Tal como se procedeu para os registos de baptismos, agregaram-se os dados das freguesias que pertenceram a Requeixo e que dela foram sendo separadas com o correr dos tempos, de forma a obter uma série mais coerente e

consentânea com a realidade de onde se tinha partido, isto é, com a freguesia de Requeixo na sua dimensão original.

Gráfico 28: Movimento de casamentos em Requeixo reconstituído

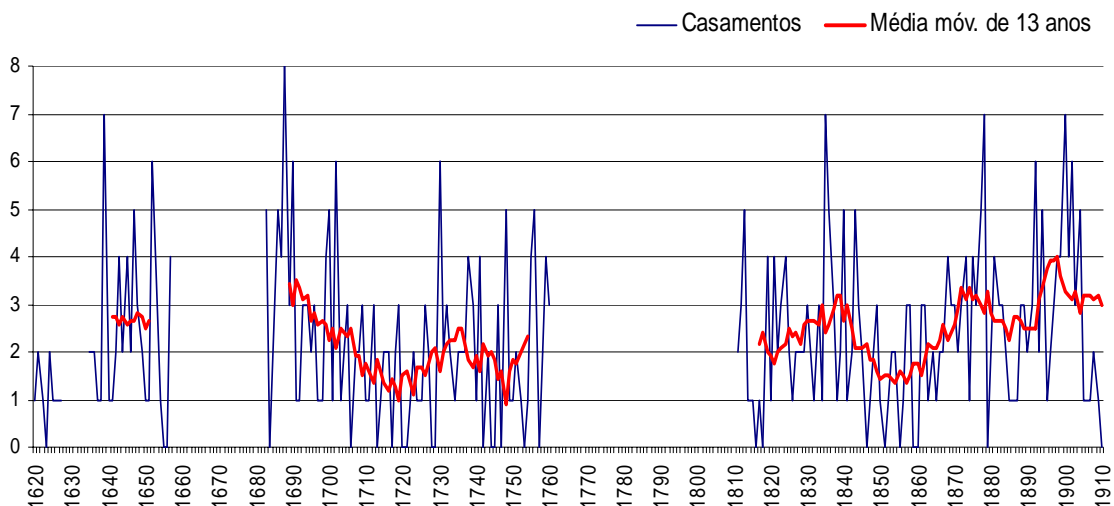


Como se referiu em momento anterior, a falha existente nos registos de casamentos de Requeixo deixou marca significativa bem visível no gráfico 28, que nem mesmo a compensação efectuada pelos registos de Fermentelos consegue atenuar. A partir do momento em que Requeixo volta a apresentar registos de casamento, torna-se interessante observar que, em resultado da fusão dos dados das várias freguesias, a curva dos matrimónios conhece um efeito de “alisamento”, em particular o da média móvel, deixando apenas visível a quebra relativamente acentuada da primeira década do século XIX. Os “altos e baixos” observados nos anos subsequentes podem ser considerados perfeitamente normais, “compensando-se” mutuamente com um saldo ligeiramente favorável, que se espelha na tendência ascensional da linha da média móvel. A média de casamentos na antiga freguesia de Requeixo é de 14,5, no período de 1671-1709, e de 23,1, em 1770-1910.

Eirol

Se a situação em Requeixo é complicada pela ausência de dados durante um largo período de sessenta anos, Eirol apresenta lacunas temporais dos registos de casamento bem mais significativas. Ao todo, identificaram-se dois momentos em que se confirma a ausência de registos matrimoniais, nomeadamente o períodos 1658-1683 e 1761-1811. Um terceiro momento levanta dúvidas, embora não se exclua a possibilidade de não se ter registado nele qualquer acto matrimonial. Em causa está o lapso de tempo relativamente curto compreendido entre 1628 e 1634 (inclusive), em que não existe qualquer registo de casamento. Poderá admitir-se que não tenha havido qualquer celebração atendendo à dimensão da freguesia, ao número de casamentos celebrados anualmente em anos anteriores (desde 1621, data dos primeiros registos, os valores oscilavam entre um e dois casamentos por ano com um ano sem matrimónios) e ao facto de existir livro. No entanto também se pode admitir que haja subregisto ou falta de uma ou duas folhas no livro, uma vez que o seu estado de conservação deixa algo a desejar. Esta última hipótese parece ser mais plausível.

Gráfico 29: Movimento dos casamentos registados em Eirol



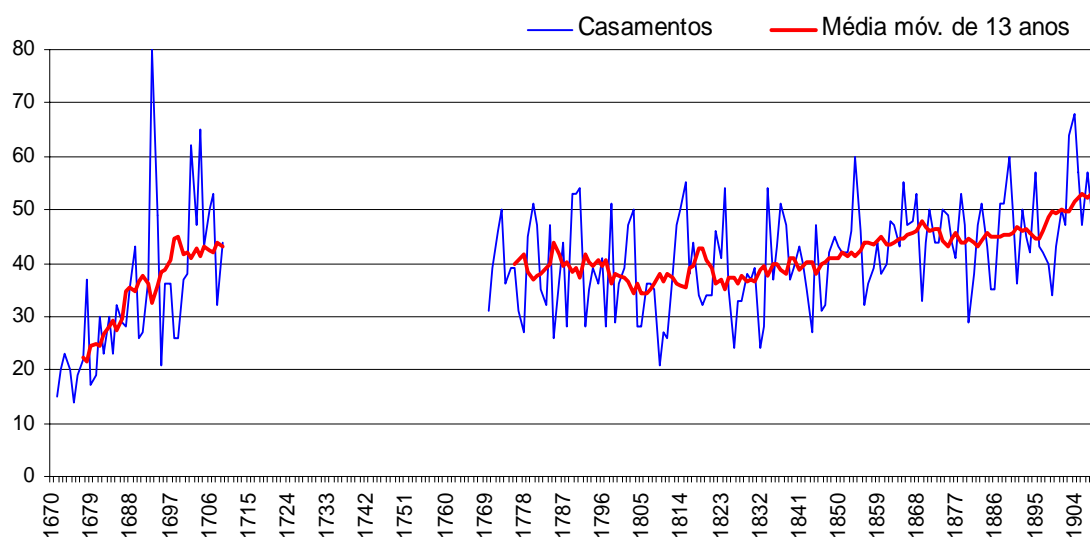
Quanto aos dados em si, expressos no gráfico 29, pautam-se por uma irregularidade muito acentuada. Tanto existem anos com um apreciável número de

casamentos, atendendo à dimensão da freguesia (seis ou mais casamentos por ano), como nos anos seguintes se regista um número muito reduzido ou mesmo a ausência de casamentos. Apenas o século XIX, em particular a sua segunda metade, trará uma definição mais clara da tendência no sentido do crescimento, não sem que de permeio se verifiquem alguns recuos, como foi o caso das décadas de 1850 e 1880, por razões anteriormente aduzidas. No total da freguesia a média de casamentos registados por ano é de 2,3.

O antigo concelho (sem Eirol)

Para terminar a análise do movimento dos casamentos resta realizar uma apreciação global no conjunto das freguesias que compunham o antigo concelho de Eixo. O facto é que, apesar das limitações encontradas (decorrentes da ausência de informações concretas para as freguesias de Requeixo e Eirol), é ainda possível efectuar uma leitura do evoluir da tendência a nível concelhio.

Gráfico 30: Movimento dos casamentos registados no antigo concelho (sem Eirol)



O gráfico 30, apesar de espelhar claramente o condicionalismo da falha de registos em Requeixo, não deixa de surpreender pelo desenho efectivo da curva dos casamentos celebrados e pelos valores absolutos que são alcançados em determinados anos. Exemplos que saltam de imediato à vista são os de

1693, com 80 casamentos celebrados, 1702, com 62, e 1704, com 65, compondo estas três datas, no seu conjunto, um pico de valores surpreendente atendendo aos dados disponíveis, e culminando em crescendo um período de cerca de sessenta anos. Apenas se verificará uma aproximação a valores como estes já em pleno século XX, nos anos de 1903, 1904, 1909 e 1910, respectivamente com 64, 68, 63 e 64 casamentos. Seria também interessante observar o comportamento de Requeixo em 1735, tomando em consideração que nesse ano Eixo contribuiu com 59 casamentos. Quase apetece perguntar que outras surpresas estariam reservadas se existissem dados de Requeixo entre 1710 e 1770.

O que mais se realça é o facto do volume de casamentos de apenas três paróquias rurais ultrapassar os valores registados nas quatro freguesias urbanas de Aveiro.²² O restante da curva é, de alguma forma, aquilo que já se antevia das observações parcelares das freguesias: uma tendência para um alisamento das quebras, na primeira década do século XIX, e um reforço da propensão ascendente até ao final do século. Em termos de média anual de casamentos, o antigo concelho de Eixo apresenta o valor de 32,2 no período 1668-1709, e de 41,9 em 1770-1910.

Uma conclusão prévia começa a tomar forma à medida que os dados demográficos vão surgindo: a segunda metade do século XVII é definitivamente uma época de crescimento populacional; o aumento quantitativo do número de casamentos então verificado e o acréscimo das cifras dos nascimentos anteriormente referidas começam a deixar pouca margem para dúvidas. Algo terá provocado esta reacção positiva da população; será pois a sua demanda que orientará parte desta pesquisa.

²² Cf. Inês Amorim, *Aveiro e a sua provedoria no século XVIII (1690-1814). Estudo económico de um espaço histórico*, 1997, Comissão de Coordenação da Região Centro, Coimbra, pág. 754. A autora contabilizou para os anos em questão, dentro do seu espaço de observação, um total de 52 casamentos para 1702 e de 42 para 1704.

O movimento dos óbitos

Sendo a mortalidade considerada por muitos historiadores-demógrafos a variável mais importante de todo o sistema demográfico europeu, controladora efectiva o ritmo de crescimento da população, impõe-se a sua análise dentro do quadro da longa duração deste estudo. As adversidades com que o estudo da mortalidade se depara são as já conhecidas e reconhecidas, entre elas o sub-registo de óbitos, em particular dos menores, as dificuldades de identificação correcta de uma parcela significativa dos assentos, a falta de registo de óbito dos ausentes, para além da já habitual falta de livros de registo.

No entanto, e apesar das dificuldades acima elencadas, é possível observar e avaliar o peso da mortalidade a partir dos seus valores brutos e, partindo daí, retirar algumas conclusões iniciais que serão conjugadas com os dados de baptismos e casamentos já recolhidos.

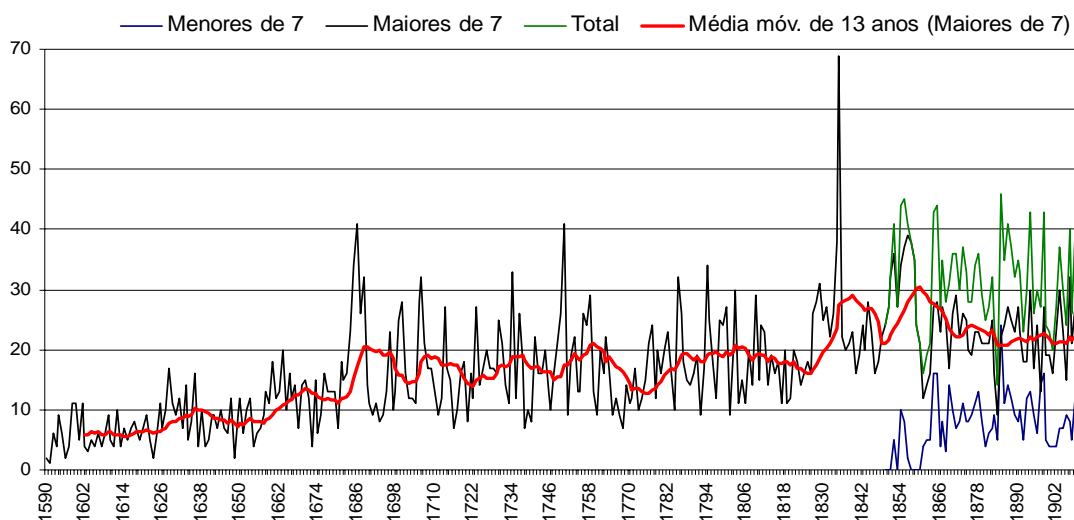
Eixo e Oliveirinha

O gráfico 31 permite a visualização da evolução do número de óbitos em Eixo ao longo dos cerca de três séculos de observação. Há na representação gráfica alguns aspectos de interesse. Um deles tem a ver com o pároco de Eixo no período entre 1620 e 1660, padre António de Almeida Pinto. Referiu-se em momento oportuno, que este pároco revelou um particular descuido com os baptismos e com os casamentos, mas revelava um particular desvelo para com os óbitos. A demonstração prática dessa observação²³ está presente neste gráfico: não só não existem lacunas temporais nos registos, como o número médio dos assentos de óbito passou da modesta cifra de cinco por ano, antes da sua posse como pároco, para a marca de dez durante os quarenta anos em que regeu os destinos da freguesia.

²³ Veja-se no capítulo sobre as fontes demográficas informação sobre o período em que este pároco esteve à frente da paróquia.

O primeiro ponto marcante dos óbitos em Eixo situa-se em 1686, com o registo de 41 defunções a sugerir a existência nesse ano de uma crise séria de mortalidade.²⁴ O final desse século e início do século XVIII apresentam-se um pouco agitados em termos de óbitos, com alguns picos acentuados, logo seguidos de quebras pronunciadas, dando a entender um ciclo de pequenas crises. Será em 1733 que se encontra uma marca de potencial crise, mas esta aparecerá em força na freguesia em 1750.

Gráfico 31: Movimento dos óbitos registados em Eixo



A irregularidade mantém-se para além de meados do século, num desenho muito semelhante ao atrás verificado. Será em 1785 que aparece um novo indício de crise de mortalidade, que se repete em 1794 e em 1803. Será no entanto entre 1827 e 1835 que a situação mais se complica, com anos sucessivos de óbitos elevados a rondar a casa dos 30 anuais e culminando, em 1835, com o valor absoluto de 69, indicador à primeira vista mais que suficiente de uma crise séria de mortalidade.

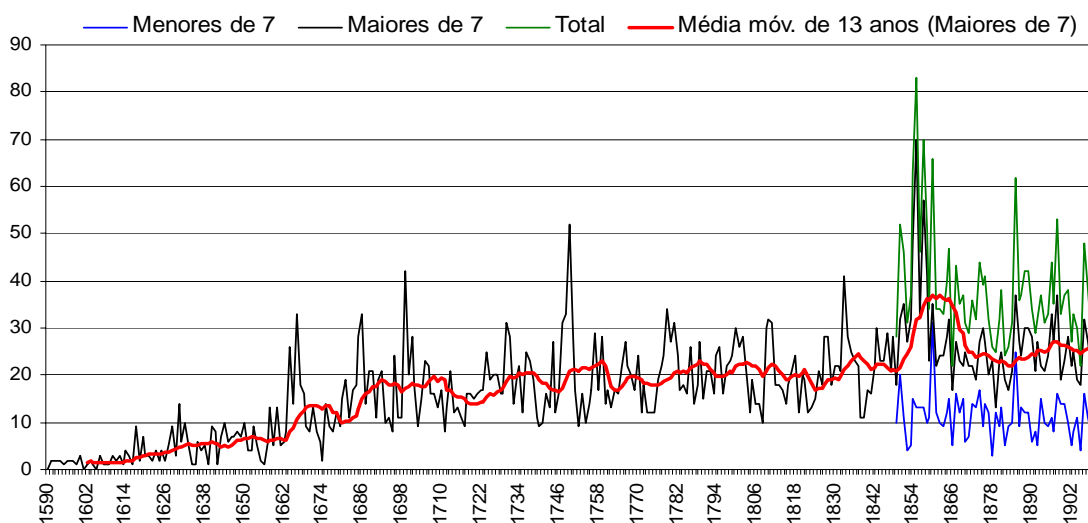
Entre 1851 e 1858 o cenário renova-se. Verifica-se uma sequência de anos com valores relativamente elevados, mas desta vez sem atingir o paroxismo

²⁴ Não cumpre neste capítulo proceder a qualquer avaliação de crises de mortalidade; o primeiro objectivo nesta fase é procurar descrever e focalizar pontos que sejam potenciais indicadores de algo mais significativo. A análise da mortalidade será feita detalhadamente em capítulo próprio.

extremo observável na década de trinta. Nos anos sessenta a ameaça repeti-se, mas desta vez limitada apenas aos anos de 1860 e 1865, se bem que com valores elevados. De então em diante, apenas o período de 1885 a 1888 indicou uma possível crise, mas os valores que surgem posteriormente, em particular já na primeira década do século XX, dão a entender tratar-se de oscilações pontuais no regime de óbitos. A média anual de óbitos para todo o período nesta freguesia é de 19,1.

No gráfico 32 são visíveis pormenores do movimento dos óbitos registados, referentes à freguesia de Oliveirinha. Um primeiro ponto diz respeito à acentuada subida do volume de óbitos a partir da década de 1850, coincidente com três aspectos significativos. O primeiro é a constatação de um volume anormal de registos nesta década, decorrente de uma situação de epidemia que grassou por todo o país. O segundo é o facto da subida coincidir com os primeiros anos de registos como freguesia independente. Finalmente, um terceiro ângulo de observação prende-se com as novas determinações governamentais a respeito dos registos paroquiais, que passaram a assumir também as funções de registo civil, o que implicava a obrigatoriedade do registo dos óbitos dos menores.

Gráfico 32: Movimento dos óbitos registados em Oliveirinha



Com estas alterações, e excluindo o anormal aumento do número de óbitos por força da situação epidémica registada, verifica-se um crescimento médio do número de registos em cerca de dez por ano, passando os óbitos a oscilar, anualmente, entre as casas dos vinte e quarenta. Antes da elevação à categoria de freguesia, concretamente entre 1680 e 1850, os valores dos óbitos situavam-se entre as casas dos dez e trinta por ano, o que sobe acima do valor máximo, dando notoriamente a entender que algo de anormal ocorrera. Tal foi o caso de 1666 com 33 óbitos, de 1686, também 33, e de 1699, com 42 óbitos registados.

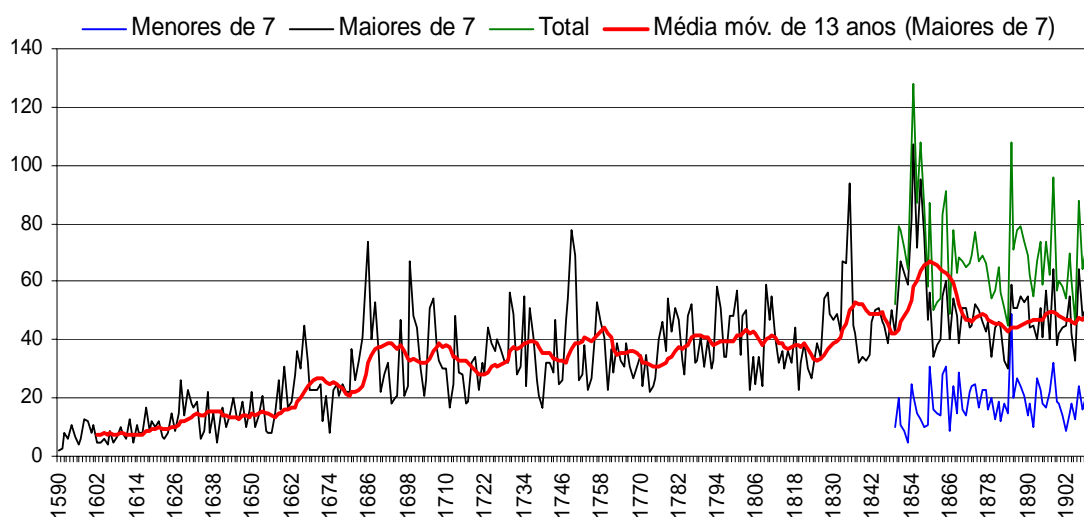
O século XVIII apresenta situações semelhantes, mas com configuração significativamente mais espaçada. A primeira superação da marca dos 30 óbitos por ano acontece apenas em 1730, com o valor de 31, três décadas após a última ocorrência. Nova situação do mesmo género ocorre quase vinte anos depois, abrangendo desta vez três anos consecutivos: 1747, 1748 e 1749, com valores de 31, 33 e 52 óbitos respectivamente, o que à partida configura uma situação pouco favorável. Ainda no mesmo século, apenas 1779, 1781 e 1800 alcançam ou ultrapassam o valor de referência com 34, 31 e 30 óbitos respectivamente.

O século XIX aparenta ser, até 1850, mais virulento que o anterior. Após a primeira década, surge uma série de três anos consecutivos com valores ligeiramente acima dos trinta óbitos anuais: 1809, 1810 e 1811, com 30, 32 e 31 óbitos respectivamente. Esta série pode perfeitamente justificar-se pela situação gerada pelas invasões francesas, que desestabilizaram todo o contexto de vida da época. Os anos de 1833 e 1843 surgem também com valores alterados em relação ao panorama considerado “normal”: os 41 óbitos do primeiro e os 30 do segundo configuram, no entanto, situações diferentes. Se o primeiro se enquadra num contexto de uma forte epidemia que varreu todo o país, o segundo aponta para uma evolução do número de óbitos em sentido ascendente, uma vez que os anos subsequentes também apresentam valores bastante próximos.

Posteriormente a 1850, os valores inferiores a 30 óbitos anuais passam a ser raros. O crescimento natural da própria população também não será estranho ao paulatino aumento dos óbitos nesta freguesia (e noutras, certamente). Em todo o período em observação a média final no espaço da freguesia de Oliveirinha é de 20,5 óbitos anuais.

A reconstituição da antiga freguesia de Eixo pela junção das duas localidades reforça a ideia de uma ocorrência de óbitos salpicada por picos de mortalidade bem localizados no tempo. As décadas de sessenta, oitenta e noventa do século XVII, assim como a primeira e o final da quinta do século seguinte apresentam pontos elevados de defunções. A segunda metade do século XVIII e os primeiros trinta anos do seguinte são dominados por uma acalmia, pelo menos aparente, das oscilações bruscas de mortalidade, situando-se a média dos óbitos na casa dos 40 por ano.

Gráfico 33: Movimento dos óbitos registados na freguesia de Eixo reconstituída



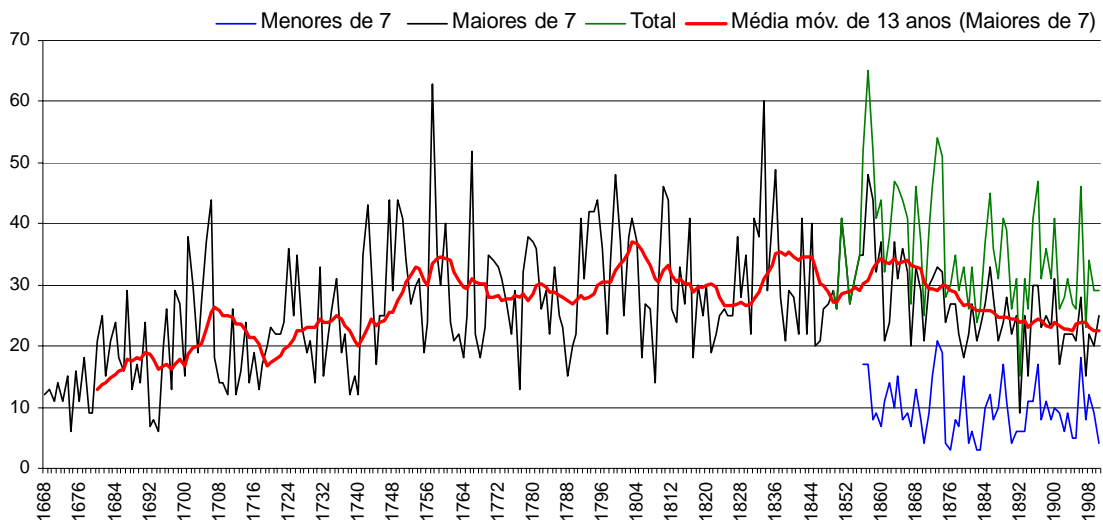
A partir de 1830, o conjunto destas freguesias é sacudido por violentas e súbitas elevações da mortalidade, prenunciando sérias crises. É o caso das décadas de trinta, cinquenta, oitenta e noventa, em que o número de óbitos atinge valores elevados, ultrapassando largamente a centena em alguns anos e

suplantando o número total de baptismos.²⁵ A título de exemplo refiram-se os anos de 1855, com menos 55, ou de 1857, com menos 30 baptismos. O número médio final de óbitos anuais na antiga freguesia de Eixo cifra-se na casa dos 39,6.

Requeixo, Nariz e Fermentelos

Na freguesia de Requeixo a série caracteriza-se por uma extrema irregularidade, denunciando uma curva de óbitos típica de uma demografia de tipo antigo, isto é, a súbitos picos sucedem-se quebras profundas e acentuadas. No entanto, a quebra verificada nos nascimentos entre 1800 e 1810 não tem correspondência em termos de óbitos, prosseguindo estes um curso marcado pela irregularidade.

Gráfico 34: Movimento dos óbitos registados em Requeixo



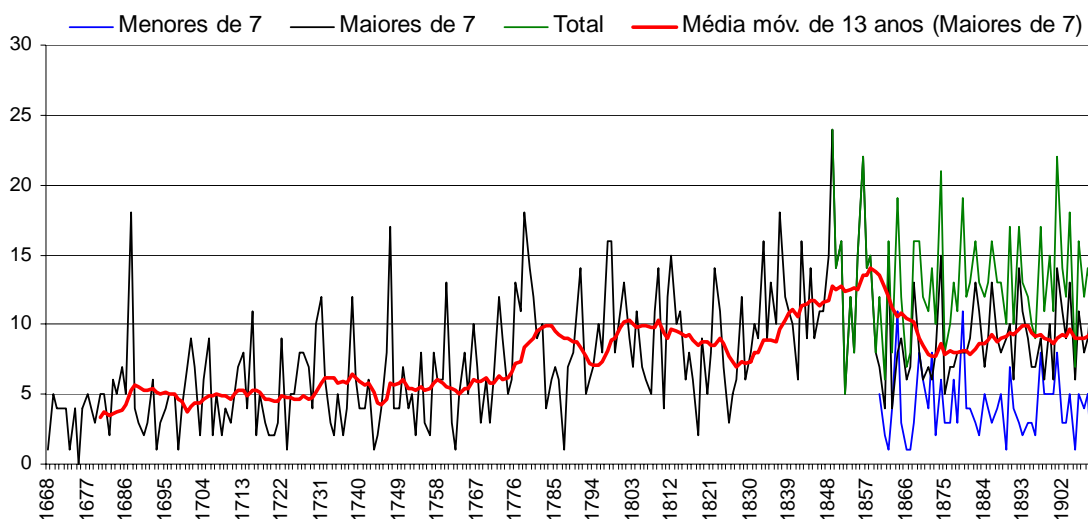
Observam-se picos elevados de óbitos tanto no século XVIII como no XIX. No primeiro, situam-se em quase todas as décadas à excepção de 1710-1719, 1730-1739 e 1770-1789; no segundo, as situações mais marcantes encontram-se nas já tradicionais décadas de trinta, cinquenta e, surpreendentemente, na de setenta. A média anual de óbitos no espaço de Requeixo fixou-se em 26,3.

²⁵ Veja-se o anexo 7 a este capítulo.

É interessante o movimento descendente nos óbitos dos maiores de 7 anos a partir de 1870. Será indicador do início da transição demográfica? Talvez outros indicadores possam esclarecer a questão.

A irregularidade é também nota dominante dos óbitos na freguesia de Nariz. Enxameada por picos elevados de mortalidade, seguidos por quebras abruptas, revela no entanto uma tendência anual crescente. Em boa medida, a melhoria da qualidade dos registos e a inserção dos óbitos de menores na segunda metade do século XIX poderá ser a razão do acréscimo dos decessos. Naturalmente, também não será alheio a este aspecto o aumento da população da localidade e dos lugares adjacentes.

Gráfico 35: Movimento dos óbitos registados em Nariz

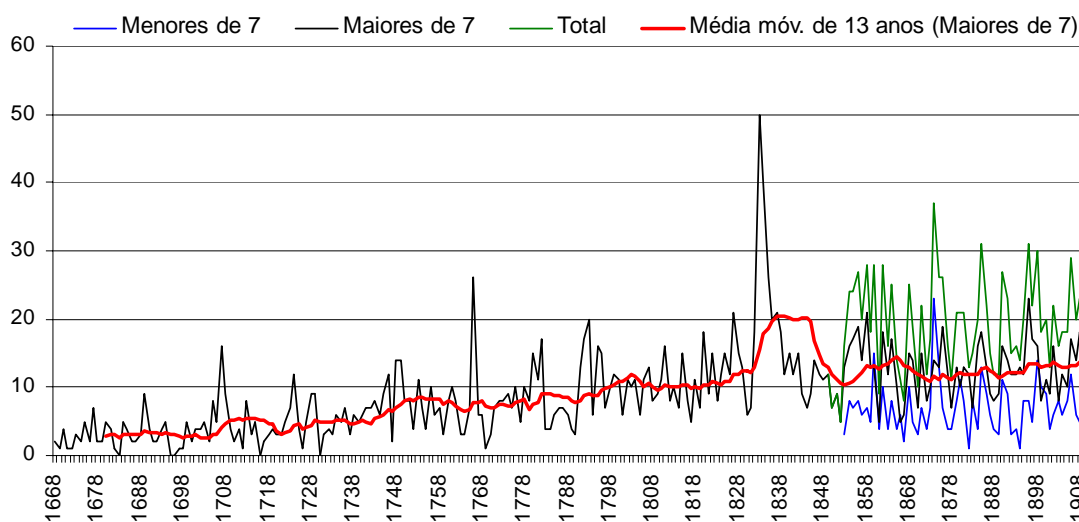


Revelam particular interesse os picos de mortalidade observados nas décadas de 1680, 1740, 1770, 1830, 1850 e 1900, em que os valores indiciam fortes probabilidades de existência de crises de mortalidade, algumas já conhecidas e referenciadas, outras a necessitarem de um estudo mais preciso. O número médio de óbitos em Nariz, em todo o período considerado, foi de 7,6.

Com registos autónomos desde 1742, Fermentelos apresenta uma linha de óbitos peculiar até 1910. Menos irregular que Requeixo ou Nariz, apresenta situações de potencial crise de mortalidade em número bastante inferior às

anteriormente referidas. Os momentos mais marcantes situam-se na primeira década do século XVIII, que se destaca nitidamente no perfil traçado, assim como entre 1760-1770, com elevações acentuadas. No entanto, o mais impressionante de todos esses picos situa-se já no século XIX, na década de 1830, quando os óbitos quase quintuplicam em relação à média dos anos anteriores. A quebra que se lhe segue desenha-se precisamente na proporção inversa, isto é, também se apresenta muito profunda. Aliás, nesta freguesia, a cada pico de mortalidade sucedem-se momentos muito acentuados de baixa. Talvez devido ao crescimento brutal do número de óbitos registado na década de trinta, a subida da mortalidade esperada na década de cinquenta acaba por não se revelar tão forte.

Gráfico 36: Movimento dos óbitos registados em Fermentelos

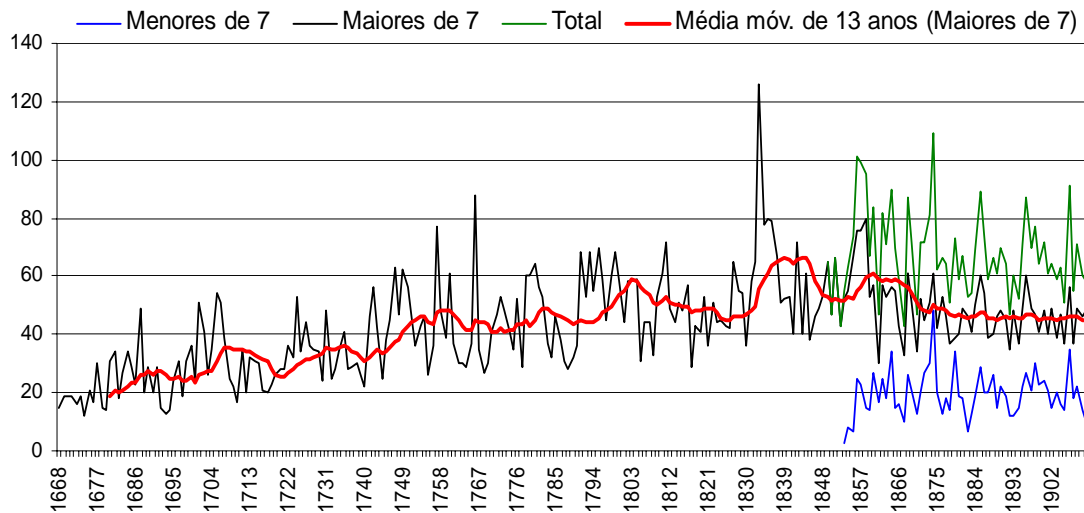


Posteriormente a 1860, não há praticamente década nenhuma que não conheça uma subida acentuada da mortalidade acompanhada da respectiva quebra. Os óbitos alcançaram, no decénio de 1860, a média de 20 por ano, valor que sensivelmente se manterá até ao final do período de observação. No total, a média anual de óbitos em Fermentelos cifrou-se em 9,1.

A junção das freguesias que constituíam o território inicial de Requeixo reforça a ideia do carácter irregular da mortalidade nesta sub-região do antigo concelho de Eixo: são realçados os picos de sobremortalidade assim como as ulterio-

res quebras. Regista-se, no entanto, uma tendência para a descida dos óbitos de maiores de 7 anos a partir do decénio de 1860, se bem que de forma muito moderada.

Gráfico 37: O movimento dos óbitos em Requeixo reconstituído



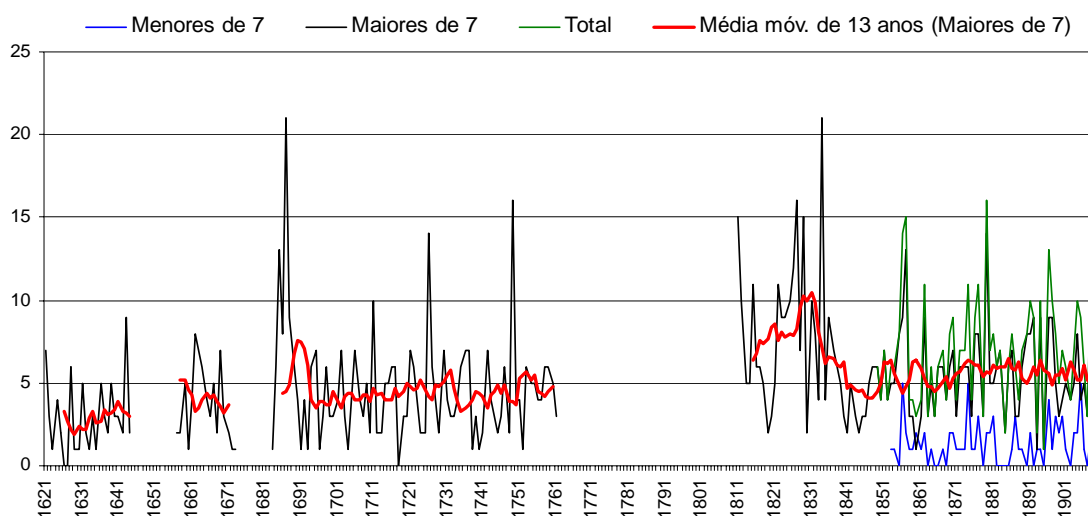
Um particular realce vai para a década de 1870, que se assume em toda a antiga freguesia como o segundo momento com maior número de decessos em toda a série. Em concreto, pode dizer-se que o século XIX foi particularmente severo em termos de mortalidade neste território, nomeadamente a partir da década de trinta e até ao final do século. A antiga freguesia de Requeixo reconstituída apresenta, como média anual de óbitos, o valor de 43,1.

Eirol

A menor das freguesias revela problemas semelhantes às que integravam Requeixo. Bastante irregular na sucessão dos valores de óbitos, revela anos de grande incidência de mortalidade, atendendo ao reduzido número de habitantes na altura. O decénio de 1680 apresenta mais de 20 decessos, o que contrasta significativamente com uma média inferior a cinco óbitos anuais. Na viragem da década de quarenta do século XVIII, os números ultrapassam a fasquia dos quinze. Os anos compreendidos entre 1811 e 1840 foram os mais graves,

atendendo à dimensão da freguesia. O ano de 1811 pode, todavia, considerar-se anómalo, uma vez que quase metade dos óbitos nele ocorridos são resultado de um acidente que vitimou sete mulheres, afogadas quando a embarcação em que seguiam se afundou no rio. Excluindo portanto este ano, devido à situação excepcional registada, os anos vinte dão sinais preocupantes logo desde o seu início.

Gráfico 38: Movimento dos óbitos registados em Eirol



Os anos com valores elevados de mortalidade não param de se suceder, culminando em 1834 com o registo de 21, o que gerou um saldo fisiológico negativo severo na freguesia.²⁶ Após um período de acalmia de vinte anos, segue-se de nova situação de mortalidade acentuada: dois anos consecutivos (1856 e 1857) que perturbam a potencial estabilidade entre baptismos e óbitos. Novamente vinte anos mais tarde repetem-se as ocorrências desfavoráveis em termos de mortalidade. A década de setenta do século XIX volta a alterar o ténue equilíbrio alcançado desde a anterior ocorrência séria de decessos.

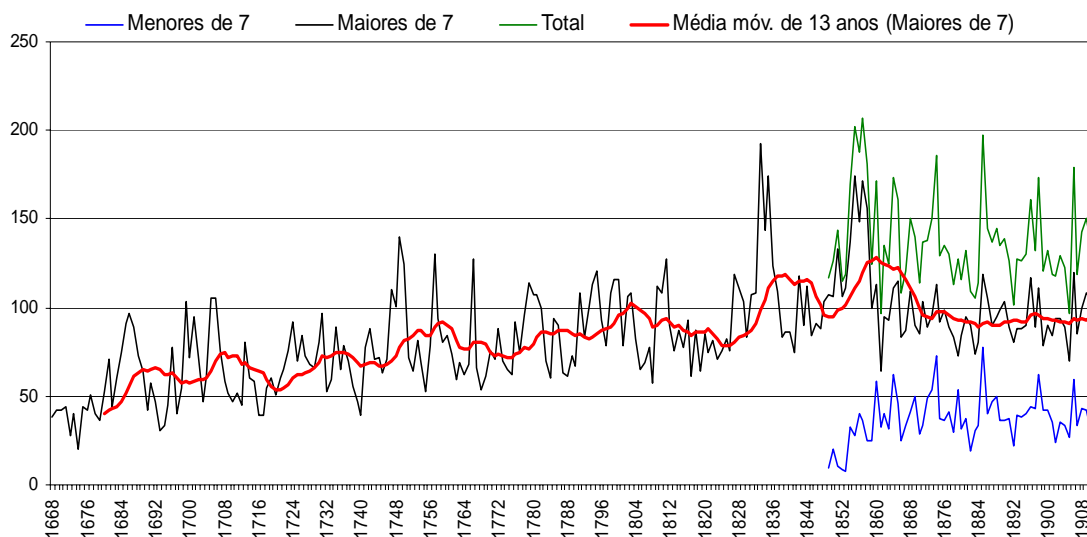
Até ao final dos anos em observação, a freguesia continuará a ser afectada por episódios espaçados de aumentos súbitos dos valores da mortalidade, quando nas freguesias vizinhas tal já não ocorria. O número médio de óbitos anual registado em Eirol é de 4,2 até 1761 e de 6,2 de 1811 a 1910.

²⁶ Veja-se o quadro 6 do anexo a este capítulo.

O antigo concelho de Eixo (sem Eirol)

A apreciação do comportamento global do antigo concelho de Eixo em termos de mortalidade reveste-se de particular interesse, pois permite a avaliação conjunta das freguesias que perfaziam um espaço de grandes dimensões na margem sul da bacia do rio Vouga. Essa observação permite dissolver algumas das particularidades de cada freguesia e devolve uma imagem mais compacta da realidade em termos da mortalidade ao longo dos 320 anos.

Gráfico 39: Movimento dos óbitos registados no antigo concelho de Eixo (sem Eirol)



O conjunto concelhio permite destacar, através da observação do gráfico 39, cinco momentos significativos em termos de mortalidade, com presumível reflexo importante em termos da população do concelho. O primeiro desses momentos situa-se ainda no século XVII, abrangendo os anos de 1685 a 1687, e foi observado em todas as freguesias que compunham o antigo concelho. O segundo foi registado em meados da primeira década do século XVIII, em particular nos anos de 1705 e 1706, tendo também reflexos em todas as freguesias. Ainda no século XVIII, um período de quatro anos consecutivos no final da década de quarenta poderia ter causado problemas à população; no entanto, tal como aconteceu na ocorrência anterior, a situação desfavorável foi facilmente superada. Os momentos mais sérios vão no entanto ocorrer no século XIX. As epidemias referenciadas nas décadas de 1830 e 1850, amplamente

sentidas em quase todas as freguesias, provocam um abanão significativo na população pela virulência com que eclodiram. A mais séria, pela duração, foi sem dúvida a do decénio de 1850, que se prolongou por cinco anos, de 1854 a 1858. Todas as freguesias foram duramente atingidas e houve cinco anos de saldos fisiológicos negativos.

Realçam-se ainda dois anos – um anterior e outro posterior às ocorrências referidas. Em 1811 ocorre um elevado número de óbitos (142), ao qual se juntou uma forte quebra do número de nascimentos – consequência um tardia das invasões francesas, em particular da terceira, que rondou a região. Em 1885 verifica-se um surto epidémico sentido em todos os lugares do antigo concelho, que apenas manifestou os seus efeitos nesse ano.²⁷ A média final do número de decessos no antigo concelho, considerando todos os lugares (excepto Eirol), fixou-se em 83,7 óbitos anuais.

Relação de masculinidade ao nascimento

A relação de masculinidade é uma medida de observação que relaciona o sexo masculino com o feminino. O seu valor padrão situa-se próximo dos 105 elementos do sexo masculino para cada 100 do sexo feminino, sendo a sua estabilidade ao longo do tempo, de certa forma, um dos garantes da qualidade dos registos. Desvios importantes dos valores considerados normais chamam à atenção para a necessidade de se utilizar medidas de correcção. No entanto, convém salientar que alguns grupos sociais ou étnicos podem apresentar valores ligeiramente diferentes.²⁸ O processo de cálculo é bastante simples e quase imediato: basta dividir o número de nascimentos masculinos pelo de femininos e multiplicar o resultado obtido por 100.

Aplicando este princípio aos valores relativos ao antigo concelho de Eixo, em todo o período, obtém-se uma relação de masculinidade ao nascimento de 107,

²⁷ Estes valores podem ser calculados a partir do quadro 9 do anexo a este capítulo.

²⁸ Roland Pressat, *Diccionario de Demografia*, 1987, Barcelona, Oikos-tau, s.a. – ediciones, pág.151.

o que constitui um valor relativamente elevado atendendo ao padrão estabelecido, saindo ligeiramente do intervalo de confiança, definido em 106. Os valores encontrados para Eixo, Requeixo e Eirol são, respectivamente, 106,18, 107,02 e 104. Como se observa apenas Requeixo foge um pouco ao intervalo de confiança definido. Fraccionando ainda as antigas freguesias pelos lugares que as compunham (e que também se transformaram em freguesias independentes), obtém-se os seguintes resultados: Eixo – 107; Oliveirinha – 105; Requeixo – 105; Nariz – 106; Fermentelos – 113; Eirol – 104. De todos os lugares observados, apenas Fermentelos se desvia claramente do valor padrão, mas Fermentelos sempre foi um caso à parte...

Capítulo V – A sazonalidade

A Sazonalidade dos casamentos.....	237
A distribuição mensal	240
Eixo e Oliveirinha.....	241
Requeixo, Nariz e Fermentelos	244
Eirol.....	248
O antigo concelho de Eixo (sem Eirol)	249
Outras terras.....	251
A distribuição semanal dos casamentos.....	257
Eixo e Oliveirinha.....	262
Requeixo, Nariz e Fermentelos	263
Eirol.....	264
O antigo concelho de Eixo (sem Eirol)	265
Outras terras	266
A sazonalidade dos nascimentos e das concepções	269
Eixo e Oliveirinha.....	269
Requeixo, Nariz e Fermentelos	273
Eirol.....	278
O antigo concelho de Eixo.....	279

Comparação global das freguesias	281
Outras terras	283
A sazonalidade dos óbitos	287
Antiga freguesia de Eixo.....	288
A antiga freguesia de Requeixo	289
A sazonalidade ao óbito dos menores de sete anos.....	292
A sazonalidade ao óbito dos maiores de sete anos.....	295
Outros lugares	298

A vida de uma comunidade é marcada por ritmos próprios, regulares, de carácter mais ou menos estável, aos quais subjazem comportamentos de índole consciente e/ou inconsciente caracterizadores, sob o ponto de vista cultural, dessa mesma colectividade. Através deles e das suas modificações, podem detectar-se algumas mudanças lentas nas formas de estar e nas mentalidades, bem como datar e avaliar a evolução dessas modificações ao longo do tempo. Tais transformações reflectem-se em todo o tipo de actos públicos expressos nos registos paroquiais, sejam eles o matrimónio, o baptismo ou o óbito. Nas sociedades agrícolas, nomeadamente nas do Antigo Regime, existia um tempo para tudo, não sendo necessariamente coincidente: tempo para casar, para nascer e para morrer.

A Sazonalidade dos casamentos

Conforme notou Norberta Amorim a propósito da distribuição dos matrimónios ao longo do ano, *"o movimento sazonal dos casamentos é condicionado, na Europa Católica pelas interdições religiosas correspondentes aos períodos da Quaresma e do Advento e, depois, para as zonas rurais ou piscatórias, pelas fainas mais exigentes (...). Os meses de Fevereiro e Novembro, que antecedem respectivamente a Quaresma e Novembro, aparecem nas posições cimeiras, contrapondo-se aos meses seguintes de Março e Dezembro. A época de*

trabalhos agrícolas que vai de Agosto a Outubro é marcada por uma nítida depressão, também notada na Primavera.”¹

A sazonalidade não permite apenas detectar a presença de aspectos culturais e mentais de uma população. Representa, para além dos condicionalismos de cariz religioso, a expressão demográfica de uma realidade económica. No entanto, a depressão referida pode não estar exclusivamente ligada a uma maior ocupação laboral das populações. Torna-se necessário equacionar dois aspectos importantes.

Um diz respeito à presença de populações do Antigo Regime, predominantemente rurais, cuja actividade económica principal é, naturalmente, a agricultura e sobre as quais tem incidido a maior parte dos estudos até agora realizados. No que se refere a este aspecto, convém salientar que a agricultura praticada não era verdadeiramente vocacionada para o mercado mas, principalmente, para a auto-suficiência e que a capacidade de produção e conservação de excedentes não era significativa (por força da dimensão das propriedades, do desenvolvimento das tecnologias de produção e conservação e da gama de produtos passível de se conservar a médio/longo prazo). Torna-se, assim, plausível aceitar que não seriam muitos os proprietários/produtores a reunir as condições necessárias para abastecer o mercado, levando em conta os valores da produtividade agrícola à época.

Outro aspecto, realçado por Ana Sílvia Scott, prende-se com as disponibilidades pessoais de uma faixa importante de indivíduos: os trabalhadores agrícolas quando ainda solteiros, que *“eram empregados normalmente através de contratos anuais, que terminavam após a colheita e, por conseguinte, mantinham-nos ligados às propriedades onde trabalhavam durante aquele período.”²* Considerando este ponto de vista e fazendo coincidir o final do ciclo agrícola com o final do mês de Outubro e início do mês de Novembro, encontra-se cer-

¹ Maria Norberta Amorim, *Guimarães...*, op. cit., pp. 64-65.

² Ana Sílvia Volpi Scott, *Famílias, formas de união e reprodução social no noroeste português (séculos XVIII e XIX)*, 1999, NEPS, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Guimarães, pág. 183.

tamente mais um ponto de explicação para o grande crescimento dos matrimônios durante o penúltimo mês do ano.

Analisando a conjuntura também por este prisma, pode interpretar-se a diminuição substancial dos enlaces matrimoniais (observada na maioria da população de grande parte das paróquias que foram objecto de estudo) como reveladora de uma rarefacção das reservas alimentares ou de uma gestão muito racional dos pecúlios existentes até ao final das colheitas e de todas as tarefas a elas subjacentes. Mal estas terminam, os casamentos saltam para números elevados, nomeadamente em Novembro (celeiro cheio, ou pelo menos composto, e proximidade do Advento, antecipando o interdito religioso), Janeiro e Fevereiro (este antecipando o interdito quaresmal). São quase sempre estes meses os que registam um maior número de actos de casamento. Resumindo, é de considerar a possibilidade da sazonalidade dos casamentos não estar unicamente dependente dos interditos religiosos e dos ciclos agrários, mas estar também relacionada com eventuais estratégias de sobrevivência, mais concretamente, com a gestão dos recursos disponíveis.

Uma outra explicação é adiantada por Frans Van Poppel,³ realçando um pormenor interessante, com tendência para passar despercebido: sendo a Páscoa católica uma festa móvel, assim o são também os dias que a precedem e que constituem a Quaresma. A Páscoa coincide com o primeiro domingo que se segue à primeira lua cheia após o equinócio da Primavera, e pode portanto situar-se em qualquer dia compreendido entre 21 de Março e 25 de Abril de qualquer ano, o que, descontando os 46 dias correspondentes à Quaresma, significa que esta pode iniciar-se também em qualquer data entre 4 de Fevereiro e 10 de Março, sendo que o seu final coincide naturalmente com a Páscoa. Resumindo, Páscoas tardias “empurram” os casamentos para Maio, podendo esta situação constituir também uma explicação para um número de casamentos elevados no quinto mês do ano.

³ Frans Van Poppel, “Seasonality of work, religion and popular customs: the seasonality of marriage in the nineteenth and twentieth century Netherlands”. *Continuity and Change* 10(2), pp. 215-226. Citado por Ana Sílvia Scott in *Famílias, Formas de União...*, op. cit., pp. 181-182.

A distribuição mensal

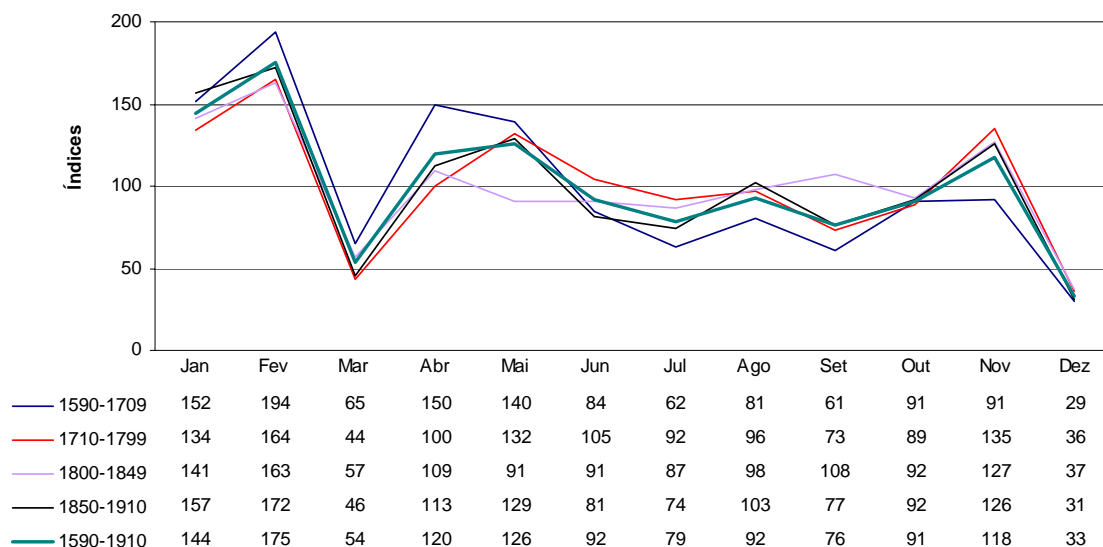
O primeiro grande problema com o qual um trabalho de investigação se confronta quando chega o momento de análise dos dados num espaço dilatado de tempo é a elaboração de uma periodização adequada. As dificuldades são grandes e as leituras dos resultados dificilmente deixarão de conter um significativo grau de subjectividade. Como forma de ultrapassar alguns dos obstáculos que se levantam, o melhor processo é efectuar vários ensaios de forma a determinar os momentos mais adequados à realização dos cortes, se houver necessidade. Com o auxílio da informática tal tarefa não se afigura difícil, por contraste com o processo manual de cálculo, onde muitas vezes o primeiro ensaio era o definitivo.

Assim se procedeu quer para Eixo quer para as restantes paróquias. A escolha da periodização final acabou por recair na que se apresenta, apesar de as restantes ensaiadas conterem desvios considerados mínimos. Ainda assim, fez-se acertar a divisão dos períodos, tanto quanto possível, pelos momentos tradicionalmente utilizados em muitos trabalhos e que coincidem com o meio de século ou seu início. Desta forma estabeleceu-se o primeiro período desde o início da série e abrangendo todo o século XVII e a primeira década do século XVIII, momento no qual se detectou uma paragem ou abrandamento do crescimento verificado nas décadas anteriores. A segunda etapa abrange a restante parte do século XVIII, coincidindo com uma fase de crescimento mais lento. O terceiro período corresponde à primeira metade do século XIX, época dominada por constantes sobressaltos políticos (ocupação inglesa, implantação do liberalismo, reacção absolutista, etc.), militares (guerra civil, revoltas da Maria da Fonte e Patuleia, etc.) ou mesmo crises epidémicas (cólera, febre amarela, etc.). Finalmente, o último período abrange a restante parte do século XIX até à implantação do regime republicano, que marca o final do período de observação. Uma quinta série foi traçada abrangendo todas as anteriores, ou seja, a totalidade do período, e, na sua essência, apenas serve para confirmar o que se observou da restante periodização. Os gráficos apresentam os resultados obtidos para cada uma dos momentos seleccionados.

Eixo e Oliveirinha

A apreciação da sazonalidade dos casamentos na freguesia de Eixo reduz-se, na prática, a uma única observação, coincidente com a linha correspondente à totalidade dos anos em observação. Todas as séries apresentam dois momentos altos (Fevereiro e Novembro) e dois momentos baixos (Março e Dezembro). Existem ainda dois picos superiores secundários, sendo o de Janeiro totalmente coincidente em todas as séries e outro flutuante entre Abril e Maio. O restante do ano estabiliza não muito distante do valor médio de 100.⁴ Destaca-se ainda a sequência de 1800-1849 por apresentar valores

Gráfico 1: Distribuição mensal dos casamentos na freguesia de Eixo



⁴ Os valores apresentados neste e em todos os outros gráficos que se seguem sobre sazonalidade dos vários actos apresentam-se sob a forma indiciária. Esta forma de representação possibilita a satisfação de vários objectivos. Em primeiro lugar, elimina a eventual distorção provocada pelo facto de os meses ao longo do ano não serem exactamente iguais, através da homogeneização dos mesmos. Tal é conseguido dividindo o número de ocorrências (neste caso casamentos) pelo número de dias do mês (Fevereiro, em particular, por 28,25, para compensar a existência de anos bissextos). Ao valor total da soma dos vários meses que compõem o ano faz-se corresponder a cifra de 1200 e aplica-se a cada mês uma “regra de 3 simples” para determinar o valor correspondente a cada mês. Em segundo lugar, a redução a esta escala indiciária permite a comparação entre realidades distintas, o que seria impossível utilizando quer números absolutos quer números proporcionais.

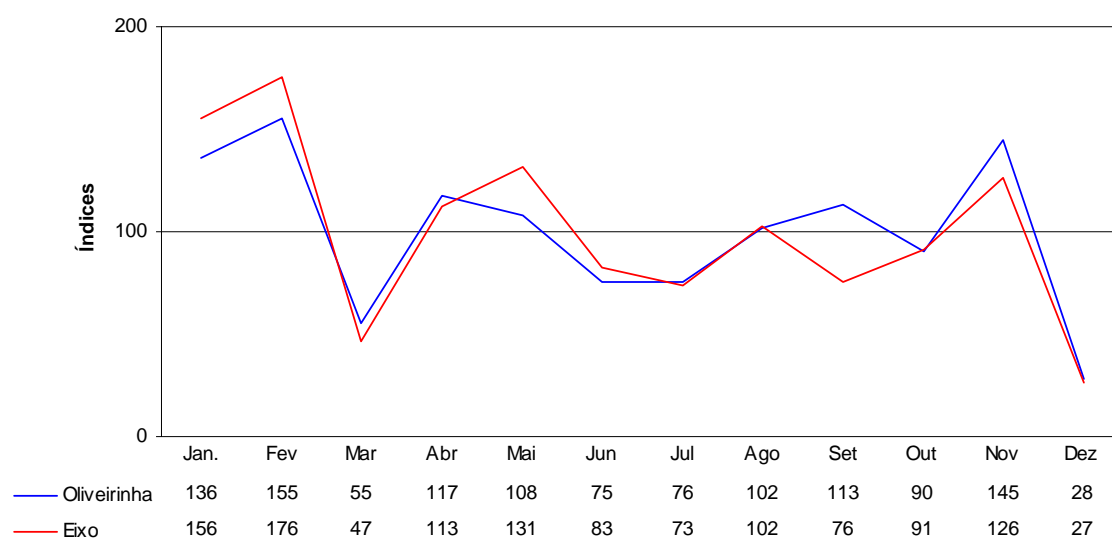
ligeiramente discrepantes em relação às restantes. Tal será, certamente, resultado da turbulência gerada por motivações políticas e das recorrentes situações epidémicas vividas.

Que significado atribuir a estes resultados? As quebras de Março e Dezembro explicam-se facilmente pelos interditos religiosos referentes ao período quaresmal e adventício, sendo compensadas em meses anteriores e posteriores. Olhando o ano sob o ponto de vista do calendário agrícola, verifica-se que a época mais propícia à realização dos enlaces matrimoniais é aquela que decorre entre Novembro e Março (com a devida ressalva de Dezembro), na qual se realizam quase 40% dos casamentos.

O período 1590-1710 apresenta o índice mais baixo de todas as séries em Dezembro, valor no entanto compensado com outros mais elevados em Abril e Maio. O comportamento destes dois meses é, efectivamente, um pouco oscilante, ao contrário com o que acontece com Novembro e Janeiro, que enquadram a época do Advento. É credível que em anos mais recuados existisse uma certa predilecção pelo mês de Maio, associado ao culto da fecundidade, que ainda permaneceria vivo em várias regiões do país. No entanto, essa tradição foi-se perdendo, não sendo de afastar outra explicação, como a sugerida por Frans Van Poppel, anteriormente referida.

Para a freguesia de Oliveirinha apenas se consideraram os casamentos efectuados entre 1850 e 1910, uma vez que a data de fundação da freguesia remonta a 1849. Nesses sessenta anos a situação não é muito diferente da encontrada em Eixo.

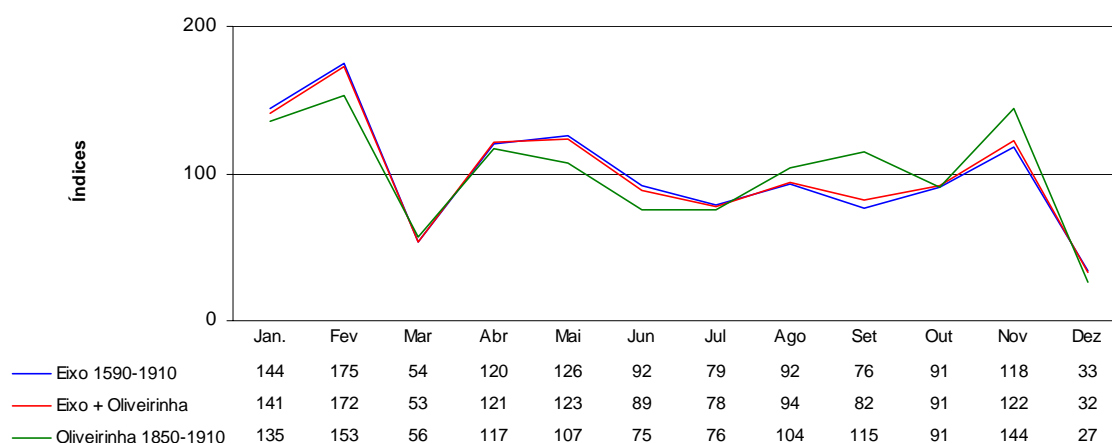
A análise da distribuição anual dos casamentos, exposta no gráfico 2, revela, por comparação com Eixo, a existência dos mesmos picos em Fevereiro e Novembro e das mesmas quebras pronunciadas em Março e Dezembro.

Gráfico 2: Distribuição mensal dos casamentos em Oliveirinha e Eixo (1850-1910)

Observa-se o mesmo valor elevado em Janeiro. Conclui-se serem as duas linhas referentes à distribuição mensal dos casamentos muito semelhantes, apesar de um movimento *ad contrario* no mês de Setembro, que todavia não é suficiente para invalidar a afirmação de similaridade. Será interessante verificar como se teria comportado a freguesia de Eixo caso Oliveirinha não se tivesse desanexado.

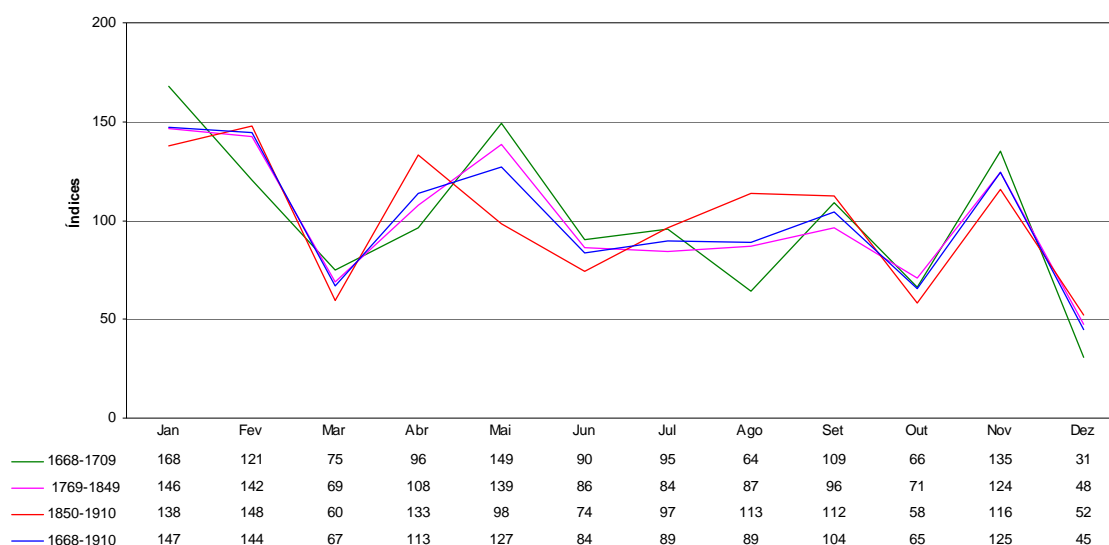
A reconstituição da antiga freguesia de Eixo já foi de alguma forma exercitada em trabalho anterior,⁵ em que se concluiu existir uma coincidência quase completa dos valores observados em Eixo e Oliveirinha. O que de novo se apresenta neste gráfico é o alargamento da observação para além dos limites anteriormente estabelecidos: recuou-se até 1590 e prolongou-se a série mais dez anos, até 1910. O resultado é visualizável no gráfico 3. A conjugação dos dados destas duas séries permite observar uma sobreposição quase total dos valores indiciários. À excepção do movimento de Setembro e de uma ligeira quebra no valor de Novembro (compensados por aumentos em Janeiro e Fevereiro), a proximidade das linhas é muito grande, podendo qualquer delas representar a antiga freguesia de Eixo sem erros de maior.

⁵ Francisco Messias Trindade Ferreira, *A antiga freguesia de Eixo...*, op. cit.

Gráfico 3: Eixo com e sem Oliveirinha – distribuição mensal dos casamentos

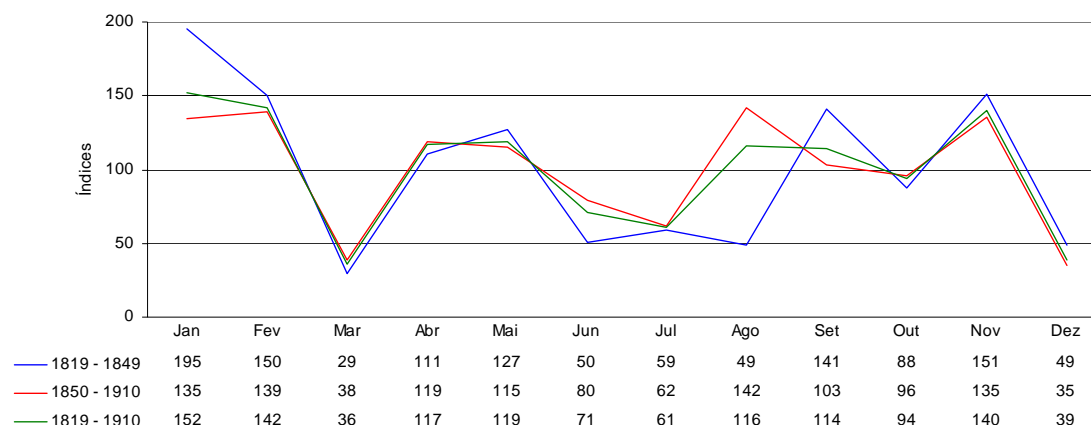
Requeixo, Nariz e Fermentelos

A distribuição mensal dos casamentos em Requeixo, ao longo dos três períodos considerados, apresenta algumas variações comparativamente a Eixo e uma homogeneidade pouco consistente entre as três séries. No entanto, os pontos comuns mais marcantes mantêm-se: picos em Novembro e Fevereiro (embora entre 1668 e 1710 o valor se tenha deslocado para o mês de Janeiro); quebra acentuada em Dezembro e mais suavizada em Março em todas as séries; e quebra inesperada em todas as séries no mês de Outubro, compensada com uma alta no anterior mês de Setembro. As flutuações entre Abril e Maio são as habituais, embora este último mês perca gradualmente importância como opção para a celebração dos casamentos. Nesta região, o mês de Outubro não é tradicionalmente um mês muito propício a matrimónios, pois uma parte significativa do mesmo é ainda ocupada com tarefas agrícolas. No entanto, é de crer que o pico encontrado em Setembro esteja directamente relacionado com o início da vindima.

Gráfico 4: Distribuição mensal dos casamentos em Requeixo

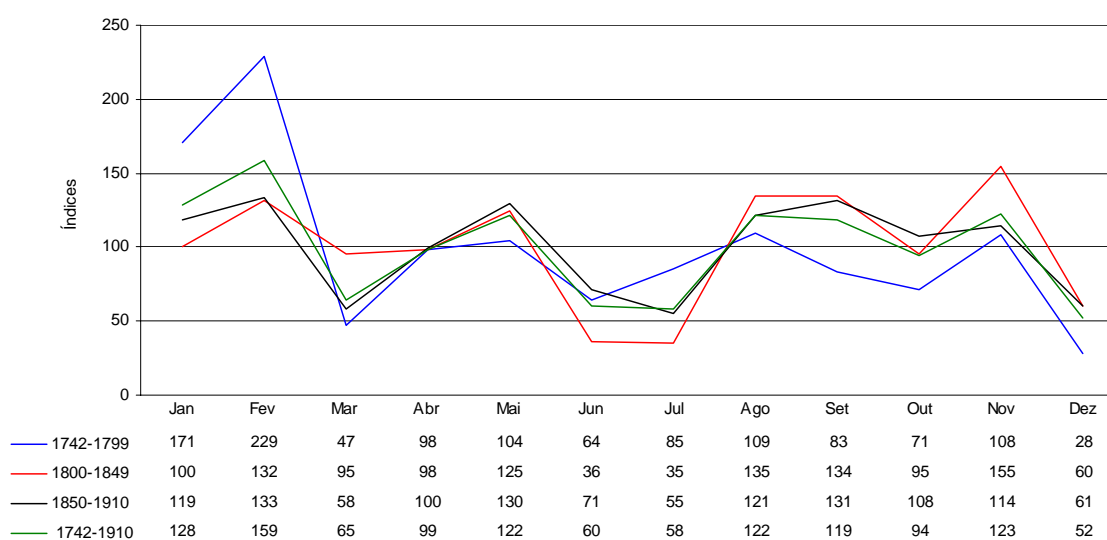
Foi possível dividir os dados da freguesia de Nariz em dois blocos razoavelmente consistentes (1819-1849 e 1850-1910). No entanto, para o primeiro período, os dados são pouco numerosos atendendo a que, na freguesia, os registos de casamento apenas começaram a partir de 1819 (data da sua criação) e a que a mesma era de dimensões modestas, quer em termos territoriais quer populacionais, sofrendo uma atracção permanente de três centros mais fortes (Requeixo, Palhaça e Sosa), por ser um território situado nos limites de todos eles. A divisão do total da série nesses dois blocos permitiu uma observação consistente e homogénea acerca da escolha das datas para o casamento. Como se pode constatar pelo gráfico 5, estão claramente demarcados os momentos de baixa em Março e Dezembro, assim como os de alta em Fevereiro e Novembro. Janeiro assume-se como ponto secundário importante, assim como Agosto e Setembro nos diferentes períodos. Na prática, é possível e aceitável considerar nesta freguesia a existência de um único período, abrangendo toda a série de casamentos, sem que a sua realidade fique demasiadamente adulterada.

Gráfico 5: Distribuição mensal dos casamentos em Nariz



Fermentelos é outra freguesia que apresenta uma quantidade apreciável de dados relativamente aos casamentos. Também aqui é perfeitamente possível observar as linhas mensais praticamente sobrepostas, indicando tratar-se de uma série única. A semelhança com os comportamentos até aqui observados nas outras paróquias dá a entender a existência de um padrão comum para a região.

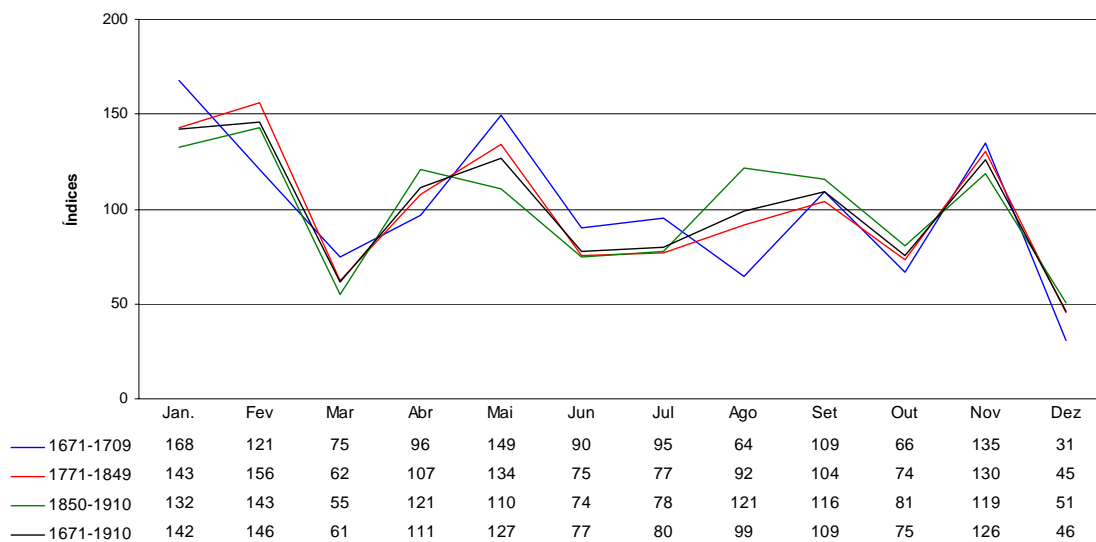
Gráfico 6: Distribuição dos casamentos em Fermentelos



É interessante observar a permanência do mês de Maio com valores razoavelmente elevados e novamente a alternância de Agosto e Setembro como momentos de alguma importância para a realização dos esponsais.

Recriando a freguesia de Requeixo no seu espaço original, apesar das lacunas existentes (ausência completa de dados entre 1710-1741 e parcial entre 1742-1770), foi possível elaborar três séries, cuja representação visual se encontra no gráfico 7. O padrão anteriormente detectado para as freguesias tomadas de forma isolada encontra-se novamente presente. O destaque vai para o mês de Maio, que se assume como pico secundário, e para a confirmação da tendência do mês de Setembro como época propícia para os casamentos.

Gráfico 7: Distribuição dos casamentos na antiga freguesia de Requeixo

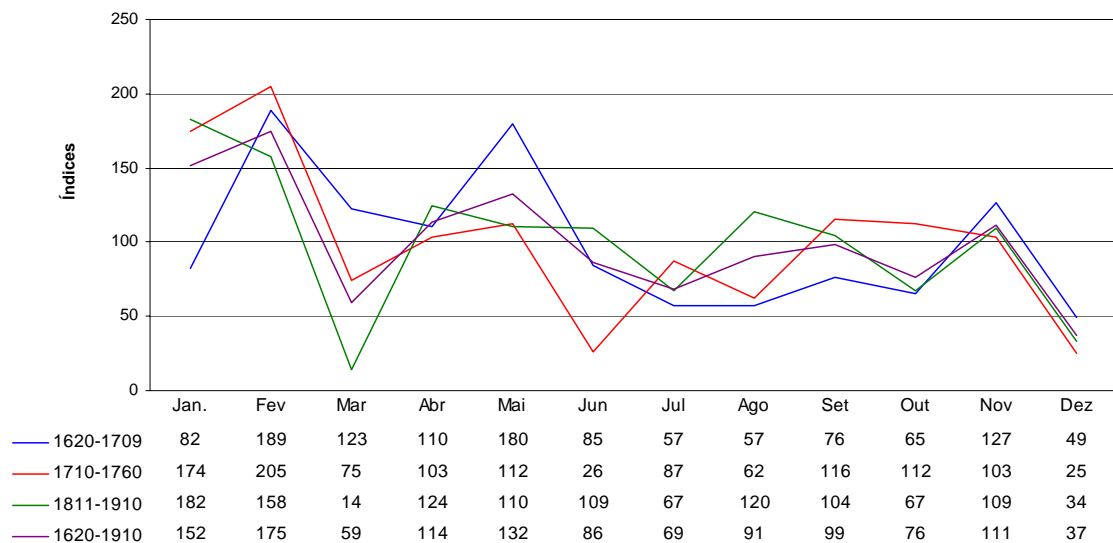


Encontra-se desta forma definido um padrão para a antiga freguesia de Requeixo, consubstanciado na confirmação das quebras de Dezembro e Março, contrabalançadas pelos altos valores de Fevereiro e Novembro; na assumpção de Janeiro e Maio como importantes picos secundários; e, genericamente, no facto de serem os meses de Verão pouco atractivos para a realização de matrimónios, fruto da grande ocupação dos povos com as fainas agrícolas que então se realizavam.

Eirol

Sem sombra de dúvida, Eirol é a freguesia mais complexa em termos de análise deste e de outros tipos de dados. À sua escassa dimensão e significativas falhas nos registos dos diversos actos, junta-se um comportamento algo errático e pouco condizente com o que até aqui se observou. Se, no primeiro período, se observa uma série em que a maior parte dos casamentos se concentra na primeira metade do ano civil e nem mesmo Março regista a habitual quebra, a série correspondente à primeira metade do século XIX é de uma irregularidade apreciável. Um aspecto merece particular destaque: o mês de Novembro não se afirma como um dos mais atractivos para a realização das uniões.

Gráfico 8: Distribuição dos casamentos em Eirol

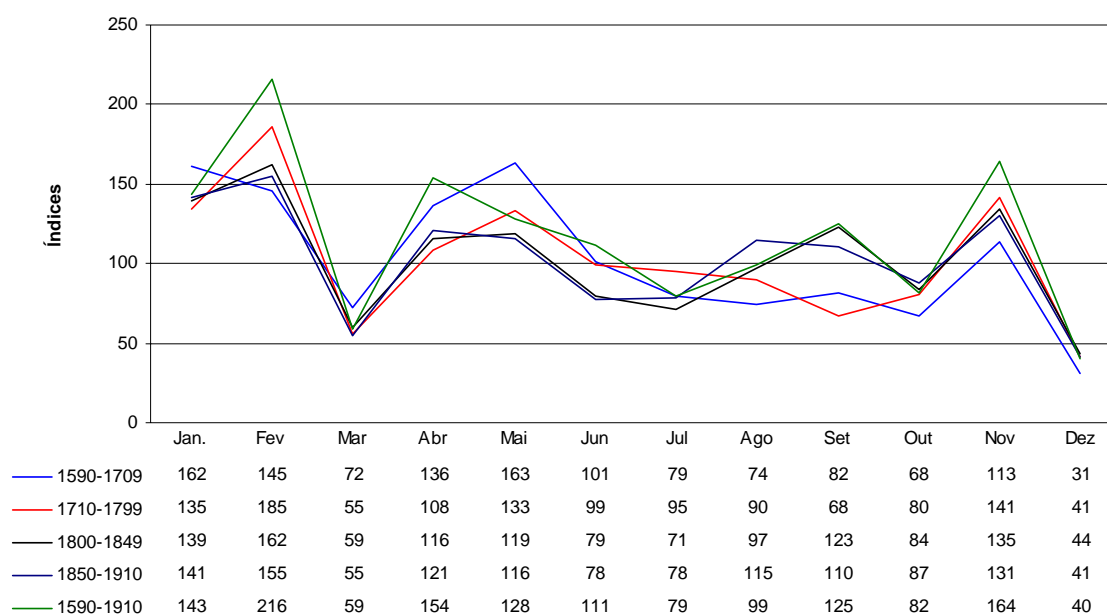


Não se vislumbram explicações para um comportamento tão errático em termos de casamentos, nesta freguesia. Tal situação apenas pode ser compreendida, de momento, pela reduzida quantidade de ocorrências, que tornam mais aleatória a sequência dos valores da série.

O antigo concelho de Eixo (sem Eirol)

Agrupando os dados disponíveis para o antigo concelho de Eixo segundo os períodos anteriormente escolhidos, o resultado final surge no gráfico 9, onde é claramente visível uma concentração dos casamentos particularmente nos meses de Fevereiro e Janeiro, logo seguida pelos meses de Novembro, Maio e Abril. Os mínimos são alcançados em Dezembro e Março, sendo o verão e início do outono os períodos em que a distribuição se revela dentro da mediania. Alguma irregularidade detectada (esperava-se um valor mais elevado para os casamentos em Novembro) ficará em boa medida a dever-se à ausência de dados para a freguesia de Requeixo em períodos importantes do século XVIII.

Gráfico 9: Distribuição mensal dos casamentos no antigo concelho de Eixo (sem Eirol)

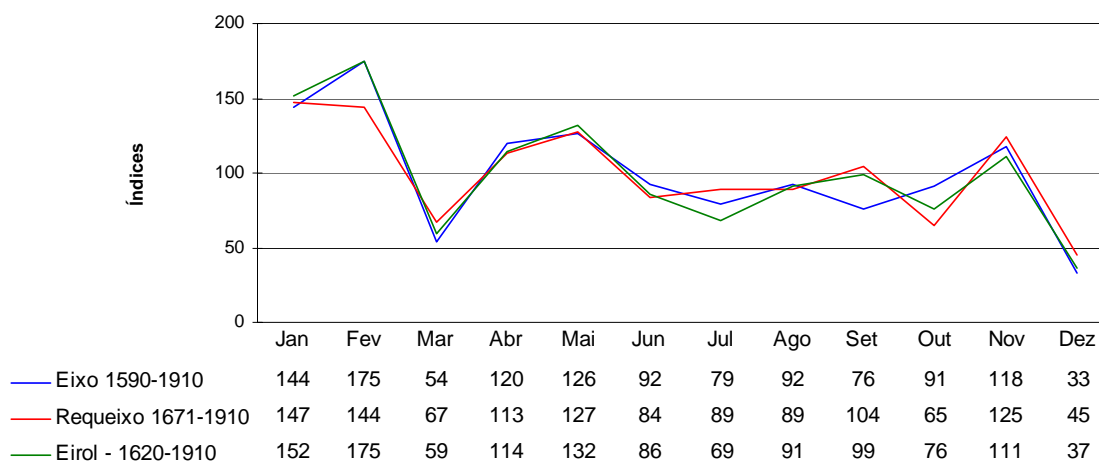


Face ao comportamento verificado nas diversas freguesias, tomadas isoladamente, é de todo o interesse comparar as resultantes das freguesias reconstituídas de Eixo e Requeixo, em toda a sua extensão, bem como a de Eirol.

Da decomposição do concelho pelas antigas freguesias surgiu o gráfico 10, onde é claramente visível uma sobreposição dos valores em quase todos os

meses do ano, o que aponta para um comportamento geral não muito diferenciado e reforça a ideia de uma relativa unanimidade comportamental das populações que constituíam o antigo concelho de Eixo. Realça-se, em particular, em todas as antigas freguesias (gráfico 10) e em todos os períodos (gráfico 9), o rigoroso cumprimento dos preceitos religiosos quanto às cerimónias matrimoniais em tempos de Advento e Quaresma. Estas, não sendo proibidas pela igreja, eram desaconselhadas por se tratar de um tempo de recolhimento e contenção.

Gráfico 10: Distribuição dos casamentos pelas antigas freguesias do concelho

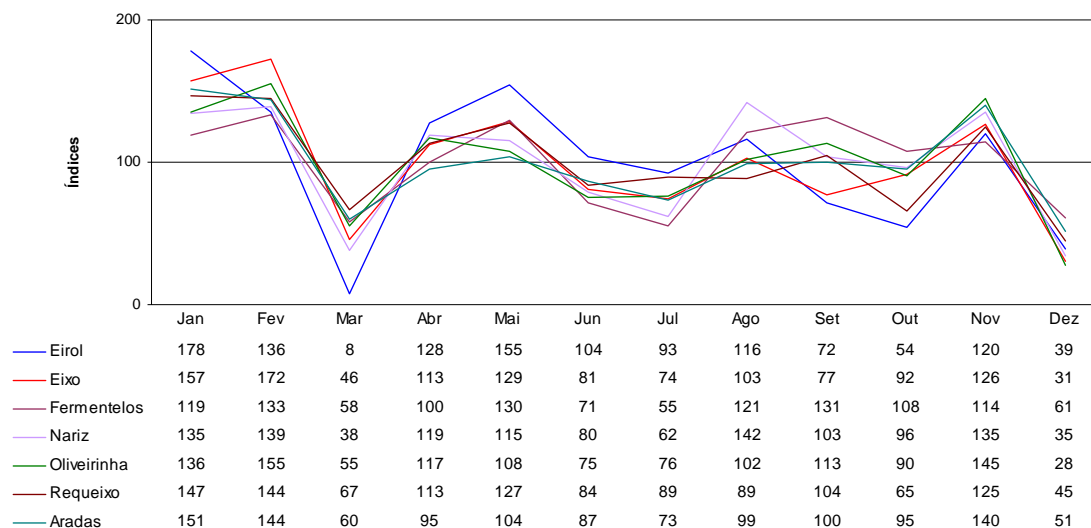


Uma última análise à distribuição dos casamentos no antigo concelho fica reservada para o período final de observação individual das freguesias – a época de 1850 a 1910. Salientar este tempo é importante, por ser aquele em que todas as freguesias apresentam dados e a qualidade dos mesmos se revela à partida a melhor.

A ideia dominante é que neste período os pontos marcantes se mantêm de forma inalterável, isto é, os refluxos de Março e Dezembro continuam presentes de forma bastante vincada e os pontos fortes estão claramente marcados entre os meses de Janeiro e Fevereiro, com Novembro a assumir ainda uma posição de destaque. As três freguesias de menor dimensão, Eirol, Nariz e Fermentelos, são aquelas que apresentam maiores variações nos restantes

meses do ano, com destaque para o mês de Maio em Eirol, Agosto em Nariz e Setembro em Fermentelos.

Gráfico 11: Distribuição mensal dos casamentos por freguesia (1850-1910)



Apesar destas variações pode dizer-se, sem problemas, que o padrão do antigo concelho de Eixo se encontra definido, sendo o gráfico 10 a sua representação mais fiel. A conclusão visível é a de que os preceitos religiosos eram sintomaticamente respeitados, ou por vontade própria dos nubentes ou por sugestão das autoridades religiosas. Também não é de estranhar, neste mundo assumidamente rural, a concordância das celebrações nupciais com o ritmo da vida agrária, dada a proximidade existente entre os calendários agrícola e religioso.

Outras terras

A tendência para a comparação dos resultados obtidos acaba por ser inevitável, uma vez que se dispõe à partida de dados sobre as paróquias vizinhas, não muito distantes, e ainda sobre outras regiões do país já estudadas.

Aradas é concelho e freguesia vizinha de Eixo,⁶ confinando a sudeste com a freguesia de Oliveirinha. O panorama da sazonalidade dos matrimónios nela apresentado é em tudo semelhante ao de Eixo, na sua generalidade: as quebras de Março e Dezembro; os momentos de alta em Fevereiro, Janeiro e Novembro (precisamente por esta ordem), em particular na segunda metade do século XIX; a alta de Maio.

Em direcção a norte, ainda no distrito de Aveiro, encontram-se outras três paróquias já estudadas em termos demográficos: S. Vicente de Pereira-Jusã,⁷ Cortegaça⁸ e Oliveira de Azeméis.⁹ A primeira situa-se para o interior e a segunda no litoral do distrito de Aveiro (ambas pertencem ao concelho de Ovar e são comunidades eminentemente rurais). A terceira situa-se no actual concelho de Oliveira de Azeméis, num cruzamento de importantes vias de comunicação. Os valores referentes à sazonalidade destas três localidades apresentam algumas diferenças em relação aos encontrados para as freguesias de Eixo e Aradas, conforme se pode visualizar no do gráfico 12.

Ressaltam do gráfico as características comuns, traduzidas em altas e quebras dos índices de sazonalidade, particularmente nos meses de Dezembro a Março. A aproximação entre as curvas geradas é perfeitamente visível nestes meses do ano. Há, no entanto, alguns afastamentos, em particular no período de verão-outono, sendo estes particularmente notados nas freguesias de Cortegaça e S. Vicente de Pereira. A primeira regista mesmo um movimento de contra ciclo em Julho, certamente originado por condições específicas da freguesia, enquanto a segunda e Oliveira de Azeméis apresentam um pico principal em Maio. O facto das três paróquias se situarem na zona norte do distrito

⁶ Estudada por Fernando Alberto Lacerda, *S. Pedro de Aradas (1690-1900): estudo demográfico*, Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, 2000, tese de mestrado policopiada.

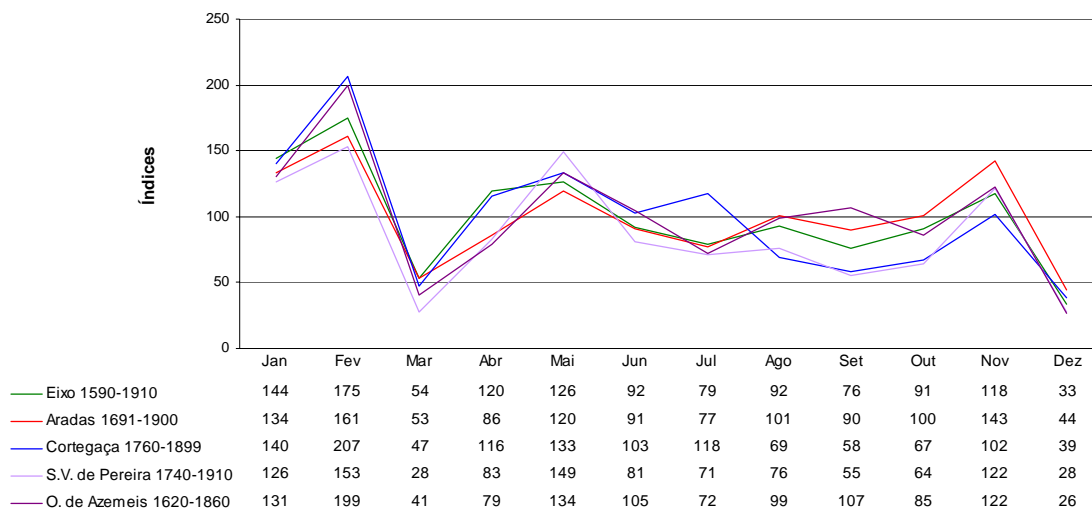
⁷ Hélder J. Pinho de Almeida, *S. Vicente de Pereira-Jusã. Uma comunidade rural da Beira Litoral: sociedade e demografia (1740-1910)*, Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, 2003, tese de mestrado policopiada.

⁸ Maria Palmira da Silva Gomes, *Estudo Demográfico de Cortegaça (Ovar) (1583-1975)*, NEPS, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 1998.

⁹ Cálculos efectuados sobre dados de Cláudia Monteiro, *Oliveira de Azeméis....*, Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, 2003, tese de mestrado policopiada.

de Aveiro traduzirá comportamentos um pouco diferenciados em relação às situadas mais a sul – Eixo e Aradas.

Gráfico 12: Sazonalidade dos casamentos em freguesias da Beira Litoral



Prosseguindo para a norte, o panorama da sazonalidade na região do Minho assume cambiantes interessantes, particularmente no que diz respeito aos períodos desaconselhados para as celebrações matrimoniais. A título de exemplo escolheram-se algumas paróquias entre as muitas já estudadas nessa região. Guimarães,¹⁰ quer na zona urbana quer na rural apresenta dados muito semelhante aos observados anteriormente, nomeadamente valores elevados em Janeiro, Fevereiro e Maio e quebras em Março e Dezembro. Este último mês revela uma grande tendência para a aproximação do valor médio 100, o que prenuncia uma continuidade ascensional durante o restante século XIX.

Não muito distante, em S. Tiago de Ronfe,¹¹ o século XVIII revela um aumento progressivo dos matrimónios em Dezembro, chegando este, no século seguinte, a ser um dos meses mais procurados para casamento. Existem ainda níveis muito baixos nos meses de verão, particularmente em Julho e Agosto, como aliás também se verificou para Guimarães. Outra paróquia do alto Minho,

¹⁰ Maria Norberta Amorim, *Guimarães 1580-1819. Estudo demográfico*, Instituto Nacional de Investigação Científica (INIC), Lisboa, 1987, pp. 66 e seguintes.

¹¹ Ana Sílvia Scott, *Famílias, formas de ...*, op. cit., pág. 181.

Meadela,¹² também apresenta um movimento crescente de casamentos durante o mês de Dezembro, entre o século XVII e meados do XIX, chegando, na primeira metade deste último, a ser um dos mais procurados para a celebração dos esponsais.

Em Barcelinhos¹³ observa-se um fenómeno muito semelhante em Dezembro, salientando-se o facto deste mês ser, nos séculos XVII e XVIII, o menos procurado e passar a assumir, a partir do segundo quartel do século XIX, a preferências dos nubentes. Em Santa Maria de Aveleda¹⁴ a situação é precisamente a mesma: o mês de Dezembro vai ganhando progressiva importância para a celebração dos casamentos, tornando-se quase dominante durante o século XIX.

Muitos outros exemplos poderiam ser apontados, mas estes permitem já destacar uma forma de comportamento que evolui ao longo dos tempos: um forte respeito pela tradição quaresmal e um menor rigor perante o tempo do Advento. Apesar disso, fica em aberto outra explicação para o aumento dos casamentos em Dezembro: seria que era nesta época natalícia que regressavam os emigrantes, em particular os saídos com destino à América do Sul, tal como actualmente regressam os da região europeia? Refira-se ainda que, em todas as paróquias, Maio é um mês importante para os casamentos e os meses de verão são na generalidade pouco procurados.

No período compreendido entre 1574 e 1822 a população das pequenas paróquias transmontanas de Cardanha, Poiares e Rebordãos¹⁵ não respeita o Advento, como acontece em outras paróquias, sendo o mês de Dezembro o quinto mais procurado para a celebração dos matrimónios. Não sendo muito

¹² Maria Glória Para Santos Solé, *Meadela, comunidade rural do Alto Minho: sociedade e demografia (1593-1850)*, NEPS, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 2001, pág. 94 e seguintes.

¹³ Inês Martins Faria, *Santo André de Barcelinhos – O difícil equilíbrio de uma população (1606-1910)*. Guimarães, NEPS, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 1998, pág. 66 e seguintes.

¹⁴ Maria Manuela Teixeira da Silva, "A nupcialidade em Santa Maria de Aveleda (1580-1993)", in *Actas del IV Congreso de la Asociación de Demografía Histórica*, Vol. II, *Pensamiento demográfico, coyuntura y microanálisis*, pp. 527-546.

¹⁵ Idem, *op. cit.*, pp. 70 e seguintes.

significativo em termos de ordem de prioridade e importância na hierarquia mensal, é no entanto interessante assinalar esta nota de “desrespeito” por um tempo consagrado. O mesmo se pode dizer de Calvão,¹⁶ paróquia transmontana do alto Tâmega, onde a pouca observância dos preceitos estipulados é por demais evidente. Apesar de o período quaresmal não ser muito considerado, preferindo os noivos os meses de Janeiro e Fevereiro para a celebração dos casamentos. Razões ligadas às fainas agrícolas parecem imperar sobre as prescrições do “tempo sagrado” do Advento e Quaresma.

Mais a sul, em pleno coração do Alentejo, duas localidades apresentam resultados um pouco diferentes. Trata-se das freguesias de Selmes¹⁷ e de Évoramonte,¹⁸ a primeira no baixo e a segunda no alto Alentejo. Apesar de nenhum dos trabalhos relativos a estas localidades abranger na íntegra o século XIX, os dados que apresentam revelam um comportamento substancialmente distinto das que têm vindo a ser observados. Os momentos comuns em relação às paróquias situadas quer mais a norte do país quer na ilha do Pico continuam a ser os meses de Dezembro e Março, caracterizados pelo baixo número de enlances matrimoniais. O grande pico de casamentos é que difere substancialmente: enquanto no norte os meses de Janeiro e Fevereiro absorvem as preferências dos nubentes, nas freguesias alentejanas são os meses de verão e início de outono que levam a maior fatia.

Em Selmes, os meses de Agosto, Setembro e Outubro são os preferidos, enquanto em Évoramonte o ponto forte se situa no mês de Setembro, embora já em Agosto se manifeste uma tendência tímida para o crescimento. Em Outubro começa o movimento descendente. Este comportamento não oferece dúvidas quanto à sua íntima ligação com os trabalhos agrícolas, que ocupavam as gentes alentejanas e de outras partes do país (nomeadamente das Beiras,

¹⁶ José Alfredo Faustino, *Calvão – Uma Paróquia Rural do Alto Tâmega*. Chaves, NEPS, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Minho, 1998

¹⁷ Anabela Silva de Deus Godinho, *Comportamentos demográficos de uma freguesia rural do Baixo Alentejo: Selmes (séculos XVIII-XIX)*, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Secção Autónoma de História, Lisboa, 1999, tese de mestrado policopiada.

¹⁸ Rosa Maria Vieira Marques, *Nupcialidade e fecundidade numa vila do Alto Alentejo: Évoramonte (1700-1862)*, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Secção Autónoma de História, Lisboa, 1999, tese de mestrado policopiada.

os “ratinhos”, e do nordeste algarvio) até sensivelmente meados de Agosto, altura em que a ceifa e as debulhas terminavam. No mês de Outubro recomeçava a faina agrícola, com as novas sementeiras de trigo, cevada e centeio. Era pois neste espaço intermédio relativamente curto que se realizavam os matrimónios e se formavam novos lares.

Mais a sul, no Algarve, na freguesia de Conceição de Tavira,¹⁹ os valores são bastante semelhantes, acentuando-se ainda mais o respeito pelas quadras do Advento e da Quaresma. Os meses fortes continuam a ser os de Agosto a Outubro e também Fevereiro. A justificação, segundo o autor, parece assentar no ciclo agrícola e no facto de se tratar de uma “*época de maior abundância de alimentos*”²⁰

No meio do Atlântico, na ilha açoriana do Pico,²¹ os resultados encontrados revelam-se curiosamente muito semelhantes aos de Eixo, na Beira Litoral:²² valores elevados em Janeiro, Fevereiro, Outubro e Novembro e comparativamente baixos nos restantes meses, com excepção de Maio, revelando um forte cumprimento dos preceitos religiosos.

Como se comportam os países vizinhos? Segundo Pérez Garcia a região da Galiza, nomeadamente a faixa atlântica, confinante com o Minho, apresenta, uma distribuição “desligada de razões religiosas”, uma vez que o mês de Dezembro é o preferido para os casamentos na segunda metade do ano, durante o século XVIII, assumindo também o mês de Março uma posição de destaque.²³ Este comportamento tem algumas semelhanças com o de Trás-os-Montes e ainda com o de algumas paróquias minhotas.

¹⁹ José António de Faria Pinto, *Estudo demográfico de uma paróquia algarvia: Conceição de Tavira (séculos XVIII-XIX)*, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Secção Autónoma de História, Lisboa, 1996, tese de mestrado policopiada.

²⁰ Idem, *Estudo demográfico ...*, op. cit., pág. 24.

²¹ Maria Norberta Amorim, *Evolução Demográfica de Três Paróquias do Sul do Pico 1680-1980*, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, s.d.

²² Francisco Messias Trindade Ferreira, *A antiga freguesia...*, op. cit., pp. 66-68.

²³ Citado por Maria Norberta Amorim, *Guimarães...*, op. cit., pág. 64.

No outro extremo da Península Ibérica, no Marquesado de Llombai²⁴ (Ribera Alta, País Valenciano), o mês de Dezembro é o terceiro mais procurado para os matrimónios em toda a série, logo após Novembro e Fevereiro. Março, por sua vez, situa-se a meio da tabela, o que significa que o respeito pelos preceitos religiosos não é muito grande. No entender do autor, a sociedade do marquesado de Llombai, na segunda metade do século XVII, *"no solo es una sociedad más próspera, sino también más diferenciada, más secularizada y con un régimen demográfico en el que apunta una cierta modernización."*²⁵

Terminado este pequeno périplo impõem-se algumas conclusões, todas elas indicativas de uma certa diversidade de comportamentos no país. Se a região de Aveiro (e talvez grande parte da Beira Litoral) apresenta fortes semelhanças com o que se passa na ilha do Pico, a região do Minho aproxima-se de Trás-os-Montes no que se refere a um progressivo desrespeito para com o período do Advento. O Minho e a Galiza revelam um afastamento progressivo, nomeadamente em relação aos tempos da Quaresma. Se as regiões alentejanas e algarvias revelam as mesmas preocupações religiosas que a região de Aveiro, já a escolha dos meses para a celebração dos casamentos é bastante diferente: enquanto no Alentejo e Algarve estes se situam entre a segunda metade do verão e o princípio do outono, na zona de Aveiro a preferência recai sobre os meses de inverno (Novembro, Janeiro e Fevereiro). Espanha, por sua vez, parece apresentar um regime substancialmente diferente do verificado nas regiões referidas de Portugal, embora pontualmente revele algumas similitudes.

A distribuição semanal dos casamentos

Especificamente no que se refere aos matrimónios, outra forma particular de sazonalidade, é a sua distribuição ao longo dos dias da semana. Sendo o

²⁴ Manuel Ardit Lucas, "Nupcialidad y fecundidad en el Marquesado de Llombai (Ribera Alta, País Valenciano), 1620-1820", in Reconstituição de Famílias e outros métodos Microanalíticos para a História das Populações. Estado actual e Perspectivas para o futuro. Actas dos III Congresso da ADEH (Associação Ibérica de Demografia Histórica, Org. David Reher, Edições Afrontamento, Porto, 1996, pp. 167-185.

²⁵ Manuel Ardit Lucas, "Nupcialidad y fecundidad en el Marquesado de Llombai..." op. cit., pág. 177.

casamento um acto social público, oficializado e sacralizado pela Igreja, a sua realização era também um momento aproveitado para a ostentação do poderio económico e afirmação do prestígio social de alguns. Estas manifestações de riqueza e importância social, para além do cerimonial religioso propriamente dito, passavam pelo cortejo nupcial e pela boda que se seguia à cerimónia religiosa. Ora, a boda era parte integrante e complementar do casamento e, numa sociedade rural, tinha obrigatoriamente de incluir carne com abundância. Mas nem sempre tal era possível devido às disposições canónicas, tornando-se imperioso não causar “escândalo” e respeitar as determinações da Igreja. Portanto, escolher a data do casamento não era certamente um acto aleatório; nem sempre a opção era da plena conveniência dos nubentes e famílias, uma vez que se tornava necessário conciliar as restrições de carácter religioso ou supersticioso com os interesses particulares. Mas, por vezes, a urgência ou a conveniência obrigavam a decisões rápidas...

As constituições sinodais do bispado de Coimbra no seu Título X, constituição primeira,²⁶ estipulavam o seguinte sobre os jejuns de obrigação:

“E os dias, que (conforme a direyto, e costume deste Bispado) se devem jejuar, são os seguintes.

- 1. Todos os quarenta dias da Quaresma.*
- 2. As quatro temporas do anno, que são as seguintes.*
- 3. A primeyra quarta feyra, sexta, & sabbado depois de dia de Cinza.*
- 4. A primeyra quarta feyra, sexta, & sabbado depois de Pentecoste.*
- 5. A primeyra quarta feyra, sexta, & sabbado depois de Santa Cruz de Setembro.*
- 6. A primeyra quarta feyra, sexta, & sabbado depois de Santa Luzia.*
- 7. Os primeyros dous dias das Ladainhas, posto que não sejaõ de obrigação de jejum, se não pode nelles comer carne.*
- 8. O terceyro dia das Ladainhas, que he vespora das Ascençaõ, se jejuara por costume deste Reyno.*
- 9. Vespora do Espitiro Santo, que he ao Sabbado, se jejuarà.*
- 10. Todas as vesporas das festas, & Santos, que caem pelos mezes abayxo declaradas, se jejuarãõ.*

Janeyro

Naõ tem dia de jejum por obrigação da Igreja.

²⁶ *Constituiçoens Synodaes...*, pág. 80 e seguintes.

Fevereiro

Vespora da Purificação de Nossa Senhora se jejuará.

Vespora de São Mathias Apostolo se jejuará.

Março

Vespora da Anunciação de Nossa Senhora se jejuará.

Abril

Naõ tem dia de jejum por obrigação da Igreja.

Mayo

Naõ tem dia de jejum por obrigação da Igreja.

Junho

Vespora de S. Joaõ Bautista se jejuará.

Vespora de São Pedro, & São Paulo se jejuará.

Julho

Vespora de Santiago Apostolo se jejuará.

Agosto

Vespora de São Lourenço se jejuará.

Vespora da Assumpção de Nossa Senhora se jejuará.

Vespora de São Bartholomeu Apostolo se jejuará.

Setembro

Vespora do Nascimento de Nossa Senhora se jejuará.

Vespora de São Mattheus Apostolo se jejuará.

Outubro

Vespora de São Simaõ, & Iudas Aposotolo se jejuará.

Novembro

Vespora de todos os Santos se jejuará.

Vespora de Santo André Apostolo se jejuará.

Dezembro

Vespora de São Thome Apostolo se jejuará.

Vespora de Natal se jejuará.”

Mais adiante, no “*Titulo XI – Das festas do anno, & lembrança dellas*”²⁷ são identificados os dias de festa de guarda que acrescentavam à listagem anterior, nos quais os fiéis tinham a obrigação de participar da missa e se deviam abster de actividades e negócios que impedissem o culto a ser prestado a Deus:

“Janeyro

A cincuncisaõ de Nosso Senhor. Se guardarà.

²⁷ *Constituiçoens Synodaes...*, op. cit., pág. 85 e seguintes.

A Festa dos Reys. Se guardarà.

A Festa dos Martyres, que se celebra nesta Cidade no Mosteyro de Santa Cruz. NA Cidade somente ate o meyo dia. Se guardarà.

Dia de Saõ Sebastiaõ, por o termos por advogado em todo este Reyno. Se guardarà.

Fevereyro

A Purificação de Nossa Senhora. Se jejuarà, & guardarà.

Dia de Saõ Mathias Apostolo. Se jejuarà, & guardarà.

Março

A annunciação de nossa Senhora. Se jejuarà, & guardarà.

Abril

Mayo

Saõ Filippe, & Sanctiago Apóstolos. Se guardarà.

Santa Cruz. Se guardarà.

Junho

Saõ Joaõ Bautista. Se jejuarà, & guardarà.

Saõ Pedro, & Saõ Paulo. Se jejuarà, & guardarà.

Santo António por costume deste Reyno, & ser natural delle. Se guardarà.

Julho

A Vizitação de Santa Maria. Se guardarà.

Sanctiago Aposotolo. Se jejuarà, & guardarà.

Agosto

Santa Maria das Neves. Se guardarà.

Saõ Lourenço. Se jejuarà, & guardarà.

A Assumpção de Nossa Senhora. Se jejuarà, & guardarà.

Saõ Bartholomeu Apostolo. Se jejuarà, & guardarà.

Setembro

O Nascimento de Nossa Senhora. Se jejuarà, & guardarà.

Saõ Mattheus Aposotolo. Se jejuarà, & guardarà.

Saõ Miguel. Se guardarà.

Outubro

Saõ Simaõ, & Judas Apóstolos. Se jejuarà, & guardarà.

Novembro

Dia de todos os Santos. Se jejuarà, & guardarà.

Dia de Santo André Apostolo. Se jejuarà, & guardarà.

Dezembro

A Conceyção de nossa Senhora. Se guardarà.

A Commemoração de Nossa Senhora, antes do Natal. Se guardarà.

Saõ Thome Apostolo. Se jejuarà, & guardarà.

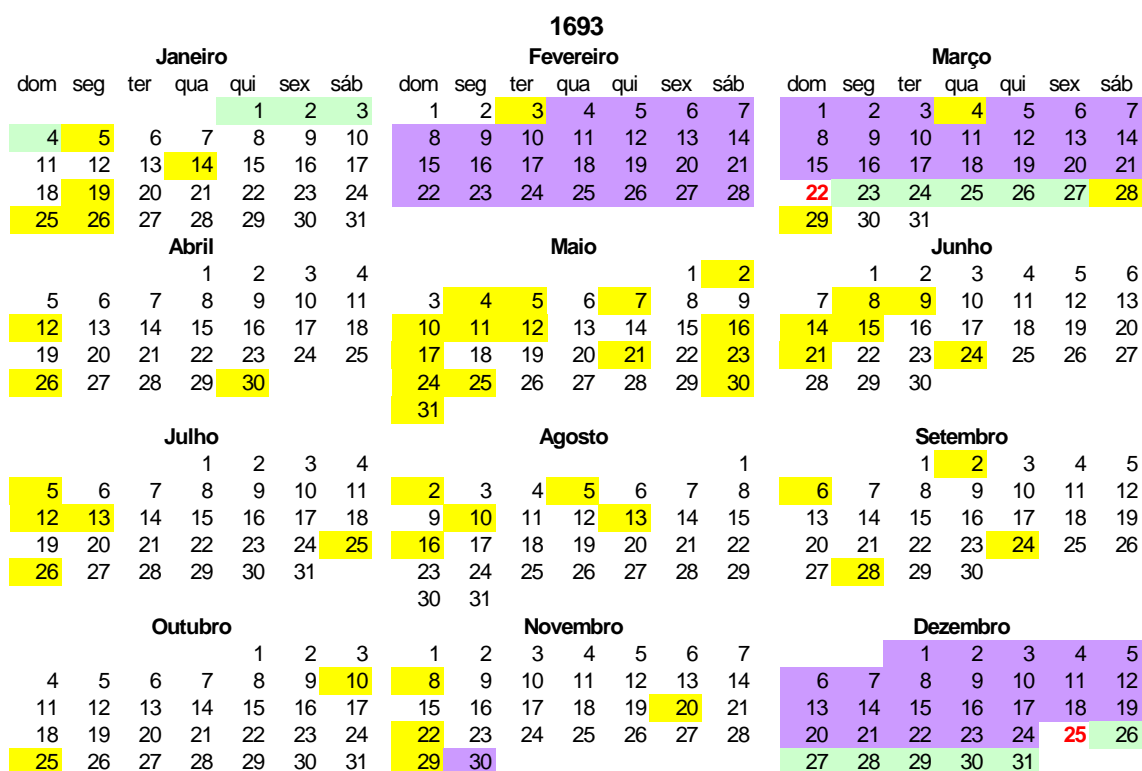
Dia de Natal. Se jejuarà, & guardarà.

Três dias das Oytavas. Se guardaraõ.

Dia de São Sylvestre. Se guardarà.”

A todos estes dias ainda há que somar as sextas-feiras, que a superstição ou credence popular considerava dias pouco favoráveis à celebração de matrimónio, presumivelmente por associação com a Sexta-feira Santa, dia da Paixão e morte de Cristo. Como se viu, nem todas as sextas-feiras eram dias de jejum, mas a tradição tratava-as como tal. No calendário do ano de 1693, apresentado na figura 1, assinalam-se a amarelo os dias em que se celebraram casamentos no antigo concelho de Eixo.²⁸ No total, 57 dias foram aproveitados para realizar 83 enlaces, notando-se uma particular incidência em Maio (quinze dias com celebrações matrimoniais), que oficialmente não incluía dias de jejum. Registe-se também que, em todo o ano, apenas uma sexta-feira foi utilizada para celebrar um matrimónio, apenas se celebrou um na Quaresma e nenhum no Advento.

Figura 1: Calendário dos casamentos em 1693



²⁸ Com a cor púrpura estão representados os dias do Advento e da Quaresma; a vermelho a Páscoa e o Natal; a verde pálido os dias subsequentes ao Natal e à Páscoa. Nesses dias, embora o calendário religioso permitisse os matrimónios, estes teriam de ser realizados sem pompa nem circunstância.

Eixo e Oliveirinha

A sede do antigo concelho apresenta, em quase todos os períodos considerados, uma bipolarização em torno de dois dias: o domingo e a segunda-feira. Apenas no século XIX se começa a notar alguma alteração deste padrão: o sábado ganha importância em desfavor do domingo, que na segunda metade do século fica reduzido a um valor diminuto, o mais baixo de toda a semana. A segunda-feira mantém-se, no início do século XX, como o segundo dia preferido. No cômputo global, e por força de ter sido um dos dias mais escolhidos para a realização dos matrimónios nos primeiros duzentos anos, o domingo consegue manter-se em alta, seguido de segunda-feira e sábado (este último graças ao crescimento do número de escolhas no século XIX e o primeiro pela sua regularidade ao longo de todo o tempo de observação).

Foram poucos os casamentos celebrados em Oliveirinha até 1849, uma vez que a localidade possuía autonomia muito limitada em relação a Eixo até à sua desanexação definitiva como freguesia independente, sendo por isso os valores pouco significativos. No período de 1850 a 1910, as escolhas recaem sobretudo no sábado e no domingo, por esta ordem, seguindo-se de muito perto a quinta e a segunda-feira. Mais uma vez se constata que a sexta-feira não atrai os moradores desta região como dia de celebração de casamento.

A junção dos valores relativos a Eixo e Oliveirinha, reformando a antiga freguesia de Eixo, não traz alterações significativas, confirmando-se tudo aquilo que anteriormente se observara para a freguesia de Eixo de *per si*. As escolhas dos nubentes recaem sobre os dias do final e início da semana.

Quadro 1: Antiga freguesia de Eixo – Distribuição dos casamentos pelos dias da semana

Eixo Antigo	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Valores Absolutos
Até 1709	34,6	21,2	9,6	11,5	9,5	3,4	10,1	1351
1710-1799	31,2	15,7	11,6	10,8	11,6	5,6	13,4	1452
1800-1849	17,5	15,7	10,6	14,8	13,0	6,6	21,8	859
1850-1910	13,0	16,7	5,5	8,4	15,9	3,4	37,0	1341
1590-1910	24,9	17,5	9,3	11,1	12,4	4,6	20,3	5003

Requeixo, Nariz e Fermentelos

Na freguesia de Requeixo, as escolhas dos nubentes vão preferencialmente, em todos os momentos, para os dias de domingo e segunda-feira, embora se registre já na segunda metade do século XIX uma tendência, ainda que ligeira, para os dias de quinta-feira e sábado. Mantém-se a “aversão” encontrada em Eixo pela sexta-feira.

Em Nariz, a dimensão relativamente reduzida do período de observação e dos valores absolutos não facilita a obtenção de uma conclusão sobre os dias escolhidos para o casamento. No entanto, permite verificar que os dias de terça e sexta-feira não gozavam das preferências da população da freguesia, que distribuiu as suas opções de forma quase igualitária pelos restantes dias, dando no entanto particular prioridade ao sábado.

Fermentelos é outro caso interessante de distribuição pelos dias da semana. Não há um dia preferencial, uma vez que os escolhidos variam em cada período seleccionado. No século XVIII o preferido é claramente o domingo, que, durante o século seguinte, quase desaparece da lista de preferências. No entanto, no cômputo global, ainda surge como o segundo dia mais escolhido. É de certa forma surpreendente que, na segunda metade do século XIX, se destaque a quinta-feira e o domingo fique reduzido a uma expressão semelhante à de sexta-feira. Esta, por sua vez, não é decididamente uma opção para os fermentelenses.

A reconstituição da antiga freguesia de Requeixo recompõe, de certa forma, a anomalia detectada nas freguesias de Nariz e Fermentelos, sofrendo, no entanto, a influência dessas mesmas irregularidades, como é possível verificar pelo peso da quinta-feira no período de 1850-1910 (aliás, única excepção ao predomínio de domingo e segunda-feira em todos os períodos).

Quadro 2: Antiga freguesia de Requeixo – Distribuição dos casamentos pelos dias da semana

Requeixo Antigo	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Valores Absolutos
Até 1709	43,6	17,1	8,1	10,1	8,3	5,3	7,6	567
1710-1799	35,9	13,6	12,6	11,1	10,5	5,4	11,0	819
1800-1849	27,9	16,8	10,3	13,1	13,8	5,3	12,8	1038
1850-1910	16,3	19,1	9,5	13,5	19,6	2,9	19,0	1499
1671-1910	27,4	17,1	10,2	12,4	14,5	4,4	14,0	3923

Regista-se um crescimento da importância de sábado ao longo de todo o tempo de observação, mas não ao ponto de se assumir como primeira preferência dos nubentes. A sexta-feira continua também a não ser vista “com bons olhos” como dia para casar.

Eirol

Eirol é mais um caso de distribuição muito irregular das escolhas dos dias de casamento. Se, até ao final do século XVIII, o domingo demonstrava um peso apreciável, no século seguinte essa preponderância esvaiu-se de forma completa. Surpreendentemente, no século XIX, a terça-feira assume-se, como o dia mais escolhido para os enlances matrimoniais.

Quadro 3: Eiol – Distribuição dos casamentos pelos dias da semana

Eiol	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Valores Absolutos
Até 1709	38,5	13,3	7,7	10,5	11,9	4,2	14,0	143
1710-1799	44,0	4,4	9,9	7,7	15,4	7,7	11,0	91
1800-1849	12,0	18,5	22,8	13,0	17,4	7,6	8,7	92
1850-1910	7,2	19,7	23,0	6,6	19,1	2,0	22,4	152
1620-1910	24,5	14,6	15,9	9,2	15,9	4,8	15,1	478

No total do período 1620-1910, encontra-se uma distribuição multimodal, em que cinco dias da semana apresentam valores muito próximos entre si. Destaca-se apenas o domingo, por força dos importantes resultados obtidos ao longo dos séculos XVII e XVIII.

O antigo concelho de Eixo (sem Eiol)

Com um total apreciável de casamentos em todo o período de observação, que se estende de 1590 a 1910, o resultado global do antigo concelho de Eixo aponta claramente num sentido: a progressiva perda de importância do domingo como dia escolhido para as celebrações matrimoniais e a sua gradual substituição pelo sábado, que não cessa de crescer em todo o período.

Quadro 4: O antigo concelho de Eixo – Distribuição dos casamentos pelos dias da semana

Concelho	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Valores Absolutos
Até 1709	37,3	19,6	9,1	11,1	9,3	4,0	9,7	2061
1710-1799	33,3	14,5	11,9	10,8	11,4	5,6	12,5	2362
1800-1849	22,7	16,4	11,0	13,8	13,6	6,0	16,5	1989
1850-1910	14,4	18,1	8,4	10,9	17,9	3,1	27,2	2992
1590-1910	25,9	17,2	10,0	11,5	13,5	4,5	17,4	9404

A segunda-feira mantém-se estoicamente como segunda opção, mesmo já no começo do século XX. Neste concelho, a sexta-feira, também não goza de

qualquer simpatia, sendo presumivelmente escolhida apenas em caso de grande e urgente necessidade.

Centrando agora a análise nos períodos inicialmente definidos, e não nas freguesias (ver quadro 5), é possível observar o comportamento das várias freguesias no mesmo espaço de tempo. Pode dizer-se, sem reбуço, que até final do século XVIII esse comportamento é bastante uniforme, caracterizado por um peso significativo de domingo e segunda-feira, que congregam, em média, 50% dos matrimónios realizados. No entanto, o século XVIII apresenta alguns indicadores de mudança, que tomam forma definitiva já na primeira metade do século seguinte e se confirmam e assumem durante a restante metade. O sábado ganha progressivamente peso em detrimento do domingo; a segunda-feira consegue manter posição ao longo de todo o período; a sexta-feira consolida-se definitivamente como dia *non grato* para a realização dos enlances matrimoniais no antigo concelho de Eixo.

Outras terras

A análise da distribuição semanal dos casamentos não tem merecido uma atenção particular por parte dos investigadores, presumivelmente por ser considerada uma curiosidade estatística ou por se pensar que os dias escolhidos para as celebrações de casamento se mantiveram inalterados ao longo do tempo. A verdade é que não há estudos abundantes sobre esta matéria. No entanto, e como se viu anteriormente, as opções nesta matéria alteraram-se com o correr dos tempos, o que naturalmente indicia alterações de comportamentos e atitudes.

Para a região do Minho encontram-se algumas referências interessantes neste capítulo. Em Meadela,²⁹ entre 1593 e 1850, o domingo, inicialmente dia preferido, perdeu gradualmente importância em favor de quarta-feira, que regista as maiores escolhas na primeira metade do século XIX. A segunda-feira também

²⁹ Maria Glória Sole, *Meadela, comunidade rural ...*, op. cit., pág. 100.

Quadro 5: Síntese da distribuição dos casamentos pelos dias da semana

<i>Até 1709</i>	<i>Dom</i>	<i>Seg</i>	<i>Ter</i>	<i>Qua</i>	<i>Qui</i>	<i>Sex</i>	<i>Sáb</i>
Eirol	38,5	13,3	7,7	10,5	11,9	4,2	14,0
Eixo	34,6	21,2	9,6	11,5	9,5	3,4	10,1
Requeixo	43,6	17,1	8,1	10,1	8,3	5,3	7,6
Concelho	37,3	19,6	9,1	11,1	9,3	4,0	9,7
1710-1799							
Eirol	44,0	4,4	9,9	7,7	15,4	7,7	11,0
Eixo	31,2	15,7	11,6	10,8	11,6	5,6	13,4
Requeixo	32,6	15,4	13,6	9,8	10,1	6,6	11,9
Fermentelos	43,5	9,3	10,2	14,2	11,4	2,4	8,9
Requeixo Antigo	35,9	13,6	12,6	11,1	10,5	5,4	11,0
Concelho	33,3	14,5	11,9	10,8	11,4	5,6	12,5
1800-1849							
Eirol	12,0	18,5	22,8	13,0	17,4	7,6	8,7
Eixo	17,5	15,7	10,6	14,8	13,0	6,6	21,8
Requeixo	32,8	18,0	9,4	11,1	12,6	5,0	11,1
Nariz	30,0	15,0	11,7	19,2	13,3	0,8	10,0
Fermentelos	12,8	14,0	12,3	15,7	17,4	8,5	19,1
Requeixo Antigo	27,9	16,8	10,3	13,1	13,8	5,3	12,8
Concelho	22,7	16,4	11,0	13,8	13,6	6,0	16,5
1850-1910							
Eirol	7,2	19,7	23,0	6,6	19,1	2,0	22,4
Eixo	5,4	18,2	9,5	7,8	14,9	6,0	38,2
Oliveirinha	18,3	15,9	2,8	8,9	16,6	1,8	35,7
Requeixo	24,7	21,6	9,2	11,6	17,3	2,0	13,7
Nariz	10,1	20,1	2,6	18,5	13,0	2,6	33,1
Fermentelos	5,9	14,1	15,3	13,1	28,6	4,7	18,3
Eixo Antigo	13,0	16,7	5,5	8,4	15,9	3,4	37,0
Requeixo Antigo	16,3	19,1	9,5	13,5	19,6	2,9	19,0
Concelho	14,4	18,1	8,4	10,9	17,9	3,1	27,2
1590-1910							
Eirol	24,5	14,6	15,9	9,2	15,9	4,8	15,1
Eixo	26,0	17,8	10,5	11,5	11,6	5,2	17,3
Oliveirinha	19,5	15,7	3,4	8,9	16,2	1,7	34,5
Requeixo	32,7	18,3	10,0	10,7	12,5	4,5	11,3
Nariz	15,7	18,7	5,1	18,7	13,1	2,1	26,6
Fermentelos	17,9	12,8	13,1	14,1	21,1	5,1	16,0
Eixo Antigo	24,9	17,5	9,3	11,1	12,4	4,6	20,3
Requeixo Antigo	27,4	17,1	10,2	12,4	14,5	4,4	14,0
Concelho	25,9	17,2	10,0	11,5	13,5	4,5	17,4

recebeu a preferência dos nubentes, sendo o segundo dia mais escolhido. Em Ronfe³⁰ passa-se o mesmo fenómeno: o domingo perde progressivamente importância a partir da segunda metade do século XVIII em favor de segunda-feira e sábado. Em Aveleda,³¹ em todos os períodos definidos entre 1580 e 1889 o domingo é o dia preferencial para celebração dos matrimónios, seguindo-se-lhe a segunda e a quinta-feira a uma distância relativamente pequena. Apesar de Aveleda se revelar um pouco diferente no posicionamento do domingo ao longo do tempo, todas as localidades reflectem uma atitude comum em relação a dois dias: a sexta e a terça-feira, que são sistematicamente rejeitados como dias de realização das bodas.

Para o Alentejo dispõe-se de alguns (poucos) indicadores relativos às freguesias de Selmes³² e Évoramonte,³³ anteriormente referidas. Na primeira, no período de 1771-1859, as preferências dos dias para o matrimónio, recaem sobre os primeiros dias da semana – de domingo a quarta-feira (com domingo e terça-feira à cabeça, por esta ordem). Em Évoramonte, o domingo revela-se o dia preferido, com 40% do total dos casamentos realizados entre 1700 e 1862. Apenas a quarta-feira se destaca dos restantes dias, com 19%, portanto a grande distância da preferência principal. A sexta-feira é, mais uma vez, preterida como dia para casar.

Em França, segundo Lebrun,³⁴ os dias escolhidos para as cerimónias matrimoniais são sobretudo a segunda e a terça-feira, nomeadamente nas paróquias rurais. É só no século XX que se verifica o progressivo abandono desses dias em favor do sábado. Verifica-se, como nas freguesias portuguesas, uma recusa deliberada pela sexta-feira.

Em breve conclusão, e no que respeita às populações portuguesas, pode referir-se a existência de uma progressiva alteração das preferências dos nubentes

³⁰ Ana Sílvia Scott, *Famílias, Formas de união...*, op. cit., pp. 188-192

³¹ Maria Manuela Silva, *Comportamentos demográficos...*, op. cit., pág. 75

³² Anabela Silva de Deus Godinho, *Comportamentos demográficos ...*, op. cit., pág.23.

³³ Rosa Maria Vieira Marques, *Nupcialidade e fecundidade...*, op. cit., pág. 75.

³⁴ François Lebrun, *A vida conjugal no Antigo Regime*, Edições Rolim, Lisboa, 1983, pp. 45-48.

em relação aos dias da semana escolhidos para casar. O domingo, que no século XVII e em quase todas as freguesias observadas ocupava um lugar de destaque nas escolhas, cede o lugar, de forma lenta mas efectiva, a outros dias, nomeadamente ao sábado. É curiosa a “resistência” que a segunda-feira mantém como segundo dia de escolha. Realça-se ainda a rejeição da sexta-feira como dia de boda e o mesmo grau de preferências da terça-feira. Como acima se realçou, o “efeito calendário” não é alheio nem à escolha dos meses para o casamento, nem aos dias que obrigavam ao cumprimento de jejum rigoroso.

A sazonalidade dos nascimentos e das concepções

O interesse da análise da sazonalidade ao nascimento reside não apenas na avaliação dos meses em que o volume de nascimentos era maior, como no recuo que através da data de nascimento se pode efectuar em direcção ao momento da concepção. Através do exame dos momentos da concepção procura-se determinar a existência ou não de factores exteriores, de carácter económico, social ou cultural, que possam de alguma forma ter condicionado o comportamento reprodutivo das populações, intervindo como travão ou catalizador.

Eixo e Oliveirinha

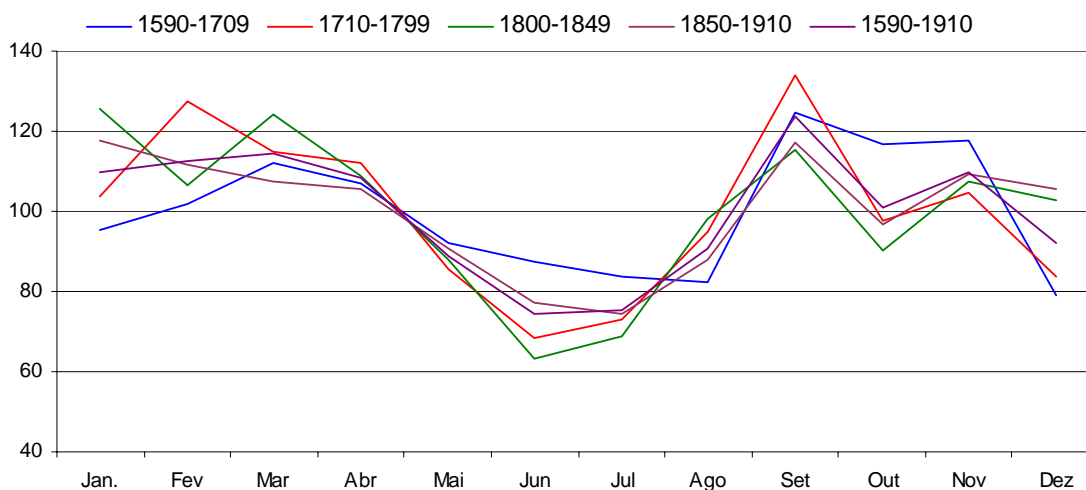
Na freguesia de Eixo, sede do antigo concelho e a segunda mais populosa do mesmo, destaca-se a regularidade da distribuição dos nascimentos (e, por extrapolação, das concepções) ao longo de todos os períodos demarcados (ver quadro 6 e gráfico 13). Isto leva a uma conclusão imediata: não se verificaram alterações significativas no comportamento da população ao longo dos mais de trezentos anos em análise. As pequenas flutuações detectáveis acabam por não ter reflexos significativos nos termos gerais da sazonalidade.

O primeiro destaque vai para a baixa significativa dos nascimentos registada no quadrimestre Maio-Agosto, que corresponde, como se pode verificar no quadro 6, às concepções dos meses de Agosto a Novembro do ano anterior. Como se viu, os meses de Agosto a Outubro são, nesta freguesia, “época baixa” para a realização de casamentos, o que se justifica pela intensificação das fainas agrícolas. Em contrapartida, porque em Novembro se realizam já menos tarefas rurais, é um mês mais propenso à preparação do cerimonial do casamento.

Quadro 6: Eixo – Sazonalidade dos Nascimentos/Concepções

Nascimentos	Jan.	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Nº
													Absolutos
1590-1709	193	182	220	193	172	164	156	159	235	224	217	156	2271
1710-1799	239	257	251	245	191	147	168	213	279	219	226	184	2619
1800-1849	196	157	193	158	142	100	110	157	172	142	166	164	1857
1850-1910	245	206	210	206	188	154	156	178	224	199	214	215	2395
1590-1910	873	802	874	802	693	565	590	707	910	784	823	719	9142
Índices													
1590-1709	100	103	114	103	89	88	81	82	126	116	116	81	1200
1710-1799	107	127	113	114	86	68	75	96	129	98	105	83	1200
1800-1849	124	109	122	104	90	66	70	100	113	90	109	104	1200
1850-1910	120	111	103	105	92	78	77	87	114	98	109	106	1200
1590-1910	112	113	112	107	89	75	76	91	121	101	109	93	1200
Concepções	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	

Gráfico 13: Eixo – Sazonalidade dos Nascimentos (Índices)



Os valores dos nascimentos sobem fortemente acima da média em Setembro, mês em que se regista o valor mais elevado de todas as séries até ao século XIX e que corresponde, em termos de concepção, ao mês de Dezembro, um

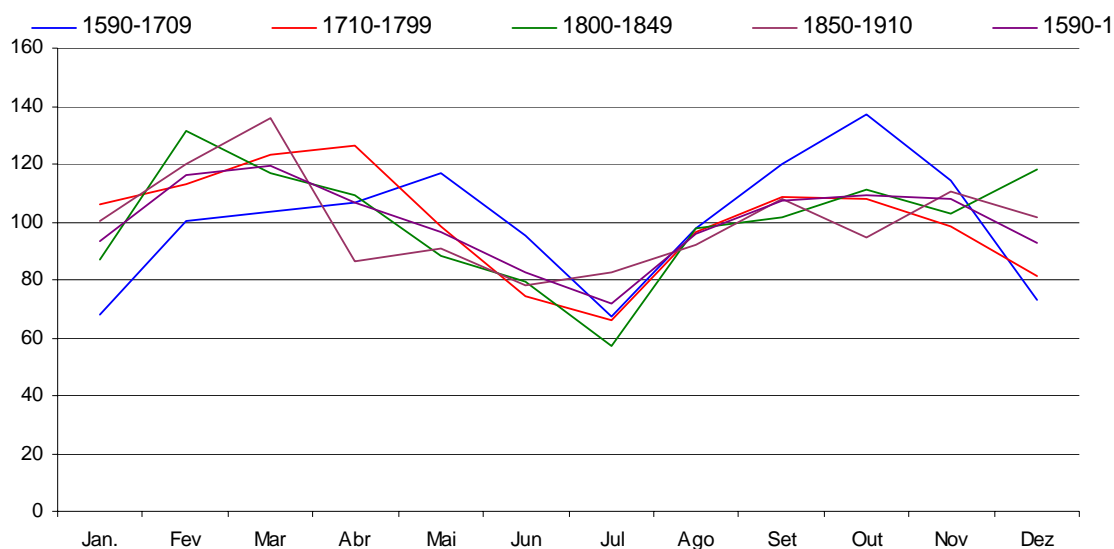
mês ocupado pelo Advento. Os valores médios mantêm-se durante os meses seguintes, com uma ligeira quebra em Dezembro, cujos nascimentos correspondem, *grosso modo*, a concepções ocorridas em tempos de Quaresma.

Em Oliveirinha o panorama da distribuição dos nascimentos/concepções é em tudo idêntico ao encontrado na sede da antiga freguesia de Eixo. Verifica-se a mesma baixa de nascimentos entre Maio e Agosto, um crescendo nos meses seguintes e uma ligeira quebra em Dezembro. É uma distribuição mais homogénea ao longo do ano, não se registando picos extraordinariamente fortes acima ou abaixo da linha média

Quadro 7: Oliveirinha – Sazonalidade dos Nascimentos/Concepções

Nascimentos	Jan.	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Nº
													Absolutos
1590-1709	128	166	186	183	185	166	123	174	189	229	196	133	2058
1710-1799	277	280	319	317	260	195	181	248	283	286	258	215	3119
1800-1849	147	189	196	177	151	132	103	170	159	184	170	195	1973
1850-1910	253	279	332	218	241	198	215	239	268	246	282	260	3031
1590-1910	805	914	1033	895	837	691	622	831	899	945	906	803	10181
													Índices
1590-1709	73	104	106	108	106	98	70	99	112	131	116	76	1200
1710-1799	104	116	120	124	98	76	68	94	110	108	101	81	1200
1800-1849	88	124	117	109	90	81	61	101	98	110	105	116	1200
1850-1910	98	119	129	87	94	79	83	93	108	96	113	101	1200
1590-1910	93	116	119	107	97	83	72	96	107	109	108	93	1200
Concepções	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	

Gráfico 14: Oliveirinha – Sazonalidade dos nascimentos (índices)



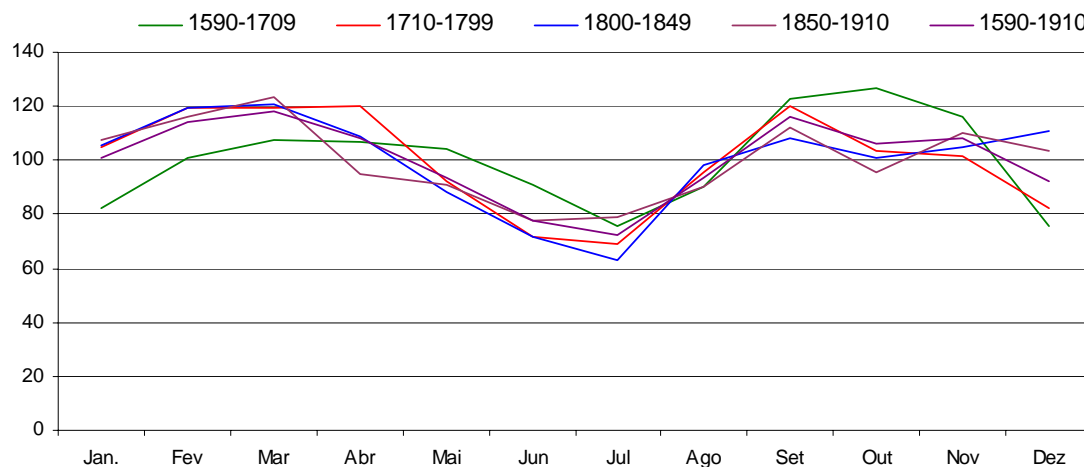
Curiosamente, Janeiro apresenta valores baixos nesta parte da antiga freguesia de Eixo. Como as concepções desse mês correspondem, em boa medida, a Abril, e sabendo-se que a Páscoa coincide, na maior parte, dos casos com esse mês, talvez se encontre aqui um contrabalanço para os valores ligeiramente acima da média verificados no mês de Dezembro durante o século XIX.

A junção dos valores correspondentes a Eixo e Oliveirinha, reformulando o espaço e a população da antiga freguesia de Eixo reforça num único sentido os indicadores anteriormente recolhidos. Confirmam-se os níveis mais baixos de nascimentos no quadrimestre Maio-Agosto, cujas concepções correspondem aos meses de maior labuta na agricultura. Mantém-se também um claro desrespeito pelas recomendações da Igreja a propósito do Advento e pelo período da Quaresma (embora menos evidente).

Quadro 8: Antiga freguesia de Eixo – Sazonalidade dos nascimentos/concepções

Nascimentos	Jan.	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Nº
													Absolutos
1590-1709	321	348	406	376	357	330	279	333	424	453	413	289	4329
1710-1799	516	537	570	562	451	342	349	461	562	505	484	399	5738
1800-1849	343	346	389	335	293	232	213	327	331	326	336	359	3830
1850-1910	498	485	542	424	429	352	371	417	492	445	496	475	5426
1590-1910	1678	1716	1907	1697	1530	1256	1212	1538	1809	1729	1729	1522	19323
													Índices
1590-1709	87	104	110	106	97	93	76	91	119	123	116	79	1200
1710-1799	106	121	117	119	92	72	72	94	119	103	102	82	1200
1800-1849	105	117	120	106	90	74	65	100	105	100	107	110	1200
1850-1910	108	115	118	95	93	79	80	90	110	97	111	103	1200
1590-1910	102	115	116	107	93	79	74	94	114	105	109	93	1200
Concepções	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	

Gráfico 15: Antiga freguesia de Eixo (reconstituída) – sazonalidade dos nascimentos (Índices)



Verifica-se um razoável equilíbrio entre os valores de todas as séries e os desfasamentos encontrados não são gritantes. O desenho das curvas respeitantes aos vários períodos em que se dividiu o total da série é genericamente coincidente, como se pode verificar no gráfico 15. Conclui-se que a curva traçada para o período 1590-1910 representa, de forma perfeita, não só os nascimentos/concepções ocorridos na antiga freguesia de Eixo, como os ocorridos em Eixo e Oliveirinha quando tomados isoladamente.

Requeixo, Nariz e Fermentelos

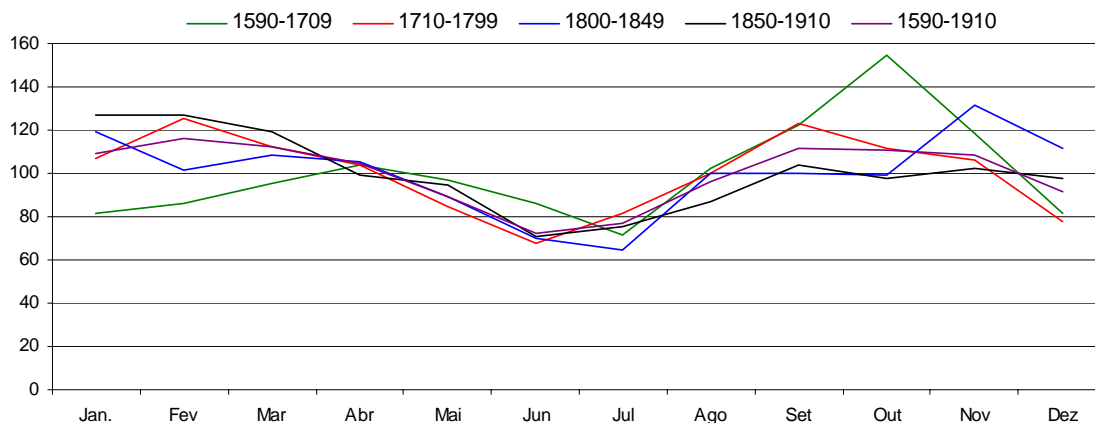
A observação do quadro 9 e do gráfico 16, relativos a Requeixo, conduz imediatamente à ideia de se estar perante uma cópia dos valores e resultados das freguesias apresentadas anteriormente. Tal conclusão deriva das semelhanças serem efectivamente muitas, para não dizer totais. Decompondo a observação dos elementos apresentados, regista-se o nível mais baixo de nascimentos no mesmo quadrimestre (Maio-Agosto), que fica claramente abaixo do valor indiciário médio preestabelecido (100) para uma distribuição teoricamente uniforme ao longo de todo o ano.

Quadro 9: Requeixo – Sazonalidade dos nascimentos/concepções

Nascimentos													Nº
	Jan.	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Absolutos
1590-1709	101	100	118	119	110	101	84	126	137	181	128	98	1403
1710-1799	387	411	420	375	318	250	308	358	436	408	373	296	4340
1800-1849	193	165	179	179	149	117	118	172	165	165	204	194	2000
1850-1910	288	262	278	223	217	155	173	198	221	230	228	224	2697
1590-1910	969	938	995	896	794	623	683	854	959	984	933	812	10440
													Índices
1590-1709	85	92	99	103	92	88	71	106	119	152	111	82	1200
1710-1799	105	122	114	105	86	70	83	97	122	111	104	80	1200
1800-1849	114	107	105	109	88	71	69	101	100	97	124	114	1200
1850-1910	126	125	121	101	95	70	75	86	100	100	103	98	1200
1590-1910	109	116	112	104	90	73	77	96	112	111	109	92	1200
Concepções	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	

A pequena quebra registada em Dezembro, correspondente às concepções de Março, também se encontra assinalada. No entanto, sublinhe-se que o valor alcançado nesse mês, em toda a série, fica razoavelmente acima dos observados nos meses de Junho e Julho.

Gráfico 16: Requeixo – Sazonalidade dos nascimentos (índices)



Apenas a primeira série de dados desta freguesia (1590-1709) apresenta valores invulgares, indicadores de um pico elevado de nascimentos durante o mês de Outubro. É de crer que tal facto se fique a dever mais à irregularidade da série registada até 1668 que a qualquer outro factor atinente aos comportamentos da população. Concretizando melhor, os habitantes do lugar da Póvoa do Valado (cujos dados são os únicos existentes na freguesia de Requeixo, entre 1590 e 1668) dividiam o cumprimento das suas obrigações religiosas entre as freguesias de Eixo e Requeixo, que eram meeiras do lugar, não em

termos físicos mas temporais. Sucede que a maior parte dos dados disponíveis corresponde à época em que estavam obrigados ao cumprimento dos seus deveres na vizinha freguesia de Eixo, do que resulta alguma distorção nos valores encontrados para Requeixo, no mesmo período. Com exceção desta “anomalia” na série, os resultados obtidos apontam para uma similitude muito acentuada entre Eixo e Requeixo.

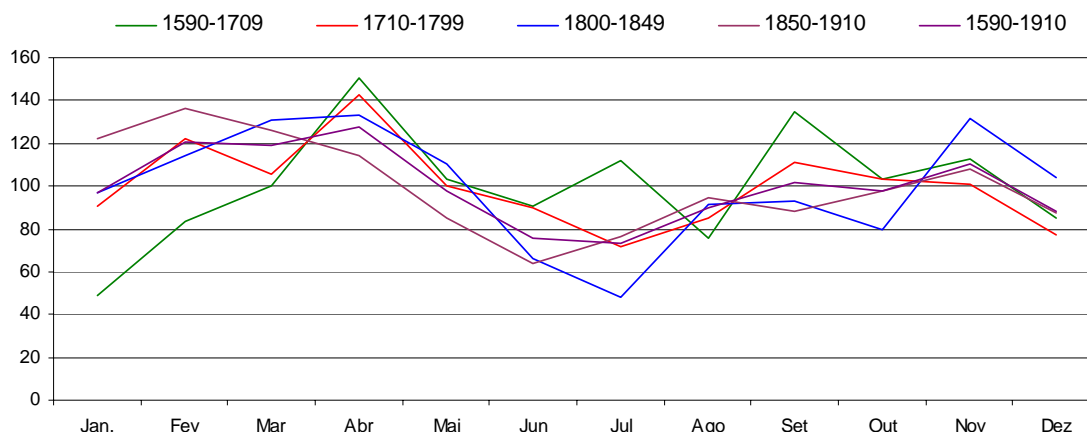
Nariz apresenta um panorama muito semelhante a Requeixo, de que inicialmente era lugar, com exceção da série que vai até 1709. Esta disparidade é motivada sobretudo pelo reduzido número de casos e habitantes deste lugar. Quando o volume de observações se torna mais significativo, logo a partir de 1710, as curvas encaixam na perfeição com as de Requeixo, isto é, Dezembro e o quadrimestre Maio-Agosto apresentam os valores mais baixos, sendo mais fortes os meses de Setembro e Novembro e o trimestre Fevereiro-Abril.

Quadro 10: Nariz – Sazonalidade dos nascimentos/concepções

Nascimentos	Jan.	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Nº
													Absolutos
1590-1709	16	25	32	39	32	25	35	24	39	31	35	26	359
1710-1799	90	112	107	136	104	88	74	87	106	107	99	78	1188
1800-1849	58	69	84	82	70	41	33	62	60	53	81	69	762
1850-1910	130	128	138	119	92	69	81	101	95	106	110	95	1264
1590-1910	294	334	361	376	298	223	223	274	300	297	325	268	3573
													Índices
1590-1709	52	90	105	132	105	85	115	79	132	102	119	85	1200
1710-1799	89	122	106	139	103	90	73	86	108	106	101	77	1200
1800-1849	90	117	130	131	108	65	51	96	96	82	129	106	1200
1850-1910	121	131	128	114	86	66	75	94	91	99	106	88	1200
1590-1910	97	121	119	128	98	76	73	90	102	98	111	88	1200
Concepções	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	

A segunda metade do século XIX aponta algumas mudanças, nomeadamente a diminuição dos nascimentos durante a segunda metade do ano e o reforço dos mesmos entre Janeiro e Abril. O período mais propício para as concepções encontra-se centrado na primavera e início do verão, ou seja, entre Abril e Julho.

Gráfico 17: Nariz – Sazonalidade dos nascimentos (índices)

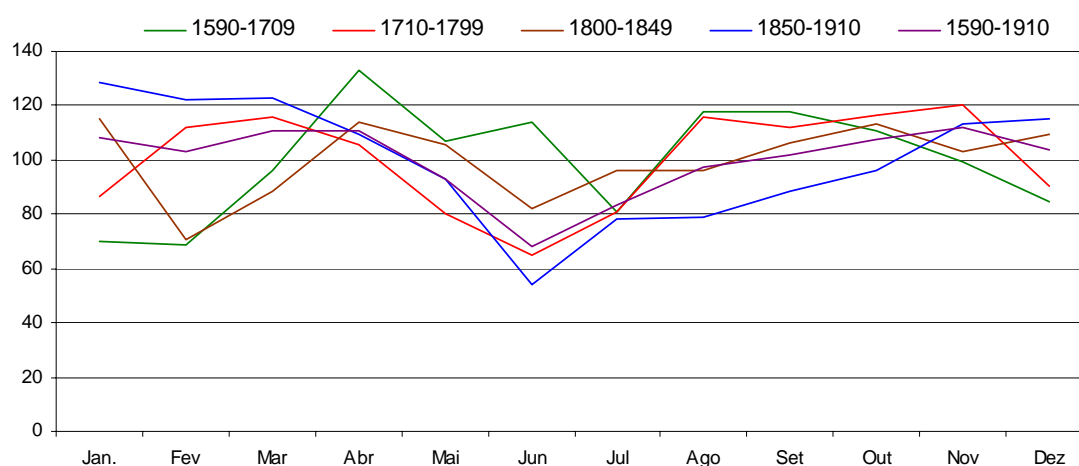


Fermentelos é a outra localidade que formava, com Nariz e Requeixo, a antiga freguesia de Requeixo. Também nela o padrão se mantém inalterável: o quadrimestre central Maio-Agosto é a época de baixa dos nascimentos e corresponde, em termos de concepções, à época mais sobrecarregada em termos de trabalho agrícola. Dir-se-ia que as pessoas aproveitavam ao máximo o tempo disponível para realizarem as suas tarefas no campo.

Quadro 11: Fermentelos – Sazonalidade dos nascimentos/concepções

Nascimentos	Jan.	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Nº Absolutos
	1590-1709	19	17	25	32	27	28	21	30	29	29	24	19
1710-1799	114	134	152	134	108	83	107	149	149	159	147	119	1555
1800-1849	115	66	89	109	107	82	94	97	103	112	105	109	1188
1850-1910	193	170	190	161	144	81	125	125	134	151	168	176	1818
1590-1910	441	387	456	436	386	274	347	401	415	451	444	423	4861
													Índices
1590-1709	75	73	98	130	106	114	83	118	118	114	97	75	1200
1710-1799	86	111	115	105	82	65	81	113	117	120	115	90	1200
1800-1849	114	72	88	112	106	84	93	96	106	111	108	108	1200
1850-1910	125	121	123	108	93	54	81	81	90	98	112	114	1200
1590-1910	107	103	111	109	94	69	84	97	104	109	111	103	1200
Concepções	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	

O respeito pelas disposições canónicas sobre o Advento e a Quaresma deixa muito a desejar, uma vez que os valores dos meses de Setembro e Dezembro, correspondentes às concepções verificadas em Dezembro do ano anterior e Março do próprio ano, são razoavelmente elevados.

Gráfico 18: Fermentelos – Sazonalidade dos nascimentos (índices)

No primeiro período também se nota alguma irregularidade em Fermentelos, originada por um reduzido número de dados disponíveis. Este lugar era de pequenas dimensões: quando foi elevado à categoria de curato autónomo, em 1742, compreendia apenas a povoação do mesmo nome, constituída por cento e trinta fogos.

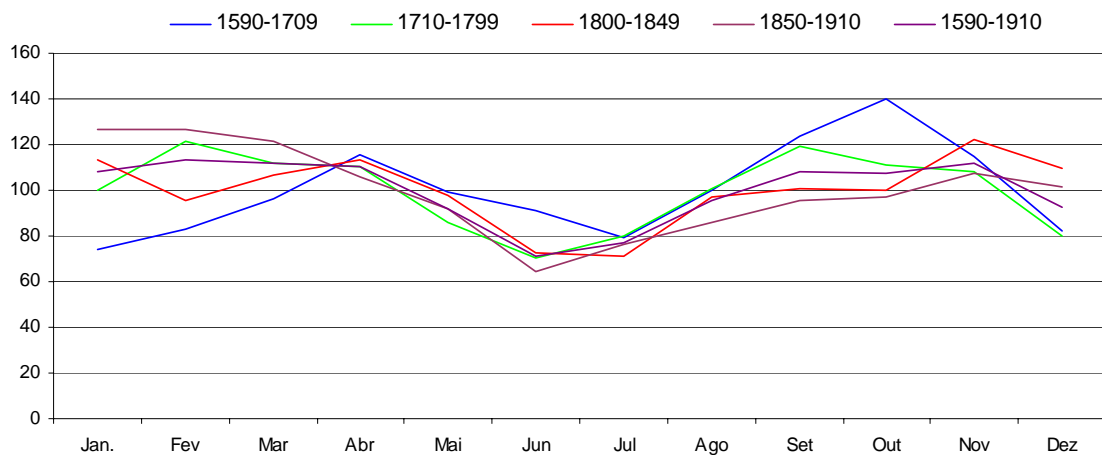
A recomposição da antiga freguesia de Requeixo pouco mais faz que comprovar o que antes se observara nas várias unidades que a compunham, e que importa reter: pouca preocupação com o cumprimento quer dos preceitos quaresmais quer adventícios e ocorrência de uma fase de maior ocupação com as tarefas agrícolas, que pouco tempo deixava para as questões da procriação.

Quadro 12: Antiga freguesia de Requeixo – Sazonalidade dos nascimentos/concepções

Nascimentos	Jan.	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Nº
													Absolutos
1590-1709	136	142	175	190	169	154	140	180	205	241	187	143	2062
1710-1799	591	657	679	645	530	421	489	594	691	674	619	493	7083
1800-1849	362	299	350	367	325	238	244	329	326	329	383	369	3921
1850-1910	615	561	608	506	454	307	380	426	452	488	513	498	5808
1590-1910	1704	1659	1812	1708	1478	1120	1253	1529	1674	1732	1702	1503	18874
													Índices
1590-1709	78	89	100	112	97	91	80	103	121	138	110	82	1200
1710-1799	98	120	113	111	88	72	81	99	119	112	106	82	1200
1800-1849	109	99	105	114	98	74	73	99	101	99	119	111	1200
1850-1910	125	125	123	106	92	64	77	86	95	99	107	101	1200
1590-1910	106	114	113	110	92	72	78	95	108	108	110	94	1200
Concepções	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	

Mesmo considerando as irregularidades detectadas nos lugares que vieram a ser elevados à categoria de paróquia, no primeiro período considerado em todos os lugares (1590-1709), a representação do gráfico 19 permite verificar que os valores não se extremam demasiado. O mais elevado não alcança o índice 140 e o mais baixo não passa o marco indiciário de 64.

Gráfico 19: Antiga freguesia de Requeixo (reconstituída) – Sazonalidade dos nascimentos (índices)



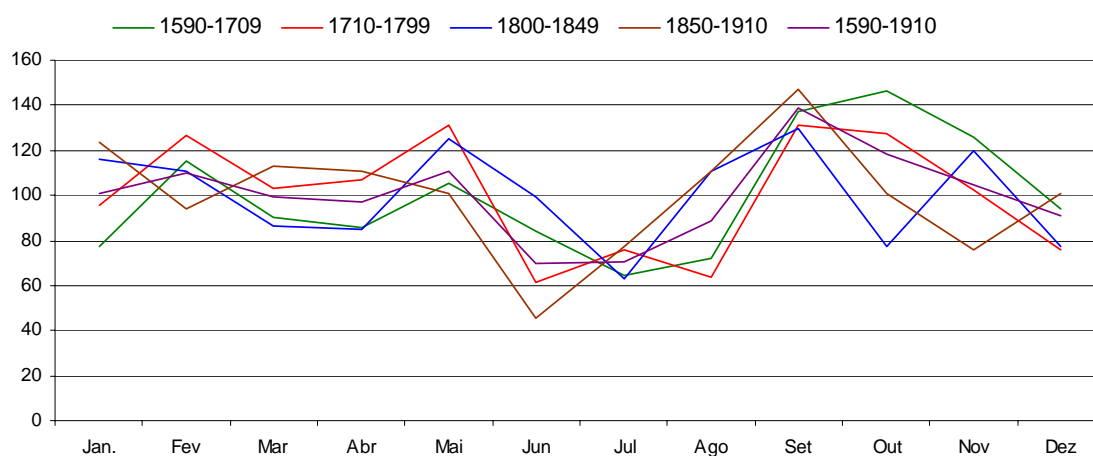
Eirol

Eirol é a mais pequena e irregular de todas as freguesias consideradas. A disparidade de valores nela encontrados dificulta a extracção de conclusões. No entanto, é possível detectar um trimestre (Junho-Agosto) em que a diminuição dos nascimentos é notória.

Quadro 13: Eirol – Sazonalidade dos nascimentos/concepções

Nascimentos	Jan.	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Nº		
													Absolutos	Índices	
1590-1709	41	50	46	41	56	41	34	39	66	75	63	45	597		
1710-1799	22	29	23	26	32	15	18	15	31	31	25	19	286		
1800-1849	21	20	18	17	26	20	13	23	25	16	23	16	238		
1850-1910	57	41	54	51	48	19	37	52	66	47	33	47	552		
1590-1910	141	140	141	135	162	95	102	129	188	169	144	127	1673		
Concepções	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar			
1590-1709	81	108	91	83	110	83	67	77	134	148	128	89	1200		
1710-1799	90	131	95	110	131	64	74	62	132	127	106	78	1200		
1800-1849	104	108	89	87	129	102	64	114	128	79	117	79	1200		
1850-1910	122	96	115	113	103	42	79	111	146	100	73	100	1200		
1590-1910	99	108	99	98	114	69	72	91	137	119	105	89	1200		

Como se pode verificar pelo índice de nascimentos, em Dezembro e Janeiro existe um maior respeito pelas determinações canónicas a propósito do tempo da Quaresma, o mesmo não se podendo dizer a respeito do Advento, uma vez que o mês de Setembro é o que alcança valores mais altos, em todas as séries e em todos os meses do ano.

Gráfico 20: Eirol – Sazonalidade dos nascimentos (índices)

O antigo concelho de Eixo

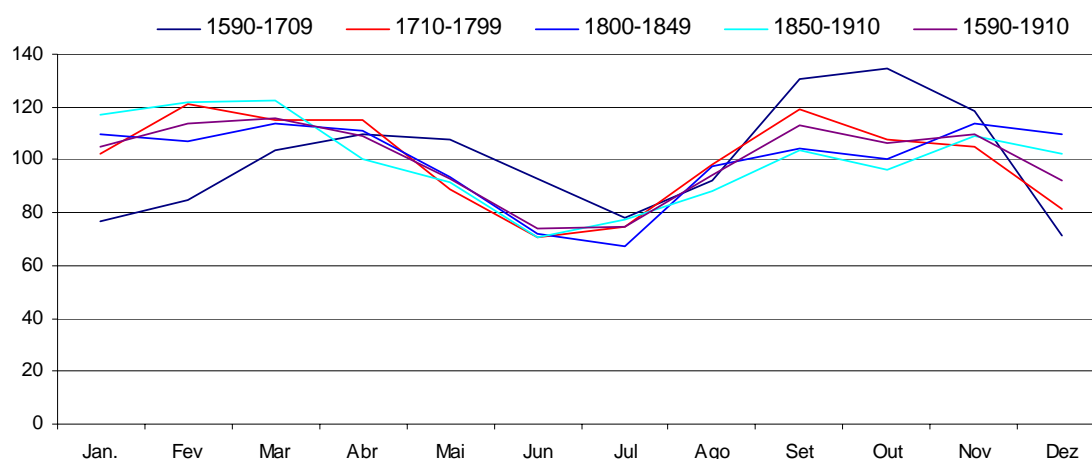
A junção de todos os elementos provenientes das várias freguesias e lugares permite a construção de um amplo quadro, em que os 39870 baptis-mos/nascimentos ocorridos no espaço do antigo concelho de Eixo, ao longo de 320 anos, se apresentam de forma a proporcionar uma visão evolutiva ao longo

dos doze meses do ano. A conclusão é a confirmação efectiva de um período de baixa de nascimentos (e, por precedência, das concepções) durante a época final da primavera e praticamente todo o verão, ou seja, entre os meses de Maio e Agosto inclusive. Em termos de concepções, essa baixa corresponde aos meses estivais e outonais, ou seja, aqueles em que as tarefas agrícolas das colheitas mais se intensificam e em que se preparam e aprovisionam os excedentes para o inverno que se aproxima.

A combinação dos tempos e determinações religiosas com os períodos do calendário agrícola e as necessidades/desejos de procriação revelam-se difíceis de conciliar. Ou os preceitos religiosos são deixados para segundo plano em face da premência das necessidades laborais ou sexuais, ou os habitantes destas localidades aplicavam o princípio de “públicas virtudes, vícios privados”.

Quadro 14: Antigo concelho de Eixo – Sazonalidade dos nascimentos/concepções

Nascimentos	Jan.	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Nº
													Absolutos
1590-1709	498	540	627	607	582	525	453	552	695	769	663	477	6988
1710-1799	1129	1223	1272	1233	1013	778	856	1070	1284	1210	1128	911	13107
1800-1849	726	665	757	719	644	490	470	679	682	671	742	744	7989
1850-1910	1170	1087	1204	981	931	678	788	895	1010	980	1042	1020	11786
1590-1910	3523	3515	3860	3540	3170	2471	2567	3196	3671	3630	3575	3152	39870
													Índices
1590-1709	84	100	106	106	98	91	76	93	121	130	115	80	1200
1710-1799	101	120	114	114	91	72	77	96	119	109	105	82	1200
1800-1849	107	108	112	110	95	75	69	100	104	99	113	110	1200
1850-1910	117	119	120	101	93	70	79	89	104	98	108	102	1200
1590-1910	104	114	114	108	94	75	76	94	112	107	109	93	1200
Concepções	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	

Gráfico 21: Antigo concelho de Eixo – Sazonalidade dos nascimentos (índices)

Recuperando o que se avançou no capítulo anterior a respeito da sazonalidade dos casamentos e comparando esses dados com o agora encontrado sobre a sazonalidade nos nascimentos/baptismos, pode inferir-se que a influência do elemento sócio-cultural ou sócio-religioso era apenas visível nas manifestações exteriores e encontrava limitações na penetração no seio da intimidade do casal. Ao acto público que era a cerimónia religiosa do casamento, passível de recriminação e censura pelo não cumprimento das normas estipuladas, opunha-se uma vida privada aparentemente isenta de controlo social.

Comparação global das freguesias

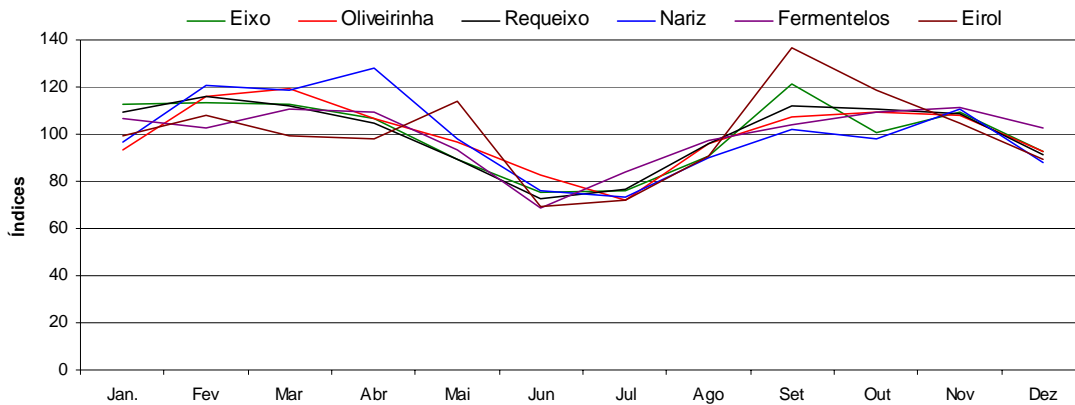
Tendo sido já realçados os aspectos particulares de cada freguesia, ao longo dos vários momentos em que se dividiu a série, interessa agora dar relevo aos valores globais de cada uma, colocando em destaque a série completa e procurando dar uma maior acuidade ao fenómeno da sazonalidade dos nascimentos/concepções. Para o efeito, elaborou-se o quadro 15, a partir dos valores indiciários encontrados para cada freguesia.

Quadro 15: Freguesias do antigo concelho (índices) – 1590-1910

Nascimentos	Jan.	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Eixo	112	113	112	107	89	75	76	91	121	101	109	93
Oliveirinha	93	116	119	107	97	83	72	96	107	109	108	93
Requeixo	109	116	112	104	90	73	77	96	112	111	109	92
Nariz	97	121	119	128	98	76	73	90	102	98	111	88
Fermentelos	107	103	111	109	94	69	84	97	104	109	111	103
Eirol	99	108	99	98	114	69	72	91	137	119	105	89
Concepções	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar

Da análise do quadro verifica-se que a freguesia mais “descompassada” da tendência geral é aquela que tem a menor dimensão, ou seja, Eirol. Não se trata propriamente um desfasamento em relação ao ritmo das restantes, uma vez que a sequência do movimento da curva é similar, mas os valores que apresenta são mais elevados ou mais baixos que os das outras freguesias (mas apenas parcialmente). Isto será, sem dúvida, fruto de valores absolutos reduzidos e da ausência de registos de nascimento em alguns anos. As outras duas freguesias de dimensão reduzida, Nariz e Fermentelos, também apresentam uma ou outra oscilação não concordante com os movimentos das três maiores (Eixo, Requeixo e Oliveirinha), mas esse facto pouca diferença representa no global da série.

A transposição para uma forma visual dos valores do quadro 15 permite ver de forma mais clara o acima referido. Revela ainda a existência de um movimento oscilatório uniforme das várias freguesias, o que significa que, no território de todo o concelho, a sazonalidade dos nascimentos/concepções pode ser representada por uma única linha, que reproduz com bastante fidelidade a tendência em apreço. Pode ainda inferir-se que o movimento observado nos vários períodos em que se decompôs a série é também consentâneo com essa linha, o que significa que, entre 1590 e 1910, não se registaram alterações significativas nos modos de estar e de agir das populações no quadro em análise.

Gráfico 22: Freguesias do antigo concelho – 1590-1910

Outras terras

Acaba por ser inevitável a comparação dos resultados obtidos com os referentes a outras paróquias, encontrados por outros investigadores. Até que ponto são os comportamentos comuns? Que regiões mais se assemelham? São basicamente estas as questões que importa esclarecer.

A vizinha freguesia de Aradas³⁵ apresenta, sobretudo no período compreendido entre 1720 e 1900, valores muito semelhantes aos do antigo concelho de Eixo, nomeadamente a mesma quebra no quadrimestre Maio-Agosto. O mês de Dezembro apresenta-se todavia mais oscilante nos dois períodos considerados, tendo, no período correspondente ao século XIX, um valor claramente acima da média. Em Cortegaça³⁶ observa-se o mesmo quadrimestre de baixos nascimentos/concepções (Maio-Agosto). No período correspondente à quase totalidade do século XIX, os últimos três meses do ano apresentam um nivelamento muito próximo do valor médio indiciário. Na freguesia de S. Vicente de Pereira,³⁷ no primeiro período considerado (1740-1819), a baixa dos nascimentos ocorre um pouco mais tarde, nomeadamente nos meses de Junho a Agosto, repetindo-se depois em Novembro e Dezembro. No período seguinte, que vai de 1820 a 1909, o espaço temporal em que os nascimentos são mais

³⁵ Fernando Alberto Lacerda, *S. Pedro de Aradas... op. cit.*, pág. 136.

³⁶ Maria Palmira da Silva Gomes, *Estudo Demográfico...*, op. cit., pág. 45.

³⁷ Hélder J. Pinho de Almeida, *S. Vicente de Pereira-Jusã...* op. cit., pág. 94.

reduzidos, embora tenha início também em Junho, alarga-se por seis meses, chegando até Novembro inclusive. Dezembro já é um mês com níveis superiores ao índice médio. Oliveira de Azeméis³⁸ permite a elaboração de dois largos períodos de análise: o primeiro ocupa os anos de 1620 a 1799 e o segundo os primeiros sessenta do século XIX. O primeiro período é muito semelhante a Eixo, com a mesma quebra de nascimentos no quadrimestre Maio-Agosto; no segundo a baixa dos nascimentos fica reduzida ao trimestre Maio-Julho.

Os valores encontrados para estas freguesias da Beira litoral permitem concluir ser o período de verão aquele que apresenta menor número de nascimentos, podendo abranger um espaço temporal não inferior a três meses, com início em Maio, correspondente às concepções efectuadas entre Agosto e Novembro do ano anterior. Se a Quaresma ainda produz algum efeito nas populações, traduzindo-se em valores de nascimentos mais reduzidos em Dezembro, o Advento passa rigorosamente em branco, pois o primeiro mês de recuperação dos nascimentos é normalmente Setembro, o que aponta para o momento da concepção em Dezembro. Parece pois serem sobretudo os ritmos laborais que impõem a sua lei nos ritmos reprodutivos, e não tanto os constrangimentos religiosos, morais ou da tradição.

Das muitas paróquias já estudadas, a região do Minho é aquela que apresenta maior volume de trabalho realizado. A então vila de Guimarães, estudada por Norberta Amorim,³⁹ apresenta algumas características que a diferenciam das localidades até agora observadas. Tal como as restantes, apresenta globalmente, na zona urbana, uma baixa do volume de nascimentos, que se inicia em Maio e se estende ao longo de quatro a cinco meses consecutivos. Na zona rural, o período (1580-1819) inicia-se com oito meses de baixo volume de nascimentos (Abril-Novembro). No final do século XVIII e início do XIX esse espaço de tempo reduz-se para apenas três meses (Maio-Julho). Isto significa

³⁸ Cálculos efectuados sobre dados de Cláudia Monteiro, *Oliveira de Azeméis...*

³⁹ Maria Norberta Amorim, *Guimarães...*, op. cit., pp. 147-156.

uma maior distribuição dos nascimentos ao longo do ano, logo um maior equilíbrio em termos da distribuição mensal das concepções.

Noutra freguesia minhota, Meadela,⁴⁰ na totalidade dos anos analisados (1593-1850), o momento forte dos nascimentos centra-se em torno dos quatro primeiros meses do ano, encontrando-se os restantes abaixo dos valores indiciários médios. Esta situação corresponde a um período de concepções compreendido entre Abril e Julho do ano anterior. Em Barcelinhos⁴¹ a situação é muito semelhante na totalidade do período estudado, apresentando no entanto um valor ligeiramente acima da média indiciária durante o mês de Novembro. Em Santiago de Romarigães,⁴² o período 1640-1749 revela características semelhantes às das outras paróquias observadas, concentrando-se os nascimentos nos primeiros cinco meses do ano. Entre 1750 e 1818, o segundo período de observação, a distribuição é um pouco mais equilibrada, registando-se valores mais baixos apenas nos três últimos meses do ano.

Procurando sintetizar a situação encontrada no Minho, a conclusão natural aponta para uma grande concentração dos nascimentos nos primeiros meses do ano, com valores indiciários muito elevados, surgindo o segundo semestre com valores muito inferiores. Considerando que o segundo semestre acolhe as concepções ocorridas no tempo de Advento e Quaresma, parece existir aqui algum constrangimento de carácter religioso, pois as concepções ocorrem predominantemente durante os meses da primavera e início do verão.

Para Trás-os-Montes não são muitos os trabalhos disponíveis. Entre várias paróquias estudadas seleccionou-se a de Calvão.⁴³ O comportamento das populações desta freguesia do alto Tâmega assemelha-se bastante ao encontrado nas freguesias rurais de Guimarães, onde os nascimentos se concentram maioritariamente nos primeiros quatro meses do ano e onde se observa tam-

⁴⁰ Maria Glória Para Santos Solé, *Meadela, comunidade rural...*, op. cit., pág. 152.

⁴¹ Inês Martins Faria, *Santo André de Barcelinhos...*, op. cit., pág. 101.

⁴² Carlota Maria dos Santos, *Santiago de Romarigães, comunidade rural do alto Minho: sociedade e demografia (1640-1872)*, NEPS, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Minho, 1999, pág. 153 e seguintes.

⁴³ José Alfredo Faustino, *Calvão – Uma Paróquia Rural...*, op. cit., pág. 226.

bém um pequeno pico em Setembro (correspondente às concepções de Dezembro). Curiosamente, Poiães,⁴⁴ no outro extremo de Trás-os-Montes, tem um comportamento idêntico ao de Calvão e ao da zona rural de Guimarães. Já Palaçoulo,⁴⁵ em pleno planalto mirandês, apresenta uma sazonalidade razoavelmente diversa: os dois primeiros meses do ano mostram valores elevados, seguindo-se cinco meses de valores abaixo da média indiciária e novo terreno positivo a partir de Agosto.

Torna-se difícil, a partir dos dados presentemente disponíveis, extrair conclusões de carácter consistente a propósito de Trás-os-Montes. As paróquias estudadas não são muitas e, na generalidade, são de pequena dimensão. Se a este aspecto se adicionar o isolamento de muitas populações por força da orografia, facilmente se compreenderá que estas paróquias se encontraram muitas vezes à mercê de situações conjunturais de carácter muito específico, que podem originar um enviesamento nos resultados obtidos.

No Alentejo apenas existem dados sobre duas paróquias (localizadas em pontos muito afastados), o que torna complicado traçar um perfil da sazonalidade dos nascimentos/concepções nesta região. No entanto, é possível avançar com alguns elementos, que poderão servir de base para um esboço dessa sazonalidade. A paróquia de Évoramonte⁴⁶ apresenta, nos primeiros meses do ano (Janeiro e Fevereiro), valores elevados de nascimentos, que começam de seguida a decair, atingem um período de quatro meses de baixa entre Maio e Agosto, e terminam, nos restantes meses do ano, numa subida para níveis bem positivos. Esta última fase corresponde, em termos de concepções, aos meses de Dezembro a Março, que englobam as quadras do Advento e da Quaresma, o que pressupõe pouca preocupação com as recomendações da Igreja. Em Selmes⁴⁷ existe algum paralelismo em relação a esta situação, embora se

⁴⁴ Maria Norberta Amorim, "S. Pedro de Poiães de 1561 a 1830.", *Brigantia*, Bragança, 1983-84. Dados recolhidos de José Alfredo Faustino, *Calvão – Uma Paróquia Rural...*, op. cit., pág. 226.

⁴⁵ Fábria Maria Raposo, *Estudo demográfico de uma paróquia do planalto mirandês. Palaçoulo (1656-1910)*, Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, 2000, tese de mestrado policopiada, pág. 78.

⁴⁶ Rosa Maria Vieira Marques, *Nupcialidade e fecundidade...*, op. cit., pág. 115

⁴⁷ Anabela Silva de Deus Godinho, *Comportamentos demográficos...*, op. cit., pág. 115.

verifique uma concentração dos nascimentos em apenas cinco meses (Outubro a Fevereiro), a que correspondem concepções entre Janeiro e Maio.

Nas paróquias do sul Pico,⁴⁸ no período de 1680 a 1909, os nascimentos manifestam tendência para se concentrar nos quatro primeiros meses do ano, seguindo-se seis meses de valores abaixo da média indiciária e de novo o ciclo ascensional nos meses de Novembro e Dezembro. O comportamento é, desta forma, muito semelhante ao registado em Guimarães.

A sazonalidade dos óbitos

Tal como existe um tempo para casar e um tempo para nascer, existe também um tempo para morrer. Como acontece com os casamentos e os nascimentos, a distribuição temporal dos óbitos ao longo do ano não é uniforme. Pelos mais variados motivos (idade, sexo, condições climáticas ou geográficas, capacidade económica), a morte chega a cada um de forma diversa e em tempos diferentes. Nesta alínea abordar-se-á, apenas, a distribuição dos óbitos ao longo do ano, segundo determinadas idades, guardando-se a análise de outras vertentes para capítulos posteriores.

Quanto aos locais de óbito impõe-se aqui uma nota especial. Os dados foram agrupados a três níveis: o da antiga freguesia de Eixo – abrangendo as freguesias de Eixo e Oliveirinha; o da antiga freguesia de Requeixo – aglutinando as freguesias de Requeixo, Nariz e Fermentelos; o do antigo concelho – reunindo as antigas freguesias de Eixo, Requeixo e Eirol. A razão de ser desta opção prende-se com o facto de os valores encontrados para os diversos lugares serem, na prática, idênticos em todas as periodizações e ensaios realizados para as diversas freguesias. O mesmo se passou em relação aos vários grupos etários, como se poderá verificar adiante.

⁴⁸ Maria Norberta Amorim, *Evolução Demográfica de Três Paróquias...*, op. cit., pág.

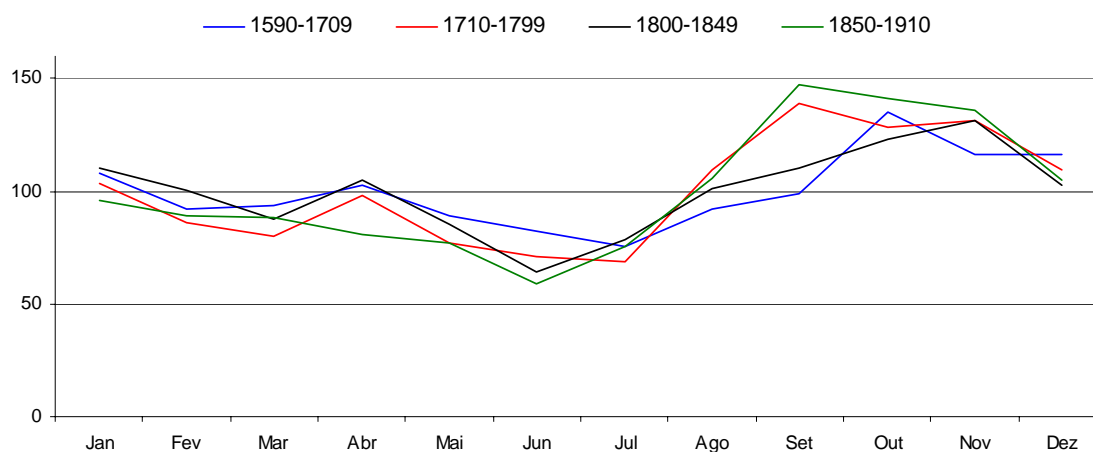
Antiga freguesia de Eixo

Para a análise do movimento geral dos óbitos registados na antiga freguesia de Eixo manteve-se a periodização que vem sendo utilizada desde início. Considerando os lugares de Eixo e Oliveirinha, os valores encontrados para os períodos seleccionados revelam uma coerência bastante acentuada, que aponta para a possibilidade de se poder considerar apenas um período, tal a semelhança das curvas visíveis no gráfico 23 (referente ao quadro 16).

Quadro 16: Antiga freguesia de Eixo - movimento geral dos óbitos registados

Eixo Antigo	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Nº Absoluto
1590-1709	219	170	189	201	180	161	152	186	193	273	227	235	2386
1710-1799	287	217	221	264	213	191	190	303	372	355	352	303	3268
1800-1849	199	165	158	183	153	112	142	182	192	222	229	185	2122
1850-1910	351	297	323	286	281	208	276	386	520	514	479	382	4303
Índices													
1590-1709	108	92	93	103	89	82	75	92	99	135	116	116	1200
1710-1799	103	86	80	98	77	71	69	109	139	128	131	109	1200
1800-1849	110	101	88	105	85	64	79	101	110	123	131	103	1200
1850-1910	96	89	88	81	77	59	76	106	147	141	136	105	1200

Gráfico 23: Antiga freguesia de Eixo - movimento geral dos óbitos registados



Embora o movimento ascensional se inicie já em Agosto os valores encontrados apontam para uma concentração da mortalidade particularmente em Setembro, mês em que atinge o paroxismo. Em Outubro encetam uma des-

cida suave até Janeiro, mês a partir do qual os índices entram em terreno inferior aos valores médios, mantendo-se assim até novo início do ciclo, em Agosto. Verifica-se em Abril uma pequena interrupção do movimento descendente, cuja origem se encontrará na mudança de estação, sem que haja modificação da tendência geral (no entanto, esta interrupção, já não é visível no último período considerado).

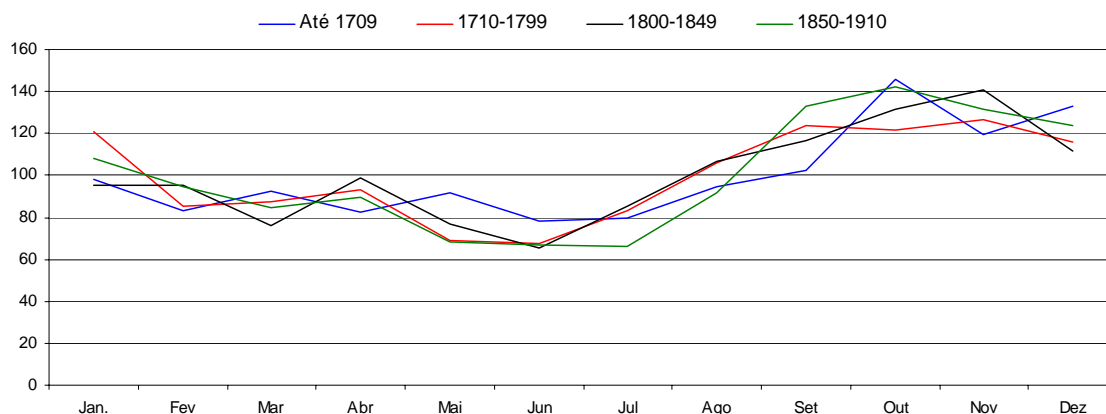
A antiga freguesia de Requeixo

O movimento geral dos óbitos na antiga freguesia de Requeixo assemelha-se bastante ao registado em Eixo, nos mesmos períodos. Também aqui o clímax se regista durante o segundo semestre do ano, com um pequeno desfazamento no mês de Outubro, pese embora o facto do início da escalada se efectuar, tal como em Eixo, durante o mês de Agosto. Em contrapartida, o acréscimo verificado em Abril na freguesia vizinha passa, em Requeixo, quase despercebido.

Quadro 17: Antiga freguesia de Requeixo - movimento geral dos óbitos registados

Antigo Requeixo	Jan.	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Nº Absoluto
Até 1709	92	71	88	75	86	71	75	89	93	137	109	125	1111
1710-1799	378	243	274	283	217	204	261	333	375	381	385	363	3697
1800-1849	216	197	173	217	175	144	193	243	256	298	309	254	2675
1850-1910	379	303	297	305	239	226	231	321	452	499	446	433	4131
Índices													
Até 1709	98	83	93	82	91	78	80	95	102	146	120	133	1200
1710-1799	121	85	87	93	69	67	83	106	124	122	127	116	1200
1800-1849	95	95	76	99	77	66	85	107	116	131	141	112	1200
1850-1910	108	95	85	90	68	67	66	92	133	142	131	123	1200

Mais uma vez se verifica que, face à sincronia quase perfeita das curvas dos vários períodos, o movimento geral dos óbitos da antiga freguesia de Requeixo pode ser descrito, em todos os períodos, por uma única linha. Isso significa que não houve uma alteração substancial das condições em que ocorria a mortalidade nesta região, ao longo dos 320 anos em observação.

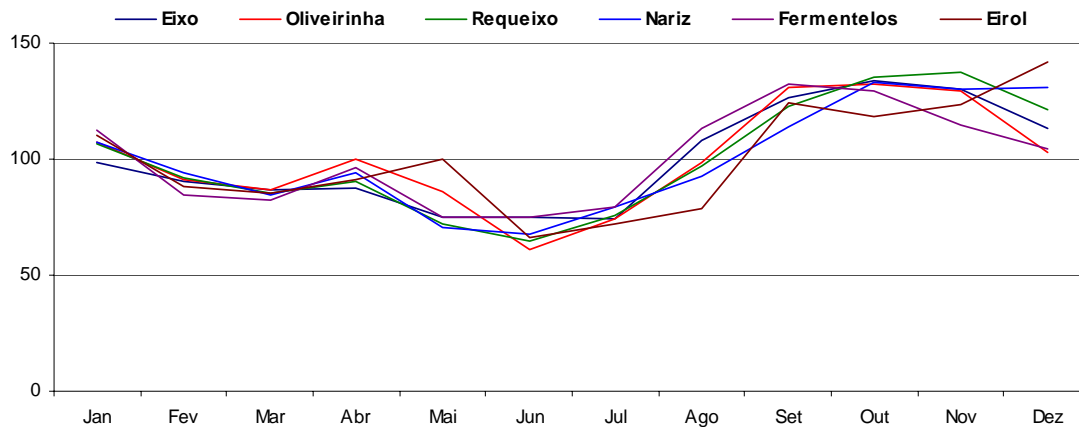
Gráfico 24: Antiga freguesia de Requeixo – movimento geral dos óbitos registados

Para uma ideia mais precisa e uma visualização mais clara, traçou-se o quadro e o gráfico da sazonalidade do movimento geral dos óbitos registados em todas as freguesias do antigo concelho de Eixo.

Quadro 18: Movimento geral dos óbitos registados em todas as freguesias

Freguesias	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Nº
	Absolutos												
Eixo	489	410	432	422	374	359	368	537	607	666	627	561	5852
Oliveirinha	567	439	459	512	453	313	392	520	670	698	660	544	6227
Requeixo	625	491	500	512	425	368	444	570	697	792	780	712	6916
Nariz	189	151	148	160	124	115	139	163	194	234	221	230	2068
Fermentelos	251	172	184	208	168	162	177	253	285	289	248	233	2630
Eirol	114	83	88	91	103	66	74	81	124	122	123	146	1215
													Índices
Eixo	98	91	87	88	75	75	74	108	126	134	130	113	1200
Oliveirinha	107	91	87	100	86	61	74	98	131	132	129	103	1200
Requeixo	106	92	85	90	72	65	76	97	123	135	137	121	1200
Nariz	108	94	84	94	71	68	79	93	114	133	130	131	1200
Fermentelos	113	85	82	96	75	75	79	113	132	130	115	104	1200
Eirol	111	88	85	91	100	66	72	79	124	118	123	142	1200

A observação dos mesmos torna perceptível a extrema coincidência das curvas e dos valores encontrados para cada freguesia. Apenas Eirol é destoante, mas mesmo assim de forma pouco significativa, dado tratar-se de uma freguesia de dimensão reduzida, como já se referiu.

Gráfico 25: Movimento geral dos óbitos registados em todas as freguesias

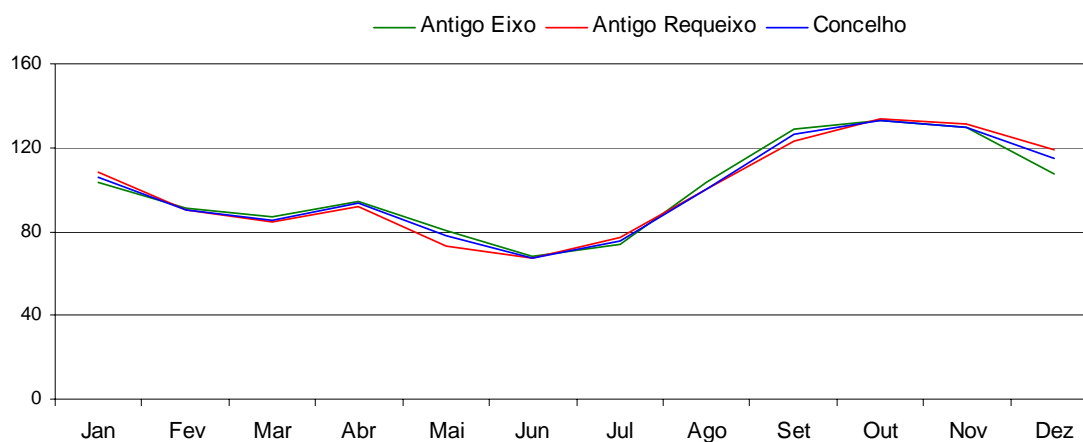
Todas as freguesias apresentam um crescendo da mortalidade a partir de Agosto, crescendo esse que permanece até Novembro e inicia uma descida a partir do mês seguinte. Apenas Eirol contraria a tendência do mês de Dezembro, mas em Janeiro já se encontra alinhada com as restantes. Em face da coincidência dos resultados, justifica-se alargar a observação para um nível superior, isto é, para o das antigas freguesias e do antigo concelho. Uma observação competente neste caso realizar: a freguesia de Eirol não se insere nem na antiga freguesia de Eixo nem na de Requeixo, mas foi incluída nos dados finais e globais do antigo concelho. Olhando apenas para os valores do quadro 19, ressalta à primeira vista que são perfeitamente coincidentes, apesar de se tratar de realidades distintas.

A ideia expressa confirma-se com a visualização do gráfico correspondente, no qual se torna difícil perceber onde está representada cada uma das séries em observação, de tal forma é perfeita e harmónica a sobreposição das respectivas linhas. Considerando que, no fundo, se encontram em observação seis freguesias e um período de tempo significativamente vasto, mais admirável se torna a coincidência das linhas do movimento sazonal dos óbitos.

Quadro 19: Movimento geral dos óbitos no antigo concelho de Eixo (1590-1910)

Antigo Concelho	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Nº Absolutos
Antigo Eixo	1056	849	891	934	827	672	760	1057	1277	1364	1287	1105	12079
Antigo Requeixo	1065	814	832	880	717	645	760	986	1176	1315	1249	1175	11614
Antigo Concelho	2235	1746	1811	1905	1647	1383	1594	2124	2577	2801	2659	2426	24908
													Índices
Antigo Eixo	103	91	87	94	81	68	74	103	129	133	130	108	1200
Antigo Requeixo	108	91	84	92	73	68	77	100	123	133	131	119	1200
Antigo Concelho	106	91	86	93	78	68	75	100	126	133	130	115	1200

Gráfico 26: Movimento geral dos óbitos no antigo concelho de Eixo (1590-1910)



A sazonalidade ao óbito dos menores de sete anos

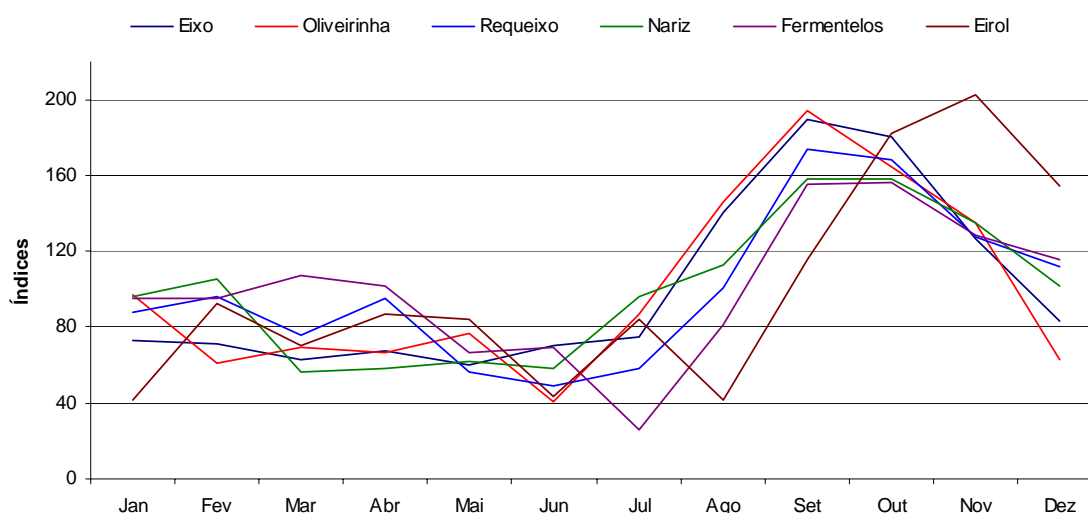
Para a análise da sazonalidade ao óbito desta faixa etária apenas se considerou o período compreendido entre 1850 e 1910. A razão desta opção encontra-se no facto de o registo de menores em momento anterior a 1850 ser praticamente inexistente e de os poucos casos presentes serem esparsos e absolutamente inconsequentes em termos de validade para análise demográfica. Ainda assim, consideraram-se apenas aqueles indivíduos para os quais se dispõe das datas de nascimento e de óbito completas.

Uma observação rápida do quadro e do gráfico dá a entender um relativo desfazamento das linhas do movimento dos óbitos, numa *décalage* que aparentemente diz respeito a todas as freguesias.

Quadro 20: Movimento dos óbitos de menores de 7 anos (1850-1910) – freguesias

Menores por freguesia	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Nº Absoluto
Eixo	29	26	25	26	24	27	30	56	73	72	49	33	470
Oliveirinha	57	33	41	38	45	23	51	86	111	97	77	37	696
Requeixo	39	39	34	41	25	21	26	45	75	75	55	50	525
Nariz	17	17	10	10	11	10	17	20	27	28	23	18	208
Fermentelos	33	30	37	34	23	23	9	28	52	54	43	40	406
Eirol	3	6	5	6	6	3	6	3	8	13	14	11	84
	Índices												
Eixo	73	72	63	67	60	70	75	140	189	181	127	83	1200
Oliveirinha	97	61	70	67	76	40	87	146	195	165	135	63	1200
Requeixo	87	96	76	95	56	49	58	101	174	168	127	112	1200
Nariz	96	106	57	58	62	58	96	113	158	158	135	102	1200
Fermentelos	96	95	107	102	67	69	26	81	156	157	129	116	1200
Eirol	42	92	70	87	84	43	84	42	116	182	203	154	1200

Gráfico 27: Movimento dos óbitos de menores de 7 anos (1850-1910) – freguesias



No entanto, colocando mais atenção nas várias linhas é possível distinguir três grupos: o primeiro diz respeito a Eixo e Oliveirinha, que correm muito próximas uma da outra e apresentam valores superiores a quase todas as restantes freguesias; um segundo é formado pelas séries de Requeixo, Nariz e Fermentelos, também elas muito próximas entre si e formando um núcleo razoavelmente coerente; um terceiro conjunto é constituído apenas por um elemento e diz respeito à linha de Eirol, que corre um pouco desfasada de todas as outras, mas que, no geral, repete os traços das anteriores.

É possível verificar que o padrão da mortalidade registada até aos sete anos é bastante idêntico ao da generalidade dos óbitos ou seja, acentuado na segunda metade do ano e com o ponto mais elevado em Setembro, mas com o início do “arranque” ainda em Julho. Este “arranque” mais precoce é compensado no mês de Janeiro, que em termos da mortalidade global apresenta valores ligeiramente superiores à média indiciária e se encontra, neste caso, já abaixo dessa média.

Seguindo o esquema traçado anteriormente, passa-se agora para o nível das antigas freguesias e do antigo concelho. Mantém-se aqui o mesmo pressuposto, ou seja, o de a freguesia de Eiol apenas integrar os cálculos relativos ao antigo concelho, ficando por isso de fora das antigas freguesias.

Quadro 21: Movimento dos óbitos de menores de 7 anos (1850-1910) – antigas freguesias e antigo concelho

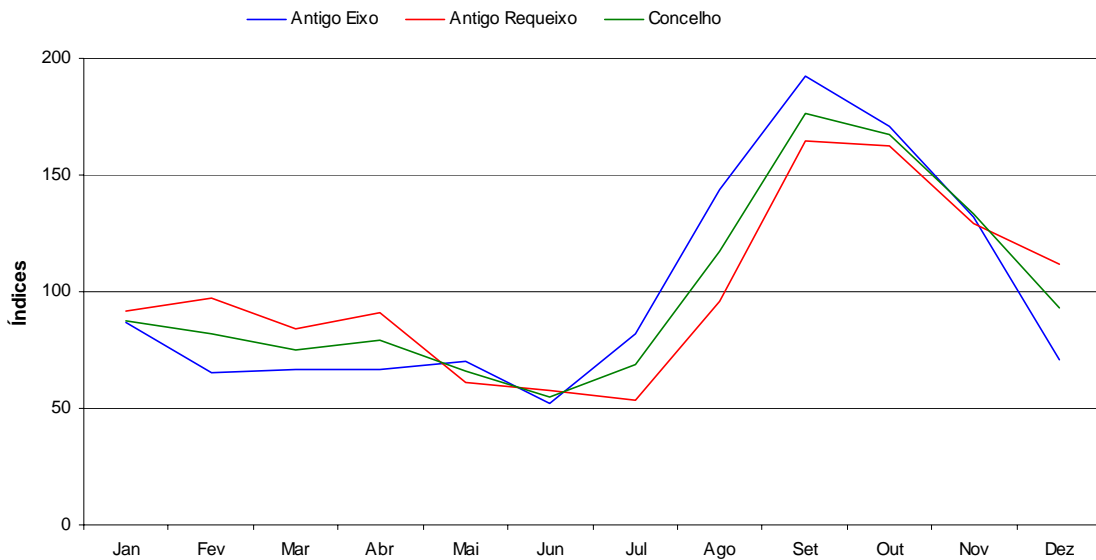
Menores por antigas freguesias	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Nº Absoluto
Antigo Eixo	86	59	66	64	69	50	81	142	184	169	126	70	1166
Antigo Requeixo	89	86	81	85	59	54	52	93	154	157	121	108	1139
Concelho	178	151	152	155	134	107	139	238	346	339	261	189	2389
Índices													
Antigo Eixo	87	66	67	67	70	52	82	144	192	171	132	71	1200
Antigo Requeixo	92	98	84	91	61	58	54	96	164	162	129	112	1200
Concelho	88	82	75	79	66	55	69	117	176	167	133	93	1200

Da reunião desses lugares nas antigas freguesias obtêm-se duas linhas ligeiramente distintas em termos de valores, mas com o mesmo desenho. Isto significa que a mortalidade dos menores de sete anos é particularmente intensa na segunda metade do ano, encontrando-se os valores mais extremados nos lugares da antiga freguesia de Eixo: mais elevados na fase mais crítica e mais baixos na fase mais suave. O arranque para a fase ascendente é também em Eixo ligeiramente mais precoce que em Requeixo.

Quando se transita para o nível do concelho, a linha correspondente parece representar os valores médios, dada a sua proximidade imediata com as duas linhas das freguesias. No entanto, mesmo admitindo essa possibilidade, é con-

veniente não esquecer que no traçado desta linha se incluiu também a freguesia de Eirol, cujos valores não são totalmente concordantes com os dos lugares constituintes das antigas freguesias.

**Gráfico 28: 1850-1910 - Movimento dos óbitos de menores de 7 anos
(antigas freguesias e antigo concelho)**



A sazonalidade ao óbito dos maiores de sete anos

Para a análise deste outro grupo de indivíduos, procedeu-se de forma similar à do anterior: apenas foram considerados os indivíduos dos quais se conheciam as datas exactas de nascimento e óbito. Procedeu-se à análise individualizada pelos lugares das antigas freguesias que estiveram na origem das novas, e recuou-se tanto quanto possível em cada um deles. Os valores mais antigos referem-se a Eixo e Oliveirinha (1590).

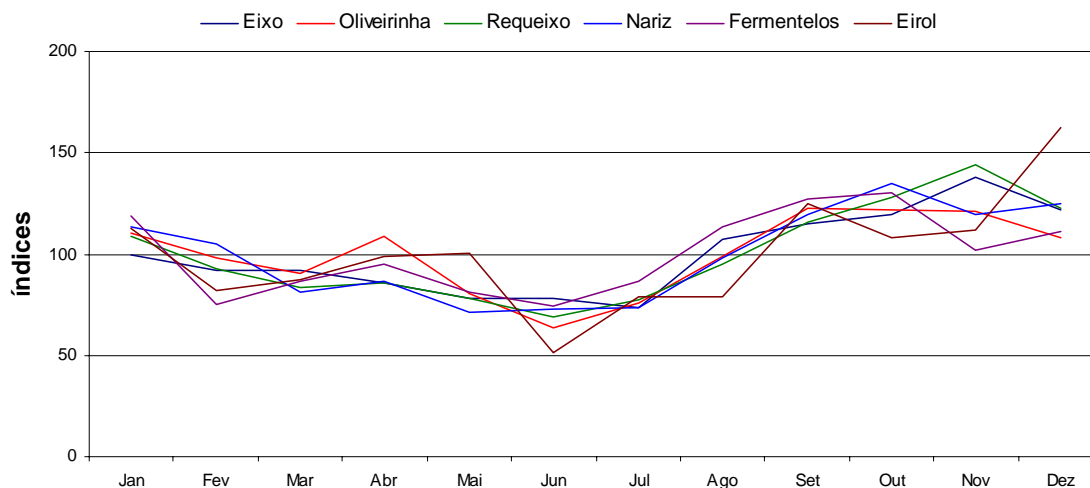
Verifica-se, quer pelo quadro quer pelo gráfico, que todas as séries seguem um percurso comum (com excepção de Eirol, naturalmente, um pouco a descompasso das restantes). O movimento dos óbitos inicia o seu percurso ascendente a partir da segunda metade do ano, inflectindo posteriormente em Janeiro, numa tendência cíclica para valores mais baixos. Um aspecto interes-

sante, encontrado por comparação com os valores relativos aos menores de sete anos, é o facto de as linhas serem mais “aplanadas”, isto é, não apresentarem uma amplitude tão grande entre valores extremos.

Quadro 22: Movimento dos óbitos de maiores de 7 anos – antigas freguesias (1850-1910)

Maiores de 7 anos por freguesia	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Nº Absolutos
Eixo	246	207	227	206	194	187	182	265	275	295	331	302	2917
Oliveirinha	284	230	232	271	208	158	196	254	305	313	301	279	3031
Requeixo	355	275	273	272	254	218	252	309	365	417	455	399	3844
Nariz	105	89	75	78	66	65	68	91	107	125	107	116	1092
Fermentelos	150	86	109	116	102	91	109	143	155	164	124	140	1489
Eirol	27	18	21	23	24	12	19	19	29	26	26	39	283
	Índices												
Eixo	99	92	92	86	78	78	74	107	115	119	138	122	1200
Oliveirinha	110	98	90	109	81	63	76	99	122	122	121	108	1200
Requeixo	109	93	84	86	78	69	77	95	116	128	144	122	1200
Nariz	113	105	81	87	71	72	73	98	119	135	119	125	1200
Fermentelos	119	75	86	95	81	75	86	113	127	130	102	111	1200
Eirol	113	82	88	99	100	52	79	79	125	108	112	163	1200

Gráfico 29: Movimento dos óbitos de maiores de 7 anos – antigas freguesias (1850-1910)



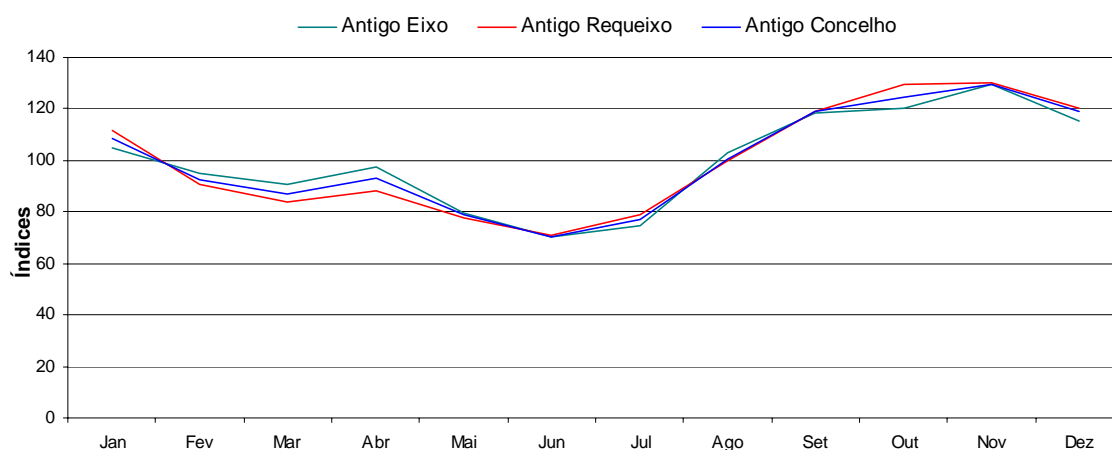
Agrupando os dados e passando ao nível do concelho, é novamente visível uma sobreposição quase perfeita das linhas e valores referentes às antigas freguesias e ao concelho. A presença de Eirol nos dados do concelho quase

passa despercebida, não fosse uma descida dos valores referentes ao mês de Junho ou a subida dos de Dezembro.

**Quadro 23: Movimento dos óbitos de maiores de 7 anos
(antigas freguesias e antigo concelho)**

Maiores de 7 anos nas antigas Freguesias	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Nº Absolutos
	Antigo Eixo	530	437	459	477	402	345	378	519	580	608	632	
Antigo Requeixo	610	450	457	466	422	374	429	543	627	706	686	655	6425
Concelho	1167	905	937	966	848	731	826	1081	1236	1340	1344	1275	12656
Índices													
Antigo Eixo	105	95	91	98	80	71	75	103	119	120	129	115	1200
Antigo Requeixo	112	91	84	88	77	71	79	100	119	130	130	120	1200
Antigo Concelho	109	92	87	93	79	70	77	101	119	125	129	119	1200

**Gráfico 30: Movimento dos óbitos de maiores de 7 anos
(antigas freguesias e antigo concelho)**



É chegado o momento de retirar algumas conclusões sobre o movimento dos óbitos. A primeira, que se impõe pela força com que se apresenta, é o facto de, independentemente do nível de agrupamento, os resultados serem uniformes e quase representativos de todo o antigo concelho de Eixo. O fenómeno “mortalidade” apresentava-se nesta zona com um modelo único, não dando lugar a grandes divergências. Mesmo os pequenos desfasamentos verificados em Eirol são, de forma quase certa, originados antes na diminuta quantidade de elementos disponíveis que na existência de qualquer padrão autónomo. A prova de que os dados são diminutos encontra-se no escasso peso que

acabam por ter no cômputo final dos valores do antigo concelho, ou seja, quase não se nota a sua presença.

É ponto comum que os óbitos ocorrem mais intensamente na segunda metade do ano, seja ao nível do lugar, da freguesia ou do concelho. Esta incidência, a partir do verão e do Outono, leva à assumpção de se tratar de uma mortalidade associada, sobretudo, às águas. A diminuição natural das reservas aquíferas disponíveis decorrente da estiagem, a presumível contaminação de poços e fontes por infiltrações de águas residuais, a formação de vastos charcos de águas estagnadas (locais privilegiados para a incubação de mosquitos transmissores de febres palúdicas) serão, sem dúvida, o cerne da explicação da mortalidade estivo-outonal. Com a reposição, pelas chuvas, dos níveis aceitáveis de água no solo, sobretudo no Inverno, a mortalidade recua fortemente para mais tarde dar início a novo ciclo.

Outros lugares

Apesar de as condições materiais e humanas intervirem de forma importante em termos da mortalidade e terem diferentes expressões nos diversos lugares, é interessante proceder a uma comparação, com a sazonalidade dos óbitos noutros pontos do país.

Na vizinha freguesia de Aradas,⁴⁹ a sazonalidade ao óbito, quer dos menores de sete anos quer dos maiores, apresenta-se quase como um decalque da encontrada em Eixo. Verifica-se um crescendo da mortalidade dos menores de sete anos entre Agosto e Novembro, ao qual se segue uma descida pronunciada. No caso dos maiores de sete anos a situação é semelhante, apenas não tão pronunciada a subida e não tão abrupto o retorno aos valores mais baixos.

⁴⁹ Fernando Alberto Lacerda, *S. Pedro de Aradas...* op. cit., pág. 194 e seguintes.

Ainda no distrito de Aveiro, em Cortegaça,⁵⁰ a situação é muito idêntica em ambos os casos (maiores e menores de sete anos), ou seja, o aumento dos óbitos tem início no mesmo momento e verifica-se o mesmo tipo de descida (se bem que nos menores de sete anos o retorno aos valores baixos de Fevereiro seja feito de forma mais suave). Em S. Vicente de Pereira,⁵¹ o panorama para os menores de sete anos é idêntico, ou seja, a mortalidade situa-se predominantemente no segundo semestre, atinge o máximo em Outubro e encaminha-se para uma descida pronunciada nos meses seguintes. No caso dos maiores de sete anos, as semelhanças também são muitas: a mortalidade arranca também no segundo semestre, um pouco mais tardiamente, aumentando até aos meses de inverno, quando atinge o máximo.

Em Oliveira de Azeméis,⁵² no século XIX, os valores dos óbitos de menores conhecem a fase de arranque acentuado mais prematuramente, ou seja, ainda durante o mês de Julho, e mantêm-se elevados até Novembro. Os valores máximos são, no entanto, alcançados entre Agosto e Setembro. No caso dos maiores de sete anos, os valores elevados dos óbitos tendem a descolar mais tardiamente (a partir de Agosto) e arrastam-se para os meses de Janeiro/Fevereiro.

Mais a norte, em Guimarães,⁵³ considerando apenas os valores até 1820, o período de maior mortalidade estende-se por mais tempo, iniciando o seu percurso pelos valores superiores, em Agosto ou Setembro e prolongando-se até Janeiro ou Fevereiro (caso se trate de zona urbana ou rural, respectivamente). São seis meses onde os valores indiciários da mortalidade se encontram claramente acima da média. Em Santo André de Barcelinhos,⁵⁴ a mortalidade dos menores de sete anos assume valores positivos já em Julho, mantendo-se até Novembro, inclusive. O zénite é alcançado, no entanto, no mês de Setembro. No caso dos maiores de sete anos, o avanço para valores elevados de mortalidade ocorre ligeiramente mais tarde (apenas em Setembro), e estes

⁵⁰ Maria Palmira da Silva Gomes, *Estudo Demográfico...*, op. cit., pág. 90 e seguintes.

⁵¹ Hélder J. Pinho de Almeida, *S. Vicente de Pereira-Jusã...* op. cit., pp. 156-163.

⁵² Cálculos efectuados sobre dados de Cláudia Monteiro, *Oliveira de Azeméis...*

⁵³ Maria Norberta Amorim, *Guimarães...*, op. cit., pp. 320-326.

⁵⁴ Inês Martins Faria, *Santo André de Barcelinhos...*, op. cit., pp. 138-141.

manter-se-ão elevados até Janeiro/Fevereiro. Ainda no Minho, em Santiago de Romarigães,⁵⁵ torna-se difícil estabelecer um padrão face aos valores apresentados para os maiores de sete anos, que, durante a segunda metade do século XVIII e no XIX, são bastante irregulares. O período mais gravoso pode, no entanto, situar-se durante os meses inverniais.

Terminando a ronda do Minho por Meadela,⁵⁶ o acentuar dos óbitos dos maiores de sete anos nesta localidade ocorre a partir de Agosto/Setembro, mantendo-se em valores elevados durante os meses de inverno (denotando-se, no entanto, muita irregularidade ao longo do período 1635-1850). Neste como em outros casos o reduzido número de observações talvez seja responsável por tamanha irregularidade. No caso dos menores de sete anos, os meses mais fortes em termos de mortalidade situam-se entre Setembro e Dezembro (se bem que o crescendo se inicie em Julho/Agosto), com um pico claro em Fevereiro.

Inflexindo para o interior, em Trás-os-Montes a sazonalidade da mortalidade observada em três paróquias distintas⁵⁷ (Rebordãos, Cardanha e Poiães), até ao final do primeiro quartel do século XIX, aponta para valores indiciários acima da média entre os meses de Agosto e Janeiro. Em Calvão,⁵⁸ a mortalidade de menores de sete anos conhece valores acima da média indiciária a partir de Julho, situação que se estende até Novembro, e apresenta novo pequeno pico em Fevereiro. A mortalidade adulta assume contornos mais irregulares, mas é predominante na segunda metade do ano. Em Palaçoulo⁵⁹ o panorama é muito semelhante ao de Calvão em termos de mortalidade dos menores e maiores de sete anos.

⁵⁵ Carlota Maria dos Santos, *Santiago de Romarigães, comunidade rural do alto Minho...* op. cit., pág. 194 e seguintes.

⁵⁶ Maria Glória Para Santos Solé, *Meadela, comunidade rural...*, op. cit., pp. 244-150.

⁵⁷ Maria Norberta Amorim, *Guimarães...*, op. cit., pp. 320.

⁵⁸ José Alfredo Faustino, *Calvão – Uma Paróquia Rural...*, op. cit., pág. 232.

⁵⁹ Fábria Maria Raposo, *Estudo demográfico de uma paróquia do planalto mirandês...*, op. cit., pp. 141 e seguintes.

No Alentejo, os únicos dados disponíveis dizem respeito à freguesia de Selmes⁶⁰ e apresentam uma mortalidade infantil centrada ao longo de quatro a cinco meses, com início em Julho/Agosto. Os óbitos dos maiores de sete anos revelam-se muito mais irregulares, em boa medida devido à pouca quantidade de elementos de observação. No entanto, para os primeiros sessenta anos do século XIX, é perceptível a tendência para uma concentração na segunda metade do ano.

Nos Açores, concretamente na ilha do Pico,⁶¹ os valores indiciários da mortalidade dos menores de sete anos indicam que esta ocorre a partir do segundo semestre, com início oscilante entre os meses de Julho e Setembro e com uma duração de quatro a cinco meses. A mortalidade dos maiores de sete anos inicia-se por norma em Setembro, prolongando-se até Janeiro do ano seguinte.

⁶⁰ Anabela Silva de Deus Godinho, *Comportamentos demográficos...*, op. cit., pp. 88-91.

⁶¹ Maria Norberta Amorim, *Evolução Demográfica de Três Paróquias...*, op. cit., pp. 209 e seguintes.

Capítulo VI – A Nupcialidade

A idade média do primeiro casamento	307
Análise por gerações	307
Análise transversa	313
Outras terras	318
Repartição proporcional por grupos de idades ao primeiro casamento	322
A idade combinada dos cônjuges	328
Diferenças de idades entre os nubentes ao primeiro casamento	332
O estado civil anterior dos nubentes.....	334
Distribuição dos nubentes segundo o estado civil	335
Estado civil combinado dos nubentes	336
Idade média ao casamento segundo o estado civil anterior	338
A idade combinada ao casamento segundo a origem e estado civil dos nubentes	340
Duração dos casamentos	341
Viuvez e ulterior casamento.....	342
Viuvez e recasamento	343
Frequência do recasamento segundo a idade à viuvez.....	344
Intervalo entre viuvez e recasamento.....	345

Idade ao recasamento	346
Idade média dos viúvos a um novo casamento	348
O celibato definitivo.....	349

“O matrimónio foi instituído por Deos, para multiplicação, & cõservação da geração humana, & para evitar peccados: & depois instituído por Christo em Sacramêto, pelo qual se alcança graça, & tem outros excellentes effeytos, & por ser de tanta utilidade, convem celebrarse com toda a solemnidade, & ordem...”¹

Começa desta forma o *Título IX*, respeitante ao sacramento do matrimónio nas *Constituições Sinodais do Bispado de Coimbra* de 1591. Apesar deste acto ser legitimado pelas leis dos homens e santificado pela de Deus e da Igreja Católica, a sua concretização obedecia a um processo complexo e por vezes demorado, uma vez que tinham de ser observados rígidos requisitos para a sua realização. Era à Igreja que competia o desenvolvimento de todo o processo e a verificação do cumprimento dos normativos estipulados. O primeiro passo para desencadear o procedimento natural e burocrático do matrimónio competia aos noivos, que deveriam dar conhecimento das suas intenções ao respectivo pároco.² Este tinha por obrigação tornar públicos tais desígnios durante três domingos consecutivos (ou dias de festa) e, simultaneamente, devia instar o povo da sua freguesia, e da freguesia de algum dos nubentes (caso um deles não fosse seu paroquiano), a dar conhecimento de qualquer impedimento que inviabilizasse o matrimónio em projecto.

Os impedimentos que desfaziam ou impediam o casamento eram muitos e de variada ordem, aparecendo elencados na *Const. III* do mesmo *Título IX* das

¹ *Constituicoens Synodaes...*, op. cit., *Tit. IX, Const. I*, pág. 61.

² *Idem*, op. cit., *Tit. IX, Const. II, § 1*.

Constituições sinodais. Diziam respeito à comprovação do estado civil dos contraentes, às idades de cada um deles, ao parentesco, a compromissos de ordem pessoal, social ou religiosa e a outras situações de carácter legal. A elaboração dos autos de um processo de casamento, fosse qual fosse a posição social dos contraentes, implicava a realização de um amplo conjunto de pesquisas de carácter genealógico e judicial, bem como a devassa pública das vidas de cada um, tendo em vista impedir *“muytos males, escândalos & perigos das almas”*³.

Pelas averiguações que então se efectuavam, procurava-se descobrir se algum dos nubentes era casado, se ambos possuíam a idade canónica admitida para o casamento (12 anos completos para a rapariga e 14 para o rapaz), se tinham professado voto solene ou recebido ordens sacras, se casavam de livre vontade, se eram parentes até ao quarto grau ou tinham algum parentesco por afinidade até esse mesmo grau, se tinham sangue mouro ou gentio e ainda não eram baptizados, se algum estava comprometido para casar com outro, se algum era demente ou não tinha consciência do que fazia, etc....⁴ Era ainda interdito o acesso ao casamento aos homicidas de cônjuge anterior, aos que cometiam incesto ou adultério, aos homicidas de clérigos, assim como aos que roubavam esposa alheia ou tivessem cometido qualquer pecado que implicasse uma penitência pública.⁵

A todas estas limitações canónicas e legais juntavam-se ainda as decorrentes da condição económica de cada um dos noivos. Entre elas refere-se a questão do dote (embora muitas vezes não se colocasse, pois os pobres pouco ou nada tinham para “negociar”), a capacidade económica para criar e manter um novo lar, ou ainda (e com alguma frequência) os meios necessários para conseguir

³ *Constituicoens Sinodaes...*, op. cit., *Tít. IX, Const. II*, pág. 61.

⁴ *Idem*, *Tít. IX, Const. III*, § 1, pág. 65.

⁵ *Idem*, *ibidem*, § 2, pág. 65.

uma dispensa matrimonial que relevasse os impedimentos dos nubentes, mormente os de parentesco por consanguinidade ou afinidade.⁶

A idade média do primeiro casamento

Uma primeira avaliação da nupcialidade no antigo concelho de Eixo passa obrigatoriamente pela determinação da idade média de acesso ao primeiro matrimónio. Esta pode ser calculada por dois processos: seguindo o percurso de cada uma das gerações ou grupo de gerações (análise longitudinal), ou partindo das datas de casamento (análise transversa), obtendo-se desta forma um instantâneo de um momento ou período.

Não se privilegiou qualquer um destes tipos de análise, antes se empregaram ambos, uma vez que se complementam. Se a análise por gerações “desperdiça” os últimos 50 anos de uma série, estes podem ser observados através da análise transversal, que fornece uma imagem desses anos numa perspectiva de momento. Se pela análise longitudinal se observa o comportamento de uma ou várias gerações, na transversal regista-se (de forma precisa) a situação de um dado momento pela criação de uma coorte fictícia.

Análise por gerações

A observação dos quadros 1 e 3 não deixa margem a grandes dúvidas sobre a elevada idade média dos nubentes ao primeiro casamento.⁷ Esta situa-se, no

⁶ Manuel Ardit Lucas, *La estrategia de la consanguinidade en una parroquia del interior valenciano: Villar del Arzobispo, 1603-1920*, VII Congresso da ADEH, Granada, 2004. Neste trabalho, o autor indica que a dispensa matrimonial segundo as constituições do bispado de Valência custava 3 libras e 12 soldos, ou seja, o equivalente a metade do salário anual de uma assalariada do serviço doméstico. Apesar de não ser um valor considerado proibitivo pelo autor, acrescenta-se que era um factor que poderia fazer retardar o acesso ao matrimónio.

⁷ Para o cálculo da idade média ao primeiro casamento, assim como para todos os outros cálculos em que a idade é factor importante, utilizaram-se as idades exactas dos intervenientes ao acto, não sendo por isso necessário empregar o factor de correcção de 0,5. Apenas se levaram em consideração, para o cálculo da idade média ao primeiro casamento, os indivíduos do

caso dos homens, em valores quase sempre superiores aos 25 anos, chegando a ultrapassar em várias décadas a casa dos 30. No caso das mulheres, os valores são também elevados, situando-se sempre acima dos 25 anos entre a década de 1660 e 1860, à excepção da de 1680-1689, em que se registou um valor de 23,8 anos.

Quadro 1: Idade média ao 1º casamento – homens (por gerações)

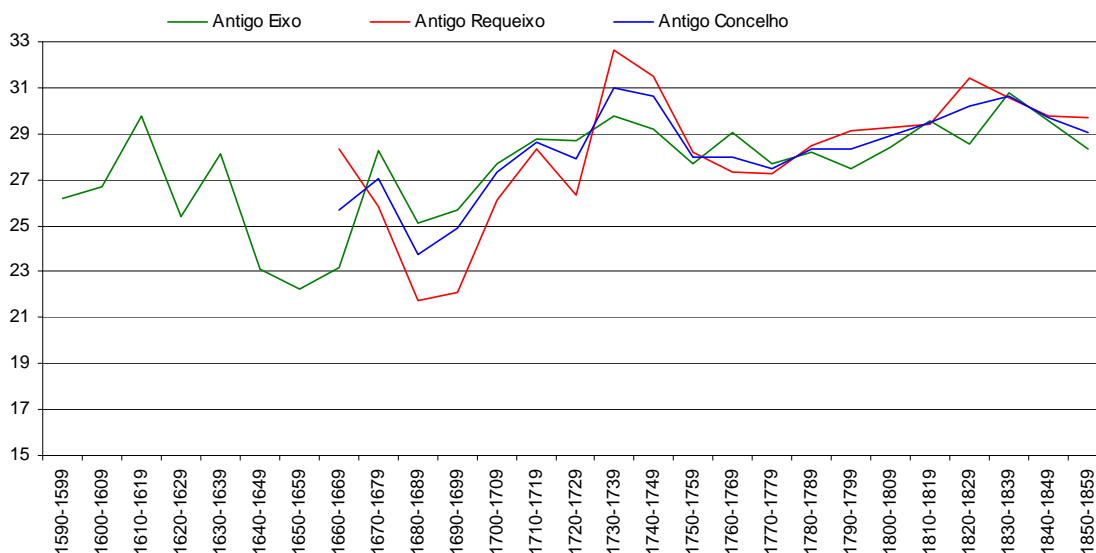
Anos	Eixo		Oliveirinha		Antiga Freg. de Eixo		Requeixo		Nariz		Fermentelos		Antiga freg. de Requeixo		Concelho sem EiroI	
	Casos	Idade	Casos	Idade	Casos	Idade	Casos	Idade	Casos	Idade	Casos	Idade	Casos	Idade	Casos	Idade
1590-1599	2	23,4	8	26,9	10	26,2										
1600-1609	5	26,8	4	26,6	9	26,7										
1610-1619	5	28,6	3	31,7	8	29,8										
1620-1629	3	25,4	0	0,0	3	25,4										
1630-1639	9	28,3	1	26,5	10	28,1										
1640-1649	9	23,2	5	22,8	14	23,1										
1650-1659	18	21,5	22	22,9	40	22,3										
1660-1669	26	22,0	8	26,9	34	23,2	23	28,3	4	24,9	5	31,1	32	28,3	66	25,7
1670-1679	31	28,4	39	28,2	70	28,3	50	25,2	12	26,6	10	28,3	72	25,8	142	27,1
1680-1689	49	25,7	46	24,5	95	25,1	52	21,6	8	22,2	3	22,3	63	21,7	158	23,8
1690-1699	52	26,9	57	24,6	109	25,7	26	22,6	4	18,5	0		30	22,1	139	24,9
1700-1709	47	27,4	71	27,8	118	27,7	23	25,7	4	25,0	3	31,0	30	26,1	148	27,3
1710-1719	43	30,4	55	27,5	98	28,8	31	28,8	8	25,9	14	28,5	53	28,3	151	28,6
1720-1729	34	28,8	53	28,5	87	28,7	15	25,6	6	28,8	21	26,1	42	26,3	129	27,9
1730-1739	47	29,3	61	30,2	108	29,8	34	33,8	13	33,9	28	30,7	75	32,6	183	31,0
1740-1749	28	30,0	55	28,9	83	29,2	75	32,0	22	30,8	36	30,9	133	31,5	216	30,6
1750-1759	43	27,0	53	28,2	96	27,7	91	28,6	32	27,0	32	28,1	155	28,2	251	28,0
1760-1769	47	28,3	58	29,7	105	29,1	111	27,0	21	25,7	34	29,5	166	27,3	271	28,0
1770-1779	42	27,0	68	28,1	110	27,7	82	27,3	27	26,9	36	27,5	145	27,3	255	27,5
1780-1789	60	28,0	60	28,4	120	28,2	86	28,2	21	26,8	44	29,8	151	28,5	271	28,3
1790-1799	54	27,0	71	27,9	125	27,5	82	28,7	21	27,7	32	31,3	135	29,1	260	28,3
1800-1809	47	28,8	60	28,1	107	28,4	60	29,6	32	28,6	42	29,2	134	29,3	241	28,9
1810-1819	55	29,5	66	29,6	121	29,6	86	29,3	25	29,3	40	29,8	151	29,4	272	29,5
1820-1829	52	29,5	73	27,9	125	28,6	95	30,9	35	33,2	40	31,2	170	31,4	295	30,2
1830-1839	44	33,3	83	29,4	127	30,8	74	31,0	26	29,5	40	30,5	140	30,6	267	30,7
1840-1849	56	29,7	70	29,5	126	29,6	72	29,9	22	30,2	49	29,6	143	29,8	269	29,7
1850-1859	54	27,9	75	28,7	129	28,4	78	30,3	21	28,9	49	29,1	148	29,7	277	29,1

Os valores da idade média dos homens ao primeiro casamento, na antiga freguesia de Eixo (que incluía os lugares de Eixo e Oliveirinha), raramente se situam abaixo da casa dos 25 anos. Apenas as décadas compreendidas entre 1640 e 1670 observam valores inferiores a esta idade, pelos motivos anteriormente explicitados (fase de expansão económica e territorial). Os valores conhecem uma estabilidade prolongada, normalmente em torno da casa dos

sexo masculino com idades ao casamento compreendidas entre os 14 e os 50 anos e os do sexo feminino entre 12 e os 50.

28-29 anos, com pequenas oscilações pontuais. Em 1830-1839⁸ atingem o valor máximo de 30,8, iniciando a partir dessa década um movimento de descida relativamente lenta.

Gráfico 1: Homens – Idade média ao primeiro casamento



Na antiga freguesia de Requeixo a irregularidade é um pouco maior, por força da existência de alguns dados incompletos. No entanto, a partir do momento em que os dados apresentam alguma consistência e se consolidam (após 1770), os valores fixam-se na faixa superior dos 29-30 anos, de onde parecem não querer baixar com o correr do tempo.

Quanto à pequena freguesia de Eiról, os valores encontrados debatem-se com dois problemas sérios – existem amplas falhas nos registos (sejam eles de casamentos, baptismos ou, de menor importância neste caso, óbitos), que aliadas à reduzida dimensão dos dados que foi possível recolher, produzem valores bastante irregulares para esta observação. No entanto, e por aquilo que é dado observar, a tendência para valores elevados da idade ao primeiro matrimónio é uma constante.

⁸ Curiosamente, trata-se de uma década afectada por uma forte crise epidémica, com repercussões significativas no campo demográfico, como se verá no capítulo da mortalidade.

A avaliação global dos dados encontrados para o antigo concelho de Eixo não podia, naturalmente, deixar de reflectir a tendência para números de elevada grandeza, encontrados em cada uma das freguesias de *per si*. A inversão desta tendência apenas ocorrerá a partir do final da segunda metade do século XIX.

Partindo do *Quadro 1*, é possível traçar outros, em que os dados são agrupados de forma a elaborar qualquer periodização que se pretenda.⁹ A periodização apresentada no *Quadro 2* é apenas uma das muitas possíveis, e pretende dar uma visão mais globalizante da evolução das idades médias ao primeiro casamento.

Quadro 2: Homens – Idade média ao 1º casamento por períodos

Anos	Eixo		Oliveirinha		Antiga freguesia de Eixo		Requeixo		Nariz		Fermentelos		Antiga freguesia de Requeixo		Concelho s/ Eiol	
	Casos	Idade	Casos	Idade	Casos	Idade	Casos	Idade	Casos	Idade	Casos	Idade	Casos	Idade	Casos	Idade
até 1650	33	26,2	43	24,7	76	25,3										
1650-1709	223	25,9	221	26,3	444	26,1	174	24,2	32	24,1	21	28,5	227	24,6	671	25,6
1710-1749	152	29,6	277	28,7	429	29,0	246	30,2	81	29,1	131	29,1	458	29,7	887	29,4
1750-1799	246	27,5	317	28,4	563	28,0	421	28,0	122	27,3	188	29,4	731	28,2	1294	28,1
1800-1860	308	29,7	373	29,0	681	29,3	413	30,2	132	30,6	222	29,9	767	30,2	1448	29,8
1590-1860	962	28,1	1231	28,2	2193	28,1	1254	28,7	367	28,6	562	29,5	2183	28,9	4376	28,5

Os resultados deste último quadro realçam de forma ainda mais nítida as elevadas idades dos homens ao primeiro casamento em todas as freguesias do antigo concelho de Eixo, permitindo concluir que, no total dos 170 anos compreendidos entre 1710 e 1860, os valores nunca descem abaixo dos vinte e oito anos. Entre os anos de 1750 e 1799, apenas pontualmente as freguesias de Nariz e Eixo conheceram valores ligeiramente inferiores.

No caso do sexo feminino a situação não é muito diferente da observada para os homens: a idade ao primeiro casamento também se apresenta elevada ao

⁹ Para obtenção dos valores para periodizações (P) diferentes é suficiente aplicar a seguinte fórmula para cada período desejado: quociente do somatório dos produtos do número de casos

(C) pela idade média (I) de cada década, sobre o somatório dos casos registados:
$$P = \frac{\sum C.I}{\sum C}$$

longo de todas as décadas e períodos considerados, embora os valores sejam ligeiramente mais baixos que os dos seus parceiros do sexo masculino. Uma apreciação aos resultados apresentados no *Quadro 3* permite concluir que, entre 1660 e 1860, na antiga freguesia de Eixo, a idade das mulheres ao primeiro casamento jamais desce abaixo dos 25 anos, nunca alcançando os 30 (embora por vezes fique lá muito próxima). A avaliação dos lugares/freguesias da antiga freguesia de Requeixo aparece prejudicada, em razão da falha de registos de casamentos, já referida. No entanto, após o recomeço dos mesmos, verifica-se ter esta antiga freguesia valores mais elevados que a antiga freguesia da sede de concelho (chegam a ultrapassar a fasquia dos trinta anos). A freguesia de Eirol, apesar de revelar os problemas já referidos no caso do sexo masculino, também aponta para idades significativamente elevadas.

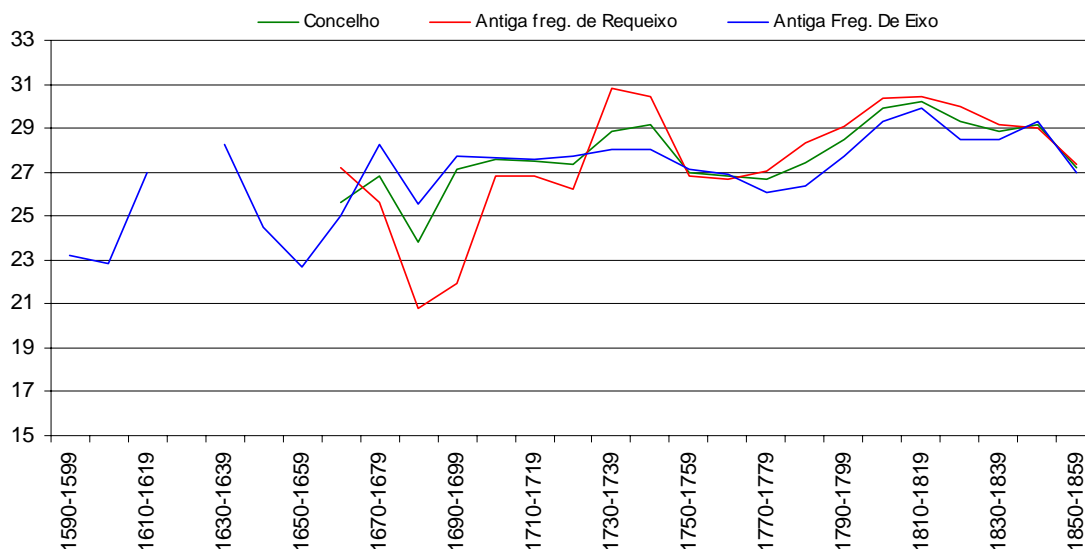
Quadro 3: Idade média ao 1º casamento – Mulheres (por gerações)

Anos	Eixo		Oliveirinha		Antiga Freg. De Eixo		Requeixo		Nariz		Fermentelos		Antiga Freg. de Requeixo		Concelho sem Eirol	
	Casos	Idade	Casos	Idade	Casos	Idade	Casos	Idade	Casos	Idade	Casos	Idade	Casos	Idade	Casos	Idade
1590-1599	21	22,9	13	23,7	34	23,2										
1600-1609	8	20,8	8	25,0	16	22,9										
1610-1619	12	27,7	3	24,4	15	27,0										
1620-1629																
1630-1639	11	28,7	9	27,7	20	28,2										
1640-1649	17	24,3	14	24,8	31	24,5										
1650-1659	23	22,8	22	22,6	45	22,7										
1660-1669	12	23,5	15	26,2	27	25,0	8	26,1	1	24,8	2	32,7	11	27,2	38	25,6
1670-1679	26	28,4	48	28,2	74	28,2	63	25,4	16	25,9	9	27,3	88	25,6	162	26,8
1680-1689	57	25,3	69	25,7	126	25,5	50	20,5	14	21,0	7	22,4	71	20,8	197	23,8
1690-1699	77	28,6	79	26,8	156	27,7	17	22,5	1	12,3	0		18	21,9	174	27,1
1700-1709	61	27,5	96	27,8	157	27,6	9	26,1	1	20,2	1	40,1	11	26,8	168	27,6
1710-1719	67	28,1	73	27,2	140	27,6	16	24,7	1	32,8	14	28,8	31	26,8	171	27,5
1720-1729	44	27,3	82	28,0	126	27,8	13	28,4	0		33	25,4	46	26,2	172	27,4
1730-1739	53	27,5	82	28,3	135	28,0	29	34,5	5	34,3	27	26,1	61	30,8	196	28,9
1740-1749	47	27,6	69	28,3	116	28,0	57	32,0	24	29,3	24	28,0	105	30,5	221	29,2
1750-1759	55	26,3	78	27,7	133	27,1	112	27,2	32	25,5	50	27,0	194	26,8	327	27,0
1760-1769	54	26,8	93	27,0	147	26,9	117	26,6	31	27,9	48	26,2	196	26,7	343	26,8
1770-1779	64	25,5	68	26,6	132	26,1	122	26,9	35	26,8	48	27,6	205	27,0	337	26,7
1780-1789	70	26,2	80	26,5	150	26,4	122	29,1	26	26,9	44	26,9	192	28,3	342	27,5
1790-1799	68	27,4	84	28,0	152	27,7	104	29,2	32	28,8	46	29,1	182	29,1	334	28,5
1800-1809	63	30,7	92	28,3	155	29,3	113	31,4	36	29,2	53	28,9	202	30,3	357	29,9
1810-1819	69	30,2	88	29,7	157	29,9	90	31,8	38	29,1	32	28,4	160	30,5	317	30,2
1820-1829	59	29,8	94	27,7	153	28,5	100	29,7	37	30,0	49	30,7	186	30,0	339	29,3
1830-1839	61	27,8	86	29,0	147	28,5	93	29,6	36	29,6	49	28,0	178	29,2	325	28,8
1840-1849	69	29,7	93	29,0	162	29,3	87	29,4	26	27,9	53	29,0	166	29,0	328	29,2
1850-1859	64	27,0	85	27,0	149	27,0	98	28,0	29	27,9	52	25,8	179	27,4	328	27,2

O cômputo global do antigo concelho deixa bem expressa a realidade parcialmente indicada para cada uma das freguesias que o constituíam. O *Gráfico 2* permite a visualização dos valores referentes às idades médias das mulheres

ao primeiro casamento, nas antigas freguesias de Eixo e Requeixo, assim como os valores observados para a generalidade do antigo concelho.

Gráfico 2: Mulheres – Idade média ao primeiro casamento



Passada a fase de irregularidade inicial, que se estende até 1660, as curvas e os números que elas representam tendem progressivamente a unir-se em torno de um valor comum, o que acaba por acontecer sensivelmente em 1750, prolongando-se em seguida, num movimento quase perfeito, até ao final do período em observação. Os valores caminham de forma lenta para a fasquia dos 30 anos, que chegam mesmo a superar na segunda década do século XIX, considerando o antigo concelho no seu todo.

Quadro 4: Mulheres – Idade média ao 1º casamento por períodos

Anos	Eixo		Oliveirinha		Antiga freguesia de Eixo		Requeixo		Nariz		Fermentelos		Antiga freguesia de Requeixo		Concelho s/ Eirol	
	Casos	Idade	Casos	Idade	Casos	Idade	Casos	Idade	Casos	Idade	Casos	Idade	Casos	Idade	Casos	Idade
até 1650	94	24,5	70	24,5	164	24,5										
1650-1709	233	27,2	307	27,0	540	27,1	147	23,5	33	23,2	19	26,7	199	23,7	739	26,2
1710-1749	266	27,4	384	27,9	650	27,7	227	29,2	62	27,8	148	26,8	437	28,2	1087	27,9
1750-1799	319	27,3	417	27,3	736	27,3	578	28,6	160	27,8	239	27,8	977	28,3	1713	27,9
1800-1860	326	28,9	460	28,5	786	28,7	484	29,7	173	29,1	239	28,2	896	29,2	1682	28,9
1590-1860	1238	27,5	1638	27,6	2876	27,6	1436	28,5	428	27,9	645	27,7	2509	28,2	5385	27,9

Agrupando os dados em periodização idêntica à realizada para o sexo masculino, pode verificar-se, numa avaliação global do concelho, o posicionamento

dos valores acima da marca dos 26 anos desde 1650. Mesmo a nível das freguesias, somente no período 1650-1709, em Requeixo e Nariz, esteve esse valor abaixo da referida fasquia dos 26 anos.

Análise transversa

Como complemento ao estudo da idade média ao primeiro casamento, procedeu-se ao exame da série, partindo agora das datas de realização dos matrimónios. A atenção vai recair sobre dois níveis: num primeiro momento, sobre o período correspondente a 1860-1910, em seguida, sobre os anos anteriores.

Em termos de individualização das freguesias, convém ter em conta algumas observações, também válidas para os quadros respeitantes ao sexo feminino. Apenas Eixo apresenta uma série completa de casamentos em todo o período. No entanto, os valores das primeiras décadas poderão revelar uma representatividade pouco significativa pelo facto de não ter sido possível identificar cabalmente todos os intervenientes nos actos de casamento. O número de casos observados ficou desta forma mais reduzido. Tendo sido elevada a freguesia apenas em 1849, Oliveirinha possui, no entanto, alguns registos desde o início do século XIX, uma vez que já gozava de alguma autonomia em relação a Eixo. Nariz possui registos próprios desde 1819, que eram até essa data lavrados na matriz de Requeixo. Fermentelos efectua os assentos de casamentos desde 1742, sendo os anteriores também realizados na matriz de Requeixo. Eirol e Requeixo apresentam as já amplamente referidas lacunas nos registos de casamento.

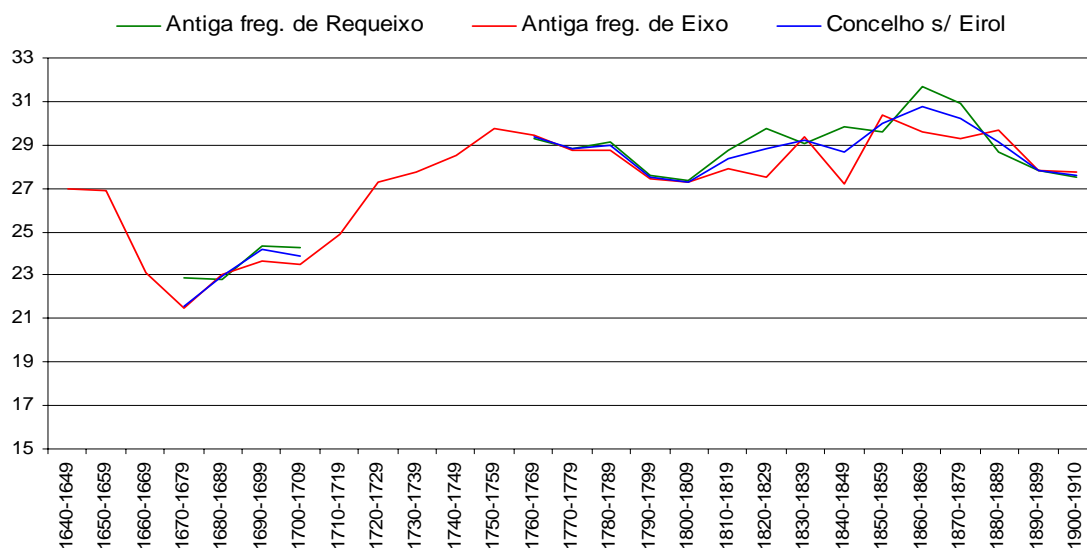
A primeira constatação aponta para um valor máximo da idade ao casamento para o sexo masculino de 30,8 anos, na década de sessenta do século XIX, a nível do concelho. Este valor inicia um movimento descendente durante os quase cinquenta anos seguintes, até alcançar, entre 1900 e 1910, o valor médio de 27,6 anos, ou seja, verifica-se uma quebra de mais de três anos na idade dos homens ao primeiro casamento. Mesmo assim, pode considerar-se que este continua a ser um valor bastante elevado. Nos restantes anos da

série, nomeadamente a partir de 1710, os valores situam-se sempre acima dos 25 anos, a maior parte das vezes na casa dos 28 (muito próximo dos 29).

Quadro 5: Homens – Idade média ao casamento (análise transversa)

Anos	Eixo		Oliveirinha		Antiga freg. de Eixo		Requeixo		Nariz		Fermentelos		Antiga freg. de Requeixo		Concelho s/ Eirol	
	Casos	Idade	Casos	Idade	Casos	Idade	Casos	Idade	Casos	Idade	Casos	Idade	Casos	Idade	Casos	Idade
1640-1649	3	27,0			3	27,0										
1650-1659	2	26,9			2	26,9										
1660-1669	20	23,1			20	23,1										
1670-1679	37	21,5			37	21,5	1	22,9					1	22,9	38	21,5
1680-1689	28	23,0			28	23,0	6	22,8					6	22,8	34	23,0
1690-1699	23	23,7			23	23,7	58	24,4					58	24,4	81	24,2
1700-1709	112	23,5			112	23,5	114	24,2					114	24,2	226	23,9
1710-1719	60	24,9			60	24,9										
1720-1729	113	27,3			113	27,3										
1730-1739	127	27,8			127	27,8										
1740-1749	96	28,5			96	28,5					21	27,8				
1750-1759	89	29,8			89	29,8					20	26,1				
1760-1769	94	29,4			94	29,4	1	27,2			17	29,4	18	29,3	112	29,4
1770-1779	102	28,8			102	28,8	135	28,8			32	28,9	167	28,9	269	28,8
1780-1789	106	28,8			106	28,8	118	29,3			36	28,6	154	29,1	260	29,0
1790-1799	95	27,4			95	27,4	156	26,9			33	31,1	189	27,6	284	27,5
1800-1809	97	27,3			97	27,3	87	27,4			32	27,3	119	27,4	216	27,3
1810-1819	116	27,9			116	27,9	108	28,2			34	30,4	142	28,8	258	28,4
1820-1829	97	27,6			97	27,6	88	29,7	15	29,5	33	29,8	136	29,7	233	28,8
1830-1839	105	29,4			105	29,4	63	28,6	23	28,9	46	29,6	132	29,0	237	29,2
1840-1849	97	27,2	6	27,6	103	27,2	76	28,9	28	32,5	31	29,9	135	29,9	238	28,7
1850-1859	45	31,1	75	29,9	120	30,4	72	30,1	26	28,1	31	29,6	129	29,6	249	30,0
1860-1869	53	29,8	65	29,4	118	29,6	78	31,0	26	31,8	47	32,7	151	31,7	269	30,8
1870-1879	48	29,6	81	29,1	129	29,3	88	31,7	31	33,1	64	28,8	183	30,9	312	30,2
1880-1889	69	30,1	67	29,2	136	29,7	102	28,7	21	29,3	49	28,4	172	28,7	308	29,1
1890-1899	63	27,2	69	28,3	132	27,8	80	28,3	33	27,0	60	27,7	173	27,8	305	27,8
1900-1910	73	27,5	115	28,0	188	27,8	108	28,2	56	27,1	83	26,9	247	27,5	435	27,6

Gráfico 3: Homens – Idade média ao casamento (análise transversa)



De volta ao quadro 5 verifica-se que, no período anterior a 1860, as idades ao casamento se apresentam com valores significativamente elevados, à semelhança do que ocorria na análise longitudinal ou por gerações. Neste particular, os valores são ligeiramente inferiores, quer ao nível de freguesia quer ao de concelho.

O gráfico 3, ao representar as linhas principais do quadro 5 (antigas freguesias de Eixo e Requeixo e antigo concelho), permite a percepção da grande proximidade das curvas respeitantes aos valores de cada uma das séries consideradas. Todas as linhas apresentam um comportamento semelhante, mesmo a partir de 1680. Os últimos cinquenta anos da série (a fase que de momento apresenta maior interesse) revelam a existência de um pico entre 1850 e 1860, que de seguida se inclina em sentido descendente, tornando bem visível a acentuada quebra de 3 anos na idade média ao casamento dos homens.

Agrupando os dados em períodos mais ou menos homogéneos, como se apresenta no quadro 6, torna-se possível uma leitura consideravelmente mais fácil, nomeadamente uma visualização mais clara dos valores de cada período mais alargado de observação. Durante cerca de cem anos (1750-1850) as idades dos homens ao primeiro matrimónio estabilizam na casa dos 28,5 anos, o que corresponde num incremento de aproximadamente um ano em relação à média do período anterior, observada pelos resultados individualizados das freguesias. O período seguinte e final regista um novo aumento de 0,6 anos da idade média.

Quadro 6: Homens – Idade média ao 1º casamento por períodos (transversa)

Anos	Eixo		Oliveirinha		Antiga freguesia de Eixo		Requeixo		Nariz		Fermentelos		Antiga freguesia de Requeixo		Concelho s/ Eirol	
	Casos	Idade	Casos	Idade	Casos	Idade	Casos	Idade	Casos	Idade	Casos	Idade	Casos	Idade	Casos	Idade
1650-1709	222	23,1			222	23,1	179	24,2					179	24,2	401	23,6
1710-1749	396	27,4			396	27,4					21	27,8				
1750-1799	486	28,8			486	28,8	410	28,2			138	29,0	548	28,4	1034	28,6
1800-1849	518	27,9			518	27,9	422	28,5	66	30,6	176	29,4	664	29,0	1182	28,5
1850-1910	351	29,0	472	28,9	823	29,0	528	29,6	193	29,0	334	28,7	1055	29,2	1878	29,1

Como se viu na análise por decénios, na realidade este aumento apenas corresponde às primeiras duas décadas do último período, uma vez que as três finais apresentam uma notória quebra da idade ao casamento. Serve esta observação para reforçar a ideia de que nem sempre a aglutinação de dados e as respectivas médias fornecem uma leitura correcta da realidade, uma vez que acabam por transmitir uma sensação de estabilidade que não corresponde àquilo que se observa no “terreno”.

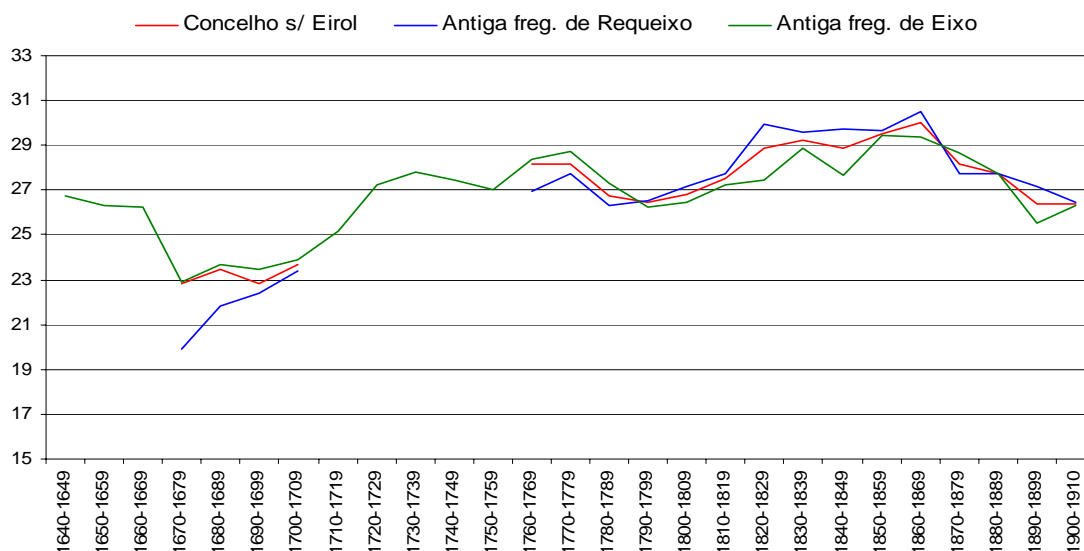
No caso do sexo feminino a situação é muito semelhante à verificada para os homens: na análise transversa os valores encontrados são ligeiramente mais baixos que os observados na análise por gerações ou longitudinal. No entanto, a partir de 1710, os valores são sempre elevados, superando os 25 anos. Tal como para o caso dos homens, verifica-se nas últimas quatro décadas da série uma quebra de mais de 3 anos na idade média, após ter atingido o paroxismo de 30 anos de média na década de 1860.

Quadro 7: Mulheres – Idade média ao casamento (análise transversa)

Anos	Eixo		Oliveirinha		Antiga freg. de Eixo		Requeixo		Nariz		Fermentelos		Antiga freg. de Requeixo		Concelho s/ Eirol	
	Casos	Idade	Casos	Idade	Casos	Idade	Casos	Idade	Casos	Idade	Casos	Idade	Casos	Idade	Casos	Idade
1640-1649	4	26,7			4	26,7										
1650-1659	2	26,3			2	26,3										
1660-1669	44	26,2			44	26,2										
1670-1679	40	22,9			40	22,9	1	19,9					1	19,9	41	22,8
1680-1689	31	23,6			31	23,6	4	21,8					4	21,8	35	23,4
1690-1699	26	23,5			26	23,5	45	22,4					45	22,4	71	22,8
1700-1709	134	23,9			134	23,9	136	23,4					136	23,4	270	23,6
1710-1719	81	25,1			81	25,1										
1720-1729	158	27,2			158	27,2										
1730-1739	188	27,8			188	27,8										
1740-1749	136	27,5			136	27,5					32	24,7				
1750-1759	131	27,0			131	27,0					26	25,1				
1760-1769	95	28,4			95	28,4	1	23,9			19	27,1	20	26,9	115	28,2
1770-1779	133	28,8			133	28,8	155	28,3			36	25,5	191	27,7	324	28,2
1780-1789	146	27,3			146	27,3	141	26,8			52	24,9	193	26,3	339	26,7
1790-1799	129	26,2			129	26,2	167	26,1			42	28,2	209	26,5	338	26,4
1800-1809	128	26,4			128	26,4	124	27,7			40	25,5	164	27,2	292	26,8
1810-1819	138	27,3			138	27,3	130	27,5	1	23,0	38	28,5	169	27,7	307	27,5
1820-1829	129	27,4			129	27,4	115	31,1	25	27,8	41	28,1	181	29,9	310	28,9
1830-1839	143	28,8			143	28,8	92	30,3	32	27,3	54	29,7	178	29,6	321	29,2
1840-1849	122	27,8	7	25,5	129	27,7	103	30,1	32	30,8	37	28,0	172	29,8	301	28,9
1850-1859	73	29,9	101	29,2	174	29,5	92	30,3	34	30,1	35	27,4	161	29,6	335	29,5
1860-1869	65	29,0	97	29,6	162	29,3	109	31,0	37	29,9	57	30,1	203	30,5	365	30,0
1870-1879	61	29,5	91	28,1	152	28,7	103	28,1	35	27,2	70	27,5	208	27,7	360	28,1
1880-1889	81	27,3	93	28,1	174	27,7	112	28,1	29	27,7	53	27,0	194	27,7	368	27,7
1890-1899	69	24,5	107	26,2	176	25,5	94	28,2	45	26,8	61	25,7	200	27,1	376	26,4
1900-1910	80	25,9	160	26,5	240	26,3	139	27,3	64	25,6	84	25,7	287	26,5	527	26,4

O gráfico 4 representa de forma precisa e bem visível esta última afirmação. Permite ainda observar a tendência constante do movimento, no sentido ascendente, das idades das mulheres ao casamento, ao longo de praticamente toda a série até à década de setenta do século XIX.

Gráfico 4: Mulheres – Idade média ao casamento (análise transversa)



Quadro 8: Mulheres – Idade média ao 1º casamento por períodos (transversa)

Anos	Eixo		Oliveirinha		Antiga freguesia de Eixo		Requeixo		Nariz		Fermentelos		Antiga freguesia de Requeixo		Concelho s/ Eirol	
	Casos	Idade	Casos	Idade	Casos	Idade	Casos	Idade	Casos	Idade	Casos	Idade	Casos	Idade	Casos	Idade
1650-1709	277	24,1			277	24,1	186	23,1					186	23,1	463	23,7
1710-1749	563	27,2			563	27,2					32	24,7				
1750-1799	634	27,5			634	27,5	464	27,0			175	26,1	639	26,8	1273	27,1
1800-1849	667	27,6			667	27,6	564	29,2	90	28,6	210	28,1	864	28,9	1531	28,3
1850-1910	429	27,6	649	27,8	1078	27,7	649	28,7	244	27,6	360	27,1	1253	28,0	2331	27,9

Do agrupamento dos dados em períodos mais amplos resultou o quadro 8. Nele, mais uma vez, se constata e reforça a observação dos valores elevados da idade das mulheres ao primeiro casamento, nas várias freguesias constituintes do território do antigo concelho de Eixo. À excepção do primeiro período, que termina em 1709, os restantes apresentam uma média de idade ao casamento superior aos 27 anos (o século XVIII regista, para o sexo feminino, uma média aproximada de 27,2 anos), situando-se o valor máximo em 28,3 anos, nos primeiros cinquenta anos do século XIX. No período subse-

quente verifica-se uma ligeira descida. Neste caso, a aglutinação de dados não disfarçou a diminuição da idade média ao casamento, mas não permite observar o elevado valor atingido durante a década de 1860, que constitui o culminar de todo o processo.

Outras terras

Existe todo o interesse em confrontar os dados das anteriores freguesias e concelho com valores relativos a outras localidades e/ou regiões, por forma a poder enquadrar os resultados num todo mais vasto e, de alguma maneira, ajudar a “compor” o mapa da região e do país em termos de demografia do Antigo Regime.

Começando pela vizinha freguesia de Aradas, a idade média ao primeiro casamento (observação longitudinal), quer de homens quer de mulheres, é sempre elevada, isto é, acima dos 25 anos (apenas em duas décadas do final do século XVIII o sexo feminino regista valores de 24 anos). A análise transversal dos últimos cinquenta anos da série mostra uma descida desses valores, sendo notória, no último período considerado (1890-1899), a quebra de cerca de quatro anos para o sexo feminino. Mais a norte, em Cortegaça,¹⁰ a idade média ao primeiro casamento apresenta-se também elevada até 1840, descendo posteriormente (em ambos os sexos) para valores inferiores aos 25 anos. Ainda no distrito de Aveiro, concretamente em S. Vicente de Pereira-Jusã,¹¹ as idades médias ao primeiro casamento são também elevadas em ambos os sexos, ultrapassando várias vezes a fasquia dos 30 anos, até à década de 1870, e iniciando depois uma descida relativamente rápida até 1910. Não muito distante desta paróquia encontra-se Oliveira de Azeméis,¹² onde, a partir da segunda metade do século XVII e durante todo o século XVIII,

¹⁰ Maria Palmira da Silva Gomes, *Estudo Demográfico de Cortegaça ...*, op. cit., pp. 23-26.

¹¹ Hélder Pinho de Almeida, *S. Vicente de Pereira – Jusã ...*, op. cit., pp. 59-62.

¹² Cálculos efectuados sobre dados de Cláudia Monteiro, *Oliveira de Azeméis....*, Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, 2003, tese de mestrado policopiada.

também se verificam valores elevados ao primeiro matrimónio, em ambos os sexos. Concluindo, as paróquias do distrito de Aveiro já estudadas apresentam características semelhantes: uma idade média elevada ao primeiro casamento para ambos os sexos e uma diminuição relativamente acentuada da mesma durante a segunda metade do século XIX, embora nem sempre de forma simultânea.¹³

No noroeste português, em particular na região do Minho, os valores encontrados apontam para uma elevada idade média ao primeiro casamento, mais propriamente nas freguesias do mundo rural. Tal é o caso de Mosteiro,¹⁴ Barcelinhos,¹⁵ Lordelo,¹⁶ Ronfe¹⁷ e Belinho,¹⁸ todas pertencentes ao distrito de Braga, onde a idade média ao casamento se situa acima dos 25 anos. Ainda no mesmo distrito, ao longo de todo o século XVIII e início de XIX, Guimarães¹⁹ apresenta valores elevados no mundo rural, mas mais baixos nas zonas urbanas e mistas. Um pouco mais a norte, no distrito de Viana do Castelo, Santa Eulália também manifesta idades elevadas ao primeiro casamento em ambos os sexos, no período de 1700 a 1899.²⁰ Em Romarigães,²¹ a situação é semelhante: o período estudado abrange os anos de 1690 a 1849 e os valores, em

¹³ Nos anexos a este capítulo, sob os números 1 a 4, encontram-se os quadros completos referentes a estas freguesias do distrito de Aveiro.

¹⁴ Idades das mulheres em torno dos 27 anos e dos homens oscilando entre os 28 e os 30, no período de 1750 a 1899.

¹⁵ Idades das mulheres entre os 26 e os 27 anos de 1660 a 1879, decaindo depois, até 1910, para os 24,5. Para os homens e para o mesmo período os valores oscilam entre os 25,1 iniciais e um máximo de 29, entre 1660 e 1879, caindo depois para 24,9 no último período.

¹⁶ Dados apenas para as mulheres, entre 1700 e 1910, situando-se em torno da casa dos 27 anos.

¹⁷ Ana Sílvia Volpi Scott, *Famílias, Formas de união e reprodução...*, op. cit., pág. 200. Entre 1651 e 1900 a idade média das mulheres ao primeiro casamento situa-se sempre acima dos 27 anos, registando-se valores ligeiramente mais altos para os homens, no mesmo período.

¹⁸ Apenas dados para as mulheres, para os anos de 1673 a 1910, que variam entre os 27,8 no início do período e os 26,6 no seu *terminus*. Os dados referentes a estas freguesias foram compulsados por Ana Sílvia Volpi Scott, *Famílias, Formas de união e reprodução...*, op. cit., pág. 198.

¹⁹ Dados coligidos por Francisco Messias Trindade Ferreira, *A antiga freguesia de Eixo e Oliveirinha ...*, op. cit., pp. 80-84.

²⁰ Os valores referentes aos homens oscilam entre os 25,6 no início e os 30,5 no final do período, e para as mulheres entre os 26,7 e os 29,3. Dados compulsados por Ana Sílvia Volpi Scott, *Famílias, Formas de união e reprodução...*, op. cit., pág. 198.

²¹ Carlota Maria dos Santos, *Santiago de Romarigães ...*, op. cit. pág. 126.

particular os das mulheres, centram-se na casa dos 27 anos em todo o período.

No nordeste português (Trás-os-Montes) a situação é também bastante semelhante. As paróquias de Cardanha, Poiares, Rebordãos (no século XVIII) e Palaçoulo²² (todas no distrito de Bragança) apresentam valores da idade média ao primeiro casamento superiores aos 25 anos, tanto no caso das mulheres como no dos homens. Em Calvão,²³ distrito de Vila Real, a situação e os valores são bastante semelhantes, quer para os homens, quer para as mulheres – quase sempre acima dos 25 anos.

Nos Açores, mais concretamente em três paróquias do sul da ilha do Pico,²⁴ os resultados encontrados mostram também uma elevada idade ao primeiro casamento, quer para homens, quer para mulheres. No caso dos primeiros, e no período de 1720 a 1889, os valores fixam-se na casa dos 29 anos; no das segundas oscilam entre os 25,7 e os 26,8 anos.

Regressando ao continente, mais a do sul do país, nas paróquias alentejanas de Selmes²⁵ e Évoramonte,²⁶ os dados disponíveis apontam para grandezas substancialmente diferentes. Em Selmes apenas se dispõe de dados para escassos 40 anos do século XIX e os resultados apontam para uma idade média ao casamento na casa dos 21-22 anos para as mulheres e dos 25 anos para os homens. Em Évoramonte, em todo o século XVIII e primeira metade do XIX, verifica-se uma idade média ao casamento para os homens bem acima dos 25 anos (concretamente, em torno dos 28), que no caso das mulheres mal alcança os 24. Um pouco mais a sul, na freguesia algarvia de Conceição de

²² Fábria Maria Raposo, *Estudo demográfico de uma paróquia do planalto mirandês ...*, op. cit., pág. 65. Deste trabalho retiraram-se os valores referentes às outras freguesias do distrito de Bragança.

²³ José Alfredo Faustino, *Calvão – uma paróquia rural ...*, op. cit., pág. 87.

²⁴ Maria Norberta Amorim, *Evolução demográfica de três paróquias ...*, op. cit., pág. 93.

²⁵ Anabela Silva Godinho, *Comportamentos demográficos de uma freguesia rural ...*, op. cit., pp. 26-28.

²⁶ Rosa Maria Marques, *Nupcialidade e Fecundidade numa vila do alto Alentejo ...*, op. cit., pp. 78-80.

Tavira,²⁷ os resultados apontam para valores acima dos 25 anos para os homens e, para as mulheres, em torno dos 23-24 anos, quer no século XVIII quer no XIX.

Ultrapassando a fronteira e entrando em território espanhol, verifica-se que os estudos de demografia histórica conhecem um avanço superior aos realizados em Portugal, em termos de quantidade de dados recolhidos e analisados. Uma compilação de bibliografia e elementos referentes às várias regiões espanholas já foi elaborada, o que facilita sobremaneira o esforço que representaria sintetizar uma tão grande abundância de dados.²⁸ Aproveitando a informação disponibilizada, verifica-se que as regiões com idades mais elevadas ao casamento (em particular no sexo feminino), situadas no norte de Espanha (Galiza, Astúrias-Cantabria, e mesmo País Basco e Navarra), apresentam valores acima dos 25 anos ou muito próximos destes, em quase todos os períodos considerados (séculos XVII, XVIII e primeira metade do XIX). Catalunha, País Valenciano, Espanha Interior e Aragão registam valores das idades das mulheres ao primeiro casamento significativamente mais baixos.

Em face dos dados compulsados para o caso português, torna-se possível esboçar um quadro mais geral sobre o acesso ao matrimónio nas várias regiões do país e dar início a uma delimitação de zonas com uma tipologia característica. Aparentemente, no mundo rural existe uma clara diferenciação entre o norte e o sul do país; no entanto ainda se torna necessário obter mais resultados, em particular para as regiões a sul do Mondego e interior beirão, de maneira a completar de forma mais conclusiva o quadro nacional. A demografia urbana do Antigo Regime também se encontra ainda numa fase incipiente, a necessitar de um forte impulso em termos de investigação, tendo em vista não só a obtenção de elementos que permitam a comparação entre o mundo rural e o urbano, como o conhecimento mais completo da realidade demográfica

²⁷ Idem, *Nupcialidade e Fecundidade numa vila do alto Alentejo ...*, op. cit., pp. 82-83.

²⁸ Manuel Ardit Lucas, *Microanálisis demográfico en larga duración: el caso de España*, in Actas do IV Congreso de la Asociación de Demografía Histórica, Vol. II, Universidad del País Vasco, Bilbao, 1999, pp.253-307.

nacional. Todavia, é possível adiantar que se generaliza uma tendência para valores elevados ao primeiro casamento, em ambos os sexos, em todo o território nacional a norte do rio Douro. Situação semelhante parece também desenvolver-se na região do litoral a norte do Mondego. Estes valores elevados invertem a tendência altista apenas na segunda metade do século XIX. No sul do país, os poucos estudos existentes apenas fornecem indicação de uma idade média ao casamento muito mais baixa, em particular no sexo feminino.

Repartição proporcional por grupos de idades ao primeiro casamento

A distribuição proporcional das idades ao primeiro casamento permite, ainda que de forma muito sumária, confirmar as variações da respectiva idade média na periodização considerada. Para esta análise tomaram-se em consideração seis períodos: um que engloba os escassos dados anteriores a 1650; um segundo, correspondente à segunda metade do século XVII e à primeira década do século XVIII; um terceiro, que ocupa o resto da primeira metade desse século; um quarto, centrado na segunda metade do século XVIII; um quinto, que abarca a primeira metade do século XIX; finalmente, um sexto, que preenche a restante extensão temporal da série em análise.²⁹

Dividindo a análise por sexos, constata-se que, em todas as freguesias e em todos os períodos, as idades com valores mais elevados se situam entre os 20-24 e os 25-29 anos, no caso dos homens, abrangendo quase sempre 60% dos casamentos realizados. Em quase todas as freguesias (com excepção de Eixo) verifica-se que, no último período (1850-1910), o grupo de idades dominante para os homens é o dos 25-29 anos, registando-se também, em todas as freguesias (com exclusão de Fermentelos e Nariz), um apreciável aumento do

²⁹ Nesta alínea apresentam-se apenas os valores respeitantes à totalidade do antigo concelho de Eixo, quer em números absolutos, quer relativos. Os quadros respeitantes às freguesias constitutivas do antigo concelho, assim como as antigas freguesias de Eixo e Requeixo, encontram-se nos anexos 5 a 8 deste capítulo.

grupo dos 30-34 anos, em relação aos períodos anteriores, chegando a alcançar valores de 23,7% em Requeixo.

Isto acaba por corresponder, naturalmente, a um aumento da idade média dos homens ao casamento, neste período. Também se revela interessante o facto de o grupo dos 35-39 anos se manter, genericamente, na casa dos 8% em todos os períodos. Em nenhuma freguesia o grupo de idades inferiores aos 15 anos tem qualquer expressão — não alcança sequer os 0,5% em média, correspondendo a 16 casos, todo o período, no antigo concelho (como se pode ver nos quadros 9 e 10). O grupo dos 15-19 anos fixa-se em torno dos 5% – 7%, em todas as freguesias. O período em que este grupo de idades aparece com valores mais elevados é o de 1650-1709, com 27,1% em Eixo, 23% em Oliveirinha, 25,4% em Requeixo, 11,5% em Nariz e 24% em Eirol. Este período acaba por reflectir a fase de grande crescimento e expansão demográfica já referida em capítulo anterior. Nele, os casamentos nos grupos de idade superiores (acima dos 35 anos) são praticamente inexistentes.

Esta fase (1650-1709) aponta nitidamente para um momento de grande dinamismo demográfico, que leva a supor a existência de condições materiais (de natureza económica) e sociais favoráveis à formação de novos lares. Esta asserção é confirmada de forma indirecta pelo que ficou expresso nas visitas efectuadas às freguesias no último quartel do século XVII, em que os vários visitantes recomendam a realização de obras urgentes em capelas e ermidas. Logo em 1678, o visitador Manuel de Almeida Veloso recomenda obras na capela de Nossa Senhora da Assunção, de Horta.³⁰ No ano seguinte é o visitador João de Almeida que aconselha a construção de uma nova igreja para substituir a ermida de S. Mateus, em Moita de Oliveirinha.³¹ Seis anos mais tarde, em 1685, o visitador Diogo Gomes propõe obras na Igreja de Santo Isidoro, matriz de Eixo.³² Três anos depois é o próprio Bispo-Conde de Coimbra, D. João de Melo, quem, em visita às freguesias, ordena a construção de

³⁰ Francisco Messias Trindade Ferreira, *A antiga freguesia de Eixo...*, op. cit., pág. 163.

³¹ Idem, op. cit., pág. 163.

³² Idem, op. cit., pág. 163.

uma nova matriz de Santo Isidoro, em Eixo, com o argumento de que “Esta igreja não é capaz de acomodar em si o grande número de fregueses de que consta esta freguesia”.³³ Em 1690, o visitador João de Almeida ordena a construção de uma nova igreja em Santo António de Oliveirinha, ou então a reparação e ampliação da existente em face da sua “ruína e pequenez”.³⁴ Em 1694, o visitador Domingos da Costa Brandão ordena a reparação da capela de S. Francisco do Picoto.³⁵ Estas constantes chamadas de atenção e ordens emanadas das mais altas autoridades do bispado permitem validar a suposição de ter sido a segunda metade do século XVII uma época de grande crescimento populacional do antigo concelho de Eixo.

Quadro 9: Repartição por grupos de idades ao primeiro casamento – homens (valores absolutos)

Concelho	<15	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	Total
<1650	0	2	11	8	7	0	0	0	28
1650-1709	9	104	175	105	43	8	0	1	445
1710-1749	3	42	165	161	79	41	18	7	516
1750-1799	3	46	339	345	217	102	42	28	1122
1800-1849	1	68	374	357	223	123	64	24	1234
1850-1910	0	51	563	644	401	182	105	57	2003
Total	16	313	1627	1620	970	456	229	117	5348

Quadro 10: Repartição proporcional por grupos de idades ao primeiro casamento – homens

Concelho	<15	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	Total
<1650	0,0	7,1	39,3	28,6	25,0	0,0	0,0	0,0	100
1650-1709	2,0	23,4	39,3	23,6	9,7	1,8	0,0	0,2	100
1710-1749	0,6	8,1	32,0	31,2	15,3	7,9	3,5	1,4	100
1750-1799	0,3	4,1	30,2	30,7	19,3	9,1	3,7	2,5	100
1800-1849	0,1	5,5	30,3	28,9	18,1	10,0	5,2	1,9	100
1850-1910	0,0	2,5	28,1	32,2	20,0	9,1	5,2	2,8	100
Total	0,3	5,9	30,4	30,3	18,1	8,5	4,3	2,2	100

³³ Idem, op. cit., pág. 164. João Gonçalves Gaspar, *Eixo na História*, Paróquia de Santo Isidoro – Eixo, 1998, pág. 81.

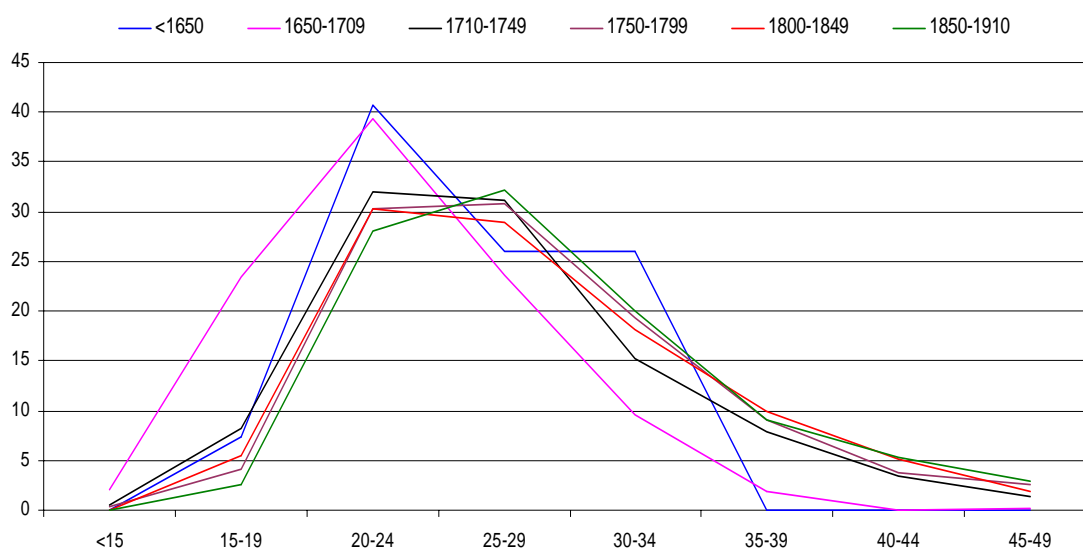
³⁴ Idem, op. cit., pág. 164.

³⁵ Idem, op. cit., pág. 164.

Em termos gerais, a partir de 1750, regista-se no antigo concelho de Eixo uma tendência para os homens casarem cada vez mais tarde, como se pode observar a partir dos números proporcionais apresentados no quadro 10. Esta observação é sustentada pelo crescimento do peso relativo dos grupos de idades entre os 30 e os 39 anos, que se realiza à custa da ligeira diminuição do grupo dos 20-24 anos e do significativo retrocesso do grupo dos 15-19. Este último é bem patente a partir de 1750 e claramente efectivo no último período considerado (1850-1910), em que, do total de indivíduos, apenas 2,6% casaram com a idade de 15 a 19 anos.

O gráfico 5 mostra, de forma clara, a diminuição do peso dos três primeiros grupos de idades ao longo dos vários períodos e a consequente “compensação” pelo aumento das classes etárias seguintes, ou seja, revela o aumento da idade média ao primeiro casamento do sexo masculino.

Gráfico 5: Repartição proporcional por grupos de idades ao primeiro casamento – homens



No sexo feminino a situação não é substancialmente diferente, pese embora existirem algumas particularidades. O primeiro aspecto a realçar decorre da evolução dos vários grupos de idades ao longo de todo o período em análise. Se não constitui surpresa a manutenção dos grupos centrais (20-24 e 25-29 anos) como as idades mais escolhidas para a realização dos matrimónios, não

deixa de ser interessante o significativo aumento do peso da classe dos 30-34 anos, nomeadamente a partir de 1710, peso esse que se manteve estável, em valores superiores aos 15%, ao longo dos restantes períodos. Esta consolidação deve-se, como se verificou no sexo masculino, à custa da diminuição do peso das classes etárias mais jovens no acesso ao casamento. Se até 1710 representavam quase 25% do total, a sua importância vai diluir-se com o correr dos anos. A atitude da sociedade, particularmente em relação ao sexo feminino, parece cada vez menos favorável aos casamentos precoces.

No entanto, conjugando os momentos em que o casamento dos mais jovens ocorreu de forma mais vigorosa com o surto de desenvolvimento económico (em particular de 1650 até ao final da primeira década do século XVIII), é possível concluir que, nessa fase de expansão, as perspectivas de futuro eram optimistas, optimismo este partilhado de forma geral por toda a sociedade.

Quadro 11: Repartição por grupos de idades ao primeiro casamento – mulheres (valores absolutos)

Concelho	<15	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	Total
<i><1650</i>	5	13	31	15	7	0	1	0	72
<i>1650-1709</i>	19	99	193	124	40	8	4	1	488
<i>1710-1749</i>	7	73	195	194	107	61	30	3	670
<i>1750-1799</i>	8	154	430	370	205	104	57	22	1350
<i>1800-1849</i>	12	112	435	464	296	146	81	24	1570
<i>1850-1910</i>	3	199	781	683	391	236	111	59	2463
Total	54	650	2065	1850	1046	555	284	109	6613

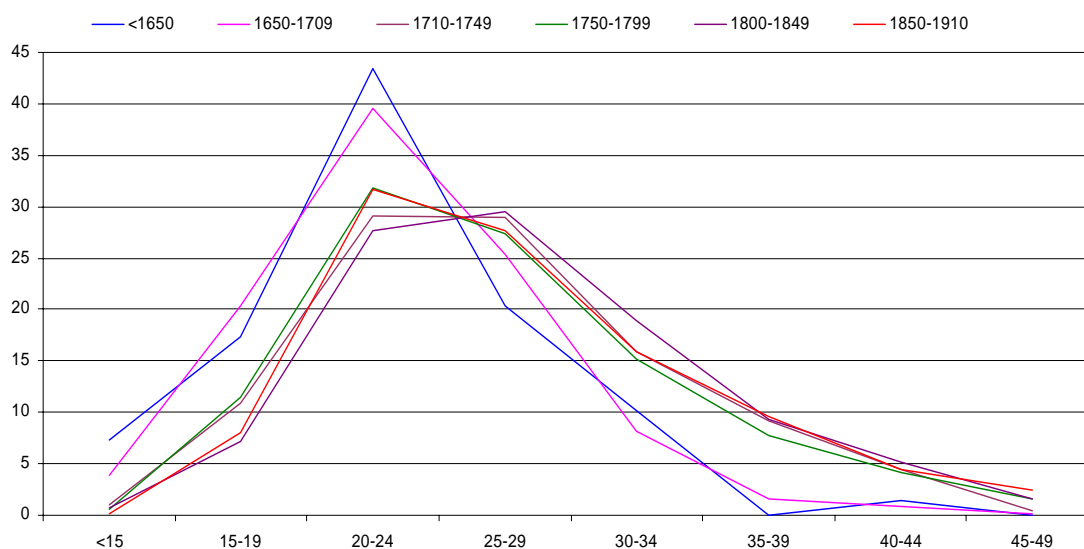
Quadro 12: Repartição proporcional por grupos de idades ao primeiro casamento – mulheres

Concelho	<15	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	Total
<i><1650</i>	6,9	18,1	43,1	20,8	9,7	0,0	1,4	0,0	100
<i>1650-1709</i>	3,9	20,3	39,5	25,4	8,2	1,6	0,8	0,2	100
<i>1710-1749</i>	1,0	10,9	29,1	29,0	16,0	9,1	4,5	0,4	100
<i>1750-1799</i>	0,6	11,4	31,9	27,4	15,2	7,7	4,2	1,6	100
<i>1800-1849</i>	0,8	7,1	27,7	29,6	18,9	9,3	5,2	1,5	100
<i>1850-1910</i>	0,1	8,1	31,7	27,7	15,9	9,6	4,5	2,4	100
Total	0,8	9,8	31,2	28,0	15,8	8,4	4,3	1,6	100

No quadro 12, atente-se ao facto de os 39,6% de casamentos do grupo de idades 20-24 anos e os 20,3% da classe etária anterior perfazerem quase 60% do total de casamentos realizados (488, no referido período).

O gráfico 6 dá uma visão mais clara da evolução no sentido do “envelhecimento” das mulheres ao primeiro casamento: a importância das três primeiras classes etárias é manifestamente grande nos dois primeiros períodos considerados. A estes seguem-se períodos em que a “euforia” matrimonial se torna mais moderada e o casamento mais retardado.

Gráfico 6: Repartição proporcional por grupos de idades ao primeiro casamento – mulheres



Em termos mais individualizados das freguesias,³⁶ o comportamento é muito semelhante, apesar de algumas delas apresentarem dados relativamente escassos. A freguesia de Eixo, sede do antigo concelho, é a única que não se revê neste movimento de precocidade matrimonial, apresentando, no período considerado (1650-1709), valores elevados nas faixas etárias já tradicionais (20-24 e 25-29 anos). A explicação poderá ser encontrada no facto de se tratar de uma freguesia já semi-urbana, onde a presença de outras actividades, para

³⁶ Vejam-se os anexos 5 a 8 referentes a este capítulo.

além da agricultura, representava um peso mais significativo na tessitura económica.

A idade combinada dos cônjuges

A análise da idade combinada dos cônjuges celibatários coloca em evidência dois aspectos significativos: em primeiro lugar, a distribuição do grau de incidência do matrimónio por sexo e grupos de idades, permitindo observar a apetência pelo casamento e o peso específico em cada grupo; em segundo lugar, a análise e a avaliação do peso específico dos conjuntos de idades que se formam mediante o cruzamento das informações para cada sexo e grupo de idades, facultando uma percepção mais concreta e precisa dos novos casais. Mais ainda, e não menos importante, permite observar as flutuações dos comportamentos ao longo dos vários períodos de observação, períodos estes definidos de acordo com os resultados expressos nos quadros e gráficos referentes à idade média ao primeiro casamento.

Outro processo exequível para a apreciação dos comportamentos matrimoniais é a análise das idades combinadas dos cônjuges no momento da realização do primeiro casamento. Por seu intermédio, torna-se possível efectuar leituras mais diferenciadas, que nem sempre são visíveis através das idades médias ao primeiro casamento ou mesmo na distribuição do acesso ao matrimónio pelos diversos grupos etários. Este tipo de análise aflora a composição etária de cada novo casal, o que permite também a realização de leituras por cada um dos sexos.

Partindo dos quadros 13 e 14,³⁷ referentes à totalidade do antigo concelho, verifica-se que, no primeiro período considerado (1650-1709), a prevalência vai completamente para o conjunto dos 20-24 anos em ambos os sexos. Neste

³⁷ Para as freguesias componentes do antigo concelho, encontram-se os respectivos quadros nos anexos a este capítulo, sob os números 9 a 24.

Quadro 13: Antigo concelho (Eixo) – Idades combinadas ao primeiro casamento (valores absolutos)

1650-1709		Homens								
		<15	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	Totais
Mulheres	<15	3	6	1	2	1	0	0	0	13
	15-19	2	18	19	11	5	0	0	0	55
	20-24	2	25	28	23	7	3	0	0	88
	25-29	0	9	25	14	8	0	0	0	56
	30-34	0	3	6	5	3	0	0	0	17
	35-39	0	1	0	0	0	1	0	0	2
	40-44	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	45-49	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Totais		7	62	79	55	24	4	0	0	231
1710-1749		<15	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	Totais
Mulheres	<15	0	3	0	1	0	0	1	0	5
	15-19	1	4	20	12	4	2	3	0	46
	20-24	1	11	40	41	14	5	4	0	116
	25-29	0	7	34	32	28	9	1	1	112
	30-34	0	3	17	20	9	6	5	1	61
	35-39	0	1	7	14	4	6	2	1	35
	40-44	0	0	5	5	5	4	0	2	21
	45-49	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Totais		2	29	123	125	65	32	16	5	397
1750-1799		<15	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	Totais
Mulheres	<15	0	2	2	2	2	0	0	0	8
	15-19	0	7	45	32	19	7	2	2	114
	20-24	0	16	108	89	60	17	9	6	305
	25-29	1	7	68	82	49	30	9	1	247
	30-34	0	4	32	47	27	14	6	1	131
	35-39	0	2	11	18	9	11	4	2	57
	40-44	0	0	3	4	6	6	2	5	26
	45-49	0	0	1	1	5	2	2	0	11
Totais		1	38	270	275	177	87	34	17	899
1800-1849		<15	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	Totais
Mulheres	<15	0	2	4	2	1	1	0	0	10
	15-19	0	5	43	15	11	6	2	0	82
	20-24	1	24	103	79	37	14	7	3	268
	25-29	0	17	77	103	61	26	13	7	304
	30-34	0	5	48	47	48	28	14	4	194
	35-39	0	2	13	17	17	13	10	5	77
	40-44	0	0	3	9	9	9	3	3	36
	45-49	0	0	2	3	2	2	1	0	10
Totais		1	55	293	275	186	99	50	22	981
1850-1910		<15	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	Totais
Mulheres	<15	0	0	0	2	1	0	0	0	3
	15-19	0	14	64	41	20	5	4	0	148
	20-24	0	21	224	198	86	24	14	6	573
	25-29	0	6	129	180	103	39	20	8	485
	30-34	0	1	39	85	73	38	20	8	264
	35-39	0	1	20	33	31	33	15	10	143
	40-44	0	0	5	8	15	16	13	2	59
	45-49	0	0	1	5	9	3	2	5	25
Totais		0	43	482	552	338	158	88	39	1700

Quadro 14: Antigo concelho (Eixo) – Idades combinadas ao primeiro casamento (valores proporcionais)

1650-1709		Homens								
		<15	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	Totais
Mulheres	<15	1,3	2,6	0,4	0,9	0,4	0,0	0,0	0,0	5,6
	15-19	0,9	7,8	8,2	4,8	2,2	0,0	0,0	0,0	23,8
	20-24	0,9	10,8	12,1	10,0	3,0	1,3	0,0	0,0	38,1
	25-29	0,0	3,9	10,8	6,1	3,5	0,0	0,0	0,0	24,2
	30-34	0,0	1,3	2,6	2,2	1,3	0,0	0,0	0,0	7,4
	35-39	0,0	0,4	0,0	0,0	0,0	0,4	0,0	0,0	0,9
	40-44	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	45-49	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Totais		3,0	26,8	34,2	23,8	10,4	1,7	0,0	0,0	100
1710-1749		<15	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	Totais
Mulheres	<15	0,0	0,8	0,0	0,3	0,0	0,0	0,3	0,0	1,3
	15-19	0,3	1,0	5,0	3,0	1,0	0,5	0,8	0,0	11,6
	20-24	0,3	2,8	10,1	10,3	3,5	1,3	1,0	0,0	29,2
	25-29	0,0	1,8	8,6	8,1	7,1	2,3	0,3	0,3	28,2
	30-34	0,0	0,8	4,3	5,0	2,3	1,5	1,3	0,3	15,4
	35-39	0,0	0,3	1,8	3,5	1,0	1,5	0,5	0,3	8,8
	40-44	0,0	0,0	1,3	1,3	1,3	1,0	0,0	0,5	5,3
	45-49	0,0	0,0	0,0	0,0	0,3	0,0	0,0	0,0	0,3
Totais		0,5	7,3	31,0	31,5	16,4	8,1	4,0	1,3	100
1750-1799		<15	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	Totais
Mulheres	<15	0,0	0,2	0,2	0,2	0,2	0,0	0,0	0,0	0,9
	15-19	0,0	0,8	5,0	3,6	2,1	0,8	0,2	0,2	12,7
	20-24	0,0	1,8	12,0	9,9	6,7	1,9	1,0	0,7	33,9
	25-29	0,1	0,8	7,6	9,1	5,5	3,3	1,0	0,1	27,5
	30-34	0,0	0,4	3,6	5,2	3,0	1,6	0,7	0,1	14,6
	35-39	0,0	0,2	1,2	2,0	1,0	1,2	0,4	0,2	6,3
	40-44	0,0	0,0	0,3	0,4	0,7	0,7	0,2	0,6	2,9
	45-49	0,0	0,0	0,1	0,1	0,6	0,2	0,2	0,0	1,2
Totais		0,1	4,2	30,0	30,6	19,7	9,7	3,8	1,9	100
1800-1849		<15	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	Totais
Mulheres	<15	0,0	0,2	0,4	0,2	0,1	0,1	0,0	0,0	1,0
	15-19	0,0	0,5	4,4	1,5	1,1	0,6	0,2	0,0	8,4
	20-24	0,1	2,4	10,5	8,1	3,8	1,4	0,7	0,3	27,3
	25-29	0,0	1,7	7,8	10,5	6,2	2,7	1,3	0,7	31,0
	30-34	0,0	0,5	4,9	4,8	4,9	2,9	1,4	0,4	19,8
	35-39	0,0	0,2	1,3	1,7	1,7	1,3	1,0	0,5	7,8
	40-44	0,0	0,0	0,3	0,9	0,9	0,9	0,3	0,3	3,7
	45-49	0,0	0,0	0,2	0,3	0,2	0,2	0,1	0,0	1,0
Totais		0,1	5,6	29,9	28,0	19,0	10,1	5,1	2,2	100
1850-1910		<15	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	Totais
Mulheres	<15	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,2
	15-19	0,0	0,8	3,8	2,4	1,2	0,3	0,2	0,0	8,7
	20-24	0,0	1,2	13,2	11,6	5,1	1,4	0,8	0,4	33,7
	25-29	0,0	0,4	7,6	10,6	6,1	2,3	1,2	0,5	28,5
	30-34	0,0	0,1	2,3	5,0	4,3	2,2	1,2	0,5	15,5
	35-39	0,0	0,1	1,2	1,9	1,8	1,9	0,9	0,6	8,4
	40-44	0,0	0,0	0,3	0,5	0,9	0,9	0,8	0,1	3,5
	45-49	0,0	0,0	0,1	0,3	0,5	0,2	0,1	0,3	1,5
Totais		0,0	2,5	28,4	32,5	19,9	9,3	5,2	2,3	100

espaço de tempo, também ganham destaque o grupo de homens de 15-19 anos que casam com mulheres de 20-24 anos e o de 20-24 anos que casam com mulheres mais velhas (25-29 anos). No total, estes dois grupos de idades são responsáveis por mais de 30% dos casamentos realizados. Analisando cada sexo mais em pormenor é visível que 38,1% das mulheres se casam no escalão etário dos 20-24 anos, sendo nos homens este mesmo escalão responsável por 34,2% dos casamentos. Adicionando este valor ao dos que se consorciavam ainda antes dos 20 anos, é fácil verificar que quase 65% dos homens e mais de 66% das mulheres casam antes de atingir os 25 anos.

No entanto, esta situação apenas ocorreu no período referido (1650-1709). Nos seguintes, e apesar de a maior percentagem de casamentos se realizar entre nubentes de idades compreendidas entre os 20 e os 25 anos, a quantidade (e percentagem) de indivíduos de ambos os sexos que se consorciavam antes dos 20 anos diminui substancialmente, ainda que de forma mais acentuada no sexo masculino. Os homens começam a casar cada vez mais tarde e com mulheres cada vez mais velhas, a ponto de ficarem circunscritos a valores quase residuais os casamentos de rapazes menores de 20 anos.

É, todavia, possível efectuar outra leitura, agregando os dados por escalões de idade. Aglutinando as classes em três grupos distintos (menores de 25, de 25-35 e maiores de 35 anos), a resultante traz perspectivas interessantes e diferentes. É o que fica expresso nos quadros 15 e 16.

Quadro 15: Casamentos entre indivíduos dos mesmos escalões etários por freguesia

	Eixo			Oliveirinha			Requeixo			Nariz			Fermentelos			Eirol		
	<25	>25 e <35	>35	<25	>25 e <35	>35	<25	>25 e <35	>35	<25	>25 e <35	>35	<25	>25 e <35	>35	<25	>25 e <35	>35
1650-1709	49,6	47,9	2,5				36,8	61,1	2,1							60,0	40,0	0,0
1710-1749	20,1	56,5	23,4										31,6	63,2	5,3	15,9	47,7	36,4
1750-1799	18,7	60,0	21,3				21,2	56,4	22,4				21,6	56,8	21,6			
1800-1849	21,3	52,2	26,6				16,9	59,0	24,2	14,6	52,1	33,3	16,4	61,6	22,0			
1850-1910	25,8	46,1	28,1	17,2	60,9	21,9	15,6	56,4	28,0	19,9	58,4	21,7	20,8	63,3	15,9	14,8	48,1	37,0

Em termos de freguesias, o panorama é muito semelhante. No primeiro período, realizam-se em Eixo 49,6% de casamentos entre menores de 25 anos, situação que já não acontece nos períodos seguintes, em que os valores des-

cem para a casa dos 20,1%, 18,7%, 22,4% e 25,8%, respectivamente em 1710-1749, 1750-1799, 1800-1849 e 1850-1910. Em Requeixo, o panorama é idêntico, talvez mesmo mais acentuado. Se ao primeiro período correspondem 36,8% dos casamentos, ao terceiro, quarto e quinto momentos considerados na periodização correspondem respectivamente 21,3%, 16,9% e 15,6%. Nas antigas freguesias de Eixo e Requeixo o panorama mantém-se completamente inalterado, com pouca ou mesmo nenhuma modificação dos valores acima expressos.

Quadro 16: Casamentos entre indivíduos dos mesmos escalões etários agregados em unidades maiores (%)

	Antiga freguesia de Eixo			Antiga freguesia de Requeixo			Antigo Concelho		
	<25	>25 e < 35	>35	<25	>25 e < 35	>35	<25	>25 e < 35	>35
1650-1709	49,6	47,9	2,5	36,8	61,1	2,1	45,0	52,8	2,2
1710-1749	20,1	56,5	23,4	31,6	63,2	5,3	20,2	55,9	23,9
1750-1799	18,7	60,0	21,3	21,3	56,5	22,2	20,0	58,0	22,0
1800-1849	21,3	52,2	26,6	16,5	59,1	24,3	18,6	56,2	25,3
1850-1910	20,8	54,7	24,5	18,0	58,9	23,1	19,0	56,7	24,3

Interessante é o facto de, no primeiro período, os casamentos entre indivíduos menores de 25 anos representarem 45% do total realizado no antigo concelho. Nos quatro períodos subsequentes essa percentagem baixa para menos de metade, ou seja, para 20,2%, 20%, 18,6% e 19%, respectivamente.

Diferenças de idades entre os nubentes ao primeiro casamento

Há um natural interesse em verificar as diferenças de idade entre os cônjuges que pela primeira vez contraem matrimónio. Podem distinguir-se neste campo dois níveis de observação: o nível micro, correspondente às freguesias, e o nível mais alargado, correspondente às antigas freguesias e ao concelho.³⁸

³⁸ Os resultados obtidos para as freguesias encontram-se no anexo 25 a este capítulo.

Uma primeira observação dos quadros 17 e 18 permite concluir que, em todos os períodos, nas antigas freguesias e no concelho, os valores se extremam em duas direcções: na dos “*homens mais velhos 2 ou mais anos*” e na das “*mulheres mais velhas 2 ou mais anos*”. Permite ainda concluir que os homens mais velhos que as mulheres representam mais de 40% da totalidade dos casos registados, com apenas uma excepção na antiga freguesia de Eixo, no primeiro período.

Quadro 17: Antigas freguesias – diferenças de idade ao casamento (%)

Antiga freguesia de Eixo						Antiga freguesia de Requeixo				
1650-1709	1710-1749	1750-1799	1800-1849	1850-1910		1650-1709	1710-1749	1750-1799	1800-1849	1850-1910
32,2	42,0	47,2	42,9	47,1	Homens mais velhos 2 ou mais anos	44,2	63,2	53,0	44,9	46,7
5,0	5,9	6,5	5,3	8,0	Homens mais velhos entre 1 e 2 anos	4,2	10,5	6,3	5,5	7,1
20,7	8,6	13,9	11,4	13,8	Diferença de idades inferior a 1 ano	11,6	15,8	9,9	11,0	15,6
5,8	4,7	4,4	6,5	4,2	Mulheres mais velhas entre 1 e 2 anos	7,4	0,0	4,2	4,6	5,9
36,4	38,8	28,0	33,9	26,9	Mulheres mais velhas 2 ou mais anos	32,6	10,5	26,6	33,9	24,8

Quadro 18: Antigo concelho de Eixo – diferenças de idade ao casamento (%)

Antigo Concelho	1650-1709	1710-1749	1750-1799	1800-1849	1850-1910
Homens mais velhos 2 ou mais anos	38,5	44,2	50,0	44,1	47,1
Homens mais velhos entre 1 e 2 anos	4,3	6,0	6,3	5,4	7,2
Diferença de idades inferior a 1 ano	16,0	8,4	11,6	11,2	14,8
Mulheres mais velhas entre 1 e 2 anos	6,1	4,2	4,3	5,4	5,0
Mulheres mais velhas 2 ou mais anos	35,1	37,2	27,8	33,9	25,9

A fatia que toca às “*mulheres mais velhas 2 ou mais anos*” não é de forma alguma desprezável. Essa situação chega, em termos globais do antigo concelho, a representar mais de 30% das observações. Comparativamente, as diferenças de 0 a 2 anos entre os sexos apresentam um peso bem mais diminuto quando comparadas com os outros dois escalões definidos, exceptuando-se naturalmente o primeiro período, que apresenta um peso mais forte.

Daqui ressalta a ideia de que, para aceder ao casamento se tornava necessário que pelo menos um dos nubentes (senão mesmo os dois) ter meios e capacidade económica para constituir e manter um lar. Essa capacidade ocorria muitas vezes numa idade mais avançada e, no caso dos homens, estava frequentemente ligada ao recebimento de heranças ou, no das mulheres, ao poder financeiro dos pais, traduzido na atribuição de um dote atractivo e compensador.

Regressando ao quadro 17, verifica-se que em Requeixo, nos períodos iniciais (até 1749), é notória a tendência para os homens casarem com mulheres mais novas. Nos períodos seguintes, nas duas freguesias, verifica-se uma aproximação dos valores percentuais dos casamentos de homens mais velhos que as mulheres e uma estabilização dos indicadores das categorias dos casamentos em que se verificava a situação inversa. As faixas intermédias, em que as diferenças de idades oscilam entre os 0 e os 2 anos de diferença, apresentam valores estáveis em todos os períodos em análise.

A passagem para um nível de observação superior, ou seja, à escala do antigo concelho, não acarreta alterações de carácter significativo – as tendências enunciadas anteriormente para as antigas freguesias mantêm-se inalteráveis, em boa medida devido ao grande equilíbrio de dados disponíveis para as mesmas. A aproximação inicial verificada entre homens e mulheres que casam com 2 ou mais anos que o respectivo consorte dá lugar, progressivamente, a um afastamento cada vez mais significativo entre os dois grupos, tal como no nível de observação anterior.

O estado civil anterior dos nubentes

A análise do estado civil dos nubentes ao matrimónio permite avaliar a importância do casamento e do recasamento numa dada paróquia. Sendo certo que nas sociedades do Antigo Regime, fortemente marcadas pela cultura católica,

só podia haver recasamento existindo o óbito de um dos cônjuges, torna-se claro o estreito relacionamento entre a variável recasamento e a mortalidade.³⁹ No entanto, o recasamento pode também estar relacionado com a tradição ou hábitos culturais de uma população, com as disponibilidades do mercado matrimonial e a concorrência existente, e com múltiplos factores de natureza económica ou social.

Embora, por norma, as mulheres sobrevivam aos homens (apesar dos riscos de sucessivos estados de gravidez), são estes quem mais volta a casar quando na situação de viuvez. Isto acontece por motivos diversos, mas existe um que, sendo simples, justifica largamente a asserção: a mulher, quando viúva, é mais auto-suficiente que o homem. Ao homem viúvo, com filhos pequenos, uma casa para cuidar, a faina agrícola ou outro trabalho para executar, não resta outra alternativa que procurar quem lhe “alivie o fardo”.

Apesar de, à época, a Igreja Católica não ser apologista do recasamento, tolerando-o apenas como “mal menor”, e de a sociedade (educada e doutrinada por essa mesma igreja) também assim proceder, havia neste campo maior compreensão para com os homens que para com as mulheres.

Distribuição dos nubentes segundo o estado civil

Este tipo de observação, muito simples, permite confirmar uma constatação empírica sobre o matrimónio, nomeadamente a de que casam mais indivíduos solteiros que viúvos. Este é um facto por demais evidente; verificar a sua extensão desta asserção é no entanto necessário. Algumas pequenas variações dos valores considerados “normais” podem “denunciar” situações diversas, nomeadamente um aumento da mortalidade.

³⁹ Na altura, a resolução de um casamento por via do divórcio só acontecia em situações muito especiais e raramente era permitida. Por tal, e como pouca ou nenhuma aplicação tinha em grupos sociais não favorecidos, é uma possibilidade que se pode à partida apartar desta análise, dado o seu reduzido significado no período histórico em observação.

Quadro 19: Estado civil ao casamento

Antigo Concelho	Estado civil dos nubentes ao casamento (%)				
	1650-1709	1710-1749	1750-1799	1800-1849	1850-1910
Homens solteiros	89,7	82,1	88,0	86,9	89,0
Homens viúvos	10,3	17,9	12,0	13,1	11,0
Mulheres solteira	94,8	92,7	94,5	93,3	94,9
Mulheres viúvas	5,2	7,3	5,5	6,7	5,1

O quadro 19 revela que mais de 90% das mulheres casam no estado de solteiras, ao passo que nos homens esse valor nunca é alcançado (embora por vezes dele se aproxime). Outro aspecto interessante é a oscilação simultânea, se bem que não nas mesmas proporções, dos valores relativos a homens e a mulheres. Refira-se um apenas caso: entre 1710 e 1749 a percentagem de homens solteiros que contraem matrimónio baixa 7,6 pontos percentuais, enquanto que nas mulheres a quebra se situa nos 2,1. Estes movimentos de descida são compensados, na mesma proporção, pelo aumento da percentagem de viúvos. No período seguinte, os valores recuperam a níveis quase idênticos aos do anterior. Um caso semelhante ocorre entre 1800 e 1849, embora com uma amplitude menor.

Este tipo de flutuação pode consubstanciar um caso de aumento significativo da mortalidade, em particular da mortalidade adulta, uma vez que se registou o aumento do casamento de viúvos. Isto pode também ser confirmado pela diminuição do casamento de solteiros.

Estado civil combinado dos nubentes

A distribuição dos casamentos de acordo com o estado civil dos nubentes é outro factor que deve ser averiguado no âmbito das relações que se estabelecem entre os sexos. São possíveis quatro tipos de combinação – solteiro/solteira, solteiro/viúva, viúvo/solteira e finalmente viúvo/viúva. Sendo certo

que perto de 90% dos casamentos masculinos são de solteiros, como anteriormente se viu, e que mais de 90% das mulheres se casam nesse mesmo estado, nem sempre estes dois grupos se consorciavam entre si.

**Quadro 20: Antigo concelho de Eixo – Estado civil combinado dos nubentes
(valores absolutos e relativos)**

1650-1709		Homens					Total
		Solteiros	Viúvos	Total	%Solteiros	% Viúvos	
Mulheres	Solteiras	1443	153	1596	85,7	9,1	94,8
	Viúvas	68	20	88	4,0	1,2	5,2
<i>Total</i>		1511	173	1684	89,7	10,3	100
1710-1749		Homens					Total
		Solteiros	Viúvos	Total	%Solteiros	% Viúvos	
Mulheres	Solteiras	635	118	753	78,2	14,5	92,7
	Viúvas	32	27	59	3,9	3,3	7,3
<i>Total</i>		667	145	812	82,1	17,9	100
1750-1799		Homens					Total
		Solteiros	Viúvos	Total	%Solteiros	% Viúvos	
Mulheres	Solteiras	1304	160	1464	84,1	10,3	94,5
	Viúvas	60	26	86	3,9	1,7	5,5
<i>Total</i>		1364	186	1550	88,0	12,0	100
1800-1849		Homens					Total
		Solteiros	Viúvos	Total	%Solteiros	% Viúvos	
Mulheres	Solteiras	1626	230	1856	81,7	11,6	93,3
	Viúvas	102	31	133	5,1	1,6	6,7
<i>Total</i>		1728	261	1989	86,9	13,1	100
1850-1910		Homens					Total
		Solteiros	Viúvos	Total	%Solteiros	% Viúvos	
Mulheres	Solteiras	2554	284	2838	85,4	9,5	94,9
	Viúvas	108	46	154	3,6	1,5	5,1
<i>Total</i>		2662	330	2992	89,0	11,0	100

Do quadro 20 conclui-se que as preferências dos homens solteiros vão para o casamento com mulheres na mesma condição e que apenas uma escassa franja de 3-4 % opta pelo casamento com viúvas. Os viúvos são ainda mais selectivos na sua escolha: uma fatia muito significativa dos mesmos opta por uma mulher solteira para segundas núpcias, quase desprezando as viúvas. Os casamentos entre viúvos representam, pois um valor residual ou quase simbólico. A explicação para este comportamento prende-se com o facto de as mulheres viúvas terem normalmente a seu cargo filhos resultantes do casamento anterior. Isto seria mais difícil de aceitar pelo viúvo que, eventualmente, se encontraria na mesma situação. A junção dos dois lares seria pois um

dobrar de trabalhos. A não ser que a viúva não tivesse filhos ou dispusesse de fortuna considerável, ser-lhe-ia naturalmente difícil conseguir um novo marido.

Em termos gerais, o menor número de casamento de viúvas, podem também ter origem em razões de índole cultural, nomeadamente no facto de o recasamento ser visto como um desrespeito pelo defunto marido. A idade avançada com que a mulher enviúva também não seria factor de atracção para os homens. Não menos importante era o facto de a capacidade de adaptação e sobrevivência da mulher, quando sozinha, ser superior à dos homens, uma vez que, para além de desempenhar o seu papel doméstico, ainda podia executar muitos trabalhos tradicionalmente atribuídos ao sexo oposto.

Idade média ao casamento segundo o estado civil anterior

Como corolário da análise da nupcialidade importa determinar as idades médias ao casamento, de acordo com o estado civil anterior dos nubentes. Trata-se de uma forma mais específica de validar as conclusões anteriormente avançadas para o cálculo simples da idade média ao primeiro casamento em ambos os sexos, nos diversos períodos considerados. Para esta análise tomou-se em consideração a periodização anteriormente empregue. O peso específico de cada par de possibilidades já ficou exposto no *Quadro 20*, referente ao *estado civil combinado dos nubentes ao matrimónio*.

O primeiro destaque vai para o casamento entre solteiros. Para além de as idades médias ao casamento destes indivíduos que se encontram nesta situação aumentarem em cada período que passa, verifica-se que o homem é sempre mais velho que a companheira e que a diferença de idades entre eles vai aumentando progressivamente.

Quadro 21: Idade média combinada segundo o estado civil anterior

Homens		1650-1710	Mulheres	
Casos	Idade Média		Casos	Idade Média
428	23,6	<i>Solteira-solteiro</i>	440	23,5
17	25,0	<i>Solteira-viúvo</i>	43	26,6
33	30,8	<i>Viúva-solteiro</i>	17	30,1
2	51,4	<i>Viúva-viúvo</i>	4	35,9
1710-1749				
505	27,7	<i>Solteira-solteiro</i>	573	27,0
19	29,3	<i>Solteira-viúvo</i>	88	28,6
68	38,3	<i>Viúva-solteiro</i>	25	36,3
12	42,6	<i>Viúva-viúvo</i>	19	39,5
1750-1800				
1106	29,0	<i>Solteira-solteiro</i>	1214	26,7
48	32,3	<i>Solteira-viúvo</i>	128	31,3
105	40,7	<i>Viúva-solteiro</i>	49	35,5
13	46,3	<i>Viúva-viúvo</i>	17	40,1
1800-1849				
1197	29,1	<i>Solteira-solteiro</i>	1404	27,8
77	29,9	<i>Solteira-viúvo</i>	174	33,1
139	44,3	<i>Viúva-solteiro</i>	82	38,0
18	43,3	<i>Viúva-viúvo</i>	18	44,7
1850-1910				
1999	29,6	<i>Solteira-solteiro</i>	2286	27,7
71	34,4	<i>Solteira-viúvo</i>	196	33,6
170	43,9	<i>Viúva-solteiro</i>	73	37,8
26	51,5	<i>Viúva-viúvo</i>	26	47,1

O casamento de viúvos, seja com solteiros seja com outros viúvos, realiza-se em idades relativamente elevadas, quer no caso dos homens quer no das mulheres, sendo no entanto a idade destas, na generalidade, ligeiramente mais baixa. A excepção encontra-se no primeiro período, em que o casamento dos viúvos com solteiros, em ambos os sexos, se efectua em idades não diferentes das verificadas no casamento de solteiros. Isto significa que, entre 1650 e 1710, se enviuvava mais cedo e que o mercado matrimonial conseguia responder às necessidades dos viúvos de uma forma razoavelmente rápida. Era, lembre-se, uma fase de forte expansão demográfica e económica.

Nos momentos posteriores, com a desaceleração do crescimento e a entrada num patamar de estabilidade e equilíbrio económico e demográfico, as populações aderem a um sistema de auto-protecção, enveredando por caminhos de maior contenção e conservação de bens, não se expondo a riscos ou aventuras desnecessárias.

A idade combinada ao casamento segundo a origem e estado civil dos nubentes

O estudo da naturalidade dos nubentes ao primeiro e segundos casamentos revela interesse apreciável, pois relaciona-se de forma inequívoca com outra variável importante, a mobilidade (e os factores que a condicionam). Para esta análise tomou-se o concelho na sua totalidade⁴⁰ e escalonaram-se as restantes freguesias num único grupo, correspondente ao exterior do antigo concelho.

As preferências das mulheres vão, sem margem de dúvida, para o casamento com homens naturais do concelho e, como seria de prever, para homens solteiros. Outro aspecto geral, facilmente constatável, é o facto de as mulheres viúvas casarem em idades bem mais adiantadas que as solteiras, se bem que estas, quando casam com viúvos, também o fazem em idades mais tardias. Em geral, e à medida que decorrem os anos, os casamentos que envolvem viúvos de ambos os sexos são realizados em idades cada vez mais tardias. A excepção aparenta situar-se no último período considerado, em razão de uma maior permeabilidade da população ao exterior, apesar de não apresentar uma redução muito significativa dos valores. As idades elevadas ao primeiro casamento das mulheres, já registadas em momento anterior, acabam por ter neste quadro nova confirmação. A essa situação não serão alheios dois factores de peso: uma maior duração dos casamentos e a migração, particularmente selectiva no caso dos homens, que se sabe ter florescido no século XIX neste concelho.

⁴⁰ Freguesias de Eixo, Oliveirinha, Requeixo, Nariz, Fermentelos e Eirol.

Quadro 22: Idade média combinada das mulheres ao casamento

<i>Homens do concelho</i>		1650-1709	<i>Homens de Fora</i>	
<i>Idade Média</i>	<i>Casos</i>		<i>Idade Média</i>	<i>Casos</i>
22,8	250	<i>Solteira-solteiro</i>	24,7	66
26,9	17	<i>Solteira-viúvo</i>	26,2	10
29,4	6	<i>Viúva-solteiro</i>	28,3	4
		<i>Viúva-viúvo</i>		
1710-1749				
27,0	437	<i>Solteira-solteiro</i>	26,7	94
27,6	52	<i>Solteira-viúvo</i>	30,2	28
36,6	17	<i>Viúva-solteiro</i>	35,3	6
36,6	10	<i>Viúva-viúvo</i>	41,6	6
1750-1799				
26,6	943	<i>Solteira-solteiro</i>	26,6	149
32,2	83	<i>Solteira-viúvo</i>	27,2	18
35,4	44	<i>Viúva-solteiro</i>	38,3	4
39,6	12	<i>Viúva-viúvo</i>	43,5	3
1800-1849				
28,0	1033	<i>Solteira-solteiro</i>	27,5	228
33,3	108	<i>Solteira-viúvo</i>	33,6	41
37,7	64	<i>Viúva-solteiro</i>	38,1	11
45,5	11	<i>Viúva-viúvo</i>	48,8	3
1850-1910				
27,7	1753	<i>Solteira-solteiro</i>	27,5	389
33,7	134	<i>Solteira-viúvo</i>	32,3	47
39,2	53	<i>Viúva-solteiro</i>	35,0	14
47,2	17	<i>Viúva-viúvo</i>	47,0	4

Duração dos casamentos

Para este cálculo consideraram-se apenas os casamentos com data exacta do falecimento do primeiro cônjuge, definindo-se esta como a menor das datas de óbito dos cônjuges (no caso de ambas serem conhecidas), ou a data de óbito do cônjuge que falece quando se conhece a data de novo casamento do cônjuge sobrevivente. O quadro 23 revela uma duração média elevada dos primeiros casamentos, sendo esta superior a 25 anos em mais de 50% dos casos, em cada período considerado, nomeadamente 56%, 53,2%, 60,4% e 55,9%, respectivamente em 1650-1710, 1710-1749, 1750-1799 e 1800-1860. Os valores encontrados sugerem ilações que mais adiante se procurarão confirmar. Em primeiro lugar, verifica-se que as famílias se mantêm estáveis ao longo de muitos anos, o que permite inferir a inexistência de crises de mortalidade catastróficas, desreguladoras dos equilíbrios estabelecidos. Um segundo aspecto a considerar é o facto do recasamento de viúvos ocorrer em idades

cada vez mais avançadas (como anteriormente se constatou através do quadro 21), o que significa que as uniões se rompem cada vez mais tarde e que, à partida, se viverá cada vez mais.

Quadro 23: Duração média dos primeiros casamentos

Valores Absolutos				Duração em Anos	Valores Percentuais			
1650-1710	1710-1749	1750-1799	1800-1860		1650-1710	1710-1749	1750-1799	1800-1860
45	33	60	125	0-4	7,3	8,6	7,0	8,6
43	38	66	119	5-9	6,9	9,9	7,7	8,2
54	34	71	135	10-14	8,7	8,9	8,3	9,3
72	32	69	130	15-19	11,6	8,4	8,1	9,0
59	42	73	129	20-24	9,5	11,0	8,5	8,9
64	34	109	148	25-29	10,3	8,9	12,7	10,2
62	35	92	167	30-34	10,0	9,1	10,7	11,5
64	38	95	144	35-39	10,3	9,9	11,1	10,0
157	97	221	349	>=40	25,3	25,3	25,8	24,1
620	383	856	1446	Totais				
27,7	27,3	28,6	27,4	Médias				

Viuvez e ulterior casamento

No antigo concelho de Eixo, foi possível acompanhar a trajectória de muitos casais que aí se consorciaram ou passaram parte significativa da vida, até à dissolução dos laços que os uniam, pelo óbito de um deles. No entanto, ao tratar a questão da viuvez, nem sempre é fácil conseguir dados de valia significativa já que, em muitas situações, a falta de um elemento no registo de um indivíduo impossibilita utilizar os restantes dados a ele referentes. Neste caso foi possível reunir uma quantidade significativa de elementos.

Assim, e para tratar a viuvez e o ulterior casamento, utilizaram-se os registos de todos os indivíduos com data de viuvez conhecida (anteriormente definida). Para calcular o tempo decorrente entre a viuvez e o ulterior casamento, empregou-se, naturalmente, a data deste acto e a de viuvez.

Viuvez e recasamento

Se as mulheres possuem uma maior “tendência” para enviuar, a situação muda de figura quando se trata de procurar um novo casamento. Aí, os homens acabam por levar a melhor, isto é, acedem muito mais facilmente a um segundo (ou terceiro e mesmo quarto) casamento. As hipóteses explicativas já atrás foram expostas: razões culturais (religiosas e preconceituosas), económicas e mesmo biológicas (idade já relativamente avançada da mulher).

Quadro 24: O recasamento dos viúvos

<i>Homens</i>	<i>Casaram</i>	<i>Enviuaram</i>	<i>Recasaram</i>	<i>% de Recasamentos</i>
1650-1709	1557	411	163	39,7
1710-1749	741	228	91	39,9
1750-1799	1498	431	167	38,7
1800-1849	1832	614	219	35,7
1850-1910	2733	842	177	21,0
<i>Mulheres</i>	<i>Casaram</i>	<i>Enviuaram</i>	<i>Recasaram</i>	<i>% de Recasamentos</i>
1650-1709	1650	366	79	21,6
1710-1749	837	265	46	17,4
1750-1799	1612	584	79	13,5
1800-1849	1969	788	118	15,0
1850-1910	2910	1220	100	8,2

O que importa reter do quadro 24 é a diminuição percentual do recasamento de viúvos com o avançar dos tempos. Se, no primeiro período, quase 40% dos homens viúvos conseguiam recriar um novo lar, no último já pouco mais de 20% o conseguem. No caso das mulheres, os valores encontrados cifram-se em menos de metade dos verificados para os homens. A razão parece prender-se, de forma clara, com a idade à viuvez: esta ocorre em momentos cada vez mais tardios, reduzindo-se assim as hipóteses de formação de novos lares pelos viúvos e, em particular, pelas viúvas. É o que se verá de seguida.

Frequência do recasamento segundo a idade à viuvez

O quadro seguinte tipifica a situação de recasamento no antigo concelho de Eixo, na totalidade dos períodos considerados.

Quadro 25: Frequência do recasamento segundo a idade à viuvez

1650-1709		HOMENS				MULHERES			
		Enviuaram	Recasaram	% das idades à viuvez	% recasamentos	Enviuaram	Recasaram	% das idades à viuvez	% recasamentos
Idades	< 30	27	25	17,6	92,6	12	10	10,3	83,3
	30-39	32	25	20,9	78,1	14	2	12,0	14,3
	40-49	26	14	17,0	53,8	28	3	23,9	10,7
	50-59	29	5	19,0	17,2	26	0	22,2	0,0
	60-69	23	0	15,0	0,0	23	0	19,7	0,0
	> 70	16	0	10,5	0,0	14	0	12,0	0,0
	Indeterm.	258	94		36,4	249	64		25,7
Total	411	163		39,7	366	79		21,6	
1710-1749		Enviuaram	Recasaram	% das idades à viuvez	% recasamentos	Enviuaram	Recasaram	% das idades à viuvez	% recasamentos
Idades	< 30	24	22	14,0	91,7	17	10	8,6	58,8
	30-39	28	18	16,4	64,3	12	1	6,1	8,3
	40-49	33	13	19,3	39,4	47	5	23,9	10,6
	50-59	26	3	15,2	11,5	46	1	23,4	2,2
	60-69	31	4	18,1	12,9	39	0	19,8	0,0
	> 70	29	0	17,0	0,0	36	0	18,3	0,0
	Indeterm.	57	31		54,4	68	29		42,6
Total	228	91		39,9	265	46		17,4	
1750-1799		Enviuaram	Recasaram	% das idades à viuvez	% recasamentos	Enviuaram	Recasaram	% das idades à viuvez	% recasamentos
Idades	< 30	29	27	8,2	93,1	19	14	3,9	73,7
	30-39	59	43	16,7	72,9	48	17	9,8	35,4
	40-49	51	30	14,4	58,8	91	7	18,5	7,7
	50-59	79	20	22,4	25,3	121	3	24,6	2,5
	60-69	69	5	19,5	7,2	120	1	24,4	0,8
	> 70	66	1	18,7	1,5	93	0	18,9	0,0
	Indeterm.	78	41		52,6	92	37		40,2
Total	431	167		38,7	584	79		13,5	
1800-1849		Enviuaram	Recasaram	% das idades à viuvez	% recasamentos	Enviuaram	Recasaram	% das idades à viuvez	% recasamentos
Idades	< 30	32	26	7,1	81,3	26	17	4,1	65,4
	30-39	63	48	13,9	76,2	86	29	13,5	33,7
	40-49	92	47	20,3	51,1	136	23	21,4	16,9
	50-59	90	22	19,9	24,4	153	4	24,1	2,6
	60-69	92	8	20,3	8,7	136	3	21,4	2,2
	> 70	84	0	18,5	0,0	99	0	15,6	0,0
	Indeterm.	161	67		41,6	152	42		27,6
Total	614	218		35,5	788	118		15,0	
1850-1910		Enviuaram	Recasaram	% das idades à viuvez	% recasamentos	Enviuaram	Recasaram	% das idades à viuvez	% recasamentos
Idades	< 30	42	35	5,9	83,3	42	17	3,9	40,5
	30-39	81	43	11,4	53,1	96	26	8,8	27,1
	40-49	84	26	11,8	31,0	165	14	15,1	8,5
	50-59	102	19	14,4	18,6	191	3	17,5	1,6
	60-69	157	7	22,1	4,5	275	3	25,2	1,1
	> 70	244	0	34,4	0,0	321	0	29,4	0,0
	Indeterm.	132	47		35,6	130	37		28,5
Total	842	177		21,0	1220	100		8,2	

A partir do quadro 25 é possível extrair algumas ilações:

- a) Uma esmagadora maioria dos homens e mulheres que enviúvam antes dos 30 anos de idade consegue aceder a um segundo casamento – no caso dos homens, mais de 90% nos primeiros períodos definidos e mais de 80% nos dois últimos; no das mulheres, valores também bastante apreciáveis.
- b) A partir dos 40 anos de idade, as mulheres têm maior dificuldade em conseguir um segundo casamento, ao contrário dos seus congéneres do sexo masculino.
- c) Até aos 60 anos de idade, os homens conseguem resolver o problema da viuvez de uma forma satisfatória, isto é, conseguem refazer um lar.
- d) No primeiro período, uma maior percentagem de indivíduos de ambos os sexos acedeu a novo matrimónio.
- e) No último período, existe uma forte quebra percentual do número de recasamentos em relação ao total de viúvos, em ambos os sexos, chegando os valores a cair para quase metade dos registados no período anterior.
- f) Analisando as idades da viuvez, verifica-se que esta ocorre, com frequência progressivamente maior, em idades mais elevadas, o que explica a diminuição da percentagem de recasamentos, em particular no último período.

Intervalo entre viuvez e recasamento

Outro aspecto interessante a considerar é o tempo médio que um(a) viúvo(a) demora a aceder a novo matrimónio. Do que foi dito anteriormente depreende-se que neste capítulo a situação também não será, à partida, igual para ambos os sexos.

Quadro 26: Intervalo médio a um novo casamento (meses)

<i>Homens</i>		Anos	<i>Mulheres</i>	
Casos	Média		Casos	Média
73	24,71	1650-1709	31	34,26
50	25,74	1710-1749	19	42,74
109	38,81	1750-1799	48	46,98
168	47,15	1800-1849	85	55,93
135	36,23	1850-1910	70	48,79

É facilmente visível que os homens esperam menos tempo para conseguir aceder a novo matrimónio; a espera varia de período para período, em valores que oscilam, em média, entre pouco mais de 2 anos e quase 4. A média parece localizar-se, *grosso modo*, nos 3 anos de espera, sendo que os intervalos menores se situam entre 1650 e 1749. Para as mulheres, estes são bastante mais dilatados, oscilando entre os quase 3 anos, no primeiro momento de observação, e os 5,5, entre 1800 e 1849. O intervalo de espera para o novo casamento aponta para valores médios em torno dos 4 anos.

Esta dilação temporal está naturalmente relacionada com dois aspectos que actuam conjuntamente e que já se confirmaram anteriormente: um agravamento da média de idade à viuvez em ambos os sexos, e consequente, um acréscimo de dificuldades (em particular para as mulheres) em conseguir novo casamento; um incremento, ainda que ligeiro, da duração das uniões, que, por sua vez, se reflecte no aumento da média de idades à viuvez. Esta ocorrência faz retornar a questão do alongamento dos intervalos médios entre a viuvez e o novo casamento.

Idade ao recasamento

O quadro 27 apresenta as idades ao recasamento dos viúvos, agrupadas em escalões etários ao longo dos períodos previamente definidos, com indicação do respectivo peso relativo no contexto da globalidade dos recasamentos realizados e para os quais se conhecem as datas completas de viuvez e novo casamento.

Quadro 27: Idades ao recasamento

HOMENS		MULHERES			HOMENS		MULHERES	
1650-1709		1710-1749			1650-1709		1710-1749	
Efectivos	% do total	Efectivos	% do total		Efectivos	% do total	Efectivos	% do total
1	1,7	1	2,6	< 20	0	0,0	1	2,9
7	11,7	7	18,4	20-24	1	1,7	0	0,0
13	21,7	6	15,8	25-29	10	16,7	8	22,9
11	18,3	8	21,1	30-34	15	25,0	4	11,4
10	16,7	6	15,8	35-39	5	8,3	7	20,0
5	8,3	4	10,5	40-44	12	20,0	7	20,0
8	13,3	4	10,5	45-49	9	15,0	5	14,3
1	1,7	1	2,6	50-54	1	1,7	2	5,7
2	3,3	1	2,6	55-59	3	5,0	1	2,9
2	3,3	0	0,0	60-64	4	6,7	0	0,0
0	0,0	0	0,0	65-69	0	0,0	0	0,0
0	0,0	0	0,0	> 70	0	0,0	0	0,0
60	100	38	100	Total	60	100	35	100
1750-1799		1800-1849			1750-1799		1800-1849	
Efectivos	% do total	Efectivos	% do total		Efectivos	% do total	Efectivos	% do total
1	0,9	0	0,0	< 20	0	0,0	0	0,0
4	3,4	6	9,2	20-24	0	0,0	2	2,1
9	7,7	9	13,8	25-29	18	11,5	8	8,5
21	17,9	13	20,0	30-34	16	10,3	19	20,2
22	18,8	15	23,1	35-39	20	12,8	15	16,0
11	9,4	8	12,3	40-44	30	19,2	22	23,4
11	9,4	7	10,8	45-49	21	13,5	17	18,1
14	12,0	3	4,6	50-54	20	12,8	4	4,3
11	9,4	3	4,6	55-59	9	5,8	2	2,1
5	4,3	1	1,5	60-64	13	8,3	4	4,3
3	2,6	0	0,0	65-69	4	2,6	1	1,1
5	4,3	0	0,0	> 70	5	3,2	0	0,0
117	100	65	100	Total	156	100	94	100
1850-1910					1850-1910			
Efectivos	% do total	Efectivos	% do total		Efectivos	% do total	Efectivos	% do total
0	0,0	1	1,3	< 20				
3	2,5	0	0,0	20-24				
14	11,7	12	15,0	25-29				
30	25,0	16	20,0	30-34				
15	12,5	13	16,3	35-39				
20	16,7	19	23,8	40-44				
13	10,8	9	11,3	45-49				
9	7,5	3	3,8	50-54				
8	6,7	3	3,8	55-59				
7	5,8	3	3,8	60-64				
1	0,8	1	1,3	65-69				
0	0,0	0	0,0	> 70				
120	100	80	100	Total				

Considerando que os valores absolutos não são muito elevados é possível detectar algumas linhas de força. Até 1750 existe um padrão, claramente definido, em que o grupo etário do sexo masculino, preponderante em termos de segundo matrimónio, se situa entre os 25 e os 39 anos, representando este grupo mais de 50% dos recasamentos observados em todo o período.

Nos períodos que se seguem, começa a fazer-se sentir o peso dos grupos etários mais elevados no acesso ao segundo matrimónio. Já os indivíduos com idades compreendidas entre os 40 e os 60 anos representam, no período 1750-1800, um peso de 40% no panorama dos recasamentos do sexo masculino. No período seguinte esse valor ultrapassa a fasquia dos 50% do total dos recasamentos. No último período verifica-se uma recuperação dos grupos etários compreendidos entre os 25 e os 40 anos.

A situação do sexo feminino aparenta ser mais pacífica em termos de oscilações. As faixas etárias entre os 25 e os 39 anos são, em quase todos os períodos definidos, as dominantes, com mais de 50% das mulheres a recasarem nestas idades. Apenas o período 1800-1849 fica aquém dessa fasquia, com 45%. Contudo, a partir de 1710-1749, nota-se um progressivo aumento do escalão correspondente aos 40-44 anos: dos 20% de casos, passa-se (após uma ligeira quebra no período seguinte) para 23,4% e 23,8% nos dois momentos considerados para o século XIX. Em simultâneo com o crescimento deste escalão etário também se observa, ainda que em níveis inferiores, o incremento paralelo do escalão referente aos 45-49 anos. Para este crescimento ser possível, houve um decréscimo nos grupos de idades inferiores a 25 anos, o que leva novamente à indicação de ocorrência de viuvez em idades mais elevadas.

Idade média dos viúvos a um novo casamento

Para uma melhor clarificação do facto de a viuvez ser atingida em momentos mais tardios, impõe-se a observação das idades médias ao recasamento, em ambos os sexos. Apesar de não ser grande a quantidade de efectivos disponíveis para análise, foi possível extrair valores com representatividade suficiente.

Do quadro 28 conclui-se de forma liminar que, tal como no primeiro casamento, os homens contraem segundas núpcias com idades superiores às mulheres (como era possível inferir dos quadros anteriores). Oscilando entre uma média

de 35 anos no primeiro período e de 45 na primeira metade do século XIX, a idade média ao recasamento dos homens conhece um ligeiro recuo no período de transição para o século XX. Aliás, movimento semelhante acontece no caso do sexo feminino. Com os valores médios dos períodos a oscilarem entre os 34 e os 40 anos, o recuo no sexo feminino coincide com o momento em que acontece para os homens, mas a sua amplitude é menor (ligeiramente inferior a 1 ano para as mulheres e a 4 anos para os homens).

Quadro 28: Idade média ao recasamento

<i>PERÍODOS</i>	<i>Homens</i>		<i>Mulheres</i>	
	<i>Casos</i>	<i>Idade Média</i>	<i>Casos</i>	<i>Idade Média</i>
<i>1650-1709</i>	60	35,84	38	34,19
<i>1710-1749</i>	60	39,64	35	37,71
<i>1750-1799</i>	117	43,70	65	37,48
<i>1800-1849</i>	156	45,19	94	40,79
<i>1850-1910</i>	120	41,07	80	39,84

É ainda possível apreciar o aumento gradual da idade média ao casamento dos viúvos ao longo dos vários períodos considerados, que, de forma mais ou menos paralela, acompanha o aumento da idade média dos nubentes ao longo do tempo em causa. Compete destacar o período 1650-1710: nele registam-se não só os valores mais baixos das idades ao recasamento, como as idades médias mais baixas ao primeiro casamento (vejam-se particularmente os *quadros 2 e 4* deste capítulo).

O celibato definitivo

Paradoxalmente, o último aspecto a considerar nesta análise da nupcialidade é diz respeito àqueles que não querem ou não conseguem contrair matrimónio, acabando os seus dias como celibatários. Para esta análise consideraram-se todos os indivíduos que, no momento do óbito, contavam cinquenta ou mais anos e permaneciam solteiros. Graças à reconstituição das várias paróquias do antigo concelho foi possível seguir muitas trajectórias de vida desde o momento do nascimento até ao do óbito. No entanto, é uma tarefa que nem

sempre se apresenta fácil dada a existência de inúmeros obstáculos, que vão desde as lacunas de registos à ausência de documentação referente às migrações, passando por inevitáveis dificuldades de identificação de indivíduos nos registos de óbito por escassez de elementos claros e precisos.

Traçaram-se dois caminhos para a observação do fenómeno do celibato definitivo: a análise longitudinal e a transversal. No primeiro caso, o ponto de partida foi a data de nascimento dos indivíduos das várias gerações. Procurou-se acompanhar o seu percurso posterior da forma mais eficaz possível, determinando com precisão o estado civil e a idade ao momento do óbito. Este processo tem a desvantagem de se perderem as gerações do último meio século de observação, dada a necessidade de se respeitar o intervalo de 50 anos (até aos quais se considera estarem os indivíduos em permanente risco de casar). No segundo processo, parte-se da data de óbito e procede-se da mesma forma para determinar a idade e confirmar o estado civil. Este processo tem a vantagem de permitir a observação dos anos finais, não abrangidos pela análise por gerações (como foi dito). Em contrapartida, perde os primeiros cinquenta anos da série, por motivos semelhantes aos da análise longitudinal. No fundo, os dois tipos de abordagem acabam por interagir de forma complementar, colmatando as lacunas e deficiências que cada um apresenta.

Começando a análise no sentido longitudinal (ou por gerações) e mantendo a periodização anteriormente seguida, elaborou-se um quadro que, pela sua simplicidade, oferece poucas dúvidas: o celibato aumenta gradualmente com o evoluir dos anos, sendo no caso do sexo feminino quase o dobro do registado para os homens. Este aspecto realça as dificuldades das mulheres no acesso ao matrimónio, já detectadas em análises anteriores.

Quadro 29: Celibato definitivo – análise por gerações

Homens				Anos	Mulheres			
Solteiros	Casados ou viúvos	Total	% de solteiros		Solteiros	Casados ou viúvos	Total	% de solteiros
6	39	45	13,3	< 1650	7	59	66	10,6
33	550	583	5,7	1650-1709	83	584	667	12,4
77	731	808	9,5	1710-1749	173	733	906	19,1
163	937	1100	14,8	1750-1799	395	1023	1418	27,9
228	1353	1581	14,4	1800-1860	808	1410	2218	36,4

Convém referir aqui duas outras observações. A primeira diz respeito ao período anterior a 1650, em que a quantidade de dados é relativamente escassa. A segunda prende-se com os dados respeitantes ao período 1650-1709 (considerado de expansão nesta região do antigo concelho de Eixo), que apresenta valores de celibato para ambos os sexos bastante baixos, quando comparados com os de outros períodos. Trata-se, sem dúvida, de mais um elemento a corroborar a ideia de um forte desenvolvimento da região. O período 1710-1749 ainda conheceu alguns momentos de expansão na sua fase inicial, mas esta não durou muito tempo, pois os valores encontrados apresentam diferenças acentuadas relativamente ao período anterior.

Procurando complementar o anterior processo de cálculo, elaborou-se uma análise transversal, partindo da situação do indivíduo ao momento do óbito. Esta análise acaba por reflectir os valores avançados anteriormente e reforçar as mesmas conclusões, nomeadamente os factos de o celibato feminino ser sensivelmente o dobro do verificado para o sexo masculino e de os valores do celibato conhecerem um forte incremento a partir de meados do século XVIII.

Quadro 30: Celibato definitivo – Análise transversa

Homens				Anos	Mulheres			
Solteiros	Casados ou viúvos	Total	% de solteiros		Solteiros	Casados ou viúvos	Total	% de solteiros
6	35	41	14,6	1660-1709	6	55	61	9,8
10	180	190	5,3	1710-1749	21	182	203	10,3
63	748	811	7,8	1750-1799	160	750	910	17,6
118	942	1060	11,1	1800-1849	252	934	1186	21,2
232	1112	1344	17,3	1850-1910	713	1230	1943	36,7

A junção dos dois primeiros momentos de observação considerados permite a criação de um período único, de 1660 a 1749, em que o valor percentual do celibato definitivo masculino se fixa em 6,9% e o do feminino em 10,2%. Provavelmente estes valores situar-se-ão mais próximo da realidade do que no primeiro momento considerado.

Capítulo VII – A Fecundidade

Taxas de fecundidade legítima por grupos de idade.....	357
Taxas de fecundidade legítima por duração do matrimónio.....	361
A influência da idade ao casamento nas taxas de fecundidade legítima	364
Idade média da mãe ao nascimento do último filho	368
Idade média da mãe ao nascimento do último filho segundo a idade ao casamento	368
Número de filhos por casamento	370
Ausência de filhos segundo a idade ao casamento	371
Número de filhos por família segundo a idade ao casamento	373
O espaçamento dos nascimentos.....	375
Intervalo protogenésico	375
Os intervalos intergenésicos	378
O primeiro intervalo intergenésico médio	378
Intervalos intergenésicos sucessivos	379
As concepções pré-nupciais.....	381

Foi a partir do estudo da fecundidade "*natural*" no chamado período *pré-estatístico*, iniciado conjuntamente pelo demógrafo Louis Henry, pelo arquivista Michel Fleury e pelo historiador Pierre Goubert, que nasceu a Demografia Histórica e o interesse de muitos investigadores por esta disciplina. A actual investigação tem analisado e aprofundado outros comportamentos demográficos, porém parece evidente, para muitos historiadores demógrafos, que "(...) o fenómeno da fecundidade, mais do que qualquer outro fenómeno demográfico, está no centro das grandes mudanças das sociedades contemporâneas."¹

É um facto evidente que, durante o período do Antigo Regime, na mesma paróquia e região, houve comportamentos diversificados no que concerne à fecundidade matrimonial, não só atendendo às taxas de fecundidade geral, mas sobretudo aos valores de descendência teórica, indicador utilizado na análise comparativa entre áreas geográficas.²

A existência de ritmos reprodutivos diferenciados durante o Antigo Regime pode ser também comprovada e justificada a partir de indicadores referentes ao fenómeno da fecundidade legítima. É o caso da descendência matrimonial, em especial do número de filhos por família (todas ou só as fecundas) e da

¹ Maria Norberta Amorim, "Fecundidade legítima em longa duração. A especificidade de comportamentos no Baixo Minho (1680-1980)", in *Boletim da ADEH*, XVI-1, pág. 56.

² A taxa de fecundidade geral por grupos de idade indica a capacidade reprodutiva de uma população sem dar o número de filhos que em cada período viu efectivamente nascer; enquanto a descendência teórica (D.T.) perspectiva o número médio de filhos por mulher nas condições de fecundidade encontradas, se a convivência conjugal se estendesse dos 15-49, 20-49,....

duração das uniões.³ Determinar as taxas de fecundidade legítima é o passo seguinte para se avaliar a extensão do Antigo Regime demográfico e detectar a sua evolução no sentido de uma fecundidade controlada ou, melhor dizendo, mais controlada.

Admite-se sem dificuldade que, durante o Antigo Regime demográfico, a quantidade de filhos de uma mulher num quadro de legitimidade estava condicionada por dois factores determinantes: a idade ao casamento e a duração da sua vida conjugal. No entanto, vários elementos intervinham no sentido de frear uma fecundidade completamente natural: o aleitamento mais ou menos prolongado, as carências alimentares e a “mobilidade do parceiro” (isto é, a migração do parceiro masculino, fruto da necessidade de obtenção de melhores meios de subsistência). Naturalmente, também não se exclui a interrupção abrupta das uniões pela morte repentina do cônjuge por doença, guerras ou acidente, a prática do aborto ou mesmo o eventual emprego de incipientes medidas malthusianas de controlo de nascimentos.

Apesar deste conjunto de condicionalismos, pode aceitar-se a designação de *fecundidade natural* como sinónimo de *fecundidade de Antigo Regime*. Na sua determinação consideram-se apenas as famílias completas, isto é, aquelas de que se conhece as datas de casamento, de nascimento da mulher e respectivos filhos e de fim de observação. Esta última é definida de acordo com os seguintes parâmetros: quando se conhece a data de óbito de ambos os cônjuges, é a menor das duas; quando se conhece o óbito de apenas um, considera-se essa data como fim de observação, desde que se confirme a existência de novo matrimónio do cônjuge sobrevivente. Considera-se ainda que a duração do matrimónio não pode ser inferior a cinco anos.⁴

³ Para calcular o número médio de filhos nascidos por união em todas as famílias ou só em famílias fecundas e a duração das uniões, foram utilizadas as famílias tipo 1 e 2, independentemente da idade da mulher ao primeiro casamento e de se tratar do primeiro ou posterior casamento de qualquer dos cônjuges.

⁴ Neste, assim como em todos os quadros e gráficos que adiante se apresentam, os valores estão referidos a 1000 mulheres.

As famílias fecundas permitem uma imagem mais exacta da dimensão real do agregado familiar, enquanto a descendência teórica constitui um indicador mais sintético e formal. Além disso, no Antigo Regime, a duração do casamento exerce uma influência decisiva na dimensão final de cada família e tem a ver com os níveis de fecundidade, tornando-se um dos factores privilegiados do estudo da mesma. Isto porque é quase exclusivamente dentro do matrimónio que a sociedade de Antigo Regime assegura a sua continuidade, embora por vezes a chamada “*ilegitimidade*” assumia valores importantes em determinados lugares.

Taxas de fecundidade legítima por grupos de idade

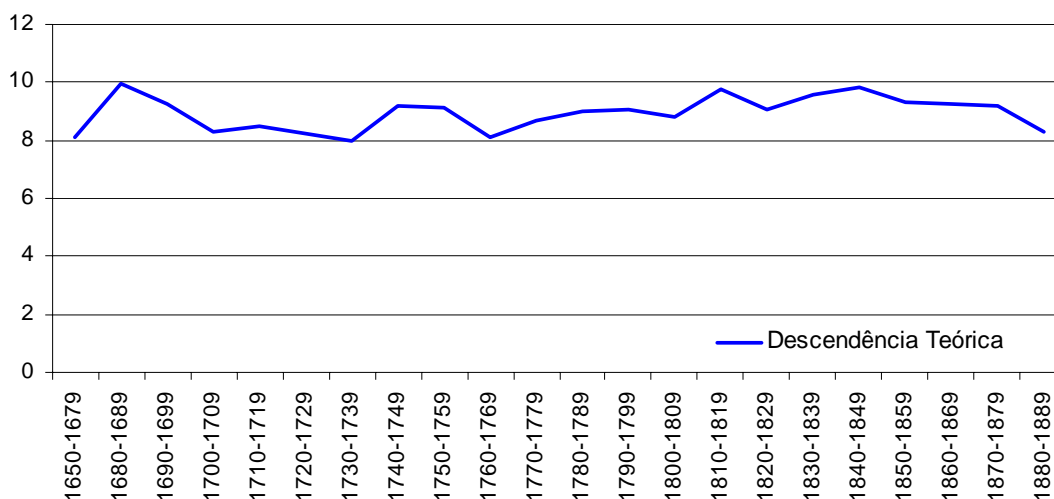
Os valores mais elevados de fecundidade concentram-se, naturalmente, na faixa etária compreendida entre os 20 e os 34 anos de idade da mulher, o que é facilmente explicável por factores de natureza biológica e social: é entre essas idades que a mesma atinge a sua maturidade reprodutiva (depois dos 34 anos a capacidade reprodutiva cai de forma significativa e antes dos 20 ainda não se encontra suficientemente desenvolvida) e é também nesse período que ocorre a grande maioria dos casamentos, correspondendo à entrada numa vida sexual activa.

Os quadros 1 e 2 apresentam os as taxas de fecundidade legítima por grupos de idade, bem como a descendência teórica registada. No quadro 1, por força da escassez de dados, optou-se por agrupar os dados do primeiro período num intervalo de trinta anos. Por aquilo que é dado observar deste quadro, constata-se estarem os valores da descendência teórica compreendidos, em todos os períodos, entre os 8 e os 10 filhos, não atingindo nunca este valor extremo. Verifica-se ainda que, a partir de 1820, há um aumento significativo da descendência teórica de quase um ponto, que se manterá durante todo o restante século XIX. É ainda possível observar uma diminuição significativa dos valores da fecundidade nos últimos grupos de idade, nomeadamente a partir dos 35 anos.

Quadro 1: Taxas de fecundidade legítima por grupos de idades e descendência teórica (observações decenais)

	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	Descendên cia Teórica	Nº de mulheres
1650-1679	204	346	318	338	257	125	28	8,08	44
1680-1689	308	338	503	332	296	153	58	9,94	22
1690-1699	417	332	353	355	240	134	17	9,24	40
1700-1709	301	334	353	325	234	113	2	8,31	132
1710-1719	189	351	396	328	288	145	0	8,49	54
1720-1729	133	393	422	303	261	126	9	8,24	89
1730-1739	143	357	375	329	255	126	14	8,00	113
1740-1749	304	379	403	345	281	124	5	9,21	122
1750-1759	274	285	447	367	284	163	10	9,15	98
1760-1769	48	321	421	368	291	159	16	8,12	79
1770-1779	196	397	353	347	300	138	8	8,70	215
1780-1789	214	373	403	344	301	153	18	9,03	218
1790-1799	223	400	358	358	300	160	17	9,08	218
1800-1809	175	328	412	362	320	152	11	8,80	175
1810-1819	341	311	454	332	314	193	14	9,80	214
1820-1829	173	370	429	358	305	168	15	9,09	229
1830-1839	279	418	360	356	318	170	17	9,59	240
1840-1849	321	359	396	398	311	157	20	9,81	229
1850-1859	277	412	383	347	293	147	10	9,35	245
1860-1869	184	395	434	359	299	160	16	9,24	294
1870-1879	149	388	451	376	305	163	12	9,22	293
1880-1889	137	441	368	311	258	138	10	8,32	281

Gráfico 1: Evolução da descendência teórica



Para uma análise mais global da fecundidade dividiu-se a totalidade da série em 5 períodos, na sua generalidade coincidentes com os adoptados para a análise das outras variáveis. Exceptua-se o último período, que em vários tipos

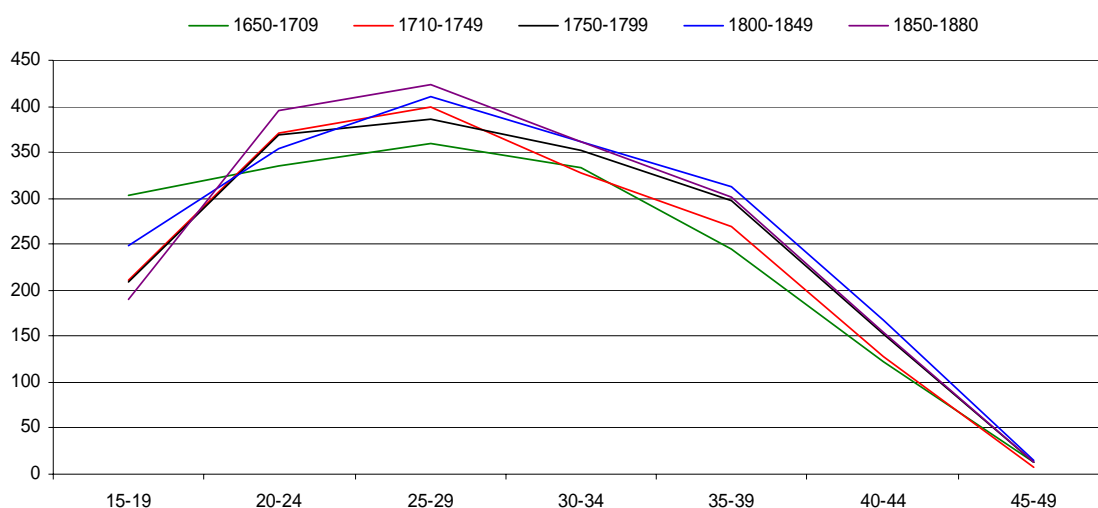
de análise comporta apenas 30 anos (como é o caso do estudo da fecundidade legítima por grupos de idade – quadro 2 e gráfico 2), de forma a possibilitar a observação de pelo menos 3 décadas completas de casamentos.

A observação do quadro 2 e do gráfico 2 revela vários aspectos com interesse. Primeiramente, e centrando a atenção na descendência teórica, após os primeiros 100 anos regista-se um aumento bastante aceitável dos níveis de fecundidade que, no primeiro período considerado para o século XIX, superam os momentos antecedentes em quase um filho. Em segundo lugar, verifica-se que a responsabilidade desse aumento cabe por inteiro a um movimento de subida generalizada dos índices em quase todos os escalões etários, mesmo naqueles que vinham a evidenciar um paulatino decréscimo (caso do escalão 15-19).

Quadro 2: Taxas de fecundidade legítima por grupos de idade e descendência teórica

Anos	Nº de Obs.	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	Descendencia Teórica
1650-1709	238	304	336	359	333	245	123	14	8,57
1710-1749	378	210	371	400	328	269	128	8	8,57
1750-1799	828	209	369	386	353	297	153	14	8,91
1800-1849	1087	249	354	411	361	313	168	16	9,36
1850-1880	854	191	395	424	362	301	155	13	9,21

Gráfico 2: Evolução das taxas de fecundidade legítima por grupos de idade no antigo concelho de Eixo



O gráfico 2 deixa patente o aumento progressivo das taxas de fecundidade legítima ao longo dos vários períodos, alcançando estas os valores mais elevados no século XIX. Este fenómeno não constitui, todavia, caso único. Na região da Beira Litoral, trabalhos relativos a outras localidades apontavam este facto. Tal é o caso de Cortegaça,⁵ onde os valores da descendência teórica no século XIX são superiores, em média, cerca de 0,5 pontos em relação aos do século anterior. No conjunto das freguesias de Eixo e Oliveirinha⁶ são também claramente superiores em mais de 1 unidade, sendo que este fenómeno já se começava a sentir a partir do último quartel do século XVIII. Em Aradas,⁷ o processo é muito semelhante ao da freguesia vizinha de Eixo. Em S. Vicente de Pereira-Jusã,⁸ verifica-se um aumento substancial da descendência teórica, também a partir de 1780, embora esse aumento acabe por perder a sua dinâmica após 1840.

O aumento da fecundidade e conseqüentemente da descendência teórica pode estar relacionado com assistência médica, condições higiênico-sanitárias ou razões de natureza sócio-económica. Neste último caso, seria de considerar uma melhoria acentuada do nível e qualidade de vida. No entanto, os elementos recolhidos, provenientes de fontes não demográficas, dão a entender não se ter tratado de um período muito fácil, especialmente se se levar em conta toda a agitação político-militar vivida em Portugal na primeira metade do século XIX. Os reflexos desse conturbado período manifestaram-se de muitas formas, sendo uma delas a situação de crise económica. No que diz respeito à assistência médica regista-se de facto uma progressiva melhoria, não apenas pelo surgimento de uma nova geração de clínicos formada segundo o que de melhor se sabia da ciência médica, mas também pelo duro combate travado contra as práticas e credences ancestrais que grassavam entre as populações.

⁵ Maria Palmira da Silva Gomes, *Cortegaça...*, op. cit., pág. 49.

⁶ Francisco Messias Trindade Ferreira, *A antiga freguesia de Eixo e Oliveirinha...*, op. cit., pág. 106.

⁷ Fernando Alberto Lacerda, *S. Pedro de Aradas (1690-1900) ...*, op. cit., pág. 140 e seguintes.

⁸ Hélder de Pinho Almeida, *S. Vicente de Pereira – Jusã*, op. cit., pág. 98.

Finalmente, no segundo caso, com estreita ligação ao anterior, a melhoria das condições higiénico-sanitárias, quer em termos individuais quer colectivos, terão produzido alguns frutos ao combater hábitos enraizados há gerações.

Afigura-se difícil determinar, em face dos elementos disponíveis, que factor ou factores terão contribuído para o aumento da fecundidade, mas não será de excluir que todos tenham desempenhado a sua parte.

Taxas de fecundidade legítima por duração do matrimónio

Outra possibilidade de se realizar o cálculo das taxas de fecundidade legítima é através da duração do matrimónio. Habitualmente pouco utilizada,⁹ tem no entanto algumas vantagens. Assim, *“este quociente indicará, de uma forma mais imediata do que a taxa de fecundidade, a reprodução biológica da população, na medida em que reflecte, globalmente, os efeitos da idade ao casamento (...) e também as oscilações da fecundidade. (...) podemos, através dele, calcular, de uma forma prática, qual seria o número médio de crianças nascidas por cada união de duração definida.”*¹⁰

Tal como se procedeu anteriormente para o cálculo da fecundidade legítima por grupos de idades, também aqui se apresentam os dados por décadas, à excepção do primeiro momento, que abarca trinta anos, pelos motivos anteriormente expostos. Os valores encontrados para a descendência espriam-se entre um mínimo de 4,2, entre 1730 e 1739, e um máximo de 6,4, entre 1680 e

⁹ Louis Henry considera que, nas populações antigas, se emprega mais a idade da mulher para o cálculo da fecundidade e nas populações mais actuais se prefere o cálculo a partir da duração dos casamentos. No entanto, dá como perfeitamente válidos ambos os processos, quer para as populações antigas quer actuais. (Cf. Louis Henry, *Técnicas de Análise em Demografia Histórica*, Gradiva, Lisboa, 1988, pág. 101). Nos vários estudos consultados para o caso português encontrou-se pela primeira vez o cálculo da fecundidade segundo a duração do matrimónio sob a designação de *Quocientes de Descendência Legítima em Famílias Fecundas*, em: M.^a Norberta Amorim, *Guimarães...*, op. cit., pp. 213-219. Posteriormente a este trabalho, passou a ser prática corrente a realização deste tipo de análise em quase todos os trabalhos de Demografia Histórica.

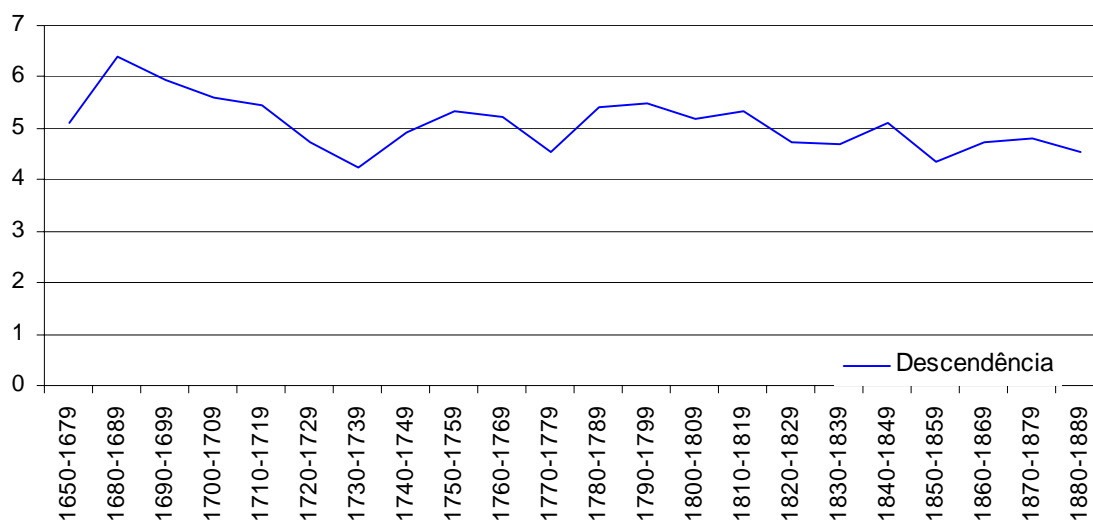
¹⁰ M.^a Norberta Amorim, *Guimarães...*, op. cit., pág. 213

1689. A descendência apresenta uma ligeira tendência para diminuir ao longo do século XIX, fixando-se ligeiramente abaixo dos 5 filhos, em particular a partir da segunda metade desse século, conforme se pode observar a partir do gráfico 3.

Quadro 3: Taxas de fecundidade legítima por duração do matrimónio

Anos	00-04	05-09	10-14	15-19	20-24	25-29	30-34	Descendência	Obs. Mulheres
1650-1679	327	250	200	152	80	13	0	5,11	44
1680-1689	355	327	255	200	86	57	0	6,40	22
1690-1699	370	275	306	158	69	12	0	5,95	40
1700-1709	315	286	248	137	95	39	0	5,60	132
1710-1719	307	256	222	139	116	53	0	5,47	54
1720-1729	337	261	180	125	35	8	0	4,73	89
1730-1739	354	230	142	69	44	9	0	4,24	113
1740-1749	362	246	183	119	70	7	0	4,94	122
1750-1759	369	261	230	146	43	19	0	5,34	98
1760-1769	349	263	203	165	54	7	0	5,21	79
1770-1779	345	233	169	119	40	4	0	4,55	215
1780-1789	383	278	197	147	65	15	0	5,43	218
1790-1799	341	284	196	147	90	43	0	5,51	218
1800-1809	360	251	190	157	66	13	0	5,19	175
1810-1819	366	269	206	145	59	23	0	5,34	214
1820-1829	373	256	178	93	48	0	0	4,74	229
1830-1839	363	249	149	105	34	14	22	4,68	240
1840-1849	355	254	173	130	71	19	18	5,10	229
1850-1859	312	221	169	103	55	13	0	4,37	245
1860-1869	345	233	155	115	31	13	57	4,75	294
1870-1879	359	244	170	113	57	19	0	4,81	293
1880-1889	346	239	160	111	44	5	0	4,53	281

Gráfico 3: Evolução da descendência por duração do casamento



O quadro 4 apresenta os valores agrupados em períodos mais vastos, já empregues em análises anteriores, e permite constatar uma razoável uniformidade e estabilidade da descendência ao longo de todo o período 1650-1880, entre os 4,6 e os 5,7.

**Quadro 4: Taxas de fecundidade legítima por duração do casamento
(totais por períodos)**

Anos	Nº Obs.	0-4	5-9	10-14	15-19	20-24	25-29	30-34	Descendência
1650-1709	238	330	282	250	149	87	31	0	5,65
1710-1749	378	346	246	175	108	62	16	0	4,77
1750-1799	828	357	265	194	142	63	20	0	5,21
1800-1849	1087	364	256	178	125	56	15	8	5,01
1850-1880	854	340	233	163	110	48	16	12	4,61

Ao considerar as taxas de fecundidade legítima segundo a duração do casamento, coloca-se em evidência o tempo de vivência conjugal e a fecundidade daí resultante. Pormenorizando os resultados acima, o quadro 5 mostra, em termos gerais, que a fecundidade diminui de forma progressiva com a duração do matrimónio, resultado do natural e progressivo envelhecimento das mulheres e da subsequente redução da sua capacidade procriadora. A descendência assim obtida aproxima-se fortemente do número médio de filhos por família fecunda.¹¹

A partir do mesmo quadro é possível ainda registar um reforço da descendência nos primeiros grupos de idade ao longo do século XIX e um reduzido peso específico, em todos os períodos, do grupo de idades compreendidas entre os 35 e os 39 anos.

¹¹ Cf. Louis Henry, *Técnicas de Análise ...*, op. cit., pág. 133.

Quadro 5: Taxas de fecundidade legítima por duração do casamento e idades ao matrimónio

1650-1709	Nº Obs.	0-4	5-9	10-14	15-19	20-24	25-29	30-34	Descendência
15-19	60	287	293	325	248	205	81	0	7,20
20-24	96	327	310	278	183	64	0	0	5,81
25-29	54	396	278	232	39	5	0	0	4,75
30-34	21	333	190	50	0	0	0	0	2,87
35-39	7	229	86	29	0	0	0	0	1,72
Total	238	330	282	250	149	87	31	0	5,65
1710-1749	Nº Obs.	0-4	5-9	10-14	15-19	20-24	25-29	30-34	Descendência
15-19	40	330	370	297	267	236	59	0	7,80
20-24	105	387	314	286	160	41	0	0	5,94
25-29	110	389	280	180	51	5	0	0	4,53
30-34	62	381	210	58	0	0	0	0	3,25
35-39	61	174	23	0	0	0	0	0	0,99
Total	378	346	246	175	108	62	16	0	4,77
1750-1799	Nº Obs.	0-4	5-9	10-14	15-19	20-24	25-29	30-34	Descendência
15-19	92	367	341	292	249	203	60	0	7,56
20-24	246	408	333	305	213	56	6	0	6,61
25-29	211	429	336	226	86	3	0	0	5,40
30-34	135	376	225	68	4	0	0	0	3,37
35-39	144	142	32	0	0	0	0	0	0,87
Total	828	357	265	194	142	63	20	0	5,21
1800-1849	Nº Obs.	0-4	5-9	10-14	15-19	20-24	25-29	30-34	Descendência
15-19	76	447	329	332	309	217	51	8	8,47
20-24	269	406	343	281	213	66	4	0	6,57
25-29	313	414	306	230	81	4	0	0	5,18
30-34	213	413	261	85	2	0	0	0	3,81
35-39	216	159	44	2	0	0	0	0	1,03
Total	1087	364	256	178	125	56	15	8	5,01
1850-1880	Nº Obs.	0-4	5-9	10-14	15-19	20-24	25-29	30-34	Descendência
15-19	48	404	383	350	300	211	59	12	8,60
20-24	179	450	340	299	204	61	5	0	6,80
25-29	230	395	307	227	71	4	0	0	5,02
30-34	170	398	245	83	3	0	0	0	3,65
35-39	227	141	33	3	0	0	0	0	0,89
Total	854	340	233	163	110	48	16	12	4,61

A influência da idade ao casamento nas taxas de fecundidade legítima

Torna-se relativamente fácil prever que os valores mais elevados de fecundidade se encontrem nos grupos de mulheres que contraem matrimónio em idades mais precoces. Sendo assim, o realce neste quadro vai para aquelas que casam entre os 15 e os 19 anos e que mantêm elevados índices de fecundidade até pelo menos aos 40. No entanto, convém não desprezar os valores alcançados, em especial nos primeiros anos de convivência conjugal, pelas mulheres que contraem matrimónio entre os 25 e os 34 anos.

Quadro 6: Taxas de fecundidade legítima segundo a idade ao casamento

	Idades	Obs.	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	Descendência
										Teórica
1650-1709	15-19	60	304	332	329	307	220	126	20	8,19
	20-24	96		341	342	324	240	118	17	6,91
	25-29	54			485	320	274	136	5	6,10
	30-34	21				532	268	92	0	4,46
	35-39	7					313	167	50	2,65
1710-1749	15-19	40	210	373	373	277	271	187	8	8,50
	20-24	105		370	373	314	227	110	11	7,03
	25-29	110			473	324	254	121	11	5,92
	30-34	62				448	316	136	9	4,55
	35-39	61					408	123	0	2,66
1750-1799	15-19	91	209	383	333	275	251	160	24	8,18
	20-24	246		359	377	324	288	147	17	7,56
	25-29	211			451	393	307	172	16	6,70
	30-34	135				431	321	146	15	4,57
	35-39	144					315	134	5	2,27
1800-1849	15-19	76	249	415	345	355	300	173	13	9,25
	20-24	269		324	386	326	295	156	16	7,52
	25-29	313			486	357	295	167	19	6,62
	30-34	213				461	348	194	13	5,08
	35-39	216					365	153	16	2,67
1850-1880	15-19	48	191	408	393	358	302	163	13	9,14
	20-24	179		388	402	328	277	159	17	7,86
	25-29	230			474	345	282	151	17	6,35
	30-34	170				480	328	169	15	4,96
	35-39	227					363	141	7	2,56

Dos vários momentos da periodização, os mais relevantes são os que se sucedem a 1800, por dois motivos diferentes. Primeiramente, entre 1800 e 1849 verifica-se um aumento significativo dos níveis de fecundidade, que se traduzem num *ratio de fecundidade legítima* mais elevado que no período anterior e mesmo que no seguinte. Outro motivo prende-se com o facto de, no período 1850-1880, apesar dos *ratios de fecundidade* serem ligeiramente inferiores, ocorrerem fortes níveis de fecundidade, que ultrapassam substancialmente o valor 400 em todos os grupos etários (exceptua-se o grupo dos 35-39 anos, que mesmo assim é também significativo). Verifica-se ainda, nesse período, uma diminuição significativa das taxas de fecundidade dos grupos etários acima dos 40 anos, o que leva a supor uma diminuição da idade média das mulheres ao nascimento do último filho.

Desta observação pode eventualmente inferir-se que os casais começam a manifestar a preocupação de ter os filhos mais cedo, ou que a aleitação deixa de ser tão prolongada, uma vez que, passados os primeiros dez anos de casamento, os valores da fecundidade decaem para níveis inferiores aos verificados no período precedente.

Gráfico 4: Taxas de fecundidade legítima segundo a idade ao casamento (1650-1709)

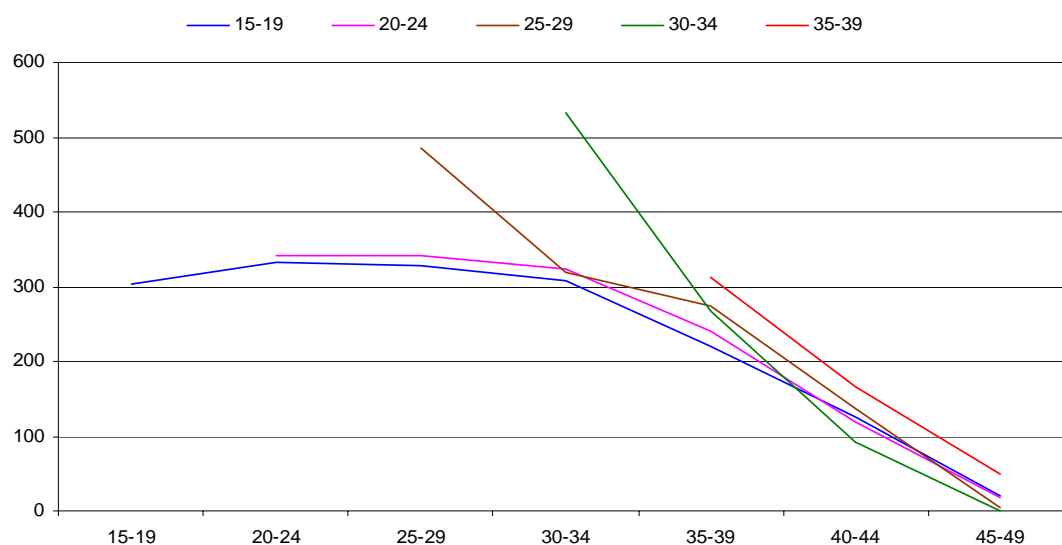


Gráfico 5: Taxas de fecundidade legítima segundo a idade ao casamento (1710-1749)

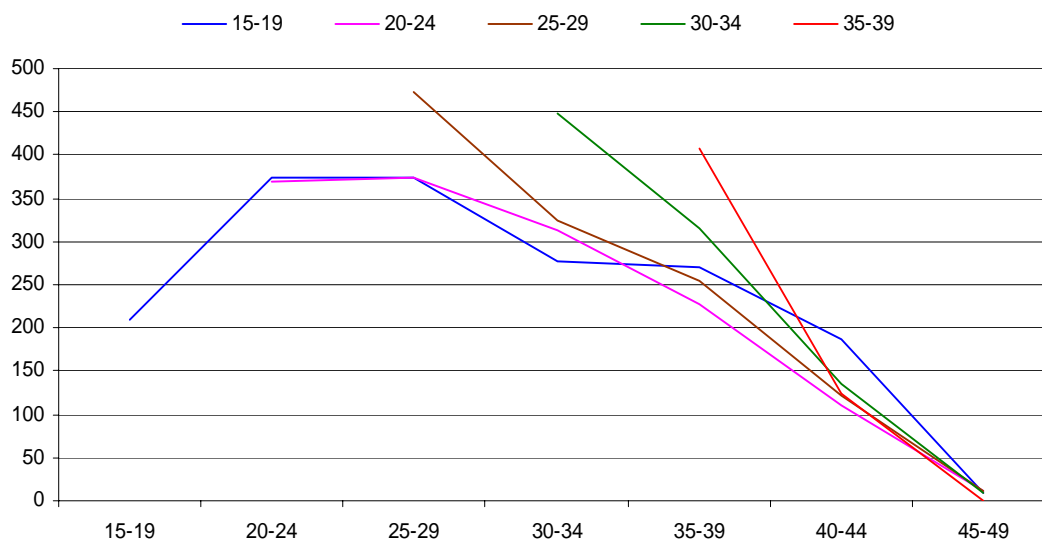


Gráfico 6: Taxas de fecundidade legítima segundo a idade ao casamento (1750-1799)

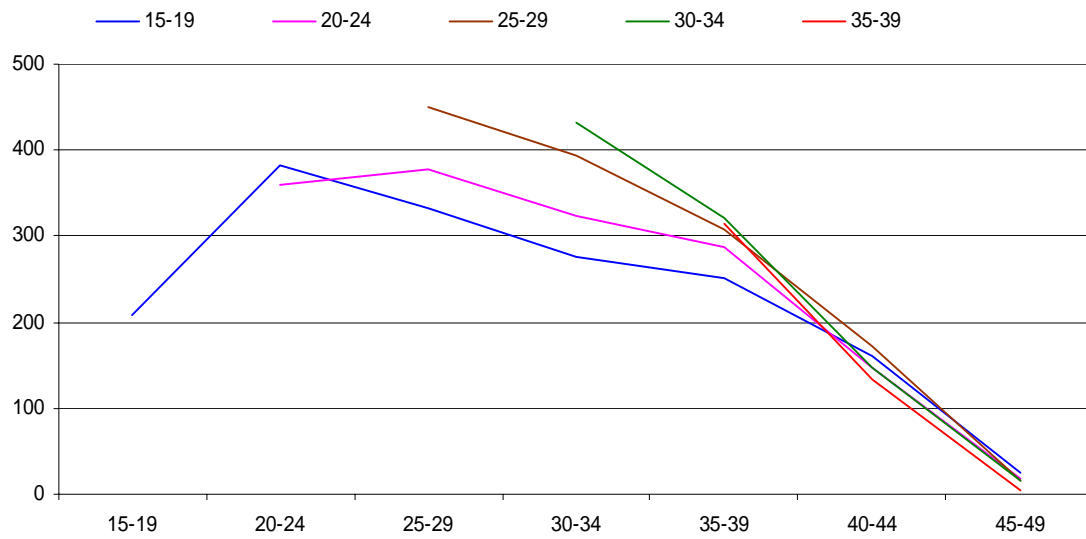


Gráfico 7: Taxas de fecundidade legítima segundo a idade ao casamento (1800-1849)

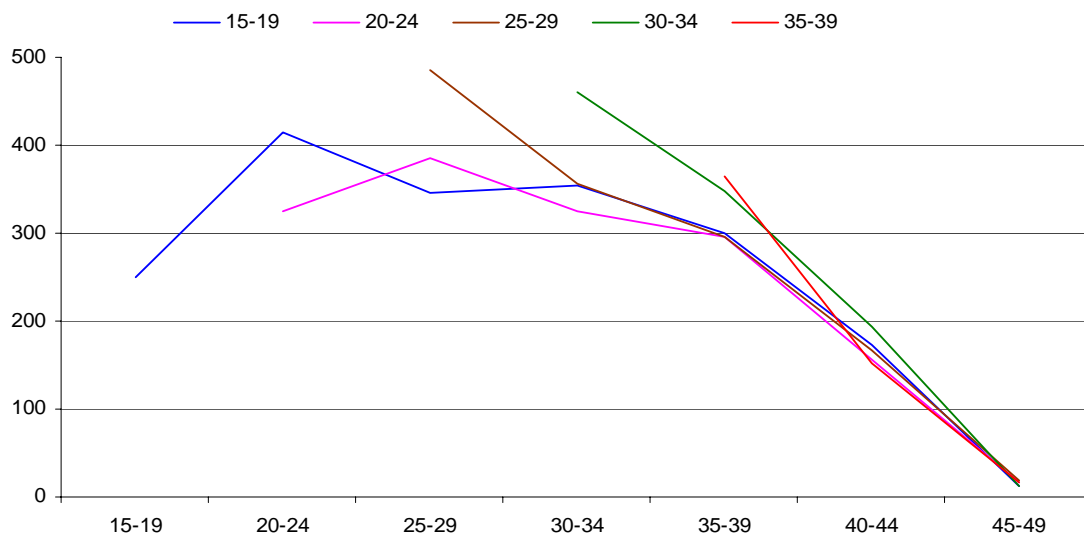
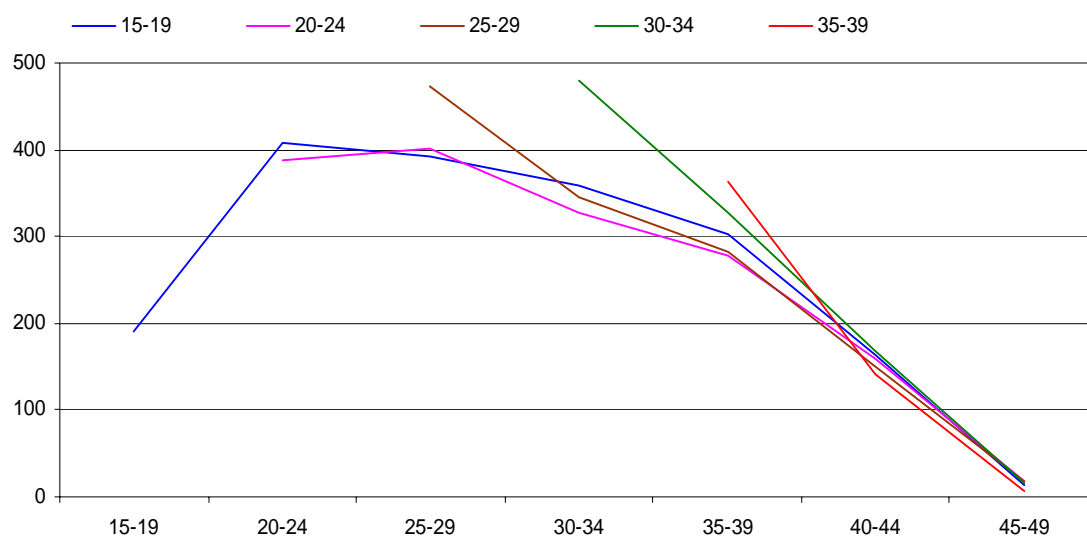


Gráfico 8: Taxas de fecundidade legítima segundo a idade ao casamento (1850-1880)

Idade média da mãe ao nascimento do último filho

Para a observação deste indicador levaram-se apenas em conta as faixas etárias dos 15 aos 39 anos, uma vez que é nelas que se encontram os valores mais representativos e a convivência conjugal é mais alargada, abrangendo o período mais fértil da vida da mulher. Utilizaram-se para este cálculo todas as famílias de que se conheciam as datas de matrimónio, nascimento e óbito da mulher e consideraram-se apenas os casos das que faleceram após os 49 anos. Naturalmente, apenas se contabilizaram as mulheres que tiveram filhos dentro do quadro da legitimidade do casamento.

Idade média da mãe ao nascimento do último filho segundo a idade ao casamento

A manutenção de uma idade média quase constante ao nascimento do último filho, com pequenas flutuações sem significado aparente, conduz à ideia de uma fecundidade que manteve os seus padrões ao longo do tempo. A ideia,

avançada em trabalho anterior,¹² de que a ligeira quebra verificada a partir de 1820 poderia indiciar o recurso a métodos contraceptivos, ainda que incipientes, não parece confirmar-se.

Quadro 7: Idade média da mãe ao nascimento do último filho por grupos de idade

Observações					Anos	15-19		20-24		25-29		30-34		35-39	
15-19	20-24	25-29	30-34	35-39		Média	Mediana	Média	Mediana	Média	Mediana	Média	Mediana	Média	Mediana
29	69	43	17	4	1650-1709	37,4	38,4	38,1	38,6	39,4	40,1	38,0	37,0	45,8	47,0
31	82	84	50	26	1710-1749	37,6	39,2	38,1	38,0	39,0	39,2	38,5	39,3	39,4	40,1
60	203	189	113	54	1750-1799	38,7	40,0	39,2	39,5	40,1	39,7	40,4	39,5	40,0	40,3
58	201	258	178	78	1800-1849	37,4	38,3	39,1	39,2	39,8	39,7	41,5	40,8	42,4	41,5
34	145	196	148	83	1850-1880	37,3	38,0	38,7	39,3	39,8	39,6	40,7	40,1	42,1	40,9

Ressalta também do quadro que quanto mais cedo as mulheres contraem casamento, mais cedo terminam a sua função procriadora. O intervalo observado entre cada grupo de idades situa-se na casa de um ano. Apenas ultrapassam os 40 anos de idade fecunda as mulheres que casam a partir dos 30. Aparentemente a idade média ao nascimento do último filho não está relacionada com a idade ao casamento, uma vez que o intervalo de pouco mais de 2 anos entre as mulheres que casam na faixa etária dos 15-19 anos e as que casam entre os 25-29 não é muito significativo. A razão parece situar-se antes nos seguintes vectores: uma diminuição acentuada da capacidade reprodutiva da mulher, motivada pelo avançar da idade, pelo esforço dispendido no trabalho ou por maternidades sucessivas (no caso das mais novas), ou, talvez mais importante, o espaçamento das relações sexuais ao fim de vários anos de casamento.

Não deixa de ter interesse avaliar o momento em que pelo menos metade das mulheres de um determinado grupo etário alcança a esterilidade. A eventual modificação da idade em que ocorre esse momento poderia prenunciar o início do controlo voluntário do número de filhos. Uma vez que o período em análise está inserido no Antigo Regime Demográfico, em que a existência de práticas

¹² Francisco Messias T. Ferreira, *A antiga freguesia de Eixo e Oliveirinha...*, op. cit., pág. 112-113.

malthusianas é nula ou quase, não era de esperar que a esterilidade definitiva assumisse valores relativamente baixos. O *Quadro 8* não faz pensar na existência de qualquer tentativa de controlo de nascimentos no período 1800-1880, uma vez que nenhum dos grupos etários considerados denota uma diminuição apreciável da idade em que pelo menos 50% das mulheres deixam de ter filhos. Se conjugarmos este elemento com o aumento do número de casais sem filhos, a ideia do surgimento de práticas malthusianas começa a ganhar alguma forma.

Número de filhos por casamento

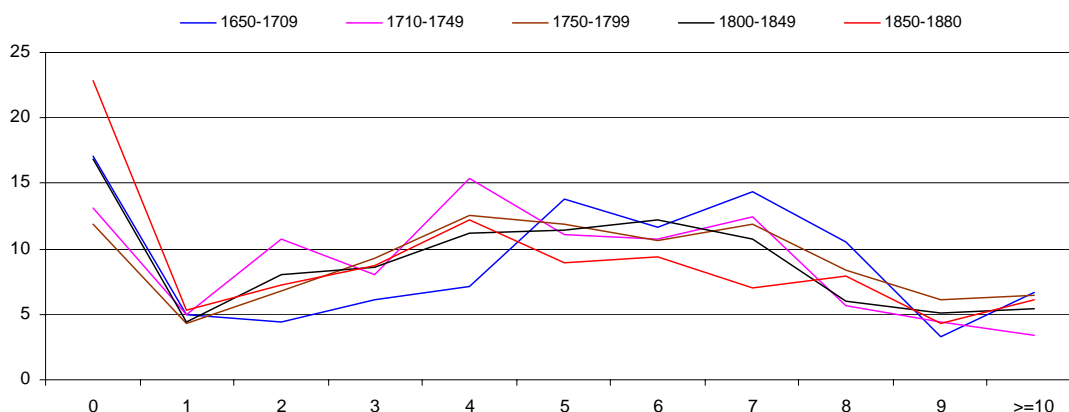
A variação do número de filhos por família dentro do quadro da legitimidade do casamento é susceptível de fornecer indicações importantes a respeito de mudanças ocorridas no seio da sociedade, que naturalmente se reflectem na dimensão dos agregados familiares. O quadro 9 apresenta a dimensão daqueles que são constituídos por mulheres que casaram entre os 15 e os 39 anos. Foram apenas consideradas as famílias completas de tipo 1,¹³ com idade ao óbito de ambos os cônjuges superior a 49 anos, procurando-se desta forma isolar factores externos condicionadores da capacidade reprodutiva do casal.

Quadro 8: Número de filhos por família

Nº de filhos	1650-1709		1710-1749		1750-1799		1800-1849		1850-1880	
	Obs.	%	Obs.	%	Obs.	%	Obs.	%	Obs.	%
0	31	17,13	39	13,09	79	11,83	145	16,86	154	22,88
1	9	4,97	15	5,03	29	4,34	38	4,42	36	5,35
2	8	4,42	32	10,74	45	6,74	69	8,02	49	7,28
3	11	6,08	24	8,05	62	9,28	74	8,60	59	8,77
4	13	7,18	46	15,44	84	12,57	96	11,16	82	12,18
5	25	13,81	33	11,07	79	11,83	98	11,40	60	8,92
6	21	11,60	32	10,74	71	10,63	105	12,21	63	9,36
7	26	14,36	37	12,42	79	11,83	92	10,70	47	6,98
8	19	10,50	17	5,70	56	8,38	52	6,05	53	7,88
9	6	3,31	13	4,36	41	6,14	44	5,12	29	4,31
≥10	12	6,63	10	3,36	43	6,44	47	5,47	41	6,09
	181	100	298	100	668	100	860	100	673	100

¹³ Aquelas de que se conhece a data de nascimento, casamento e óbito da mulher.

Gráfico 9: Evolução do número de filhos por família (%)



Genericamente, verifica-se que o período 1650-1709 é aquele em que predominam as famílias de maiores dimensões (de 5 a 8 filhos). Nos restantes períodos (entre 1710-1880) observa-se um conjunto de famílias com um significativo número de filhos (4 a 7), com predominância das que têm 4 filhos. Exceptua-se a primeira metade do século XIX, em que as uniões com 6 filhos se destacam.

Outro aspecto a realçar é o aumento substancial de famílias sem filhos. A partir do gráfico 8, respeitante à evolução do número de filhos por família, é possível destacar um crescimento razoável do número de casais sem descendentes (que se abordará na alínea seguinte). Destaca-se ainda uma diferença acentuada entre a distribuição do número de filhos no período compreendido entre 1650 e 1709 e a que se regista no momento final da observação, ou seja, entre 1850 e 1880.

Ausência de filhos segundo a idade ao casamento

É facto assente que existe uma ligação directa entre a idade ao casamento da mulher e o número de filhos que, em condições normais, ela é capaz de gerar. Mas até que ponto isto se verifica? É também consensual que nem todos os matrimónios são fecundos, mesmo no quadro do chamado Antigo Regime

Demográfico. Como se relacionam esses casamentos infecundos com a idade em que se contraem as núpcias? Comece-se pois por este último ponto.

Mantendo a periodização anteriormente seguida e considerando apenas aquelas famílias que tiveram mais de cinco anos de vivência conjugal e das quais se conhece o fim de observação, foi possível construir o quadro 9, que permite retirar algumas conclusões sobre a esterilidade dos casais.

A primeira conclusão é que as mulheres que casam a partir dos 35 anos apresentam valores de esterilidade muito elevados, bem próximos dos 40% em relação ao total dos casos registados nesse mesmo grupo etário. É portanto inegável que a idade desempenha aqui um papel preponderante, directamente relacionado com o factor biológico da diminuição da capacidade reprodutiva da mulher. Por outro lado, os valores mais baixos encontram-se nos escalões etários iniciais, como seria de prever. Em geral, para as mulheres que contraem casamento até aos 34 anos de idade, a questão da esterilidade coloca-se de forma muito semelhante, uma vez que os seus valores são muito idênticos.

Quadro 9: Ausência de filhos segundo a idade ao casamento

		Famílias sem filhos (valores absolutos)					
<i>Idades</i>	<i>Anos</i>	1650-1709	1710-1749	1750-1799	1800-1849	1850-1880	Total
15-19		5	4	7	8	7	31
20-24		11	5	16	33	23	88
25-29		9	10	13	36	49	117
30-34		3	8	11	29	34	85
35-39		3	12	32	39	41	127
		Total de famílias					
15-19		33	32	65	59	38	227
20-24		75	84	212	221	156	748
25-29		47	91	192	277	216	823
30-34		20	55	122	196	158	551
35-39		6	36	77	107	105	331
		Famílias sem filhos (valores relativos)					
15-19		15,2	12,5	10,8	13,6	18,4	13,7
20-24		14,7	6,0	7,5	14,9	14,7	11,8
25-29		19,1	11,0	6,8	13,0	22,7	14,2
30-34		15,0	14,5	9,0	14,8	21,5	15,4
35-39		50,0	33,3	41,6	36,4	39,0	38,4

Procurando agora analisar a evolução de cada grupo de idades ao longo dos vários momentos de observação seleccionados, destaca-se a constância dos valores da infertilidade nas idades mais adiantadas. Os restantes grupos, à excepção do que inclui as mulheres casadas entre os 20 e os 24 anos de idade, apresentam, a partir do século XIX, valores de esterilidade cada vez maiores, ultrapassando mesmo a casa dos 20% no caso das mulheres casadas após os 24 anos de idade, a partir da segunda metade do mesmo século. Que se terá então passado? A resposta é difícil e tudo o que se possa adiantar não passará do domínio da especulação. Apontar para uma utilização de métodos anticonceptivos, ainda que primários, parece um pouco arrojado. Outra hipótese explicativa poderia procurar-se numa ausência temporária (do homem ou do casal) seguida de posterior retorno. Nesse hiato de tempo poderiam ter surgido filhos dos quais não se teve conhecimento. Não parece pois que a resposta a esta questão seja fácil, nem mesmo que alguma vez seja possível obter uma explicação conclusiva.

Número de filhos por família segundo a idade ao casamento

Partindo dos pressupostos anteriormente referidos a respeito das famílias consideradas para este cálculo, é possível identificar alguns casos típicos a partir do quadro 10. Assim, apenas as mulheres que casam até aos 29 anos são capazes de gerar 10 ou mais filhos, existindo apenas um caso fora deste limite de idade que escapa a essa constatação genérica. Não levando em consideração o grupo dos 15 aos 19 anos, verifica-se que, nos escalões seguintes, a tendência generalizada é para 7 a 8 filhos no caso das mulheres casadas entre os 20 e os 24 anos, para 5 a 6 filhos no das casadas entre os 25 e os 29 anos, para 4 a 5 no escalão dos 30-34 e para 2 a 3 no dos 35-39.

Quadro 10: Número de filhos por família segundo a idade ao casamento da mulher

Idade	Anos	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	>=10
15-19	1650-1709	5	0	1	1	4	5	2	1	6	2	6
	1710-1749	4	0	0	1	2	1	2	6	3	7	6
	1750-1799	7	1	0	3	6	4	4	6	8	9	17
	1800-1849	8	2	0	1	2	4	4	6	5	10	17
	1850-1880	7	0	1	2	2	1	1	2	5	4	13
20-24	1650-1709	11	3	1	3	2	8	10	21	10	2	4
	1710-1749	5	4	0	8	10	9	10	18	11	6	3
	1750-1799	16	0	11	10	12	21	18	44	30	25	25
	1800-1849	33	6	9	3	11	17	31	40	24	21	26
	1850-1880	23	2	2	11	10	10	17	13	29	16	23
25-29	1650-1709	9	1	1	6	2	9	8	4	3	2	2
	1710-1749	10	2	6	5	19	18	16	12	3	0	0
	1750-1799	13	2	4	15	31	34	42	27	16	7	1
	1800-1849	36	10	13	26	32	37	45	39	23	12	4
	1850-1880	49	7	7	14	22	31	28	27	17	9	5
30-34	1650-1709	3	5	4	1	3	3	1	0	0	0	0
	1710-1749	8	3	13	7	13	5	4	1	0	0	1
	1750-1799	11	12	13	26	30	19	7	2	2	0	0
	1800-1849	29	5	23	24	47	35	25	7	0	1	0
	1850-1880	34	6	22	15	41	18	16	4	2	0	0
35-39	1650-1709	3	0	1	0	2	0	0	0	0	0	0
	1710-1749	12	6	13	3	2	0	0	0	0	0	0
	1750-1799	32	14	17	8	5	1	0	0	0	0	0
	1800-1849	39	15	24	20	4	5	0	0	0	0	0
	1850-1880	41	21	17	17	7	0	1	1	0	0	0

A partir dos valores apresentados no quadro 10 e no anexo 2 a este capítulo, elaborou-se o quadro 11, onde se podem encontrar os valores médios referentes a cada grupo de idades. Torna-se neste quadro perfeitamente claro que, nos vários grupos etários de acordo com a idade ao casamento, existe pouca oscilação do número médio de filhos de cada mulher. A estabilidade é notória, com uma variação média máxima de 0,9 filhos nos grupos mais significativos, isto é, abaixo dos 30 anos de idade.

Quadro 11: Número médio de filhos por família segundo a idade ao casamento

Total	Famílias Observadas					Anos	Número médio de filhos				
	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39		15-19	20-24	25-29	30-34	35-39
181	33	75	47	20	6	1650-1709	6,2	5,5	4,6	2,5	1,7
298	32	84	91	55	36	1710-1749	7,1	5,6	4,4	3,1	1,4
668	65	212	192	122	77	1750-1799	7	6,4	5,2	3,3	1,3
860	59	221	277	196	107	1800-1849	7,1	5,8	4,7	3,5	1,5
673	38	156	216	158	105	1850-1880	7	6,1	4,3	3,1	1,4

As médias globais encontradas para todos os grupos de idades, em cada período, também não apresentam grandes oscilações, na generalidade. Se entre 1650 e 1709 existe uma média de 4,9 filhos por família, no período

seguinte esse valor baixa ligeiramente até aos 4,4, para, na segunda metade do século XVIII, subir para os 5, cotando-se praticamente ao nível do primeiro momento considerado. No século XIX, regista-se um recuo ligeiro para os valores de 4,5 e 4,1, respectivamente no primeiro e no segundo períodos.

O espaçamento dos nascimentos

Torna-se relevante analisar o espaçamento dos nascimentos, pois permite a observação de alguns comportamentos que poderão fornecer indicações pertinentes para uma história social, entre outros, a duração do aleitamento materno, o eventual controlo de nascimentos (e consequente existência de práticas malthusianas) ou a reacção dos casais perante o falecimento de um recém-nascido. O período em análise pertence notoriamente a uma época pré-malthusiana, pois parte-se do princípio de que não existe controlo voluntário de nascimentos. É sabido, pelos trabalhos já conhecidos e divulgados,¹⁴ que o espaçamento entre os nascimentos não obedece a uma regra linear. Existe uma variabilidade acentuada consoante a época, a idade da mãe, ou a ordem do nascimento.

Intervalo protogenésico

Por intervalo protogenésico entende-se o espaço de tempo que decorre entre o casamento e o nascimento do primeiro filho. Para a correcta avaliação deste intervalo procedeu-se à exclusão de todas as concepções pré-nupciais, sendo estas definidas como as que ocorrem fora do espaço do casamento, mas sendo o nascimento registado após este acto. São por isso de excluir, de acordo com a convenção estabelecida, todos os nascimentos ocorridos num espaço de tempo inferior a oito meses após o casamento. O quadro 12

¹⁴ Muitos deles têm sido citados ao longo deste trabalho, pelo que se escusa a sua elencação neste momento.

apresenta o resultado dos intervalos protogenésicos para os vários grupos de idades, nos períodos habitualmente empregues nas análises anteriores.

Quadro 12: Intervalos protogenésicos

<i>Idades</i>	<i>Anos</i>	<i>Nº de mulheres</i>	<i>Concepções Pre-Nupciais</i>	<i>Média até 60 meses</i>	<i>Mediana até 60 meses</i>	<i>Moda</i>	<i>Média aritmética exacta</i>
15-19	1650-1709	48	0	22,5	18,5	10	31
	1710-1749	33	3	19,4	12	11	26,2
	1750-1799	85	2	20	14	9	20,38
	1800-1849	68	7	16,1	11	10	16,1
	1850-1910	120	21	15,5	11,3	9	17,4
20-24	1650-1709	89	3	19,3	13,9	9	24,8
	1710-1749	104	8	16,7	11,1	10	21
	1750-1799	247	18	14,8	11	9	17,4
	1800-1849	264	29	15,1	10,6	9	18,7
	1850-1910	483	81	12,3	9,5	9	12,6
25-29	1650-1709	49	3	15,7	10,9	11	15,7
	1710-1749	103	4	17,6	10,9	9	17,6
	1750-1799	214	18	15,2	11,5	9	15,9
	1800-1849	311	36	14,4	10,3	9	15,6
	1850-1910	431	72	12,7	9,6	9	14,4
30-34	1650-1709	21	2	20,1	18,3	19	26,4
	1710-1749	60	3	16,6	13	11	18,9
	1750-1799	128	16	14,4	9,9	9	16,2
	1800-1849	205	21	14,7	10,4	9	15,2
	1850-1910	270	34	13,9	9,8	9	15
35-39	1650-1709	4	0	16,8	16	10	16,8
	1710-1749	28	2	18	14	9	18
	1750-1799	56	4	17,6	11,7	9	19,7
	1800-1849	79	5	16,1	12,3	10	16,6
	1850-1910	141	10	16,9	11,1	9	17,6

O intervalo protogenésico mais comum, definido pela *moda*, fica compreendido, em todos os grupos de idades e em quase todos os períodos de observação, entre os nove e os onze meses. Este não é, naturalmente, o intervalo médio de todas as observações, mas revela que um significativo número de mulheres tem o primeiro filho num espaço de tempo inferior a um ano após o casamento. A outra medida observada, a *mediana*, indica o valor em meses no qual metade das mulheres teve o primeiro filho, até ao limite máximo de 60. A mediana indica valores não muito distantes da moda, sendo a diferença entre elas de poucos meses ou mesmo apenas de fracção de meses. Mas o valor mais importante é o da *média aritmética*, pois é ela que fornece a medida exacta do intervalo protogenésico. Consideraram-se neste caso dois parâmetros: a média dos nascimentos até aos 60 meses e o total dos nascimentos.

Em resultado, verifica-se que os valores médios observados até aos 60 meses raramente ultrapassam o ano e meio após o matrimónio, em todos os grupos de idades e em todos os períodos considerados, o que aparenta ser bastante credível. Embora se note uma ligeira descida dos valores do intervalo protogenésico no último período e nas idades mais baixas das mulheres, é possível considerar, em face da homogeneidade dos resultados obtidos, que o comportamento se mantém genericamente inalterado ao longo de todo o período de observação.

Quadro 13: Intervalos protogenésicos comparados de paróquias do distrito de Aveiro¹⁵

	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39
<i>Eixo (1650-1910)</i>	12,5	10,3	10,3	10,3	11,6
<i>Aradas (1690-1899)</i>	13,1	13,2	12,2		
<i>Cortegaça (antes de 1900)</i>	18,9	14	13,7	16,9	
<i>S. Vicente de Pereira (1740-1909)</i>	13,46	13,9	14,63	14,22	16,97
<i>Oliveira de Azeméis (1750-1860)</i>	13,9	12,1	12,9		

Assim, e considerando os anos de 1650 a 1910 como um período único, os valores médios dos intervalos protogenésicos até aos 60 meses são de 12,5 meses na faixa etária dos 15-19 anos, de 10,3 nas dos 20-24, 25-29 e 30-34 anos, e de 11,6 no último escalão, o dos 35-39 anos.

Comparativamente a outras paróquias do distrito de Aveiro, os dados disponíveis apontam para diferenças com algum significado, sendo os valores encontrados para o antigo concelho de Eixo os mais baixos em todos os escalões etários.

¹⁵ Para as várias localidades os valores foram recolhidos de: Hélder de Pinho Almeida, *S. Vicente de Pereira – Jusã*, op. cit., pág. 113; Fernando Alberto Lacerda, *S. Pedro de Aradas (1690-1900) ...*, op. cit., pág. 157; Maria Palmira da Silva Gomes, *Cortegaça...*, op. cit., pág. 58. Oliveira de Azeméis – Cálculos efectuados sobre dados de Cláudia Monteiro, *Oliveira de Azeméis...*, Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, 2003, tese de mestrado polí-copiada.

Os intervalos intergenésicos

Entende-se por intervalo intergenésico o espaço de tempo, medido em meses, que decorre entre o nascimento dos vários filhos. Tal como no intervalo protogenésico, utilizam-se todas as fichas em que se conhecem as datas de matrimónio, de nascimento da mulher e de fim de observação. Acrescenta-se ainda que apenas se levaram em consideração as famílias com mais de cinco filhos.

O primeiro intervalo intergenésico médio

Este é definido como o espaço de tempo que decorre entre o nascimento dos dois primeiros filhos. O primeiro intervalo intergenésico e os que lhe sucedem são facilmente afectados, embora de forma desigual, por vários de factores, uns intrínsecos à própria maternidade, outros inerentes à mulher e outros ainda de cariz cultural. Entre os primeiros salienta-se a amenorreia decorrente do parto e a possível influência de um aleitamento mais ou menos prolongado; entre os segundos, destaca-se a idade da própria mulher; entre os terceiros referem-se os constrangimentos de razão cultural/religiosa, sexual ou outra que impendem sobre a mulher que deu à luz (mais gravosos ainda quando o recém-nascido é do sexo feminino).

O resultado dos condicionalismos apontados espelha-se nos valores observados para este intervalo nos diferentes grupos de idades, significativamente superiores aos do intervalo protogenésico. Este alargamento do espaço temporal até uma nova gravidez pode perfeitamente resultar de um período de aleitamento na casa dos 18 meses. Não será um tempo de amamentação excessivamente dilatado. Norberta Amorim refere que a duração normal do aleitamento em Trás-os-Montes estaria na casa dos 2 a 2 anos e meio, na ilha

açoriana do Pico se prolongaria até aos 2 anos e que em Guimarães seria apenas um pouco inferior a este valor.¹⁶ Georges Tapinos confirma estes valores sobre as condicionantes fisiológicas de uma nova concepção após o parto: “... *este período de infecundabilidad es de 10 a 11 meses en ausencia de lactancia y puede llegar a 20 meses en caso de lactancia.*”¹⁷

Em termos globais, no período de 1650 a 1910 o primeiro intervalo intergenésico assume valores ligeiramente diferenciados, consoante os grupos de idades. As faixas etárias dos 15-19 e 20-24 anos registam os maiores intervalos na casa dos 26,4 e 26,9 meses, respectivamente. A partir destes dois grupos, os valores entram em plano inclinado: 24,4 meses para a faixa dos 25-29 anos; 21,6 para a dos 30-34; e 20,7 para a dos 35-39 anos. Perante os valores obtidos parece lícito concluir que as mulheres mais jovens apresentam maiores dificuldades em aceder a uma segunda gravidez.

Quadro 14: Primeiro intervalo intergenésico médio (em meses)

Idades	1650-1709	1710-1749	1750-1799	1800-1849	1850-1910
15-19	31,3	26	24,9	26,2	26
20-24	39	29	26,7	26,9	26
25-29	23	26	24,7	24,6	23,7
30-34	20	20,4	23	22	20,9
35-39			19	23,6	16,3

Intervalos intergenésicos sucessivos

A análise dos restantes intervalos intergenésicos revela uma tendência para um aumento gradual, como resultado do avanço da idade da mulher e de um natural cansaço do sistema reprodutivo. Por estes motivos, o nascimento do último filho ocorre geralmente mais de 3 anos depois do anterior.

¹⁶ Maria Norberta Amorim, *Evolução Demográfica de três paróquias...*, op. cit., pág. 123.

¹⁷ Georges Tapinos, *Elementos de Demografia*, Editorial Espasa-Calpe, Madrid, 1988, pág. 138.

Verifica-se, a partir do quadro 15, que as mulheres que casam com mais idade, isto é, acima dos 30 anos, apresentam intervalos intergenésicos mais curtos, relativamente às que casam em idades mais baixas.

Quadro 15: Intervalos intergenésico sucessivos (em meses)

Intervalos	15-19				
	1650-1709	1710-1749	1750-1799	1800-1849	1850-1910
1º	31,3	26	24,9	26,2	26
2º	37,4	32,7	29,5	29,4	26
3º	35,1	30,1	33,6	31	27,9
-----	-----	-----	-----	-----	-----
antepenúltimo	38,2	31,3	33,9	31,6	28,4
penúltimo	36,4	36,9	39,9	34	30
último	43,9	36,8	43,1	36,7	33,3
	20-24				
	1650-1709	1710-1749	1750-1799	1800-1849	1850-1910
1º	39	29	26,7	26,9	26
2º	31,1	30	30,7	29,1	27,5
3º	31,9	30,7	31,4	33,2	29
-----	-----	-----	-----	-----	-----
antepenúltimo	32,1	33,5	32,3	33,6	29,7
penúltimo	35,2	35,6	34,2	34,4	31,5
último	42,6	38	39,1	39,8	36,8
	25-29				
	1650-1709	1710-1749	1750-1799	1800-1849	1850-1910
1º	23	26	24,7	24,6	23,7
2º	32,4	30,6	28,5	28,3	27,6
3º	28,9	31,2	31,6	31,1	29,2
-----	-----	-----	-----	-----	-----
antepenúltimo	32	31	30,5	29,6	29,3
penúltimo	29,6	34	32,9	32,6	31,2
último	40,8	39,4	38,3	36,9	36,5
	30-34				
	1650-1709	1710-1749	1750-1799	1800-1849	1850-1910
1º	20	20,4	23	22	20,9
2º	30,5	23,3	28,7	25	26,4
3º	32,8	24,9	27,8	28	25,9
-----	-----	-----	-----	-----	-----
antepenúltimo	30,5	23,5	29	24,8	27,2
penúltimo	32,8	26,2	29,3	30,6	26,5
último	33	30,1	41,1	34,6	30,2
	35-39				
	1650-1709	1710-1749	1750-1799	1800-1849	1850-1910
1º	0	0	19	23,6	16,3
2º	0	0	23	22,6	14,7
3º	0	0	28	25,6	16,7
-----	-----	-----	-----	-----	-----
antepenúltimo	0	0	23	22,6	14,3
penúltimo	0	0	28	25,6	19
último	0	0	19	39,4	27

As concepções pré-nupciais

As concepções pré-nupciais são aquelas em que o intervalo entre o casamento e o nascimento do primeiro filho não perfaz os oito meses, constituindo um indicador quase seguro de que o momento da concepção ocorreu antes do casamento. A simples existência desses intervalos acaba por representar e confirmar a transgressão à norma formalmente instituída pela sociedade, e o facto do nascimento ocorrer já dentro do quadro legal do casamento atesta a existência de pressões e constrangimentos dessa mesma sociedade sobre os indivíduos.

Quadro 16: Concepções pré-nupciais segundo a idade ao casamento da mulher

	<i>Concepções prénupciais (valores absolutos)</i>					
	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	Total
1650-1709	0	3	3	2	0	8
1710-1749	3	8	4	3	2	20
1750-1799	2	18	18	16	4	58
1800-1849	7	29	36	21	5	98
1850-1910	21	81	72	34	10	218
	<i>Total de Concepções</i>					
1650-1709	48	89	49	21	4	211
1710-1749	33	104	103	60	28	328
1750-1799	85	247	214	128	56	730
1800-1849	68	264	311	205	79	927
1850-1910	120	483	431	270	141	1445
	<i>Concepções prénupciais (valores relativos)</i>					
1650-1709	0,00	3,37	6,12	9,52	0,00	3,79
1710-1749	9,09	7,69	3,88	5,00	7,14	6,10
1750-1799	2,35	7,29	8,41	12,50	7,14	7,95
1800-1849	10,29	10,98	11,58	10,24	6,33	10,57
1850-1910	17,50	16,77	16,71	12,59	7,09	15,09

O quadro 16 apresenta o volume das concepções segundo a idade ao casamento, deixando perceber, ao longo do século XIX, um contínuo crescimento das mesmas nos escalões etários mais baixos e, nos grupos de idades superiores aos 30 anos, a manutenção dos níveis encontrados em períodos anteriores. A existência de concepções pré-nupciais com volume significativo em todos os períodos considerados, vem demonstrar que a abstinência sexual fora do quadro do casamento não era uma prática seguida, nem norma

estabelecida. Isto apesar dos esforços da Igreja pós-tridentina no sentido de combater e controlar a sexualidade ilícita dos fiéis. Estas intenções encontram-se claramente expressas nas Constituições Sinodais do bispado de Coimbra de 1591, nomeadamente na *Constituição VII do Título IX*, respeitante ao matrimónio, em que se regulamentam as atitudes de paroquianos e padres em relação a este sacramento. A referida *Constituição*, logo pelo seu título transmite de forma precisa a posição da Igreja Católica a propósito das relações pré-conjugais dos candidatos ao matrimónio.¹⁸

“Da idade, que haõ de ter, os que promettem, & fazem espozorios de futuro: & da pena, em que encorrem os espozados, que tem copula antes de serem legitimamente cazados: ou os cazados por palavras de prezẽte com licẽça antes de lhe serẽ feytas as bençoens da Igreja”.

Ainda na introdução do primeiro artigo desta constituição, a Igreja traça o panorama verificado a propósito das relações sexuais antes da bênção matrimonial:

“...& porque muytos homens, & mulheres naõ podẽdo cazar, clandestinamente fazem entre si promettimentos, & espozorios de futuro, & confiando nelles, tem copula, & ajuntamento em grande offença de Deos, engano, & dehonra das mulheres, uzando mal dos ditos promettimentos, & espozorios: & querendo nõs a isto prover, para que com o temor da pena se evite a copula...”¹⁹

Não era possível ser mais claro! A pena para o tal ilícito era liminar – excomunhão maior. No fundo, tentava-se combater uma prática com procedência ainda anterior ao Concílio de Trento, conforme diz o §. 3 da mesma constituição:

*“E declaramos mais, que ainda que depois dos ditos promettimentos, & espozorios de futuro, se siga entre os espozados copula carnal, naõ ficaõ por isto cazados, **como por direyto fica-***

¹⁸ *Constituiçoens Synodales do bispado de Coimbra...*, op. cit., *Tit. IX, Const. VII*, pág. 69 e seguintes.

¹⁹ *Idem, Tit. IX, Const. VII, § 1.*

*vão antes da determinação do Sagrado Concílio Tridentino, que anulla todos os Matrimonios celebrados contra a forma atraz declarada.*²⁰

Não conseguindo expurgar a prática do casamento por palavras de futuro, que se consumava e efectivava após as primeiras relações sexuais entre os prometidos, prática essa enraizada na população de crentes, a Igreja procura uma solução de compromisso entre o costume e a doutrina. A solução avançada para um procedimento correcto que não colidisse com a tradição nem com a lei da Igreja, foi pois que *“todas as pessoas, que assim se receberem, que estejaõ, & vivaõ apartados de toda a conversação, até os banhos serem corridos, & lhes serem feytas as bençoens nupciaes: o que cumprirãõ cada hum sob pena de excomunhaõ, & de mil reis cada hum...”*²¹

Aceitando o casamento por palavras de futuro, a Igreja condiciona a respectiva legitimidade e validade à sua aprovação, após um processo complexo de averiguações e confirmações, seja em termos de parentesco por consanguinidade ou afinidade, seja sobre a vida particular de cada um dos nubentes ou sobre a sua instrução na doutrina da Igreja. Mas, ao que parece, as precauções, conselhos, determinações, ameaças de excomunhão e multas não conseguem exterminar o costume, e a sua permanência salta à vista na constância das concepções pré-nupciais.

Quadro 17: Concepções pré-nupciais

Anos	<i>Total de Nascimentos</i>	<i>Nascimentos de concepções pré-nupciais</i>	<i>% do Total</i>	<i>Intervalo Médio (Meses)</i>	<i>Intervalos <= a 3 meses</i>	<i>% <= 3 meses</i>
1650-1709	211	8	3,79	3,63	3	37,50
1710-1749	328	20	6,10	4,95	5	25,00
1750-1799	730	58	7,95	4,33	20	34,48
1800-1849	927	98	10,57	3,94	47	47,96
1850-1910	1445	218	15,09	4,47	64	29,36

²⁰ Idem, *Tit. IX, Const. VII, § 3*. Acrescido o sublinhado.

²¹ Idem, *Tit. IX, Const. VII, § 2*.

O quadro 17 revela que, ao contrário do que se pretendia combater, as relações sexuais pré-matrimoniais não cessaram de aumentar com o avançar dos tempos (pelo menos no antigo concelho de Eixo), espelhando-se numa percentagem cada vez maior de nascimentos até aos 8 meses após o casamento. O intervalo médio (em meses após o casamento) dos nascimentos decorrentes das concepções pré-matrimoniais oscila entre os 3,5 e os quase 5, o que significa que essas concepções tiveram lugar pelo menos entre 4 e 5,5 meses antes do casamento. Mais assertiva ainda é a parte significativa de nascimentos ocorrida menos de 3 meses após o matrimónio, o que significa que as relações sexuais tinham ocorrido mais de meio ano antes da data de casamento e que este se revestia de carácter de “urgência”.

Aparentemente, este comportamento não se limitava de forma exclusiva ao antigo concelho de Eixo. No quadro do distrito de Aveiro,²² e pelos dados que se possuem das paróquias já estudadas, Aradas apresenta valores para as concepções pré-matrimoniais que oscilam em torno dos 7% entre 1780 e 1819 e dos 10,2% entre 1820 e 1899. O século XVIII apresenta valores ligeiramente mais elevados, da ordem dos 12%. Cortegaça não difere muito, com 13,2% no período anterior a 1800 e 14% no século XIX. Em S. Vicente de Pereira-Jusã os valores são semelhantes ou mesmo superiores: 12,4% na segunda metade do século XVIII, 19,1% no período de 1800 a 1859, e 17,5% no de 1860 a 1909. Oliveira de Azeméis apresenta valores de 14,8% entre 1750 a 1860.

Em outras regiões do país o panorama não difere muito. Citam-se apenas alguns exemplos, respigados dos muitos trabalhos já apresentados sobre esta temática. Em Guimarães, na freguesia de Ronfe,²³ os valores oscilam entre os

²² Para as várias localidades os valores foram recolhidos de: Hélder de Pinho Almeida, *S. Vicente de Pereira – Jusã*, op. cit., pág. 134; Fernando Alberto Lacerda, *S. Pedro de Aradas (1690-1900) ...*, op. cit., pág. 174; Maria Palmira da Silva Gomes, *Cortegaça...*, op. cit., pág. 71; Oliveira de Azeméis – Cálculos efectuados sobre dados de Cláudia Monteiro, *Oliveira de Azeméis...*, Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, 2003, tese de mestrado polí-copiada.

²³ Maria Norberta Amorim, “O Minho: comportamentos demográficos através da informação

17,4% no período de 1650 a 1800 e os 22,1% no de 1800 a 1899. Ainda no Minho, em Santiago de Romarigães,²⁴ os valores não baixam: entre 1640 e 1749 verificam-se 17,4% de concepções pré-nupciais e entre 1750 e 1818 esse valor sobe para os 20%. Em Calvão, freguesia de Trás-os-Montes, os valores passam de 8,4%, entre 1670 e 1799 para 16% entre 1800 e 1865.²⁵ Bem mais a sul, no Alto Alentejo, na freguesia de Évoramonte, o período de 1700 a 1865 apresenta 16% de concepções pré-nupciais.²⁶ Nos Açores, mais precisamente em três paróquias do sul da ilha do Pico, os valores encontrados são um pouco menores, mas mesmo assim ainda significativos: 12,7% no período de 1730 a 1799 e cerca de 10% no século XIX.²⁷

Este fenómeno não é, contudo, exclusivamente português. Michel Flinn²⁸ compulso algumas observações para vários países da Europa ocidental, através das quais se verifica que os resultados ultrapassam por vezes os encontrados em Portugal. Assim, enquanto no período anterior a 1750 a Inglaterra, a França e a Alemanha apresentavam 19,7%, 6,2% e 13,4% de concepções pré-nupciais, respectivamente, no período de 1740 a 1790 esses valores alteram-se para 37,3%, 10,1% e 18,5%. A entrada no século XIX não faz mais que acentuar esses valores. Entre 1780 e 1820 registam-se, nos mesmos países e pela mesma sequência, valores de 34,5%, 13,7% e 23,8%.

Como explicar este fenómeno que cruza de forma transversal não apenas o país mas também a própria Europa? Não é credível que se manifeste à parte de forma isolada do resto dos indicadores populacionais, ou seja, como resultado exclusivo de tradições ou desequilíbrios existentes nas várias sociedades. Outros factores intervirão com maior ou menor peso. Sendo certo

paroquial”, *Ler História*, 1999, n.º 36, pág. 31.

²⁴ Carlota Maria Santos, *Santiago de Romarigães...*, op. cit., pág. 173.

²⁵ José Alfredo Faustino, *Calvão...*, op. cit., pág. 149.

²⁶ Rosa Maria Marques, *Nupcialidade e fecundidade...*, op. cit., pág. 152.

²⁷ Maria Norberta Amorim, *Evolução Demográfica...*, op. cit., pág. 158.

²⁸ In Michel W. Flinn, *The European Demographic System (1500-1820)*, The Harvester Press, Suffolk, 1981, pp. 121-123, citado por Ana Sílvia Scott, *Famílias, Forma de união...*, op. cit., pág. 233.

que as concepções pré-nupciais podem configurar um quadro próximo da ilegitimidade, porque realizadas fora do quadro do matrimónio (apesar do nascimento já ocorrer dentro deste cenário), o panorama não ficaria completo sem a análise justamente desse fenómeno da ilegitimidade que de alguma forma complementa o primeiro. Se, dentro do quadro do casamento, as mulheres com filhos provenientes de concepções anteriores ao matrimónio se podem considerar “afortunadas” por a sua situação ter sido legalizada pelo enlace nupcial, muitas houve que “jogaram na mesma roleta” e não tiveram tanta sorte, vendo-se *a posteriori* com um ou vários filhos nos braços e sem marido. São estas últimas que dão razão de ser ao próximo capítulo.

Capítulo VIII – Ilegitimidade e expostos

Ilegítimos: naturais e “filhos de coito danado”	389
A freguesia de Eixo.....	395
A freguesia de Oliveirinha.....	398
A freguesia de Requeixo	400
A freguesia de Nariz	402
A freguesia de Fermentelos	403
A freguesia de Eirol	404
O antigo concelho de Eixo.....	406
Mães com filhos ilegítimos.....	408
Idade da mãe ao primeiro filho ilegítimo.....	410
O estado civil das mães dos ilegítimos.....	412
O destino dos filhos ilegítimos	418
O abandono de crianças.....	420

Ilegítimos: naturais e “filhos de coito danado”

Ao iniciar este capítulo torna-se necessário esclarecer os conceitos de filiação natural e filiação ilegítima. As duas expressões encontram-se comumente associadas de forma indistinta e referem-se frequentemente a uma única realidade: àquela em que os nascimentos são resultado de relações sexuais ocorridas fora do quadro legal do matrimónio. Se ambas se referem a uma mesma realidade então não faz sentido o emprego, ainda que não em simultâneo, de ambas as expressões. Na verdade, apesar de ambas se relacionarem com essa realidade maior que são os nascimentos ocorridos fora do casamento, representam, à partida, situações substancialmente distintas. Essas situações deveriam ter sido cuidadosamente anotadas pelos párocos ou por quem em sua vez efectuava os registos, no sentido de não as confundir, uma vez que o registo de baptismo servia de comprovativo da filiação, natureza e estado do sujeito.

O rigor na definição da origem e natureza do baptizado deriva das próprias disposições legais estabelecidas nas *Ordenações Filipinas*¹ que vigoraram até à promulgação dos vários códigos ao longo do século XIX e, como tal, abrangem a maior parte do período em estudo. Segundo as *Ordenações...*, a filiação

¹ *Ordenações Filipinas*, Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1985. (*Fac-simile* da edição feita por Cândido Mendes de Almeida, Rio de Janeiro, 1870). Daqui em diante serão apenas referidas por *Ordenações*.

podia ser unicamente de dois tipos: a legítima ou ilegítima, sendo a primeira proveniente de matrimónio e a segunda de uma qualquer relação ilícita. Esta segunda categoria, também designada por bastarda, subdividia-se ainda em duas: a dos naturais e a dos espúrios. O primeiro caso era relativo aos filhos resultantes da relação de duas pessoas entre as quais não existia impedimento para casar, quer fosse no momento da concepção quer no do nascimento. Tratava-se de relações entre solteiros, entre solteiros e viúvos ou ainda entre viúvos. Por exclusão de partes, os espúrios ou filhos de *coito danado*² eram aqueles que resultavam do relacionamento entre pessoas impedidas para casar, e subdividiam-se em três subcategorias: os adúlteros, os sacrílegos e os incestuosos. A primeira compreendia os filhos que resultavam de uma relação ilícita em que pelo menos um dos progenitores era casado. No segundo caso englobavam-se todos aqueles que resultavam da relação de um clérigo regular ou secular com mulher casada, solteira, viúva ou religiosa, e ainda os resultantes de ligações amorosas de religiosas com qualquer elemento do sexo oposto. No terceiro tipo englobavam-se os que eram produto da relação entre parentes ou afins, que por direito civil se não podiam casar. Existia ainda uma outra categoria, a dos filhos resultantes de estupro, que, para os efeitos legais, eram incluídos na categoria dos filhos naturais, apesar de o acto cometido pelo pai ser naturalmente punível pela lei.

Se as recomendações na elaboração dos registos apelavam para um rigor legalista, a prática demonstra que na realidade tal não acontecia. Os redactores paroquiais consideravam, frequentemente, a maioria dos filhos de pai incógnito como sendo filhos *naturais* e não *espúrios*, salvo casos em que era de todo impossível escamotear a situação. É sabido que muitos destes filhos eram na realidade filhos espúrios, englobados na categoria de adúlteros. Na base deste procedimento encontravam-se razões de protecção da família (naturalmente da família do pai), nomeadamente a prevenção de eventuais questões sobre heranças. Deixava-se em aberto, ainda que de forma remota, a possibilidade de uma legitimação *a posteriori* por subsequente matrimónio dos

² Expressão empregue amiudadamente nas ordenações e por comentaristas para designar os espúrios.

pais, e facultava-se ao filho considerado natural a oportunidade de se poder candidatar à herança paterna³ desde que legalmente cumprisse determinados requisitos.⁴

Os registos paroquiais são, na realidade, muito parcos na apresentação de casos de filhos apontados como espúrios, mas alguns que o redactor do registo não conseguiu contornar e quase foi obrigado a declarar abertamente. Foi o que aconteceu em 1753 com o registo de Manuel, nascido a 12 de Julho e baptizado a 19 do dito mês e ano. No seu registo de baptismo o prior encomendado, Manuel Caetano de Albuquerque, declara ser *“filho espúrio de João Francisco casado, e de Joana solteira, ambos do Carregal, nepto paterno de Sebastião Francisco, e de sua mulher Isabel Antónia ambos também do mesmo lugar...”*⁵ Este João Francisco casara a 18 de Fevereiro do mesmo ano com uma Clemência Francisca, também do lugar do Carregal. Outro caso semelhantes encontra-se lavrado no registo de baptismo de Maria, datado de 10 de Fevereiro de 1689, onde se declara ser ela filha de *“Páscoa solteira filha de Miguel Fernandes desta Villa, a quem deo por pai, **por não ser mulher meretrice**, o Padre Manuel Ribeiro cura nesta Igreja e natural que he de Esgueira.”*⁶

Uma avaliação precisa e rigorosa da filiação ilegítima nas paróquias do Antigo Regime fica à partida bastante condicionada em termos de rigor pela dissimulação da verdadeira natureza daqueles que nasceram numa situação de ilegitimidade, que não era legalmente igual para todos. A natureza dos dados coligidos obriga a que se tenha de analisar, na generalidade, toda a filiação ilegítima sem distinção entre os verdadeiros naturais e os provenientes de *coito danado*. Outro problema prende-se com a dimensão da(s) paróquia(s) em estudo. Situações particulares, atinentes a cada freguesia, podem condicionar

³ Ordenações, Tomo IV, título. XCII, pág. 941: *“E se o pai for peão, succeder-lhe-hão, e virão á sua herança igualmente com os filhos legítimos, se os o pai tiver. E não havendo filhos legítimos, herdarão os naturaes todos os bens e herança de seu pai, salvo a terça, se a o pai tomar, da qual poderá dispor, como lhe aprouver”*. Os filhos espúrios estavam liminarmente afastados da herança, apenas podendo ser herdeiros testamentários.

⁴ Ordenações, Tomo IV, título XCII, pág. 939 e seguintes.

⁵ Arquivo Distrital de Aveiro (ADVR), *Livro de Baptismos de Requeixo*, nº 9, fol. 56v.

⁶ ADVR, *Livro de Baptismos de Eixo*, nº 1, fol. 101v. Acrescentou-se o sublinhado.

e fornecer uma visão distorcida da realidade, não correspondendo à realidade de unidades de análise maiores, como o caso do concelho ou da região. No caso do antigo concelho de Eixo, a representatividade dos dados coligidos reduz esse risco, uma vez que se trata de um concelho extenso em superfície e população (os mais de 40000 nascimentos registados oferecem um mínimo de segurança). Todavia, uma observação correcta da filiação natural na região do Baixo Vouga exige um estudo alargado a mais paróquias e a outros concelhos. A análise que de seguida se apresenta incidirá principalmente sobre os aspectos de natureza quantitativa e não tanto interpretativa, uma vez que, por si só, este fenómeno fundamentaria um estudo independente.

Encontra-se de alguma forma generalizada a ideia de Pierre Chaunu, segundo a qual existia na Europa do Antigo Regime uma *ascese social colectiva*, sobre a qual assentou a sua ideia de *sistema demográfico da cristandade ocidental*.⁷ Segundo este sistema, existia uma Europa meridional católica *mais controlada* e outra *mais permissiva*.⁸ No entanto, “a generalização desta regra de contenção a todo o espaço geográfico do sul da Europa parece susceptível de ser posta em causa, pelo menos no que respeita à sociedade do Antigo Regime do Noroeste de Portugal (...) que tem revelado a existência no Minho ao longo de todo o Antigo Regime uma notável frequência de baptismos de ilegítimos num território que era tão europeu, cristão e meridional como aquele que Chaunu concebe como profundamente casto e melhor controlado.”⁹

Estudos mais recentes, referentes à ilegitimidade em vários países da Europa, apresentam cifras ligeiramente superiores àsquelas de que Pierre Chaunu dispôs. É o caso dos dados apresentados por Michael Flinn na sua obra *El Sistema Demográfico Europeo (1500-1820)*,¹⁰ sintetizados no quadro seguinte:

⁷ Apud António Augusto Amaro Neves, *Filhos das Ervas – A ilegitimidade no Norte de Guimarães (séculos XVI-XVIII)*, tese de mestrado fotocopiada, Braga, 1996, pág. 7

⁸ Idem, op. cit.

⁹ António Augusto Amaro Neves, op. cit., pp. 7-8.

¹⁰ Michael Flinn, op. cit., pág. 120.

Quadro 1: Ilegitimidade na Europa

PAIS	PERIODO	ILEGITIMOS (%)
Alemanha	Antes de 1750	2, 5
	1740-1790	3, 9
	1780-1820	11, 9
Escandinávia	Antes de 1750	3, 8
	1740-1790	2, 5
	1780-1820	6, 8
Espanha	Antes de 1750	5, 4
	1740-1790	5, 1
	1780-1820	6, 5
França	Antes de 1750	2, 9
	1740-1790	4, 1
	1780-1820	4, 7
Inglaterra	Antes de 1750	2, 6
	1740-1790	4, 3
	1780-1820	5, 9

Apesar de se estar na presença de valores mais elevados, estes não são reveladores de uma *ascese social colectiva*, nem de um regime de ilegitimidade de alta-frequência. Apenas entre 1780 e 1820 se verifica uma subida significativa dos valores da ilegitimidade, em casos como a Alemanha ou a Escandinávia. Antes de 1750, apenas em Espanha se regista a superação da casa dos 5%. Para dar maior amplitude à questão, é preciso levar em consideração as concepções pré-nupciais que também existiam na Europa dessa época¹¹ e que, comparadas com os valores encontrados para Portugal, eram bastante numerosas. Recorde-se apenas o caso inglês - período anterior a 1750 apresentava 19,7% de concepções pré-nupciais mas entre 1740-1790 e 1780-1820, esses valores subiram para 37,3% e 34,5% respectivamente. Na realidade, as concepções pré-nupciais consubstanciam uma forma de violação da norma instituída de castidade até ao casamento. Como forma de reparação dessa violação existia o casamento, amplamente empregue nos países europeus não meridionais. Cruzando os valores das concepções pré-nupciais com a ilegitimidade, em Portugal e na restante Europa, os totais dos desvios à norma estabelecida seriam certamente muito semelhantes.

¹¹ Veja-se, neste trabalho, o que se deixou referido no capítulo VII sobre as concepções pré-nupciais.

Em Portugal, os valores encontrados por Amaro Neves no Norte de Guimarães¹² escapam por completo ao modelo proposto por Chaunnu para a Europa meridional e aos valores encontrados por Flinn. Em especial no século XVII, esses valores chegam a alcançar os 22,2% entre 1610 e 1660, os 17,7% entre 1560 e 1610, e os 14,6% nos cem anos posteriores a 1660. São números muito acima dos encontrados para o resto da Europa. No período que decorre entre 1760 e 1790, apesar de se registar um ligeiro recuo da ilegitimidade, esta continua bastante alta – 11,1%.

O caso português não se confinou ao norte de Guimarães. Ainda nesta região, nas três zonas previamente definidas (rural, urbana e mista), Norberta Amorim¹³ encontrou valores bastante elevados e com um padrão semelhante: 17,8% de 1620 a 1669; 11,5% de 1670 a 1699; uma subida para 14,4% na primeira metade do século XVIII; uma descida para 11,5% entre 1750 e 1789; nova quebra, agora para os 7%, entre 1790 e 1799. O mesmo se verifica em relação a outras paróquias do noroeste português (casos de Alvito S. Pedro, Pico de Regalados, Cambeses, entre outros), reveladores de valores elevados que decaem à medida que se aproxima o final do século XVIII.¹⁴

Em Trás-os-Montes,¹⁵ e no conjunto de três paróquias (Rebordãos, Cardanha e Poiães), Norberta Amorim encontrou valores significativamente mais baixos: 2,5% de ilegítimos antes de 1690 e 7,4% de 1690 a 1800, o que no cômputo global se traduz por uma percentagem de 4,7 de ilegitimidade. Na paróquia transmontana de Calvão¹⁶ os valores também se apresentam relativamente baixos: 2,8% de ilegitimidade de 1680 a 1699; uma subida para 5,3% entre 1700 e 1749 e para 9,8% entre 1750 e 1799; uma pequena quebra para os 7,9% entre 1800 e 1849; uma subida em flecha para os 14,5% entre 1850 e 1859. Esta última fase de crescimento começa a ser evidente já na década de 1830, que apresenta 10,4% de ilegitimidade. Outra paróquia transmontana

¹² António Augusto Amaro Neves, op. cit., pág. 119.

¹³ M.^a Norberta Amorim, *Guimarães...*, op. cit., pág. 231.

¹⁴ Cf. António Augusto Amaro Neves, op. cit., pp. 112-114.

¹⁵ Apud António Augusto Amaro Neves, op. cit., pág. 110.

¹⁶ José Alfredo Faustino, *Calvão – Uma paróquia rural...*, op. cit., pág. 153.

apresenta um ritmo semelhante. Trata-se de Palaçoulo,¹⁷ cujos valores se apresentam baixos até meados do século XIX, não ultrapassando os 3%, para a partir de 1850 atingirem valores acima da casa dos 9%. São números que permitem inferir a presença de um quadro de ilegitimidade bem diferente do do noroeste português.

Amaro Neves identificou três regimes distintos de fecundidade ilegítima:¹⁸ *um regime de baixa frequência*, com valores de ilegitimidade inferiores a 1%, enquadrando o padrão definido para a Europa rural e sul de Portugal; *um regime de média frequência*, com valores entre 1 e 5%, que integra Trás-os-Montes, Lisboa, Porto, Açores, Viana do Castelo (Lanheses) e Aveiro (Cortegaça, S. Vicente de Pereira e Aradas); um terceiro regime de *alta-frequência de ilegitimidade*, correspondendo à região minhota. Nesta definição de regimes de frequência, onde se enquadram as freguesias do antigo concelho de Eixo?¹⁹

A freguesia de Eixo

Uma rápida análise dos valores da ilegitimidade em Eixo ao longo das várias décadas (expressos no quadro 2), permite constatar a existência de dois períodos distintos: o primeiro abarca todas as décadas anteriores a 1830 e o segundo situa-se após essa data. Mais uma vez se verifica a existência de subregisto entre as décadas de 1620 e 1650, consubstanciado no diminuto número de baptismos e num valor de ilegitimidade invulgarmente elevado na década de 1620 (15%), que não parece consentâneo com os dados de enquadramento dos anos antecedentes e subsequentes. De um modo geral, em todo o período anterior a 1830, os valores da ilegitimidade de Eixo posicionam a fre-

¹⁷ Fábria Maria Raposo, *Estudo demográfico de uma paróquia do planalto mirandês – Palaçoulo (1656-1910)*, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, s.l., 2000, tese de mestrado policopiada, pág. 111.

¹⁸ António Augusto Amaro Neves, op. cit., pág. 114-115. A classificação proposta pelo autor abrange apenas o período até ao início do século XIX.

¹⁹ Na análise da ilegitimidade em Eixo, assim como nas restantes paróquias, consideraram-se apenas aqueles que nasceram e foram baptizados na freguesia. Os quadros completos para a totalidade dos anos e das freguesias encontram-se nos anexos 1 a 9 a este capítulo.

guesia na categoria de *média intensidade*, segundo a definição de Amaro Neves. Algumas oscilações na ilegitimidade, como as verificadas nas décadas de 1720-1729 e 1730-1739, aparentam ser variações de carácter mais conjuntural que estrutural.

Quadro 2: Ilegitimidade em Eixo por década (%)

	Baptismos			Naturais			% de filhos ilegítimos
	M	F	Total	M	F	Total	
1590-1599	58	59	117	6	2	8	6,8
1600-1609	91	85	176	4	7	11	6,3
1610-1619	92	77	169	5	2	7	4,1
1620-1629	20	20	40	2	4	6	15,0
1630-1639	43	41	84	3	2	5	6,0
1640-1649	31	39	70	0	1	1	1,4
1650-1659	87	72	159	3	2	5	3,1
1660-1669	138	126	264	4	6	10	3,8
1670-1679	189	134	323	3	5	8	2,5
1680-1689	197	168	365	11	8	19	5,2
1690-1699	193	200	393	2	3	5	1,3
1700-1709	170	150	320	7	4	11	3,4
1710-1719	152	154	306	5	7	12	3,9
1720-1729	158	139	297	10	14	24	8,1
1730-1739	182	153	335	17	14	31	9,3
1740-1749	143	129	272	8	5	13	4,8
1750-1759	141	143	284	7	7	14	4,9
1760-1769	141	155	296	9	11	20	6,8
1770-1779	153	150	303	12	11	23	7,6
1780-1789	226	175	401	14	15	29	7,2
1790-1799	186	190	376	8	15	23	6,1
1800-1809	185	174	359	10	12	22	6,1
1810-1819	196	206	402	12	12	24	6,0
1820-1829	207	207	414	14	16	30	7,2
1830-1839	183	179	362	26	20	46	12,7
1840-1849	223	220	443	45	48	93	21,0
1850-1859	179	196	375	41	50	91	24,3
1860-1869	196	174	370	40	37	77	20,8
1870-1879	214	202	416	51	54	105	25,2
1880-1889	241	225	466	51	41	92	19,7
1890-1899	259	210	469	51	40	91	19,4
1900-1910	259	229	488	49	42	91	18,6
Totais	5133	4781	9914	530	517	1047	10,6

O século XIX anuncia, logo a partir da terceira década, modificações significativas na situação da ilegitimidade, que se manterão ao longo de todo o restante século e se prolongarão para a primeira década do século XX. O aumento expressivo da ilegitimidade (mais que triplica em relação às médias anteriores)

apenas pode significar a modificação das condições básicas individuais e colectivas sobre as quais assentava o modo de vida e de estar das populações, pela introdução de um factor decisivo e determinante. Esse factor foi, sem dúvida, a emigração. Trata-se de um fenómeno que atravessa transversalmente todas as freguesias do antigo concelho de Eixo, como adiante se provará.

Esta situação já tinha sido detectada anteriormente,²⁰ associando-se às alterações políticas e sociais decorrentes da vitória do liberalismo sobre os partidários da monarquia absoluta. Um autor coevo, o Dr. Venâncio Dias de Figueiredo Vieira, filho da terra e jurista, em apontamentos sobre a vila de Eixo,²¹ refere, na *Memória sobre a vila de Eixo*, a sua percepção sobre o fenómeno emigratório: “*Hoje não se pode dar um passo fora de casa sem dinheiro, e por isso se empregam todos os meios para o adquirir, principalmente pela emigração para a América, que nos últimos anos é extraordinária.*” Outro aspecto também referido pelo autor é a abertura da população local ao exterior, permitindo um maior intercâmbio matrimonial: “*pode dizer-se que **haverá trinta ou mais anos** começou a regeneração desta e outras famílias de Eixo, cruzando-se completamente as raças e fazendo-se casamentos das pessoas principais da terra com outras de fora, e até de terras muito distantes com os resultados mais satisfatórios.*”²²

Além deste depoimento, a demografia transmite outros sinais que apontam no mesmo sentido, fundamentalmente dois: o crescente número de viúvas com filhos ilegítimos e o grande número de mulheres casadas na mesma situação.²³ São relativamente frequentes, nomeadamente a partir de 1875, os registos de baptismo de filhos de mulheres casadas, onde é expressa a condição de marido ausente, (“*em terras da América*” ou no Brasil, ou apenas a indicação

²⁰ Francisco Messias Trindade Ferreira, *A antiga freguesia de Eixo...*, op. cit., pp. 127 e 128.

²¹ Venâncio Dias de Figueiredo Vieira, “Memória sobre a vila de Eixo”, in *Boletim Municipal de Aveiro*, Ano II, nº 3, 1984, pág. 56. Considerando que o autor terá escrito este texto em finais da década de 60 do século XIX, momento em que curiosamente o fenómeno da ilegitimidade se aproximava do seu ponto mais alto.

²² Idem, op. cit., pág. 57. Acrescentou-se o sublinhado.

²³ Mais adiante avançar-se-ão números mais concretos.

de marido ausente “há muitos anos”). O fenómeno emigratório, particularmente de elementos do sexo masculino em idades casadoiras, terá provocado desequilíbrios acentuados entre os sexos e no mercado matrimonial. A ânsia de conseguir um marido terá provocado uma “corrida” aos homens que ficaram ou “vagavam” por viuvez, “corrida” essa em que todas as armas eram legítimas.

Para o estudo desta variável da emigração seria fundamental a análise dos passaportes. Infelizmente tal não é possível na quase totalidade do período, pois grande parte da documentação pereceu em dois notáveis incêndios que ocorreram no Governo Civil de Aveiro.²⁴ Neles foi destruída não só toda documentação do próprio governo civil como a das extintas câmaras, do extinto bispado de Aveiro e de outros arquivos.

A freguesia de Oliveirinha

Umbilicalmente ligada a Eixo até 1849, a freguesia de Oliveirinha comportava-se quase como uma câmara de eco daquilo que ocorria na sede do antigo concelho. Analisando o quadro 3, é perfeitamente notória, tal como em Eixo, a existência de dois períodos: um anterior e outro posterior a 1830. Os valores da ilegitimidade em Oliveirinha são, de uma forma geral, mais baixos em ambos os períodos, mas seguem de forma quase paralela a curva de Eixo. As razões que impuseram a Eixo o padrão de ilegitimidade observado também se mantêm válidas em Oliveirinha, ou seja, verifica-se um incremento notório da emigração num momento já bem avançado do século XIX.

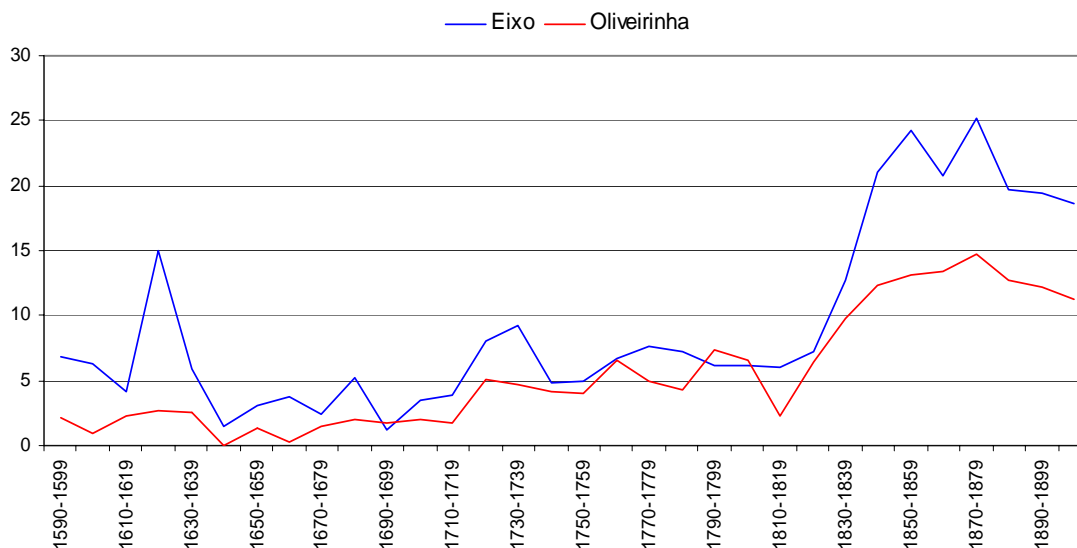
²⁴ Francisco Ferreira Neves, “Os incêndios dos edifícios do Governo Civil de Aveiro”, in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. VIII, nº 32, pp. 283-286. O primeiro aconteceu a 20 de Julho de 1864 e o segundo a 17 de Outubro de 1942.

Quadro 3: Ilegitimidade em Oliveirinha por décadas (%)

	Baptismos			Naturais			% de filhos ilegítimos
	M	F	Total	M	F	Total	
1590-1599	46	45	91	0	2	2	2,2
1600-1609	53	55	108	1	0	1	0,9
1610-1619	47	43	90	0	2	2	2,2
1620-1629	13	25	38	0	1	1	2,6
1630-1639	40	37	77	1	1	2	2,6
1640-1649	27	28	55	0	0	0	0,0
1650-1659	85	72	157	0	2	2	1,3
1660-1669	159	185	344	0	1	1	0,3
1670-1679	209	191	400	4	2	6	1,5
1680-1689	145	146	291	3	3	6	2,1
1690-1699	170	163	333	1	5	6	1,8
1700-1709	190	196	386	7	1	8	2,1
1710-1719	172	176	348	4	2	6	1,7
1720-1729	155	179	334	5	12	17	5,1
1730-1739	211	197	408	8	11	19	4,7
1740-1749	213	154	367	12	3	15	4,1
1750-1759	202	197	399	8	8	16	4,0
1760-1769	178	217	395	16	10	26	6,6
1770-1779	232	176	408	12	8	20	4,9
1780-1789	186	184	370	8	8	16	4,3
1790-1799	227	196	423	17	14	31	7,3
1800-1809	195	183	378	13	12	25	6,6
1810-1819	208	180	388	5	4	9	2,3
1820-1829	242	207	449	13	16	29	6,5
1830-1839	267	213	480	28	19	47	9,8
1840-1849	207	241	448	22	33	55	12,3
1850-1859	228	222	450	29	30	59	13,1
1860-1869	259	233	492	36	30	66	13,4
1870-1879	297	286	583	41	45	86	14,8
1880-1889	280	271	551	40	30	70	12,7
1890-1899	296	260	556	38	30	68	12,2
1900-1910	335	333	668	36	39	75	11,2
Totais	5774	5491	11265	408	384	792	7,0

O gráfico 1 ilustra o movimento da ilegitimidade em ambas as freguesias durante todo o período considerado, sendo nele perfeitamente visível a similitude dos comportamentos em análise. O conjunto das duas freguesias, que corresponderia à antiga freguesia de Eixo, é facilmente imaginável numa linha intermédia que reduziria um pouco os valores elevados relativos à freguesia de Eixo. Essa linha aparece desenhada no gráfico 3 deste capítulo.

Gráfico 1: Evolução da ilegitimidade em Eixo e Oliveirinha por décadas (%)



A freguesia de Requeixo

Tal como as freguesias anteriormente estudadas, Requeixo apresenta dois momentos distintos separados entre si pela década de 1830. No caso particular desta freguesia, no primeiro período os valores apontam para um modelo de *média-baixa* frequência de ilegitimidade (na escala de observação proposta por Amaro Neves), em que a ilegitimidade raramente ultrapassa os 5% do total dos baptismos registados. No entanto, e para não incorrer numa leitura errónea, é conveniente referir que os valores da ilegitimidade nas primeiras décadas (1590-1670) estão muito longe de uma correspondência real, uma vez que apenas se dispõe de dados de baptismo completos para a freguesia de Requeixo a partir de 1668. Assim, os valores de baptismo apontados apenas se referem ao lugar da Póvoa do Valado, que era meeiro das duas freguesias (Eixo e Requeixo) e que, por conveniência metodológica e de análise, se considerou pertencente a Requeixo, como acabaria por acontecer aquando da reorganização dos limites das freguesias em 1843.

Quadro 4: Ilegitimidade em Requeixo por décadas (%)

	Baptismos			Naturais			% de filhos ilegítimos
	M	F	Total	M	F	Total	
1660-1669	51	38	89	0	0	0	0,0
1670-1679	160	132	292	2	0	2	0,7
1680-1689	180	168	348	6	3	9	2,6
1690-1699	192	187	379	5	3	8	2,1
1700-1709	258	216	474	3	4	7	1,5
1710-1719	265	248	513	9	7	16	3,1
1720-1729	248	245	493	10	6	16	3,2
1730-1739	262	279	541	7	10	17	3,1
1740-1749	248	232	480	13	5	18	3,8
1750-1759	258	286	544	13	12	25	4,6
1760-1769	297	266	563	7	9	16	2,8
1770-1779	273	292	565	13	16	29	5,1
1780-1789	289	270	559	8	13	21	3,8
1790-1799	302	300	602	15	21	36	6,0
1800-1809	277	269	546	15	16	31	5,7
1810-1819	227	197	424	17	13	30	7,1
1820-1829	237	230	467	14	17	31	6,6
1830-1839	227	214	441	33	17	50	11,3
1840-1849	241	223	464	22	25	47	10,1
1850-1859	210	212	422	20	26	46	10,9
1860-1869	266	230	496	36	40	76	15,3
1870-1879	250	223	473	43	33	76	16,1
1880-1889	239	249	488	21	28	49	10,0
1890-1899	245	250	495	21	30	51	10,3
1900-1910	317	290	607	26	36	62	10,2
Totais	6019	5746	11765	379	390	769	6,5

Os valores da ilegitimidade em Requeixo estão muito próximos (em termos da curva por eles esboçada), dos de Oliveirinha e, por extensão, dos de Eixo. O paroxismo é alcançado entre as décadas de 1860 e 1880, decaindo um pouco a partir desse momento, sem contudo deixar de apresentar indicadores que se podem considerar elevados. Tal como Oliveirinha, no período anterior a 1830 esta freguesia estaria situada a um nível de *média-baixa* frequência de ilegitimidade (escala de Amaro Neves), uma vez que os resultados apresentados apenas ultrapassam a fasquia dos 5% a partir das duas últimas décadas do século XVIII.

A freguesia de Nariz

De pequenas dimensões e até 1820 directamente dependente de Requeixo, a freguesia de Nariz apresenta as mesmas características de ilegitimidade que as anteriores, nomeadamente, dois períodos distintos tendo por linha divisória a década de 1830. Até este momento os valores apontam para um regime de frequência de *baixa fecundidade*, de acordo com a tipologia que vem sendo empregue, apesar de um ou outro valor pontualmente escapar a esse padrão.

Quadro 5: A evolução da ilegitimidade em Nariz por décadas (%)

1660-1669	11	7	18	0	0	0	0,0
1670-1679	38	39	77	1	0	1	1,3
1680-1689	43	37	80	0	0	0	0,0
1690-1699	61	44	105	3	1	4	3,8
1700-1709	53	55	108	2	5	7	6,5
1710-1719	73	51	124	1	1	2	1,6
1720-1729	58	51	109	2	1	3	2,8
1730-1739	59	71	130	2	3	5	3,8
1740-1749	64	60	124	1	0	1	0,8
1750-1759	75	71	146	1	0	1	0,7
1760-1769	65	69	134	5	2	7	5,2
1770-1779	77	87	164	1	3	4	2,4
1780-1789	88	64	152	2	0	2	1,3
1790-1799	76	85	161	0	3	3	1,9
1800-1809	94	96	190	5	1	6	3,2
1810-1819	68	77	145	0	6	6	4,1
1820-1829	85	70	155	4	2	6	3,9
1830-1839	97	82	179	5	8	13	7,3
1840-1849	73	69	142	16	10	26	18,3
1850-1859	83	63	146	8	20	28	19,2
1860-1869	90	94	184	15	21	36	19,6
1870-1879	114	109	223	23	28	51	22,9
1880-1889	99	111	210	20	18	38	18,1
1890-1899	129	120	249	18	16	34	13,7
1900-1910	165	150	315	9	24	33	10,5
Totais	1938	1832	3770	144	173	317	8,4

Tal como nas freguesias anteriormente analisadas, é na década de 1870 que o impacto da emigração e, conseqüentemente, a ilegitimidade se torna mais visível. A ilegitimidade alcança o valor máximo nessa década, quer em termos absolutos quer relativos. O movimento de descida processar-se-á de forma relativamente lenta, mas os indicadores atingidos são substancialmente diferentes dos anteriores a 1830.

A freguesia de Fermentelos

Nesta freguesia o fenómeno da ilegitimidade também se repete. A partir de 1830 os valores encontrados alcançam patamares que se podem considerar invulgares, atendendo à sequência registada nos anos anteriores.

Quadro 6: Ilegitimidade em Fermentelos por décadas (%)

	Baptismos			Naturais			% de filhos ilegítimos
	M	F	Total	M	F	Total	
1660-1669	15	5	20	1	0	1	5,0
1670-1679	38	28	66	2	1	3	4,5
1680-1689	29	27	56	3	2	5	8,9
1690-1699	44	35	79	1	1	2	2,5
1700-1709	50	48	98	1	0	1	1,0
1710-1719	57	47	104	2	4	6	5,8
1720-1729	60	54	114	0	1	1	0,9
1730-1739	101	88	189	0	0	0	0,0
1740-1749	120	72	192	5	1	6	3,1
1750-1759	89	111	200	1	0	1	0,5
1760-1769	97	80	177	2	1	3	1,7
1770-1779	126	101	227	3	4	7	3,1
1780-1789	134	109	243	6	7	13	5,3
1790-1799	116	109	225	3	1	4	1,8
1800-1809	120	125	245	6	3	9	3,7
1810-1819	123	108	231	13	8	21	9,1
1820-1829	129	135	264	16	7	23	8,7
1830-1839	123	127	250	18	8	26	10,4
1840-1849	132	112	244	21	19	40	16,4
1850-1859	117	114	231	21	13	34	14,7
1860-1869	114	116	230	9	20	29	12,6
1870-1879	166	140	306	8	4	12	3,9
1880-1889	174	155	329	5	6	11	3,3
1890-1899	235	169	404	11	16	27	6,7
1900-1910	258	227	485	16	15	31	6,4
Totais	2767	2442	5209	174	142	316	6,1

Embora se pudesse prever que alguma coisa estava a mudar a partir de 1810, quando os valores “saltam” para quase três vezes mais relativamente aos da década anterior (e na década seguinte não apresentam sinais de retorno à “normalidade”), pouco faria prever o comportamento das décadas 1830-1870, com particular destaque para a de 1840, em que se atinge um máximo de 16,39%. Da mesma forma que “explodiu” a ilegitimidade nesta paróquia,

também “implodiu”, logo na década de 1870, para valores muito semelhantes aos do final do século XVIII.

A freguesia de Eirol

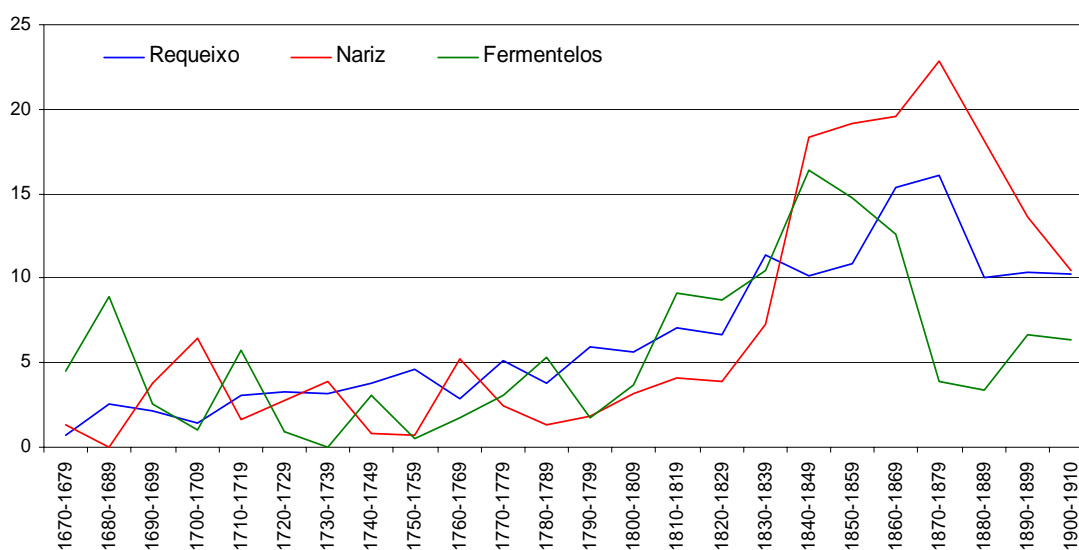
A freguesia de Eirol apresenta um comportamento *sui generis* neste aspecto da demografia do território do antigo concelho de Eixo. Torna-se difícil avaliar o percurso da ilegitimidade nesta freguesia devido às lacunas significativas encontradas em termos de registos, mas os momentos mais importantes que se registam após a década de 1830 encontram-se bem documentados e não deixam de ser surpreendentes. Como será possível que, numa freguesia de reduzida dimensão, entre as décadas de 1830 e 1910 os nascimentos ilegítimos cheguem por vezes a significar quase 25% da totalidade dos nascimentos?

A resposta encontra-se num profundo desequilíbrio do mercado matrimonial, originado pela carência de indivíduos do sexo masculino, que se haviam ausentado da paróquia em busca de melhores condições de vida. Essa ausência acaba por não ser compensada pelo ingresso de indivíduos provenientes de outras localidades. No entanto, outro parâmetro que deve ser levado em conta diz respeito à dimensão da própria freguesia. Não sendo uma paróquia de grandes dimensões em termos territoriais e demográficos, as oscilações, por mais pequenas que possam ser, acabam por se reflectir de forma muito ampliada ao nível dos valores relativos. Assim, e em qualquer dos casos, esta freguesia não poderia nunca ser tomada por paradigma da região em termos demográficos. A sua inserção num quadro mais vasto, como é o caso do concelho, possibilitará uma maior aproximação à realidade.

Quadro 7: Ilegitimidade em Eirol por décadas (%)

	Baptismos			Naturais			% de filhos ilegítimos
	M	F	Total	M	F	Total	
1620-1629	25	17	42	1	0	1	2,4
1630-1639	29	23	52	2	2	4	7,7
1640-1649	23	32	55	1	2	3	5,5
1650-1659	51	45	96	1	2	3	3,1
1660-1669	46	40	86	0	1	1	1,2
1670-1679	34	38	72	3	1	4	5,6
1680-1689	38	29	67	4	1	5	7,5
1690-1699	46	39	85	1	1	2	2,4
1700-1709	35	47	82	6	1	7	8,5
1710-1719	28	33	61	3	6	9	14,8
1720-1729	23	34	57	3	2	5	8,8
1730-1739	36	24	60	4	1	5	8,3
1740-1749	22	24	46	4	4	8	17,4
1750-1759	28	30	58	2	4	6	10,3
1760-1769	6	8	14	0	0	0	0,0
1770-1819							
1820-1829	7	5	12	0	0	0	0,0
1830-1839	54	50	104	5	2	7	6,7
1840-1849	72	56	128	6	7	13	10,2
1850-1859	46	44	90	7	10	17	18,9
1860-1869	32	36	68	4	4	8	11,8
1870-1879	34	47	81	9	11	20	24,7
1880-1889	46	36	82	16	12	28	34,1
1890-1899	54	37	91	13	8	21	23,1
1900-1910	71	81	152	9	19	28	18,4
Totais	886	855	1741	104	101	205	11,8

Gráfico 2: Evolução da ilegitimidade na antiga freguesia de Requeixo por décadas (%)



O gráfico 2 transpõe para uma representação visual o panorama das paróquias de Requeixo, Nariz e Fermentelos, em termos da evolução da ilegitimidade. Torna-se notório, em particular, o acentuado aumento verificado a partir de 1830, semelhante em todas as freguesias.

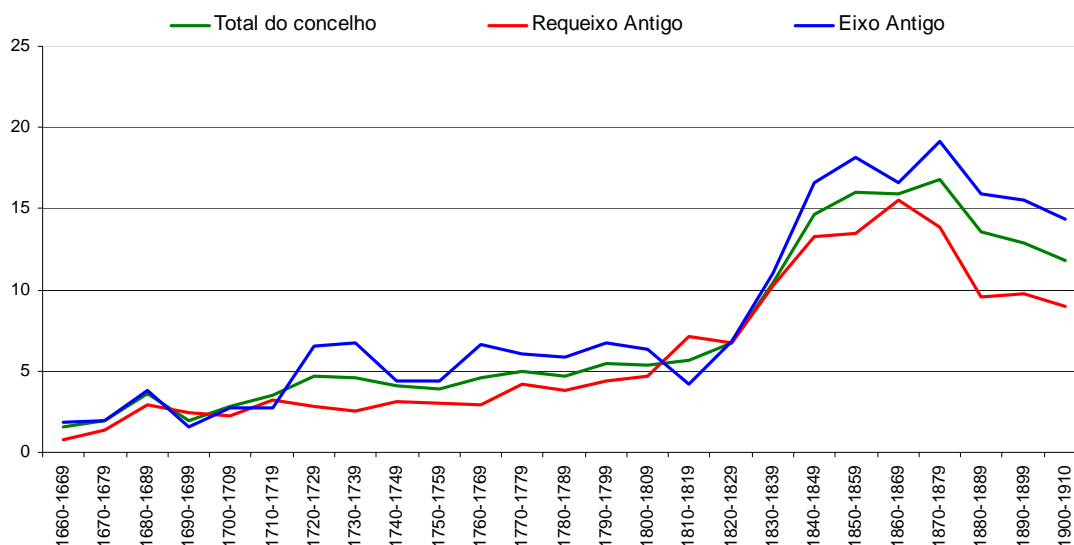
O antigo concelho de Eixo

Os valores encontrados para a ilegitimidade na globalidade do antigo concelho agrupam-se nos dois momentos distintos já enunciados: antes e depois de 1830. O gráfico 3 apresenta este aspecto de forma clara. Repare-se, no entanto, que os valores relativos da ilegitimidade são ligeiramente mais acentuados nas freguesias do antigo concelho de Eixo, mas que os “desenhos” das curvas, em particular após 1830, são muitíssimo semelhantes.

Quadro 8: Evolução da ilegitimidade no antigo concelho de Eixo (por décadas)

	Baptismos			Naturais			% de filhos ilegítimos
	M	F	Total	M	F	Total	
1660-1669	420	401	821	5	8	13	1,6
1670-1679	668	562	1230	15	9	24	2,0
1680-1689	632	575	1207	27	17	44	3,6
1690-1699	706	668	1374	13	14	27	2,0
1700-1709	756	712	1468	26	15	41	2,8
1710-1719	747	709	1456	24	27	51	3,5
1720-1729	702	702	1404	30	36	66	4,7
1730-1739	851	812	1663	38	39	77	4,6
1740-1749	810	671	1481	43	18	61	4,1
1750-1759	793	838	1631	32	31	63	3,9
1760-1769	784	795	1579	39	33	72	4,6
1770-1779	861	806	1667	41	42	83	5,0
1780-1789	923	802	1725	38	43	81	4,7
1790-1799	907	880	1787	43	54	97	5,4
1800-1809	871	847	1718	49	44	93	5,4
1810-1819	822	768	1590	47	43	90	5,7
1820-1829	907	854	1761	61	58	119	6,8
1830-1839	951	865	1816	115	74	189	10,4
1840-1849	948	921	1869	132	142	274	14,7
1850-1859	863	851	1714	126	149	275	16,0
1860-1869	957	883	1840	140	152	292	15,9
1870-1879	1075	1007	2082	175	175	350	16,8
1880-1889	1079	1047	2126	153	135	288	13,5
1890-1899	1218	1046	2264	152	140	292	12,9
1900-1910	1405	1310	2715	145	175	320	11,8
Totais	21656	20332	41988	1709	1673	3382	8,1

Gráfico 3: Evolução da ilegitimidade por décadas (%)



Compete aqui realçar dois aspectos, um de carácter demográfico, outro sociológico. Sob o ponto de vista demográfico, a vizinha freguesia de Aradas apresenta características muito semelhantes em termos de movimentos da curva de ilegitimidade. A partir da década de 1840 inicia uma fase de incremento, que parte dos 4,4% em 1830-1839 para rapidamente alcançar os 12,5% em 1870-1879.²⁵ Inicia depois um movimento descendente, muito semelhante ao verificado nas freguesias de Requeixo e Nariz, embora com valores mais baixos. Outras freguesias do distrito de Aveiro conhecem também um incremento acentuado do fenómeno da ilegitimidade, embora desfasado no tempo. Neste particular destaca-se Cortegaça, onde os valores da ilegitimidade atingem os 12,8% e os 10,2% nas décadas de 1800-1819 e 1820-1839, respectivamente.²⁶ Em S. Vicente de Pereira-Jusã, o fenómeno repete-se: entre 1830 e 1839 alcança os 17%; mantém-se nas décadas seguintes em valores próximos dos 10-11%; alcança um novo máximo em 1870-1879, com 14% de ilegitimidade.²⁷ Considerando que no antigo concelho de Eixo a fase ascendente se inicia em 1830, é a partir da década seguinte que esses valores se tornam mais fortes, atingindo o paroxismo na década de 1870. Os resultados já obtidos

²⁵ Fernando Alberto Lacerda, *S. Pedro de Aradas...*, op. cit., pág. 178.

²⁶ Maria Palmira Gomes, *Estudo demográfico...*, op. cit., pág. 73.

²⁷ Hélder Pinho de Almeida, *S. Vicente de Pereira-Jusã...*, op. cit., pág. 140 e seguintes.

parecem indicar que, no distrito de Aveiro, no século XIX, a ilegitimidade progrediu no sentido norte-sul.

Do ponto de vista sociológico, se à ilegitimidade observada se adicionar o significativo acréscimo detectado nas concepções pré-nupciais (recorde-se que passaram de 7,95% entre 1750-1799 para quase o dobro -15,09, entre 1850 e 1910),²⁸ pode concluir-se que a alteração do equilíbrio entre os sexos no antigo concelho de Eixo (provocado por uma expansão dos fluxos migratórios) conduziu a uma alteração importante no comportamento da população, em particular na do sexo feminino.

Pelas razões apontadas, ainda sem alternativas à agricultura, sofrendo de um relativo isolamento e distanciamento da sede do concelho e perante uma crise agrícola, a população masculina viu-se na necessidade de procurar sustento e nova forma de vida em outras paragens. Assim, a ausência dos elementos do sexo masculino acabaria por condicionar o comportamento do mercado matrimonial, sem possibilidades de compensações por parte das freguesias vizinhas, onde o problema era idêntico. Apesar de não se possuírem dados concretos e precisos sobre os valores dos fluxos migratórios (e dificilmente se conseguirão, pois as estatísticas oficiais deixam escapar o fenómeno da emigração clandestina, que se sabe ser muito significativa ao longo dos tempos), tudo leva a crer que o aumento da ilegitimidade esteja intimamente ligado ao fenómeno emigratório. Mais adiante enunciar-se-ão outros elementos que procuram reforçar esta ilação.

Mães com filhos ilegítimos

Colocando a tónica nos dois períodos já referenciados, é possível constatar um aumento importante, em termos absolutos, do número de mulheres com filhos ilegítimos após 1830, que quase duplica, nos 80 anos de observação, a totalidade do período anterior a 1830. Além do incremento em termos absolutos

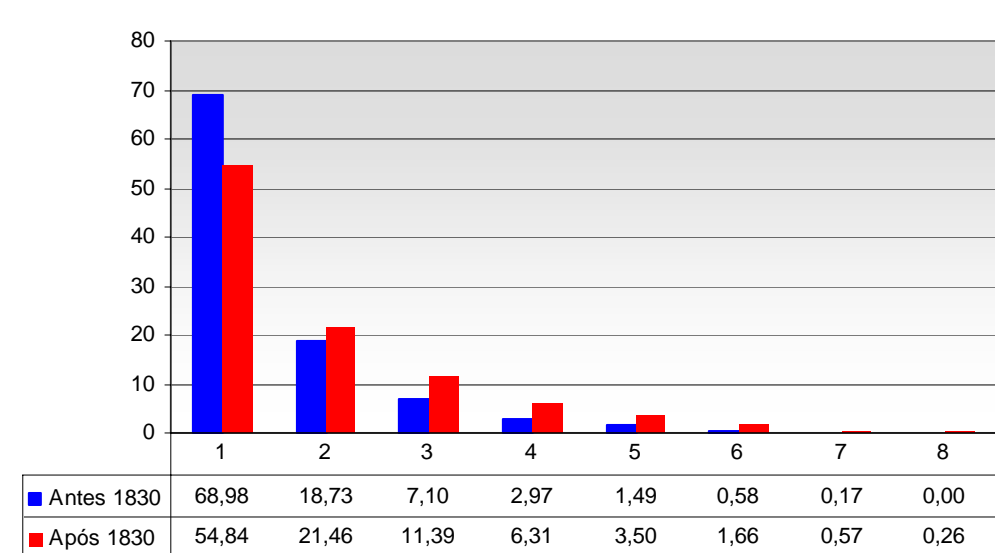
²⁸ Veja-se, para mais pormenores, o capítulo VIII deste trabalho sobre a fecundidade.

da quantidade de mães com filhos ilegítimos, é possível detectar alterações qualitativas em relação à ilegitimidade, nomeadamente um número cada vez maior e mais significativo de mulheres com uma grande prole de filhos ilegítimos. Se antes de 1830 a percentagem de mulheres com 4 ou mais filhos ilegítimos representava pouco mais de 5,2% do total de casos registados, entre 1830 e 1910 esse valor ultrapassa os 12%, ou seja, mais que duplicou.

Quadro 9: Mães com filhos ilegítimos

	Valores Absolutos		Valores Relativos	
	<i>Antes 1830</i>	<i>Após 1830</i>	<i>Antes 1830</i>	<i>Após 1830</i>
1	836	1252	68,98	54,84
2	227	490	18,73	21,46
3	86	260	7,10	11,39
4	36	144	2,97	6,31
5	18	80	1,49	3,50
6	7	38	0,58	1,66
7	2	13	0,17	0,57
8	0	6	0,00	0,26
Total	1212	2283	100	100

Gráfico 4: Mães com filhos ilegítimos (%)



São também visíveis alterações de alguma forma decorrentes deste aumento da ilegitimidade, nomeadamente a substancial diminuição do número relativo de mulheres com apenas um filho ilegítimo e o aumento claro com dois ou três. Esta modificação pode estar intimamente relacionada com o fenómeno

migratório e com o aumento de casos de concubinato ou mesmo de uniões de facto. Na primeira situação encontrava-se, de forma perfeitamente identificada pelo pároco, uma Teodora B., natural de Varziela (Viseu), que viveu em situação de concubinato, nesta freguesia, ao longo de vários anos, com um Jacinto José (...) natural de Campia, mas casado em Óis da Ribeira. Tiveram cinco filhos entre 1836 e 1848, tendo ele falecido em Fevereiro 1849. Dos cinco filhos, os dois últimos faleceram em Novembro de 1849, vítimas de coqueluche, uma casou (a terceira na ordem de nascimento), ignorando-se o que aconteceu aos dois primeiros rapazes. Teodora B. consegue então casar em Julho de 1850, mas desse casamento já não houve filhos. Faleceu a 14 de Janeiro de 1854, em resultado de uma *moléstia interna*, contando na altura aproximadamente 56 anos de idade (segundo o pároco que lavrou o registo de óbito).

Os dados demográficos não permitem a distinção de forma clara entre as duas possibilidades (concubinato ou união de facto), pelo que qualquer uma se torna plausível.

Idade da mãe ao primeiro filho ilegítimo

Para o cálculo da idade da mãe ao primeiro filho ilegítimo empregaram-se as idades exactas das mulheres com pelo menos um filho natural nascido e registado em qualquer uma das freguesias do antigo concelho de Eixo. Foram excluídas algumas mulheres por serem provenientes de outras freguesias e por tal se ignorar a respectiva data de nascimento. Considerou-se também nesta análise a totalidade da série dividida em dois momentos, conforme já sendo habitual – antes e depois de 1830.

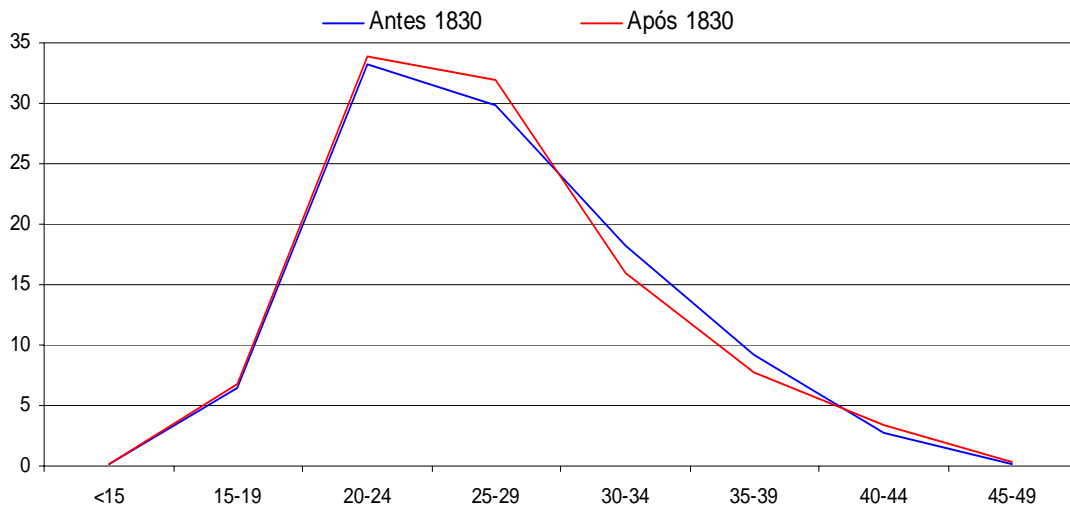
Torna-se facilmente perceptível, a partir do quadro 10 e do gráfico 5, que as idades das mulheres ao nascimento do primeiro filho ilegítimo não variam muito em ambos os períodos. O grupo de idades com maior percentagem de ocorrências é, em ambos os momentos, o dos 20-24 anos, seguido de muito perto pelo de 25-29 (tendo este último registado um ligeiro acréscimo em rela-

ção ao período anterior). Verifica-se ainda um ligeiro decréscimo dos grupos de idade imediatos (30-34 e 35-39 anos), mas com pouco significado.

Quadro 10: Idade da mulher ao nascimento do primeiro filho ilegítimo por grupos de idade

		<15	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	Totais
Antes 1830	Valores	1	33	171	154	94	47	14	1	515
Após 1830	Absolutos	1	65	326	308	153	74	33	3	963
Antes 1830	Valores	0,19	6,41	33,20	29,90	18,25	9,13	2,72	0,19	100
Após 1830	Relativos	0,10	6,75	33,85	31,98	15,89	7,68	3,43	0,31	100

Gráfico 5: Idade da mulher ao nascimento do primeiro filho ilegítimo por grupos de idades (%)



Em termos de idade média da primeira maternidade de um ilegítimo também não se verificaram grandes alterações: antes de 1830 ocorria aos 27,5 anos da mãe, no segundo momento situava-se nos 27,2 anos, ou seja 27 anos e pouco menos de 3 meses. Trata-se de uma redução de 3 meses, que não aparenta ser muito significativa em moldes gerais. No entanto, não deixa de ser interessante comparar as idades médias das mulheres ao primeiro casamento, em ambos os períodos, com os valores encontrados para a primeira maternidade.

No período anterior a 1830, a idade média ao primeiro casamento das mulheres situava-se nos 26,8 anos, período ao qual equivaleu uma idade média de 27,5 anos ao nascimento do primeiro ilegítimo. A partir de 1830 a idade média do primeiro casamento passa para os 28,2 anos, período a que correspondeu uma idade média de 27,3 anos ao nascimento do primeiro ilegítimo. Conjugando estes dois tipos de dados verifica-se que de um período a outro existiu um aumento da idade média ao primeiro casamento e uma diminuição da idade média ao nascimento do primeiro filho ilegítimo, ainda que muito ligeira. Que se pode então deduzir? Os valores apontam de forma quase indelével para um aumento das dificuldades das mulheres em encontrar parceiro para aceder ao matrimónio, o que vem de alguma forma justificar a existência de uma contracção do mercado matrimonial, em particular quanto à disponibilidade de elementos do sexo masculino. A redução da idade ao nascimento do primeiro filho ilegítimo, assim como o aumento significativo dos casos de nascimentos ilegítimos, põem em evidência essas mesmas dificuldades. Mas, para além destas, existem outras indicações que complementam a hipótese de o fenómeno migratório ser o responsável directo pela alteração ocorrida nos comportamentos individuais e colectivos dos elementos do sexo feminino, no território do antigo concelho de Eixo.

O estado civil das mães dos ilegítimos

Pelo menos nas civilizações de inspiração cristã do mundo “ocidental” todas as crianças nascidas fora do quadro da legalidade do casamento eram consideradas ilegítimas, mas há que contar que, mesmo dentro do casamento, a ilegitimidade pode surgir, assumindo uma forma particular, a adúlterina. Esta era, no entanto, rara, pelo menos no que toca ao sexo feminino, uma vez que no caso dos homens o adultério seria mais frequente mas de comprovação mais difícil.

Quadro 11: Estado civil das mães de ilegítimos

	Valores Absolutos		Valores Relativos	
	Antes de 1830	Após 1830	Antes de 1830	Após 1830
Solteiras	755	1185	89,56	93,16
Casadas	4	25	0,47	1,97
Viúvas	84	62	9,96	4,87
Total	843	1272	100	100

Por intermédio do quadro 11 é possível destacar algumas alterações em relação aos dois períodos considerados. Primeiramente observa-se o aumento, em termos percentuais, de mulheres solteiras que geram filhos ilegítimos; de seguida o relevo vai para a evolução, em sentido positivo, da percentagem de mulheres casadas que dão à luz filhos adulterinos; em terceiro lugar realça-se a diminuição, em termos absolutos e percentuais, do número de viúvas que se tornam mães de filhos ilegítimos. Isto é o que os números expressam. Mas que se esconde para lá dos números? Se o aumento de mulheres solteiras se justifica em face da rarefacção dos homens, já o de mulheres casadas com filhos adulterinos revela que esta situação se poderia produzir estando os maridos ausentes. Esta ideia sai reforçada quando o pároco declara expressamente no registo dos baptismos destas crianças serem elas apenas filhas de determinada mãe (nem sempre diz se é ilegítimo, adulterino ou espúrio), cujo marido se encontrava ausente no Brasil ou nas Américas. No caso de José, nascido a 14 de Outubro de 1858, na freguesia de Fermentelos, “*filho de Catharina dos Santos cazada com Manuel Inocêncio residente no Império do Brasil...*”,²⁹ não há qualquer indicação da sua situação ao nascimento, mas no de Rosa, também ela nascida em Fermentelos, no dia 13 de Novembro de 1865, a situação ficou mais clara, pois afirma-se ser “*filha adúltera, a primeira do nome, de Maria Theodora, cazada com José Ferreira dos Santos, ausente no Império do Rio de Janeiro*”³⁰

A diminuição dos valores respeitantes às viúvas pode explicar-se a partir de duas ordens de razões. Por um lado, verifica-se uma natural preferência dos

²⁹ ADVR, *Livro de Baptismos de Fermentelos*, nº 7, fol. 120v.

³⁰ ADVR, *Livro de Baptismos de Fermentelos*, nº 10, fol. 15v e 16.

homens por mulheres solteiras, não apenas por razões biológicas mas também por motivações de natureza cultural e económica. Por outro lado, há que considerar que uma maior duração dos casamentos e uma idade mais tardia no acesso ao matrimónio conduzem as mulheres ao estado de viuvez numa idade mais avançada, naturalmente menos atractiva para o homem.

É interessante seguir o percurso posterior das mulheres que deram à luz enquanto solteiras, de forma a determinar a evolução da sua condição legal e social e também a perceber em que medida o acesso ao matrimónio lhes era possível. Assim, após 1830, de 1185 mulheres solteiras que haviam sido mães, 417 (35,2%) conseguiram, mais tarde ou mais cedo, alcançar o matrimónio, 468 (39,5%) acabaram os seus dias no estado de solteiras e 300 (25,3%) seguiram destino desconhecido. No período anterior a 1830, das 755 mulheres na mesma condição 263 (34,8%) conseguiram celebrar matrimónio, 167 (22,1%) acabaram por falecer solteiras, desconhecendo-se o fim das restantes 325 (43,1%). O desconhecimento do destino de um número significativo de mulheres atribui-se ao facto de estas apenas se encontrarem no antigo concelho de forma temporária, quer fosse por questões de conveniência quer de trabalho.

No entanto, se forem consideradas apenas as mulheres naturais do antigo concelho de Eixo os valores mudam de figura. O quadro 12 fornece um retrato simples do panorama. Verifica-se, entre os dois momentos considerados, um aumento ligeiro da percentagem de mulheres solteiras que têm filhos ilegítimos, uma diminuição do número de viúvas na mesma situação e um aumento substancial de mulheres casadas envolvidas em casos de adultério e com descendência ilegítima.

Quadro 12: Estado civil das mães de filhos ilegítimos naturais do concelho

	Valores Absolutos		Valores Relativos	
	Antes de 1830	Após 1830	Antes de 1830	Após 1830
Solteiras	563	977	90,81	94,85
Viúvas	56	53	9,03	5,15
Casadas	1	21	0,16	2,04
	620	1030	100	100

Em termos de evolução da situação das mulheres solteiras com filhos ilegítimos, um realce particular vai para a melhoria da qualidade dos dados, que permitiu a identificação, em momentos posteriores, de mais de 80% dos intervenientes. Apurou-se que apenas 37,5% das mesmas conseguiram alcançar o matrimónio, valor inferior em mais de 5 pontos ao do período anterior a 1830, 44,2% permaneceram solteiras, ou seja, a maioria, e as restantes tiveram destino desconhecido. Resumindo, regista-se um aumento dos indicadores das mulheres com filhos ilegítimos que permaneceram solteiras, significando que o acesso ao matrimónio se tornava cada vez mais difícil nestas condições.

Quadro 13: Evolução da situação das mães solteiras naturais do antigo concelho

	Valores Absolutos		Valores Relativos	
	Antes de 1830	Após 1830	Antes de 1830	Após 1830
Solteiras	143	432	25,40	44,22
Casaram	240	366	42,63	37,46
Desconhecido	180	179	31,97	18,32
	563	977	100	100

As mulheres que acabavam por conseguir casar por quanto tempo permaneciam solteiras após o nascimento do último filho? Teria o número de filhos de cada uma qualquer ligação com o tempo de espera? Haveria semelhança entre a situação anterior e posterior a 1830? São estas questões que implicam uma análise mais detalhada.

De uma forma geral, antes de 1830, uma mulher solteira esperava em média cerca de 41 meses (3 anos e 5 meses) até alcançar o matrimónio. Este inter-

valo de espera é alargado, após 1830, para 51,6 meses (4 anos e pouco menos de 4 meses), ou seja, para quase mais um ano que no período anterior.

Quadro 14: Tempo médio de espera de uma mãe solteira até ao casamento

Nº de filhos por mulher	Casos observados		Intervalo Médio de espera até ao casamento (em meses)	
	Antes 1830	Após 1830	Antes 1830	Após 1830
1	118	263	36,69	51,27
2	27	43	48,74	48,77
3	11	16	73,18	63,25
4	3	7	32,33	69,86
5	1	3	24	16,33
Totais	160	332		

O quadro 14 mostra a existência de alterações relativamente importantes no tempo de espera em ambos os períodos, conforme a mulher tivesse um número maior ou menor de filhos antes do casamento. Assim, no caso de possuir apenas um filho, o tempo de espera pelo casamento aumentava cerca de um ano e três meses entre os dois períodos; se existissem dois filhos, esse intervalo era de quatro anos, sem alteração; nos restantes casos, os valores são um pouco erráticos, pois o número relativamente reduzido de casos observados não conduz a uma conclusão definitiva (mas as dificuldades em alcançar o matrimónio eram, aparentemente, maiores).

No intuito de verificar a correspondência entre os valores médios e as observações registadas ensaiou-se uma análise do caso particular das mulheres que tiveram apenas um filho ilegítimo, por ser o grupo que maior número de casos apresenta e cuja representatividade é, naturalmente, maior. Para o efeito consideraram-se os dois períodos habituais, separados pelo ano charneira de 1830, e dividiu-se o tempo de espera pelo casamento em cinco sub períodos: até seis meses, de sete meses a um ano, de um a dois anos, de dois a cinco anos e de mais de cinco anos. Os resultados obtidos ficam expressos no quadro 15.

Quadro 15: Intervalo em meses entre o nascimento do único filho ilegítimo e o casamento

		<i>Observações</i>		<i>Valores Relativos</i>	
		<i>Antes 1830</i>	<i>Após 1830</i>	<i>Antes 1830</i>	<i>Após 1830</i>
Tempo de Espera	<i>Mulheres com 1 filho ilegítimo</i>				
	<i>Até 6 meses</i>	7	47	5,93	17,87
	<i>de 6 a 12 meses</i>	28	32	23,73	12,17
	<i>de 12 a 24 meses</i>	17	39	14,41	14,83
	<i>de 24 a 60 meses</i>	30	63	25,42	23,95
	<i>Mais de 60 meses</i>	36	82	30,51	31,18

Globalmente a situação é muito semelhante em ambos os períodos: em cerca de 30% dos casos observados o casamento ocorre até um ano após o nascimento do filho, mas também pode ocorrer com um desfasamento superior a cinco anos. Genericamente a distribuição encontra-se bastante proporcionada em ambos os períodos: ligeiramente acima dos 30% quer após cinco anos quer em intervalo de tempo inferior a um ano. Os restantes casos (mais de 30%) situam-se na faixa de dois a cinco anos. Pode pois concluir-se não existir diferença substancial nas condições de acesso ao matrimónio de uma mulher que tenha tido previamente um filho, de forma considerada ilegítima. Apenas se verifica uma pequena alteração no espaço de tempo correspondente ao primeiro ano de espera: após 1830 existe uma maior preocupação em aceder rapidamente ao matrimónio, como se pode deduzir do significativo aumento dos casamentos verificados até aos seis meses, em detrimento do espaço dos 6 a 12 meses no período anterior.

Através dos valores apresentados torna-se de alguma forma possível responder às questões previamente formuladas. Existe efectivamente uma relação entre o número de filhos ilegítimos e o tempo de espera no acesso ao matrimónio, que este aumenta na proporção directa do número de filhos (mas sem grandes diferenças entre os dois períodos considerados). A maior divergência situa-se no alargamento do tempo médio de espera para 51,1 meses após 1830, contra 41 meses antes desse marco. Isto em termos globais, pois se se considerar as mulheres com apenas um filho ilegítimo verifica-se em ambos os

períodos, que cerca de 45% das mesmas conseguem aceder ao matrimónio num espaço de tempo inferior a dois anos. Daqui conclui-se facilmente que mais de 50% das mulheres com um filho ilegítimo acedem ao matrimónio antes de decorridos trinta meses após o nascimento do “*fruto do pecado*”. Pode ainda inferir-se, correndo o risco de alguma especulação, que alguns dos casos que “empurram” os intervalos de tempo para valores superiores são na realidade situações de união de facto ou de concubinato permanente, que acabariam por ser regularizadas em momento muito posterior. Já atrás ficou o exemplo de Teodora B., precisamente ilustrativo de uma situação de concubinato.

O destino dos filhos ilegítimos

Procurou-se, de uma forma muito simples e numa primeira abordagem, seguir o destino dos filhos ilegítimos nascidos nas paróquias do antigo concelho, considerando para o efeito exclusivamente o estado civil. Outros elementos, provenientes de fontes mais variadas, seriam necessários para o tratamento aprofundado e seguro desta temática, considerando sobretudo o elevado número de ilegítimos registados no século XIX, a partir de 1830.

Quadro 16: Destino dos filhos ilegítimos

Destino dos filhos ilegítimos	Valores Absolutos			
	Antes de 1830		Após 1830	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
<i>Solteiros</i>	48	85	500	593
<i>Casaram</i>	119	102	234	212
<i>Desconhecido</i>	435	376	420	350
	602	563	1154	1155
	Valores Relativos			
	Antes de 1830		Após 1830	
<i>Solteiros</i>	7,97	15,10	43,33	51,34
<i>Casaram</i>	19,77	18,12	20,28	18,35
<i>Desconhecido</i>	72,26	66,79	36,40	30,30

Com base na totalidade dos nascimentos ilegítimos ocorridos nas paróquias do antigo concelho de Eixo entre 1590 e 1910, construiu-se o quadro 17, onde foram classificados como solteiros exclusivamente aqueles de quem se conhe-

cia, para além da data de nascimento, a data de óbito, e por via desta se soube não serem casados. No segundo período, considerou-se a totalidade dos nascimentos ilegítimos, pois em muitos desses casos conhecia-se a data de óbito por averbamento feito no registo de baptismo.

No período anterior a 1830, verificam-se valores bastantes baixos para ambos os sexos, porque a pouca clareza dos dados não permite uma identificação precisa.³¹ Curiosamente, ou talvez não, os valores encontrados em ambos os períodos para os indivíduos de proveniência ilegítima que conseguiram aceder a um matrimónio representam cerca de 20% do total registado para ambos os sexos. A percentagem de solteiros no primeiro período é bastante baixa, fruto inequívoco de uma grande quantidade de sujeitos cujo destino se tornou desconhecido. No segundo momento, os valores dos óbitos dos celibatários assumem contornos significativamente elevados em ambos os sexos (43,3% e 51,3% para o sexo masculino e feminino, respectivamente), o que parece bem mais próximo da realidade, considerando que, em termos percentuais, os valores dos que tiveram um destino desconhecido se situam um pouco acima dos 30%.

Uma pesquisa mais aprofundada no sentido de determinar a origem socio-económica de cada um destes indivíduos, seguindo o seu percurso individual e familiar, permitiria construir uma ideia mais clara da verdadeira situação destes sujeitos na sociedade. Apesar de, como se disse, somente 20% acederem ao matrimónio, isto não significa que os que faleceram solteiros não levassem igualmente uma vida respeitável e considerada na sociedade onde se inseriam. Levando em conta que o celibato era bem visto e bem aceite pela sociedade, e considerado como exemplo a seguir pela Igreja, o facto de estes ilegítimos surgirem em tão grande número pode nada significar. No entanto, futuras pesquisas neste campo feitas de forma mais completa e exaustiva poderão confirmar, ou não, a ideia da marginalização destes indivíduos. Todavia à partida e de

³¹ A título de curiosidade, refira-se que na base de dados “Isolados” construída especificamente para albergar os casos de óbito cuja identificação não era possível, de um total de 3542 registos contabilizaram-se 2870 casos anteriores a 1830, que perfazem cerca de 81% do total de indivíduos não identificados, pelos motivos já largamente aduzidos.

acordo com os dados até agora recolhidos, essa ideia está aparentemente posta de lado.

O abandono de crianças

O fenómeno do abandono de crianças, tal como o tratamento de outras questões mais marginais da temática da população, implica um trabalho alargado de âmbito multidisciplinar, atendendo às suas complexas implicações nos mais variados domínios do conhecimento. Da esfera demográfica ao social, do jurídico ao político, do institucional ao económico passando pelas mentalidades e cultura, tudo conflui neste âmbito particular que é a exposição/abandono de crianças. O tratamento de que aqui será alvo versará quase exclusivamente a componente demográfica, nos seus aspectos mais objectivos. Abordam-se ainda alguns aspectos legais que permitem o seu enquadramento na sociedade e alguns aspectos de natureza sociológica e das mentalidades que se afiguram como mais característicos nesta região.

A situação legal do exposto era efectivamente um caso particular. Não podia ser contabilizado de forma imediata e directa como ilegítimo, mas afirmar a sua legitimidade era também complicado. Declarar taxativamente qualquer um dos estatutos era de elevada complexidade, uma vez que a sua filiação não era conhecida. Perante isso, o seu posicionamento perante a lei acabou por ser estabelecido de forma consensual pelos juristas, que concordaram que o estatuto de exposto se manteria apenas nos primeiros tempos de vida, enquanto fosse sustentado pela sociedade e pelas suas instituições. A partir dos sete anos de idade adquiriam o mesmo estatuto que os órfãos, com excepção da idade de emancipação, que ocorria aos 20 anos. Sendo-lhe atribuído o *grau zero* da sua genealogia (desde que não se descobrisse qualquer filiação), era considerado legítimo, com todos os direitos destes,

incluindo o direito de herdar qualquer tipo de propriedade e receber legados. A sua naturalidade era fixada como sendo a do lugar onde era encontrado.³²

O fenómeno do abandono de crianças foi pouco relevante nas freguesias do antigo concelho de Eixo. Observaram-se apenas 165 casos de exposição³³ num período de 320 anos, num total superior a 43000 nascimentos, a que corresponde uma média de 0,5 expostos/ano. Isto representa uma taxa de exposição em relação ao total dos nascimentos de apenas 3,7‰, o que à partida se revela pouco significativo. Como se tomou a data e o local de baptismo para a identificação dos expostos e não o lugar onde foram encontrados, e sendo hábito proceder ao baptismo destas crianças na matriz da freguesia, verifica-se uma “sobrecarga” de expostos referenciados a Eixo e a Requeixo, embora possam ser provenientes de outros lugares destas freguesias. No entanto, existem algumas situações notáveis, como por exemplo a de Nariz, onde não se encontrou um único caso de exposição, apesar de em 1820 já ter estatuto de freguesia independente. Outra situação semelhante foi a verificada em Oliveirinha, onde apenas se contabilizaram quatro exemplos de exposição entre 1849 e 1910. No entanto, no território desta freguesia surgiram em anos anteriores vários casos de abandono de crianças, que acabaram por ser baptizadas na respectiva sede da freguesia, ou seja, Eixo. Em Eirol, apesar de apresentar uma quantidade apreciável de anos sem qualquer registo, apenas se encontraram nove casos de expostos.

Alguns casos particulares revelam anos e mesmo décadas sem qualquer exposição e vários outros momentos em que se registou apenas uma. Na antiga freguesia de Eixo, as primeiras ocorrências são observadas nos anos vinte e trinta do século XVII.³⁴ Nas décadas de quarenta, cinquenta e sessenta do século XVII e ainda na primeira do século XX observam-se casos de apenas um

³² O estatuto dos expostos encontra-se tratado de forma mais detalhada em Isabel dos Guimarães Sá, *A circulação de crianças na Europa do Sul: o caso dos expostos do Porto no século XVIII*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1995, pág. 94 e seguintes.

³³ Nestes 165 expostos existe um caso de baptismo em adulto.

³⁴ Veja-se o quadro 18.

registo de expostos numa década. Na antiga freguesia de Requeixo³⁵ a situação apresenta lacunas ainda maiores: até 1690 não existem registos de expostos, sendo os números posteriores a esta década pouco significativos – em todo o século XIX e primeira década do XX, contabilizam-se apenas quatro exposições em quatro décadas. Na isolada freguesia de Eirol, o somatório dos expostos registados para a totalidade do período de observação ficou-se pelos 9 casos.³⁶

Quadro 17: Baptismos, ilegítimos e expostos na antiga freguesia de Eixo (por décadas)

	Baptismos	Ilegítimos	% de filhos ilegítimos	Expostos			% de Expostos
	Total	Total		M	F	Total	
1590-1599	208	10	4,8	0	1	1	0,5
1600-1609	284	12	4,2	1	1	2	0,7
1610-1619	259	9	3,5	1	0	1	0,4
1620-1629	78	7	9,0	0	0	0	0,0
1630-1639	161	7	4,3	0	0	0	0,0
1640-1649	125	1	0,8	1	0	1	0,8
1650-1659	316	7	2,2	1	0	1	0,3
1660-1669	608	11	1,8	0	1	1	0,2
1670-1679	723	14	1,9	0	1	1	0,1
1680-1689	656	25	3,8	1	1	2	0,3
1690-1699	726	11	1,5	4	5	9	1,2
1700-1709	706	19	2,7	4	3	7	1,0
1710-1719	654	18	2,8	8	1	9	1,4
1720-1729	631	41	6,5	5	4	9	1,4
1730-1739	743	50	6,7	3	6	9	1,2
1740-1749	639	28	4,4	2	1	3	0,5
1750-1759	683	30	4,4	6	7	13	1,9
1760-1769	691	46	6,7	3	6	9	1,3
1770-1779	711	43	6,0	3	1	4	0,6
1780-1789	771	45	5,8	10	2	12	1,6
1790-1799	799	54	6,8	1	5	6	0,8
1800-1809	737	47	6,4	0	1	1	0,1
1810-1819	790	33	4,2	1	2	3	0,4
1820-1829	863	59	6,8	3	4	7	0,8
1830-1839	842	93	11,0	3	0	3	0,4
1840-1849	891	148	16,6	1	1	2	0,2
1850-1859	825	150	18,2	1	0	1	0,1
1860-1869	862	143	16,6	2	1	3	0,3
1870-1879	999	191	19,1	0	2	2	0,2
1880-1889	1017	162	15,9	0	1	1	0,1
1890-1899	1025	159	15,5	3	0	3	0,3
1900-1910	1156	166	14,4	0	1	1	0,1
Totais	21179	1839	8,7	68	59	127	0,6

³⁵ Ver o quadro 19.

³⁶ Veja-se o anexo 6 a este capítulo.

Quadro 18: Baptismos, ilegítimos e expostos na antiga freguesia de Requeixo (por décadas)

	Baptismos		% de filhos ilegítimos	Expostos			% de Expostos
	Total	Ilegítimos		M	F	Total	
1690-1699	563	14	2,5	0	2	2	0,4
1700-1709	680	15	2,2	1	1	2	0,3
1710-1719	741	24	3,2	3	3	6	0,8
1720-1729	716	20	2,8	3	0	3	0,4
1730-1739	860	22	2,6	1	5	6	0,7
1740-1749	796	25	3,1	0	0	0	0,0
1750-1759	890	27	3,0	0	1	1	0,1
1760-1769	874	26	3,0	0	2	2	0,2
1770-1779	956	40	4,2	1	0	1	0,1
1780-1789	954	36	3,8	1	1	2	0,2
1790-1799	988	43	4,4	0	0	0	0,0
1800-1809	981	46	4,7	0	1	1	0,1
1810-1819	800	57	7,1	0	1	1	0,1
1820-1829	886	60	6,8	0	0	0	0,0
1830-1839	870	89	10,2	0	0	0	0,0
1840-1849	850	113	13,3	0	0	0	0,0
1850-1859	799	108	13,5	1	0	1	0,1
1860-1869	910	141	15,5	0	0	0	0,0
1870-1879	1002	139	13,9	0	0	0	0,0
1880-1889	1027	98	9,5	1	0	1	0,1
1890-1899	1148	112	9,8	0	0	0	0,0
1900-1910	1407	126	9,0	0	0	0	0,0
Totais	20798	1402	6,7	12	17	29	0,1

As décadas com valores mais elevados, considerando neste caso a totalidade do antigo concelho de Eixo, situam-se entre 1690 e 1790, embora sem uma intensidade constante, como se pode ver pelo quadro 20. O valor máximo encontrado representa apenas 1,1% do total de nascimentos ocorridos na respectiva década, no caso vertente na de 1710-1719. Globalmente, a percentagem de expostos por década não alcança sequer o peso de 1% em relação ao total dos nascimentos. Também não se verifica uma exposição de cariz selectivo, uma vez que existe um equilíbrio muito acentuado entre ambos os sexos – um total de 84 expostos do sexo masculino e 81 do sexo feminino, em todo o período.

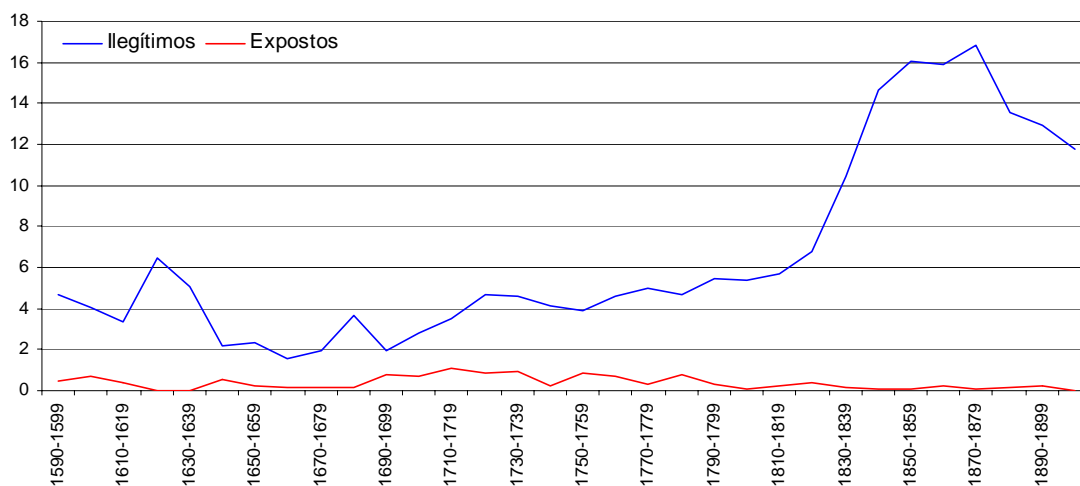
Quadro 19: Baptismos, ilegítimos e expostos no antigo concelho de Eixo (por décadas)

	Baptismos	Ilegítimos	% de filhos ilegítimos	Expostos			% de Expostos
	Total	Total		M	F	Total	
1590-1599	213	10	4,7	0	1	1	0,5
1600-1609	296	12	4,1	1	1	2	0,7
1610-1619	269	9	3,3	1	0	1	0,4
1620-1629	123	8	6,5	0	0	0	0,0
1630-1639	218	11	5,0	0	0	0	0,0
1640-1649	186	4	2,2	1	0	1	0,5
1650-1659	425	10	2,4	1	0	1	0,2
1660-1669	821	13	1,6	0	1	1	0,1
1670-1679	1230	24	2,0	0	2	2	0,2
1680-1689	1207	44	3,6	1	1	2	0,2
1690-1699	1374	27	2,0	4	7	11	0,8
1700-1709	1468	41	2,8	5	5	10	0,7
1710-1719	1456	51	3,5	12	4	16	1,1
1720-1729	1404	66	4,7	8	4	12	0,9
1730-1739	1663	77	4,6	4	11	15	0,9
1740-1749	1481	61	4,1	2	2	4	0,3
1750-1759	1631	63	3,9	6	8	14	0,9
1760-1769	1579	72	4,6	3	8	11	0,7
1770-1779	1667	83	5,0	4	1	5	0,3
1780-1789	1725	81	4,7	11	3	14	0,8
1790-1799	1787	97	5,4	1	5	6	0,3
1800-1809	1718	93	5,4	0	2	2	0,1
1810-1819	1590	90	5,7	1	3	4	0,3
1820-1829	1761	119	6,8	3	4	7	0,4
1830-1839	1816	189	10,4	3	0	3	0,2
1840-1849	1869	274	14,7	1	1	2	0,1
1850-1859	1714	275	16,0	2	0	2	0,1
1860-1869	1840	292	15,9	2	2	4	0,2
1870-1879	2082	350	16,8	0	2	2	0,1
1880-1889	2126	288	13,5	2	1	3	0,1
1890-1899	2264	292	12,9	5	1	6	0,3
1900-1910	2715	320	11,8	0	1	1	0,0
Totais	43718	3446	7,9	84	81	165	0,4

Não deixa de ser interessante observar a evolução das curvas percentuais de ilegítimos e expostos em todo o período e procurar estabelecer algumas relações entre ambas. Por intermédio do gráfico 6 é possível apreciar o carácter quase residual do abandono de crianças, que se apresenta em cotejo com a curva da ilegitimidade. No entanto, podem estabelecer-se algumas ligações entre ambas as linhas. Assim, quando a partir de meados do século XVIII os valores da ilegitimidade se perfilam no sentido do crescimento, o fenómeno da exposição de crianças mostra sinais evidentes de regredir; e logo no início do século XIX, quando o aumento da ilegitimidade assume características

marcadamente expansionistas, a curva dos expostos fica reduzida a valores quase simbólicos, não voltando a ter qualquer pico de evidência.

Gráfico 6: Ilegítimos e expostos comparados (%)



Parece ser possível estabelecer um padrão de correlação inversa entre as duas séries de dados em todo o período (-0,46142), acentuando-se ainda mais a partir de 1760 e até ao final da série (-0,6358). Por outras palavras, existe a tendência para uma diminuição dos valores da exposição de crianças sempre que os referentes à ilegitimidade aumentam. Não sendo uma formulação taxativa é, sem dúvida, uma aproximação bastante grande à realidade observada.

Abandonar uma criança era uma solução dos progenitores para uma situação que no momento se revelava incomportável, nomeadamente a incapacidade económica para sustentar mais uma boca. Podia ainda constituir uma tentativa de responsabilizar alguém pelo resultado de amores proibidos.³⁷ Esse acto deixa sobretudo transparecer, na maior parte dos casos, um cuidado especial

³⁷ São várias as teorias já avançadas para a compreensão do fenómeno do abandono de crianças. Ficam aqui algumas: alternativa ao infanticídio (Elizabeth Badinter, Jean-Louis Flandrin, François Lebrun), “contracepção dos pobres” (Jean-Pierre Bardet), “falso abandono” (Volker Hunecke), protecção da honra feminina (David Kertzer) ou ainda a “redistribuição de crianças” (Louise Tilly, James Boswell). Estas e outras teorias, assim como a sua refutação, fazem parte de uma grande síntese e podem ser vistas com maior detalhe em Isabel dos Guimarães Sá, *A circulação de crianças na Europa do Sul...*, op. cit. pp. 12-22.

para com a criança, sendo esta abandonada em local onde pudesse facilmente ser encontrada por passantes ou residentes. Acrescentava-se, ainda, uma secreta esperança de recuperação posterior, como demonstram algumas notas deixadas com as crianças e que à frente se fará menção.

A escolha do local de abandono era, na maior parte dos casos, premeditada e existiam bastantes por onde escolher. O preferido era a porta de uma casa particular, logo seguido pela porta de Igrejas, ermidas ou capelas. Não são muitos os casos de abandono na via pública, e quando acontece é na certeza de serem rapidamente encontrados, escolhendo-se para isso ruas movimentadas, praças, cruzamentos ou cruzeiros. É o que se pode ver a partir do quadro 21, referente aos lugares de abandono de crianças no espaço do antigo concelho de Eixo.

Quadro 20: Locais de abandono de crianças no antigo concelho de Eixo

Encontrados em ...		Nº
Adro, porta de igreja ou ermida		21
Rua, praça, etc....		9
Apresentado a baptismo		5
Porta de casa particular		42
Indicação Vaga	Eirol	1
	Oliveirinha	16
	Nariz	2
	Eixo	5
Roda de Eixo		10
Roda de Aveiro		1
Não indicado		53
Total		165

Por este quadro é também claramente visível que um significativo número de indivíduos não apresenta indicação do lugar de abandono, sendo certo que muitas vezes se tratava de despreocupação do redactor dos registos de baptismo, que se limitava a indicar o nome da localidade onde tinha sido encontrado (em Oliveirinha, Nariz, etc.), e por vezes nem isso.³⁸

³⁸ A alínea do quadro 21 com o título de “Não Indicado” refere-se a situações em que não existe qualquer indicação da proveniência da criança, mas também àqueles casos em que o redactor indica apenas a naturalidade de quem a encontrou.

O local de abandono não era, como se disse, escolhido ao acaso, nem a criança abandonada de qualquer forma. Abandonar a criança à porta de alguém podia ter significados muito diversos. Uma análise à base de dados permite alguns esclarecimentos, pois existem pessoas que se vêm “contempladas” com mais de uma criança. Um caso refere que, a 21 de Dezembro de 1780, aparece à porta de Manuel Dinis, da rua dos Melões, em Oliveirinha, uma criança do sexo masculino e sem qualquer identificação. Já anteriormente, em 5 de Janeiro 1775, o mesmo tinha sido contemplado com outra criança, dessa vez do sexo feminino. Este caso apresenta algumas coincidências importantes, que podem ajudar a perceber a escolha dos abandonos à porta de alguém. Aquando do abandono de 1775, a mulher de Manuel Dinis, Ana Maria Ferreira, tinha sido mãe havia pouco mais de um mês; no segundo abandono, em 1780, estava mais uma vez grávida, e o nascimento do novo filho ocorreria no ano seguinte. Uma rápida consulta à base de dados referente às propriedades permitiu constatar que esse Manuel Dinis era um proprietário razoavelmente abastado e portanto com meios económicos para sustentar mais uma criança. A partir deste caso é possível inferir algumas suspeições quanto à escolha do local do abandono: eram escolhidas famílias com posses, em que a mulher tivesse condições para amamentar a criança.

Indicam-se outros casos em que o interesse económico se destacava: a 14 de Fevereiro de 1780 é abandonado à porta de casa de Apolinário Nunes de Figueiredo, antigo contratador das rendas do almoxarifado de Eixo e capitão-mor das ordenanças da vila, uma criança do sexo masculino; a 25 de Abril de 1759, outro abastado proprietário, Manuel Marques Janeiro, de Eixo, encontrou à porta de sua casa uma criança; a 16 de Novembro de 1780, este volta a ser contemplado com outra criança. Um novo caso, este já no final do século XIX, refere que, a 25 de Agosto de 1894, Ana Vitória, viúva, proprietária e comerciante do lugar da Ponte da Rata, em Eirol, encontrou à porta de casa uma criança do sexo masculino; a ocorrência repete-se a 11 de Abril de 1897, desta vez com uma do sexo oposto. Poder-se-ia continuar a apresentar exemplos de situações deste género, pois a existência de uma base de dados demográfica e outra de proprietários, a ela ligada, facultam e simplificam a tarefa.

Ainda em matéria de abandono de crianças, um segundo aspecto a destacar é o facto de neste acto se tomarem determinados cuidados, não apenas para garantir o anonimato de quem expunha, mas também para procurar salvaguardar as possibilidades de sobrevivência dos expostos até serem encontrados. Os exemplos destes cuidados prévios são abundantes. Apenas se encontrou uma criança com sinais evidentes de ter sido abandonada à pressa, e isso aconteceu a Rita, exposta em Fermentelos a 11 de Maio de 1812, em cima do cruzeiro, referindo o pároco que ainda se encontrava ensanguentada (sem mais pormenores). Na generalidade, porém, o que acontecia era o contrário. Com maior ou menor aconchego, procurava-se dar algum conforto às crianças que se abandonavam. No dia 24 de Março de 1777, Manuel foi abandonado à porta da igreja paroquial de S. Paio de Requeixo, onde foi encontrado por Francisca de Oliveira, viúva de José António de Oliveira, do mesmo lugar. Dizia o redactor do registo de baptismo que

*“pelo que nos mostrava parecia ser nascido na madrugada do dia referido vinha envolto em huma comezinha nova bastantemente molhada com mel como tão bem envolvido em hum pedaço de terciãna amarella e outra preta tudo velho, e enfaixado com uma gravata branca já usada, tudo dentro de hum açafate de verga branca e juntamente hum pires com mel, e trazia hum bilhete com duas palavras, que dizia [vai baptizado] cuja letra se não conheceo, e por isso, foi baptizado solenemente subconditione...”*³⁹

Parece que, ao abandonar uma criança, além de se deixar alguma roupa e a cédula (se existisse), havia o hábito de colocar uma chuchadeira embebida em mel, como aconteceu a João, exposto no campo de Eixo, a 28 em Junho de 1783, e encontrado com *huma torcida de mel na boca*⁴⁰, ou a Tibúrcio, abandonado em Novembro de 1787, na Roda de Eixo,⁴¹ com *as mãos sujas de mel*.⁴² A função do mel, colocado à disposição das crianças por meio dos mais variados artifícios, seria, ao que tudo indica, não só para evitar o choro da criança,

³⁹ ADAVR, *Livro de Baptismos de Requeixo*, n.º 11, fol. 76.

⁴⁰ ADAVR, *Livro de Baptismos de Eixo*, n.º 5, fol. 29vº.

⁴¹ Utiliza-se o termo Roda com maiúsculas para distinguir a instituição da Roda dos Expostos do instrumento (roda) que lhe deu o nome.

⁴² ADAVR, *Livro de Baptismos de Eixo*, n.º 5, fol. 97 e 97vº.

como para fornecer ao recém-nascido algum alimento que lhe permitisse resistir até ser encontrado.

Um terceiro aspecto que convém referir foi a indicação, por via dos registos paroquiais, da existência de uma Roda de expostos em Eixo, pelo menos entre 1784 e 1826 (uma vez que na diversa documentação compulsada não se encontrou qualquer outra referência, e poucas possibilidades haverá de isso acontecer dado a documentação da Câmara de Eixo, em particular referente a este período, ter desaparecido ou sido destruída). As referências à Roda de Eixo correspondem apenas a 10 registos de baptismo de expostos. Possivelmente teriam sido nela acolhidas mais crianças e será quase certo que algumas daquelas cujo lugar de achamento não foi indicado seriam daí provenientes.

A função de recolha de expostos, existente há alguns séculos, estava a cargo das Misericórdias, através dos seus hospitais de expostos e dos conventos, e conheceu uma forte expansão a partir da ordem-circular do Intendente Geral de Polícia, Diogo Inácio de Pina Manique, dirigida aos provedores de todas as comarcas do Reino, datada de 10 de Maio de 1783. Nela se recomendava aos provedores das várias comarcas que se *“estabelecerá huma casa em que haja hum lugar onde se possam expor as creanças sem que se conheça quem as leva (...)”* e onde *“elles sejam expostos e creados á custa das comarcas, e dos Povos que lhes derão o ser”*.⁴³ Adiante, a mesma ordem-circular recomendava ainda *“...para que se haja de praticar esta deligencia em todo o Reino ao mesmo tempo (criação de Rodas em todas as cidades e vilas do Reino), vossa M^{ce} a executara pelo que respeita a sua comarca no termo de dois mezez, fazendo registrar esta ordem em todas as cameras della.”*⁴⁴

A ordem foi prontamente executada em Eixo, pois o primeiro registo referindo a sua existência surge a 30 de Março de 1784 e diz respeito a um indivíduo de sexo masculino, de nome José, que vinha acompanhado de uma cédula. Em

⁴³ Citado por Teodoro Afonso da Fonte, *O abandono de crianças em Ponte de Lima...*, op. cit., pág. 45.

⁴⁴ Idem, pág. 45.

1826 surge a última referência explícita a três indivíduos (dois do sexo masculino de nome João e José, e um do feminino, de nome Águeda), cujo baptismo ocorreu a 10 de Setembro do dito ano, oito dias depois da sua entrada na Roda. Após esta data, as referências a expostos na Roda de Eixo desaparecem e fica-se sem saber se terá terminado nessa altura ou prosseguido, sem deixar qualquer rasto. É de crer que tenha continuado, uma vez que nos livros de Actas da Câmara da vila, existentes a partir de 1836, se encontram referências ao pagamento de subvenções de amas e à atribuição de subsídios para aquisição de roupas para os expostos a cargo, como se pode constatar pelo registo que ficou lavrado na acta da sessão de Câmara referente de 24 de Setembro de 1836:

“Nesta apareceu João Diniz do lugar da Oliveirinha e disse que na noite de 22 para 23 do corrente por hua hora pouco mais ou menos achara exposta a porta de sua casa hua criança, menino macho deitado n’hum sesto e dentro deste tão bem 210 reis em dinheiro e duas camisas uzadas hua no corpo e outra fora do corpo; que não vira pessoa alguma nem tem noticia alguma de quem sejam os pais nem signal algum encontram de que a mesma criança esteja baptizada, e com esta participação apresentarão a mesma criança para que a Camara proveja sobre a sua criação. Mandarão e acordarão que se entregue a mesma criança a Anna solteira, filha da Perpétua para como ama a criar, ficando obrigada a imediatamente dar parte ao Reverendo Parocho desta freguezia, para a baptizar e por os Santos Oleos entregando se lhe tão bem os 210 reis e as duas camisas, ficando a dita criadeira vencendo o ordenado do costume que todos os meses lhe será pago por esta municipalidade. Logo foi a entrega de tudo a dita Perpétua que a recebeo em nome de sua filha. Acordarão mais que em atenção a pobreza da criadeira e que tão bem sem os mesmos meios está criando um filho seu lhe arbitrarão 1440 reis presente mez.”⁴⁵

Outras indicações interessantes referem-se a bilhetes encontrados juntamente com os expostos, que deixam transparecer algum cuidado com o abandono das crianças ou o interesse de, mais tarde, as recuperar. Conscientes dessa intenção, os redactores dos registos paroquiais deixavam expressa no assento de baptismo uma descrição clara de todos os elementos que acompanhavam a

⁴⁵ Actas das Sessões da Câmara de Eixo, Sessão de 24 de Setembro de 1836; Arquivo Histórico Municipal de Aveiro, nº 38.

criança e que possibilitariam uma posterior identificação da mesma. Num desses assentos escreveu o redactor:

*“Apareceu na roda a noite passada, pela onze horas; trazia dois cueiros de durante azul e umas camisas. Trazia um bilhete dizendo: «Esta criança ainda não foi baptizada e se ela for fêmea que se chame Clara Maria de Jesus, se for macho, se chame Ricardo Rodrigues de Vasconcelos, para a seu tempo se procurar e juntamente para o mais que formos tenças que por não fazer conta não declaro a presente carta.”*⁴⁶

Era menina e foi baptizada a 2 de Agosto de 1790 com o nome desejado. Outro caso também surgiu na roda de Eixo a 22 de Junho de 1788, tendo o redactor transcrito para o registo de baptismo o bilhete que o acompanhava:

*“Este menino vai por baptizar e guardem os fatos que leva, que a seu tempo se há-de procurar, e pagar o gasto que tem feito». Os fatos que trazia são duas camisas, hum cueiro de baeta amarela, huma saita de baeta preta já velha, huma faixa de baeta azul clara debruada de fita branca, hum cueiro de cetim já velho, huma e outra fraldas de linho.”*⁴⁷

Pelo que foi dado observar dos dados recolhidos torna-se difícil confirmar a existência de qualquer relação entre a diminuição da quantidade de expostos e o aumento da ilegitimidade verificado a partir de 1830. Apesar da correlação das duas séries apontar para uma relação inversa, o peso dos expostos no cômputo global do antigo concelho é bastante diminuto, ao contrário daquilo que acontece com os ilegítimos, nomeadamente a partir da referida data. Mesmo antes disso o quantitativo de expostos em termos percentuais e absolutos era bastante baixo. O último grande pico de expostos tinha ocorrido na década de 1780-89, com um valor de 1,1% em relação ao total de nascimentos. Definitivamente afastada está a possibilidade do aumento da ilegitimidade se encontrar relacionado com a extinção da Roda, ocorrida em finais da década de sessenta do século XIX. Isto porque a quantidade de expostos já há várias décadas tinha diminuído de forma substancial e o movimento de ilegítimos tinha tomado o carácter de uma quase “epidemia”, não apenas no antigo concelho de Eixo mas também em outras freguesias do distrito de Aveiro

⁴⁶ ADAVR, *Livro de Baptismos de Eixo*, nº 5, fol. 152 vº.

⁴⁷ ADAVR, *Livro de Baptismos de Eixo*, nº 5, fol. 109.

(embora em espaços temporais ligeiramente diferenciados). O fenómeno incremental da ilegitimidade será assim apenas explicável a partir a existência de um movimento migratório bastante acentuado e recorrendo a outros indicadores a respeito da própria ilegitimidade, conforme ficou exposto.

Capítulo IX – A mortalidade

A mortalidade nos diferentes grupos etários	436
A mortalidade infantil	442
A mortalidade entre 1 e 4 anos	448
A mortalidade dos 5 aos 9 anos	450
A mortalidade dos 10 aos 14 anos	451
A mortalidade adulta e a esperança de vida	452
As crises de mortalidade.....	473
O período 1590-1672.....	477
1598-1601.....	477
A década de 1660.....	481
O período de 1673-1760.....	482
1684-1687.....	483
Os primeiros quarenta anos do século XVIII.....	485
1747-1750.....	490
1757-1760.....	493
O período de 1760-1820.....	494
1760-1798.....	496
1800-1803.....	499
1809-1812.....	500
O período 1816-1850.....	503
1833-1835.....	504
O período 1850-1904.....	509
1855-1857.....	509
1884-1885.....	512
As crises de mortalidade dos menores de 7 anos.....	518
As crises de mortalidade no conjunto da população (1855-1904)	523

A abordagem desta variável da Demografia, em particular da do Antigo Regime, é complexa e problemática, sobretudo em Portugal. Isto porque os resultados já conhecidos, fruto dos vários trabalhos de pesquisa realizados com base nos registos paroquiais e incidindo especialmente no noroeste do território continental, apontam para valores significativamente diferentes daqueles que foram encontrados noutras regiões de Portugal,¹ na vizinha Espanha e no resto da Europa, sendo por isso vistos com alguma suspeição e desconfiança. Para além deste aspecto, a problemática da mortalidade alarga-se a outras questões não menos importantes, que se apresentam de forma sucinta: o papel da mortalidade como mecanismo regulador das populações do passado, o conceito de mortalidade “normal” e, por extensão, o de crises demográficas e respectiva definição, medição e classificação.

Para muitos estudiosos, a mortalidade revela-se como o elemento-chave para a compreensão da demografia do Antigo Regime, sendo mesmo encarada como mecanismo *auto-regulador* das populações europeias² – nesta perspectiva encontram-se, por exemplo, Goubert, Lebrun, Livi-Bacci, Flinn. No entanto, outros autores e outras ideias fazem escola neste domínio. Refiram-se os casos de Hajnal³ e Pérez Moreda,⁴ que realçam a importância da nupcialidade, ou de Dupaquier,⁵ que atribui à nupcialidade papel preponderante como elemento condicionador da demografia do Antigo Regime e, em simultâneo, valoriza o significado das condições socio-económicas. Considerem-se, ainda, os

¹ Para outras regiões nacionais, em particular as do sul do país, veja-se entre outros: Emília Salvado Borges, *Crises de mortalidade no Alentejo interior. Cuba (1586-1799)*, Edições Colibri, Lisboa, 1966; Teresa Rodrigues, *Crises de mortalidade em Lisboa*, Livros Horizonte, Lisboa, 1990; Maria João Guardado Moreira, *Vida e morte no concelho de Idanha-a-Nova. Estudo de Demografia Histórica – século XVIII*, Livros Horizonte, Lisboa, 1994.

² Cf. Alain Bideau, “Mecanismos Auto-Reguladores de Populações Tradicionais”, in Maria Luiza Marcílio, *População e Sociedade...*, op. cit., pág. 47 e seguintes.

³ J. Hajnal, “European Marriage Patterns in Perspective”, in *Population in History*, Londres, 1965.

⁴ Vicente Pérez Moreda, *Las crisis de Mortalidad en la España Interior ...*, op. cit.

⁵ Jacques Dupâquier, *La Population Rurale du Bassin Parisien à l'èpoque de Louis XIV*, Paris, 1979.

casos de Alfred Perrenoud⁶ ou Emmanuel Le Roy Ladurie,⁷ que apontam os factores de natureza biológica e climática como reguladores da população do Antigo Regime e influenciadores dos comportamentos demográficos.

Independentemente do papel que se atribua à mortalidade, ela é, sem dúvida, um elemento importante a ter em conta no estudo de uma população, em particular quando este se desenvolve ao nível de uma paróquia. Não se pretende resolver a pertinente questão do papel da mortalidade, mas somente deixar uma pequena contribuição para o seu dimensionamento. Tomando à letra a opinião de Pérez Moreda, para quem “*só as monografias paroquiais ou de grupos de paróquias permitem lançar luz sobre a questão*”,⁸ abordar-se-á a mortalidade no antigo concelho de Eixo não apenas no seu conjunto mas também nas várias freguesias que o compunham.

A mortalidade nos diferentes grupos etários

Face às dificuldades em conseguir dados precisos sobre a mortalidade nos grupos etários mais baixos e nos adultos, procurou-se de forma mais sistemática seguir os percursos de vida da população existente nas várias freguesias do antigo concelho de Eixo, recorrendo a fontes que pudessem fornecer outras informações, para além das constantes nos registos de óbito. Sendo assim, utilizaram-se os averbamentos aos registos de nascimento e casamento efectuados pelo registo civil, assim como os róis de confessados disponíveis.

Estas duas fontes apresentam também limitações em termos informativos, embora por razões distintas. No primeiro caso, nem sempre foi prática corrente nos registos civis a colocação dos averbamentos, o que origina algumas dificuldades. Por um lado os averbamentos ficavam muitas vezes dependentes da disponibilidade dos funcionários, estando esta dependente da quantidade de

⁶ Alfred Perrenoud, “Atténuation des Crises et Déclin de la Mortalité”, in *Annales de Démographie Historique 1989*, Paris, 1989.

⁷ Emmanuel Le Roy Ladurie, *Histoire du Climat Depuis l’an Mil*, Paris, 1983.

⁸ Vicente Pérez Moreda, *Las crisis de Mortalidad en la España Interior ...*, op. cit., pág. 330.

trabalho a realizar nas tarefas habituais. Exemplo desta situação é o facto de durante as duas primeiras décadas de existência do Registo Civil (1910-1930) serem muito poucos os averbamentos efectuados, pelo menos a fazer fé no que se observa no Registo Civil de Aveiro. Uma segunda dificuldade surge em resultado de um razoável número de verbetes de averbamento não terem sido alvo de pesquisa nem os respectivos averbamentos lançados no local competente, muitas das vezes em resultado de dados incompletos (em particular no caso dos óbitos de indivíduos ocorridos no exterior do concelho a que pertencia o registo civil, ou no estrangeiro). Nesta última situação, o óbito procedia com indicações muito vagas, em especial em casos de pessoas falecidas com mais idade.

No caso da segunda fonte referida, os róis de confessados, as dificuldades encontradas prendem-se sobretudo com a identificação de indivíduos solteiros, particularmente mulheres, que viviam sozinhos. Na maior parte dos casos, essas dificuldades decorrem da não utilização do nome de família ou apelido e, conseqüentemente, da grande frequência com que se verifica a ocorrência de homónimos. Para além deste problema, acresce o facto de nem todas as freguesias terem disponíveis róis de confessados, mesmo para anos posteriores aos limites de observação.

Em qualquer dos dois casos o procedimento foi simples. Nos averbamentos do registo civil aproveitou-se toda a informação disponível para o preenchimento da ficha do indivíduo e, no caso de a informação ser incompleta (o que ocorre com alguma frequência), recolheu-se a informação remanescente. A título de exemplo, ao surgir no averbamento a indicação de que o indivíduo *x* ficara viúvo de *fulana* na data “*dd-mm-aaaa*”, aproveitou-se essa data para retirar duas ilações: que na referida data o sujeito em causa se encontrava vivo e que houvera casado antes, em data indeterminada. No caso dos róis de confessados, o processo foi em tudo semelhante. Considerando o rol referido ao ano de 1919, e estando o individuo em causa nele perfeitamente identificado e referenciado, sabendo-se à partida que os róis eram elaborados por determinação

da própria Igreja Católica o mais tardar até ao início da Quaresma,⁹ a presença do seu nome nesse documento significa à partida que estaria vivo no início do referido ano. Essa informação foi também lançada na ficha individual, fornecendo desta forma a indicação de que o sujeito não teria falecido em momento anterior.

Com este procedimento de recolha de informação (incompleto por não se terem explorado possíveis fontes análogas como os passaportes, recenseamentos militares ou eleitorais, e pela inexistência de outras), foi possível recolher uma quantidade significativa de elementos que trouxeram uma representatividade e fiabilidade ainda maior aos dados recolhidos a partir de 1850, momento a partir do qual se reconhece uma melhoria significativa dos dados contidos nos registos paroquiais. Os resultados ficam expressos nos quadros que se seguem, referentes às várias freguesias que constituíam o antigo concelho de Eixo.

É visível, no quadro 1, o resultado do emprego dos dados constantes dos averbamentos efectuados aos registos de baptismo/nascimentos, nomeadamente a significativa diminuição da percentagem de indivíduos cujo destino é desconhecido. Por outro lado, evidencia-se a melhoria de qualidade dos assentos de baptismo a partir da década de sessenta do século XIX, quer em termos de identificação dos óbitos, quer do próprio seguimento do percurso de vida dos indivíduos.

Quadro 1: Naturais da freguesia de Eixo com destino conhecido ou não

<i>Eixo</i>	<i>Nascimentos</i>	<i>Destino desconhecido</i>	<i>Falecidos</i>	<i>Com informação</i>	<i>% com destino desconhecido</i>
1850-1859	376	138	224	14	36,70
1860-1869	374	71	297	6	18,98
1870-1879	411	64	343	4	15,57
1880-1889	467	30	435	2	6,42
1890-1899	476	30	446	0	6,30
1900-1909	451	38	413	0	8,43

⁹ Veja-se o capítulo referente às fontes onde se tratou mais em pormenor o processo de realização e a qualidade deste tipo de fontes demográficas.

No segundo quadro, respeitante à freguesia de Oliveirinha (em 1850 já completamente independente de Eixo), a qualidade dos registos era ainda melhor e o emprego de alguns livros de róis de confessados existentes (uma série completa de 1893 a 1928) permitiu que os indicadores relativos aos indivíduos com destino desconhecido assumissem a forma de valores quase residuais.

Quadro 2: Naturais da freguesia de Oliveirinha com destino conhecido ou não

<i>Oliveirinha</i>	<i>Nascimentos</i>	<i>Destino desconhecido</i>	<i>Falecidos</i>	<i>Com informação</i>	<i>% com destino desconhecido</i>
1850-1859	433	101	310	22	23,33
1860-1869	482	84	377	21	17,43
1870-1879	574	61	507	6	10,63
1880-1889	545	20	524	1	3,67
1890-1899	553	21	532	0	3,80
1900-1909	590	11	579	0	1,86

O quadro 3, referente a Requeixo, reflecte em boa medida a limitação produzida pela ausência de livros de róis de confessados e ainda, paradoxalmente, a profusão de homónimos e a pouca variedade de apelidos, que dificultaram a identificação cabal dos sujeitos em causa, não só no período de 1850 a 1910, como em momentos anteriores.

Quadro 3: Naturais da freguesia de Requeixo com destino conhecido ou não

<i>Requeixo</i>	<i>Nascimentos</i>	<i>Destino desconhecido</i>	<i>Falecidos</i>	<i>Com informação</i>	<i>% com destino desconhecido</i>
1850-1859	425	121	285	19	28,47
1860-1869	494	81	374	39	16,40
1870-1879	477	68	376	33	14,26
1880-1889	490	64	404	22	13,06
1890-1899	494	83	402	9	16,80
1900-1909	560	117	425	18	20,89

Na pequena freguesia de Nariz os resultados não são tão evidentes, por três ordens de razões: a qualidade dos registos paroquiais deixa bastante a desejar em termos de informação precisa, nomeadamente sobre os óbitos; não se encontrou qualquer rol de confessados; existia uma extrema mobilidade da população com a vizinha freguesia da Palhaça, do actual concelho de Oliveira do Bairro. É por isso possível que muitos naturais de Nariz fizessem parte

significativa do seu percurso de vida na Palhaça, freguesia cujos registos não se exploraram.

Quadro 4: Naturais da freguesia de Nariz com destino conhecido ou não

Nariz	<i>Nascimentos</i>	<i>Destino desconhecido</i>	<i>Falecidos</i>	<i>Com informação</i>	<i>% com destino desconhecido</i>
1850-1859	146	56	74	16	38,36
1860-1869	185	29	143	13	15,68
1870-1879	223	34	179	10	15,25
1880-1889	210	45	154	11	21,43
1890-1899	249	36	210	3	14,46
1900-1909	285	46	232	7	16,14

Os valores referentes à freguesia de Fermentelos são bastante superiores, quer em termos de quantidade quer de qualidade de informação. Para além dos registos de baptismo/nascimento, casamento e óbito serem muito precisos, acresce ainda a vantagem de existirem róis de confessados em alguma quantidade e de grande qualidade, o que facilitou a identificação da maior parte dos indivíduos presentes. O primeiro rol disponível refere-se ao ano de 1868 e a identificação dos indivíduos nele constantes permitiu uma redução significativa da quantidade de sujeitos com destino desconhecido. Esse facto fez com que a freguesia apresentasse os valores percentuais mais baixos para os indivíduos nascidos nas décadas anteriores. Com róis para os anos de 1878, 1881 e 1921 (este último com a indicação das datas de nascimento, casamento e de alguns óbitos dos fregueses), foi possível identificar o percurso de quase todos os indivíduos da freguesia. Pena é que alguns róis de confessados, que se sabe existirem desde 1792, estejam em parte incerta, na posse de particulares, aos quais, naturalmente, não se teve acesso.

Quadro 5: Naturais da freguesia de Fermentelos com destino conhecido ou não

Fermentelos	<i>Nascimentos</i>	<i>Destino desconhecido</i>	<i>Falecidos</i>	<i>Com informação</i>	<i>% com destino desconhecido</i>
1850-1859	232	9	223	0	3,88
1860-1869	230	1	228	1	0,43
1870-1879	306	4	302	0	1,31
1880-1889	329	14	314	1	4,26
1890-1899	404	21	383	0	5,20
1900-1909	433	14	419	0	3,23

O quadro 6, referente à mais diminuta e problemática freguesia do antigo concelho de Eixo – Eiol, para a qual apenas se possuem dois róis de confessados (já bastante tardios - 1928 e 1932), revela as dificuldades do trabalho numa freguesia de pequenas dimensões. Em termos absolutos, os números daqueles de que se desconhece o percurso de vida são diminutos, mas essa pequenez acaba por se revelar significativa quando levada à sua verdadeira dimensão. Mesmo assim, e considerando todos os condicionalismos, a quantidade de informação disponível para esta freguesia é bastante satisfatória.

Quadro 6: Naturais da freguesia de Eiol com destino conhecido ou não

<i>Eiol</i>	<i>Nascimentos</i>	<i>Destino desconhecido</i>	<i>Falecidos</i>	<i>Com informação</i>	<i>% com destino desconhecido</i>
1850-1859	90	29	56	5	32,22
1860-1869	68	20	45	3	29,41
1870-1879	81	5	74	2	6,17
1880-1889	82	11	66	5	13,41
1890-1899	91	10	81	0	10,99
1900-1909	139	26	107	6	18,71

Como não podia deixar de ser, impunha-se um cômputo global para todo o antigo concelho. É o que fica espelhado no quadro 7. Na globalidade, podem considerar-se como significativos os resultados obtidos, em particular a partir da década de 1870, quando os valores referentes a indivíduos de que não foi possível seguir pelo menos parte do percurso de vida se situam abaixo dos 11,5%.

Quadro 7: Naturais do antigo concelho de Eixo com destino conhecido ou não

<i>Antigo Concelho</i>	<i>Nascimentos</i>	<i>Destino desconhecido</i>	<i>Falecidos</i>	<i>Com informação</i>	<i>% com destino desconhecido</i>
1850-1859	1702	454	1172	76	26,67
1860-1869	1833	286	1464	83	15,60
1870-1879	2072	236	1781	55	11,39
1880-1889	2123	184	1897	42	8,67
1890-1899	2267	201	2054	12	8,87
1900-1909	2458	252	2175	31	10,25

Seria possível prosseguir na senda da identificação desses percursos de vida recorrendo a outras fontes igualmente válidas, como passaportes, ou recenseamentos (já referidos) e, em especial a partir de 1882, os registos escolares. Seria também viável realizar a investigação e a recolha de dados num campo

relevante sob o ponto de vista social e que também contém ampla informação útil no capítulo demográfico, ou seja, o levantamento de todas as testemunhas e padrinhos dos actos de baptismo e casamentos. Neste particular, as fontes paroquiais, referentes a qualquer época revelam, com alguma frequência, a presença de indivíduos sobre os quais não se encontra notícia posterior. O registo sistemático destas informações pode muito cabalmente preencher as inúmeras lacunas que surgem espalhadas com uma frequência não desejável, para além de permitir a abertura de novos campos de investigação e análise.

A mortalidade infantil

Definida convencionalmente como todos os óbitos ocorridos entre o nascimento e um ano incompleto, a mortalidade infantil assume-se como um elemento aferidor privilegiado das condições económicas, higiénico-sanitárias e culturais que o meio pode oferecer ao recém-nascido. Sendo este período de um ano considerado a fase crítica em termos de sobrevivência e estando esta dependente das condições referidas, a avaliação da mortalidade infantil constitui, de forma complementar, um dado importante para aquilatar o grau de desenvolvimento de uma população.

Calcular a dimensão da mortalidade infantil e infanto-juvenil implica, necessariamente, o conhecimento das datas de nascimento e óbito dos indivíduos, calculando-se, a partir delas, a idade no momento do óbito. Este é, como se disse anteriormente, um dos grandes óbices dos registos paroquiais portugueses, que de alguma forma impossibilitam a avaliação da realidade da mortalidade infantil. Os livros de registo paroquial, base substantiva da informação demográfica, nem sempre mencionam (por questão cultural, lapsos inconscientes ou deliberados), os óbitos de menores de um ano nem os dos recém-nascidos que não foram submetidos ao baptismo. A este não arrolamento sistemático dos casos de mortalidade neonatal precoce¹⁰ pode adicionar-se o caso dos nado-

¹⁰ Mortalidade neonatal precoce define-se como aquela que ocorre entre o nascimento e o sétimo dia de vida.

mortos, que, pela mesma ordem de razão, escapavam ao registo. Será somente a partir de 1860 que os menores de sete anos começam a ser registados de forma regular, embora na década de 50 do século XIX já comesçassem, aqui e ali, a constar de alguns livros de óbito.

Atendendo às limitações encontradas nas fontes que servem primordialmente de base aos estudos demográficos de populações antigas, optou-se, no caso vertente das freguesias do antigo concelho de Eixo, por se proceder a esta análise por décadas, no período em que existem elementos disponíveis e mais confiáveis, ou seja, de 1850 a 1910. Em face dos condicionalismos expostos manda a prudência que em algumas das freguesias se aceitem os valores encontrados com alguma reserva. Apesar de tudo, sintetizou-se um valor global para a mortalidade infantil em cada freguesia, correspondente aos cinquenta anos compreendidos entre 1860 e 1910, período em que os dados já apresentam maior consistência, pois a década de 1850 ainda se apresenta algo irregular em algumas freguesias. Dado que a análise da mortalidade é a mais complexa e a que menos unanimidade recolhe entre os historiadores-demógrafos, optou-se por seguir as recomendações de Louis Henry¹¹ para todos os cálculos efectuados, utilizando para o efeito o programa informático *ADF v.7.1 (Analyzing the Demography of Families, v. 7.1)*, da autoria de Manuel Ardit Lucas, que na sua base cumpre todos os procedimentos e requisitos de Henry.

Os resultados encontrados para as diversas freguesias constituintes do antigo concelho de Eixo oferecem um quadro muito díspar entre as próprias freguesias ao longo das várias décadas a partir de 1850. A mais irregular é, sem margem para dúvidas, a de 1850. O que causa admiração é o facto de essa década ter sido assolada por fortes epidemias que varreram o país de norte a sul e que também se manifestaram na região em análise.¹² A qualidade dos dados varia desde a inexistência de registos, no caso de menores até um ano de idade (em Nariz), à quase completa identificação de todos os indivíduos

¹¹ Louis Henry, *Técnicas de Análise ...*, op. cit. Veja-se para a mortalidade infanto-juvenil as páginas 184-187 e para a mortalidade dos adultos as páginas 175-178.

¹² Esta temática será abordada mais adiante no item dedicado às crises de mortalidade.

nascidos e com destino conhecido. Este foi o caso de Fermentelos, onde apenas não foi possível reconhecer a situação de nove dos 232 indivíduos aí nascidos.¹³ Os valores de Requeixo para esta primeira década são muito baixos (38‰), pelo facto de o registo dos menores ser também quase inexistente (apenas se verifica nos últimos anos do decénio).

Quadro 8: Quocientes de mortalidade infantil nas várias freguesias do antigo concelho de Eixo

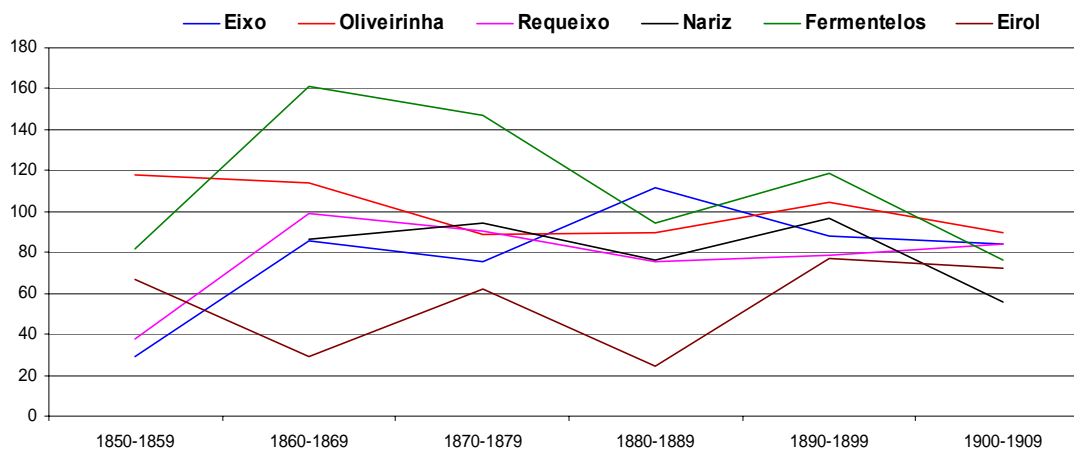
Quocientes de Mortalidade	Eixo			Oliveirinha			Requeixo			Nariz			Fermentelos			Eirol		
	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total
1850-1859	34	25	29	120	116	118	61	14	38	0	0	0	93	70	82	65	68	67
1860-1869	84	88	86	130	96	114	114	82	99	66	106	86	184	138	161	0	56	29
1870-1879	66	85	75	90	88	89	99	80	90	70	119	94	181	107	147	88	43	62
1880-1889	120	102	111	104	75	90	67	84	76	121	36	76	121	65	94	21	29	24
1890-1899	91	85	88	109	100	105	82	76	79	101	92	96	115	124	119	56	108	77
1900-1909	79	90	84	84	96	90	97	70	84	52	61	56	79	73	76	83	63	72
1860-1910	88	90	89	104	94	99	92	78	85	82	79	80	127	95	112	50	64	57

O panorama geral aponta para valores bastante baixos em todas as freguesias, sendo mais elevados em Fermentelos nas décadas de 60 e 70 do século XIX. O conjunto dos dados formado das freguesias de Eixo, Oliveirinha e Fermentelos assume-se bastante fiável, em particular no caso das últimas três décadas nas duas primeiras freguesias, e em todo o período na última. A freguesia de Eirol, como habitualmente, rema contra a corrente, embora as últimas duas décadas apresentem uma aproximação aos valores encontrados para as restantes.

Através do gráfico 1 observa-se a notória aproximação dos valores da mortalidade infantil entre as freguesias à medida que se aproxima o *terminus* do século XIX e a alba do seguinte.

¹³ Reveja-se a este propósito os quadros 4 e 5 deste capítulo.

Gráfico 1: Evolução da mortalidade infantil nas freguesias do antigo concelho de Eixo (%₀₀)



Passando para o nível do concelho, a mortalidade infantil revela sensivelmente as características evidenciadas nas freguesias – fraca qualidade nos dados de 1850 e posterior tendência para a redução dos índices alcançados. Levando em consideração os valores pouco fiáveis da mortalidade na primeira década, chega-se aos 89%₀₀ para todo o período de 1850 a 1910. Comparando estes dados com os de melhor qualidade no período de 1860 a 1910, verifica-se uma diferença de apenas 3%₀₀, passando o valor global deste último período de 89 para 92%₀₀, o que se torna quase irrelevante.

Quadro 9: Quocientes de mortalidade infantil no antigo concelho de Eixo¹⁴

Anos	Óbitos e saídas acumuladas			Óbitos			Saídas			Quocientes		
	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total
1850-1859	599	562	1161	42	34	76	17	15	32	70	60	65
1860-1869	653	586	1239	75	52	127	15	6	21	115	89	103
1870-1879	723	688	1411	82	55	137	9	16	25	113	80	97
1880-1889	757	772	1529	74	63	137	13	6	19	98	82	90
1890-1899	862	711	1573	80	68	148	10	9	19	93	96	94
1900-1910	917	824	1741	72	65	137	20	9	29	79	79	79
1850-1910	4511	4143	8654	428	338	766	84	61	145	95	82	89
1860-1910	3912	3581	7493	385	304	689	67	46	113	98	85	92

Alcançado este valor, afiança-se lícito perguntar se ele representa apenas uma excepção ou se, pelo contrário, se insere num campo mais vasto de valores de

¹⁴ Utilizaram-se para este cálculo apenas as datas completas conhecidas.

mortalidade infantil reduzidos. A resposta não é de todo fácil, pois a existência de poucos trabalhos sobre a região não permite ainda uma afirmação cabal. No entanto as poucas referências disponíveis deixam perceber uma situação de baixa mortalidade infantil. Neste contexto, a vizinha freguesia de Aradas apresenta valores ligeiramente distanciados, quer do antigo concelho em si, quer de qualquer uma das freguesias que o integravam. Os decénios de 1850 a 1899, apresentados no quadro 10, revelam também indicadores baixos, não ultrapassando a casa dos 130‰.¹⁵ Mais a norte, na freguesia de S. Vicente de Pereira-Jusã, e nas mesmas décadas, registaram-se também valores baixos, que oscilaram entre os 81‰ no decénio de 1850-1859 e os 162‰ entre 1880 e 1889, terminando a série na década de 1900-1909 com o índice de mortalidade infantil a fixar-se nos 93‰.¹⁶ Ainda a norte do antigo concelho de Eixo, mas mais para o litoral, em Cortegaça, os valores referentes a este tipo de mortalidade são superiores aos até aqui encontrados, mas manifestam uma clara tendência descendente. Nas mesmas décadas, começando em 1850, os valores que Maria Palmira Gomes indica iniciam-se em 1850-1859 com 213‰, descendo de forma regular e contínua até aos 131‰ entre 1900 e 1909.¹⁷ Não será certamente alheio a estes valores mais elevados o facto de se tratar de uma localidade onde uma fatia significativa da população desenvolve a sua actividade em estreita ligação com o mar e a faina piscatória.

Mais a sul, agora no distrito de Coimbra, na freguesia de características mais urbanas da Figueira da Foz, Rui Cascão¹⁸ encontrou valores para as décadas entre 1861 e 1900 compreendidos entre um mínimo de 97,61‰ em 1891-1900 e um máximo de 143,66‰ em 1871-1880. Da correcção dos dados pela inclusão das crianças não baptizadas mas mencionadas nos registos de enterramentos, resultaram valores ligeiramente mais elevados, oscilando entre os 123,97‰ e os 153,98‰. Como é possível observar, antes da correcção os valores não se apresentam demasiado distantes dos de Eixo. A proximidade

¹⁵ Fernando Alberto Lacerda, *S. Pedro de Aradas (1690-1900) ...*, op. cit., pág. 200.

¹⁶ Hélder Pinho de Almeida, *S. Vicente de Pereira-Jusã...*, op. cit., pág. 168.

¹⁷ Maria Palmira Gomes, *Estudo Demográfico de Cortegaça...*, op. cit., pág. 94.

¹⁸ Rui Cascão, *Figueira da Foz e Buarcos. 1861-1910. Permanência e Mudança em duas comunidades do litoral*, Centro de Estudos do Mar e das Navegações – Câmara Municipal da Figueira da Foz – Livraria Minerva, Coimbra – Figueira da Foz, 1998, pp. 124 e segs.

torna-se muito maior se forem levados em conta os valores que o mesmo autor encontrou para Buarcos, vizinha da Figueira da Foz mas com características de povoação piscatória. Esses indicadores oscilam entre os 90,90‰ para o decénio 1871-1880 e os 101,44‰ para 1891-1900. Após a correcção dos dados, pelo mesmo processo, e considerando apenas as duas décadas finais, resultou que o decénio 1881-1890 apresenta 115,47‰ e o de 1891-1900 alcança os 131,20‰. Estes indicadores andariam, segundo Rui Cascão, muito próximos da taxa nacional, que em 1902-1904 se cifrava em torno de 137‰. O quadro 10 sintetiza todas estas séries.

Quadro 10: Mortalidade infantil comparada (‰)

	Eixo	Aradas	S. Vicente de Pereira	Cortegaça	Figueira da Foz	Figueira da Foz (corrigido)	Buarcos	Buarcos (corrigido)
1850-1859	65	122	81	213				
1860-1869	103	128	109	199	121,27	123,97	96,73	
1870-1879	97	117	113	170	143,66	153,98	90,90	
1880-1889	90	128	162	154	119,95	151,20	92,18	115,47
1890-1899	94	108	100	150	97,61	130,23	101,44	131,20
1900-1909	79		93	131				

Nota: Para a Figueira da Foz e Buarcos as décadas iniciam-se em "1" (1861-1870, etc...)

A comparação dos valores encontrados para estas várias paróquias permite obter uma linha de força num sentido de níveis de mortalidade infantil cada vez mais baixos à entrada do século XX. Realce-se que, se algumas paróquias assumem a sua condição de ruralidade (como Eixo, Aradas e S. Vicente de Pereira-Jusã), noutras predominam a pesca e as actividades com ela relacionadas (como Cortegaça e Buarcos) e noutra ainda a urbanidade (Figueira da Foz). Apesar disso, todas elas se inscrevem num quadro geográfico costeiro, como parte da antiga província da Beira Litoral, que se estendia de Gaia a Leiria, abrangendo os distritos de Aveiro, Coimbra e Leiria.

São também interessantes os valores encontrados por Mário Leston Bandeira,¹⁹ nomeadamente os cálculos efectuados sobre os dados das *Tabelas do Movimento Fisiológico da População de Portugal*. Para o ano de 1902 a taxa de mortalidade infantil encontrada para o distrito de Aveiro foi de 92,56‰, o que

¹⁹ Mário Leston Bandeira, *Demografia e Modernidade. Família e Transição Demográfica*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, 1996, pág. 440.

não deixa de ser surpreendente. Alargando-se o âmbito da observação a outros distritos, verifica-se que em toda a faixa litoral, sensivelmente da linha do Mondego ao Minho, os valores são muito semelhantes. Coimbra apresenta 88,66‰ e Leiria, com 116,42‰, já se situa um pouco para além deste quadro. Na região minhota, Braga com 60,96‰ e Viana do Castelo com 97,70‰ caracterizavam o restante litoral norte. De toda esta faixa excluiu-se o Porto, com um valor muitíssimo mais elevado (171,14‰), decorrente da especificidade de se tratar de uma cidade grande, com características sociodemográficas muito próprias. Os restantes valores, relativos ao interior e sul do país, são bastante mais elevados que os indicados para estes distritos. Para 1910 o mesmo autor apresenta resultados não muito diferentes para os mesmos distritos. Aveiro surge com um valor ligeiramente mais elevado (101,33‰) e Coimbra vê os índices baixarem para os 81,33‰. No Minho, Braga conhece um incremento muito forte, alcançando o valor de 128,73‰, e Viana do Castelo sobe para 111,78‰. O distrito do Porto mantém-se com valores elevados na casa dos 160‰ e, curiosamente, Leiria baixa para os 91,47‰.²⁰

A análise da mortalidade infantil não ficaria completa se não se referisse pelo menos um dos seus aspectos mais particulares, nem sempre abordados nos diversos trabalhos e estudos: a mortalidade neonatal. Esta é definida pelo número de crianças falecidas até ao fim das primeiras quatro semanas de vida, ou seja, nos primeiros 28 dias de vida. Quer se considere, para o conjunto das freguesias do antigo concelho de Eixo, o período 1850-1910 ou o 1860-1910, as taxas de mortalidade neonatal são muito semelhantes: 29,52‰ e 29,68‰, respectivamente.

A mortalidade entre 1 e 4 anos

Este escalão etário revela-se menos favorável em termos de sobrevivência. Os quocientes de mortalidade são, na generalidade, mais elevados que os encontrados para o grupo de idades anterior. Foram particularmente gravosas as

²⁰ Cf. Mário Leston Bandeira, *Demografia e modernidade...*, op. cit., pág. 440.

décadas de 1860 e 1870 (sobretudo a primeira), por terem sido assoladas por alguns surtos epidémicos, como adiante se verá. No entanto, os valores globais para o conjunto das décadas, quer se tome como medida a período de 1850-1910 ou 1860-1910 (cujos valores são no geral idênticos), não se posicionam de forma muito distante daqueles que foram encontrados para a mortalidade infantil. Em termos de paridade entre os sexos não se regista qualquer desequilíbrio acentuado, sendo possível concluir que a morte não privilegiava à partida este ou aquele sexo. O quadro 11 permite a observação mais detalhada das várias décadas por sexos.

Quadro 11: Mortalidade entre 1 e 4 anos no antigo concelho de Eixo (‰)²¹

Anos	Óbitos e saídas acumuladas			Óbitos			Saídas			Quocientes		
	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total
1850-1859	482	466	948	40	47	87	75	62	137	83	101	92
1860-1869	520	472	992	66	54	120	58	62	120	127	114	121
1870-1879	582	580	1162	66	69	135	59	53	112	113	119	116
1880-1889	613	634	1247	68	59	127	70	75	145	111	93	102
1890-1899	689	582	1271	55	51	106	93	61	154	80	88	83
1900-1910	715	638	1353	56	43	99	130	121	251	78	79	79
1850-1910	3598	3372	6970	353	325	678	485	433	918	98	96	97
1860-1910	3117	2906	6023	313	276	589	410	371	781	100	95	98

Como referido, este grupo etário revela-se de maior risco em termos de morte e sobrevivência para os elementos que o integram, pois é nele que o perigo de exposição aos agentes agressivos externos é maior. A origem desta situação reside no facto de ser neste grupo etário que se procede ao desmame das crianças, quer por tradição de natureza sócio-cultural, quer por razões de natureza fisiológica da mãe, que deixa assim de transmitir à criança muitos dos vectores de protecção contra os agentes infecciosos que eram veiculados no leite materno. Desprovida desse factor de protecção e bastantes vezes alvo de menores cuidados por parte dos progenitores (ou porque estes considerassem que a pior fase para a sobrevivência da criança já teria passado, ou devido a nova gravidez e nascimento de outra criança), o certo é que esta faixa etária se

²¹ Para este cálculo empregaram-se apenas as datas completas conhecidas.

viu mais fortemente atingida pela morte que os grupos anteriores ou posteriores.

A mortalidade dos 5 aos 9 anos

Nesta fase da vida das crianças os riscos de morte prematura diminuía de forma significativa, como é possível deduzir a partir do quadro 12. Trata-se de um tempo em que o organismo já adquiriu resistência à maioria dos agentes patogénicos exteriores e, por força de uma natural auto imunização, vai superando as agressões de que é alvo. Naturalmente, ainda se verificam óbitos em quantidades apreciáveis mas, na maior parte dos casos, são decorrentes de epidemias que perpassaram transversalmente toda a população. Foi o caso da década de 1850, afectada por algumas epidemias que incidiram mais activamente sobre indivíduos de idade superior a 5 anos.²²

Quadro 12: Mortalidade entre os 5 e os 9 anos no antigo concelho de Eixo (‰)²³

Anos	Óbitos e saídas acumuladas			Óbitos			Saídas			Quocientes		
	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total
1850-1859	375	366	741	25	16	41	67	53	120	67	44	55
1860-1869	394	361	755	15	13	28	60	57	117	38	36	37
1870-1879	451	446	897	8	9	17	65	65	130	18	20	19
1880-1889	472	512	984	4	12	16	73	63	136	8	23	16
1890-1899	546	454	1000	19	7	26	88	77	165	35	15	26
1900-1910	558	498	1056	10	11	21	101	97	198	18	22	20
1850-1910	2792	2635	5427	81	68	149	453	412	865	29	26	27
1860-1910	2417	2271	4688	56	52	108	387	359	746	23	23	23

Neste grupo etário também não se regista uma particular incidência da mortalidade sobre um ou outro sexo. Em termos globais, os dois sexos encontram-se numa posição de grande equilíbrio neste campo específico.

²² Veja-se a alínea sobre as crises de mortalidade, mais adiante.

²³ Veja-se a nota 21 antecedente.

A mortalidade dos 10 aos 14 anos

Nesta fase da vida os indivíduos, não sendo já crianças, também não são ainda adultos. É uma fase intermédia, caracterizada pela integração mais acelerada na vida em sociedade, nomeadamente no mundo rural, onde o sujeito deste escalão etário começa a desempenhar um papel no tecido produtivo de forma condicente com as suas aptidões e capacidades físicas, seja pelo trabalho no seio da própria família seja fora dela. A sociedade, por sua vez, já lhe reconhece algum estatuto – basta recordar que, quer a lei canónica, quer o direito pátrio, aceitavam como data mínima para a celebração do matrimónio os 14 anos para o rapaz e os 12 para a rapariga, desde que devidamente autorizados pelos pais ou tutores. Estas idades marcam frequentemente a fronteira entre a classificação de “menor” e “maior” em termos religiosos, surgindo amiúde nos registos de óbito tal distinção.²⁴

Quadro 13: Mortalidade entre os 10 e os 14 anos no antigo concelho de Eixo²⁵

Anos	Óbitos e saídas acumuladas			Óbitos			Saídas			Quocientes		
	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total
1850-1859	306	300	606	8	7	15	44	50	94	26	23	25
1860-1869	324	304	628	4	3	7	55	44	99	12	10	11
1870-1879	387	377	764	6	3	9	56	60	116	16	8	12
1880-1889	413	449	862	8	4	12	55	51	106	19	9	14
1890-1899	450	391	841	6	3	9	77	56	133	13	8	11
1900-1910	488	431	919	6	9	15	60	45	105	12	20	16
1850-1910	2364	2261	4625	38	29	67	347	306	653	16	13	14
1860-1910	2058	1963	4021	30	22	52	303	256	559	15	11	13

Em termos demográficos pode dizer-se que esta era uma fase da vida em que a mortalidade atacava de forma muito suave. Os quocientes apresentados apontam para valores muitíssimo baixos, o que não será de estranhar dado tratar-se de uma fase da vida em que o indivíduo adquiriu já as defesas orgâni-

²⁴ A categoria de menor era “adquirida” pelo indivíduo após a celebração da primeira comunhão solene, que geralmente ocorria entre os 7 e os 9 anos de idade. Com o sacramento da confirmação ou crisma, recebido entre os 12 e os 14, anos alcançava-se o estatuto de maioridade religiosa.

²⁵ Veja-se a nota 21 antecedente.

cas necessárias à sobrevivência e, simultaneamente, uma autonomia bastante grande em relação aos seus progenitores. No caso particular do antigo concelho de Eixo, regista-se apenas uma década em que os valores destoam ligeiramente em relação à média global de qualquer um dos períodos maiores considerados: o decénio de 1850-1859. Como já antes se referiu para outro escalão etário (dos 5 aos 9 anos), a responsabilidade desta ocorrência cabe inteiramente aos vários surtos epidémicos que eclodiram nesta década. Também como no escalão anterior, não se percebe uma maior incidência da mortalidade sobre um ou outro sexo, sendo os parâmetros globais para qualquer um dos períodos analisados bastante equilibrados.

Impõe-se uma pequena conclusão no final desta análise da mortalidade infantil e infanto-juvenil, antes da abordagem da mortalidade adulta. Os valores encontrados são bastante baixos na sua totalidade. Considerando os resultados globais dos 0 aos 14 anos no período 1850-1910, o quociente de mortalidade eleva-se para os 206‰. Se o período em observação for limitado aos anos de 1860-1910 os valores também não são muito diferentes: 209‰. Ou seja, numa linguagem menos “numérica”, verifica-se que apenas pouco mais de um quinto dos indivíduos nascidos nestes períodos não chegava a alcançar a idade adulta, o que se pode considerar notável levando em linha de conta as condições de vida da maioria das populações rurais.

A mortalidade adulta e a esperança de vida

Antes de abordar a questão da mortalidade adulta e da esperança de vida torna-se necessário deixar um ou outro esclarecimento. Recomendaria a lógica que esta análise tivesse o seu início num período mais recuado, o que não acontece. Ao invés, preferiu-se dar continuidade à análise da época mais recente, de 1850 a 1910, visto ser o momento em que os dados apresentam melhor qualidade, sem prejuízo de posteriormente se tratar as épocas mais recuadas. Por outro lado, entre a abordagem do período de 1850-1910 ou o de 1860-1910 escolheu-se a primeira, uma vez que o segundo momento referido funcionou como alternativa a um eventual menor rigor dos dados da mortali-

dade infantil no decénio de 1850. Dado que na mortalidade dos maiores de 15 anos esse problema não é tão significativo, a escolha acabou por recair no período mais alargado de 1850-1910; no entanto, inserem-se os dados referentes a 1860-1910 nos anexos a este capítulo.

Outro aspecto importante, é o facto de, tratando-se de uma monografia de várias paróquias, ser apenas possível estudar a mortalidade de adultos que revelem uma situação de pouca (ou quase nenhuma) mobilidade.²⁶ Desses adultos, aqueles que melhor se prestam a essa observação são os casados ou os viúvos. Por esta razão, as tábuas de mortalidade de adultos excluem, logo à partida, três grandes grupos: as crianças, os jovens menores de 15 anos e os celibatários.²⁷

Partindo destes princípios e do estabelecimento dos fins de observação (mais adiante indicados), foi possível elaborar as tábuas de mortalidade para os adultos casados, maiores de 15 anos, e calcular a esperança de vida a essa idade. Para o período de 1850-1910 ensaiou-se a realização de uma tábua de mortalidade e calculou-se a esperança de vida, considerando que se encontram reunidas duas condições básicas, fundamentais para um correcto tratamento da esperança de vida: dispõe-se de dados razoavelmente seguros para a avaliação da mortalidade infantil, e a maioria dos indivíduos nascidos entre 1850 e 1910 apresentam os seus percursos de vida até ao óbito seguidos de forma quase exhaustiva.²⁸

Na prática “*procura-se medir a mortalidade de um período mais do que um grupo de gerações.*”²⁹ Sendo uma tabela com entradas e saídas, procurando ter “*o menos possível idades com óbitos indeterminados sem que isso implique a introdução de um viés*”,³⁰ a mortalidade infantil no período de 1850-1910 é

²⁶ Louis Henry, *Técnicas de Análise em Demografia Histórica*, Lisboa, Gradiva, 1988, pág. 169.

²⁷ Louis Henry, *Técnicas de Análise ...*, op. cit., pág. 175.

²⁸ Não foi possível até ao momento seguir o percurso de cerca de 13% dos indivíduos nascidos neste período. No entanto como esses indivíduos, por enquanto “*perdidos*” são, na sua maioria, solteiros, não entrariam por esse facto nos cálculos dessa tabela.

²⁹ Louis Henry, *Técnicas de Análise ...*, op. cit., pág. 200.

³⁰ Louis Henry, *Técnicas de Análise ...*, op. cit., pág. 200.

aproximadamente a das crianças nascidas durante esse período; a dos 1 aos 4 anos é a média da mortalidade das que nasceram entre 1845-1905 e 1850-1909; do grupo dos 5-9 anos a média abrange as crianças nascidas entre 1840-1900 e 1845-1905; no caso dos 10 aos 14 anos ficam abrangidas as crianças nascidas entre 1835-1895 e 1840-1900.³¹

Entre as opções proporcionadas pelo programa *ADF* para a análise da mortalidade encontra-se a possibilidade de se apresentar os resultados empregando para os cálculos as datas completas ou todas as datas conhecidas. Estas últimas têm a vantagem de fornecer uma maior aproximação do real, uma vez que empregam todas as referências existentes em relação a um indivíduo para o qual não se dispõe de data de óbito, mas se possui informação segura de estar vivo em determinado momento. O fim de observação fica definido como a data do óbito do cônjuge que falece em primeiro lugar. Se ambas as datas forem desconhecidas, opta-se pela data de nascimento do último filho, sendo que, neste caso, este filho não é tomado em consideração para efeito de cálculo. Ao contrário do que propõe Louis Henry, o programa considera que as crianças nascidas e falecidas no próprio dia são consideradas nado-vivas.³²

Comparando os quocientes de mortalidade de homens e mulheres (quadro 14) conclui-se facilmente serem estes ligeiramente mais elevados no caso dos primeiros que no das segundas. As mulheres, apesar dos riscos inerentes às sucessivas maternidades, acabam por não ser tão afectadas quanto os homens nos mesmos grupos de idade. Esta pequena diferenciação acaba por ter reflexos inevitáveis na esperança de vida e por conduzir à indeclinável conclusão de que a gravidez talvez não constituísse um factor de risco tão elevado.

³¹ Cf. com Louis Henry, *Técnicas de Análise ...*, op. cit., pág. 201 (adaptado).

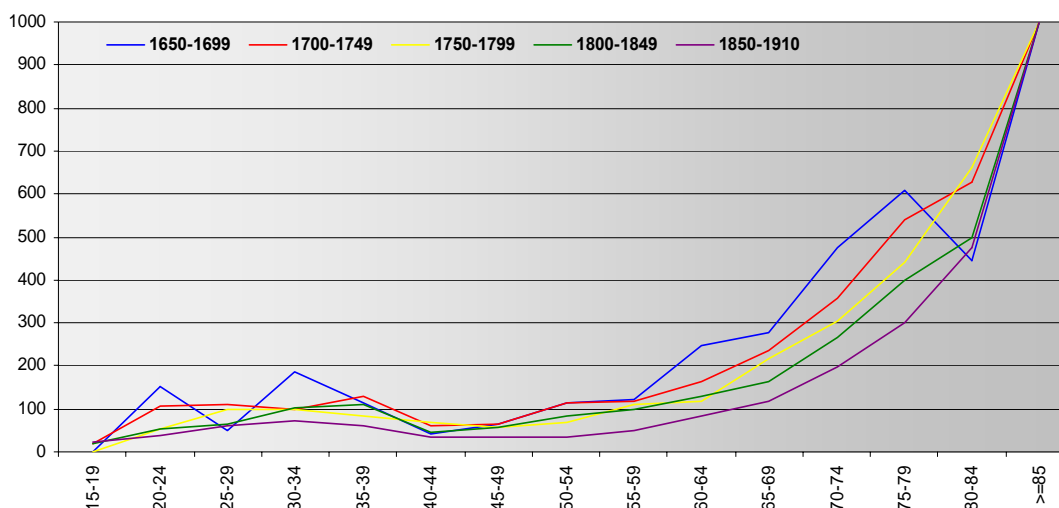
³² Este procedimento foi também aplicado para os cálculos da mortalidade infantil e infanto-juvenil.

Quadro 14: Quocientes de mortalidade adulta

1850-1910 - Todas as datas							
Quocientes de mortalidade adulta - Homens							
Idades	Entradas	Entradas acumuladas	Óbitos	Óbitos acumulados	Presentes	Denominadores	Quocientes
15-19	39	1.754	0	1.754	0	19	0
20-24	501	1.715	7	1.754	39	270	26
25-29	611	1.214	36	1.747	533	572	63
30-34	410	603	49	1.711	1.108	759	65
35-39	193	193	83	1.662	1.469	831	100
40-44			79	1.579	1.579	1.579	50
45-49			88	1.500	1.500	1.500	59
50-54			86	1.412	1.412	1.412	61
55-59			90	1.326	1.326	1.326	68
60-64			153	1.236	1.236	1.236	124
65-69			168	1.083	1.083	1.083	155
70-74			215	915	915	915	235
75-79			257	700	700	700	367
80-84			245	443	443	443	553
>=85			198	198	198	198	1.000
Quocientes de mortalidade adulta - Mulheres							
Idades	Entradas	Entradas acumuladas	Óbitos	Óbitos acumulados	Presentes	Denominadores	Quocientes
15-19	166	2.020	2	2.020	0	83	24
20-24	651	1.854	15	2.018	164	407	37
25-29	610	1.203	42	2.003	800	705	60
30-34	363	593	62	1.961	1.368	865	72
35-39	230	230	59	1.899	1.669	949	62
40-44			61	1.840	1.840	1.840	33
45-49			59	1.779	1.779	1.779	33
50-54			60	1.720	1.720	1.720	35
55-59			82	1.660	1.660	1.660	49
60-64			131	1.578	1.578	1.578	83
65-69			171	1.447	1.447	1.447	118
70-74			254	1.276	1.276	1.276	199
75-79			308	1.022	1.022	1.022	301
80-84			340	714	714	714	476
>=85			374	374	374	374	1.000
Quocientes de mortalidade adulta - Ambos os sexos							
Idades	Entradas	Entradas acumuladas	Óbitos	Óbitos acumulados	Presentes	Denominadores	Quocientes
15-19	205	3.774	2	3.774	0	102	20
20-24	1152	3.569	22	3.772	203	677	32
25-29	1221	2.417	78	3.750	1333	1277	61
30-34	773	1196	111	3.672	2.476	1624	68
35-39	423	423	142	3.561	3.138	1780	80
40-44			140	3.419	3.419	3.419	41
45-49			147	3.279	3.279	3.279	45
50-54			146	3.132	3.132	3.132	47
55-59			172	2.986	2.986	2.986	58
60-64			284	2.814	2.814	2.814	101
65-69			339	2.530	2.530	2.530	134
70-74			469	2.191	2.191	2.191	214
75-79			565	1.722	1.722	1.722	328
80-84			585	1.157	1.157	1.157	506
>=85			572	572	572	572	1.000

Globalmente pode dizer-se que os riscos maiores que a população do antigo concelho de Eixo corria, em termos de mortalidade entre adultos de ambos os sexos, se centravam particularmente em dois momentos da vida: durante a fase mais forte em termos reprodutivos, ou seja, entre os 25 e os 39 anos;³³ e a partir dos 60 anos de idade para os homens e dos 65 para as mulheres. Pelo meio ficava um espaço de 20 anos durante o qual, aparentemente, os riscos eram bem menores, como se pode ver pelo quadro 14. A partir dos 60 anos é possível explicar o aumento dos quocientes de mortalidade para ambos os sexos pelos inevitáveis efeitos que o avançar da idade produz no organismo, conduzindo-o a uma “degradação” mais acelerada cujo desenlace final será obviamente o *terminus* da vida. No caso das mulheres, o ligeiro aumento verificado na faixa dos 25 aos 39 anos explica-se pelos riscos decorrentes da gravidez e do parto. Fica, no entanto, por explicar e justificar os níveis elevados (e por vezes superiores) no sexo masculino, que naturalmente não corria o mesmo risco. Apenas um conhecimento preciso das causas de morte, que infelizmente não existe nem é possível obter, poderia lançar alguma luz sobre o assunto.

Gráfico 2: Evolução dos quocientes de mortalidade adulta feminina (datas completas)



³³ Convém lembrar que a idade média ao casamento neste período era bastante elevada, situando-se nos 27,4 anos para as mulheres e nos 29,0 anos para os homens, tomando como referência o decénio 1850-1859.

É no entanto possível estabelecer uma comparação entre os quocientes de mortalidade adulta feminina ao longo dos vários sub-períodos em que se dividiu a totalidade da série. Esta repartiu-se por 5 séries de 50 anos cada (excepto a última, que é de 60 anos) tendo a primeira o seu início em 1650.³⁴ O gráfico 2 representa a evolução dos vários quocientes ao longo dos períodos considerados.

Da sua leitura ressaltam de imediato os dois aspectos anteriormente referidos – as faixas etárias com quocientes de mortalidade mais elevados estão situadas no período mais fértil da mulher e na fase mais avançada da idade. O mesmo gráfico permite ainda observar a evolução desses momentos ao longo do tempo. O que se constata é a progressiva diminuição dos valores dos quocientes de mortalidade nas idades mais baixas e o adiamento do seu crescimento inevitável nas mais avançadas. Este aspecto é particularmente visível nas sucessivas quebras do quociente de mortalidade de período para período, a partir da casa dos 60 anos (e que a reprodução gráfica claramente espelha). Termina numa curva correspondente ao período 1850-1910, que se aproxima bastante da curva das populações contemporâneas. De forma similar, o processo repetiu-se nas faixas de maior actividade reprodutiva, já referidas. Se na segunda metade do século XVII dar à luz representava um factor de risco elevado, em todo o século XIX esse factor diminui para sensivelmente metade. Não deixa também de ser curioso o facto de a idade média das mulheres ao primeiro casamento, na segunda metade do século XVII, ter subido progressivamente dos 22,8 anos em 1650-1659 para os 27,0 entre 1690-1699,³⁵ mantendo-se a partir daí sempre em valores superiores aos 26 anos. Será este facto que explica a existência de um pequeno pico na primeira série do escalão etário dos 20-24 anos.

Os quocientes de mortalidade acabam, inevitavelmente, por se reflectir na esperança de vida, pois são elemento fundamental para a sua determinação;

³⁴ Os quadros contendo os gráficos relativos aos quocientes das várias séries encontram-se nos anexos a este capítulo, nomeadamente nas tabelas 4, 24, 36, 48 e 60.

³⁵ Conferir o quadro nº 3 no capítulo referente à nupcialidade.

mas calcular a esperança de vida de forma rigorosa e precisa nas populações do passado é sempre tarefa complexa e não isenta de dificuldades. Destaca-se a conhecida dificuldade em determinar os valores correctos da mortalidade infantil, dadas as frequentes lacunas dos registos que servem de base às reconstituições demográficas. No caso vertente do antigo concelho de Eixo, convém referir que se calculou, da mesma forma e para todos os períodos, a esperança de vida a partir dos dados disponíveis, empregando-se para o cálculo as datas completas e todas as datas (o fim de observação foi definido conforme anteriormente se descreveu). Como o ADF trabalha neste e noutros cálculos com famílias das quais se conhece o fim de observação e os dados da mortalidade infantil são bastante credíveis, considerou-se apenas o período de 1850-1910 para a análise da esperança de vida em todos os escalões etários.³⁶ Nos restantes períodos, e tendo em vista os condicionalismos já enunciados, apenas se consideram como válidos os resultados obtidos para os escalões etários iguais ou superiores ao grupo dos 15-19 anos.

Os valores encontrados para o período de 1850 a 1910 apresentam uma esperança de vida à nascença (e_0) de 48,5 anos para os sexos reunidos (cf. quadro 15), apresentando as mulheres um valor significativamente mais elevado que os homens – 50,6 anos contra 46,9. Para o mesmo momento, considerando apenas datas completas, os resultados apresentam uma ligeira diferença, mais elevada no sexo masculino que no feminino – 50,8 anos para os homens e 51,4 para as mulheres, obtendo-se um total de 50,8 anos para os sexos reunidos.³⁷

³⁶ Também se ensaiou a análise do período de 1860-1910, que se encontra nas tabelas 9 a 22 dos anexos a este capítulo, assim como as tabelas referentes a ambos os sexos e com sexos reunidos, que se encontram nos referidos anexos.

³⁷ Vejam-se as tabelas 9 a 11 dos anexos a este capítulo.

Quadro 15: Tabelas de mortalidade geral e esperança de vida

1850-1910 - Todas as datas						
Tabela de Mortalidade geral - Homens						
Idades	Qx	1-Qx	Sx	Dx	Sum de Dx	eX
<1	0,095	0,905	1.000	95		46,9
1-4	0,108	0,892	904	97		50,8
5-9	0,041	0,959	807	33	8.104	52,7
10-14	0,033	0,967	774	26	7.330	49,9
15-19	0,000	1,000	748	0	6.582	46,5
20-24	0,026	0,974	748	19	5.834	41,5
25-29	0,063	0,937	729	46	5.105	37,5
30-34	0,065	0,935	683	44	4.422	34,9
35-39	0,100	0,900	639	64	3.783	32,1
40-44	0,050	0,950	575	29	3.208	30,4
45-49	0,059	0,941	546	32	2.662	26,9
50-54	0,061	0,939	514	31	2.148	23,4
55-59	0,068	0,932	483	33	1.665	19,7
60-64	0,124	0,876	450	56	1.215	16,0
65-69	0,155	0,845	394	61	821	12,9
70-74	0,235	0,765	333	78	488	9,8
75-79	0,367	0,633	255	94	233	7,1
80-84	0,553	0,447	161	89	72	4,7
>=85	1	0	72	72	0	2,5
Tabela de Mortalidade geral - Mulheres						
Idades	Qx	1-Qx	Sx	Dx	Sum de Dx	eX
<1	0,082	0,918	1.000	82		50,6
1-4	0,104	0,896	917	96		54,1
5-9	0,030	0,970	822	25	8.813	56,1
10-14	0,016	0,984	797	13	8.016	52,8
15-19	0,024	0,976	784	19	7.232	48,6
20-24	0,037	0,963	765	28	6.467	44,8
25-29	0,060	0,940	737	44	5.730	41,4
30-34	0,072	0,928	693	50	5.037	38,8
35-39	0,062	0,938	643	40	4.394	36,7
40-44	0,033	0,967	603	20	3.791	33,9
45-49	0,033	0,967	583	19	3.208	30,0
50-54	0,035	0,965	564	20	2.644	25,9
55-59	0,049	0,951	544	27	2.100	21,8
60-64	0,083	0,917	517	43	1.583	17,8
65-69	0,118	0,882	474	56	1.109	14,2
70-74	0,199	0,801	418	83	691	10,8
75-79	0,301	0,699	335	101	356	7,8
80-84	0,476	0,524	234	112	122	5,1
>=85	1	0	122	123	0	2,5
Tabela de Mortalidade geral - Ambos os sexos						
Idades	Qx	1-Qx	Sx	Dx	Sum de Dx	eX
<1	0,089	0,911	1.000	89		48,5
1-4	0,106	0,894	910	97		52,2
5-9	0,036	0,964	814	29	8.407	54,1
10-14	0,025	0,975	785	20	7.622	51,0
15-19	0,020	0,980	765	15	6.857	47,3
20-24	0,032	0,968	750	24	6.107	43,2
25-29	0,061	0,939	726	44	5.381	39,6
30-34	0,068	0,932	682	47	4.699	37,0
35-39	0,080	0,920	635	51	4.064	34,5
40-44	0,041	0,959	584	24	3.480	32,3
45-49	0,045	0,955	560	25	2.920	28,6
50-54	0,047	0,953	535	25	2.385	24,8
55-59	0,058	0,942	510	29	1.875	20,9
60-64	0,101	0,899	481	49	1.394	17,0
65-69	0,134	0,866	432	58	962	13,6
70-74	0,214	0,786	374	80	588	10,4
75-79	0,328	0,672	294	97	294	7,5
80-84	0,506	0,494	197	100	97	5,0
>=85	1	0	97	98	0	2,5

Os resultados obtidos afiguram-se bastante plausíveis, de acordo com os valores determinados para a mortalidade infantil para esta segunda metade do século XIX. O facto de se levar em linha de conta todas as datas acaba por produzir uma aproximação ao limite inferior, como se comprova pelos valores encontrados e expressos nas tabelas referentes ao mesmo período, comparando com os valores das datas completas. Isto mesmo fica também reforçado com a análise do período 1860–1910, trabalhando com o mesmo tipo de dados. Assim, e empregando todas as datas disponíveis, regista-se o valor de 46,9 anos para os homens e de 51,4 para as mulheres, sendo que o conjunto dos dois sexos apresenta 48,9 anos. Comparando estes dados com os do quadro 15 verifica-se ter o sexo masculino mantido o mesmo valor e o feminino aumentado ligeiramente a sua esperança de vida em 0,8 anos. O total de ambos os sexos apresenta um acréscimo de 0,4 anos.

No caso de se tomarem apenas as datas completas, o panorama não se altera significativamente: 51,1 anos para os homens, 52 anos exactos para as mulheres; o conjunto dos dois sexos ficava pelos 51,2 anos. Comparando estes valores com os do período 1850-1910, os homens apresentam um acréscimo de 0,3, as mulheres de 0,6 e o total de 0,4 anos. Não são efectivamente valores muito díspares atendendo, sobretudo, a que o conjunto de dados do período 1860-1910 apresenta melhor qualidade.

Como já antes se disse, a série foi dividida em cinco períodos quase idênticos (1650-1699, 1700-1749, 1750-1799, 1800-1849 e 1850-1910) e calcularam-se os respectivos quocientes e esperanças de vida. Os resultados ficam expostos no quadro 16. Estes são normalmente tomados como referência nos trabalhos de Demografia que se debruçam sobre a esperança de vida, o que facilita as comparações entre as diferentes freguesias.

Um primeiro destaque vai para a tabela referente à esperança de vida aos 25 anos do sexo feminino, em particular para a diferença de resultados obtida nos cálculos executados com datas completas ou com todas as datas, nos diferentes períodos considerados. Neste particular, nos escalões etários a partir dos

15 anos, as diferenças entre os valores encontrados são nulas, ou praticamente nulas. Este facto explica-se por ter sido possível identificar de forma mais completa as mulheres que surgem nos registos de óbito, por serem menos propensas à mobilidade, o que não sucedeu com os seus parceiros do sexo oposto. Estes apresentam diferenças de valores bem mais acentuadas

Quadro 16: Mortalidade e esperança de vida de indivíduos casados, por períodos

<i>Todas as datas</i>					<i>Idades</i>	<i>Datas completas</i>				
Homens						Homens				
1650-1699	1700-1749	1750-1799	1800-1849	1850-1910	1650-1699	1700-1749	1750-1799	1800-1849	1850-1910	
31,1	31,4	35,5	33,1	37,5	25-29	31,9	32,8	35,9	33,4	40,1
29,3	28,8	32,2	30,4	34,9	30-34	30,0	29,8	32,8	30,8	36,9
26,2	27,3	28,4	28,1	32,1	35-39	26,4	27,4	29,0	28,5	33,6
23,5	25,6	26,6	26,4	30,4	40-44	23,5	25,6	26,8	26,6	31,1
21,6	22,2	22,8	23,2	26,9	45-49	22,0	22,1	23,0	23,4	27,4
18,6	19,0	19,5	20,1	23,4	50-54	19,3	18,8	19,7	20,2	23,7
15,9	15,7	16,3	16,8	19,7	55-59	16,1	15,5	16,3	16,9	19,9
13,4	12,5	13,3	14,2	16,0	60-64	13,0	12,3	13,2	14,3	16,1
11,2	9,8	10,4	11,5	12,9	65-69	11,0	9,5	10,4	11,6	12,9
9,2	7,4	7,9	9,1	9,8	70-74	9,0	7,1	7,9	9,0	9,8
6,2	5,7	5,7	6,3	7,1	75-79	5,8	5,3	5,6	6,2	7,1
3,9	4,6	3,9	4,1	4,7	80-84	3,6	4,4	3,8	4,1	4,7
2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	>=85	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5
Mulheres					<i>Idades</i>	Mulheres				
1650-1699	1700-1749	1750-1799	1800-1849	1850-1910		1650-1699	1700-1749	1750-1799	1800-1849	1850-1910
30,2	31,0	33,8	35,3	41,4	25-29	30,2	31,0	33,8	35,2	41,4
26,7	29,6	32,2	32,5	38,8	30-34	26,6	29,6	32,2	32,5	38,9
27,1	27,6	30,5	30,9	36,7	35-39	27,1	27,6	30,5	30,8	36,7
25,3	26,3	28,1	29,4	33,9	40-44	25,3	26,3	28,1	29,4	33,9
21,3	22,9	24,9	25,7	30,0	45-49	21,4	22,8	24,9	25,7	30,0
17,6	19,2	21,3	22,1	25,9	50-54	17,6	19,2	21,3	22,1	25,9
14,6	16,4	17,7	18,8	21,8	55-59	14,6	16,4	17,7	18,8	21,8
11,2	13,2	14,5	15,6	17,8	60-64	11,3	13,2	14,5	15,6	17,8
9,1	10,3	11,2	12,5	14,2	65-69	9,1	10,3	11,2	12,5	14,2
6,7	7,7	8,6	9,5	10,8	70-74	6,7	7,7	8,6	9,5	10,8
5,5	5,6	6,2	7,0	7,8	75-79	5,5	5,6	6,2	7,0	7,8
5,2	4,4	4,2	5,0	5,1	80-84	5,3	4,4	4,2	5,0	5,1
2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	>=85	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5
Ambos os sexos					<i>Idades</i>	Ambos os sexos				
1650-1699	1700-1749	1750-1799	1800-1849	1850-1910		1650-1699	1700-1749	1750-1799	1800-1849	1850-1910
30,7	31,2	34,6	34,2	39,6	25-29	31,1	31,8	34,7	34,4	40,8
28,0	29,2	32,2	31,5	37,0	30-34	28,4	29,7	32,5	31,7	38,0
26,7	27,4	29,5	29,6	34,5	35-39	26,8	27,5	29,8	29,8	35,3
24,3	26,0	27,3	28,0	32,3	40-44	24,4	26,0	27,5	28,2	32,6
21,5	22,6	23,8	24,6	28,6	45-49	21,6	22,5	24,0	24,7	28,8
18,2	19,1	20,4	21,2	24,8	50-54	18,4	19,0	20,5	21,2	24,9
15,2	16,1	17,0	18,0	20,9	55-59	15,3	16,0	17,0	18,0	21,0
12,3	12,9	13,9	15,0	17,0	60-64	12,1	12,8	13,9	15,0	17,1
10,2	10,1	10,8	12,1	13,6	65-69	10,0	9,9	10,8	12,1	13,7
8,0	7,6	8,3	9,3	10,4	70-74	7,8	7,4	8,3	9,3	10,4
6,0	5,7	6,0	6,7	7,5	75-79	5,7	5,5	6,0	6,7	7,5
4,3	4,5	4,1	4,7	5,0	80-84	4,1	4,4	4,1	4,6	5,0
2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	>=85	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5

entre os dois tipos de cálculo, uma vez que se lhes definiu o fim de observação, de uma forma geral, mais precocemente. Isto significa que, quando não se dispunha da data de óbito do marido mas existia a da mulher, marcou-se a data de falecimento desta como fim de observação para o homem. Como conse-

quência, a disparidade observada, que não é excessivamente marcante, tanto pode intervir no sentido de um “favorecimento” dos homens como em seu “prejuízo”. No entanto, uma leitura cruzada do plano vertical (sentido do progressivo crescimento dos escalões etários) e do plano horizontal (sentido dos períodos mais recentes) revela que essas diferenças se vão paulatinamente esbatendo.

Como anteriormente se disse, os valores para a esperança de vida à nascença apenas são seguros no último período considerado, mas a partir dos 15 anos de idade todos os espaços temporais definidos aparentam ser coerentes, quer em si mesmos, quer em relação aos restantes. A esperança de vida à nascença (tomando por base o quadro com todas as datas) representa o limite inferior admissível para 1850-1910. Os 46,9 anos para os homens e os 50,6 para as mulheres aparentam estar de acordo com os valores resultantes simultaneamente de uma baixa mortalidade infantil e das características de uma população não sujeita a crises intensas de mortalidade.³⁸

Já no que diz respeito à esperança de vida considerada a partir dos 15 anos de idade, este problema não se coloca. É a fase da vida em que, sendo os indivíduos membros de pleno direito da comunidade cristã, a sua presença na sociedade não passa despercebida em momento algum. Assim, exceptuando os casos de uma migração sem retorno, o seu registo como testemunha de um acto ou defunto surge com naturalidade. Como não há regra sem excepção, nem sempre os registos efectuados permitem uma cabal identificação desses indivíduos, surgindo também a possibilidade de, num ou noutro momento, existir subregisto de actos. No entanto, de forma geral, os dados referentes a este escalão de idades e superiores podem ser considerados razoavelmente seguros.

Ainda no que diz respeito à mortalidade infantil foi possível elaborar uma tábua de mortalidade por gerações, para o período 1860-1879 na freguesia de Fer-

³⁸ A temática das crises de mortalidade será observada mais adiante neste capítulo.

mentelos. De acordo com J. Vallin e Graziella Caselli, é possível “*sur la base des probabilités de décès par age, ont peut décrire complètement le processus de mortalité subi par une génération jusqu’à son extinction finale, suivre d’âge en age la réduction progressive de son effectif initial, connaître la distribution par age au décès de cet effectif initial et, finalement, le nombre moyen d’années vécues par les individus qui la composent, c’est-à-dire leur esperance de vie.*”³⁹

Quadro 17: Fermentelos – Tábua de mortalidade por gerações 1860-1879 (Homens)

Idades	Efe.	Dx	Qx	1-Qx	Sx	Sum Dx	ex
<1	279	43	0,15	0,85	1000	8326	42,1
1-4	236	34	0,14	0,86	846	7480	46,2
5-9	202	16	0,08	0,92	724	6756	49,2
10-14	186	10	0,05	0,95	667	6090	48,2
15-19	176	3	0,02	0,98	631	5459	45,8
20-24	173	5	0,03	0,97	620	4839	41,5
25-29	168	9	0,05	0,95	602	4237	37,7
30-34	159	9	0,06	0,94	570	3667	34,7
35-39	150	9	0,06	0,94	538	3129	31,6
40-44	141	8	0,06	0,94	505	2624	28,5
45-49	133	13	0,10	0,90	477	2147	25,0
50-54	120	14	0,12	0,88	430	1717	22,5
55-59	106	17	0,16	0,84	380	1337	20,1
60-64	89	7	0,08	0,92	319	1018	18,5
65-69	82	11	0,13	0,87	294	724	14,8
70-74	71	13	0,18	0,82	254	470	11,7
75-79	58	11	0,19	0,81	208	262	8,8
80-84	47	21	0,45	0,55	168	93	5,3
>=85	26	26	1,00	0,00	93	0	2,5

³⁹ Graziella Caselli, Jacques Vallin et Guillaume Wunsch, “La table de mortalité d’une generation”, *Démographie: analyse et synthèse – I La dynamique des populations*, Éditions de L’Institut National d’Études Démographiques, Paris, 2001, pág. 181. “Na base das probabilidades de morte por idade, é possível descrever completamente o processo de mortalidade a que uma geração sofreu até à sua extinção final, seguir de idade em idade a redução efectiva do seu efectivo inicial, conhecer a distribuição por idade ao óbito desse efectivo inicial e, finalmente, o número médio de anos vividos pelos indivíduos que a compunham, ou seja a sua esperança de vida.”

Quadro 18: Fermentelos – Tábua de mortalidade por gerações 1860-1879 (Mulheres)

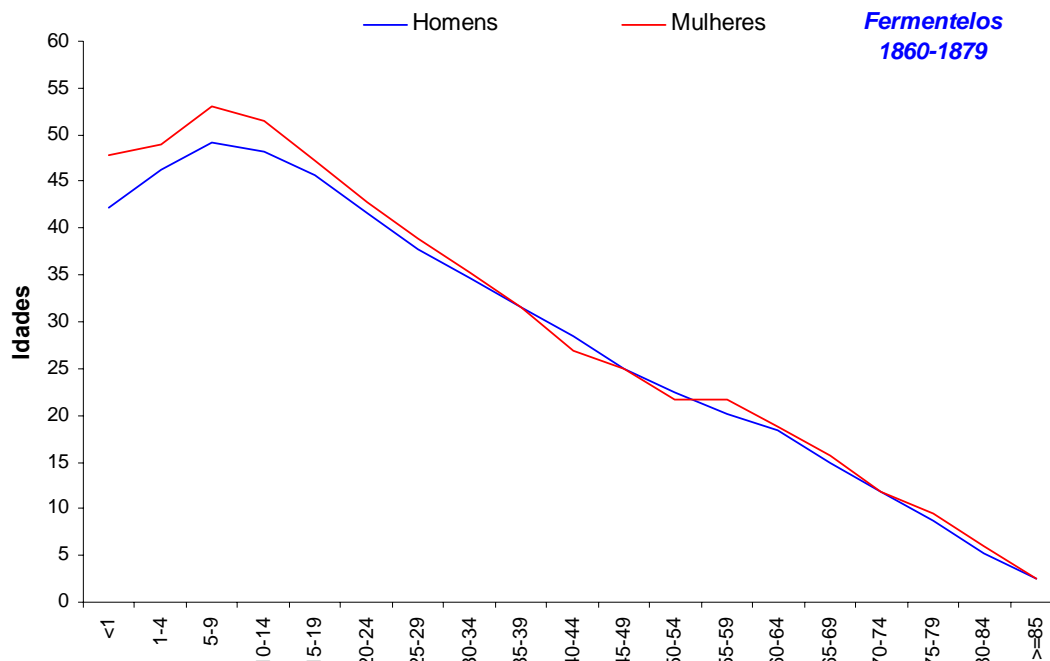
Idades	Efe.	Dx	Qx	1-Qx	Sx	Sum Dx	ex
<1	251	23	0,09	0,91	1000	9458	47,8
1-4	228	35	0,15	0,85	908	8550	49,1
5-9	193	12	0,06	0,94	769	7781	53,1
10-14	181	3	0,02	0,98	721	7060	51,5
15-19	178	2	0,01	0,99	709	6351	47,3
20-24	176	5	0,03	0,97	701	5649	42,8
25-29	171	6	0,04	0,96	681	4968	39,0
30-34	165	6	0,04	0,96	657	4311	35,3
35-39	159	2	0,01	0,99	633	3677	31,5
40-44	157	18	0,11	0,89	625	3052	26,9
45-49	139	9	0,06	0,94	554	2498	25,1
50-54	130	27	0,21	0,79	518	1980	21,6
55-59	103	10	0,10	0,90	410	1570	21,6
60-64	93	10	0,11	0,89	371	1199	18,7
65-69	83	7	0,08	0,92	331	869	15,6
70-74	76	17	0,22	0,78	303	566	11,8
75-79	59	10	0,17	0,83	235	331	9,5
80-84	49	15	0,31	0,69	195	135	6,0
>=85	34	34	1,00	0,00	135	0	2,5

Quadro 19: Fermentelos – Tábua de mortalidade por gerações 1860-1879

(Ambos os sexos)

Idades	Efe.	Dx	Qx	1-Qx	Sx	Sum Dx	ex
<1	530	66	0,12	0,88	1000	8862	44,8
1-4	464	69	0,15	0,85	875	7987	47,6
5-9	395	28	0,07	0,93	745	7242	51,1
10-14	367	13	0,04	0,96	692	6549	49,8
15-19	354	5	0,01	0,99	668	5881	46,5
20-24	349	10	0,03	0,97	658	5223	42,2
25-29	339	15	0,04	0,96	640	4583	38,3
30-34	324	15	0,05	0,95	611	3972	35,0
35-39	309	11	0,04	0,96	583	3389	31,6
40-44	298	26	0,09	0,91	562	2826	27,6
45-49	272	22	0,08	0,92	513	2313	25,0
50-54	250	41	0,16	0,84	472	1842	22,0
55-59	209	27	0,13	0,87	394	1447	20,8
60-64	182	17	0,09	0,91	343	1104	18,6
65-69	165	18	0,11	0,89	311	792	15,2
70-74	147	30	0,20	0,80	277	515	11,8
75-79	117	21	0,18	0,82	221	294	9,2
80-84	96	36	0,38	0,63	181	113	5,6
>=85	60	60	1,00	0,00	113	0	2,5

Gráfico 3: Fermentelos – Esperança de vida (1860-1879)



A escolha deste período e desta freguesia prende-se com os resultados obtidos no seguimento dos percursos de vida da geração de 1860-1879. Dos 536 nascimentos ocorridos no referido período, foi possível seguir o percurso de 530. Dos seis em falta (um em 1860-1869 e cinco em 1870-1879) não foi, por enquanto, possível “descobrir o seu paradeiro”, mas é notório que o seu peso não é significativo, pois representam apenas 1,1% do total da população em observação, e poucas alterações deverão produzir nas tábuas.

Os resultados expressos nos quadros 17 a 19 e no gráfico 3 permitem avançar algumas conclusões. A primeira é que a mortalidade nos primeiros anos de vida joga um papel importante na limitação da esperança de vida. Tal é particularmente visível no sexo masculino, que nos primeiros grupos etários definidos (menos de 1 ano, 1-4 anos e seguintes) está em nítida desvantagem em relação ao sexo oposto. O equilíbrio apenas surgirá a partir do escalão 15-19 anos. Demonstra-se desta forma que a mortalidade incide mais nos rapazes que nas raparigas nas idades mais baixas.

Uma segunda conclusão pode ser retirada da observação da esperança de vida aos 25 anos de idade. Comparando com os resultados expressos nos

quadros 15 e 16 verifica-se que a esperança de vida dos homens do grupo 25-29 anos é muito semelhante. Para o conjunto 1850-1910 este grupo regista 37,5 anos, de esperança de vida ao passo que os fermentelenses entre 1860 e 1879 contabilizam 37,7 anos. As mulheres não são tão favorecidas, já que entre 1850 e 1910 apresentavam uma esperança de vida de 41,4 anos e entre 1860 e 1879 de apenas 39 anos. O conjunto dos dois sexos assume o valor de 38,3 anos comparativamente menor com os 39,6 anos em 1850-1910.

Analisando o grupo dos 25 aos 29 anos de idade numa perspectiva mais global e por sexos, regista-se um ligeiro aumento da esperança de vida ao longo dos mais de 250 anos de observação. Este aumento é mais notório no sexo feminino que no masculino – enquanto este passou dos 31,1 para os 37,5 anos (um aumento de 6,4 anos), aquele passou dos 30,2 para os 41,4 (11,2 anos de diferença). A partir do início do século XIX, a esperança de vida das mulheres em todos os escalões etários suplanta de forma definitiva a dos homens. As explicações para estes progressos acentuados podem localizar-se em dois pontos importantes e absolutamente interligados. Em primeiro lugar, verificou-se um progresso das condições higiénico-sanitárias da população em geral e, mais particularmente, uma diminuição dos riscos inerentes à gravidez por uma melhoria, ainda que muito ligeira, dos cuidados médicos. Em segundo lugar, verifica-se uma redução do número de partos por mulher, ou seja, do número de filhos por família, que começa a fazer sentir os seus efeitos logo desde os primeiros decénios do século XIX e que faz, naturalmente, diminuir os riscos inerentes ao parto.

Como referido, o primeiro aspecto relaciona-se com os progressos higiénico-sanitários, que apesar dos esforços tentados desde bem cedo, foram lentos e de difícil aplicação, como foi o caso das contestadas leis de saúde pública.⁴⁰ Em termos médicos, a situação melhorou de forma mais rápida no sentido de uma prática mais consentânea com a realidade da ciência, comba-

⁴⁰ Os decretos de 21 de Setembro de 1835, que determinava a criação dos cemitérios públicos, assim como o subsequente decreto de 18 de Setembro de 1844, que reforçava a proibição dos enterramentos em igrejas, adros ou capelas e obrigava as inumações a serem feitas nos cemitérios, foram alvo de forte oposição popular.

tendo-se as práticas de charlatães, benzedeadas, barbeiros, sangradores, feiticeiras e de todos os curiosos que se dedicavam a curar doenças. A ciência médica progrediu com uma dinâmica ainda maior quando abandonou as ideias de Galeno em favor das de Hipócrates e dos novos conhecimentos médicos provindos do estrangeiro, nomeadamente de Boerhaave. Este tornou-se “*um elemento decisivo na transição que se operou no final do século XVIII em Portugal; de facto, teria sido à volta da sua obra que se definiu um factor de progresso fundamental na medicina portuguesa*”⁴¹. Teve particular importância a reforma, em 1812, do curso de medicina da Universidade de Coimbra, onde os alunos do 1º ano tinham, para além das cadeiras de Anatomia teórica e prática e Operações Cirúrgicas, a importantíssima cadeira de Arte Obstetrícia.⁴²

No caso concreto e particular do antigo concelho de Eixo, no início do século XIX residiam e certamente exerciam a sua prática médica junto da população quatro médicos, todos eles da nova geração de profissionais deste ramo da ciência: Manuel Gonçalves da Cruz Madaíl (1780-1849), Manuel Luís Abreu Lima (1791-1835), Luís Cipriano de Magalhães (1774-1857) e António Carlos Melo Silva Soares de Sousa (? – antes de 1846). Mas não era apenas de médicos que o antigo concelho se encontrava razoavelmente servido; em termos de farmácias (as antigas boticas), desde o virar do século que se encontravam duas abertas ao público em Eixo e existiam vários boticários disponíveis e dispersos pelo concelho. Encontravam-se na sede concelhia os seguintes farmacêuticos: Joaquim José Ferreira das Neves (1768-1823), Manuel Luís Ferreira de Abreu (1753-1834); em Requeixo, Bento Francisco José da Maia (1765-1843) e Joaquim José de Carvalho (? – 1849), acumulando este último também a profissão de professor. Em Oliveirinha exerciam funções José Gonçalves Fernandes Anção (1792-1857) e Francisco Dias de Carvalho (1800-1876).

O segundo aspecto referido relaciona-se largamente com o anterior. Nos últimos cinquenta anos do século XVIII, o número médio de filhos por família

⁴¹ Jorge Crespo, *A história do corpo*, Lisboa, Difel, 1990, pág. 68.

⁴² Jorge Crespo, *A história do corpo*, op. cit., pág. 81.

fecunda com pelo menos um filho era de 4,96. No primeiro período considerado para o século XIX esse valor recua para os 4,48 filhos para, na segunda metade do século, diminuir ainda para os 4,14. No escalão etário dos 25 aos 29 anos, no qual a maioria das mulheres contrai matrimónio, é particularmente visível esta quebra – dos 5,2 filhos na segunda metade do século XVIII, desce-se significativamente para os 4,7 e 4,3 na primeira e segunda metades do século XIX, respectivamente. Na prática, a diminuição é aproximadamente de quase um filho no espaço temporal de um século.⁴³ Esta redução possibilita, em termos gerais, inferir algumas ideias. Em primeiro lugar, indica que as melhorias na assistência médica surtiram algum efeito, admitindo-se mesmo que alguns partos possam ter ocorrido com intervenção médica. Em segundo lugar, revela que as famílias poderão ter optado por alguma forma de contracepção (por exemplo a abstinência sexual, voluntária ou forçada pela ausência de um dos cônjuges por obra do fenómeno migratório) ao alcançar um determinado número de filhos considerado suficiente. Finalmente, um terceiro aspecto a concluir é que o número de filhos considerado suficiente seria atingido mais cedo (há uma diminuição, ainda que ligeira, da idade ao nascimento do último filho), facto que ficaria a dever-se, em grande parte, ao menor número de óbitos de crianças de menor idade.

No antigo concelho de Eixo, a comparação da esperança de vida no escalão etário dos 25-29 anos permite observar valores inferiores aos das paróquias relativamente próximas, mesmo tomando em consideração que os espaços temporais nem sempre foram coincidentes. Neste caso, foi possível, com a ajuda do *ADF*, ajustar os cálculos para ambos os períodos. Assim, em Aradas,⁴⁴ nas gerações nascidas entre 1690 e 1749, a esperança de vida aos 25 anos de idade encontrava-se nos 31,3 e os 30,3 anos, para homens e mulheres respectivamente (30,7 para os sexos reunidos). Em Eixo, no mesmo período, esse valor cifrava-se em 31,4 para os homens e 31 anos exactos para as mulheres (os dois sexos reunidos contabilizavam 31,2 anos). Entre 1750 e

⁴³ Veja-se, a este propósito, o quadro 11 e o texto adjacente no capítulo respeitante à fecundidade.

⁴⁴ Fernando Alberto Lacerda, *S. Pedro de Aradas (1690-1900) ...*, op. cit., pág. 205.

1819, em Aradas, os valores fixaram-se em 32,5, 31,7 e 32 anos, respectivamente para homens, mulheres e sexos reunidos. Em Eixo, e pela mesma ordem, os resultados obtidos indicam 34,6, 34,2 e 34,4 anos. Se, no primeiro momento considerado, os valores de Eixo e Aradas se apresentam bastante próximos, já no segundo o distanciamento entre eles torna-se bem mais pronunciado em favor de Eixo.

Mais a norte, ainda no distrito de Aveiro, na freguesia de Cortegaça,⁴⁵ estão disponíveis de tábuas de mortalidade completas para os períodos 1830-1859 e 1860-1890. Esta periodização também não é coincidente, em rigor, com a que se estabeleceu para Eixo, por não se possuir valores para a mortalidade infantil anteriores a 1850 e por ser impossível qualquer tentativa de adaptação. Neste caso particular, optou-se por considerar, no primeiro período, a esperança de vida para o grupo de 25-29 anos⁴⁶ e, no segundo, por examinar a esperança de vida à nascença, também para o escalão etário de 25-29 anos. Os resultados obtidos apontam para diferenças um pouco acentuadas entre as duas localidades. A esperança de vida aos 25 anos para o primeiro momento considerado em Cortegaça apresenta valores de 34,3 anos para os homens, 39,7 para mulheres e 37,5 para o conjunto dos sexos. Comparativamente com Eixo,⁴⁷ estes valores são razoavelmente elevados, tomando em linha de conta que nesta última localidade os indicadores para os homens se fixaram em 29,8 anos, para as mulheres em 36,2 e para os sexos reunidos em 35,9. Já no segundo momento, em que é possível cotejar os indicadores da esperança de vida à nascença, o panorama altera-se um pouco. Considerando todas as datas, apenas em Eixo, os resultados indicam que, no período de 1860 a 1890, a esperança de vida à nascença se encontrava nos 47,7 anos para o sexo

⁴⁵ Maria Palmira da Silva Gomes, *Estudo demográfico de Cortegaça...*, op. cit., pp. 112-117.

⁴⁶ Os valores encontrados para Cortegaça foram obtidos a partir de cálculos efectuados sobre as tábuas de mortalidade desta freguesia, que são completas, ao passo que em Eixo se apresentam já sob a forma abreviada (por classes etárias). O valor encontrado para o escalão etário dos 25-29 anos encontra-se, em rigor, indexado à idade de 27,5 anos, embora se mencione neste e noutros textos a “esperança de vida aos 25 anos”.

⁴⁷ Tomando como referência todas as datas. Caso se levasse em linha de conta apenas as datas completas, a diferença entre ambas as localidades seria menor. Neste caso, para os homens registava-se o valor de 36,1 (\cong 1,8 anos a favor de Eixo), para mulheres 36,2 (\cong 3,8 anos a favor das mulheres de Cortegaça) e para ambos os sexos 36,2 (\cong 1,4 anos também a favor de Cortegaça).

masculino, 50,1 para o feminino e 48,6 para ambos os sexos, ou seja, a uma distância de 5-6 anos em relação a Cortegaça, onde os valores eram, pela mesma ordem 41,5, 45,7 e 43,8 anos. À idade de 25 anos os resultados são mais aproximados. Assim, seguindo os mesmos pressupostos, em Eixo, para os homens dessa idade a esperança de vida situa-se nos 39,3 anos contra os 36,5 de Cortegaça. Em Eixo as mulheres esperavam viver ainda 41,3 anos, enquanto as de Cortegaça viam esta possibilidade prolongar-se por mais 43,6 anos. O conjunto dos sexos aponta, para as duas localidades, o mesmo valor: 40,3 anos.

Quadro 20: Esperança de vida em freguesias do distrito de Aveiro

	Anos	Categoria	Eixo					
			Homens	Mulheres	Ambos os Sexos	Homens	Mulheres	Ambos os Sexos
Aradas	1690-1749	> 25 anos	31,3	30,3	30,7	31,4	31,0	31,2
	1750-1819	> 25 anos	32,5	31,7	32,0	34,6	34,2	34,4
Cortegaça	1830-1859	> 25 anos	34,3	39,7	37,5	29,8	36,2	35,9
	1860-1890	Nascimento	41,5	45,7	43,8	47,7	50,1	48,6
		> 25 anos	36,5	43,6	40,3	39,3	41,3	40,3
S. Vicente de Pereira-Jusã	1760-1819	> 25 anos	38,3	40,7	39,5	34,7	34,2	34,4

Ainda no distrito de Aveiro, a freguesia de S. Vicente de Pereira-Jusã⁴⁸ também apresenta uma tábua de mortalidade completa para o período de 1760 a 1819. Neste caso apenas será possível estabelecer uma comparação em idade já adulta, ou seja, para o escalão etário dos 25-29 anos. Nesta freguesia os valores encontrados apontam para uma esperança de vida aos 25 anos de 38,3 para os homens, de 40,7 para as mulheres e de 39,5 para ambos os sexos. São valores superiores aos de Eixo, onde os resultados apontam para 34,7 anos para os homens, 34,2 para as mulheres e 34,4 para ambos os sexos.⁴⁹

Nestas freguesias a análise comparativa da esperança de vida para o grupo etário de 25-29 anos revela um padrão estável entre os 30 e os 40 anos (com exceções de menor significado quer abaixo quer acima destes valores), que

⁴⁸ Hélder J. Pinho de Almeida, *S. Vicente de Pereira-Jusã...*, op. cit., pág. 178-179.

⁴⁹ Novamente, e tal como se verificou para Cortegaça, tomando apenas em consideração as datas completas os resultados são apenas ligeiramente mais aproximados entre estas duas localidades: 35 anos para os homens, 34,2 para as mulheres e 34,6 para ambos os sexos.

apenas parece indicar alterações após 1850, no sentido de um aumento da esperança de vida nestas idades em particular e nas restantes em geral. Os únicos elementos disponíveis para a esperança de vida à nascença referem-se a 1860-1890 e permitem constatar ser no antigo concelho de Eixo que ela é de facto maior, numa variação de 5 a 6 anos em relação à freguesia de Cortegaça.

Existe uma maior quantidade de dados disponíveis para a província do Minho, no noroeste português, assim como para a ilha açoriana do Pico e para algumas paróquias de Trás-os-Montes. Nem a região meridional portuguesa nem a da Beira interior possuem ainda um volume significativo de dados. Neste caso, e como em todas as outras análises, as várias freguesias no seu conjunto não apresentam os resultados de forma idêntica em termos de periodização. Assim, cada investigador optou pela periodização que mais se adequava à freguesia sobre a qual incidiu a sua pesquisa, criando-se dessa forma algumas dificuldades acrescidas no momento de estabelecer comparações ou padrões de comportamento. No entanto, as diferenças não são impeditivas da construção de um quadro global. O quadro 21 apresenta alguns dos valores encontrados para a esperança de vida neste escalão de idades.⁵⁰

⁵⁰ Os dados apresentados no quadro seguinte foram recolhidos a partir de: Guimarães – Maria Norberta Amorim, *Guimarães 1580-1819...*, op. cit., pp. 337-345; Ronfe – Maria Norberta Amorim, “A diversidade de comportamentos demográficos no Portugal de Antigo Regime”, *População e Sociedade*, 1997, nº 3, pp. 137-147; Barcelinhos – Inês Martins de Faria, *Santo André de Barcelinhos. O difícil equilíbrio de uma população 1606-1910*, Guimarães, NEPS, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 1998, pp. 160-164; Romarigães – Carlota Maria Fernandes dos Santos, *Santiago de Romarigães...*, op. cit., pág. 200; Meadela – Maria Glória Parra Santos Sole, *Meadela, comunidade rural do Alto Minho: sociedade e demografia (1593-1850)*, Guimarães, NEPS, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 2001, pág.261; Poiares – Maria Norberta Amorim, “S. Pedro de Poiares de 1561 a 1830.” *Brigantia*, Bragança, 1983-84; Calvão – José Alfredo Faustino, *Calvão, uma paróquia rural...*, op. cit., pp. 213-215; Palaçoulo – Fábria Maria Raposo, *Estudo demográfico de uma paróquia do planalto mirandês...*, op. cit., pág. 156; Couto de Mosteiro – Maria Norberta Amorim, “A diversidade de comportamentos demográficos no Portugal de Antigo Regime”, *População e Sociedade*, 1997, nº 3, pp. 137-147; Selmes – Anabela Silva de Deus Godinho, *Comportamentos demográficos de uma freguesia rural do Baixo Alentejo...*, op. cit., pág. 105; Conceição de Tavira – José António de Faria Pinto, *Estudo demográfico de uma paróquia algarvia: Conceição de Tavira (séculos XVIII- XIX)*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Secção Autónoma de História, 1999, tese de mestrado policopiada, pág. 95; S. Mateus – Maria Norberta Amorim, *Evolução Demográfica de Três Paróquias do Sul do Pico...*, op. cit., pp. 231-239.

Quadro 21: Esperança de vida para o grupo etário 25-29 anos em várias regiões de Portugal

Regiões		Localidades	Períodos	Homens	Mulheres	Sexos Reunidos
Minho	Baixo Minho	Guimarães rural	< 1700	35,2	32,6	33,8
			1700-1739	35,3	32,9	34,0
		Guimarães urbano	< 1700	32,4	32,2	32,2
			1700-1739	30,3	30,2	30,3
	Alto Minho	Ronfe	1700-1789	40,0	38,0	39,0
		Barcelinhos	1677-1752	34,1	36,3	35,5
Trás-os-Montes	Poiães	1700-1789	30,0	31,0	30,0	
	Calvão	1680-1780	37,0	34,1	35,4	
	Paço de Arcos	1720-1820	41,8	33,9	36,7	
Beira Interior	Couto de Mosteiro	1740-1799	36,0	37,0	37,0	
	Selmes	1771-1859	32,8	28,3	30,5	
Baixo Alentejo	Conceição de Tavira	1780-1810	34,9	37,6	36,2	
Algarve	Sul do Pico ("Três paróquias")	1740-1799	40,0	40,9	40,6	
		1800-1849	44,7	45,2	45,1	

A opção pelo grupo de 25-29 anos relaciona-se com a frequente falta de informação com a qual os investigadores se deparam ao pretenderem estudar a mortalidade infantil nas respectivas paróquias; mas este facto não torna impeditiva a determinação do valor da esperança de vida para os escalões concernentes à população adulta. Do quadro referido, que mais não é que uma selecção das muitas paróquias já reconstituídas e estudadas, destacam-se alguns aspectos importantes. Em primeiro lugar, verifica-se a existência de um maior número de paróquias procedentes do Minho e de uma diminuta parcela referente ao interior do país nomeadamente ao território continental situado a sul do sistema montanhoso Montejunto-Estrela.⁵¹ Em segundo lugar, verifica-se que a maior parte dos dados recolhidos referem-se ao século XVIII e a alguns dos primeiros decénios do século seguinte, uma vez que nem todos os trabalhos alcançam um limite temporal para lá do século XIX.

Com excepção das freguesias da ilha açoriana do Pico (compreendendo as freguesias de S. Mateus, S. Caetano e S. João), a esperança de vida para o

⁵¹ Esta maior incidência de paróquias nortenhas é sem dúvida fruto de todo um trabalho desenvolvido pelo Núcleo de Estudos de População e Sociedade da Universidade do Minho.

referido grupo etário situa-se entre os 30 e os 40 anos, valores muito similares aos que foram encontrados para as freguesias da Beira litoral e apresentados no quadro antecedente. Apesar de apenas se dispor de dados para uma zona com características tipicamente urbanas (caso de Guimarães), verifica-se que os valores da esperança de vida da população dessa área são inferiores aos encontrados para as zonas rurais. A este facto não serão certamente alheios dois aspectos. Por um lado, o maior aglomerado populacional e as condições de higiene no meio urbano, que favoreciam a transmissão de doenças. Por outro, a existência de uma camada da população urbana cujos rendimentos dependiam exclusivamente do salário, o que a tornava mais sensível aos aumentos de preços em tempos de dificuldades económicas, criando condições para o aparecimento de fomes ou situações de subnutrição, campo ideal para o aparecimento e propagação de doenças.

Neste particular as populações do mundo rural, em especial da região minhota e da Beira litoral, encontravam-se “mais protegidas”: o povoamento disperso, típico destas regiões, dificultava a propagação rápida da doença, e a existência de pequenas hortas ou courelas junto das casas constituía um recurso em momentos de contrariedades, para além de disponibilizar, por força de uma policultura intensiva, uma variedade apreciável de produtos hortícolas que minimizavam as carências alimentares. Por paradoxal que pareça, as populações do mundo rural, não dispendo dos benefícios que eventualmente a civilização urbana poderia facultar, acabavam por beneficiar de melhores condições de vida que os seus congéneres citadinos. É esta pelo menos a ideia que fica da observação das populações do Minho e da Beira litoral.

As crises de mortalidade

O fenómeno da mortalidade apresenta, em determinados anos, algumas características comuns em termos da distribuição temporal e espacial da sua ocorrência. Com efeito, os óbitos não se distribuem uniformemente ao longo do ano: eclodem muitas vezes durante o período estival e prolongam-se até meio da estação outonal, sendo a sua incidência superior onde os agregados

populacionais são de maior dimensão. Outros elementos caracterizadores podem e devem ser levados em consideração. Como diz Pérez Moreda, a propósito da peste castelhana dos finais do século XVI, *“las curvas locales de bautismos, (...) son el mejor signo disponible del proceso demográfico de la época (...)”*⁵² e, torna-se também lícito acrescentar que o movimento dos casamentos pode, também ele, lançar alguma luz sobre a mortalidade excepcional registada, na falta de outros elementos esclarecedores originários das fontes. A conjugação da distribuição espacio-temporal dos óbitos com as movimentações registadas nos baptismos e casamentos, às quais se poderão acrescentar informações provenientes das mais variadas fontes (que não as demográficas/paroquiais), constituirão um processo mais fiável de avaliação do significado e compreensão da natureza das crises encontradas.

Não cabe, no âmbito deste trabalho, retomar a controvérsia sobre a definição de crises, a sua natureza, extensão e implicações a jusante, mas apenas dar uma ideia das questões que envolvem a mortalidade, a sua análise e a definição de padrões de normalidade ou de crise, nas freguesias do antigo concelho de Eixo.

Desta forma, aceitando *aprioristicamente* o conceito de crise como subida brusca dos número de óbitos, Livi-Bacci definiu-a de forma mais precisa como sendo *“uma elevação inesperada e anormal dos óbitos, devida, em geral, a uma causa exógena ou endógena à população e que, normalmente não está presente na população afectada.”*⁵³ Definir e avaliar a normalidade são questões importantes, senão mesmo essenciais, para que se possa decidir sobre o que pode ou não ser considerado crise. Mas neste capítulo a unanimidade não faz escola.

São várias as metodologias que se propõem medir a normalidade e a crise. Referem-se apenas três, porque mais conhecidas e divulgadas: a metodologia

⁵² Vicente Pérez Moreda, *Las crisis de mortalidade en la España interior...*, op. cit., pág. 247.

⁵³ M. Livi-Bacci, “Crises de Mortalidade: Definição, Métodos de Cálculo, Análise das Consequências”, in M.^a Luiza Marcílio, *População e Sociedade (...)*, op. cit., pág. 73.

de T. H. Hollingsworth, a de J. Dupaquier e a de Livi-Bacci – Del Panta. Todas possuem virtudes e algumas limitações. A opção, no presente estudo, recaiu sobre a proposta de Dupaquier. Genericamente, este método necessita apenas, do volume anual de óbitos como base de trabalho. A partir daí desenvolve-se a fórmula $I = \frac{D - M}{\sigma}$, onde **I** representa a intensidade, **D** o número anual de óbitos, **M** a média aritmética das mortes dos dez anos enquadrantes e **σ** o desvio-padrão do número anual de óbitos. Com o intuito de contornar dificuldades que eventualmente pudessem surgir caso uma crise ocorresse em dois anos contíguos, optou-se por utilizar uma média móvel de treze anos, em que o ano de crise se situa centralmente, excluindo-se do cálculo os anos imediatamente anterior e posterior.⁵⁴ A vantagem deste processo de cálculo das crises de mortalidade excepcional reside no emprego do desvio-padrão, que possibilita a comparação da intensidade das crises entre paróquias ou outras unidades de análise de dimensões naturalmente diferentes. Neste contexto, e de acordo com Dupaquier, a intensidade das crises seria classificada dentro de seis níveis paramétricos:

crise menor ou de magnitude 1: intensidade entre 1 e 2

crise média ou de magnitude 2: intensidade entre 2 e 4

crise forte ou de magnitude 3: intensidade entre 4 e 8

crise maior ou de magnitude 4: intensidade entre 8 e 16

super crise ou de magnitude 5: intensidade entre 16 e 32

catástrofe ou de magnitude 6: intensidade superior a 32

Se o estudo da mortalidade implica, em resultado da natureza dos dados, cuidados especiais, por maior força de razão determinar a existência de crises de mortalidade obriga a cuidados acrescidos. No caso concreto do antigo concelho de Eixo e das várias freguesias que o constituíam, os cuidados ainda terão de ser maiores. As razões são várias. Desde logo, há a referir que os dados disponíveis para cada freguesia têm o seu início em diferentes momentos – Eixo e Oliveirinha em 1590, Eirol em 1621, Requeixo, Nariz e Fermentelos a

⁵⁴ Cf. Vicente Pérez Moreda, *Las Crises de Mortalidad en España Interior...*, op. cit., pp. 103-105.

partir de 1668. Há também que levar em consideração o facto de a freguesia de Eirol, por força das circunstâncias, apresentar as suas séries de dados interrompidas entre 1760 e 1810, no caso dos óbitos. Finalmente, e não menos importante, torna-se necessário levar em consideração a qualidade dos registos. Clarificando melhor esta ideia, os registos de óbito disponíveis até 1860 (em quase todas as freguesias) apenas se referem a maiores de 7 anos, o que deixa de fora uma fatia importante da população, neste caso, os menores dessa idade e em particular os menores de 1 ano.

Perante tais condicionalismos houve necessidade de traçar um plano que possibilitasse o tratamento das crises de mortalidade de forma a constituir um todo coerente e homogéneo. A melhor forma de abordar o problema foi proceder a uma divisão de todo o espaço temporal em dois grandes blocos: antes e após 1850. Esta década marca o início do registo de menores nas diversas freguesias (embora de forma não totalmente coincidente) e, como tal, uma melhor qualidade e controlo dos dados referentes à mortalidade. O período antecedente refere-se, conseqüentemente, apenas a óbitos de maiores de 7 anos. Ainda assim, a divisão da totalidade da série nestes dois blocos não resolve cabalmente os vários problemas que prevalecem e que dizem respeito a cada um deles particularmente. No caso do período anterior a 1850, fica ainda por resolver o problema da falta de alguns dados na freguesia de Eirol e o desfaseamento do início de cada uma das séries. Neste quadro, optou-se por efectuar o tratamento ao nível da localidade que esteve da base de nova freguesia, procurando-se, para além da análise individualizada, agrupar os valores ao nível da freguesia original, ou seja, aquela que existia antes da sua divisão. Sempre que foi possível, elevou-se o patamar da análise agregando os dados ao nível do antigo concelho. Com esta nova perspectiva, obteve-se uma leitura mais abrangente da mortalidade excepcional em todo o espaço territorial do antigo concelho.

A partir de 1850, a situação apresenta-se de forma totalmente diferente, dado não existir falta de dados em nenhuma das freguesias. Assim, para além de se manter o nível de análise por freguesia, antigas freguesias e concelho, optou-se por individualizá-los em escalões etários (crises de menores de 7 anos e de

maiores desta idade). Nestas condições não só se privilegiou um dos escalões considerado problemático (caso do primeiro), como se manteve, ao separar os maiores de 7 anos, a ligação com os períodos anteriores.

Por uma questão de conveniência de análise, decorrente dos dados disponíveis para as várias freguesias, dividiu-se a totalidade do primeiro período (referente aos maiores de 7 anos) em quatro momentos:

1. Um inicial, entre 1590 e 1672, compreendendo apenas os dados de Eixo, Oliveirinha (e naturalmente o conjunto destas duas, que formava a antiga freguesia de Eixo) e ainda a freguesia de Eirol (incluindo-se esta somente a partir de 1621).
2. Um segundo período, entre 1673 e 1760, englobando os dados de todas as freguesias, a respectiva agregação nas antigas freguesias de Eixo e Requeixo e o antigo concelho.
3. Um terceiro período, de 1761 a 1820, igual ao anterior excepto no facto de excluir Eirol por ausência de dados a partir de 1760.
4. Um quarto momento, com início em 1821 e o final em 1850, em tudo igual ao segundo.

O período 1590-1672

1598-1601

Iniciando uma leitura da mortalidade no primeiro dos momentos considerados (1590-1672), nas freguesias para as quais se dispõe de dados (Eixo, Oliveirinha e Eirol após 1621), destacam-se logo os anos de 1598 e 1599 com valores de mortalidade em Eixo razoavelmente superiores aos verificados em anos precedentes (11 óbitos em cada ano). No entanto, já em 1594 surgira um valor um pouco acima do normal (11 óbitos) em relação aos anos enquadrantes e, em 1601, detecta-se uma nova subida, sem no entanto alcançar os valores de 1598 ou 1599. Aparentemente, revela-se neste espaço de tempo uma situação

de crise de mortalidade não muito intensa (que os cálculos efectuados segundo a proposta de Dupaquier acabam por confirmar) nos dois anos acima referenciados com índices de 2,37 e 2,51 (considerando apenas a freguesia de Eixo) ou de 2,43 e 2,16 (reunindo Eixo e Oliveirinha). Em 1601, o valor indiciário encontrado é de 1,74 ou 1,21, conforme se considere o primeiro ou o segundo caso.⁵⁵

**Quadro 22: Resumo da intensidade das crises de mortalidade até 1670
(escala de Dupaquier)**

Anos	Eixo	Oliveirinha	Requeixo	Nariz	Fermentelos	Eirol	Antigo Eixo
1598	2,4						3,0
1599	2,5						3,0
1600		1,7					
1601	1,7						
1609	1,9						
1612	2,4						
1617		3,6					2,7
1619		1,6					
1628	2,5					2,5	2,1
1630		3,0					
1636	2,4					1,6	
1650							1,7
1663	2,3					1,9	
1666		3,5					3,1

Analisando a sequência da mortalidade em termos cronológicos, será porventura conveniente incluir nesta observação o ano de 1594, no sentido de se obter uma melhor compreensão do que terá representado esta década para as gentes destes lugares. Este ano corria normalmente em termos de óbitos até que, em Outubro, o número de decessos verificados iguala todos os que até aí se tinham registado, ou seja, três. A mortalidade apenas deu mostras de abrandamento em Dezembro, já que o mês de Novembro acrescentou mais quatro óbitos ao somatório total. De todos os óbitos verificados nesse ano apenas dois se referem à região de Oliveirinha, sendo os restantes da vila de Eixo. Oliveirinha situada a sul de Eixo, possuía à época poucos habitantes, dispersos sobretudo por casais isolados, não constituindo núcleos populacionais consis-

⁵⁵ Não é possível dispor de um valor indiciário para a eventual crise de mortalidade em 1594, pois este ano encontra-se muito próximo ao início da série e, como tal, não há elementos que permitam o seu tratamento.

tentes. Ao contrário, em Eixo, o povoamento, para além de ser mais antigo e numeroso, aparecia mais concentrado, com um ou outro casal disperso pelos lugares de Azenha de Baixo e Azurva. A dispersão populacional de Oliveirinha terá funcionado como factor de protecção contra a propagação de eventuais epidemias.

Regressando à fonte principal que são os registos paroquiais, verifica-se que não esclarece minimamente a natureza dos óbitos registados, quer no ano de 1594 quer no período compreendido entre 1598 e 1601. Também não é indicada a situação de cada defunto, nomeadamente se é ou não menor, mas encontram-se indicações sobre a feitura ou não de testamentos e a constituição de legados pios, o que leva a pensar que se trata maioritariamente de óbitos de indivíduos adultos.

Como se referiu anteriormente, os anos de 1598 e 1599 revelam um aumento da mortalidade bastante significativo, sendo a forma como se apresenta muito semelhante à de 1594, embora um pouco mais temporã. Em 1598 o aumento dos óbitos ocorre já em Julho e prolonga-se até finais de Outubro e início de Novembro, registando-se nestes 4 meses, em todo o território da antiga freguesia de Eixo, 10 óbitos de um total anual de 13. Mais uma vez, a sede da antiga freguesia é o local mais afectado. Em contrapartida, Oliveirinha regista apenas um óbito em todo o ano. 1599 é semelhante ao ano que o precedeu – calmo em termos de movimento de óbitos até Julho, verificando-se deste mês em diante um novo crescendo até ao início de Outubro. O mês de Setembro é aquele que regista maior incidência de mortes – 4 óbitos, observando-se só no dia 5 a ocorrência de 3. O ano de 1600 decorreu normalmente, mas no seguinte a mortalidade ressurgiu com alguma intensidade, novamente a partir de meados de Agosto até meados de Outubro. Nestes 3 meses apenas, registaram-se mais 7 óbitos, sendo Setembro o mês mais fortemente afectado.

Em termos gerais, será difícil concluir pela existência de uma crise séria nesta região, ao nível das que aconteceram em outras zonas do país, como adiante se verá. O seu grau de intensidade, segundo a escala de Dupaquier, não permite classificá-la acima de uma crise média, nem os elementos disponíveis de

outras fontes permitem uma caracterização mais precisa do que terá acontecido no referido período.

É conhecida esta crise do final do século XVI e início do XVII, não apenas no país, mas também na vizinha Espanha. Ela encontra-se associada à esterilidade de mantimentos e a epidemias de mais variada ordem, entre outras, a peste bubónica e o tabardilho. Coimbra foi afectada entre 1599 e 1602 e Guimarães também sentiu os efeitos da peste em algumas das suas freguesias entre Maio e Dezembro de 1599. O mesmo se poderia dizer de Cuba, no Alentejo, ou de Lagoa, Faro, Portimão e Alvor, no Algarve. Sobre a peste na Península Ibérica, Pérez Moreda demarca o caso português do verificado no interior espanhol na mesma época, adiantando que *“la epidemia pudo tener un carácter relativamente independiente de la que se extendió por el norte y centro de la península. Su origen temprano, ya desde 1597 en Lisboa, y el hecho de tratarse de zonas costeras – grandes portos relacionados com el resto del tráfico en el Atlántico Norte.”*⁵⁶

Duas crises de intensidade média ocorreram em 1617 e 1630, particularmente no lugar de Oliveirinha, e têm como principal característica o facto de surgirem isoladas em termos temporais. A primeira representa apenas 9 óbitos, enquanto a segunda significou 14. A quantidade de decessos não é grande, mas na prática significam sensivelmente o dobro da média dos óbitos registados nos anos anteriores. Também não se regista a ocorrência de crises sérias em outros locais do país. Apenas em Coimbra se detecta o início de um presumível surto de tifo em 1630, que terá o seu paroxismo nos anos seguintes.⁵⁷ As décadas de 40 e 50 do século XVII decorrem sem grandes sobressaltos em termos de mortalidade, quer em Eixo quer em Oliveirinha.

⁵⁶ Vicente Pérez Moreda, *Las crisis de mortalidad en la España Interior...*, op. cit., pág.260.

⁵⁷ António de Oliveira, *A vida económica e social de Coimbra de 1537 a 1640*, Coimbra, 1971, vol. I, pp. 279-281 e 286.

A década de 1660

A década de 60 do século XVII ostenta características *sui generis*: é permanentemente pontilhada por pequenas crises de mortalidade de intensidade muito reduzida (crises menores de Dupaquier),⁵⁸ apresenta um saldo fisiológico positivo (os nascimentos superiores aos óbitos em 324 unidades) e os casamentos conhecem um fase explosiva. Apesar das sucessivas crises de mortalidade de grau 1 e 2, o saldo é extremamente positivo.

Analisando mais a fundo esta década, constata-se que a freguesia de Eixo sofre a acção de uma única crise de mortalidade de grau 2, em 1663, que corresponde a 20 óbitos. Já o lugar de Oliveirinha, tendo passado esse ano incólume, sentirá os efeitos de uma crise menor em 1664 (26 óbitos), para em 1666 e 1667 se ver assolado por duas crises respectivamente de grau 2 (33 óbitos) e 1 (18 óbitos). O ano de 1666 tem a particularidade de registar óbitos em todos os meses, sendo os mais críticos Maio e Dezembro, responsáveis por 5 e 6 óbitos respectivamente. A situação de crise prolonga-se de Dezembro de 1666 a Janeiro do ano seguinte, contabilizando-se neste último mês 4 decessos.

Dois aspectos muito interessantes surgem de permeio: o volumoso número de baptismos em 1666 (50 dos quais provenientes de Oliveirinha) e o não menos significativo número de casamentos em Eixo no ano seguinte (39). Entre Outubro de 1666 e Março de 1667 registaram-se 35 casamentos, com destaque para o mês de Fevereiro, que averbou 19 enlaces.

Resumindo, em todo o período até 1670 os lugares de Eixo, Oliveirinha e Eirol foram sacudidos por crises de intensidade reduzida, que no cômputo geral não ultrapassam classificação de menor ou média na escala de Dupaquier. Acresce que a ocorrência destes momentos de crise não teve continuidade em termos temporais ou geográficos, sendo estes isolados e limitados ao local de observação. Em termos mais precisos, Eixo viveu 8 crises de mortalidade (6 de

⁵⁸ Veja-se sobre a intensidade das várias crises nos anexos a este capítulo as tabelas 28 a 46.

magnitude 2 ou intensidade média), Oliveirinha 6 (3 de magnitude 2) e Eirol, nos 50 anos disponíveis para observação, passou por 3 (1 de magnitude 2 e as restantes de 1). Um aspecto interessante que importa referir é o facto de Eixo e Oliveirinha apenas terem atravessado em conjunto uma mesma crise, isto é, nestas localidades as crises nunca ocorreram de forma simultânea. A excepção referida ocorreu no ano de 1650, em que ambas as localidades apresentam indicações de crises menores de muito baixa intensidade. Compete ainda referir que, para além de 1598 e 1599, não existiram dois anos consecutivos de crise em qualquer uma das localidades.

Transpondo a observação para o quadro do território da antiga freguesia de Eixo, o panorama das crises fica reduzido a 6 ao longo dos 80 anos em análise. Com excepção de uma, todas foram de intensidade média e dispersas ao longo deste período de tempo. A sequência de crises de intensidade média ao longo desses anos poderia ter tido consequências importantes não sendo estas todavia visíveis, uma vez que a população apresenta num movimento de clara expansão.

O período de 1673-1760

Neste espaço temporal inserem-se já as freguesias que integravam a antiga freguesia de Requeixo (Nariz, Fermentelos e, naturalmente, Requeixo), o que possibilita a análise mais alargada ao nível da mesma e, por conjugação com os dados procedentes da antiga freguesia de Eixo, ao nível do antigo concelho. Em termos gerais, é um período marcado por múltiplas crises de mortalidade, na sua grande maioria de grau 2 (intensidade média), com anos de crise generalizada em duas ou mais freguesias. Como exemplo, cite-se o caso de 1749, em que, das seis freguesias em observação, cinco sofreram os efeitos de uma crise de mortalidade em simultâneo. No entanto, na maior parte das vezes as várias freguesias não eram afectadas por situações deste tipo. Frequentemente a crise iniciava-se numa ou duas freguesias, onde se desenvolvia e desaparecia, transitando no ano seguinte para uma freguesia vizinha. O melhor pro-

cesso de acompanhamento das várias crises será seguir a evolução dos óbitos de acordo com o calendário e o local da sua ocorrência.

**Quadro 23: Resumo da intensidade das crises de mortalidade 1673-1760
(escala de Dupaquier)**

Anos	Eixo	Oliveirinha	Requeixo	Nariz	Fermentelos	Eirol	Antigo Eixo	Antigo Requeixo	Antigo concelho
1677					2,6				
1685	2,3	2,8					3,0		1,9
1686	3,4	4,1					4,4		3,1
1687			1,8	6,8				3,1	2,3
1689					3,5				
1695						2,0			
1699	1,7	3,7					2,9		1,6
1701				2,0				1,5	
1702						1,8			
1705	1,8		1,8	1,8				2,1	1,9
1706	3,2		2,6				2,5	2,0	2,9
1707					5,0				
1708					2,0				
1711						3,5			
1713	2,9	2,3					2,8		2,4
1715				3,3					
1722				1,8					
1723	3,1						1,9		
1724			2,6		2,6			3,2	2,5
1726			1,7			5,2			
1730		2,7		2,2			1,9		
1731		2,3	1,7	3,2				2,6	2,7
1734	2,5						1,5		
1736						1,6			
1737						1,9			
1738				4,8					
1739				1,7					
1742			2,2					1,6	
1746				2,3					
1747				7,1				1,6	
1748		2,6			2,6				
1749	2,5	5,0	2,0		2,2	7,3	5,1	1,9	4,5
1750	4,7		1,9				2,9		2,8
1757	1,7	2,6	5,4				3,2	3,7	6,0
1758	2,2						2,0		2,4
1759		2,1							
1760				2,5					

1684-1687

O último quartel do século XVII ficou marcado por uma crise relativamente importante, mais pela sua duração e extensão que pela intensidade. A freguesia de Eixo foi a primeira a dar sinais de alguma anormalidade, já em Dezembro de 1684, quando registou 7 óbitos, número bastante superior à média mensal de 2 que vinha a ser registada. Mais uma vez as causas de óbito estão omissas nos registos, mas foi possível determinar que, destes 7, 2 foram de indivíduos de 15 e 21 anos, ambos solteiros. Desse total sabe-se ter apenas

um deixado testamento. Dos meses seguintes apenas Fevereiro trouxe novo acréscimo de óbitos, tendo alcançado a cifra de 5. O resto do ano foi calmo mas em Setembro de 1685, em Oliveirinha, registam-se 6 óbitos e em Eixo 4, o que fez deste mês o mais mortífero de todo o ano. Após um Outubro mais tranquilo, Novembro surge com mais 6 óbitos em Eixo, logo seguido de Dezembro, com 10 (4 em Eixo e 6 em Oliveirinha).

O novo ano de 1686 não traz melhorias. Após um mês de Janeiro tranquilo, repete-se o mesmo padrão do ano anterior, com Fevereiro, Março e Abril bastante fortes em termos de óbitos em ambos os lugares (Eixo com 7+9+6 e Oliveirinha com 3+4+3, respectivamente). Este último lugar ainda terá uma nova subida de óbitos em Agosto e Outubro, com 5 decessos em cada um destes meses. O cômputo global dos dois anos traduziu-se em duas crises de mortalidade de grau 2 e 3 para o conjunto das duas freguesias, sendo no entanto Oliveirinha a mais afectada.

No ano seguinte, em especial no último trimestre do ano, a incidência da mortalidade desloca-se para as localidades da antiga freguesia de Requeixo, particularmente Nariz. Este lugar regista, nesse curto lapso de tempo, 14 óbitos, que, aliados à pequena dimensão do lugar, transformam a situação numa crise de mortalidade *forte*. Requeixo, apesar de ter no mês de Dezembro 7 óbitos, regista apenas uma crise de intensidade média, tal como a globalidade da antiga freguesia de Requeixo.

Apesar de se desconhecer a causa dos óbitos as crises que assolaram durante estes anos as freguesias do antigo concelho de Eixo revelam uma mortalidade de característica outono-invernal, centrada nos meses mais frios e chuvosos do ano. O mesmo aconteceu com Fermentelos em 1689; tendo registado 6 óbitos em Janeiro, ou seja, num único mês houve mais óbitos que em qualquer um dos anos antecedentes.

Em relação ao resto do país não se vislumbram relações significativas destas crises de mortalidade, ou linhas que possam ser comuns. Entre 1686-1687, na paróquia transmontana de Rebordãos, Norberta Amorim regista uma crise de

mortalidade à qual atribui origem em surtos epidémicos⁵⁹ e, em Guimarães, a mesma autora refere a existência de quebras na produção agrícola a partir de 1683 (com anos secos e frios), que terá reflexos numa conjuntura depressiva em termos económicos e populacionais até ao final do primeiro decénio do século XVIII.⁶⁰ Em Cortegaça são referenciadas crises em 1685 e 1689, mas as suas causas não estão determinadas.⁶¹

Um aspecto interessante diz respeito a este último quartel do século XVII e ao primeiro decénio do século seguinte. Trata-se da evolução do número de casamentos, que revela uma tendência sempre crescente, mesmo levando em consideração momentos de crise. Na década de 80, em Eixo, há 4 anos que ultrapassam a marca de 20 casamentos cada. No decénio de 90, verifica-se o máximo absoluto até então registado, com 50 casamentos em 1693. A primeira década do século XVIII tem 6 anos com valores de casamentos acima dos 24 anuais. Em Requeixo, apesar de um começo mais modesto, os actos nupciais também não cessam de crescer: 110 casamentos em 1681-1690, 178 em 1691-1700 e 211 em 1701-1709.⁶² Um volume de casamentos desta dimensão torna difícil a conciliação com a ideia de crise de mortalidade.

Os primeiros quarenta anos do século XVIII

O século XVIII inicia com alguma instabilidade em termos de óbitos, apesar destes estarem circunscritos a crises de mortalidade que não ultrapassam a classificação de média. As excepções são três, todas elas isoladas no tempo: Fermentelos, que em 1707 e 1708 apresenta crises respectivamente *forte* e *média*; Eirol, que em 1726, evidencia uma crise de grau 3; Nariz, que em 1738 e 1739 apresenta respectivamente crises *forte* e *menor*. No entanto, estas não foram de uma intensidade tão forte que implicasse o aparecimento de uma

⁵⁹ Maria Norberta Amorim, *Rebordãos e a sua população...*, op. cit., pp. 78-80.

⁶⁰ Maria Norberta Amorim, *Guimarães...*, op. cit., pp. 296-300.

⁶¹ Maria Palmira Silva Gomes, *Cortegaça...*, op. cit., pág. 104.

⁶² Para dados mais precisos veja-se nos **Anexos** ao Capítulo IV – *Movimentos gerais da população*, os quadros 1, 3 e 6.

crise na antiga freguesia de Requeixo. As reduzidas dimensões populacionais das freguesias e um número médio de óbitos dos anos antecedentes pouco elevado, proporcionaram, perante uma subida pontual do valor absoluto dos decessos para um pouco mais do dobro, a classificação de *forte*. Para além deste aspecto refira-se que se trata de casos isolados em termos espaciais e temporais.

Numa apreciação geral, os primeiros 42 anos do século XVIII, foram, na sua generalidade, um período relativamente calmo em termos de mortalidade. Esta tranquilidade consubstancia-se no número de crises detectadas em cada uma das freguesias e no seu grau de intensidade. Deste modo, Eixo registou cinco crises, sendo quatro de grau 2 e apenas uma de grau 1; Oliveirinha acusa apenas três crises, todas de intensidade média; Requeixo soma seis crises, sendo três de média intensidade e as restantes menores; Nariz soma sete crises, uma de grau 3, já referida, três de grau 2 e outras tantas de grau 1; Fermentelos soma três crises, sendo uma de grau 3 e as restantes de grau 2; finalmente, Eirol tem seis crises das quais quatro são menores, uma de grau médio e outra, já referida, de *forte* intensidade.

Subindo para o nível da antiga freguesia de Eixo, as crises totalizam cinco ocorrências, sendo três menores e duas de grau médio. Ao nível da antiga freguesia de Requeixo o panorama não é muito diferente: seis crises, das quais quatro de intensidade média e duas menores. O conjunto das duas antigas freguesias, formando o antigo concelho, apresenta cinco crises, das quais quatro de grau médio e uma menor. Compete ainda referir que as crises de grau médio ficam em todos os casos distantes da classificação de *forte*.⁶³

Aparentemente a região do antigo concelho de Eixo não foi atravessada de forma significativa pelo período de crise que se estendeu de 1705 a 1708 um pouco por todo o país e mesmo por Espanha e França, prolongando os seus

⁶³ A que mais se aproxima encontra-se avaliada em 3,5, portanto ainda um pouco distante do valor 4, indicativo de uma crise forte.

efeitos ainda na década seguinte.⁶⁴ Os invernos frios e rigorosos, a carestia de produtos essenciais como resultado de crises de produção, o envolvimento na Guerra da Sucessão de Espanha e alguns surtos epidémicos deixaram a sua marca na população, em muitos pontos do território nacional.⁶⁵ Mas esta região do baixo Vouga parece ter passado ao lado dessa crise. Ficam alguns dados que se podem reputar importantes para o caso do antigo concelho de Eixo. Olhando para os saldos fisiológicos, verifica-se que estes não se apresentam negativos em Requeixo, Oliveirinha e Nariz. Em Eixo, 1702 apresenta -2, 1713 -4 e 1723 -10. Fermentelos mostra em 1705 um saldo fisiológico negativo de -1, em 1707 de -4 e em 1724 também de -4. Já em Eirol o caso é um pouco mais complexo. Em 1706 surge com 4 óbitos a mais que baptismos, seguindo-se 1707 com 2 óbitos a mais e 1711 com um baptismo a menos que os óbitos. Em 1721 o saldo fisiológico é também negativo em uma unidade, em 1722 esse valor sobe para 3 e em 1726 alcança a diferença de 11 unidades.

Levando em linha de conta as antigas freguesias, verifica-se que não existem saldos fisiológicos negativos e, pela mesma ordem de ideias, a nível do concelho também não. Mesmo com um ligeiro incremento do volume dos óbitos, é preciso levar em consideração que o ritmo de baptismos não conhece qualquer abrandamento no período em questão, chegando mesmo a aumentar. O mesmo se passa em relação aos casamentos, que, pelo menos até 1709 (data em que ainda se dispõe de dados para Requeixo), não conhecem qualquer desaceleração.

Uma observação das localidades vizinhas deixa antever o mesmo panorama. Aradas não regista qualquer crise de mortalidade de 1700 a 1715,⁶⁶ o mesmo se verificando na então vila de Aveiro, no período de 1703 a 1715, num total de 3 freguesias (Apresentação, Espírito Santo e Vera-Cruz).⁶⁷

⁶⁴ João Nunes de Oliveira, *A Beira Alta de 1700 a 1840 gentes e subsistências*, Viseu, 2002, Palimage Editores, pp. 323 e seguintes.

⁶⁵ Maria Hermínia Vieira Barbosa, *Crises de mortalidade em Portugal desde meados do século XVI até ao início do século XX*, Cadernos NEPS, Núcleo de Estudos de População e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Guimarães, 2001, pp. 17-22.

⁶⁶ Fernando Alberto Lacerda, *S. Pedro de Aradas...*, op. cit., pág. 210.

⁶⁷ Inês Amorim, *Aveiro e a sua provedoria...*, op. cit., pp. 177-178.

O início da segunda década do século XVIII parece ter trazido algumas dificuldades aos habitantes de Eixo em particular, uma vez que nas restantes paróquias tal não se verifica. Regista-se uma diminuição brusca do total de casamentos, em particular nos anos de 1712, 1714, 1716 e 1717, com registos de apenas 3, 8, 8 e 9 matrimónios, respectivamente. Esta situação foi acompanhada por uma muito ligeira diminuição dos nascimentos, mas os saldos fisiológicos continuam positivos, com excepção do ano de 1713, em Eixo, com quatro óbitos a mais em relação aos nascimentos. A localidade de Oliveirinha regista também uma ligeira diminuição dos saldos fisiológicos nos anos de 1713 e 1715, mas estes continuam largamente em terreno positivo. No ano de 1715 apenas Nariz regista uma crise de mortalidade de grau 2, com os óbitos a ultrapassarem os baptizados em uma unidade, mas realce-se mais uma vez que a freguesia é de dimensões muito reduzidas.

A década seguinte inicia-se com a ameaça, latente em todo o reino, da chegada da peste que grassava na Provença, que ficaria conhecida como a peste de Marselha e eclodira nesta cidade em 21 de Julho de 1720. As autoridades portuguesas chegaram a tomar medidas rigorosas para prevenir a sua entrada em território nacional,⁶⁸ mas a epidemia não chegou a cruzar as fronteiras.

No ano de 1723 surge em Eixo um surto epidémico, de características sazonais (incidindo sobretudo nos meses de Novembro e Dezembro), responsável por 11 dos 27 óbitos registados nesta localidade, não havendo paralelo nas outras localidades do antigo concelho. No ano seguinte, é em Requeixo e Fermentelos que a mortalidade incide com maior força. Na primeira das localidades são os meses de Março, Abril e Novembro que congregam o maior número absoluto de óbitos, mas estes encontram-se distribuídos quase igualmente pelos vários meses do ano, pelo que se torna difícil definir a crise como sendo epidémica. Em Fermentelos regista-se, nesse ano, um saldo fisiológico negativo de 4 unidades, e quase metade dos óbitos (5) ocorre durante o mês de

⁶⁸ João Nunes de Oliveira, *A Beira Alta...*, op. cit., pág. 331.

Janeiro, o que aponta para uma situação de mortalidade associada a problemas das vias respiratórias.

Os anos de 1730 e 1731, mais particularmente este último, trazem uma nova situação de aumento da mortalidade, em particular em Requeixo, Oliveirinha e Nariz. Em nenhuma destas localidades se registam saldos fisiológicos negativos, mas em todas se constata uma ligeira quebra no volume dos nascimentos. Em Oliveirinha, os óbitos ocorrem predominantemente em dois períodos do ano: entre Março e Abril e entre os meses de Agosto e Setembro. Em Requeixo, a aglomeração de óbitos nestes meses é menos evidente, mas o segundo semestre do ano comporta quase dois terços do total do ano. Em Nariz, os óbitos concentram-se sobretudo nos meses de Janeiro e Novembro, o que faz supor a prevalência de doenças do foro respiratório e pulmonar.

A incidência da mortalidade no verão estará de alguma forma ligada à água, nomeadamente ao consumo de águas impróprias, que poderá ter dado origem a doenças do foro gastrointestinal. A presença de águas estagnadas também terá facilitado a profusão de mosquitos e a transmissão de doenças febris, particularmente o paludismo. Será naturalmente difícil estabelecer a origem deste aumento da mortalidade, uma vez que não se dispõe de informações claras e precisas sobre as causas de morte.

A década de quarenta não trouxe no início grandes problemas. Regista-se uma crise de média intensidade em Requeixo, no ano de 1742, que começa nitidamente no ano anterior. É ainda em 1741 que se começa a desenhar a possibilidade de crise, dado o súbito aumento do volume de óbitos de 12 para 35, em especial no segundo semestre do ano. Esse volume ainda cresceu em 1742, para os 43 óbitos, registando-se de Julho a Outubro desse ano 26 casos, ou seja, o mesmo valor que em igual período do ano anterior. O regresso à normalidade fez-se de forma lenta, uma vez que 1743 ainda regista 33 óbitos. No entanto as marcas desta crise foram poucas e o saldo fisiológico é positivo em todos os anos, sendo o de 1743 igual à soma dos dois anos anteriores.

Foi uma crise muito limitada neste conjunto de 6 freguesias. Apenas Eirol acompanhou o crescendo de mortalidade, contabilizando uma crise de intensidade menor.

Na vizinhança, no ano de 1742, Aradas tem uma crise de intensidade média e Aveiro, nas três paróquias que serviram de referência, apresenta uma crise de mortalidade forte, com um saldo fisiológico bastante negativo (os óbitos superaram os baptismos em 85 unidades). Na base da crise em Aveiro terá estado uma situação de crise frumentária, de âmbito local, à qual se associou uma possível peste oriunda do Mediterrâneo, que terá penetrado na vila por embarcações provenientes dessa região.⁶⁹

1747-1750

O final da década de 40 do século XVIII revelou-se problemático para as localidades do antigo concelho de Eixo. O primeiro sinal surge em Nariz no ano de 1746, quando o volume de óbitos dobra a média habitual, e prolonga-se na mesma freguesia para 1747, quando esse volume mais que quadruplica. Neste último ano, o saldo fisiológico apresenta um valor negativo de 10 unidades. O movimento ascensional dos óbitos nesta freguesia começou em Dezembro de 1746; os dois óbitos registados nesse mês tiveram continuidade em Janeiro do ano seguinte. Houve novo abrandamento e nova fase de alta dos óbitos entre Abril e Junho, prolongando-se com menor intensidade até Setembro de 1747.

Simultaneamente, durante o ano de 1747, Oliveirinha e Requeixo davam também sinais de alteração nos óbitos, apresentando um saldo fisiológico negativo de 7 e 2 unidades, respectivamente. Quer numa quer noutra localidade, o volume de óbitos duplicou em relação à média dos anos anteriores e manteve-se em níveis altos nos anos seguintes (1748 e 1749) em Oliveirinha, e até 1750 em Requeixo.

⁶⁹ Inês Amorim, *Aveiro e a sua provedoria...*, op. cit., pág. 189.

Os óbitos nestas duas localidades seguiram um padrão um pouco diferente. Em Oliveirinha, o primeiro pico manifesta-se em Abril de 1747, decrescendo rapidamente para voltar a ressurgir entre meados de Agosto e Novembro. Em Requeixo, o movimento ascensional toma forma logo em Fevereiro, prolongando-se, sem quebras, até Junho, momento a partir do qual se dilui completamente. O ano seguinte de 1748 seria de normalidade em termos de óbitos nesta freguesia.

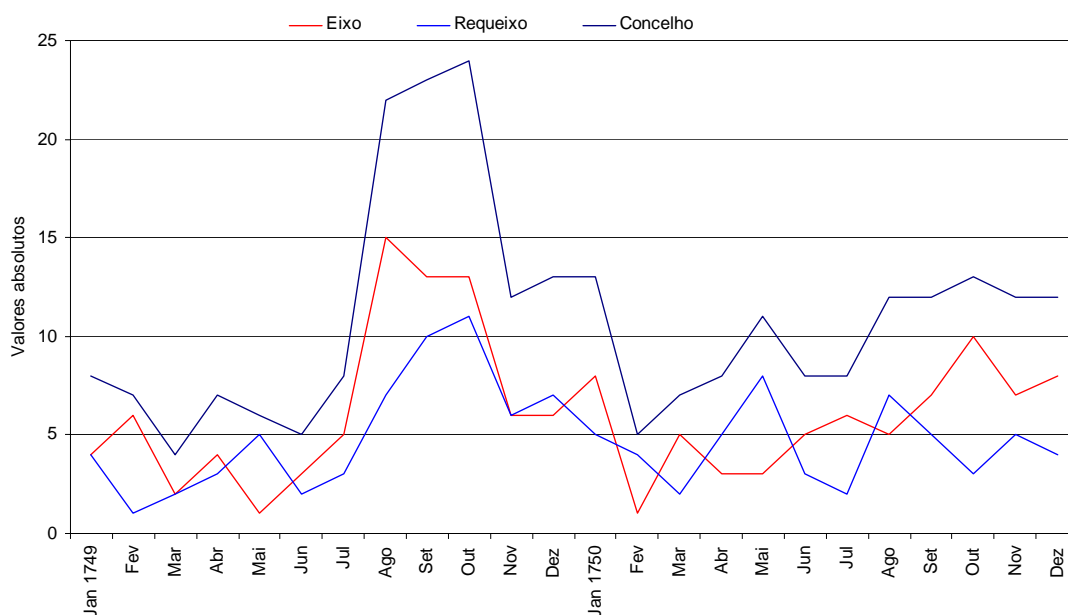
Fermentelos também vê o número de óbitos aumentar grandemente em 1746 e 1748. No primeiro ano são os meses de Setembro a Dezembro que registam maior quantidade de óbitos; no segundo são os de Janeiro a Março (com particular incidência deste último). No entanto, Fermentelos não regista saldos fisiológicos negativos.

O ano de 1749 é claramente o mais gravoso de toda a série. Neste ano, 5 das 6 freguesias que compunham o antigo concelho de Eixo sofrem crises de mortalidade, sendo classificadas de *forte* em Oliveirinha e Eirol, e de *média* em Eixo, Requeixo e Fermentelos. Reunindo os dados pelas antigas freguesias de Eixo e Requeixo, o resultado é uma crise *forte* na primeira e *média* na segunda. Subindo para o nível mais vasto do antigo concelho, pela reunião das duas antigas freguesias, o resultado continua a ser uma crise *forte*.

O tempo de crise não se esgota apenas em 1749. Pelo menos nas freguesias de Eixo e Requeixo e estende-se ainda para 1750, alcançando na primeira o seu paroxismo com a classificação de *forte* e na segunda com a de *menor*. Apesar da intensidade atingida, nem todas as freguesias registaram saldos fisiológicos negativos. Eixo tem um saldo negativo de 12 unidades (7 em 1749 e 5 em 1750); Oliveirinha regista um saldo negativo de 15 nascimentos em 1749; Eirol apresenta um saldo negativo de 12 unidades em 1749 e apenas de uma em 1750. Apesar de apenas se dispor de dados para os casamentos de Eixo, Eirol e Fermentelos, é possível verificar que, apesar dos tempos de crise, os enlances matrimoniais se realizam em bom ritmo. Em Eixo, os anos de 1745 e 1746 registam 16 e 15 casamentos respectivamente; 1747, imediatamente antes da eclosão da crise, fica pelos 9; os anos de crise de 1748, 1749 e 1750

registam respectivamente 27, 28 e 22 casamentos. Passada a crise, em 1751 e 1752 observam-se 19 e 17 casamentos respectivamente, num aparente regresso à normalidade. Em 1750 Fermentelos regista um dos valores mais elevados dos vários anos: 7 casamentos. Em Eirol, onde o quantitativo de casamentos por ano é baixo, também se celebrou um matrimónio.

Gráfico 4: Crise de 1749-1750 nas antigas freguesias de Eixo, Requeixo e no antigo concelho



O gráfico 3 revela o pico da crise entre Agosto e Outubro de 1749, com nova réplica nos mesmos meses do ano seguinte. É visível também que na antiga freguesia de Requeixo o volume de óbitos não foi tão expressivo quanto o de Eixo, mas o seu movimento ascensional na fase mais aguda da crise é muito semelhante em ambos os lugares.

Existem na historiografia local alguns elementos que possibilitam o equacionar da crise. Também em Aradas, nos anos de 1747 e 1748 se viveu um período de crise de mortalidade, cuja intensidade variou entre a *média*, no primeiro ano, e a *menor* no segundo. Em Aveiro, segundo Inês Amorim,⁷⁰ “constatou-se que nos anos de (...) 48 e 49 (...) não se tratou de crises por mortalidade juvenil,

⁷⁰ Inês Amorim, *Aveiro e sua provedoria...*, op. cit., pág. 178.

mas por mortalidade adulta”. Para além dos registos paroquiais, foram utilizadas as fontes hospitalares, neste caso do Hospital da Misericórdia, onde durante o período de crise faleceu mais de meio milhar de indivíduos.⁷¹

Aparentemente a crise não se confinou a Aveiro: *“1747 a 1749, em paralelo com Aveiro nota-se uma crise acentuada em Idanha, sentida, igualmente, na Espanha interior; parece ser comum à França, caracterizada por um maior peso da mortalidade adulta, embora a infanto-juvenil não tenha valores muito distantes, sobretudo em 1747.”*⁷² De facto, as indicações que apontam para uma crise mais generalizada parecem ser justificadas. Norberta Amorim⁷³ encontrou situação idêntica em Guimarães, embora a violência da crise não se estenda a 1750, não havendo indicações de qualquer *“epidemia generalizada ao Norte do País”*. Mesmo na Beira Alta, os anos de 1748 e 1749 *“foram já calmos”*.⁷⁴

1757-1760

Calmos foram também os anos iniciais da década de 50 do século XVIII, nos lugares do antigo concelho de Eixo, mas não seria por muito tempo. Entre 1757 e 1760 irrompe nova situação de crise, que afecta de uma ou outra forma quase todas as freguesias.

O ano de 1757 revela-se mais um ano de crise geral em 3 das 5 freguesias do antigo concelho. Apenas escapam as de menor dimensão – Nariz e Fermente-

⁷¹ Inês Amorim, *Aveiro e sua provedoria...*, op. cit., pág.186. Em 1747/1748 o total de óbitos foi de 156, sem distinção do sexo indicada. Em 1748/1749 faleceram 79 homens, 36 mulheres e 35 crianças o que perfaz um total de 150. No último ano, 1749/1750, aparentemente o mais gravoso, faleceram 90 indivíduos do sexo masculino e 90 do feminino, enquanto o número de crianças não foi além dos 25, para um total de 205 do ano. A percentagem de crianças oscila segundo esta fonte hospitalar entre os 23% em 1748/1749 e os 12% em 1749/1750.

⁷² Inês Amorim, *Aveiro e sua provedoria...*, op. cit., pág. 189.

⁷³ M.^a Norberta Amorim, *Guimarães ..*, op. cit., pp. 304-307.

⁷⁴ João Nunes de Oliveira, *A Beira Alta...*, op. cit., pág. 348.

los (Eirol também aparenta não a ter sofrido).⁷⁵ A freguesia que mais gravosamente se viu afectada foi Requeixo, com 63 óbitos e um saldo fisiológico negativo de 17 unidades. Nem Eixo nem Oliveirinha tiveram valores negativos nos respectivos saldos fisiológicos. O grau de intensidade da crise foi *forte* em Requeixo, *médio* em Oliveirinha e *menor* em Eixo. Em Requeixo a distribuição dos óbitos é bastante difusa ao longo dos vários meses do ano, não se definindo um zénite do período de crise. Por esse facto, a hipótese de se ter tratado de uma crise epidémica parece ser de afastar. Em Oliveirinha, a situação é um pouco mais clara. Uma fatia significativa dos 7 óbitos situa-se em Janeiro, na sequência de outros casos verificados nos últimos meses do ano anterior. A situação acalma nos meses seguintes, para voltar a recrudescer a partir do mês de Outubro até final do ano, não apresentando posterior continuidade. Em Eixo, o movimento ascensional dos óbitos inicia-se já no final de 1757, nos meses de Novembro e Dezembro, estendendo-se até final de Abril do ano seguinte.

Em Aveiro, a crise surge mais cedo, em 1756. Inês Amorim aponta como presumíveis justificações para a mortalidade excepcional o “*progressivo entupimento da barra (...) a existência de águas paradas, a formação de febres.*”⁷⁶ Aradas, vizinha de Eixo e Aveiro, passa incólume neste período.

O período de 1760-1820

Este período de 60 anos é caracterizado pela existência de crises de intensidade *menor* e *média*, pontilhadas localmente por uma ou outra crise *forte*, sem reflexo importante na globalidade do antigo concelho ou das antigas freguesias. Realça-se o facto de as freguesias de maior dimensão (Eixo e Requeixo) conhecerem, neste período, poucas crises: a primeira contabiliza 6 (1 *forte*, 2 de intensidade *média* e 3 *menores*) e a segunda 5 (3 *médias* e 2 *menores*).

⁷⁵ Não existem dados referentes a esta freguesia a partir de 1760, por isso não se pode medir a intensidade da crise pelos óbitos registados. Pelos valores absolutos, estes aparentam enquadrar-se nas médias do decénio.

⁷⁶ Inês Amorim, *Aveiro e sua provedoria...*, op. cit., pp. 189-190.

Outro pormenor que compete realçar é o espaçamento dessas mesmas crises. Neste caso, Requeixo conhece um período de 30 anos sem qualquer ocorrência significativa (de 1781 a 1810), o mesmo se verificando em Fermentelos de 1794 a 1811. Em Eixo as crises surgem a um compasso de 10 anos.

**Quadro 24: Resumo da intensidade das crises de mortalidade 1760-1820
(escala de Dupaquier)**

Anos	Eixo	Oliveirinha	Requeixo	Nariz	Fermentelos	Eirol	Antigo Eixo	Antigo Requeixo	Antigo concelho
1766		2,9	3,2		6,8			4,2	5,2
1777	1,9								
1778				2,9					
1779		2,6	1,7	2,1			1,6	1,8	2,0
1780		1,6	1,9		1,8			2,1	1,7
1781		1,7			2,0				
1782					2,9				
1785	5,1								
1786	2,4						1,8		
1789		1,6							
1790				2,0					
1791				1,7					
1792					2,1				
1793					2,3				
1794	2,7						2,1		
1795									1,5
1797				2,3					
1798				2,9					
1800		1,8							
1801		1,5							
1802		1,5							
1803	1,6								
1809	1,8	2,3		1,5			2,3		
1810		5,5	2,3				2,6	1,7	2,7
1811		2,5	2,3		2,2		2,2	3,0	3,0
1812				2,1					
1818		2,8					2,4		
1820					2,0				

A observação do quadro 24 permite distinguir de forma clara 3 subperíodos distintos. Um primeiro, até 1798, em que a frequência das crises parece apontar para uma maior rarefacção; um segundo, coincidente com a viragem para o século XIX, em que apenas os lugares de Eixo e Oliveirinha são afectados por crises de intensidade *menor*, não se registando qualquer tipo de ocorrência no espaço da antiga freguesia de Requeixo; finalmente, um terceiro subperíodo, que se centra em torno de 1809-1812, largamente reconhecido como sendo de instabilidade aos mais variados níveis – político, militar, económico e também demográfico, decorrente das invasões francesas. Neste último momento o ressurgimento de situações de crises de mortalidade afectou de forma mais ou menos intensa todas as freguesias.

1760-1798

Na década de 60 a crise mais séria regista-se em 1766, em Fermentelos. Nesse ano a mortandade inicia-se logo em Janeiro, prolongando-se até Março, e foi responsável por 50% do total dos óbitos registados nessa localidade. Trata-se, pela sua distribuição temporal, de uma crise típica de inverno, derivada de um surto epidémico que estará associado a doenças do foro respiratório e pulmonar. Em Requeixo o panorama é exactamente o mesmo. Ligeiramente mais de 50% dos óbitos (27 de um total de 52 do ano) ocorrem nos mesmos meses (Janeiro a Março) e tudo aponta para que a sua origem seja similar. Apesar de nos registos de óbito não constar a causa de morte, é possível verificar, pela constatação das idades dos defuntos, que nestas duas freguesias mais de 50% são maiores de 25 anos. Também em Oliveirinha foi possível constatar uma crise de intensidade média, mas de padrão difícil de definir, uma vez que os óbitos se encontram disseminados pelos vários meses do ano, de uma forma relativamente homogénea.

A análise dos saldos fisiológicos e do movimento dos casamentos deixa perceber que apenas em Fermentelos os efeitos da crise terão sido maiores. Nesta paróquia regista-se um saldo fisiológico negativo de cinco unidades e apenas se celebrou um casamento durante todo o ano. Em Requeixo o saldo fisiológico é, apesar de tudo, positivo em 4 unidades e em Oliveirinha contabiliza-se um *superavit* de 16 unidades em favor dos baptismos/nascimentos. Os casamentos na antiga freguesia de Eixo prosseguem sensivelmente dentro dos parâmetros médios da década.

Os 10 anos seguintes são de uma relativa acalmia, ressurgindo o espectro da crise apenas na viragem da década de 70 para 80. Entre 1778 e 1782 uma sucessão de crises de intensidades média e menor perpassou por quase todas as freguesias, com excepção de Eixo. A primeira a dar sinais do aumento da mortalidade foi Nariz, entre os anos de 1778 e 1779. No primeiro destes anos verifica-se que 11 de um total de 18 óbitos ocorre nos meses de Outubro a Dezembro, e no seguinte os óbitos centram-se entre Julho e Setembro. O saldo

fisiológico regista um valor nulo em 1778 e 2 óbitos a mais que baptismos no ano seguinte.

Em Requeixo a situação de crise inicia-se em Agosto de 1779 e prolonga-se até meados de Dezembro do mesmo ano, diminuindo a sua acção a partir desse mês até meados de Julho de 1780, altura em que recrudescer e se mantém activa até meados de Novembro. Dos 75 óbitos registados nestes dois anos em Requeixo, 70% são de indivíduos de idade superior a 20 anos. Aqueles de que não se sabe a idade serão em grande parte sujeitos com mais de 20 anos, pois há indicação, no registo de óbito, da feitura de testamento e/ou de legados pios. No entanto, apesar desta sobremortalidade, Requeixo conhece apenas saldos fisiológicos positivos e regista também um crescente número de matrimónios, contabilizando neste lapso de dois anos 44 casamentos.

Ao mesmo tempo que ocorria um aumento da mortalidade em Requeixo, verificava-se fenómeno idêntico em Oliveirinha. Em 1779 a mortalidade mais grave começa a fazer sentir os seus efeitos em Agosto, prolongando-se até meados de Dezembro, recrudescendo, após pequena acalmia, em Janeiro de 1780. Logo no início do mês de Julho desse ano a presença da morte volta a fazer sentir-se, prolongando a sua acção até meados de Novembro. O ano de 1781 foi um pouco mais calmo, mas mesmo nestas circunstâncias a sobremortalidade ainda fez a sua aparição entre Setembro e Novembro. Apesar de registar uma diminuição significativa do saldo fisiológico em dois dos anos atingidos pela crise, este nunca chegou a tocar valores negativos.

No biénio 1785-1786 será a freguesia de Eixo a ser afectada pela situação de sobremortalidade, que no ano de 1786 conduziu a um *deficit* de 4 nascimentos em relação aos óbitos. A crise eclode em Junho de 1785 e prolonga-se até finais de Setembro. Trata-se de uma crise tipicamente estival, cuja origem poderá estar nas águas, que afectou maioritariamente adultos de idade superior a 20 anos. Dos 58 óbitos registados para o conjunto dos dois anos, 62% são de adultos com mais de 20 anos e dos restantes (dos quais não se conhece a idade) a maioria terá também mais de 20 anos, pois é indicada nos registos de óbitos a existência de testamentos ou legados pios. No ano de

1786 os maiores volumes mensais de óbitos situam-se nos meses de Setembro e Outubro. O movimento dos casamentos conheceu uma quebra acentuada no ano de 1785 (realizando-se apenas 6 celebrações matrimoniais), da qual recupera de imediato nos dois anos seguintes, com 17 e 20 casamentos em 1786 e 1787, respectivamente.

A década de 1790 contém crises apenas nas localidades mais pequenas da antiga freguesia de Requeixo, de Nariz e de Fermentelos, registando a primeira quatro crises em toda a década e a segunda duas. Em boa medida devido à dimensão das localidades, todas elas são crises de intensidade *média*, com excepção de uma em Nariz. Nesta localidade, a primeira situação de sobremortalidade surge em 1790 e traduz-se novamente numa crise estival, a exemplo do que sucedera noutras freguesias na década anterior. Os óbitos aumentam o ritmo de frequência entre meados de Junho e fim de Agosto em 1790, e entre o início de Junho e o final de Agosto no ano seguinte. Apesar do acréscimo de mortalidade, Nariz não conhece saldos fisiológicos negativos, pese embora uma ligeira diminuição dos nascimentos. A sobremortalidade toca Fermentelos no ano de 1792: dos 17 óbitos registados, 10 ocorrem entre os meses de Junho e meados de Outubro. No ano seguinte a incidência recai em dois momentos: o primeiro em Janeiro, o segundo entre Agosto e Setembro. Apenas em 1793 esta freguesia regista um saldo fisiológico negativo de 4 unidades, acompanhado de uma quebra acentuada dos casamentos (verifica-se apenas 1 em todo o ano).

Ainda na década de 1790, Nariz tem o seu segundo momento de sobremortalidade nos anos de 1797 e 1798. Os dois anos registam 16 óbitos, sendo que no primeiro o número de ocorrências é maioritário entre os meses de Janeiro e Março, enquanto que no segundo só os meses de Setembro e Outubro contabilizam 11 dos 16 óbitos do ano. Os saldos fisiológicos destes anos conhecem uma acentuada quebra em relação aos anos precedentes, mas só 1798 regista um saldo fisiológico negativo de 2 unidades.

Pelo que fica exposto é possível concluir que nas décadas de 80 e 90 do século XVIII a predominância da sobremortalidade é de tipo estival, muito

associada às águas e aos agentes infecciosos por essa via transmitidos ao homem, seja directamente pela ingestão de águas impróprias para consumo (originando gastroenterites), seja indirectamente, através de um agente transmissor (neste caso o mosquito), originando *febres* (ou *sezões*) *terças, lentas, podres*, etc., que mais não são que designações várias para o paludismo.

1800-1803

Apenas Eixo e Oliveirinha conhecem no início do século XIX os efeitos de uma conjuntura de sobremortalidade. Destas duas localidades será Oliveirinha a mais atingida por esta situação, sendo aliás a primeira a ser afectada. Logo em 1800, é atingida por um surto epidémico de características estivo-outonais, que tem o seu início em meados de Julho e termina com os primeiros frios de meados de Novembro. Neste espaço de tempo contabilizam-se 22 dos 30 óbitos do ano. Em 1801 a sequência de óbitos é mais complexa, pois não se distingue um mês de maior incidência de casos. No entanto nota-se um pequeno pico entre Setembro e Outubro, cujas características se assemelham às do mesmo período do ano anterior. O ano seguinte, 1803, é também complexo em termos de distribuição dos óbitos, mas parece apontar para uma mortalidade de características invernais. De Janeiro a final de Abril contabilizam-se metade dos óbitos do ano e nos 8 meses restantes o remanescente.⁷⁷

É apenas em 1800 que Oliveirinha conhece saldo fisiológico negativo (6 unidades), acompanhado de uma quebra dos nascimentos para metade dos do ano anterior. No entanto, e apesar dos valores dos óbitos continuarem elevados e demorarem a descer, o volume de nascimentos recupera para valores não muito distantes dos dos anos anteriores.

Eixo atravessa a “sua” crise de mortalidade no ano seguinte, ou seja, em 1803. É uma crise de intensidade menor, que contabiliza em termos absolutos 30

⁷⁷ Dos restantes óbitos do ano haverá a “descontar” dois que foram resultado de afogamentos ocorridos no rio em pleno verão. Trata-se de dois indivíduos do sexo masculino, um de 9 anos e outro de 22, que faleceram, o primeiro em Julho e o segundo em Agosto.

óbitos. Não haveria muito para dizer sobre esta crise, pois os óbitos encontram-se disseminados ao longo dos meses. O ponto interessante reside no facto de nos registos se encontrarem discriminadas as causas de óbito num número significativo de casos, nomeadamente em 18 dos 30 óbitos registados no ano. Entre as várias moléstias que estiveram na origem dos decessos salienta-se um caso de lepra, outro de catarral (em Fevereiro) e outro de constipação (em Novembro). Mortes repentinas e apoplexias totalizaram 4 ocorrências; por decrepidação e velhice 3 casos; por crescimentos e hidropisia um caso de cada. Os restantes 6 dizem respeito a febres da mais variada índole: *lentas*, *podres* ou simplesmente *febres*.

Tem interesse anotar o calendário dos eventos destas últimas, pois associam-se frequentemente à época estivo-outonal. O primeiro caso surge em 13 de Março e é referido a *febre lenta*. A 25 de Maio e 5 de Agosto surgem dois novos casos, identificados apenas como *febres*. A 17 deste último mês aparecem mais dois casos, sendo um deles também simplesmente relatado como *febre*, mas o segundo já classificado como *febre lenta*. O último caso referido ocorre a 14 de Outubro e a sua designação é já de *febre podre*. A presença destas *febres* no período compreendido entre Março e Outubro corresponde à época climática mais quente do ano.

1809-1812

Este é um período a todos os títulos complicado. Por força das invasões francesas e da fuga do símbolo do poder político para o Brasil, toda a vida, que ao longo de décadas se manteve estável, é subitamente vítima de um forte abalo que destabiliza a estrutura montada. Fosse pela guerra e pela consequente mobilização de homens válidos para combater o inimigo que se encontrava portas adentro, fosse pela já de si deficiente estrutura económica, o país atravessou uma fase de desorganização que teve os seus reflexos inevitáveis nas populações. Deficiências na circulação de mercadorias, desorganização dos mercados, falta de braços para a produção, inflação descontrolada, carências de produção de bens alimentares de primeira necessidade, maus anos agríco-

las e conseqüente quebra das respectivas produções acrescentaram peso às dificuldades que já eram naturais em tempos de normalidade.

Sob o ponto de vista demográfico os efeitos não se fizeram esperar. Verificaram-se crises de mortalidade sérias, nomeadamente na região de Braga logo em 1809, em Guimarães em 1810-1811, em Lisboa também em 1811, em Santarém na mesma data, e em tantas outras localidades.⁷⁸

A região de Aveiro foi poupada às invasões e à passagem dos exércitos, mas nem por isso deixou de sentir os efeitos de uma ou outra crise demográfica, ainda que de intensidade menor.⁷⁹ Aradas também sentiu, em 1810, uma crise de intensidade média.⁸⁰ No quadriénio 1809-1812 as freguesias do antigo concelho de Eixo foram igualmente atravessadas por crises de mortalidade, cuja intensidade variou de lugar para lugar. Em termos gerais, nas 5 freguesias para as quais se dispõe de registos de óbito (todas com excepção de Eirol), o ano de 1809 levou a sobremortalidade a Eixo, Oliveirinha e Nariz; no ano seguinte a situação agrava-se em Oliveirinha e estende-se a Requeixo, tendo abandonado Eixo e Nariz; em 1811 mantém-se a situação anterior de Oliveirinha e Requeixo, alargando-se por sua vez a Fermentelos; finalmente, em 1812, quando a situação parece debelada nestas 3 freguesias, eclode de novo em Nariz.

Em Eixo, dos 29 óbitos registados, 15 ocorrem entre Setembro e Dezembro, com particular destaque para o mês de Novembro. Desta vez, o pároco deixou registado, em muito poucos casos, a causa do óbito, sabendo-se apenas que houve uma morte por gota, outra por acidente e uma morte súbita (*“morreu repentinamente”*). Apesar de o saldo fisiológico ser positivo, os anos seguintes (1811 e 1812) revelam um número absoluto de óbitos elevado, mas não che-

⁷⁸ Maria Hermínia Barbosa, *Crises de mortalidade em Portugal...*, op. cit., pp. 29-30.

⁷⁹ Há no entanto referência nos registos de óbito de Requeixo referências ao óbito de dois indivíduos mortos pelos franceses na Gândara de Alquerubim, ou seja, na margem direita do rio Vouga. Um, natural de Requeixo com 16 anos de idade foi morto a 15 de Abril de 1809; o outro, natural de Nariz, com 26 anos de idade, solteiro, foi morto a 13 de Abril do mesmo ano. Arquivo Distrital de Aveiro, *Livro de óbitos de Requeixo*, nº 23, fol. 128v.

⁸⁰ Fernando Alberto Lacerda, *S. Pedro de Aradas...*, op. cit., pág. 210.

gam a ser considerados anos de crise mais séria. É em 1811 que Eixo regista um saldo fisiológico negativo de 2 unidades. Paradoxalmente, 1810 regista uma quebra acentuada dos casamentos (houve apenas 8), mas foi só esse ano, pois nos seguintes (1812-1815) os números sobem para valores acima do normal.

Em Oliveirinha o triénio 1809-1812 traz um valor absoluto de óbitos igual ou superior a 30 por ano. No entanto, o saldo fisiológico apenas é negativo em 1811, com um *superavit* de 13 óbitos em relação aos nascimentos. No primeiro dos anos é entre final de Setembro e Dezembro que a mortalidade atinge o seu auge. No ano seguinte registam-se dois picos: um primeiro entre Maio e Agosto e um segundo entre Outubro e Dezembro, com particular incidência em Novembro. Em 1811 os óbitos encontram-se dispersos pelos vários meses do ano, não se definindo um ou vários meses com mortalidade excessiva.

Em Nariz, os óbitos também se encontram dispersos e ocorrem em número pequeno (apenas 14), mas são suficientes para serem classificados como crise de mortalidade. Nesta freguesia são também indicadas algumas causas de morte: registam-se entre Janeiro e Março três óbitos por catarral, dois por apoplexia e morte repentina, um por *maligna*, outro por velhice e finalmente um por acidente de trabalho. Neste lugar apenas se regista um saldo fisiológico negativo de uma unidade em 1811.

Requeixo foi, como se disse, afectado por uma mortalidade superior ao normal em 1810 e 1811, contabilizando em ambos os anos um saldo fisiológico negativo de 6 e 18 unidades, respectivamente. Ao todo foram arrolados 90 óbitos nestes dois anos. Tem também como particularidade o facto de estarem indicadas as causas de óbito em 61% dos casos. Dos 46 óbitos de 1811, metade ocorre entre Setembro e Dezembro, sendo as suas causas bastante variadas: 1 óbito por raiva (*“danado por lhe morder um lobo danado”*), 7 por *maligna* (febre), 4 por *catarral*, 3 por velhice, 1 por acidente (*caiu no lume*), 1 por morte repentina e outro por hidropisia. No ano seguinte, e apesar de os óbitos se distribuírem por todos os meses, é Março o que apresenta um valor absoluto superior. As causas de morte são mais variadas que no ano anterior: 14 óbitos

por *maligna*, distribuídos por todo o ano, 2 por gota, 3 por hidropisia, 1 por lepra, 2 por causa repentina, outros 2 por doença crónica não especificada, 1 por velhice, outro por doença de peito não especificada, 1 por estupor e finalmente outro encontrado morto em casa.

Fermentelos conhece também, em 1812, os efeitos da sobremortalidade. Dos 16 óbitos registados, todos eles com idades compreendidas entre os 20 e os 84 anos, apenas se conhece a causa de 2: um por enforcamento (suicídio) e outro por estupor. No entanto, o pároco entendeu por bem deixar a indicação da mortalha que envolveu os corpos: 10 são envolvidos em lençol, 4 em hábito de Santo António, 1 em hábito de S. Domingos e outro em hábito de chita. Existe uma incidência maior no mês de Março, mas quase todos os outros meses se encontram representados na ocorrência dos óbitos. Apesar de uma quebra acentuada nos casamentos (apenas 1 celebrado em todo o ano) e de uma redução significativa do saldo fisiológico, este continua a ser positivo.

Em 1812 Nariz regista a sua segunda crise de mortalidade num curto espaço de tempo. Desta vez são os primeiros meses do ano que abrangem a maior parte dos óbitos, dando continuidade aos registados nos meses de Novembro e Dezembro de 1811. As causas de morte também se encontram especificadas em alguns deles: 4 por *maligna*, 1 por *sezões*, 2 por *catarral*, 1 por doença de peito, um por velhice e outro ainda encontrado morto em casa.

O período 1816-1850

Abrangendo a maior parte do século XIX e o início do seguinte, este período caracterizou-se por ser, até 1850, fortemente marcado pela desestruturação dos alicerces sobre os quais assentava o edifício da sociedade, da economia, da política, da cultura e das mentalidades. Repellido o invasor francês em 1811 e despedido o aliado inglês com a revolução liberal de 1820, a década de 20 viu surgir a divisão interna entre aqueles que defendiam o velho modelo absolutista e os que pretendiam um país novo, com uma ordem diferente. Essa divisão conduziu a uma inevitável guerra civil, que se arrastaria por 2 anos,

entre 1832 e 1834. Com a economia desorganizada, a sociedade pelo menos confusa e sem referências, o clima de guerra civil anteriormente vivido e a própria guerra, os reflexos nos comportamentos demográficos acabariam por ser inevitáveis.

**Quadro 25: Resumo da intensidade das crises de mortalidade 1821-1904
(escala de Dupaquier)**

Anos	Eixo	Oliveirinha	Requeixo	Nariz	Fermentelos	Eirol	Antigo Eixo	Antigo Requeixo	Antigo concelho
1822				2,6					
1823				1,7					
1827						2,0			
1833		3,3	2,9	1,5	5,3			4,9	3,1
1834	3,3	1,6			5,0	3,7	2,9	1,8	3,1
1835	10,5						4,8		2,1
1837				2,2					
1842								1,5	1,5
1843		1,7							
1844	1,9		2,2						
1849				3,8					
1854							1,7		
1855		3,4					3,0		1,9
1856	1,5		1,9	2,6		3,7		2,1	
1857		1,5	4,4			3,7		2,5	2,0
1858			1,6						
1864				1,8					
1865		1,9					2,3		1,5
1871	1,6								
1873			3,3						
1874			2,2	2,7	3,2		2,7	3,6	2,1
1875		2,5			2,0				
1879				1,7		3,1			
1885		2,5	2,4		2,5		4,3	4,1	3,0
1886								1,7	1,7
1890				1,8					
1894	1,8								
1896		1,5	2,6		2,0	2,3		2,7	2,7
1897									
1898		3,1			2,2		4,4		2,0
1901				2,5					

Tendo decorrido a década de 1820 sem grandes sobressaltos em termos de mortalidade excepcional, apesar da situação de guerra civil que já se vivia no seu final, o decénio seguinte trará uma das maiores epidemias que grassaram por todo o século XIX. Foi na realidade uma pandemia, que varreu literalmente, o país de sul a norte, pois foi este o sentido da progressão da doença.

1833-1835

Estes 3 anos consecutivos revelaram-se verdadeiramente complicados para as populações. Todos os lugares e freguesias do antigo concelho de Eixo foram

atingidos com maior ou menor intensidade pelas epidemias. Para além da *cholera morbus*, foi um tempo durante o qual grassaram outras moléstias com particular virulência. Uma outra pandemia que se desenvolveu em paralelo foi a já tradicional *maligna*, ou *malina*.

As primeiras localidades a serem afectadas foram as mais a sul do antigo concelho de Eixo: Nariz e Fermentelos. O primeiro caso fatal de *cholera morbus* que ficou documentado nos registos de óbitos ocorreu a 16 de Julho de 1833, em Fermentelos. O segundo registou-se a 5 de Agosto do mesmo ano, agora na freguesia de Nariz.⁸¹ Nesta freguesia apenas se registaram 25 óbitos em 1833 e 1834, com apenas uma situação de crise de intensidade *menor* no primeiro dos anos. Não houve saldos fisiológicos negativos neste período e os casamentos apenas conheceram um forte abrandamento em 1833, tendo-se celebrado apenas 1, mas o ano de 1834 compensou largamente essa quebra, pois contabilizou 11 matrimónios. É interessante observar as causas de morte nestes dois anos: a cólera surge à cabeça com 5 ocorrências, todas elas em 1833; a pneumonia fez 4 vítimas e a constipação 4; de febres faleceram 4 pessoas (sendo 2 febres gástricas); de hidropisia 2, e outras 2 de gangrena; apoplexia, ataque repentino, estupor e paralisia completam o quadro, com 1 caso cada. Não fossem os casos de cólera, que representaram 31,25% dos óbitos de 1833, Nariz teria tido uma mortalidade normal. Essas ocorrências de cólera surgiram, como já mencionado, entre 5 de Agosto e 2 de Novembro de 1833, não se tendo registado qualquer caso em 1834 e em 1835.

A freguesia de Fermentelos foi duramente atingida pela epidemia nos anos de 1833 e 1834, que no conjunto significaram 90 óbitos, quase igualmente repartidos – 50 no primeiro ano e 40 no segundo. Como resultado desta prevalência dos óbitos sobre os nascimentos/baptismos, o saldo fisiológico em ambos os anos foi negativo: 29 unidades no primeiro e 16 no segundo. Curio-

⁸¹ É possível e provável que tenham ocorrido casos de cólera nas outras freguesias, em simultâneo ou anteriormente. Mas registre-se também que apenas os redactores paroquiais de Fermentelos, Nariz e Requeixo indicavam as causas de morte nos assentos. Se o primeiro o fazia espaçadamente, o segundo escrevia-as por sistema e o terceiro apenas muito raramente as indicava.

samente, os ritmos de casamento não parecem ter sido afectados: houve 7 enlances matrimoniais em 1833 e 10 em 1834. O ano de 1833 corria de forma que se pode considerar normal até 16 de Julho, momento em que se registou o primeiro caso de cólera. Os meses seguintes de Agosto e Setembro foram catastróficos. O primeiro contabilizou 15 óbitos e o segundo 20. A 30 de Agosto eram tantos os decessos que, *porque não havia lugar nesta igreja*,⁸² os corpos passaram a ser sepultados na capela das Almas das Barreirinhas. Foi o caso de Maria da Maia, falecida nessa data, e de outros que se lhe seguiram. O ano seguinte não trouxe um grande abrandamento no volume de óbitos, atendendo às dimensões do lugar, mas desta vez não surge uma única referência à *cholera morbus*. Os meses mais fortes continuam a ser os de Julho a Setembro, responsáveis por quase 50% do total do ano. O ano de 1835 traz consigo o lento regresso à normalidade, embora ainda seja um ano com um elevado número de óbitos – 26.

A paróquia de Requeixo também não foi poupada, registando em 1833 um total de 60 óbitos, um saldo fisiológico negativo de 37 unidades e uma redução do volume de casamentos. Não há indicação da data de início da epidemia, mas ao lavrar o registo de óbito de José Ribeiro da Silva, falecido a 3 de Setembro de 1833, o redactor escreveu: *“sepultado dentro do adro da Igreja desta mesma Freguezia por não haver sepulturas vagas dentro da Igreja por via da epidémica moléstia”*.⁸³ Esta afirmação acaba por confirmar que o início da epidemia terá ocorrido entre Julho e Agosto. Os meses de Agosto e Setembro são os mais mortíferos, com 10 e 11 óbitos, num ano que regista defunções em quase todos os meses (a excepção é Dezembro). O resultado, apesar de tudo, apenas aponta para uma crise de intensidade média na escala de Dupaquier (2,9). A razão de ser de tão baixa classificação para um tão elevado número de decessos reside no facto de os anos anteriores, nomeadamente 1829 e 1831, registarem também um apreciável número de óbitos (35 e 41, respectivamente). Poucos são os registos que indicam a causa de morte neste ano (1833). Excluindo as mortes repentinas e as quatro alusões à *“epidémica*

⁸² Arquivo Distrital de Aveiro, *Livro de óbitos de Fermentelos*, nº 56, fol. 34.

⁸³ Arquivo Distrital de Aveiro, *Livro de óbitos de Requeixo*, nº 24, fol. 20.

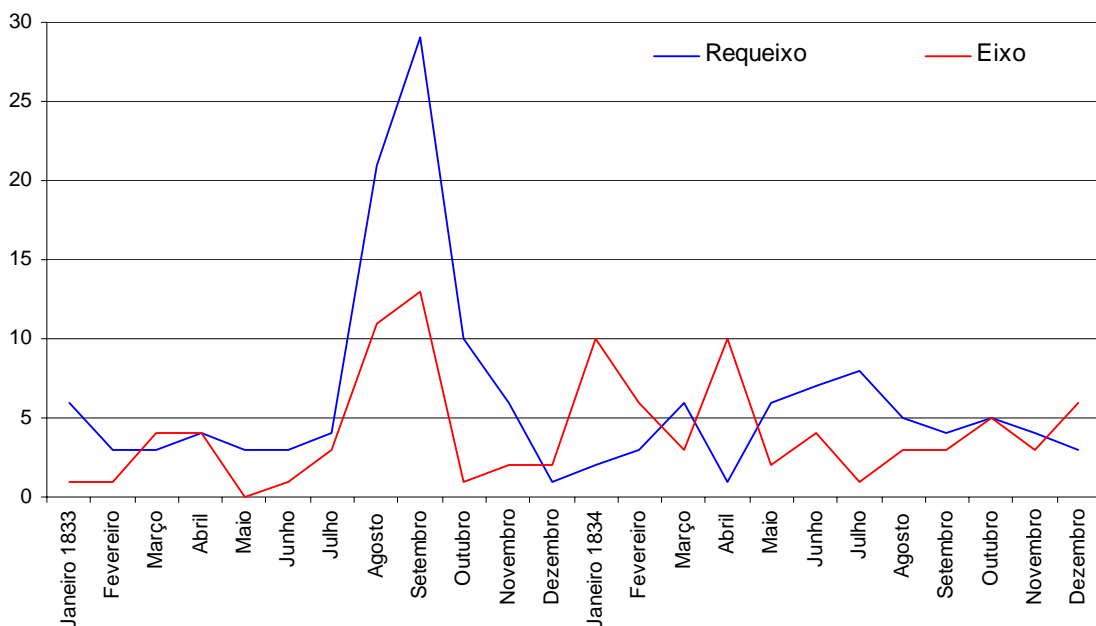
moléstia”, nada mais surge. No ano de 1834 a situação não se altera significativamente. As causas de morte não surgem em todos os registos, mas uma parte substancial dos mesmos contém essa informação. Dos 29 registos, 15 referem ter havido 3 mortes por catarral, 3 por febre gástrica, outras 3 por velhice, 2 por gangrena, 2 por morte súbita e, finalmente, a *ética* (tuberculose) e a constipação reclamaram um óbito cada.

O último lugar a ser atingido pela mortandade em 1833 foi Oliveirinha. Apesar de ter contabilizado 41 óbitos, ainda manteve um saldo fisiológico bastante positivo nesse ano, tal como no ano seguinte. Seguindo a distribuição diária dos óbitos, verifica-se que a sobremortalidade, presumivelmente pela cólera, começa nos últimos dias de Julho, progride durante Agosto e atinge o seu máximo mensal em Setembro, com 15 óbitos. Não existindo declaração da causa do óbito, torna-se difícil afirmar com segurança ser a cólera. No entanto, seguindo o padrão já determinado para a freguesia de Nariz (onde as causas de morte estão assinaladas), é possível comparar o ritmo de sucessão dos óbitos e constatar a semelhança do padrão no que diz respeito ao tempo de ocorrência e à intensidade do crescimento do número de ocorrências.

Em Eixo, apesar de 1833 não ser considerado um ano de crise, os óbitos crescem exponencialmente nos meses de Agosto e Setembro, repetindo o padrão definido. Será nos anos seguintes que o valor absoluto aumenta em flecha. Se os 26 óbitos de 1833 (ano de surgimento da epidemia de cólera) podem ser considerados dentro do padrão médio, os 38 de 1834 e mais ainda os 69 de 1835 representam notoriamente anos de crise de mortalidade. De Junho de 1834 a Junho de 1836 não existe mês algum que esteja liberto da ocorrência de pelo menos um óbito. Os saldos fisiológicos são negativos em ambos os anos: 3 unidades em 1834 e 39 em 1835. No entanto, a sobremortalidade verificada não foi suficiente para impedir a progressão dos casamentos, que nesses dois anos registam também os valores mais elevados comparativamente a anos anteriores: 22 em 1834 e 20 em 1835. A marcha dos casamentos em valores elevados prosseguiu até ao final da década. Infelizmente o redactor paroquial não se deu ao trabalho de indicar as causas de óbito nestes anos. Exceptuando um ou outro que morreu doido ou *“alunado dos sentidos”*, uma ou

outra apoplexia e um ou outro falecido por vómito, nada esclarece as possíveis causas de morte. Em 1834, Janeiro e Fevereiro revelam valores ligeiramente acima da média óbitos em termos absolutos, mas os óbitos decrescem até Agosto, momento a partir do qual se irão manter elevados. Dezembro de 1834 tem já um valor alto – 6 óbitos, e este continua a crescer em Janeiro do ano seguinte, que regista 9 decessos. Os meses posteriores, até final do ano, manter-se-ão elevados, dando apenas sinais de inflexão a partir de Outubro. O volume de óbitos registado em 1834 e 1835 na freguesia de Eixo revela tratar-se de uma situação de conjuntura negativa, com origem em factores diversificados e não determinados, e não de um surto epidémico.

Gráfico 5: 1833-1834 - Evolução mensal do volume de óbitos, em tempo de crise nas antigas freguesias de Eixo e Requeixo (valores absolutos)



É possível efectuar uma comparação da marcha dos óbitos durante o tempo em que decorreu a epidemia de cólera nas antigas freguesias de Eixo e Requeixo. A agregação nestas duas unidades é de alguma forma exequível não apenas por terem sido as formações iniciais de onde surgiram as várias freguesias, mas também porque o conjunto da população por elas formado ser

bastante homogéneo.⁸⁴ Desta recomposição de dados verifica-se ter sido na antiga freguesia de Requeixo que o fenómeno epidémico se manifestou com maior agudeza. Em Eixo, para além de o pico da crise (Setembro de 1833) ser menos intenso (possivelmente reflexo de melhor assistência médica ou de maior prevenção), os picos secundários de Janeiro e Abril de 1834 revelam características diferentes relativamente a Requeixo. A crise epidémica de 1833 mostra um ponto comum a ambas as antigas freguesias, mas a sua resolução seguiu caminhos quase opostos: em Requeixo ter-se-á extinto naturalmente, em Eixo terá aberto a porta a outras maleitas oportunistas.

O período 1850-1904

1855-1857

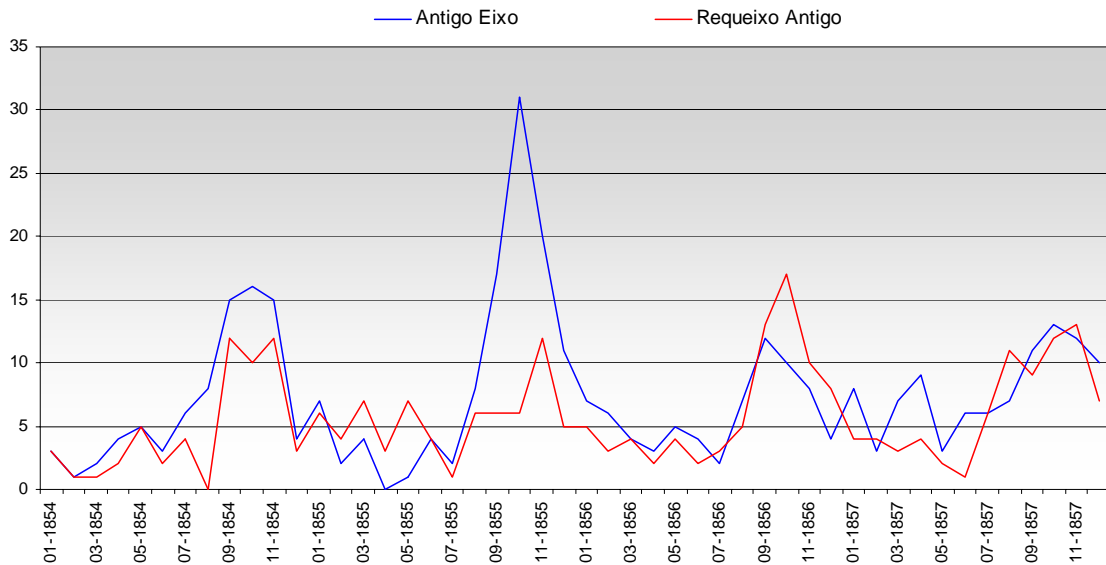
Os vinte anos seguintes decorreram com alguma normalidade, apesar da situação de instabilidade política e desorganização económica que grassava pelo país. Não se verificaram situações de crises epidémicas generalizadas, registando-se, contudo, pequenas crises pontuais e de alcance limitado à esfera de uma ou outra paróquia. Todavia, a década de 1850 traria consigo mais um surto epidémico, que se estendeu a praticamente todo o país.

Entre 1854 e 1857 uma sucessão de epidemias afectou as várias paróquias do antigo concelho de Eixo. Analisando os dados das antigas freguesias de Eixo e Requeixo, é possível constatar a existência de um padrão idêntico em ambas: os óbitos aumentam a partir de Agosto para valores muito acima da média dos meses anteriores, para regressarem aos níveis habituais durante o mês de Dezembro.

⁸⁴ Recorde-se que a antiga freguesia de Eixo era composta pelos núcleos populacionais de Eixo e Oliveirinha, e a antiga freguesia de Requeixo pelos núcleos de Requeixo, Fermentelos e Nariz.

Quadro 26: Óbitos de maiores de 7 anos (valores absolutos)

	Eixo			Oliveirinha			Requeixo			Nariz			Fermentelos			Eirol		
	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total
1849	9	15	24	11	7	18	17	12	29	13	11	24	6	6	12	4	2	6
1850	9	18	27	15	17	32	15	11	26	6	8	14	2	5	7	3	1	4
1851	21	11	32	16	19	35	19	22	41	9	7	16	3	6	9	5	2	7
1852	11	25	36	12	15	27	14	19	33	3	2	5	4	1	5	3	1	4
1853	16	11	27	9	23	32	12	15	27	5	7	12	4	9	13	1	4	5
1854	12	22	34	20	28	48	11	20	31	4	4	8	5	11	16	2	3	5
1855	12	25	37	32	38	70	12	23	35	8	7	15	11	6	17	1	7	8
1856	9	30	39	12	21	33	11	24	35	10	12	22	6	13	19	6	3	9
1857	15	23	38	26	31	57	21	27	48	3	11	14	5	9	14	2	11	13
1858	13	22	35	16	25	41	21	23	44	3	12	15	11	10	21	1	2	3
1859	7	17	24	8	15	23	16	16	32	2	6	8	8	5	13	2	1	3
1860	15	6	21	16	19	35	12	25	37	1	6	7	4	9	13	1	0	1
1861	7	5	12	13	9	22	15	6	21	1	3	4	1	4	5	1	2	3
1862	9	5	14	8	16	24	11	13	24	6	9	15	11	7	18	7	2	9
1863	8	8	16	10	14	24	16	21	37	1	3	4	6	6	12	3	0	3
1864	9	18	27	12	16	28	14	17	31	4	4	8	8	9	17	2	3	5
1865	12	16	28	14	18	32	13	23	36	5	4	9	6	4	10	1	2	3
1866	15	8	23	9	8	17	13	19	32	5	1	6	5	0	5	1	5	6
1867	11	16	27	13	14	27	13	7	20	2	5	7	4	2	6	3	3	6
1868	6	19	25	13	10	23	12	21	33	7	6	13	5	10	15	2	2	4
1869	8	9	17	8	14	22	12	17	29	4	4	8	5	9	14	2	4	6
1870	12	14	26	13	12	25	6	15	21	3	3	6	5	2	7	6	1	7
1871	12	17	29	13	9	22	10	20	30	3	4	7	5	10	15	2	1	3
1872	5	17	22	11	11	22	16	15	31	3	3	6	4	4	8	2	4	6
1873	12	14	26	11	8	19	12	21	33	3	5	8	2	8	10	4	2	6
1874	9	16	25	12	15	27	13	19	32	6	9	15	4	10	14	3	3	6
1875	13	7	20	14	16	30	10	14	24	3	2	5	3	10	13	2	1	3
1876	6	13	19	14	13	27	12	15	27	4	3	7	11	8	19	5	3	8
1877	10	13	23	12	8	20	14	13	27	2	5	7	7	5	12	3	5	8
1878	8	15	23	9	14	23	10	12	22	6	2	8	4	3	7	1	2	3
1879	12	9	21	8	5	13	5	13	18	4	4	8	4	9	13	9	5	14
1880	9	12	21	9	14	23	12	10	22	1	7	8	5	5	10	1	4	5
1881	11	10	21	12	13	25	11	16	27	6	3	9	7	6	13	2	3	5
1882	15	10	25	11	8	19	11	10	21	5	8	13	4	8	12	4	2	6
1883	10	6	16	10	7	17	9	14	23	6	5	11	3	4	7	0	7	7
1884	5	4	9	9	12	21	10	17	27	6	1	7	8	8	16	1	1	2
1885	5	17	22	15	22	37	12	21	33	4	5	9	11	7	18	3	3	6
1886	7	17	24	14	13	27	15	13	28	8	5	13	6	7	13	4	3	7
1887	11	16	27	9	15	24	9	12	21	6	3	9	4	5	9	1	2	3
1888	10	15	25	10	20	30	10	14	24	4	4	8	2	6	8	2	1	3
1889	13	10	23	12	18	30	11	17	28	4	5	9	5	4	9	0	6	6
1890	13	14	27	12	16	28	7	15	22	4	6	10	6	10	16	4	4	8
1891	12	11	23	11	10	21	12	13	25	2	4	6	8	6	14	4	4	8
1892	8	10	18	14	13	27	2	7	9	2	12	14	5	7	12	2	7	9
1893	2	16	18	13	9	22	11	14	25	7	4	11	4	8	12	0	1	1
1894	16	14	30	14	7	21	9	6	15	2	7	9	6	7	13	4	5	9
1895	7	10	17	10	14	24	12	18	30	4	3	7	4	8	12	0	1	1
1896	10	14	24	16	17	33	13	17	30	3	4	7	6	17	23	5	4	9
1897	6	7	13	14	13	27	9	14	23	5	4	9	8	9	17	3	6	9
1898	12	15	27	19	18	37	10	15	25	5	1	6	7	9	16	2	3	5
1899	10	9	19	9	10	19	10	13	23	4	6	10	3	5	8	0	3	3
1900	11	8	19	11	12	23	18	13	31	3	3	6	6	5	11	1	3	4
1901	8	8	16	14	14	28	6	11	17	6	8	14	2	7	9	2	3	5
1902	10	13	23	12	10	22	11	11	22	9	2	11	10	6	16	2	2	4
1903	15	15	30	14	11	25	11	11	22	4	5	9	5	3	8	3	2	5
1904	9	14	23	6	13	19	15	7	22	5	8	13	5	7	12	7	1	8
1905	8	7	15	11	7	18	10	11	21	1	5	6	5	5	10	3	1	4
1906	13	19	32	13	19	32	12	16	28	2	9	11	6	11	17	1	4	5
1907	11	10	21	8	19	27	8	7	15	5	3	8	10	4	14	3	0	3
1908	16	11	27	10	14	24	9	13	22	4	5	9	9	9	18	7	6	13
1909	15	14	29	17	16	33	11	9	20	9	3	12	6	8	14	2	5	7
1910	11	14	25	13	19	32	12	13	25	4	6	10	10	3	13	2	1	3
	652	834	1486	782	911	1693	736	936	1672	279	326	605	355	424	779	165	185	350

Gráfico 6: 1854-1857 - Evolução mensal dos óbitos de maiores (valores absolutos)

A análise do gráfico revela que os anos de 1854 e 1855 foram mais gravosos, em termos de mortalidade de maiores de 7 anos, nas freguesias de Eixo e Oliveirinha que nas antigas freguesias de Requeixo e que a situação se inverte no ano de 1856. Em 1857 o panorama foi idêntico em ambas as localidades. A “responsabilidade” dos dois picos no primeiro momento deve-se sobretudo à freguesia de Oliveirinha, nitidamente mais afectada que Eixo. Já no segundo momento pode ser atribuída quase em exclusivo a Requeixo, nomeadamente aos 11 óbitos registados no mês de Outubro de 1856.

Nem sempre as causas de óbito estão indicadas nos respectivos registos. Apenas Oliveirinha apresenta, ainda que de forma não sistemática e por vezes vaga, a natureza do óbito. Por elas fica a saber-se que, em Outubro de 1855, já grassava pela região a epidemia de cólera. O primeiro assento com referência explícita a esta maleita aconteceu a 11 de Outubro de 1855 e o último a 20 de Novembro do mesmo ano. De acordo com o gráfico 5, é nos meses de Outubro e Novembro dos vários anos que se regista o auge da epidemia, Também em Eiol se indica por vezes a causa de morte; neste caso a referência à cólera surge em duas ocorrências nos meses de Outubro e Novembro de 1855. No ano seguinte, nos registos de óbito da freguesia de Eixo algumas causas de óbito são atribuídas à cólera. Estas indicações, ainda que vagas, possibilitam

de alguma forma datar uma eventual nova epidemia de cólera no mês de Agosto de 1856. Nesse ano não existe qualquer outra referência a esta doença, em qualquer outro mês ou outra freguesia.

Outras causas surgem com alguma frequência, mas não de forma constante. Para além da *apoplexia* e *morte repentina*, aparecem também menções à disenteria, à *ética*, às *perniciosas* e às *bexigas* (varíola). No entanto, a indicação de forma errática das causas de morte impede, à partida, qualquer tentativa de sistematização.

Os anos subsequentes a este período são de uma relativa acalmia em termos de crises de mortalidade. Não obstante, ainda assim se referenciam pequenos focos de crises de intensidade *menor*, mas de características localizadas e dispersas. Apenas a década de 1870 trará alguma instabilidade. Estes anos foram marcados por crises de intensidade *média* em todas as freguesias, com excepção de Eixo. Será sobretudo a parte mais a sul do antigo concelho de Eixo a mais afectada, ou seja, o ramo de Requeixo, que regista em 1874 uma crise que afecta todos os lugares e freguesias. Contudo, não passa de uma magnitude de grau 2.

1884-1885

Os anos de 1884 e 1885 revelam uma nova situação de crise de mortalidade em algumas freguesias do antigo concelho de Eixo. São particularmente afectadas, em termos de mortalidade de maiores de 7 anos, as freguesias de Requeixo, Oliveirinha e Fermentelos, todas elas com crises de intensidade média. Mais uma vez, não se sabe qual a natureza do aumento dos óbitos, pois as respectivas causas encontram-se ausente dos registos.

Como referência existem apenas as datas de ocorrência dos óbitos. Neste particular, as freguesias indicadas não são coincidentes, o que faz pressupor que os motivos da mortandade serão diferentes. Enquanto em Oliveirinha os óbitos se concentram sobretudo nos meses de Julho, Outubro e Novembro, em

Requeixo são os meses de Agosto e Dezembro que carregam o maior peso. Já Fermentelos distribui os seus mortos sobretudo nos meses de Março e Setembro.

A observação dos resultados obtidos a partir das informações referentes aos óbitos do antigo concelho de Eixo e freguesias que o constituíam permite, em termos genéricos, constatar a existência de múltiplas crises de intensidade menor e média de acordo com a classificação de Dupaquier, cujo significado parece ser pouco relevante e de repercussões pouco profundas na população. A representação gráfica da intensidade das crises deixa perceber, de uma forma panorâmica, a sua incidência nas freguesias e em todo o antigo concelho, permitindo observar a quase ausência de casos de magnitude 3 ou superior.

Gráfico 7: Intensidade das crises de mortalidade de maiores de 7 anos na freguesia de Eixo (escala de Dupaquier)

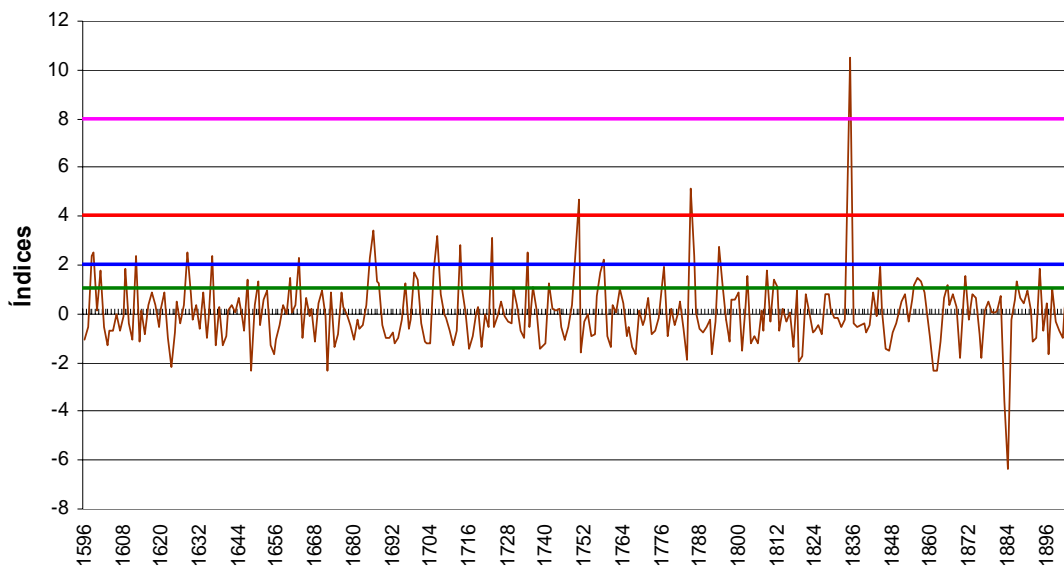


Gráfico 8: Intensidade das crises de mortalidade de maiores de 7 anos na freguesia de Oliveirinha (escala de Dupaquier)

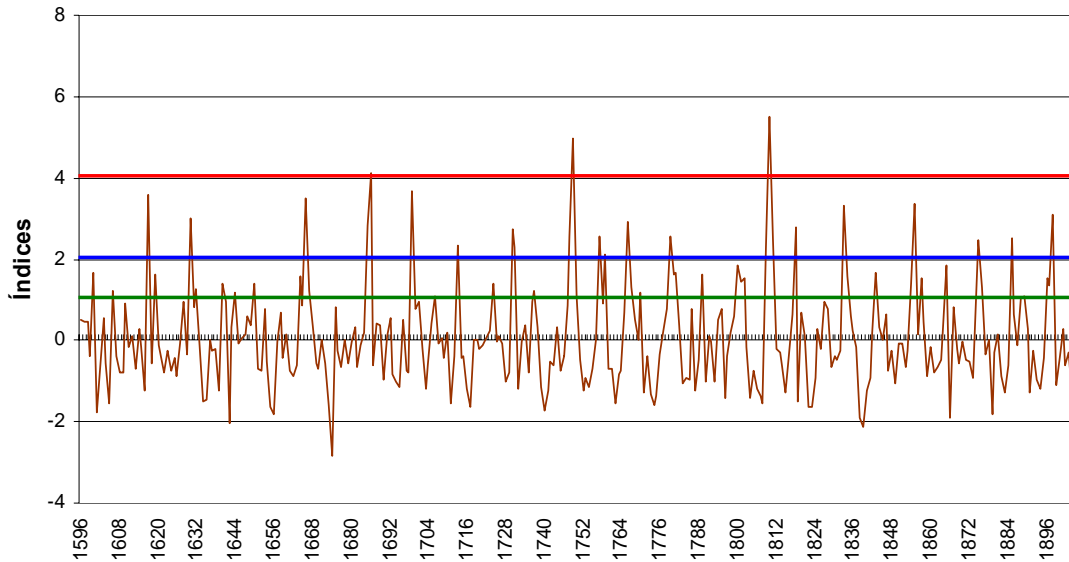


Gráfico 9: Intensidade das crises de mortalidade de maiores de 7 anos na freguesia de Requeixo (escala de Dupaquier)

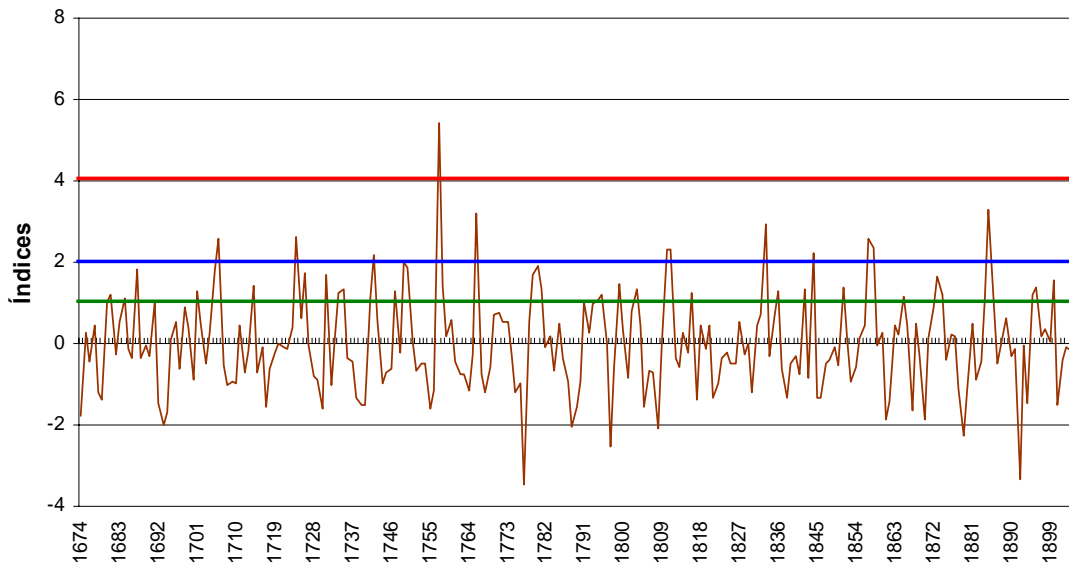


Gráfico 10: Intensidade das crises de mortalidade de maiores de 7 anos na freguesia de Nariz (escala de Dupaquier)

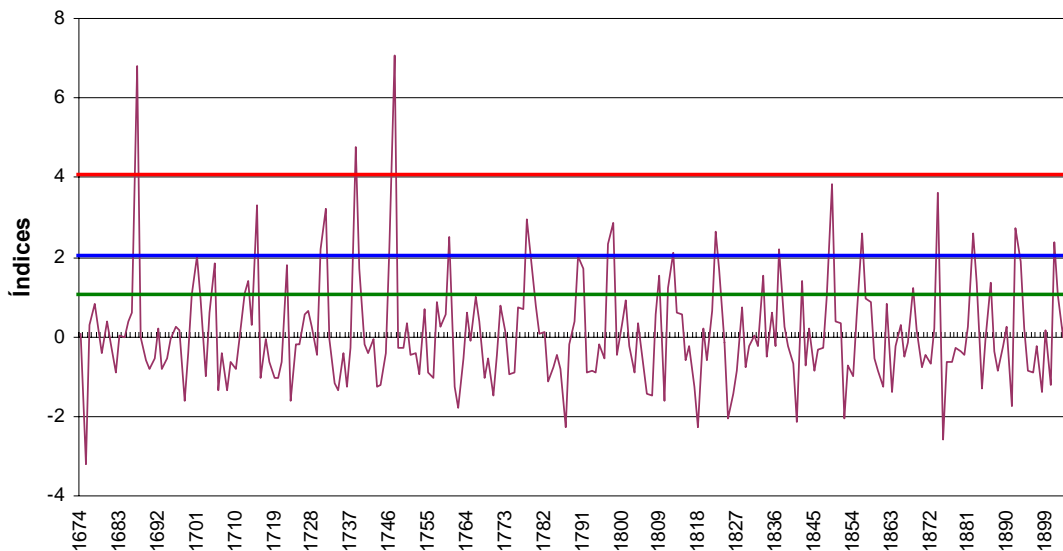


Gráfico 11: Intensidade das crises de mortalidade de maiores de 7 anos na freguesia de Fermentelos (escala de Dupaquier)

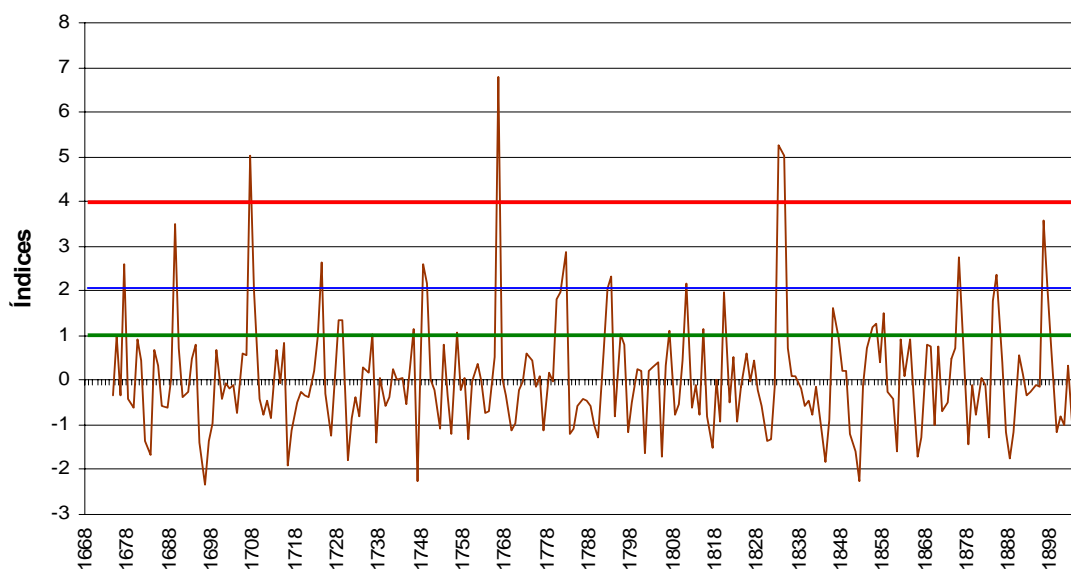


Gráfico 12: Intensidade das crises de mortalidade de maiores de 7 anos na freguesia de Eirol (escala de Dupaquier)

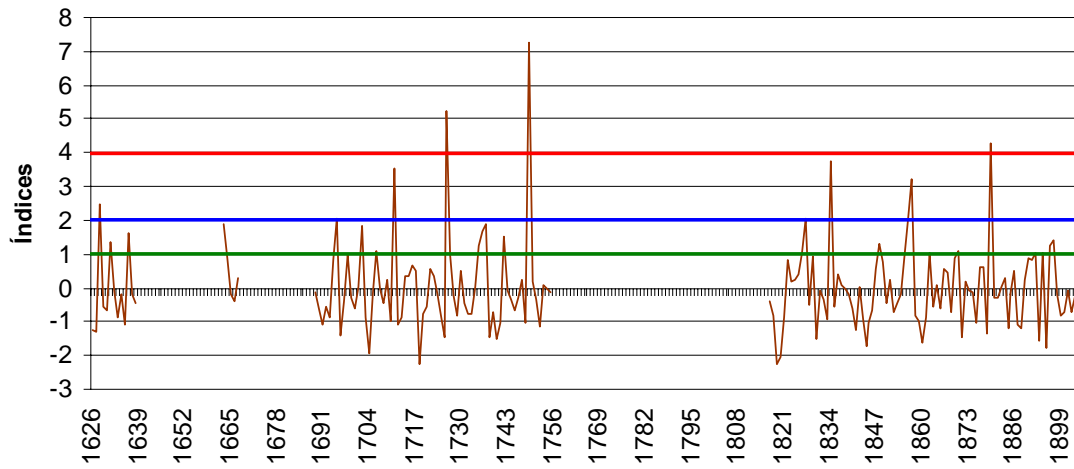


Gráfico 13: Intensidade das crises de mortalidade de maiores de 7 anos na antiga freguesia de Eixo (escala de Dupaquier)

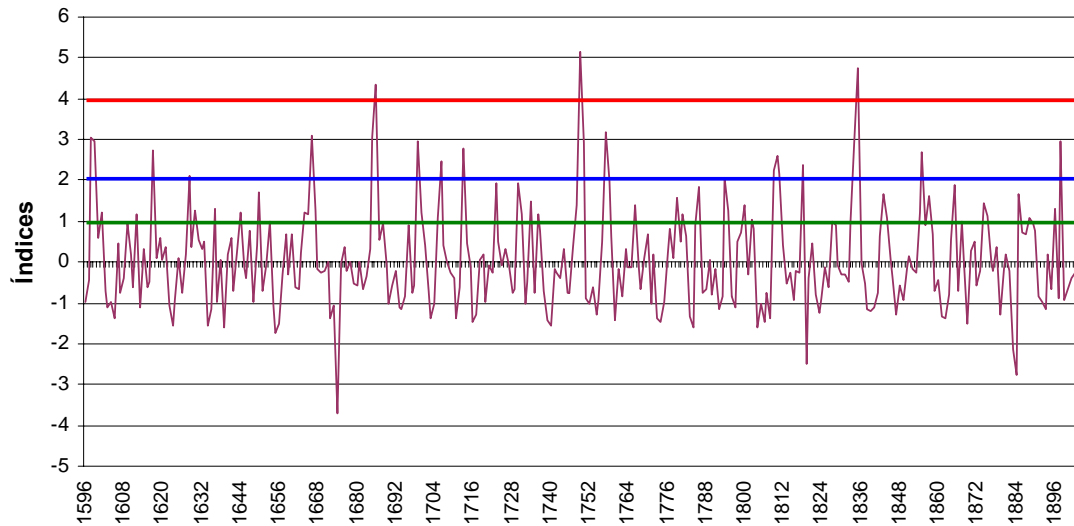


Gráfico 14: Intensidade das crises de mortalidade de maiores de 7 anos na antiga freguesia de Requeixo (escala de Dupaquier)

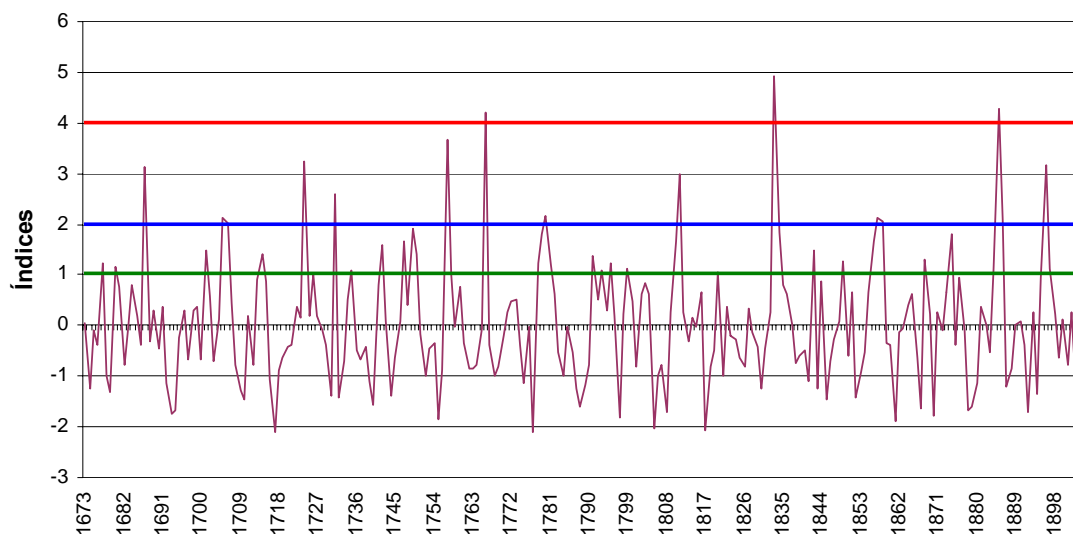
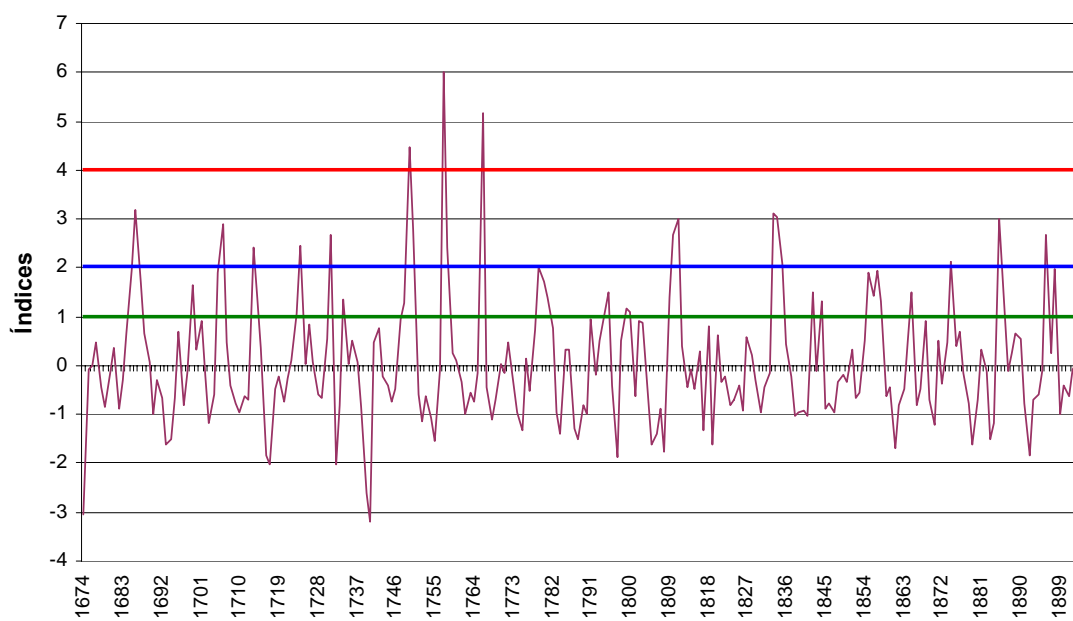


Gráfico 15: Intensidade das crises de mortalidade de maiores de 7 anos no antigo concelho de Eixo, sem Eiol (escala de Dupaquier)



Do conjunto de resultados espelhados quer no gráfico quer no quadro destaca-se a reduzida quantidade de crises com a classificação de *forte*, cuja ocorrência (cinco no total de toda a série) se verifica em momentos bem determinados e concordantes com o já encontrado para outras regiões do país: 1749, 1757, 1766, 1874 e 1885.⁸⁵

As crises de mortalidade dos menores de 7 anos

Os dados disponíveis a partir de 1850 permitem a realização de um processo semelhante de determinação e avaliação das crises de mortalidade para os menores de 7 anos. Nem todas as freguesias possibilitam o estudo a partir de 1850, pois o início do registo dos óbitos de menores efectuou-se em momentos distintos. A primeira freguesia a iniciar esse registo foi Oliveirinha, ainda em 1849. Seguiu-se Eixo, em 1852 (ainda que de forma irregular), Eirol e Fermentelos em 1853, Requeixo em 1856 e, finalmente, Nariz em 1860.

**Quadro 27: Resumo das crises de mortalidade de menores de 7 anos
(escala de Dupaquier)**

Anos	Eixo	Oliveirinha	Requeixo	Nariz	Fermentelos	Eirol	Antiga freguesia de Eixo	Antiga freguesia de Requeixo	Antigo Concelho
1860		6,4			4,4		1,7		
1864	2,4		2,0						
1865	2,4						1,8		
1867		1,5							
1872				1,7					
1873			3,4					1,6	1,9
1874		1,7	2,3		6,1	3,7		4,0	3,7
1875					2,7				
1877	1,8								
1878	2,7								
1879				4,9					
1881						1,6			
1885	5,3	5,2			1,8		6,4		3,9
1887						2,2			
1888			3,1					1,5	
1890				3,3					
1896			3,8			2,3			
1897	1,9			2,4					
1898	2,7	1,9			3,2		2,8	2,3	3,7
1899		1,6			1,8				

⁸⁵ Maria Hermínia Vieira Barbosa, *Crises de mortalidade em Portugal...*, op. cit..

Para a determinação das crises de mortalidade dos menores de 7 anos aplicaram-se os mesmos princípios definidos por Dupaquier para o cálculo da intensidade das mesmas crises para os maiores dessa idade. Os resultados ficam expostos no quadro 26, que resume os índices obtidos.

O primeiro destaque vai para o ano de 1860, nas freguesias de Oliveirinha e Fermentelos. Quer uma quer outra triplicam o valor dos óbitos de menores registados, em comparação com os anos anteriores, dando origem a crises consideradas *fortes*. Estes óbitos de menores,⁸⁶ que nesse ano não têm paralelo com os dos maiores, ocorrem predominantemente na segunda metade do ano. Em Oliveirinha os decessos aumentam em número a partir do mês de Julho, concentrando-se largamente em Agosto (que contabiliza mais de um terço do total), para diminuir significativamente a partir de Setembro. Já em Fermentelos a incidência é maior em Setembro e Outubro. Conjugando os dados referentes às crises de menores de 7 anos com os de maiores, verifica-se que há razões para merecerem uma atenção particular.

Tomando o caso de Oliveirinha, compete referir dois aspectos interessantes. A freguesia apenas conhece duas crises de menores de 7 anos classificadas como *fortes* nos anos de 1860 e de 1885; as restantes, representando um total de 4, têm a classificação de *menores*. Apenas existe coincidência entre as crises de menores de 7 anos e de maiores dessa idade em dois momentos – 1885 e 1898. Nesta freguesia a situação de crise em 1885 incide principalmente sobre os indivíduos com idades compreendidas entre 1 e 4 anos, representando os menores dessa idade apenas a terça parte do total dos óbitos registados. É uma mortalidade que eclode no mês de Maio e se prolonga até final de Agosto. O ciclo da epidemia e as classes etárias mais afectadas pela mortalidade são muito semelhantes ao verificado em Eixo no mesmo ano, como mais adiante se verá.

⁸⁶ Em nenhuma das localidades é apontada, pelos redactores paroquiais, a causa dos óbitos.

Quadro 28: Óbitos de menores de 7 anos – valores absolutos

	Eixo			Oliveirinha			Requeixo			Nariz			Fermentelos			Eirol		
	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total
1849				4	6	10												
1850				12	8	20												
1851				6	5	11												
1852	2	3	5	2	2	4												
1853			0	2	3	5						3		3		1		1
1854	4	6	10	6	9	15						3	5	8	1		1	
1855	3	5	8	6	7	13						3	4	7			0	
1856		2	2	3	10	13	11	6	17			4	4	8	1	4	5	
1857			0	7	6	13	11	6	17			2	4	6	1	1	2	
1858			0	3	7	10	6	2	8			4	3	7	1		1	
1859			0	7	4	11	3	6	9			3	2	5		1	1	
1860			0	18	13	31	5	2	7	2	3	5	6	9	15	1	1	2
1861	2	2	4	6	6	12	5	6	11	2		2	3	1	4		1	1
1862	4	1	5	7	3	10	11	3	14	1		1	3	7	10	1	1	2
1863	3	2	5	7	2	9	5	5	10	2	2	4	3	1	4			0
1864	10	6	16	6	6	12	11	4	15	7	4	11	5	3	8	1		1
1865	9	7	16	11	4	15	4	4	8	1	2	3	1	3	4			0
1866	3	1	4	2	3	5	5	4	9		1	1	3	3	6			0
1867	4	4	8	11	5	16	6	1	7	1		1	1	1	2	1		1
1868	2	1	3	6	6	12	9	4	13	1	2	3	6	4	10			0
1869	6	8	14	8	7	15	5	3	8	3	5	8	4	1	5		2	2
1870	2	8	10	5	1	6	2	2	4	1	5	6		3	3	1	1	2
1871	5	2	7	3	4	7	7	2	9	3	1	4	5	2	7	1		1
1872	4	4	8	9	5	14	11	4	15	4	4	8	3	1	4		1	1
1873	8	3	11	8	5	13	9	12	21	1	1	2	3	4	7	1		1
1874	5	3	8	8	9	17	11	8	19	3	3	6	13	10	23	3	2	5
1875	2	6	8	7	2	9		4	4		3	3	7	6	13		1	1
1876	4	5	9	3	11	14		3	3	3		3	5	2	7	1		1
1877	8	3	11	6	6	12	3	5	8	2	4	6	3	1	4	1	2	3
1878	6	7	13	1	2	3	5	2	7	1	2	3	3	1	4			0
1879	6	2	8	6	6	12	6	9	15	7	4	11	4	4	8		2	2
1880	2	2	4	4	5	9	2	2	4	3	1	4	8	3	11		2	2
1881	4	2	6	9	4	13	4	2	6	2	2	4	4	4	8	3		3
1882	1	6	7	3	2	5	3		3	2	1	3		1	1			0
1883	5	4	9	6	3	9	1	2	3	1	1	2	6	2	8			0
1884	2	3	5	7	3	10	5	5	10	2	3	5		4	4			0
1885	14	10	24	10	15	25	8	4	12	2	2	4	7	6	13			0
1886	7	4	11	6	3	9	4	4	8	2	1	3	6	3	9	1		1
1887	8	6	14	4	9	13	4	6	10	3	1	4	3	3	6	2	1	3
1888	5	7	12	6	6	12	9	8	17	3	2	5	3	1	4	1		1
1889	4	5	9	6	6	12	6	5	11		1	1	2	1	3		1	1
1890	5	3	8	2	4	6	3	1	4	3	4	7	7	4	11			0
1891	7	3	10	3	5	8	5	1	6		4	4	4	5	9		2	2
1892	3	2	5	2	3	5	3	3	6	1	2	3	3		3			0
1893	8	4	12	10	5	15	4	2	6	1	1	2	4		4	1		1
1894	6	7	13	6	4	10	4	7	11	1	2	3		1	1	1		1
1895	6	3	9	6	3	9	3	8	11	3		3	5	3	8			0
1896	3	3	6	5	6	11	10	7	17	1	1	2	3	5	8	2	2	4
1897	8	6	14	5	3	8	4	4	8	6	2	8	2	3	5	1		1
1898	11	5	16	7	9	16	7	4	11	1	4	5	9	5	14		3	3
1899	2	3	5	8	6	14	4	4	8	2	3	5	6	4	10	1	1	2
1900	1	3	4	9	5	14	2	8	10	2	3	5	5	4	9	1	2	3
1901	3	1	4	5	5	10	5	4	9	4	4	8	4		4	1		1
1902	1	3	4	2	3	5	3	3	6	1	2	3	3	3	6			0
1903	2	5	7	1	7	8	5	4	9	3		3	2	6	8			2
1904	4	3	7	6	5	11	2	3	5	2	3	5	2	4	6	1	1	2
1905	6	3	9	2	2	4	4	1	5	1		1	5	3	8	3	2	5
1906	6	2	8	7	9	16	12	6	18	3	2	5	5	7	12	1		1
1907	2	3	5	6	5	11	3	5	8	3	1	4	4	2	6			0
1908	2	10	12	3	6	9	7	5	12	3	2	5	4	1	5	1	2	3
1909	12	2	14	10	4	14	5	4	9			0	2	3	5	1	1	2
1910	1	3	4	9	7	16	2	2	4	1		1	3	2	5	1	2	3
	253	217	470	371	335	706	294	231	525	107	101	208	224	182	406	36	48	84

Em Fermentelos a situação é semelhante, com algumas pequenas *nuances*. Tal como Oliveirinha, apenas conhece duas crises de mortalidade de menores de 7 anos classificadas como *fortes*, nomeadamente nos anos de 1860 e 1874. Das restantes crises detectadas (2 de intensidade *média* e 2 *menores*), uma *média* encontra-se no seguimento de uma *forte* (1874-1875), e uma *menor* está na continuidade de uma *média* (1898-1899). Existe simultaneidade entre quase todas as crises de menores e maiores de 7 anos, o que leva à inevitável conclusão de que os valores efectivos da intensidade das crises registadas para a totalidade da população são bastante superiores. Neste caso, a coincidência encontra-se nos anos de 1874-1875, 1885 e 1898, todos eles representando crises de intensidade *média* nos maiores de 7 anos. Nesta freguesia, o ano de 1874, que registou 23 óbitos, foi bem mais severo para os menores de 7 anos que o de 1860. A agravar a situação, essa mortalidade acentuada teve continuidade no ano seguinte. No entanto, os tempos dos óbitos e as idades sobre as quais houve incidência da mortalidade foram diferentes. Assim, enquanto em 1874 os óbitos se centraram sobretudo entre o final de Março e o início de Junho, afectando particularmente o escalão etário dos 1-4 anos, no ano seguinte os óbitos concentram-se principalmente no mês de Janeiro (4 óbitos), distribuindo-se depois pelo restante do ano, mas afectando sobretudo crianças de tenra idade, isto é, com menos de 1 ano de vida. Dos 13 óbitos de menores de 7 anos registados em 1874, apenas 2 se referem a indivíduos com idades compreendidas entre 1 e 4 anos; todos os outros a indivíduos com dias ou horas de vida. A título de exemplo, destacam-se um falecido com 3 horas, dois com 24 e outro ainda com 30.

Duas outras freguesias do antigo concelho de Eixo, Requeixo e Eirol, não registam crises de mortalidade de menores de 7 anos de magnitude 3, ou seja, *forte*. A primeira apresenta 5 crises (todas de classificação *média*) e a segunda apenas 4 (3 de intensidade *média* e a sobrança de *menor*). Comparando estas com as crises de maiores de 7 anos e com as crises de menores dessa idade em Requeixo, constata-se a simultaneidade dos anos de 1873-1874 e 1896, todos de intensidade *média*. Aplicando os mesmos termos de comparação a Eirol, a coincidência de anos de crise resume-se a 1896.

As restantes freguesias representam situações distintas. Em Eixo apesar de registar 7 crises de mortalidade de menores de 7 anos (uma *forte*, quatro *médias* e duas *menores*), nenhuma coincide com as de maiores dessa idade. Nariz, com apenas quatro crises de menores (uma *forte*, duas *médias* e uma *menor*), apresenta coincidências de datas com as crises de maiores de 7 anos em dois anos – 1879 e 1890.

Em Eixo a situação mais séria de crise, em termos de intensidade da mortalidade dos menores de 7 anos, encontra-se em 1885, não sendo contudo de desprezar os anos consecutivos de crises *médias* ou *médias-menores*. Nestes casos encontram-se os anos de 1864-1865, 1877-1878 e 1897-1898. Começando pelo ano considerado de crise mais grave (1885), a mortalidade incide de forma igual no grupo etário dos 1-4 anos e no dos menores de 12 meses: quase 84% do total dos óbitos registados diz respeito a estes dois escalões. O calendário da ocorrência dos óbitos é, como se disse antes, igual ao de Oliveirinha: a mortandade ocorre principalmente entre os meses de Maio e Setembro, com particular incidência nos meses de Junho e Julho – como para os maiores de 7 anos. Do total de 30 óbitos registados em Eixo entre os meses de Maio e Setembro, apenas 2 dizem respeito a maiores de 25 anos, o que dá a entender tratar-se de uma mortalidade muito selectiva, que afectou quase em exclusivo as camadas mais jovens da população. Em Oliveirinha, a mortalidade, sendo semelhante, não é tão selectiva. Dos 30 óbitos também registados no mesmo período, quase 77% dizem respeito a menores de 25 anos.

As crises de mortalidade de menores de 7 anos respeitantes aos biénios 1864-1865 e 1877-1878 incidem especialmente no grupo etário dos 1-4 anos. Em termos de ocorrência no calendário, o biénio é ligeiramente distinto. Tomando como exemplo o primeiro, enquanto em 1864 a incidência da morte recai sobre a época estivo-outonal, em 1865 constata-se uma dilação no calendário, isto é, a mortalidade descai para o último quadrimestre do ano. O biénio de 1877-1878 repete o mesmo padrão de mortalidade.

Já o biénio de 1897-1898 é substancialmente diferente. Apesar de o volume de óbitos ser semelhante (30 óbitos de menores de 7 anos), o padrão encontra-se alterado. Enquanto o primeiro ano regista uma mortalidade centrada sobre o último quadrimestre, o segundo apresenta uma mortalidade mais dispersa ao longo do ano.

Considerando o global das antigas freguesias e do antigo concelho, o panorama das crises reduz-se um pouco mais. As antigas freguesias de Eixo e Requeixo registam quatro crises cada, sendo que apenas uma delas é comum em termos temporais (1898). Ambas apresentam uma crise *forte* (Eixo em 1885 e Requeixo em 1874), uma *média* (1898) e duas *menores*. O território do antigo concelho não regista crises *fortes*, apenas três *médias* e uma *menor*.

As crises de mortalidade no conjunto da população (1855-1904)

A partir de 1855 é possível, em face dos dados reunidos, proceder à análise das crises de mortalidade para a população no seu conjunto. É certo que a quantidade de anos não é muito extensa (45 a 50) e diz respeito a um período já tardio do século XIX. No entanto, apresenta a particularidade de abranger três momentos (1873-1874, 1885 e 1898) que, durante a análise da mortalidade concernente aos grupos de maiores de 7 anos e menores dessa idade, se revelaram como sendo de crise com algum significado.

Na prática, procura-se a resposta a uma questão simples: o somatório dos dois grupos de idades atingidos por uma crise de mortalidade revela uma situação idêntica e da mesma ordem de grandeza? Tendo em vista obter a resposta a esta questão, agregaram-se os dados de maiores e menores de 7 anos numa única série para o período de referência, por freguesia, antigas freguesias e antigo concelho (não incluindo Eirol). Os resultados obtidos, após a aplicação da fórmula de cálculo de Dupaquier para as crises de mortalidade, apresentam-se no quadro 29.

Quadro 29: Óbitos totais da população no seu conjunto (1849-1910)

	<i>Eixo</i>	<i>Oliveirinha</i>	<i>Requeixo</i>	<i>Nariz</i>	<i>Fermentelos</i>	<i>Eirol</i>	<i>Antiga freguesia de Eixo</i>	<i>Antiga freguesia de Requeixo</i>	<i>Antigo Concelho s/ Eirol</i>
1849	24	28	29	24	12	6	52	65	117
1850	27	52	26	14	7	4	79	47	126
1851	32	46	41	16	9	7	78	66	144
1852	41	31	33	5	5	4	72	43	115
1853	27	37	27	12	16	6	64	55	119
1854	44	63	31	8	24	6	107	63	170
1855	45	83	35	15	24	8	128	74	202
1856	41	46	52	22	27	14	87	101	188
1857	38	70	65	14	20	15	108	99	207
1858	35	51	52	15	28	4	86	95	181
1859	24	34	41	8	18	4	58	67	125
1860	21	66	44	12	28	3	87	84	171
1861	16	34	32	6	9	4	50	47	97
1862	19	34	38	16	28	11	53	82	135
1863	21	33	47	8	16	3	54	71	125
1864	43	40	46	19	25	6	83	90	173
1865	44	47	44	12	14	3	91	70	161
1866	27	22	41	7	11	6	49	59	108
1867	35	43	27	8	8	7	78	43	121
1868	28	35	46	16	25	4	63	87	150
1869	31	37	37	16	19	8	68	72	140
1870	36	31	25	12	10	9	67	47	114
1871	36	29	39	11	22	4	65	72	137
1872	30	36	46	14	12	7	66	72	138
1873	37	32	54	10	17	7	69	81	150
1874	33	44	51	21	37	11	77	109	186
1875	28	39	28	8	26	4	67	62	129
1876	28	41	30	10	26	9	69	66	135
1877	34	32	35	13	16	11	66	64	130
1878	36	26	29	11	11	3	62	51	113
1879	29	25	33	19	21	16	54	73	127
1880	25	32	26	12	21	7	57	59	116
1881	27	38	33	13	21	8	65	67	132
1882	32	24	24	16	13	6	56	53	109
1883	25	26	26	13	15	7	51	54	105
1884	14	31	37	12	20	2	45	69	114
1885	46	62	45	13	31	6	108	89	197
1886	35	36	36	16	22	8	71	74	145
1887	41	37	31	13	15	6	78	59	137
1888	37	42	41	13	12	4	79	66	145
1889	32	42	39	10	12	7	74	61	135
1890	35	34	26	17	27	8	69	70	139
1891	33	29	31	10	23	10	62	64	126
1892	23	32	15	17	15	9	55	47	102
1893	30	37	31	13	16	2	67	60	127
1894	43	31	26	12	14	10	74	52	126
1895	26	33	41	10	20	1	59	71	130
1896	30	44	47	9	31	13	74	87	161
1897	27	35	31	17	22	10	62	70	132
1898	43	53	36	11	30	8	96	77	173
1899	24	33	31	15	18	5	57	64	121
1900	23	37	41	11	20	7	60	72	132
1901	20	38	26	22	13	6	58	61	119
1902	27	27	28	14	22	4	54	64	118
1903	37	33	31	12	16	7	70	59	129
1904	30	30	27	18	18	10	60	63	123
1905	24	22	26	7	18	9	46	51	97
1906	40	48	46	16	29	6	88	91	179
1907	26	38	23	12	20	3	64	55	119
1908	39	33	34	14	23	16	72	71	143
1909	43	47	29	12	19	9	90	60	150
1910	29	48	29	11	18	6	77	58	135
Totais	1956	2399	2197	813	1185	434	4355	4195	8550

Quadro 30: Crises de mortalidade para o conjunto da população (1855-1904)

	Eixo	Oliveirinha	Requeixo	Fermentelos	Nariz	Eirol	Antigo Eixo	Antigo Requeixo	Concelho s/ Eirol
1855		2,6							
1856		0,1							
1857		1,3							
1858		0,2							
1859		-0,8				-0,8			
1860		0,9				1,0			
1861		-0,7				-1,5			
1862		-0,8	-0,8			1,0			
1863		-0,7	0,4			-0,3			
1864		0,1	0,9			0,8			
1865		0,9	0,8			-0,6			
1866		-1,5	0,1			-1,1		-0,9	-1,3
1867	0,4	1,5	-1,6			-1,5	-1,1	0,3	-0,7
1868	-0,5	0,0	0,4			0,7	0,7	-0,9	0,3
1869	-0,3	0,1	-0,6			0,0	0,9	0,9	-0,1
1870	0,4	-1,0	-1,7			-1,1	-0,1	1,1	-0,4
1871	0,7	-1,1	0,0			0,2	-0,2	-1,1	-0,4
1872	-0,4	0,1	1,3			-0,7	0,4	-0,1	0,3
1873	1,3	-0,3	3,3			-0,2	-0,7	-0,1	0,5
1874	0,4	2,3	2,2			3,2	2,7	0,8	2,7
1875	-1,0	1,6	-0,9			2,0	-1,9	-1,1	0,6
1876	-1,0	1,5	-0,5			0,9	-1,1	0,3	0,8
1877	0,9	-0,1	-0,1			-0,6	-0,2	0,9	0,4
1878	1,3	-1,3	-0,6			-1,3	-0,5	-1,5	0,0
1879	-0,2	-1,1	-0,3			-0,2	1,7	3,1	-0,8
1880	-0,7	-0,4	-0,9			-0,1	-0,4	0,1	-0,6
1881	-0,5	0,2	0,0			0,1	0,1	0,2	-0,1
1882	-0,1	-1,2	-1,8			-1,0	1,1	-0,3	-0,7
1883	-1,4	-1,1	-1,5			-0,5	-0,1	-0,2	-1,3
1884	-3,9	-0,4	0,9			0,5	-0,7	-1,5	-2,4
1885	2,8	4,3	2,4			2,5	-0,2	-0,6	4,3
1886	1,0	0,5	0,8			0,8	1,0	0,5	0,9
1887	1,3	0,1	0,0			-0,7	-0,2	-0,2	0,7
1888	0,6	0,7	1,4			-1,3	-0,4	-1,0	0,8
1889	0,0	0,7	0,8			-1,3	-1,3	0,3	0,4
1890	0,3	-0,5	-0,9			1,1	1,8	0,5	-0,1
1891	-0,2	-1,2	-0,8			0,5	-1,0	0,9	-0,9
1892	-1,9	-1,0	-3,0			-0,8	1,4	0,4	-1,8
1893	-0,4	-0,2	-0,7			-0,7	0,2	-1,5	-0,3
1894	1,9	-1,0	-0,9			-1,0	-0,3	0,7	0,4
1895	-0,4	-0,6	1,4			0,1	-1,1	-2,5	-0,6
1896	0,0	1,2	2,6			2,0	-1,4	2,3	0,7
1897	-0,2	0,6	0,1			1,3	0,9	1,2	0,1
1898	2,0	3,9	0,5			2,2	-0,7	0,3	4,4
1899	-0,8	0,0	-0,1			-0,2	0,4	-0,6	0,0
1900	-1,3	0,1	0,9			-0,3	-0,4	-0,2	-0,5
1901	-1,6	0,1	-0,9			-1,6	2,5	-0,3	-0,6
1902	-0,5	-1,1	-0,7			-0,2	0,3	-1,2	-0,9
1903	0,7	-0,6	-0,2			-1,0	-0,4	-0,3	0,0
1904	-0,2	-1,2	-0,8			-0,6	1,2	0,8	-0,8

Começando pela freguesia de Eixo,⁸⁷ as cinco crises de menores de 7 anos detectadas e as duas de maiores dessa idade, referentes ao período 1867-1904, ficam reduzidas a três, das quais duas são de magnitude 2.⁸⁸ A crise

⁸⁷ Os quadros 24 e 26 deste capítulo fornecem uma síntese das crises de mortalidade referentes a este período para maiores de 7 anos e menores dessa idade, respectivamente.

⁸⁸ Apenas se consideraram as crises de índice igual ou superior a 1,5 da escala de Dupaquier.

classificada de *forte* em 1885 para os menores de 7 anos resultou numa crise de intensidade *média* para o cômputo global da freguesia.

Oliveirinha surge com a maior série para comparação. Com cálculos elaborados a partir de 1855, revela alguns aspectos interessantes. Primeiramente, a crise *forte* de menores de 1860 desaparece por completo com a junção dos dados. O ano de 1874 transforma-se numa crise de intensidade *média*, quando era apenas *menor* nos menores de 7 anos e inexistente nos maiores dessa idade, o mesmo sucedendo em 1898, embora aqui os termos se encontrem invertidos. Em 1885 a junção de uma crise *forte* no caso dos menores de 7 anos com uma crise *média* no dos maiores dessa idade, não deixa de ser classificada de *forte*, mas perde intensidade. Em resumo, o total de 13 crises anteriormente detectadas para os dois grupos de idades dá lugar a pouco mais de metade, com ligeiras alterações de intensidade.

Em Requeixo a situação não sofre grandes alterações. Mantêm-se, sensivelmente com a mesma intensidade, as crises de 1873-1874 e 1896, assim como a de 1885, que não existia entre os menores de 7 anos.

Em Fermentelos constata-se, para além do desaparecimento da crise de menores de 1860, uma forte diminuição da de 1874-1875, que passa a uma classificação de *média*. Em 1885 mantém-se a classificação de crise *média*, que já decorria da mortalidade dos maiores de 7 anos, e as crises de 1896 e 1898 prosseguem com as mesmas intensidades. O número total de ocorrência de crises mantém-se idêntico.

Da pequena freguesia de Nariz destaca-se o desaparecimento da crise *forte* de menores em 1879, que ficou reduzida à categoria de *menor*, assim como a manutenção da intensidade registada em 1874 para os maiores de 7 anos.

Em Eirol apenas se realça o facto de se manterem, com a mesma intensidade, as duas crises registadas para os maiores de 7 anos. No entanto, as restantes crises de menores desaparecem.

O agrupamento dos dados nas unidades maiores que formavam as antigas freguesias de Eixo e Requeixo, se por um lado reduz o número de crises dispersas pelas várias freguesias que as compunham, por outro mantém ou mesmo agrava a intensidade das que permanecem. Em termos práticos, no período compreendido entre 1867 e 1904, a antiga freguesia de Eixo fica com um total de 3 crises, das quais 2 são de intensidade *forte* e 1 *média*. A datação dessas crises continua a que vinha a ser referenciada: 1874, 1885 e 1898. A antiga freguesia de Requeixo também conserva as mesmas crises nos mesmos momentos: 1874, 1885-1886 e 1896, sendo apenas o primeiro ano da segunda considerado de intensidade *forte*.

A reunião dos dados recriando o antigo concelho de Eixo tem como resultado a ampliação das crises de mortalidade, quer em termos de intensidade quer de duração. Neste caso concreto verifica-se que a crise de 1874, para além de passar à categoria de *forte* (4,5), é antecedida de uma outra de intensidade *menor* (1,8). Um destaque particular deve aqui ser dado: em nenhuma das freguesias que constituíam o antigo concelho o ano de 1874 alcançou essa magnitude. Outro exemplo de ampliação da crise é o de 1885, que apesar de manter a classificação de *forte*, registada ao nível das antigas freguesias de Eixo e Requeixo, vê o valor da intensidade passar de 4,3 para 5,3. Mais ainda, verifica-se um prolongamento do tempo de crise por um ano (1886), desta vez com a classificação de *menor*. Finalmente, o triénio 1896-1898, que apenas contabilizava uma situação de crise *forte* na antiga freguesia de Eixo em 1898, passa à situação de crise *média*, precedida em 1896 de outra *menor*.

A representação gráfica destas observações permite constatar de forma mais clara dois princípios relativos às crises de mortalidade. Em primeiro lugar, mostra que duas ou mais crises em simultâneo em lugares vizinhos geram, quase sempre, um movimento sinérgico que amplia a sua intensidade global, para além do valor máximo registado em cada um dos lugares quando tomado isoladamente. Em segundo lugar, revela que crises em anos diferentes mas consecutivos, em lugares alternados, geram um efeito de redução da intensidade mas prolongam a acção no espaço temporal.

Gráfico 16: Intensidade das crises de mortalidade do conjunto da população da antiga freguesia de Eixo

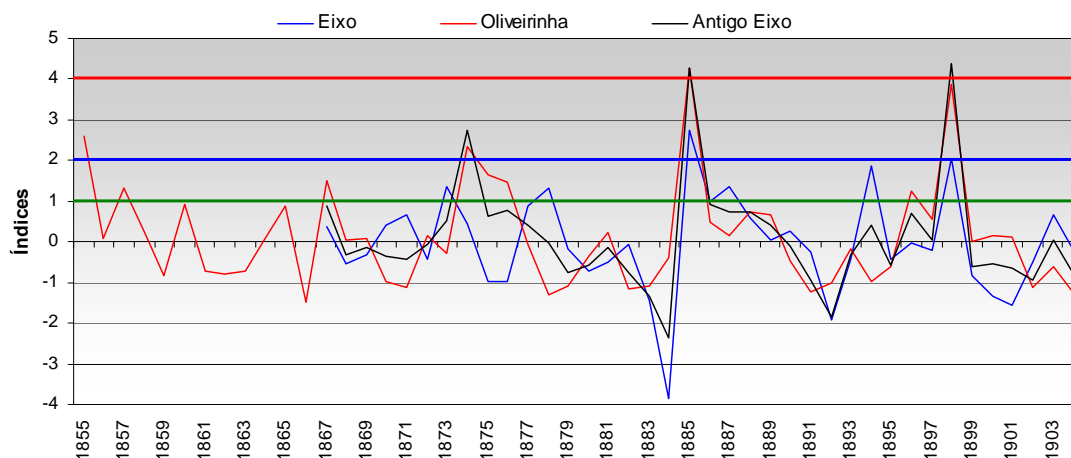
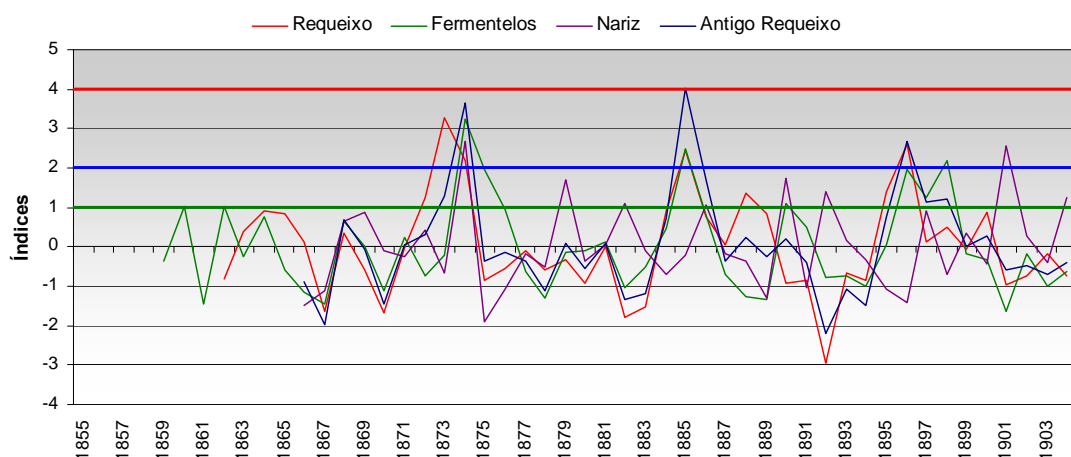


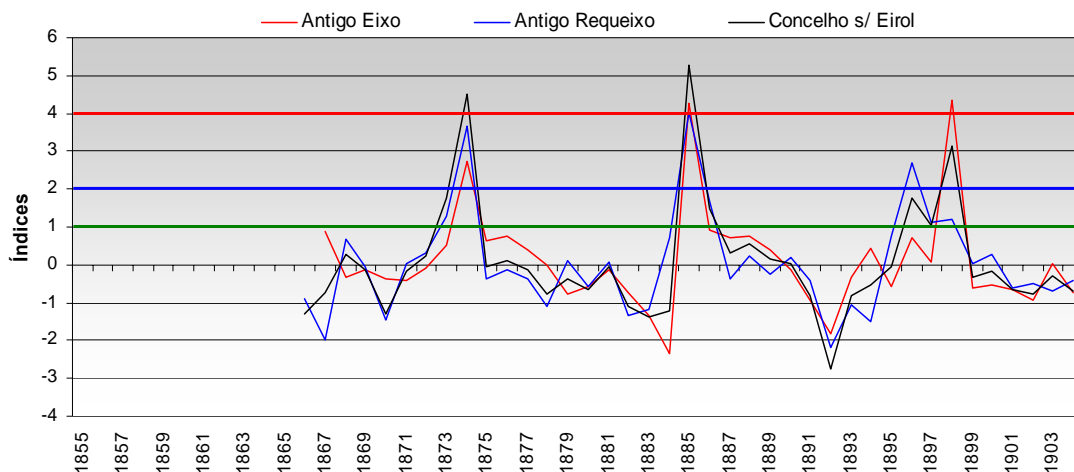
Gráfico 17: Intensidade das crises de mortalidade do conjunto da população da antiga freguesia de Requeixo



Como exemplo das duas situações pode apontar-se o gráfico 18, referente ao antigo concelho de Eixo e às antigas freguesias de Eixo e Requeixo. A primeira situação fica claramente visível nos anos de 1874 e 1885. No primeiro os casos registados em cada uma das freguesias apontam para crises de intensidade *média*, resultando a sua reunião numa crise de intensidade *forte*. Em 1885, sendo a situação de crise classificada de *forte* em ambas as antigas freguesias a sua intensidade é, ampliada – os índices 4,0 e 4,3 transformam-se em 5,3. Pode apontar-se outro exemplo. Na antiga freguesia de Eixo, em 1898, duas crises de intensidade *média* nas freguesias de Eixo e Oliveirinha geraram, em conjunto, uma crise de intensidade *forte*.

Para o segundo caso o exemplo encontra-se no período de 1896-1898, anos de crise de intensidade *menor* e *média*, cuja actividade se prolonga pelos 3 anos referidos apesar de existir uma crise forte na antiga freguesia de Eixo. Neste caso, os efeitos da intensidade mais forte foram claramente atenuados, mas o seu desenvolvimento temporal foi mais estendido.

Gráfico 18: Intensidade das crises de mortalidade do conjunto da população do antigo concelho de Eixo



Outros exemplos podem ser apontados, mesmo para o caso onde apenas existem óbitos de maiores de 7 anos. Com base nos elementos disponíveis apresenta-se uma situação do primeiro tipo. Em 1685 e 1686, a antiga freguesia de Eixo passa por anos de crise de intensidade *média* e *forte*, com valores de 3 e 4,4, respectivamente. Na sua génese encontram-se, para o primeiro dos anos, duas crises *médias* em Eixo e Oliveirinha, cujos valores eram 2,3 e 2,8 respectivamente. Para o segundo ano, pela mesma ordem e para os mesmos lugares, os valores eram de 3,4 e 4,1. Ao adicionar, para os mesmos anos, os valores das freguesias que compunham a antiga freguesia de Requeixo, o impacto reduziu-se a uma crise *menor* e outra *média* (1,9 e 3,1, respectivamente). Prolongando a observação para o ano seguinte (1687), em que apenas duas das três freguesias de Requeixo viveram uma situação de crise (Requeixo com 1,8 e Nariz com 6,8), o impacto em termos da região formada pelo conjunto do antigo concelho de Eixo apenas conheceu uma situação de crise dilatada no tempo (três anos, de 1685 a 1687), com valores de intensidade

relativamente modestos: uma crise *menor* (1,9) e duas *médias* (3,1 e 2,3), respectivamente nos anos de 1685, 1686 e 1687.

Isto significa que a análise do impacto das crises de mortalidade para uma dada região não resulta do simples somatório de casos de ocorrência das crises. O fenómeno precisa de ser analisado de forma casuística quando se pretende alargá-lo a um plano mais amplo, tornando-se necessário levar em linha de conta diversos aspectos, intrínsecos à realidade que se observa.

Dentro desse leque de aspectos convém, em primeiro lugar, tomar em consideração a dimensão das várias freguesias. Uma freguesia de pequena ordem de grandeza, quando sofre uma crise *forte* de mortalidade tem poucas probabilidades de gerar um impacto significativo numa região. Como exemplo, veja-se, em 1707 e 1708, o lugar de Fermentelos, na altura de pequena dimensão, que passa por dois anos de crise, sendo a primeira *forte* e a segunda de intensidade *média*, sem provocar qualquer impacto à escala da antiga freguesia de Requeixo nem à do antigo concelho de Eixo. Outro caso idêntico foi o de Nariz, em 1738 e 1739. Em 1785, a freguesia de Eixo, já de dimensões razoáveis, é atravessada por uma crise *forte* com 5,1 pontos de intensidade. Como se tratava de uma situação isolada, não se repercutiu ao nível da antiga freguesia de Eixo, nem do antigo concelho.

Um segundo aspecto a considerar é a tendência do movimento dos óbitos. A sua observação, não apenas na freguesia em si, mas também naquelas que com ela integram a região, é um elemento importante a ter em conta. O processo de cálculo pelas médias móveis proposto por Dupaquier dá uma preciosa ajuda. Constata-se que tendências paralelas ou convergentes amplificam a potencial crise; tendências divergentes ou contrárias atenuam-na.⁸⁹

Uma terceira observação a ter em conta, por vezes menosprezada, é o acompanhamento em paralelo da evolução de outras variáveis demográficas, nomeadamente nascimentos/concepções e casamentos. Não sendo natural-

⁸⁹ Este fenómeno pode ser observado nos gráficos 16 a 18 deste capítulo.

mente estas variáveis que determinam a existência ou não de crises de mortalidade, as alterações nelas registadas (modificação da idade média ao primeiro casamento, recasamento de viúvos, diminuição dos intervalos intergenésicos, aumento do volume de nascimentos/concepções, saldos fisiológicos, entre outros) podem ajudar a clarificar ou caracterizar o momento.

O espaço de observação do antigo concelho de Eixo, apesar de uma superfície de grandeza razoável, não passa de uma micro-região dentro de uma unidade mais vasta. A análise das crises de mortalidade permite concluir que a sua população não foi afectada de forma grave por esse evento, típico das sociedades de Antigo Regime. A existência esporádica de crises classificáveis de *fortes* e o espaçamento temporal das de intensidade *média* constituíram uma parcela importante de uma base sólida que permitiu a esta população um crescimento sustentado.

Capítulo X – A mobilidade

A origem dos nubentes	539
A naturalidade das mães de filhos ilegítimos	543
A naturalidade dos defuntos	547
A mobilidade para o exterior do concelho	551

O tratamento de uma variável importante e simultaneamente complexa, como é o caso da mobilidade das populações do Antigo Regime, não deixa de ser um problema significativo que se coloca ao investigador. É, sem dúvida, uma variável influente, sem a qual “*não se pode compreender a evolução demográfica da Europa ocidental*”,¹ mas para a qual nem sempre se dispõe das fontes mais adequadas ao seu tratamento. Na maior parte das vezes, e este caso não é exceção, a investigação encontra-se limitada aos dados recolhidos nos assentos paroquiais, à míngua de outros mais apropriados para a abordagem da temática.

Para o estudo desta variável das populações do Antigo Regime não existem fontes exclusivas nem ideais. Há sim a necessidade de, pela consulta e cruzamento de dados das mais variadas fontes e proveniências, construir um quadro que se aproxime o mais possível da realidade deste fenómeno, sabendo de antemão que nunca será exaustivo. No entanto, a grande base que servirá de ponto de partida ao estudo da mobilidade são os registos paroquiais devidamente trabalhados com a *metodologia de reconstituição de paróquias*, a qual “*permite o cruzamento de fontes diversas sobre a mesma base, na medida em que, sem perder as respectivas ligações, isola o indivíduo do conjunto familiar e pode permitir, por isso, alguns avanços sobre o problema.*”²

¹ Maria Norberta Amorim, *A Evolução demográfica de três paróquias...*, op. cit., pág. 171.

² Maria Norberta Amorim, *idem*, pág. 171.

No caso vertente do antigo concelho de Eixo apenas foi possível recorrer, embora de forma diferente, a três tipos de fontes: registos paroquiais, averbamentos do Registo Civil e róis de confessados. Mas o emprego das fontes colocou algumas questões prévias que se torna mister referir.

A mobilidade engloba basicamente dois sentidos: o daqueles que ingressam em determinado lugar, paróquia ou concelho e o dos que desse mesmo lugar partem. Em qualquer dos casos, as movimentações de indivíduos podem assumir carácter temporário ou permanente e qualquer uma coloca problemas a que as fontes antes referidas nem sempre estão capacitadas para responder, devendo a sua utilização ser efectuada com as devidas precauções.

As movimentações temporárias dão-se, em muitos casos, com o objectivo de encontrar trabalho, ou novas oportunidades de vida, podendo ser sazonais (assumindo assim alguma regularidade) ou esporádicas. Na perspectiva da freguesia que acolhe os migrantes, detectar a existência destes movimentos apenas será possível em condições especiais: nos registos paroquiais se os indivíduos em causa casaram, baptizaram um filho ou faleceram; nos róis de confessados, se no tempo da Quaresma se encontravam presentes. Ora, sabendo que uma forte parcela do contingente daqueles que migram é de indivíduos do sexo masculino, predominantemente solteiros, afigura-se pouco provável que deixem marcas visíveis da sua presença nos locais por onde passam. Sobram por isso aqueles que casam. Nesta situação desenham-se vários cenários, dos quais se expõem alguns: os indivíduos casam-se e tornam-se “adoptivos” da paróquia que os recebeu, aí baptizando os filhos e provavelmente falecendo; permanecem na nova paróquia um tempo mais ou menos longo e voltam a partir com a família que constituíram; casam e partem imediatamente com o cônjuge. Destas três possibilidades apenas a primeira pode ser melhor controlada.

No caso dos filhos da paróquia que se ausentam de forma temporária, só será possível descobrir e controlar essa ausência a partir do momento em que se

dispõe de uma série contínua de róis de confessados e se detecta de forma positiva a sua última presença e o posterior retorno. Sendo difícil dispor de uma série de róis de confessados nestas condições, o estudo da mobilidade temporária dos naturais fica, à partida, também comprometido. Por este motivo haverá apenas algum espaço para controlar a mobilidade definitiva e, também neste caso, algumas condições precisam de estar à partida garantidas.

Sem se dispor de registos de passaportes³ os recursos disponíveis (registos paroquiais, averbamentos do registo civil e róis de confessados) terão de servir para o fim em vista. Para o efeito terão de cumprir alguns requisitos prévios. Ao pretender estudar as saídas dos indivíduos naturais ou residentes em determinada paróquia a partir dos registos paroquiais, é condição *sine qua non* conhecer todos os óbitos ocorridos. Isto implica não só o conhecimento dos óbitos na idade adulta, mas sobretudo o da mortalidade infantil. Será, pois, somente a partir de séries de óbitos com registo sistemático deste tipo de mortalidade que se poderá partir para o estudo da mobilidade. Para aqueles que não faleceram em tenra idade e para os quais não se dispõe de registo de óbito em momento posterior há toda a conveniência em utilizar os róis de confessados. Estes possibilitarão colocar um fim de observação nesse grupo de indivíduos, como sendo a data máxima presumível da sua permanência na paróquia, assumindo que terá ocorrido uma partida sem retorno.⁴

Se o interesse for mais além do simples quantitativo daqueles que partiram para o exterior da paróquia, há toda a vantagem em saber o local onde faleceram. Empregando os registos de averbamento efectuados pelo Registo Civil, quer nos assentos de nascimento/batismo quer de casamento, é possível determinar não só o local do falecimento, como a respectiva data. Todavia, nem sempre os averbamentos são de igual qualidade, observando-se casos

³ Pelos motivos já adiantados no capítulo I – *As fontes demográficas*. Ainda assim, e admitindo que estes nem sempre “serão o melhor método, dada, por um lado, a não correspondência entre os residentes e os passageiros naturais das paróquias em estudo que requerem o passaporte e, por outro, a não detectável emigração clandestina” (Maria Norberta Amorim, *A evolução demográfica de três paróquias...*, op. cit., pág. 177).

⁴ No Capítulo IX – *A mortalidade*, deixou-se explanado o critério seguido para a colocação do fim de observação em cada indivíduo.

em que apenas surge uma lacónica informação, indicando secamente a data de óbito. Nestas situações será possível confirmar se na referida data existe algum registo de óbito na paróquia do indivíduo – a sua inexistência será sinónimo de se tratar de um óbito exterior à freguesia de origem. Mas o emprego dos averbamentos efectuados pelo registo civil esconde, por vezes, algumas armadilhas.

Utilizando alguns exemplos referentes ao antigo concelho de Eixo, surgem com alguma frequência averbamentos que referem: “*Faleceu no Hospital de Aveiro em 27 de Março de 1949*”.⁵ Outro caso, algo distinto e menos frequente, diz respeito a Agostinho de Oliveira Sapateiro, natural de Nariz, proprietário, que faleceu a 27 de Outubro de 1903, na praia da Costa Nova.⁶ Ambas as situações levantam perguntas de difícil resposta: que faziam os indivíduos nos referidos locais? O primeiro indivíduo referido faleceu no hospital de Aveiro porque se encontrava a residir nesta cidade, ou terá sido para lá levado por força da doença? O segundo estava em gozo de férias na Costa Nova ou era essa a sua morada habitual? Como considerar estes casos: temporária ou definitivamente ausentes das respectivas freguesias? Aparentemente a solução parece passar por uma análise casuística de cada situação.⁷

Neste contexto, atendendo às fontes e dados disponíveis, afigura-se mais consistente abordar a mobilidade sobretudo na perspectiva daqueles que por qualquer motivo ingressam no antigo concelho de Eixo e nas suas freguesias constituintes. Com este quadro por fundo, optou-se por tratar a temática no campo da nupcialidade, da naturalidade das mães dos filhos naturais e do óbito dos

⁵ Averbamento ao registo de baptismo de João Fernandes Miteto. Arquivo Distrital de Aveiro, *Livro de Baptismos de Oliveirinha*, nº 17, fol. 07.

⁶ Registo Civil de Aveiro, *Livro de Óbitos de Nariz*, 1903, fol. 09.

⁷ No primeiro exemplo a opção recaiu na primeira situação, por considerar uma ausência definitiva da freguesia de origem, pois apesar de não existir indicação de sepultura, sabe-se que casara em Aveiro, apesar de ter registado uma filha em Oliveirinha. No segundo exemplo considerou-se o defunto como sendo residente na freguesia de Nariz, atendendo não só ao estatuto social de proprietário e presumível posse de meios de fortuna, como à indicação de ter sido sepultado no cemitério de Nariz. A Costa Nova do Prado era, desde a segunda metade do século XIX, local de veraneio do estrato social mais abastado da sociedade aveirense. O conhecido tribuno José Estêvão aí tinha uma casa onde passava parte do Verão, assim como o avô paterno de Eça de Queirós (na sua infância o escritor passou nesse local um ou outro verão).

residentes no referido espaço. Mas porque se dispõe de róis de confessados passíveis de utilização sistemática para duas freguesias (Oliveirinha e Fermentelos), e dos averbamentos do Registo Civil, ensaiou-se um estudo, ainda que limitado, dos movimentos migratórios destas duas freguesias, procurando sobretudo evidenciar as tendências da mobilidade dos seus naturais a partir de 1860.

A origem dos nubentes

A naturalidade dos nubentes ao primeiro e segundos casamentos revela interesse apreciável, pois permite avaliar o grau de permeabilidade de uma paróquia ou concelho no que diz respeito à admissão de novos membros na comunidade, provenientes do exterior. Mas as fontes nem sempre são amigáveis neste capítulo. Até aos primeiros anos do século XVIII os redactores paroquiais eram bastante parcios em fornecer informações precisas sobre a naturalidade dos nubentes. Esta indicação peca, na maior parte dos casos, por ser bastante vaga, como adiante se poderá constatar, e as excepções encontradas mais não fazem que confirmar a regra. A partir do século XVIII as dificuldades de identificação correcta da naturalidade diminuem de forma significativa, o que não implica que num ou noutro caso os problemas subsistam.

Para esta análise tomou-se o concelho na sua totalidade e escalonaram-se os restantes parâmetros em freguesias vizinhas⁸ e freguesias afastadas,⁹ ficando reservada uma coluna para os casos em que se desconhecia a proveniência dos indivíduos, em razão da ambiguidade ou mesmo ausência de indicação. A totalidade da série foi dividida em períodos de aproximadamente 50 anos (até 1650, 1650-1709, 1710-1749, 1750-1800, 1800-1849 e 1850-1910). Foi também considerado o facto de se tratarem de primeiros ou segundos matrimó-

⁸ Consideraram-se freguesias vizinhas as que confinavam com os limites do antigo concelho de Eixo e que dela se encontravam afastadas não mais de 10 km. São elas Alquerubim, S. João de Loure, Angeja, Esgueira, Cacia, Aveiro (S. Miguel, Espírito Santo, Apresentação e Vera-Cruz), Aradas, Sosa, Ilhavo, Palhaça, Vagos, Óis da Ribeira, Oiã e Travassô.

⁹ Todas aquelas que ficam para além dos limites definidos na nota anterior.

nios, pois sabe-se à partida que representam situações diferenciadas. Os resultados ficam expressos nos quadros 1 e 2.

Quadro 1: Origem dos nubentes (valores absolutos)

<i>Primeiros Matrimónios</i>					<i>Valores Absolutos</i>	<i>Segundos Matrimónios</i>				
Concelho	Freguesias Vizinhas	Freguesias de Longe	Ignorada	Total	<i>Homens</i>	Concelho	Freguesias Vizinhas	Freguesias de Longe	Ignorada	Total
60	27	41	247	375	<1650	3	0	2	8	13
531	129	75	775	1510	1650-1709	42	15	8	86	151
510	73	47	37	667	1710-1749	77	28	11	14	130
1106	108	61	89	1364	1750-1800	115	12	14	29	170
1266	128	162	173	1729	1800-1849	152	26	31	36	245
2035	219	261	147	2662	1850-1910	199	31	43	26	299
Concelho	Freguesias Vizinhas	Freguesias de Longe	Ignorada	Total	<i>Mulheres</i>	Concelho	Freguesias Vizinhas	Freguesias de Longe	Ignorada	Total
103	12	3	251	369	<1650	4	1	0	13	18
631	33	16	970	1650	1650-1709	27	3	4	54	88
659	51	81	46	837	1710-1749	51	3	0	5	59
1404	78	26	104	1612	1750-1800	69	5	2	9	85
1657	99	44	169	1969	1800-1849	103	12	4	14	133
2521	119	126	144	2910	1850-1910	102	14	12	20	148

Quadro 2: Origem dos nubentes (valores relativos)

<i>Primeiros Matrimónios</i>				<i>Valores Relativos</i>	<i>Segundos Matrimónios</i>			
Concelho	Freguesias Vizinhas	Freguesias de Longe	Total	<i>Homens</i>	Concelho	Freguesias Vizinhas	Freguesias de Longe	Total
46,9	21,1	32,0	100	<1650	60,0	0,0	40,0	100
72,2	17,6	10,2	100	1650-1709	64,6	23,1	12,3	100
81,0	11,6	7,5	100	1710-1749	66,4	24,1	9,5	100
86,7	8,5	4,8	100	1750-1800	81,6	8,5	9,9	100
81,4	8,2	10,4	100	1800-1849	72,7	12,4	14,8	100
80,9	8,7	10,4	100	1850-1910	72,9	11,4	15,8	100
Concelho	Freguesias Vizinhas	Freguesias de Longe	Total	<i>Mulheres</i>	Concelho	Freguesias Vizinhas	Freguesias de Longe	Total
87,3	10,2	2,5	100	<1650	80,0	20,0	0,0	100
92,8	4,9	2,4	100	1650-1709	79,4	8,8	11,8	100
83,3	6,4	10,2	100	1710-1749	94,4	5,6	0,0	100
93,1	5,2	1,7	100	1750-1800	90,8	6,6	2,6	100
92,1	5,5	2,4	100	1800-1849	86,6	10,1	3,4	100
91,1	4,3	4,6	100	1850-1910	79,7	10,9	9,4	100

O período referente aos anos anteriores a 1650 possui, aparentemente, pouca relevância dados os condicionalismos já largamente referenciados em capítulos anteriores e o número relativamente pequeno de observações registadas. Todavia, mesmo levando em linha de conta as limitações apontadas, optou-se por incluir esses valores nos quadros, pois acabam por revelar um pouco mais daquilo que foi o século XVII. Os dados compulsados anteriormente com base nas diversas variáveis (nascimentos/baptismos, casamentos e óbitos), e em outras fontes documentais, apontavam para um crescimento potencialmente forte da população do antigo concelho de Eixo, no século XVII. Este aumento

populacional materializava-se no constante incremento do número de batismos e de casamentos observados nesse século, em particular na sua segunda metade.

Os quadros 1 e 2 acabam por revelar mais de que apenas os valores absolutos dos casamentos. É particularmente notória a presença de homens provenientes de freguesias afastadas nos dois primeiros momentos observados, isto é, até 1710. A maior parte desses nubentes procede da região da Bairrada (Anadia) e também dos contrafortes montanhosos dos concelhos de Águeda e Albergaria-a-Velha. Um outro grupo procede da região serrana, embora não muito distante, como é o caso de Sever do Vouga. Os nubentes do sexo feminino, embora em menor número que os do sexo oposto, reflectem proveniências muito semelhantes.

No período correspondente aos anos de 1650-1710, quase 30% dos homens procedentes do exterior do concelho conseguem consorciar-se e estabelecer-se em Eixo. É uma fase interessante quer ao nível dos primeiros quer dos segundos casamentos para ambos os sexos. Verifica-se um afluir de gente de freguesias vizinhas e mesmo de outras cada vez mais afastadas do concelho, que aqui procura outras condições de vida. Esta situação aplica-se particularmente aos homens - para além de quase 30% dos que casam pela primeira vez virem do exterior do concelho, mais de 35% dos que contraem segundas núpcias vêm também de outras localidades, mais ou menos afastadas. As mulheres provenientes de outras freguesias, que não do município de Eixo, e que neste contraem segundas núpcias representam mais de 20% das que se consorciam no concelho; por outro lado, as que casam pela primeira vez pouco passam de uns modestos 7% das restantes.

Esta fase expansionista, que corresponde ao século XVII, em particular à sua segunda metade, fica pois marcada por uma grande abertura da comunidade à aceitação de novos elementos. É uma época em que há terra disponível e falta de braços para a trabalhar. No século XVIII a capacidade de aceitação de gente do exterior modifica-se: há um fechar da comunidade sobre si, que a

torna fortemente endogâmica, sobretudo na segunda metade do século. Em particular no que diz respeito aos homens provenientes de além dos limites do concelho, as dificuldades em encontrar par para um primeiro enlace são muitas (não chegam a representar 20% do total de casamentos).

Este comportamento estará directamente relacionado com a fase de forte expansão que o antigo concelho conheceu e que atraiu muita gente, não só das localidades vizinhas, como de outras mais afastadas. A abertura e disponibilidade da população para o recebimento de gente do exterior manteve-se apenas durante o tempo intuitivamente considerado necessário para o povoamento da região e aproveitamento da terra. Após esta fase, e durante o século XVIII, o concelho encerrou-se sobre si, dificultando a entrada de novos indivíduos do exterior. Esta mudança de atitude, certamente lenta, poderá significar que a população se terá apercebido de que alcançara o ponto de equilíbrio entre os recursos disponíveis e a quantidade de elementos que poderia comportar, sem comprometer a existência da comunidade.

Os acontecimentos político-militares do século XIX alteram significativamente o equilíbrio existente. Às inevitáveis consequências das campanhas militares juntam-se as quebras dos rendimentos agrícolas, principal actividade económica do antigo concelho de Eixo. A crise instala-se sobretudo a partir da década de 1830, levando a que muitos dos naturais migrem para outras paragens em busca de novos meios de subsistência. São sobretudo homens, maioritariamente solteiros, os que abandonam a terra. Esta saída, forçada pelas circunstâncias, produz, em razão do elevado número dos que partem, desequilíbrios ao nível da população que fica. Em simultâneo abre a possibilidade ao ingresso de gente nova que, tal como a que de Eixo partira, também sai da sua terra em busca de fortuna noutros destinos.

As origens dos que ingressam em Eixo e aí se estabelecem não deixam margens para muitas dúvidas, independentemente do sexo. Para além dos que vêm das freguesias vizinhas, é sobretudo gente oriunda do planalto beirão, de

Oliveira de Frades, Sever do Vouga, Vouzela, Viseu, Castro Daire e Tondela entre muitas e “desvairadas” terras.

A naturalidade das mães de filhos ilegítimos

Determinar a naturalidade das mães de ilegítimos revela-se, num número significativo de casos, um exercício particularmente ingrato, senão mesmo quase inglório. A identificação, de forma cabal, da proveniência dessas mulheres apresenta-se complexa por duas ordens de razões: nos registos de baptismo, muitas vezes, eram apenas indicados o nome próprio da mãe e o lugar de residência; a designação utilizada para a naturalidade podia aplicar-se a várias localidades distintas, como por exemplo, Travanca (Oliveira de Azeméis), Travanca (Santa Maria da Feira), Travanca (Viseu) ou Travanca (Oliveira de Frades). São obstáculos dificilmente ultrapassáveis, pelo que até um melhor aprofundamento da situação se optou por englobar estes casos na categoria *desconhecida*, como se poderá ver no quadro 3, adiante apresentado.

Neste quadro manteve-se a divisão nos dois períodos habitualmente considerados, não só pelo que anteriormente foi exposto, mas de forma a dar uma maior consistência ao volume de dados. Dividiu-se a naturalidade das mães em três grupos: as naturais do antigo concelho de Eixo (subdivididas pelas respectivas freguesias de origem), as dos concelhos e paróquias próximas e as das freguesias afastadas (para além da já mencionada categoria *desconhecida*).

Na definição de concelhos e paróquias próximas levou-se em consideração não só as paróquias vizinhas, como todas aquelas cuja situação geográfica possibilitava um acesso fácil a Eixo. Tal foi o caso, no concelho de Albergaria-a-Velha das freguesias de Angeja, Frossos, Alquerubim e S. João de Loure – a partir destas localidades bastava uma curta viagem de travessia do rio Vouga para chegar a Eixo. Em Águeda, e pelos mesmos motivos, englobaram-se as freguesias de Travassô, Segadães, Espinhel e Óis da Ribeira. Em Oliveira do Bairro agregaram-se os valores das freguesias da Palhaça e Bustos. Do concelho de Vagos consideraram-se as freguesias de Sosa e Vagos. No caso de

Quadro 3: Naturalidade das mães com filhos ilegítimos

Localidades		Valores Absolutos		Valores Relativos	
		Antes 1830	Após 1830	Antes 1830	Após 1830
Freguesias do antigo concelho de Eixo	Eixo	295	404	53,83	40,77
	Oliveirinha	a)	86		8,68
	Requeixo	189	237	34,49	23,92
	Nariz	b)	89		8,98
	Fermentelos	46	124	8,39	12,51
	Eirol	18	51	3,28	5,15
	Total do antigo Concelho	548	991	65,55	79,15
Concelhos e freguesias vizinhas	Águeda	5	21		
	Albergaria-a-Velha	5	19		
	Aradas	4	7		
	Aveiro	1	9		
	Cacia		1		
	Esgueira	2	6		
	Ílhavo	1	2		
	Oliveira do Bairro	8	6		
	Vagos	6	9		
	Total de concelhos e freguesias vizinhas	32	80	3,83	6,39
Concelhos afastados	Açores		1		
	Anadia	4	8		
	Arganil	1			
	Cantanhede	1	1		
	Estarreja		5		
	Felgueiras	1			
	Figueira da Foz		1		
	Lisboa		1		
	Marco de Canaveses		1		
	Moimenta da Beira		1		
	Moçambique		1		
	Murtosa		1		
	Oliveira de Azeméis		1		
	Oliveira de Frades	2	2		
	Poiares		1		
	Pombal		1		
	Ribeira de Pena		1		
	S. João da Madeira		1		
	Santa Comba Dão		1		
	Sever do Vouga	2	2		
	Souto	1			
	Trancoso		1		
	Vale de Besteiros	1			
Viseu	1	5			
Vouzela		5			
Total concelhos afastados	14	42	1,67	3,35	
Desconhecida	242	139	28,95	11,10	
Total	836	1252			

a) Integrada na freguesia de Eixo

b) Integrada na freguesia de Requeixo

Aveiro, e porque durante largo tempo (até 1862) a cidade foi constituída por quatro freguesias (Apresentação, Vera-Cruz, S.Miguel e Espírito Santo), posteriormente reduzida a duas (Glória e Vera-Cruz), tomou-se a sua totalidade (apesar de a antiga freguesia do Espírito Santo ser confinante e ter um lugar meeiro com a freguesia de Eixo, posteriormente Oliveirinha). Embora as freguesias de Aradas, Cacia e Esgueira fizessem e façam ainda hoje parte integrante do concelho de Aveiro, optou-se por mantê-las “independentes”.

O quadro 3 apresenta a distribuição da naturalidade das mães dos filhos naturais em ambos os períodos. Pode constatar-se que, antes de 1830, o número de naturais das freguesias constituintes do antigo concelho de Eixo era razoavelmente elevado – mais de 65% das mães eram naturais da paróquia. Esse número não é ainda superior por existir uma fatia significativa de casos que a ausência de uma identificação precisa “atirou” para a categoria “desconhecida”. Esta situação é particularmente visível nos dados referentes a uma boa parte do século XVII. Quer nas zonas mais próximas, quer nas mais afastadas apenas se contabilizam, em todo o período (que abrange mais de 200 anos), 5,5% do total das mães de filhos naturais representando as zonas mais próximas mais de dois terços deste total. Neste caso ainda, são as freguesias dos concelhos de Oliveira do Bairro e Vagos que mais representantes apresentam, atendendo à sua particular proximidade da freguesia de Requeixo e às relações estreitas que se estabeleciam nos limites dessas freguesias.

Exteriormente ao círculo de circunvizinhança não há destaque especial a referir. Os casos identificados parecem ter pouco significado, excepto o concelho de Anadia, que no período seguinte reforça ainda mais a sua posição. O justificativo para a maior incidência de mulheres provenientes deste concelho prende-se, presumivelmente, com as linhas de comunicação que se estabeleciam entre as freguesias da Bairrada e a região de Eixo. Como já se referiu em capítulo anterior, uma parte da produção vinícola escoava-se pelo rio Cértima, que nesta zona entroncava no Águeda. Em termos do antigo concelho, os valores dão maior ênfase à freguesia de Eixo, muito naturalmente por ser a sede e

a localidade de maiores dimensões, logo seguida de Requeixo, também de grandeza razoável, embora menor que Eixo.

No segundo momento de observação, após 1830, verifica-se uma diminuição visível da percentagem de mulheres naturais de Eixo, em parte pela separação de Oliveirinha. Mesmo considerando os valores desta localidade, existe uma quebra de alguns pontos percentuais. Em Requeixo, apesar de se verificar uma situação semelhante à da freguesia de Nariz, a diminuição dos seus valores não é tão evidente. Quer em Fermentelos, quer em Eirol regista-se um crescimento de características mais acentuadas. No entanto, o cômputo global das mulheres naturais do antigo concelho de Eixo fica muito próximo dos 80%. O número das provenientes de paróquias e concelhos exteriores a Eixo quase duplica. Para isto muito contribuiu a melhor identificação das mesmas, o que fez baixar substancialmente os valores percentuais da categoria “*desconhecida*” (de 29% para 11,1%). Por força dessa melhoria da identificação, aumentou de forma significativa o número de localidades de origem das mães dos filhos naturais. Esta diversidade também pode significar uma crescente e mais fácil deslocação e uma maior mobilidade das populações.

Em termos gerais e para todos os períodos em análise, o valor global apresenta algumas diferenças significativas em relação a outras paróquias estudadas – o peso global das mulheres provenientes do exterior do antigo concelho, descontando os casos catalogados como proveniência desconhecida, é de 7,7% para o primeiro momento e de 11% para o segundo. Apresenta-se muito diferente dos valores encontrados para o norte de Guimarães, estudado por Amaro Neves, que, para o século XVIII,¹⁰ encontrou 21% de casos de mulheres oriundas do exterior da paróquia (bastante longe dos 7,7% encontrados para Eixo, até 1830). Em Calvão (Trás-os-Montes),¹¹ José Alfredo Faustino registou 22,9% de casos para todo o período (1670-1870); Em S. Miguel da Facha (Minho),¹² Maria Arminda Machado identificou 26% para o século XVIII e 21% para a totalidade do século XIX. Anotam-se apenas alguns valores, que permi-

¹⁰ António Augusto Amaro Neves, *Filhos das ervas...*, op. cit., pág. 183.

¹¹ José Alfredo Faustino, *Calvão – Uma paróquia...*, op. cit., pág. 160.

¹² M.^a Arminda Loureiro Machado, *S. Miguel da Facha...*, op. cit., pág. 105.

tem situar o movimento das mães de filhos naturais, noutras paróquias, na casa dos 20%.

Talvez seja possível afirmar (com as reservas inerentes) que um número pouco significativo de mulheres dava à luz, fora da paróquia natal, o filho fruto de uma relação não legitimada. Esta situação pode justificar-se por uma fuga à censura social/familiar e à conseqüente estigmatização, ou muito simplesmente por questões laborais. Pensando em moldes inversos, se em cada cinco mães quatro optavam por fazer nascer os filhos na sua paróquia, pode dizer-se que, ou assumiam corajosamente a situação, ou a censura social/familiar não era tão forte e a sociedade mais tolerante do que se poderia pensar.

A naturalidade dos defuntos

A análise da mobilidade sob o prisma da naturalidade dos defuntos também não se afigura fácil. Para além das dificuldades já referidas na identificação das localidades de origem dos falecidos, particularmente pela profusão de lugares com o mesmo nome (passíveis de pertencer a esta ou aquela freguesia ou concelho), acresce também a ausência de indicação das mesmas, no caso daqueles que já residiam na freguesia há muitos anos e para os quais não se encontrou registo de casamento. A maioria dos óbitos registados de indivíduos não naturais das freguesias do antigo concelho de Eixo corresponde a sujeitos casados que aí constituíram família ou o fizeram outro lugar e em Eixo se estabeleceram de forma definitiva. No entanto há alguns casos (poucos) de indivíduos “passantes”, que faleceram em Eixo e sobre os quais muito pouco se conhece para além da indicação, por vezes vaga, da sua naturalidade. Ignora-se também o tempo da sua permanência no antigo concelho.

Apesar destas contrariedades, que de alguma forma reduziram o espectro de casos disponíveis para análise, dividiu-se a totalidade do período em quatro momentos distintos, de acordo com o comportamento da população das várias freguesias anteriormente detectado. O primeiro momento, que corresponde à fase de expansão e crescimento populacional de todo o antigo concelho,

abrange todo o espaço temporal até 1710; o segundo, caracterizado por uma desaceleração do crescimento e um certo fechar sobre si das populações, compreende o restante século XVIII; o terceiro de 1800 a 1849 corresponde à fase de instabilidade e desagregação de toda a estrutura populacional anterior; finalmente, o último período (1850-1910) amplia, de forma significativa e em ambos os sentidos (entradas e saídas das freguesias), o fenómeno da mobilidade das populações.

Mais do que referir números, que nunca poderão ser precisos em face dos condicionalismos já expostos, torna-se mais importante detectar a proveniência dos diversos fluxos migratórios, identificando as regiões “fornecedoras” do contingente de indivíduos que estabeleceram no antigo concelho de Eixo a sua morada definitiva.

Não são muitos os casos detectados no primeiro momento de análise. De um total de 73, pertencem ao sexo feminino 19. Quase todos são provenientes de paróquias vizinhas. Destas, o actual concelho de Águeda, em especial a freguesia de Travassô, é o local a partir do qual mais mulheres se estabelecem no antigo concelho de Eixo – 11 casos. A sua proximidade com Eirol, Eixo e Requeixo facilitou a migração. Também se registam algumas presenças femininas provenientes de concelhos afastados, como Montemor-o-Velho, Carregal do Sal e Anadia. No caso dos homens verifica-se uma presença maior não só em quantidade (54 registos), como em variedade de proveniências. É certo que as paróquias vizinhas continuam a ter um peso importante (63%), mas é já possível observar a tendência para um fluxo proveniente das regiões do planalto beirão – Folgosa (Castro Daire), S. Pedro do Sul, Sever do Vouga, Tondela, Trancoso e Viseu são “fornecedores” de homens para esta região do baixo Vouga. É também possível detectar a formação de uma corrente migratória do norte do distrito de Aveiro: Arouca, Oliveira de Azeméis e Santa Maria da Feira.

No segundo período (1710-1799), e para o sexo feminino, apesar de um aumento em termos absolutos verifica-se a manutenção da tendência quanto à

origem. Dos 132 casos registados, mais de 85% são de freguesias e concelhos vizinhos, com Oiã (concelho de Oliveira do Bairro), Aveiro, Águeda (particularmente Travassô e Óis da Ribeira) e Sosa (concelho de Vagos) a fornecerem o maior contingente. Mas também se começa a notar o fluxo proveniente do interior beirão: Oliveira de Frades, Pinhel, Santa Comba Dão, Sátão, Sever do Vouga, Tondela e Viseu.

Para o sexo masculino, os números são maiores em termos absolutos, mas as proveniências mantêm-se muito semelhantes. Assim, das freguesias e concelhos vizinhos surgem 69% dos homens que adoptam o antigo concelho de Eixo como local para a sua fixação. Destes é o concelho de Oliveira do Bairro, através da freguesia de Oiã, o que fornece a maior parcela. As freguesias de destino são sobretudo as mais próximas – Fermentelos, Requeixo e Nariz. Com quantitativos também importantes encontram-se Aveiro, Vagos (sobretudo a freguesia de Sosa), Águeda e Aradas. A região serrana fornece um valor importante – um pouco mais de 12%, procedendo estes homens de lugares tão distantes como Arganil, Armamar, Castro Daire, Guarda, Fundão, Nelas, Santa Comba Dão, Penalva do Castelo, Castelo Branco, Tondela e Sever do Vouga, para além da já habitual região de Viseu. O norte do distrito de Aveiro também se encontra representado, com uma maior variedade de concelhos em relação ao período anterior – Ovar, Oliveira de Azeméis, Murtosa, Estarreja e Arouca, mas em percentagem inferior à da região do interior beirão.

O período 1800-1849 mantém, para o sexo feminino, o mesmo panorama que o verificado anteriormente: cerca de 86% das mulheres são provenientes de freguesias e concelhos vizinhos, com particular destaque para as freguesias de Oiã (Oliveira do Bairro) e Sosa (Vagos), que fornecem um quantitativo elevado. O destino das que vêm de Oiã continua a ser as freguesias que constituíam a antiga freguesia de Requeixo, enquanto que as de Sosa se dirigem para as freguesias de Nariz e Oliveirinha, que com ela confrontavam. Os restantes 14% apresentam uma certa dispersão, abrangendo lugares de norte a sul do país. De Ponte de Lima a Torres Vedras e Lisboa, passando pelo interior de Góis a

Sátão e Trancoso, encontram-se representantes de muitos e variados concelhos.

No que diz respeito às origens dos indivíduos do sexo masculino registam-se algumas alterações, ainda que não muito significativas. No geral, as freguesias e concelhos vizinhos continuam com uma quota bastante larga, embora esta sofra uma pequena quebra. Assim, neste período, registam-se pouco mais de 62% de casos oriundos das proximidades do antigo concelho de Eixo, enquanto o contingente procedente da Beira Alta vê os seus efectivos aumentar para os 14%, mantendo o norte do distrito de Aveiro a sua percentagem na casa dos 9%. Os restantes 15% apresentam uma maior profusão de naturalidades, cada uma delas com valores absolutos pouco significativos, à excepção da região de Anadia, que constitui um núcleo significativo, representando quase 8% dos ingressos neste antigo concelho.

Finalmente, no último momento considerado – 1850-1910, regista-se uma ligeira diminuição da quantidade de mulheres procedentes das freguesias e concelhos vizinhos, para 73% do total dos casos observados. Neste campo merece novamente um destaque especial o concelho de Oliveira do Bairro, em particular a freguesia de Oiã, do qual 65 mulheres se deslocam para as freguesias de Fermentelos, Requeixo e Nariz, representando 20% do total de entradas deste sexo no antigo concelho de Eixo. A região do norte do distrito de Aveiro contribui com 9% e a da Beira Alta com 8,6%, constituindo os núcleos mais representativos. Do resto do país refere-se apenas, pela sua peculiaridade, a presença de duas mulheres provenientes dos Açores, uma da ilha do Pico e outra da ilha Terceira.

Em relação ao sexo masculino continuam a verificar-se as tendências anteriormente assinaladas. O peso relativo das freguesias e concelhos vizinhos continua a decair, representando agora de 58% do total de ingressos, ao passo que a proveniência quer dos territórios da Beira interior quer da zona norte do distrito de Aveiro continua a progredir no sentido de uma maior representatividade. Assim, enquanto os indivíduos da Beira interior já representam 17% do

conjunto das proveniências dos homens procedentes do exterior do concelho e nele falecidos, os do norte do distrito de Aveiro sobem também o seu peso relativo para 11% do total. Em termos de localidades as diferenças não são muitas em relação aos períodos anteriores, notando-se no entanto uma maior presença de gente proveniente de alguns lugares do norte do país, como Porto, Grijó, Carrazeda de Ansiães ou Ribadave.

Genericamente é possível dizer que a predominância de ingressos no território do antigo concelho de Eixo é de concelhos e freguesias vizinhas, embora com o tempo tal hegemonia se vá esbatendo, cedendo passo a outros lugares do país, com particular destaque para a região do planalto beirão e dos concelhos do norte do distrito de Aveiro. Dos primeiros um destaque mais particular vai para a região de Viseu e quase todos os concelhos confinantes com o rio Vouga, como é o caso de Sever do Vouga, S. Pedro do Sul, Vouzela ou Oliveira de Frades. Dos segundos destaca-se uma presença muito razoável de gente proveniente de Oliveira de Azeméis. Também a população da região bairradina de Anadia (nas suas várias freguesias – Arcos, S. Lourenço do Bairro, Sangalhos, Moita e outras) se fez representar de forma significativa, facto já referido em capítulo anterior. No geral nota-se um deslocamento de populações em direcção ao antigo concelho de Eixo, segundo as vias de comunicação mais utilizadas: os rios Vouga, Águeda e Cértima, a ria de Aveiro e as estradas de ligação ao principal eixo viário do país – a velha estrada Porto-Lisboa.

A mobilidade para o exterior do concelho

Determinar o peso da mobilidade das populações de uma dada paróquia ou região para além dos limites do seu território de origem é um processo complexo. Para que os resultados sejam fidedignos será quase obrigatório conhecer, como se disse anteriormente, os valores respeitantes à mortalidade infantil, o conhecimento dos quantitativos da população, as datas de saída e os destinos. Para tal será necessário dispor, por sua vez, de um conjunto de fontes variadas e adequadas que permitam este tratamento, o que, no que diz

respeito ao antigo concelho de Eixo, não é possível. No entanto, com as fontes disponíveis (registos paroquiais, averbamentos de Registo Civil e alguns róis de confessados), pode-se ensaiar uma aproximação a este tipo de mobilidade para o período posterior a 1860, particularmente em duas paróquias – Oliveirinha e Fermentelos.

Todavia os dados disponíveis recolhidos a partir do Registo Civil permitem traçar, de forma genérica, as linhas de tendência mais significativas destes movimentos, a partir da localidade onde ocorreu o óbito. Tomando, em linhas globais, a população pertencente às gerações do antigo concelho de Eixo nascidas entre 1850 e 1910, e excluindo desta abordagem a cidade de Aveiro pela sua proximidade, destaca-se, como região primordial de destino, a região de Lisboa. Esta compreende, para além do concelho do mesmo nome, os limítrofes de Azambuja, Sintra, Mafra, Vila Franca de Xira e Cartaxo. Independentemente do sexo, a capital do país exerce uma forte atracção, suplantando os concelhos vizinhos do antigo concelho de Eixo. A região de Lisboa acima descrita chama a si mais de 20% de um total de 1600 óbitos identificados no exterior das paróquias do antigo concelho de Eixo. Este valor torna esta região a segunda mais importante em termos de destinos, logo a seguir a Aveiro que contabiliza 38% do total dos óbitos registados e identificados no exterior dos limites do antigo concelho.

Dos concelhos limítrofes a Eixo, Águeda é aquele que regista maiores valores de migrantes: 5,75%. Seguem-se Oliveira do Bairro, Ílhavo, Albergaria-a-Velha e Vagos, todos com valores inferiores a 5,2%. Surpreendentemente, as regiões de Setúbal e Coimbra surgem com um pouco mais de 2% dos casos. Os restantes destinos assumem valores meramente residuais, decorrentes de um ou dois casos isolados.

Das deslocações com carácter definitivo para o estrangeiro, destaca-se a forte presença do Brasil, com um peso de 3,75% do total das saídas definitivas observadas. Também se encontram com algum significado, ainda que bastante menor, destinos como Angola, Estados Unidos e Moçambique.

Tomando como unidade de observação as freguesias de Oliveirinha e Fermentelos é possível descortinar um pouco mais acerca da mobilidade das suas populações. Para além das razões anteriormente apontadas para a escolha destas freguesias cumpre acrescentar uma outra: a reduzida percentagem de indivíduos com destino desconhecido em ambas as paróquias. Se em Oliveirinha aqueles para os quais não se possui qualquer outra informação para além do nascimento e baptismo representam pouco menos de 8% do total dos nascimentos, já em Fermentelos o quantitativo de desses “*desconhecidos*” pouco ultrapassa os 3%. Por outro lado, são freguesias com uma dimensão não desprezível. Em Oliveirinha, no espaço de 50 anos, entre 1860 e 1910, baptizaram-se 2816 crianças, o que perfaz uma média superior a 55 baptismos anuais; em Fermentelos, de extensão mais modesta, para o mesmo período contabilizaram-se 1750 baptismos, o que conduz a uma média também apreciável de 34 baptismos.

Traçado o panorama geral de ambas as paróquias expõe-se nos quadros 4 e 5 os resultados obtidos sobre a mobilidade das respectivas populações. Antes, porém, compete deixar uma explicação sobre os conteúdos deles constantes. Assim, a coluna *total* representa o somatório dos nascimentos ocorridos em cada decénio considerado; a primeira coluna (*Freguesia*), representa os valores totais de indivíduos nascidos nesse decénio e falecidos na freguesia; a coluna seguinte representa aqueles que faleceram numa freguesia que não a sua de origem, mas se mantiveram numa das outras que integrava o antigo concelho de Eixo (Eixo, Oliveirinha, Requeixo, Nariz, Fermentelos e Eirol); a coluna “*concelhos vizinhos*”, diz respeito àqueles que saíram para além dos limites do seu antigo concelho de origem mas não se afastaram demasiado, tendo-se deslocado para os concelhos de Aveiro, Águeda, Oliveira do Bairro, Albergaria-a-Velha, Ílhavo ou Vagos; por “*concelhos afastados*” entendem-se os que ficam para além do nível de vizinhança antes definido; em “*estrangeiro*” declaram-se aqueles cuja ausência se tornou definitiva por óbito em país alheio; o campo “*saídas*” designa os que se sabe estarem presentes na freguesia de nascimento em dado momento e dos quais se deixou de ter

informação (num número razoável de casos sabe-se a data de óbito mas não o local); finalmente a categoria “desconhecida” representa aqueles de quem nada se sabe para além das datas de nascimento e baptismo.

Quadro 4: Oliveirinha – Distribuição da mobilidade (valores absolutos)

Ambos os sexos	Freguesia	Freguesias do antigo concelho	Concelhos vizinhos	Concelhos afastados	Estrangeiro	Saídas	Desconhecida	Total
1860-1869	310	16	15	6	1	31	104	483
1870-1879	386	18	36	12	0	57	64	573
1880-1889	367	14	56	20	1	67	20	545
1890-1899	328	9	83	37	5	69	21	552
1900-1910	362	17	119	42	9	99	15	663
Total	1753	74	309	117	16	323	224	2816

Quadro 5: Fermentelos – Distribuição da mobilidade (valores absolutos)

Ambos os sexos	Freguesia	Freguesias do antigo concelho	Concelhos vizinhos	Concelhos afastados	Estrangeiro	Saídas	Desconhecida	Total
1860-1869	153	1	1	0	0	73	1	229
1870-1879	222	1	12	5	0	60	4	304
1880-1889	245	0	8	7	4	49	15	328
1890-1899	289	1	27	6	3	58	20	404
1900-1910	286	4	55	31	9	85	15	485
Total	1195	7	103	49	16	325	55	1750

Dos quadros acima presentes, a primeira observação a extrair é o valor dos que falecem na freguesia de nascimento – mais de 62% em Oliveirinha e mais de 68% em Fermentelos. Em termos de distribuição por sexos, as mulheres manifestam menos mobilidade do que os homens. Mas se estes resultados apontam para um número substancial de indivíduos que morrem na paróquia onde nasceram, esse facto não garante que não tenham estado ausentes durante uma parte da vida.

Em ambos os lugares a atracção por freguesias vizinhas do antigo concelho não é significativa, mas os concelhos circundantes atraem mais intensamente e de forma diferente ambos os lugares. Enquanto em Oliveirinha essa atracção representa quase 11% dos naturais, em Fermentelos fica-se pelos 6%. E se na primeira das freguesias é Aveiro que encabeça as preferências, logo seguido de Ílhavo, na segunda destaca-se Águeda, seguida, a par, de Oliveira do Bairro e Aveiro.

Dos concelhos mais afastados é a região de Lisboa que se destaca em ambas as freguesias, preenchendo quase 50% das saídas. Anadia, em Fermentelos, e Figueira da Foz, em Oliveirinha, ocupam a segunda posição na ordem das preferências. Com excepção de Setúbal não há saídas documentadas para além da linha do Tejo. O estrangeiro terá exercido uma forte atracção sobre os naturais. É possível, no entanto, que as saídas, a terem existido em quantidade, tenham sido mais de carácter temporário que permanente. Os que faleceram no estrangeiro representam uma parcela menor no contexto global de ambas as freguesias: pouco mais de 0,5% em Oliveirinha e 0,9% em Fermentelos. Surpreendentemente, são os Estados Unidos que colhem as preferências dos naturais de Oliveirinha, seguidos de perto por Angola. Em Fermentelos as opções são bastante diferentes: o Brasil leva a maior parcela e Angola surge como segunda opção.

Em ambas as freguesias a emigração com carácter definitivo para o estrangeiro é mais notada nas gerações nascidas a partir de 1880. Nota-se nas duas localidades uma tendência cada vez maior para deixar a terra natal e rumar a outros destinos. Desta forma, enquanto que da geração de 1870-1879 13,6%¹³ da população de Oliveirinha optava por sair de forma definitiva, da geração nascida entre 1900-1910 esse valor aumenta para os 23,2%. Em Fermentelos esse valor representava 21,7% para a primeira geração referida e 26,6 na segunda.

Como ficou expresso, abordaram-se as saídas em termos definitivos dos naturais destas paróquias, uma vez que com as fontes disponíveis se torna impossível tratar as migrações de carácter temporário. É contudo de crer que o fenómeno de abandono da terra natal tenha conhecido um incremento importante ao longo do século XIX, mormente pela melhoria das vias de comunicação e o surgimento de novos meios de transporte, no caso o caminho de ferro, que terão facilitado grandemente as movimentações da população.

¹³ Considerando o contingente formado pelo somatório das saídas para os concelhos vizinhos, concelhos afastados, estrangeiro e saídas de observação. Para efeito de cálculo não se tomou em consideração a categoria “desconhecida”.

A abordagem da mobilidade que se efectuou é certamente limitada. Como se disse logo de início não se procuraram valores precisos e exactos, mas tão só detectar as tendências mais marcantes no que diz respeito aos movimentos da população, quer no sentido da entrada quer no da saída. O segundo, por força dos dados disponíveis, apenas facultou a observação nos últimos cinquenta anos da série. Mesmo nestas condições foi possível constatar algumas linhas de força de certa forma surpreendentes, atendendo ao que comumente se imagina ter sido a realidade dos factos. Houvesse a possibilidade de dispor de dados relativos às saídas anteriores a 1860 talvez outras surpresas estivessem reservadas.

Conclusão

“Só nos compreendemos correctamente a nós próprios e ao nosso mundo, aqui e agora, se tivermos algo com que contrastar.”

Peter Laslett, *O mundo que nós perdemos*

Ao longo de 320 anos o dia a dia das gentes que habitaram o antigo concelho de Eixo foi acompanhado de forma sistemática e intensa. Sistemática e intensa a ponto de, em determinados momentos, todos se tornarem “já velhos conhecidos”, tanto foi o tempo de “convívio”. À esmagadora maioria não se conhecem obras ou feitos gloriosos, nem consta que tivessem sido grandes estadistas ou génios do mundo financeiro. Sabe-se que alguns foram militares... mas não parece que tenham chegado algum dia a generais; outros foram alfaiates ou sapateiros, mas não vestiram nem calçaram reis e princesas; quase todos foram lavradores, gente simples, talvez um pouco rústica, mais preocupada com o dia a dia que com as grandes questões do mundo.

Não deixaram grandes escritos mas deixaram o nome escrito, nos momentos importante lhes diziam respeito: quando casavam, quando baptizavam ou casavam um filho, quando eram padrinhos ou testemunhas de casamentos, baptismos, escrituras e testamentos. Chegado o momento de descer à terra que os vira nascer e lhes dera vida, havia também alguém que lhes escrevia o nome como forma de perpetuar a sua passagem por este mundo. São todos estes nomes que agora reviveram e tornaram possível um pouco mais de conhecimento do “*mundo que nós perdemos.*”

Para a realização deste e outros trabalhos incidindo sobre populações do passado, cada vez mais se afigura indispensável, senão mesmo irreversível, o recurso a meios informáticos para proceder à reconstituição das referidas populações. A metodologia empregue para a realização deste trabalho de investigação, designada por *reconstituição de paróquias assistida por computador*, mais não é que a transposição para ambiente informático de todo o processo manual da metodologia de *Reconstituição de Paróquias* proposto por Norberta Amorim há largos anos, que se prefigura o melhor adaptado à realidade e características das fontes documentais portuguesas. Graças a este processo de execução da reconstituição de paróquias demonstram-se as potencialidades dos meios informáticos, que permitem, a um investigador isolado, trabalhar várias freguesias em simultâneo, num espaço de tempo considerado razoável. Mais ainda, fica agora de alguma forma facilitada a reconstituição das freguesias que constituem os meios urbanos, investigação nem sempre preferida pelas dificuldades que coloca ao investigador, no complexo processo de controlo dos encadeamentos genealógicos e da mobilidade interparoquial característica desses meios.

Através deste processo de *reconstituição de paróquias assistida por computador* é não só possível controlar a mobilidade das famílias, particularmente em paróquias contíguas, como aumentar de forma significativa o rendimento das reconstituições efectuadas em termos de ganhos de tempo de realização e de rendimento da própria reconstituição. No caso concreto deste estudo, o grau de reconstituição das freguesias que o integram cifrou-se em 61,12%, valor que poderia ser significativamente superior não fossem as falhas importantes observadas na documentação. Estas consubstanciaram-se na falta de 70 anos de registos de casamentos encontrada na freguesia de Requeixo, assim como nas várias lacunas de registos e irregularidade das séries de actos vitais na freguesia de Eirol.

A ausência de informação nos casamentos de Requeixo revelou-se um problema grave atendendo à dimensão da freguesia. As dificuldades criadas por esta lacuna impediram o encadeamento genealógico de um número razoável

de famílias. Embora a lógica de nomes e apelidos e dos dados referentes a baptismos e óbitos de cada envolvido em matrimónios detectados sem data de realização apontasse para um determinado encadeamento genealógico, este não se realizou por falta de elemento documental comprovativo da respectiva conexão.

Revelou-se particularmente importante o emprego do programa *ADF* para a análise dos resultados obtidos. Sem ele, os múltiplos ensaios efectuados no sentido de identificar a periodização mais adequada não teriam sido possíveis. Para além do mais, os complexos cálculos sobre a fecundidade ou a mortalidade teriam consumido uma larga fatia do tempo empregue na análise. Uma das grandes vantagens deste aplicativo é a sua capacidade de importar directamente os ficheiros em formato *.Ged (padrão *standard* de todos os programas de genealogia), que permite ao investigador utilizar o programa informático considerado melhor para o efeito.

O emprego deste padrão de dados trouxe aos genealogistas a possibilidade de intercambiar informações de forma a completar o mais possível as suas pesquisas, sem necessidade de complexos processos para aceder aos dados de cada um, independentemente do programa utilizado. Ora, este benefício particular ainda não foi conseguido pelos investigadores de Demografia Histórica independentemente de utilizarem a metodologia de *Reconstituição de Paróquias* ou a de *Reconstituição de Famílias* de Louis Henry. Enquanto não for criado um padrão para a recolha e tratamento de dados demográficos, não só fica comprometida a permuta de dados, como seriamente dificultado o avanço para unidades territoriais de nível superior ao da freguesia (cidade, concelho ou região). Sabendo à partida que nem sempre um investigador, pelos mais diversos motivos, pode trabalhar diversas paróquias em simultâneo, seria possível um projecto de investigação em grupo, trabalhando várias paróquias contíguas e, empregando o padrão *.Ged, proceder a análises territoriais mais vastas. As várias bases de dados paroquiais construídas de acordo com um padrão *standard* poderiam ser posteriormente fundidas e analisadas, não apenas ao nível micro da freguesia mas também ao nível de unidades de maior dimensão.

A aplicação prática dos conceitos acima expostos permitiu a construção de uma base demográfica de seis paróquias individualizadas, agregadas primeiramente ao nível das antigas freguesias de Eixo e Requeixo, e posteriormente num espaço único, correspondente ao antigo concelho de Eixo. Os vários níveis de análise a que foram submetidos os mais de 66000 indivíduos que integram a base de dados demográfica proporcionaram a observação de comportamentos cujo impacto passaria despercebido, seria diminuto ou remetido para uma qualquer peculiaridade na análise de uma paróquia isolada.

Até finais do século XV o povoamento no espaço territorial do antigo concelho de Eixo estava confinado às margens dos cursos de água mais importantes e à pateira de Fermentelos. As fontes documentais não demográficas fixam os primórdios do século XVI como início do povoamento da região gandaresa de Oliveirinha e dos territórios das redondezas de Requeixo. De facto, alguns aforamentos realizados ao longo do século XVI fazem supor que se estaria em presença de um movimento maciço de arroteamentos. Todavia, o levantamento dos dados demográficos com início na última década do século XVI dá conta de um povoamento ainda muito localizado ao longo das margens dos cursos de água na alba do século XVII.

Será apenas a partir do segundo quartel do século XVII que se verifica um povoamento efectivo do território mais interior do antigo concelho. Os dados demográficos permitem datar com certa precisão o surgimento de algumas povoações na década de 1630, naquele que viria a ser o território da freguesia de Oliveirinha. Além disso, apontam para um crescimento muito acentuado da população a partir do início da segunda metade do século XVII. Os valores encontrados ao nível dos baptismos e dos casamentos revelam ainda um crescimento populacional que quase se poderia classificar de explosivo. Ora, considerando que o século XVII é referenciado por muitos autores como um século de crise ou, na melhor das hipóteses, como um século de estagnação no crescimento da população europeia, esta observação surge *ad contrarium* daquilo que seria expectável. Isto sobretudo tomando em consideração que o país

atravessava um período consideravelmente longo de 28 anos envolvido nas campanhas bélicas decorrentes da Guerra da Restauração da independência, que consumiram homens e recursos financeiros avultados.

Este crescendo populacional eia passível de ser considerado, à partida, uma situação peculiar. No entanto, a observação de um movimento simultâneo, com características comuns, em seis paróquias não pode ser encarada como simples coincidência. Não só confirma e reforça observações feitas anteriormente por Norberta Amorim, como alarga um pouco mais para sul a fronteira que delimita a zona deste crescimento: *“Notamos (...) que o século XVII não foi um século depressivo em importantes regiões do país. A depressão é clara no Baixo Alentejo no período da Guerra da Restauração e marca-se principalmente em Trás-os-Montes. Para o Minho e Douro Litoral, como para as Beiras, a população terá crescido de forma muito confortável na segunda metade do século.(...) para o Minho e Douro Litoral (...) notamos um crescimento sustentado, com marcada aceleração na década de sessenta.”*¹ Com os resultados encontrados para o antigo concelho de Eixo, o limite estende-se para além do Vouga.

A explicação deste crescimento populacional, particularmente no antigo concelho de Eixo, não sendo fácil é todavia compreensível a partir do momento em que se disponham de mais alguns dados, para além dos demográficos. Neste caso concreto é possível afirmar que a Guerra da Restauração foi, paradoxalmente, um factor de expansão e desenvolvimento. Quis o destino que, logo após o movimento que restaurou a independência portuguesa, o sexto conde de Odemira, D. Sancho de Noronha, falecesse sem deixar descendência. Por esse facto as terras que compunham o almoxarifado de Eixo regressaram à Casa de Bragança, que delas tomou posse de imediato, sem esperar pela decisão definitiva dos tribunais. A braços com os encargos decorrentes das campanhas militares, a Casa de Bragança, porque era poder, terá procurado mobilizar todos os recursos disponíveis para fazer face às despesas necessá-

¹ Maria Norberta Amorim, “Comportamentos demográficos do século XVII em Portugal”, in *Actas do Terceiro Centenário da morte do Padre António Vieira*, vol. I, Braga, 1999, pp. 321-322.

rias. A recuperação do domínio do almoxarifado de Eixo foi, certamente, a oportunidade não desperdiçada de uma nova fonte de rendimentos.

Para efeito de obtenção de mais receitas, a Casa de Bragança procedeu a uma política activa de arroteamento e arrendamento de terras com valores acessíveis. Para além de autorizar e facilitar o desbravamento de novas áreas de cultivo, os foros impostos a essas novas propriedades eram bastante baixos – uma maquia por cada alqueire de trigo de sementeira e *rações* de *oitavo* e *nono*.² Os casais mais antigos, ou seja, os estabelecidos antes da Restauração, para além de pagarem uma renda mais elevada estavam sujeitos ao pagamento de *rações* que *quarto* e *quinto*.

Os resultados dessa política tornaram-se visíveis rapidamente. Segundo os *Tombo das propriedades da Casa de Bragança*, em 1727 existiam no antigo concelho de Eixo 92 casais encabeçados. O crescimento em termos numéricos e de superfície agrícola cultivada foi significativo. O tombo realizado em 1615 pelo conde de Odemira contabilizava apenas 6 casais encabeçados em Eixo e 3 em Requeixo, para além de uma escassa dezena de aforamentos dispersos. Em 1794, o número de casais encabeçados elevava-se já a um total de 102, o que significa que a mesma política prosseguiu, embora com menor intensidade, pois os terrenos para novos arroteamentos já deveriam ser poucos.

Perante as facilidades concedidas pelos novos senhores, a população do concelho aderiu à iniciativa, tornando-se proprietários foreiros,³ e gerou-se um movimento migratório, na direcção do antigo concelho, de gente atraída pelas condições favoráveis que se apresentavam. A maior parte destes migrantes era proveniente de concelhos vizinhos, mas já se notava uma presença cada vez maior de gente oriunda das zonas mais montanhosas do interior beirão sobranceiras ao Vouga.

² Uma maquia correspondia a 1/16 avos de alqueire e as *rações* de oitavo e nono correspondiam a 12,5% e 11,1% da produção, respectivamente.

³ Cf. nota 81 do *Capítulo III – Território, povoamento e população*. Para uma área de aproximadamente de 8,5 Km², existiam 815 parcelas, o que perfaz uma média ligeiramente superior a 1 hectare (ha) por parcela. Considerando que existiam 244 proprietários obtém-se uma média aproximada de 3,4 ha por proprietário.

Este facilitado e franqueado acesso à propriedade não deixou de ter implicações directas na população, nomeadamente algumas décadas de baixa idade média ao primeiro casamento, coincidentes com esta fase de expansão. Os casamentos celebrados em Eixo entre 1650 e 1709 revelam idades médias de 23,1 anos para os homens e de 24,1 para o sexo feminino. Na antiga freguesia de Requeixo, para o mesmo período, os valores não diferem muito: 24,2 anos para o sexo masculino e 23,1 para o feminino. Passado este período expansionista relativamente largo, a idade média ao casamento salta de imediato (com uma transição muito curta) para valores acima dos 27 anos para ambos os sexos, de onde apenas dará indícios de sair na primeira década do século XX.

As baixas idades ao primeiro matrimónio no período compreendido entre 1650-1709 não podem ser atribuídas a eventuais crises de mortalidade. Nem o espaço da antiga freguesia de Eixo nem o da de Requeixo passaram por situações de crises de mortalidade profundas: no primeiro houve duas crises mais sérias (em 1666 e 1685-1686), no segundo, apenas uma (1687). Nenhuma das crises teve intensidade suficientemente forte para pôr em causa o equilíbrio das populações. Além do mais, quer no século XVIII, quer no XIX, as populações das duas localidades passaram por crises de mortalidade e esse facto não fez baixar as idades ao casamento. Um outro dado demográfico corrobora a ideia de ter sido a expansão agrícola a responsável pelas baixas idades ao casamento – o celibato. A geração nascida entre 1650 e 1709 regista percentagens de solteiros muito baixas em ambos os sexos: no caso dos homens 5,7% e 12,4% no das mulheres. Comparativamente, em qualquer um dos sexos, os valores registados correspondem a menos de metade dos de períodos posteriores.

Admitindo, tal como Dupaquier, que na sociedade agrária tradicional “a unidade económica de base era o grupo doméstico e este correspondia quase que

exactamente à família conjugal”⁴ e que “*por uma regra tácita, o casamento é proibido àqueles que ainda não estão em condições de manter um lar. A cada momento estabelece-se um equilíbrio entre subsistências e população, porque somente os que podem estabelecer-se ascendem ao casamento*”,⁵ fica mais fácil compreender não só as baixas idades ao casamento como as baixas percentagens de celibatários. Pela conjugação destes factores – elevado número de casamentos, baixas idades à realização dos mesmos, celibato reduzido e disponibilidade de meios de subsistência – explica-se o aumento em flecha do número de baptizados. Da mesma forma se percebe o aumento do número de filhos por família: das famílias constituídas entre 1650 e 1709 mais de 50% tinham entre 5 a 8 filhos, o que contrasta com os quase 40% do período de 1710 a 1749, e mais ainda com os 33% de 1850 a 1880.

O período 1710-1719 encerrou o ciclo de expansão mais forte em termos de aproveitamento das potencialidades agrícolas e de crescimento demográfico. A partir de então, e por um espaço de aproximadamente 110 anos, o crescimento demográfico prossegue, mas com um ritmo muito mais lento que o do período anterior. Esta nova fase, que se estende sensivelmente até ao final da década de 1820, caracteriza-se por elevadas idades ao casamento para homens e mulheres, chegando a ultrapassar os 30 anos para os primeiros, e bem acima dos 27 para as segundas. Os nascimentos dão-se predominantemente no quadro legal do casamento e a ilegitimidade raramente ultrapassa a fasquia dos 5%. Os valores de exposição de crianças são meramente residuais e não têm significado de maior. Um outro elemento marcadamente caracterizador da demografia deste período é a quase ausência de sérias crises de mortalidade de adultos. Em todo este espaço temporal contabilizam-se apenas três momentos de crises mais fortes: 1749-1750, 1757 e 1766. Há, naturalmente, crises de mortalidade mais localizadas nesta ou naquela freguesia, mas a sua maioria alcança apenas valores de intensidade média ou menor, segundo a escala de intensidade de Dupaquier. Mesmo estas vão-se esbatendo com o

⁴ Alain Bideau, “Mecanismos auto-reguladores de populações tradicionais” in Maria Luiza Marcílio, (org.), *População e Sociedade – Evolução das Sociedades pré-industriais*, Petrópolis, Vozes, 1984, pág. 53.

⁵ Alain Bideau, “Mecanismos auto-reguladores de populações tradicionais”, op. cit., pág. 52.

decorrer da segunda metade do século XVIII. Como exemplo pode apontar-se a freguesia de Requeixo que, entre 1780 e 1810, não conheceu qualquer crise.

Os valores da mortalidade registados nas freguesias do antigo concelho de Eixo ou globalmente ao nível do próprio concelho não têm, em termos gerais, qualquer paralelo com os encontrados para o Alentejo,⁶ Beira Baixa⁷ ou mesmo para a Beira Alta,⁸ onde as crises são frequentes e por vezes assumem características devastadoras. A mortalidade nas freguesias do antigo concelho de Eixo é extremamente suave; não tendo as crises desaparecido por completo, mostram uma tendência para ser cada vez mais espaçadas e menos intensas.

A caracterização deste período que vem sendo feita chama à colação uma antiga tese de G. Ohlin, segundo a qual *“a mortalidade e a idade ao casar estão em correlação inversa e sugere que a transição para um sistema de casamento tardio, durante o século XVII, não seria senão uma consequência da diminuição e do desaparecimento progressivo das crises de mortalidade.”*⁹ Esta ideia tinha sido comprovada, na prática, pelos trabalhos de A. Perrenoud sobre Genebra nos séculos XVII e XVIII.¹⁰ Os dados referentes à população do antigo concelho de Eixo afinariam completamente pelo mesmo diapasão, não fosse o período anterior (1650-1709) ter características peculiares, decorrentes de uma situação muito especial.

Como se justificam as características tão particulares da demografia do antigo concelho de Eixo? É quase o mesmo que perguntar por que razão não há crises de mortalidade significativas nesta região.

⁶ Maria Emília Salvado Borges, *Crises de mortalidade no Alentejo interior – Cuba (1586-1799)*, Edições Colibri, Lisboa, 1966.

⁷ Maria João Guardado Moreira, *Vida e morte no concelho de Idanha-a-Nova. Estudo de Demografia Histórica – Século XVIII*, Livros Horizonte, Lisboa, 1994.

⁸ João Nunes de Oliveira, *A Beira Alta de 1700 a 1840. Gentes e subsistências*, Palimage Editores, Viseu, 2002.

⁹ Citado de Alain Bideau, “Mecanismos auto-reguladores de populações tradicionais”, op. cit., pág. 54.

¹⁰ Citado de Alain Bideau, “Mecanismos auto-reguladores de populações tradicionais”, op. cit., pág. 54.

A resposta a estas questões não provém, naturalmente, de um único factor. Encontra-se não apenas na forma como a população eixense estava organizada, mas também num conjunto de condições exógenas ímpares que facultaram a existência de meios muito propícios a um desenvolvimento que se poderia classificar de harmonioso: a localização geográfica, o clima, o relevo, o tipo de terras e as vias de comunicação. Se a localização geográfica proporcionava uma grande proximidade com o litoral e outros centros urbanos, também concedia um grande volume de água traduzido numa rede hidrográfica importante, seja para transporte, seja para utilização na actividade agrícola. Também lhe facultava um clima muito temperado, sem grandes extremos, e por isso mesmo mais salubre. O quadro geográfico também concedeu um relevo que não isolava Eixo do resto do mundo: vastas campinas e pequenos planaltos entrecortados por vales onde a água corria em abundância e os solos eram ricos, de constituição argilosa ou de natureza aluvial, anualmente fertilizados pelas cheias dos rios e ribeiros.

Se as condições naturais eram à partida claramente favoráveis, não menos importante foi a situação geral de tranquilidade e paz vivida ao longo da segunda metade do século XVII e todo o seguinte. As guerras não passaram por esta terra, as catástrofes naturais não deixaram marcas, nem as fomes fizeram a sua aparição. Para este último aspecto muito contribuiu não só o carácter de auto-suficiência da população, como a existência de mecanismos de compensação, facilmente activados (em caso de necessidade) pela rede fluvial que banhava praticamente todo o antigo concelho. Mas o grande trunfo desta população residia no facto de um número muito significativo de famílias, para não dizer quase todas, serem proprietários. Outro trunfo residia encontrava-se na forma de organização do trabalho. Muitas vezes o chefe de família exercia numa actividade artesanal a par do trabalho no campo, este mais a cargo da mulher e dos filhos. O homem intervinha na actividade agrícola nos momentos de maior azáfama: a sementeira e a colheita, principalmente.

Com esta organização obtinha-se um duplo rendimento – o agrícola e o proveniente da segunda actividade. Do campo retirava pelo menos o suficiente para

prover o sustento da família, apoiado numa policultura intensiva que lhe fornecia uma alimentação diversificada. Os rendimentos da segunda actividade serviam para prover eventuais falhas da primeira, ou para constituir um pequeno “pé-de-meia” para fazer face a emergências.

Era todo este conjunto de condições naturais e organização económica que mantinha a população suficientemente protegida contra eventuais ataques da doença, proporcionando-lhe mais resistência ao agente exógeno agressor. Deste contexto resulta também o facto de as crises de mortalidade serem poucas e de dimensão reduzida ao longo de todo o período em análise (as poucas excepções encontradas mais não fazem que confirmar a regra). Talvez fosse um equilíbrio precário mas era sustentável e funcional.

A estabilidade e equilíbrio vividos durante este largo período sofrem, já no século XIX, interferências externas que os irão minando lentamente e lhes ditarão o fim. Trata-se do terceiro grande período, que começa sensivelmente em 1830 e irá até final do século. As diferenças em relação aos que o precederam são notáveis.

A situação de crise do sistema que até então vigorava tem a sua origem num triplo elemento catalizador, que diz respeito a todo o país: a agitação política, a instabilidade e a guerra. Os primeiros indícios de interferência surgem ainda no decurso da primeira década do século XIX com as invasões francesas. É certo que o antigo concelho não foi por elas directamente tocado, nem sofreu as agruras da guerra, mas os circuitos e esquemas de compensação foram afectados. A desorganização começa a instalar-se e nem a subsequente ocupação inglesa, nem a revolução liberal de 1820 conseguiram melhorar a situação. O ulterior estado de guerra civil latente, vivido particularmente entre 1828 e 1832, em nada contribuiu para minorar os efeitos negativos da conjuntura. Com o eclodir da guerra civil, que durou dois longos anos (1832-1834), a situação piora e a população dá sinais agravados de debilidade. A vitória dos liberais também não trouxe a estabilidade e progresso desejáveis, já que os anos que se seguiram, em particular a década de 1840, se revelaram de grande instabili-

dade político-militar, com sucessivos governos e revoluções à mistura. Entre estas destacam-se a revolta de Torres Vedras, a *Maria da Fonte* e a *Patuleia*, tendo estas duas últimas obrigado à intervenção de tropa estrangeira.

A epidemia de *cholera morbus* que eclode em 1833 se instala e perdura até 1835 é sinal evidente de uma população já de si debilitada e de uma desorganização a nível económico e social acentuada. Foi a primeira crise de mortalidade mais séria que a população conheceu, mas não seria a última, outras se seguiram. Em 1856 e 1857, a *cholera morbus* está de regresso, juntamente com o tifo e a varíola, embora com uma intensidade menor que anteriormente. Em 1873-1874 ocorre outra epidemia não determinada; em 1885-1886 eclode nova epidemia, afectando sobretudo as crianças; em 1898 a situação repete-se, desta vez em todos os escalões etários. Resumindo, a população acabou por viver situações de crise de mortalidade mais numerosas e mais sérias nestes setenta anos do século XIX que nos duzentos anteriores.

Também a agricultura dava sinais de esgotamento. Fonte coeva (cerca de 1870) afiança que “*estes terrenos são, há muitos anos e séculos, afruitados com as mesmas novidades de trigo, centeio, cevada, aveia e milho, e adubados sempre com os mesmos estrumes, e mal fermentados*”,¹¹ acrescentando que “*antes desta cultura [do arroz¹²] os agricultores estavam em circunstâncias tais que a cada passo eram obrigados a vender à mão e em hasta pública as suas propriedades que se compravam a preços muito baixos.*”¹³ Pode com propriedade dizer-se que no final do primeiro quartel do século XIX a agricultura já se encontrava em decadência, não apenas por esgotamento dos solos, mas também pelas várias moléstias que atacaram a vinha, as batatas, o castanheiro, as árvores de fruto e o milho. Mesmo a criação de gado, em especial do

¹¹ Venâncio Dias de Figueiredo Vieira, “Memória Sobre a Vila de Eixo”. *Boletim Municipal de Aveiro*, nº 3, 1984, pág. 48.

¹² Segundo o mesmo autor esta cultura ter-se-ia iniciado em Eixo em 1849, tendo sido divulgada a ponto de, segundo o mesmo não haver “*seis lavradores na Vila que não tenham o seu arrozal maior ou menor, cuja falta seria hoje uma fatalidade para esta classe e mesmo para os jornaleiros.*” (Venâncio Dias de Figueiredo Vieira, “Memória Sobre a Vila de Eixo”, op. cit., pág. 49).

¹³ Venâncio Dias de Figueiredo Vieira, “Memória Sobre a Vila de Eixo”, op. cit., pág. 49.

gado cavalariço, se tornara incomportável em face da queda dos rendimentos das restantes culturas.

A resposta da população deu-se a dois níveis: um retardar dos casamentos e a migração. Sobre este último aspecto os dados disponíveis não são precisos, mas detecta-se um acentuar do movimento migratório a partir de 1860. A mesma fonte citada anteriormente¹⁴ refere a dado passo que “... o gosto pelas letras foi substituído pelo da emigração para o Brasil, Lisboa e outras partes. (...) Hoje não se pode dar um passo fora de casa sem dinheiro, e por isso se empregam todos os meios para o adquirir, principalmente pela emigração para a América, que nos últimos anos é extraordinária. Afigura-se-nos que as causas da decadência actual de Eixo darão em resultado o seu engrandecimento futuro.” É de acrescentar que a migração para outros pontos do país, particularmente para a região de Lisboa, toma uma forma bastante nítida ao longo do século XIX.

O retardar dos casamentos é facilmente constatável. Enquanto na década de 1810-1819 a idade média ao primeiro casamento se situava nos 28,3 anos para os homens e nos 27,5 anos para as mulheres, na década de 1830-1839 aumenta para 29,2 anos para ambos os sexos, na de 1850-1859 para 30 e 29,5 respectivamente para o sexo masculino e feminino, atingindo o máximo no decénio seguinte, com 30,7 e 29,9 pela mesma ordem. A inversão desta tendência apenas terá início na década de 1890-1899. O acréscimo verificado na idade média ao primeiro casamento é claramente reflexo das dificuldades sentidas na criação de novos lares, por oposição ao primeiro período considerado neste trabalho (1650-1709). As elevadas idades ao primeiro casamento dão a entender a existência do modelo proposto por Dupaquier de “casamento = estabelecimento”, onde “a unidade económica de base era o grupo doméstico e este correspondia quase que exactamente à família conjugal.”¹⁵

¹⁴ Venâncio Dias de Figueiredo Vieira, “Memória Sobre a Vila de Eixo”, op. cit., pág. 56.

¹⁵ Citado de Alain Bideau, “Mecanismos auto-reguladores de populações tradicionais”, op. cit., pág. 53.

Uma consequência quase inevitável do retardar dos matrimónios e da emigração foi o aumento registado no celibato definitivo. Este atinge valores bastante fortes, em particular no caso das mulheres: entre 1850 e 1910, mais de 36% acabam por falecer solteiras, e que correspondendo sensivelmente à geração nascida entre 1800 e 1860. No que diz respeito ao sexo masculino os valores são inferiores a metade dos do sexo feminino, mas mesmo assim elevados – cerca de 17% no mesmo período. Considerando que no período compreendido entre 1709 e 1800 o celibato feminino se calculou em torno dos 16% e o masculino em pouco mais de 7%, a modificação prefigura-se substancial.

Mas se as migrações e o retardar dos casamentos constituíram uma das imagens da crise deste período, houve outras características da demografia da população e do seu comportamento que também sofreram alterações de monta, revelando uma certa forma de crise dos valores tradicionais. A face visível deste aspecto particular surge a dois níveis: o aumento significativo da ilegitimidade e das concepções pré-nupciais.

Sem pretender atribuir a estas últimas um significado maior que apenas uma licenciosidade dos costumes, é na verdade um facto que as situações de gravidez chegadas ao altar subiram em flecha. Se em 1710-1799 as concepções pré-nupciais representavam 7,3% dos casos, em 1800-1849 e 1850-1910, representam já 10,6% e 15,1%, respectivamente. De alguma forma também elas reflectem uma certa desorganização ou mesmo um desmoronar da estrutura cultural da sociedade.

O aspecto mais marcante será, no entanto, o aumento da ilegitimidade. Este talvez reflecta duas realidades distintas, mas relacionadas entre si: as dificuldades em aceder ao matrimónio e os efeitos de uma migração selectiva que afastou um número significativo de homens em idades de potencialmente constituírem família. Em termos numéricos, entre 1710 e 1800 a ilegitimidade cifrava-se em valores que raramente ultrapassavam os 5%, embora se notasse nos últimos decénios uma ligeira tendência ascendente. A situação de crise despoletada no século XIX faz os valores da ilegitimidade alcançar cifras nunca

antes vistas, logo a partir da década de trinta, que se manterão em níveis elevados mesmo na primeira década do século XX. Se ao nível do concelho o zénite é atingido entre 1850 e 1880, com valores entre os 15 e os 16% do total dos nascimentos, algumas freguesias isoladamente alcançaram valores significativos: Eixo chegou a registar, em quatro décadas consecutivas, mais de 20%, Nariz quase 20%. Eirol, na década de 1880 deteve o máximo de ilegitimidade com 34%.

Em suma, este último período, particularmente a partir de 1830, regista todo um conjunto de alterações significativas no campo demográfico, reflexo de outras transformações mais profundas que se operavam na base estrutural sobre a qual assentava toda a vida do antigo concelho, representando uma ruptura significativa com o passado. Nos seus aspectos mais característicos, o fim do Antigo Regime terá, nesta época, tomado contornos de irreversibilidade.

Com traços singelos, ainda que por vezes bastante largos, procurou retratar-se a vida e a morte ao longo de 320 anos, naquele que foi em tempos o concelho de Eixo. Colectaram-se números, fizeram-se quadros, construíram-se gráficos e desenharam-se mapas, mas não basta apresentar valores. É necessário compará-los, justificá-los, explicitando os factores que os determinaram, para melhor se compreender o processo de evolução. Foi isto o que acima de tudo se procurou fazer.

Fontes e bibliografia

Fontes Manuscritas

Arquivo Distrital de Aveiro

Eixo:

Livros de Registo de Baptismos 1589-1885.

Livros de Registo Casamentos: 1589-1885.

Livros de Registo Óbitos: 1589-1885.

Oliveirinha:

Livros de Registo Baptismos: 1849-1885.

Livros de Registo Casamentos: 1849-1885.

Livros de Registo Óbitos: 1849-1885.

Requeixo:

Livros de Registo Baptismos: 1668-1885.

Livros de Registo Casamentos: 1671-1885.

Livros de Registo Óbitos: 1668-1885.

Nariz:

Livros de Registo Baptismos: 1819-1885.

Livros de Registo Casamentos: 1819-1885.

Livros de Registo Óbitos: 1819-1885.

Fermentelos:

Livros de Registo Baptismos: 1742-1888.

Livros de Registo Casamentos: 1742-1888.

Livros de Registo Óbitos: 1742-1888.

Eirol:

Livros de Registo Baptismos: 1821-1885.

Livros de Registo Casamentos: 1821-1885.

Livros de Registo Óbitos: 1811-1885.

Conservatória do Registo Civil de Aveiro

Eixo:

Livros de Registo de Baptismos 1886-1911.

Livros de Registo Casamentos: 1885-1911.

Livros de Registo Óbitos: 1885-1911.

Oliveirinha:

Livros de Registo de Baptismos 1886-1911.

Livros de Registo Casamentos: 1885-1911.

Livros de Registo Óbitos: 1885-1911.

Requeixo:

Livros de Registo de Baptismos 1886-1911.

Livros de Registo Casamentos: 1885-1911.

Livros de Registo Óbitos: 1885-1911.

Nariz:

Livros de Registo de Baptismos 1886-1911.

Livros de Registo Casamentos: 1885-1911.

Livros de Registo Óbitos: 1885-1911.

Eirol:

Livros de Registo de Baptismos 1886-1911.

Livros de Registo Casamentos: 1885-1911.

Livros de Registo Óbitos: 1885-1911.

Aveiro:

Livros de Registo Óbitos: 1912-1990.

Conservatória do Registo Civil de Águeda

Fermentelos:

Livros de Registo de Baptismos 1888-1911.

Livros de Registo Casamentos: 1888-1911.

Livros de Registo Óbitos: 1888-1911.

Águeda:

Livros de Registo Óbitos: 1912-1990.

Cartório Paroquial de Eixo

Livros de Extractos de Baptismos de Eixo: 1885-1911.

Livros de Extractos de Casamentos de Eixo: 1885-1911.

Livros de Extractos de Óbitos de Eixo: 1885-1911.

Rol de Confessados do ano de:

1907, 1908, 1915.

Cartório Paroquial de Oliveirinha

Livros de Extractos de Baptismos de Oliveirinha: 1885-1911.

Livros de Extractos de Casamentos de Oliveirinha: 1885-1911.

Livros de Extractos de Óbitos de Oliveirinha: 1885-1911.

Rol de Confessados do ano de:

1893, 1894, 1895, 1896, 1897, 1898, 1899, 1900, 1901, 1902, 1903, 1904, 1905, 1906, 1907, 1908, 1909, 1910, 1911.

Cartório Paroquial de Fermentelos

Rol de Confessados do ano de:

1868, 1879, 1891, 1921-1924.

Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Aveiro

Livros de Actas das Sessões da Câmara de Eixo (1836-1854) – n.º 38, 39, 40, 41, 42.

Livro de Recenseamento dos Eleitores e Elegíveis do Concelho de Eixo (1844-1848) – n.º 1276.

Livros do Registo de Testamentos (1834-1853) – n.º 1825, 1826, 1827, 1828, 1829, 1830, 1831, 1832, 1833, 1834, 1835.

Livros de Recenseamento Militar (1856-1930) – n.º 1554, 1555, 1556, 1557, 1558, 1559, 1560, 1561, 1562, 1563, 1564, 1565, 1566, 1567, 1568, 1569, 1570, 1571, 1572, 1573, 1574, 1575, 1576, 1577, 1578, 1579, 1580, 1581, 1582, 1583, 1584, 1585, 1586, 1587, 1588, 1589, 1590,

1591, 1592, 1593, 1594, 1595, 1596, 1597, 1598, 1599, 1600, 1601, 1602, 1603, 1604, 1605, 1606, 1607, 1608, 1609, 1610, 1611, 1612, 1613, 1614.

1727-1728 - Livro primeiro do tombo da vila e concelho de Eixo de que é donatária a Sereníssima Casa de Bragança – nº 1837.

1728 - Livro segundo do tombo da vila e concelho de Eixo de que é donatária a Sereníssima Casa de Bragança – nº 1838.

1728-1729 - Livro terceiro do tombo da vila e concelho de Eixo de que é donatária a Sereníssima Casa de Bragança – nº 1839.

1729-1730 - Livro quarto do tombo da vila e concelho de Eixo de que é donatária a Sereníssima Casa de Bragança – nº 1840.

1730-1735 - Livro quinto do tombo da vila e concelho de Eixo de que é donatária a Sereníssima Casa de Bragança – nº 1841.

1729-1730 – Livro primeiro da demarcação particular desta vila e seu concelho de que é donatária a Sereníssima Casa de Bragança – nº 1842.

1730-1733 – Livro segundo da demarcação particular desta vila e seu concelho de que é donatária a Sereníssima Casa de Bragança – nº 1843.

1733-1734 – Livro terceiro da demarcação particular desta vila e seu concelho de que é donatária a Sereníssima Casa de Bragança – nº 1844.

1734-1737 – Livro quarto da demarcação particular desta vila e seu concelho de que é donatária a Sereníssima Casa de Bragança – nº 1845.

1792-1794 - Livro primeiro do tombo da Sereníssima Casa de Bragança no almoxarifado de Eixo – nº 1846.

1794-1795 - Livro segundo do tombo da Sereníssima Casa de Bragança no almoxarifado de Eixo – nº 1847.

1795 - Livro terceiro do tombo da Sereníssima Casa de Bragança no almoxarifado de Eixo – nº 1848.

1795-1797 - Livro quarto do tombo da Sereníssima Casa de Bragança no almoxarifado de Eixo – nº 1849.

1796-1797 - Livro quinto do tombo da Sereníssima Casa de Bragança no almoxarifado de Eixo – nº 1850.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Fundo do Mosteiro de S. Salvador de Grijó

Freguesia de Santa Eulália de Eirol – Livro de Baptizados, casamentos e óbitos (1621-1657) – maços 11 e 12.

Freguesia de Santa Eulália de Eirol – Livro de Baptizados, casamentos e óbitos (1658-1760) – maços 13 e 14.

Fontes Impressas e Bibliografia

- Almeida**, Artur Jorge, "Forno Cerâmico de Eixo." *Boletim Municipal de Aveiro*, nº 7, 1986.
- Almeida**, Carlos Brochado de, e **Fernandes**, Francisco Rui C., *Carta arqueológica do concelho de Aveiro*, Câmara Municipal de Aveiro, 2001.
- Almeida**, Hélder Pinho de, *S. Vicente de Pereira-Jusã. Uma comunidade rural da Beira Litoral: sociedade e demografia (1740-1910)*, Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, 2003, tese de mestrado policopiada.
- Amorim**, Inês, *Aveiro e a sua Provedoria no Século XVIII (1690-1814) – Estudo Económico de um Espaço Histórico*, Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro, 1996.
- Amorim**, Maria Norberta, "Uma metodologia de reconstituição de paróquias desenvolvida sobre registos portugueses", in *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, vol. IX, nº 1, 1991.
- Amorim**, Maria Norberta, (1993), "Nupcialidade e fecundidade diferenciais. Evolução de comportamentos nos últimos três séculos. O caso do Sul do Pico (Açores)", in *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, vol. XI nº 2, 1993.
- Amorim**, Maria Norberta, "A diversidade de comportamentos demográficos no Portugal de antigo regime", *População e Sociedade*, 1997, n.º 3
- Amorim**, Maria Norberta, "Comportamentos demográficos de Antigo Regime na Península Ibérica", *Ler História*, 2004, n.º 47.
- Amorim**, Maria Norberta, "Comportamentos demográficos do século XVII em Portugal", in *Actas do Terceiro centenário da morte do Padre António Vieira*, vol I, Universidade Católica Portuguesa, Braga, 1999.
- Amorim**, Maria Norberta, "Fecundidade Legítima em Longa Duração. A Especificidade de Comportamento no Baixo Minho (1680-1980)." *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, vol.XVI nº 1, 1998.
- Amorim**, Maria Norberta, "História da família em Portugal: uma história em marcha", *Ler História*, 1995, n.º 29.
- Amorim**, Maria Norberta, "Instabilidade da Família Urbana de Antigo Regime. Um ensaio sobre Guimarães", *Ler História*, 1995, n.º 29.
- Amorim**, Maria Norberta, "O Minho: comportamentos demográficos através da informação paroquial", *Ler História*, 1999, n.º 36.
- Amorim**, Maria Norberta, "Reconstituição de Paróquias e Análise Demográfica. Estudo Comparativo de Gerações Nascidas em Duas Paróquias Periféricas de Portugal entre 1680-1850", *Actas do III Congresso da Associação Ibérica de Demografia Histórica*. Vol. 1, 1995.
- Amorim**, Maria Norberta, "S. Pedro de Poiães de 1561 a 1830." *Brigantia*, Bragança, 1983-1984.

Amorim, Maria Norberta, *Demografia Histórica. Fontes e Métodos Manuais de Reconstituição de Famílias*, Lisboa, INED, 1981-82.

Amorim, Maria Norberta, *Evolução Demográfica de Três Paróquias do Sul do Pico (1680-1980)*, Viseu, Instituto de Ciências Sociais – Universidade do Minho, s.d.

Amorim, Maria Norberta, *Exploração de Róis de Confessados numa Paróquia de Guimarães*. Guimarães, ed. do Autor, 1983.

Amorim, Maria Norberta, *Guimarães 1580-1819. Estudo Demográfico*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica (INIC), 1987.

Amorim, Maria Norberta, *Método de Exploração dos Livros de Registo Paroquiais e Cardanha e a sua População de 1573 a 1980*, Lisboa, Centro de Estudos Demográficos do Instituto Nacional de Estatística, 1980.

Amorim, Maria Norberta, *Método de Exploração dos Livros de Registos Paroquiais e Reconstituição de Famílias*. Guimarães, ed. do Autor, 1982.

Amorim, Maria Norberta, *Rebordãos e a sua População nos séculos XVII e XVIII (Estudo Demográfico)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1973.

Anderson, M., (1988), *Population change in North-Western Europe, 1750-1850*, MacMillan Education Ltd, Londres.

Andrés-Gallego, José, *História de gente pouco importante*, Editorial Estampa, Lisboa, 1993.

Antão, António Valente Nunes, *Oliveirinha do Vouga*, Aveiro, Estante Editora, 1991.

Araújo, Ana Cristina, *A Morte em Lisboa – Atitudes e Representações (1700-1830)*, Lisboa, Editorial Notícias, 1997.

Ardit Lucas, Manuel, "Nupcialidad y fecundidad en el Marquesado de Llombai (Ribera Alta, País Valenciano), 1620-1820", in *Reconstituição de Famílias e outros métodos Microanalíticos para a História das Populações. Estado actual e Perspectivas para o futuro*. Actas dos III Congresso da ADEH (Associação Ibérica de Demografia Histórica, Org. David Reher, Edições Afrontamento, Porto, 1996, pp. 167-185.

Arroteia, Jorge, "Duas Notas sobre o Concelho de Aveiro." *Boletim Municipal de Aveiro*(3), 1984.

Bandeira, Mário Leston, *Demografia e Modernidade. Família e Transição Demográfica*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, 1996.

Bandeira, Mário Leston, *Demografia. Objecto, teorias e métodos*, Escolar Editora, Lisboa, 2004.

Barbosa, Maria Cecília R. A., *Cervães (1645-1810). Estudo Demográfico*, Universidade do Minho, Inst. Ciências Sociais, 1997, tese policopiada.

Barbosa, Maria Hermínia V., "Reconstituição de Paróquias e aprofundamento dos estudos de mortalidade infanto-juvenil da comunidade de Esporões (séculos XVII-XX)." *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*" vol. XVI, nº1, 1998.

Barbosa, Maria Hermínia V., *Crises de mortalidade em Portugal desde meados do século XVI até ao início do século XX*, Cadernos NEPS, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Guimarães, 2001.

Barros, Henrique da **Gama**, *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a*

XV. Lisboa, Sá da Costa, 1885-1922.

Becchia, Alain, "Etude des comportements démographiques et des mutations sociales à travers la reconstitution de lignées" in *Annales de Démographie Historique*, Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 1984.

Berger, Stefan, *et all.*, *Writing History. Theory & Practice*, Hodder Arnold, Londres, 2003.

Bernabeu Mestre, Josep, *El papel de la mortalidade n la evolucion de la poblacion valenciana*, Actas del II Congreso de la Asociación de Demografía Histórica, vol. V, Instituto de Cultura Juan Gil Albert, Alicante, 1991.

Bideau, Alain, "Mecanismos Auto-reguladores de Populações Tradicionais" in Maria Luiza Marcílio (org.), *População e Sociedade. Evolução das Sociedades Pré-Industriais*. Petrópolis, Vozes, 1984.

Bideau, Alain, et **Poulain**, Michel, "De la généalogie à la démographie historique: généalogie ascendente et analyse démographique" in *Annales de Démographie Historique*, Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 1984.

Biraben, Jean-Nöel, "Epidemias na História da População" in Maria Luiza Marcílio (org.), *População e Sociedade – Evolução das Sociedades Pré-Industriais*. Petrópolis, Vozes, 1984.

Blum, Alain, **Bonneuil**, Noël, **Blanchet**, Didier, *et all.*, *Modèles de la démographie Historique*, INED, Congrès et Colloques, nº 11, PUF, 1992.

Borges, Emília Salvado, *Crises de Mortalidade no Alentejo Interior – Cuba (1586-1799)*. Lisboa, Edições Colibri, 1996.

Brettell, Carolina, *Homens que Partem, Mulheres que Esperam. Consequências da emigração numa freguesia minhota*, Pub. Dom Quixote, Lisboa, 1991.

Carvalho, Elza M. G. Rodrigues, *Basto (S^a Tecla) – uma leitura geográfica (do século XVI à contemporaneidade)*, Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, NEPS, Guimarães, 1999.

Carvalho, Joaquim Ramos de, e **Paiva**, José Pedro, "Reportório das visitas pastorais da diocese de Coimbra séculos XVII, XVIII e XIX", separata do *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, vol. VII, 1985, pág. 111-214.

Carvalho, Manuel Gonçalves, *Povoamento e vida material no concelho de Aveiro – apontamentos para um estudo histórico toponímico*, tese de mestrado policopiada, Aveiro, 1999.

Cascão, Rui, *Figueira da Foz e Buarcos. 1861-1910. Permanência e Mudança em duas comunidades do litoral*, Centro de Estudos do Mar e das Navegações – Câmara Municipal da Figueira da Foz – Livraria Minerva, Coimbra – Figueira da Foz, 1998.

Caselli, Graziella, **Vallin**, Jacques et **Wunsch** Guillaume, *Démographie: analyse et synthèse – vol. I: La dynamique des populations*, Éditions de L'Institut National d'Études Démographiques, Paris, 2001.

Caselli, Graziella, **Vallin**, Jacques et **Wunsch** Guillaume, *Démographie: analyse et synthèse – vol. III: Les féterminants de la mortalité*, Éditions de L'Institut National d'Études Démographiques, Paris, 2001.

Casey, James, *História da Família*, Editorial Teorema, Lisboa, 1990.

Censo da população de Portugal no 1º de Dezembro de 1911 (5º recenseamento geral da

população). Imprensa Nacional, Lisboa, 1913.

Censo da população do Reino de Portugal no 1º de Dezembro de 1890. Imprensa Nacional, Lisboa, 1896.

Censo da população do Reino de Portugal no 1º de Dezembro de 1900 (4º recenseamento geral da população). Imprensa Nacional, Lisboa, 1905.

Charbonneau, Hubert, *Tourouvre-au-Perche aux XVII^{ème} et XVIII^{ème} siècles*, INED, Travaux et Documents, Cahier nº 55, PUF, 1970.

Coale, Ansley, e **Watkins**, Susan Cotts, *The Decline of Fertility in Europe*, Princeton University Press, Princeton, New Jersey, 1986.

Comite, Luigi di, "Eterogeneità dei processi di transizione demográfica", in *Modelos Regionales de la Transición Demográfica en España y Portugal*, 1991, Alicante.

Constituições Synodaes do Bispado de Coimbra feitas, e ordenadas em Synodo pelo Illustrissimo Senhor Dom Afonso de Castal Branco bispo de Coimbra, Conde de Arganil do Conselho del Rey N. S. e por seu mandado impressas em Coimbra anno de 1591. E novamente impressas no anno de 1730. Coimbra, no Real Collegio das Artes da Companhia de Jesus, Anno de 1731.

Costa, Américo, *Diccionario chorographico de Portugal continental e insular: hydrographico, historico, orographico, biographico, archeologico, heraldico [e] etymologico*, Porto, Civilização, 1929-1949.

Costa, Avelino de Jesus, «*Normas Gerais de Transcrição e publicação de documentos e textos medievais e modernos*, Coimbra, 1993.

Costa, Eduardo, "O terramoto de 1755 no distrito de Aveiro", in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XXII, nº 87, 1956.

Costa, Mário Alberto Nunes Costa, "A provedoria de Esgueira", in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XXIV, nº 93, 1958.

Costa, P.º Carvalho da, *Corografia Portugueza, e Descrição Topografica do Famoso Reyno de Portugal...*, Lisboa, na Off. de Valentim da Costa Deslandes, 1706-1712.

Crespo, Jorge, *A História do corpo*, Difel, Lisboa, 1990.

Cunha, Mafalda Soares da, *Linhagem, Parentesco e Poder – a Casa de Bragança (1384-1483)*, Fundação da Casa de Bragança, Lisboa, 1990.

Cunha, Mafalda Soares da, *A Casa de Bragança, 1560-1640 – Práticas Senhoriais e Redes Clientelares*, Editorial Estampa, Lisboa, 2000.

Daumard, Adeline, "Les généalogies sociales: un des fondements de l'histoire sociale comparative et quantitative" in *Annales de Démographie Historique*, Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 1984.

Daveau, Suzanne, **Ribeiro**, Orlando, e **Lautensach**, Herman, *Geografia de Portugal*, Lisboa, Ed. João Sá da Costa, 1987-1991.

Dûpaquier, Jacques e **Dûpaquier**, Michel, *Histoire de la Démographie*. Paris, Perrin, 1985.

Dûpaquier, Jacques, "Demografia Histórica e História Social" in Maria Luiza Marcílio (org.), *População e Sociedade – Evolução das Sociedades Pré-Industriais*. Petrópolis, Vozes, 1984.

Dûpaquier, Jacques, *Pour la Démographie Historique*. Paris, P.U.F., 1984.

- Durães**, Margarida, *Herança e Sucessão*, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, 2000.
- Faria**, Fernanda e **Henriques**, Pedro Rangel, *Análise Espacial de BD Paroquiais: antes e depois da fusão*, VII Congresso da ADEH, Granada, 2004.
- Faria**, Inês Martins, *Santo André de Barcelinhos – O difícil equilíbrio de uma população (1606-1910)*. Guimarães, NEPS, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 1998.
- Faustino**, José Alfredo, “Calvão (1670-1870). Estudo Demográfico de uma Paróquia Transmontana. (Perspectiva Comparada).” *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, vol. XVI(1), 1998.
- Faustino**, José Alfredo, *Calvão – Uma Paróquia Rural do Alto Tâmega*. Chaves, NEPS, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Minho, 1998.
- Fernández**, Roberto, *et al.*, *John Elliott. El oficio de historiador*, Editorial Milenio, Lleida, 2001.
- Ferreira**, Antero, *Sistemas Informáticos para análise de dados demográficos: uma abordagem histórica*, VII Congresso da ADEH, Granada, 2004.
- Ferreira**, Francisco Messias Trindade, “Em torno da mortalidade infantil”, in *Boletim do NEPS*, nº 24, Março 2002.
- Ferreira**, Francisco Messias Trindade, *A antiga freguesia de Eixo e Oliveirinha e a sua população (1666-1900) – Estudo demográfico*, Aveiro, Câmara Municipal de Aveiro, 2001.
- Ferreira**, Francisco Messias Trindade, *Reconstituição de paróquias: um semi-automatismo possível*, VI Congresso da ADEH, Castelo Branco, 2001.
- Ferro**, João Pedro, *A População Portuguesa no final do Antigo Regime (1750-1815)*. Lisboa, Editorial Presença, 1995.
- Flandrin**, Jean-Louis, *Famílias, Parentesco, Casa e Sexualidade na Sociedade Antiga*. Lisboa, Editorial Estampa, 1991.
- Flinn**, Michael W., *El sistema demografico europeo, 1500-1820*, Barcelona, Ed. Crítica, 1989.
- Fonte**, Teodoro Afonso da, *O abandono de crianças em Ponte de Lima (1625-1910)*, Câmara Municipal de Ponte de Lima, Centro de Estudos Regionais, Viana do Castelo, 1996.
- Freire**, Anselmo **Braancamp**, “Povoação da Estremadura no XVIº Século.” *Archivo Histórico Portuguez*, vol. 6 (7), 1908.
- Fure**, Eli, *Interactive record Linkage: the cumulative Construction of life courses*, in *Demographic Research*, 2000, vol. 3, nº 11.
- Gaddis**, John Lewis, *El paisaje de la historia. Como los historiadores representan el pasado*, Editorial Anagrama, Barcelona, 2004.
- Gaspar**, João Gonçalves, *A diocese de Aveiro – subsídios para a sua história*, Aveiro, Edição da Cúria Diocesana de Aveiro, 1964.
- Gaspar**, João Gonçalves, *A Diocese de Aveiro no Século XVIII. Um inquérito de 22 de Setembro de 1775*, Aveiro, Edições da Gráfica do Vouga, 1974.
- Gaspar**, João Gonçalves, *Eixo na História*, Aveiro, Paróquia de Santo Isidoro – Eixo, 1998.
- Ginzburg**, Carlo, *A Micro-história e outros ensaios*, Lisboa, Difel, 1991.
- Girão**, Amorim, *Geografia de Portugal*. Lisboa, 1941.
- Godinho**, Anabela Silva de Deus, *Comportamentos demográficos de uma freguesia rural do*

Baixo Alentejo: Selmes (séculos XVIII-XIX), Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Secção Autónoma de História, Lisboa, 1999, tese de mestrado policopiada.

Gomes, Maria Palmira da Silva, "Rupturas e Continuidade no Comportamento Demográfico da População de Cortegaça (1583-1975)." *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, vol. XVI, nº 1, 1998.

Gomes, Maria Palmira da Silva, *Estudo Demográfico de Cortegaça (Ovar) – 1583-1975*. Guimarães, NEPS, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 1998.

Goody, Jack, *Família e casamento na Europa*, Celta Editora, Oeiras, 1995.

Goubert, Pierre, "História Social e Demografia" in *A História Social, problemas, fontes e métodos – Colóquio da Escola Normal Superior de Saint-Cloud*. E. Labrousse. Lisboa, Edições Cosmos, 1973.

Guillame, P., e **Poussou**, J.-P., *Demographie Historique*, Librairie Armand Collin, Paris, 1970.

Guimarães, Carlota M. S. Pereira, *Santa Maria de Adoufe: Comportamentos Demográficos e Sociais, 1780-1910*, Inst. C. Sociais, Braga, Univ. do Minho, 1998, tese policopiada.

Henry, Louis e **Houdaille**, Jacques, "Caractéristiques démographiques du patriciat de Milan", *Population*, 1974, nº 29 (4-5).

Henry, Louis, *Anciennes familles genevoises. Étude démographique: XVI^e-XX^e siècle*, Paris, P.U.F., cahier de l'INED, nº 26, 1956.

Henry, Louis, *Démographie. Analyse et modèles*. Paris, Librairie Larousse, 1972.

Henry, Louis, *Técnicas de Análise em Demografia Histórica*. Lisboa, Gradiva, 1988.

Hollingsworth, T. H. "The Demography of the British Peerage", supplement de *Population Studies*, 1964, vol. 18 (2).

Janeiro, José Adriano S. Guerra, *Gerações Sacrificadas - A população e a sociedade de S. Tiago de Lordelo, séc. XVII a XX*, Inst. Ciências Sociais, Braga, Univ. do Minho, 1997, tese policopiada.

Jetté, René, et **Charbonneau**, Hubert, "Généalogies descendentes et analyse démographique" in *Annales de Démographie Historique*, Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 1984.

Lacerda, Fernando Alberto, *S. Pedro de Aradas (1690-1900): estudo demográfico*, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 2000, tese policopiada.

Laslett, Peter, *O mundo que nós perdemos*, Lisboa, Edições Cosmos, 1975.

Leal, Augusto S. A. B. de **Pinho**, *Portugal Antigo e Moderno. Dicionário Geographico, Estatístico, Chorographico, Heraldico, Archeologico, Histórico, Biographico e Etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal..*, Lisboa, Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, 1874.

Lebrun, François, *A vida conjugal no antigo regime*, Edições Rolim, Lisboa, 1983.

Livi-Bacci, Massimo, (coord.) *Modelos Regionales de la transición demográfica en España y Portugal*, Actas del II Congreso de la Asociación de Demografía Histórica, vol. II, Instituto de Cultura Juan Gil Albert, Alicante, 1991.

Livi-Bacci, Massimo, "Crises de Mortalidade: Definição, Métodos de Cálculo, Análise das Consequências" in Maria Luiza Marcílio (org.) *População e Sociedade. Evolução das Sociedades*

Pré-Industriais. Petrópolis, Vozes, 1984.

Livi-Bacci, Massimo, *The population of Europe. A History*, Blackwell Publishers, Oxford, 2000.

Lobo, Marta, e **Miranda**, Fernando, "Evolução da fecundidade em duas paróquias minhotas – uma perspectiva comparada", in *Actas do III Congresso da ADEH*, vol. I, Edições Afrontamento, Porto, 1995.

Lobo, Marta, *O Pico de Regalados e a sua população, 1554-1979*, Inst. Ciências Sociais, Braga, Univ. do Minho, 1992, tese policopiada.

Lopes, Luis Seabra, "A estrada Emínio-Talábriga-Cale. Relações com a geografia e o povoamento de entre Douro e Mondego" in *Conimbriga*, Vol. XXXIX, 2000, 191-258.

Lopes, Luis Seabra, "São João da Azenha. Um espaço rural em evolução no vale do Cértima" in *Estudos Aveirenses*, 1993, nº 1.

Lorenzo Carrascosa, Laura, *Reconstrucción de Familias y trayectorias de vida a partir del análisis de datos locales*, VII Congresso da ADEH, Granada, 2004.

Lucas, Maria Miguel, *Monumento megalítico de Mamodeiro*, in *Boletim Municipal de Aveiro*, 1989, nº 13-14.

Machado, Helena C. F., "Mães Solteiras – uma abordagem geral" in *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica* vol. XVI, nº 1, 1998.

Machado, Maria Arminda Loureiro, *S. Miguel da Facha (1710-1989) – Evolução Demográfica de uma Paróquia de Ponte de Lima*. Instituto de Ciências Sociais. Braga, Universidade do Minho, 1995, policopiado.

Madahíl, António da **Rocha**, "Forais novos do distrito de Aveiro" in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. X, nº 38, 1944.

Madahíl, António da **Rocha**, "Informações Paroquiais de 1721" in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. V, nº 18, 1939.

Madahíl, António da **Rocha**, *Colectânea de Documentos Históricos (1581-1792)*. Aveiro, Câmara Municipal de Aveiro, 1968.

Madahíl, António da **Rocha**, *Colectânea de Documentos Históricos (959-1516)*. Aveiro, Câmara Municipal de Aveiro, 1959.

Magalhães, Carlos Vidal Coelho de, "A antiga vila de Eixo – Apontamentos para uma Monografia." in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XXVI, nº 104, 1960.

Maia, Rui Leandro, "S. Miguel de Barreiros. Uma Comunidade entre o Campo e a Cidade. 1700-1925. (Estudo Demográfico)." *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, vol. XVI, nº 1, 1998.

Maia, Rui Leandro, *S. Miguel de Barreiros e a sua População. 1700-1925 (Estudo Demográfico)*. Porto, Edições da Universidade Fernando Pessoa, 1996.

Marcílio, Maria Luisa, "Introdução" in Maria Luiza Marcílio, *População e Sociedade – Evolução das Sociedades Pré-Industriais*. Petrópolis, Vozes, 1984.

Marcílio, Maria Luisa, *População e Sociedade – Evolução das Sociedades Pré-Industriais*. Petrópolis, Vozes, 1984.

Marques, Mário Reis, *Estruturas políticas e institucionais – Estruturas jurídicas*, in *História de Portugal*, dir. de José Matoso, vol. VI, Círculo de Leitores, Lisboa, 1993.

Marques, Rosa Maria Vieira, *Nupcialidade e fecundidade numa vila do Alto Alentejo: Évora-monte (1700-1862)*, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Secção Autónoma de História, Lisboa, 1999, tese de mestrado policopiada.

Martins, A. Fernandes, "A configuração do litoral português no último quartel do século XIV. Apostilha a um mapa." In "*Biblos*", Coimbra, vol. 22, 1947.

Matos, Sebastião, *Os expostos da roda de Barcelos (1783-1835)*, Associação Cultural e Recreativa de Areis de Vilar, Barcelos, 1995.

Matoso, José, *1096-1325: A sociedade feudal e senhorial*, in *História de Portugal*, dir. de José Matoso, vol. II, Círculo de Leitores, Lisboa, 1993.

Matoso, José, *1096-1325: Dois séculos de vicissitudes políticas*, in *História de Portugal*, dir. de José Matoso, vol. II, Círculo de Leitores, Lisboa, 1993.

Melo, Laudelino Miranda, *Travassô e Alquerubim e outras localidades da região do Vouga. Documentário histórico, geográfico, corográfico, genealógico, biográfico, literário*, Gráfica do Vouga, Aveiro, 1942.

Mesquita, Maria Hermínia, "A Reconstituição de Paróquias e o Estudo dos Comportamentos Demográficos: o Exemplo de uma Paróquia Açoriana: Criação Velha (1801-1993)." *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, vol. XVI, nº 1, 1998.

Mesquita, Maria Hermínia, *Evolução Demográfica na Criação Velha, Paróquia do Sul do Pico (1801-1993)*, Direcção Regional da Cultura, Açores, 1999.

Millàs Castellví, Carles, *Una aplicacion de las bases de datos en Demografía Histórica: la reconstrucción de familias en Msaccess*, VII Congresso da ADEH, Granada, 2004.

Miranda, Fernando da Silva, *Estudo Demográfico de Alvito S. Pedro e Anexa (1567-1989)*. Barcelos, Junta de Freguesia de Alvito S. Pedro, 1993.

Miranda, Fernando, "A sobrevivência de uma população rural numa perspectiva de longa duração – o exemplo de uma paróquia minhota: Alvito S. Pedro", in *Boletim da ADEH*, vol. XIII, nº 2, 1995.

Miranda, José Correia de, *Dissertação Historico-Jurídica em defeza dos povos do extincto almoxarifado d'Eixo nas causas de fóros e rações, que lhes move a Serenissima Casa de Bragança*. Porto, Typographia Commercial, 1866.

Moreda, Vicente Pérez, *Las Crisis de Mortalidad en la España Interior (siglos XVI-XIX)*. Madrid, Siglo Veintiuno, 1980.

Moreira, Maria João Guardado, *Vida e morte no Concelho de Idanha-a-Nova: estudo de demografia histórica – século XVIII*. Lisboa, Livros Horizonte, 1994.

Moreno, Humberto Baquero, *Os municípios portugueses nos séculos XIII a XVI. Estudos de História*, Editorial Presença, Lisboa, 1986.

Nadal, Jordi, "Prólogo" in Vicente Pérez Moreda, *Las Crisis de Mortalidad en la España Interior (siglos XVI-XIX)*. Madrid, Siglo Veintiuno, 1980.

Nadal, Jordi, *Bautismos, Desposórios y entierros*, Editorial Ariel S. A., Barcelona, 1992.

Nazareth, J. Manuel, *Princípios e métodos de análise da demografia portuguesa*, Editorial Presença, Lisboa, 1988.

Neto, Maria de Lourdes Akola, *A Freguesia de Santa Catarina de Lisboa no 1º Quartel do*

- Século XVIII. Lisboa, Centro de Estudos Demográficos do INED, 1959.
- Neves**, António Augusto Amaro das, "Um Enigma Demográfico: A Ilegitimidade no Minho do Antigo Regime." *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, vol. XVI, nº 1, 1998.
- Neves**, António Augusto Amaro das, *Filhos das Ervas. A Ilegitimidade no Norte de Guimarães (séculos XVI-XVIII)*. Instituto de Ciências Sociais. Braga, Universidade do Minho, 1996, policopiado.
- Neves**, Francisco Ferreira, "A casa e morgado da Oliveirinha nos concelhos de Eixo e Aveiro", in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, XXXIV, nº 133, 1968, pp. 3-31.
- Neves**, Francisco Ferreira, "Os incêndios dos edifícios do Governo Civil de Aveiro", in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. VIII, nº 32, 1942.
- Oliveira**, António de *A vida económica e social de Coimbra de 1537 a 1640*, Coimbra, 1971.
- Oliveira**, César, "Do liberalismo à União Europeia: Os municípios no liberalismo monárquico e constitucional", in César Oliveira (dir.), *História dos Municípios e do poder local [Dos finais da Idade Média à União Europeia]*, Lisboa, Circulo de Leitores, 1995.
- Oliveira**, João Nunes de, *A Beira Alta de 1700 a 1840 gentes e subsistências*, Viseu, 2002, Palimage Editores.
- Oliveira**, Miguel de, *História eclesiástica de Portugal*, Publicações Europa-América, Lisboa, 1994.
- Oliveira**, Orlando, *Origens da Ria de Aveiro*. Aveiro, Câmara Municipal de Aveiro, 1988.
- Ordenações Filipinas*, Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1985. (Fac-simile da edição feita por Cândido Mendes de Almeida, Rio de Janeiro, 1870).
- Palloni**, Alberto, "Les mortalités de crise: leur estimation, leurs conséquences", in Jacques Vallin et al., *Mesure et analyse de la mortalité. Nouvelles approches*, INED, Travaux et Documents, Cahier nº 119, PUF, 1988.
- Panta**, Lorenzo del, e **Rettarolli**, Rosella, *Introduzione alla Demografia Storica*, Editori Laterza, Roma-Bari, 1994.
- Panta**, Lorenzo del, **Livi-Bacci**, et al., *La popolazione italiana dal medioevo a oggi*, Editori Laterza, Roma-Bari, 1996.
- Perrenoud**, Alfred, "Atténuation des Crises et Déclin de la Mortalité" in *Annales de Demographie*, 1989, Paris.
- Pinto**, A. de Faria, "Estudo Demográfico de uma Paróquia Algarvia: Conceição de Tavira (Séculos XVIII e XIX)." *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, vol. XVI, nº 1, 1998.
- Pinto**, A. de Faria, *Estudo Demográfico de uma Paróquia Algarvia: Conceição de Tavira (Séculos XVIII e XIX)*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Secção Autónoma de História, Lisboa, 1996, tese de mestrado policopiada.
- Pires de Lima**, Jorge Hugo, "O Distrito de Aveiro nas Habilitações do Santo Ofício". Repositório do Arquivo do Distrito de Aveiro, volumes XXV, XXVI, XXVII, XXIX, XXX, XXXI, XXXIII, XXXIV, XXXV, XXXVI, XXXVII, XXXVIII, XXXIX, XL, XLI, XLII, 1934-1976.
- População. Censo no 1º de Janeiro de 1864*. Imprensa Nacional, Lisboa, 1868.
- População. No 1º de Janeiro de 1878*. Imprensa Nacional, Lisboa, 1881.
- Pressat**, Roland, *Diccionario de Demografía*, 1987, Barcelona, Oikos-tau, s.a. – ediciones

Preston, Samuel H., *et al.*, *Demography. Measuring and modelling populations processes*, Blackwell Publishers, Oxford, U. K., 2001.

Ramírez Gámiz, *Ordenadores e microanálisis nominativo*, in *Scripta Nova – Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, 2000, nº 65.

Raposo, Fábila Maria, *Estudo demográfico de uma paróquia do planalto mirandês – Palaçoulo (1656-1910)*, Instituto de Ciências Sociais. Braga, Universidade do Minho, 2000, tese de mestrado policopiada.

Reher, David, "Microanálisis y Demografía Histórica: algunas claves para un debate necesario", in *Actas do III Congresso da ADEH*, vol. I, Ed. Afrontamento, Porto, 1995.

Reher, David, "Microanálisis y Demografía Histórica: algunas claves para un debate necesario", in David Reher (org.) *Reconstituição de Famílias e Outros Métodos Microanalíticos para a História das Populações – Estado actual e Perspectivas para o Futuro*, Actas do IIIº Congresso da Associação Ibérica de Demografia Histórica, vol. I, Porto, Edições Afrontamento, 1995.

Reher, David, Sven, e **Schofield**, Roger, *Old and new methods in historical demography*, Clarendon Press, Oxford, 1993.

Reis, António Matos, *Origens dos municípios portugueses*, Livros Horizonte, Lisboa, 1991.

Ribeiro, Orlando, *Introduções Geográficas à História de Portugal. Estudo crítico*. Edições João Sá da Costa, Lisboa, 2001.

Rodrigues, Teresa Ferreira, "As estruturas populacionais" in *História de Portugal*, dir. de José Matoso, vol. III, Círculo de Leitores, Lisboa, 1993.

Rodrigues, Teresa Ferreira, *Crises de Mortalidade em Lisboa. Séculos XVI e XVII*. Lisboa, Livros Horizonte, 1990.

Rodrigues, Teresa Ferreira, *Nascer e morrer na Lisboa oitocentista. Migrações, mortalidade e desenvolvimento*, Edições Cosmos, Lisboa, 1995.

Rodriguez Fernandez, Delfina, *Un proyecto entre la reconstrucción de familias y la reconstrucción de parroquias aplicado a la elaboración de genealogias. Problemas y métodos*, VI Congresso da ADEH, Castelo Branco, 2001.

Rowland, Robert, "Microanálise e regiões demográficas" in *Actas do III Congresso da ADEH*, vol. I, Ed. Afrontamento, Porto, 1995.

Rowland, Robert, *População, Família, Sociedade. Portugal, séculos XIX-XX*. Oeiras, Celta Editora, 1997.

Sá, Isabel dos Guimarães, *A circulação de crianças na Europa do sul: o caso dos expostos do Porto no século XVIII*, Fundação Calouste Gulbenkian-Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, Lisboa, 1995.

Santos, Carlota Maria Fernandes dos, Santiago de Romarigães, comunidade rural do Alto Minho: sociedade e demografia (1640-1872), Guimarães, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho/Câmara Municipal de Paredes de Coura, 1999.

Santos, Domingos Maurício Gomes dos, *O mosteiro de Jesus de Aveiro*, Lisboa, Companhia de Diamantes de Angola, Museu do Dundo, 1963, 2 volumes, 6 tomos.

Santos, José António, *As freguesias. História e actualidade*, Oeiras, Celta Editora, 1995.

- Saraiva**, Manuel da Costa, *Igreja e Comunidade – o caso de Belinho entre os séculos XVII e os inícios do séc. XX*, Inst. Ciências Sociais, Univ. do Minho, 1997, tese policopiada.
- Scott**, Ana Sílvia Volpi, “A Contribuição da Demografia Histórica para a História da População e da Família no Brasil.” *Boletín de la Asociación Ibérica de Demografía Histórica*, vol. XVI (1), 1998.
- Scott**, Ana Sílvia Volpi, “Reconstituição de Famílias e Reconstituição de Paróquias – Uma Comparação Metodológica” in *Reconstituição de Famílias e Outros Métodos Microanalíticos para a História das Populações – Estado actual e Perspectivas para o Futuro*, Actas do IIIº Congresso da Associação Ibérica de Demografia Histórica. D. Reher (org.) Porto, Edições Afrontamento. Vol. I, 1995.
- Scott**, Ana Sílvia Volpi, *Famílias, Formas de União e Reprodução Social no Noroeste Português (séculos XVIII e XIX)*, Guimarães, NEPS – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 1999.
- Sengalen**, Martine, “L’usage de la généalogie dans une recherche sur les structures de l’alliance dans le pays bigouden sud” in *Annales de Démographie Historique*, Éditions de l’École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 1984.
- Serna**, Justo, e **Pons**, Anaclot, *Como se escribe la microhistoria*, Frónesis Cátedra, Universitat de València, Madrid, 2000.
- Serrão**, Joaquim **Veríssimo**, *A população de Portugal em 1798. O censo de Pina Manique*, col. Fontes documentais portuguesas, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, Paris, 1970.
- Shorter**, Edward, *A formação da família moderna*, Terramar, Lisboa, 1995.
- Silva**, F. Marques da, *O povoamento da metrópole observado através dos censos*, Publicações do Centro de Estudos Demográficos, Lisboa, 1970.
- Silva**, Fernando Pereira da, “Recuperação e Valorização do Forno Romano de Eixo.” *Boletim Municipal – Cultura e Património*, Câmara Municipal de Aveiro, 1997.
- Silva**, Fernando Pereira da, *Relatório da campanha de escavações 3/94: Mamoá de Mamoá – N.ª Sr.ª de Fátima – Aveiro*, in *Boletim Municipal de Cultura e Património*, Câmara Municipal de Aveiro, 1997.
- Silva**, Maria João Marques da, *Esgueira. A Vida de uma Aldeia do Século XV*. Redondo, Patrimonia, 1994.
- Silva**, Maria Manuela Teixeira da, *Comportamentos Demográficos de Uma Paróquia do Concelho de Braga. Santa Maria de Aveleda (1580-1993)*. Instituto de Ciências Sociais. Braga, Universidade do Minho, 1997, tese policopiada.
- Silva**, Maria Manuela Teixeira, “A nupcialidade em Santa Maria de Aveleda (1580-1993)”, in *Actas del IV Congreso de la Asociación de Demografía Histórica*, Vol. II, *Pensamiento demográfico, coyuntura y microanálisis*, pp. 527-546.
- Silveira**, Joaquim da, “Migalhas de História Administrativa” in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XXXI (124), 1965.
- Silveira**, Luís Nuno Espinha da, *Os recenseamentos da população portuguesa de 1801 e 1849: edição crítica*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, 2001.

Soares, Odete do Carmo, *Unhão: Paróquia e Concelho – Uma análise Histórica da sua População (1515-1910)*. Instituto de Ciências Sociais. Braga, Universidade do Minho, 1995, tese policopiada.

Soares, Torcato de Sousa, “Concelhos” in *Dicionário de História de Portugal*, Joel Serrão (coord.). Porto, Livraria Figueirinhas, 1966.

Solé, Maria Glória P. Santos, *Meadela, comunidade rural do Alto Minho: sociedade e demografia (1593-1850)*, Guimarães, NEPS, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 2001.

Tapinos, Georges, *Elementos de Demografia*, Editorial Espasa-Calpe, Madrid, 1988.

Vallin, Jacques, *et all.*, *Mesure et Analyse de la mortalité. Nouvelles approches*, INED, Travaux et Documents, Cahier nº 119, PUF, 1988.

Vieira, Venâncio Dias de Figueiredo, “Memória Sobre a Vila de Eixo”. *Boletim Municipal de Aveiro*, nº 3, 1984.

Vinuesa, Júlio, *et all.*, *Demografia. Análisis y proyecciones*, Editorial Sintesis, Madrid, 1997.

Índices

Índice Geral

Introdução	9
Capítulo I – As fontes demográficas	23
<i>As fontes demográficas</i>	25
<i>Caracterização das fontes principais</i>	28
<i>Os registos paroquiais</i>	31
<i>Freguesia de Eixo – fontes principais e párocos</i>	33
<i>Freguesia da Oliveirinha – fontes principais e párocos</i>	46
<i>Freguesia de Requeixo – fontes principais e párocos</i>	48
<i>Freguesia de Nariz – fontes principais e párocos</i>	51
<i>Freguesia de Fermentelos – fontes principais e párocos</i>	51
<i>Freguesia de Eirol – fontes principais e párocos</i>	52
<i>As fontes secundárias</i>	55
<i>Os róis de confessados</i>	55
<i>Freguesia de Eixo</i>	58
<i>Freguesia de Oliveirinha</i>	58
<i>Freguesia de Fermentelos</i>	58
<i>Fontes complementares</i>	60
<i>Habilitações do Santo Ofício</i>	60
<i>Os Recenseamentos Militares</i>	62
<i>Os Recenseamentos Eleitorais</i>	62
<i>Os Testamentos</i>	63
<i>Os Tombos do Almojarifado de Eixo</i>	63
Capítulo II – A técnica e o método	65
<i>A recolha de dados</i>	68
<i>A metodologia</i>	86
<i>O tratamento e análise dos dados</i>	89
Capítulo III – Território, povoamento e população	93
<i>O território</i>	95
<i>O quadro geográfico</i>	95
<i>As vias de comunicação</i>	102
<i>O quadro administrativo</i>	106
<i>A administração civil</i>	107

<i>A administração eclesiástica</i>	116
<i>O povoamento</i>	126
<i>A população</i>	157
<i>A época estatística</i>	167
<i>O recenseamento de 1864</i>	167
<i>O recenseamento de 1878</i>	170
<i>O recenseamento de 1890</i>	172
<i>O recenseamento de 1900</i>	174
<i>O recenseamento de 1911</i>	175

Capítulo IV – Os movimentos gerais da população..... 179

<i>O movimento global da população</i>	182
<i>Eixo e Oliveirinha</i>	183
<i>Requeixo, Nariz e Fermentelos</i>	186
<i>Eirol</i>	189
<i>O antigo concelho de Eixo reconstituído sem Eirol</i>	190
<i>Comparação entre as antigas freguesias de Eixo e Requeixo</i>	191
<i>O movimento dos baptizados</i>	193
<i>Eixo e Oliveirinha</i>	193
<i>Requeixo, Nariz e Fermentelos</i>	199
<i>Eirol</i>	205
<i>O concelho reconstituído sem Eirol</i>	206
<i>O movimento dos casamentos</i>	208
<i>Eixo e Oliveirinha</i>	208
<i>Requeixo, Nariz e Fermentelos</i>	212
<i>Eirol</i>	218
<i>O antigo concelho (sem Eirol)</i>	219
<i>O movimento dos óbitos</i>	221
<i>Eixo e Oliveirinha</i>	221
<i>Requeixo, Nariz e Fermentelos</i>	226
<i>Eirol</i>	229
<i>O antigo concelho de Eixo (sem Eirol)</i>	231
<i>Relação de masculinidade ao nascimento</i>	232

Capítulo V – A sazonalidade..... 235

<i>A Sazonalidade dos casamentos</i>	237
<i>A distribuição mensal</i>	240
<i>Eixo e Oliveirinha</i>	241
<i>Requeixo, Nariz e Fermentelos</i>	244

<i>Eirol</i>	248
<i>O antigo concelho de Eixo (sem Eirol)</i>	249
<i>Outras terras</i>	252
<i>A distribuição semanal dos casamentos</i>	258
<i>Eixo e Oliveirinha</i>	263
<i>Requeixo, Nariz e Fermentelos</i>	264
<i>Eirol</i>	265
<i>O antigo concelho de Eixo (sem Eirol)</i>	266
<i>Outras terras</i>	267
<i>A sazonalidade dos nascimentos e das concepções</i>	270
<i>Eixo e Oliveirinha</i>	270
<i>Requeixo, Nariz e Fermentelos</i>	274
<i>Eirol</i>	279
<i>O antigo concelho de Eixo</i>	280
<i>Comparação global das freguesias</i>	282
<i>Outras terras</i>	283
<i>A sazonalidade dos óbitos</i>	287
<i>Antiga freguesia de Eixo</i>	288
<i>A antiga freguesia de Requeixo</i>	289
<i>A sazonalidade ao óbito dos menores de sete anos</i>	293
<i>A sazonalidade ao óbito dos maiores de sete anos</i>	296
<i>Outros lugares</i>	299
Capítulo VI – A Nupcialidade	303
<i>A idade média do primeiro casamento</i>	307
<i>Análise por gerações</i>	307
<i>Análise transversa</i>	313
<i>Outras terras</i>	319
<i>Repartição proporcional por grupos de idades ao primeiro casamento</i>	323
<i>A idade combinada dos cônjuges</i>	328
<i>Diferenças de idades entre os nubentes ao primeiro casamento</i>	333
<i>O estado civil anterior dos nubentes</i>	335
<i>Distribuição dos nubentes segundo o estado civil</i>	336
<i>Estado civil combinado dos nubentes</i>	337
<i>Idade média ao casamento segundo o estado civil anterior</i>	339
<i>A idade combinada ao casamento segundo a origem e estado civil dos nubentes</i>	341
<i>Duração dos casamentos</i>	342
<i>Viuvez e ulterior casamento</i>	343
<i>Viuvez e recasamento</i>	343
<i>Frequência do recasamento segundo a idade à viuvez</i>	344

<i>Intervalo entre viuvez e recasamento</i>	346
<i>Idade ao recasamento</i>	347
<i>Idade média dos viúvos a um novo casamento</i>	349
<i>O celibato definitivo</i>	350
Capítulo VII – A Fecundidade	353
<i>Taxas de fecundidade legítima por grupos de idade</i>	357
<i>Taxas de fecundidade legítima por duração do matrimónio</i>	361
<i>A influência da idade ao casamento nas taxas de fecundidade legítima</i>	364
<i>Idade média da mãe ao nascimento do último filho</i>	368
<i>Idade média da mãe ao nascimento do último filho segundo a idade ao casamento</i>	368
<i>Número de filhos por casamento</i>	370
<i>Ausência de filhos segundo a idade ao casamento</i>	371
<i>Número de filhos por família segundo a idade ao casamento</i>	373
<i>O espaçamento dos nascimentos</i>	375
<i>Intervalo protogenésico</i>	375
<i>Os intervalos intergenésicos</i>	378
<i>O primeiro intervalo intergenésico médio</i>	378
<i>Intervalos intergenésicos sucessivos</i>	379
<i>As concepções pré-nupciais</i>	381
Capítulo VIII – Ilegitimidade e Expostos	387
<i>Ilegítimos: naturais e “filhos de coito danado”</i>	389
<i>A freguesia de Eixo</i>	395
<i>A freguesia de Oliveirinha</i>	398
<i>A freguesia de Requeixo</i>	400
<i>A freguesia de Nariz</i>	402
<i>A freguesia de Fermentelos</i>	403
<i>A freguesia de Eirol</i>	404
<i>O antigo concelho de Eixo</i>	406
<i>Mães com filhos ilegítimos</i>	408
<i>Idade da mãe ao primeiro filho ilegítimo</i>	410
<i>O estado civil das mães dos ilegítimos</i>	412
<i>O destino dos filhos ilegítimos</i>	418
<i>O abandono de crianças</i>	420
Capítulo IX – A mortalidade	433
<i>A mortalidade nos diferentes grupos etários</i>	436
<i>A mortalidade infantil</i>	442

<i>A mortalidade entre 1 e 4 anos</i>	448
<i>A mortalidade dos 5 aos 9 anos</i>	450
<i>A mortalidade dos 10 aos 14 anos</i>	451
<i>A mortalidade adulta e a esperança de vida</i>	452
<i>As crises de mortalidade</i>	473
<i>O período 1590-1672</i>	477
<i>1598-1601</i>	477
<i>A década de 1660</i>	481
<i>O período de 1673-1760</i>	482
<i>1684-1687</i>	483
<i>Os primeiros quarenta anos do século XVIII</i>	485
<i>1747-1750</i>	490
<i>1757-1760</i>	493
<i>O período de 1760-1820</i>	494
<i>1760-1798</i>	496
<i>1800-1803</i>	499
<i>1809-1812</i>	500
<i>O período 1816-1850</i>	503
<i>1833-1835</i>	504
<i>O período 1850-1904</i>	509
<i>1855-1857</i>	509
<i>1884-1885</i>	512
<i>As crises de mortalidade dos menores de 7 anos</i>	518
<i>As crises de mortalidade no conjunto da população (1855-1904)</i>	523
Capítulo X – A mobilidade	533
<i>A origem dos nubentes</i>	539
<i>A naturalidade das mães de filhos ilegítimos</i>	543
<i>A naturalidade dos defuntos</i>	547
<i>A mobilidade para o exterior do concelho</i>	551
Conclusão	557
Fontes e bibliografia	575
<i>Fontes Manuscritas</i>	577
<i>Arquivo Distrital de Aveiro</i>	577
<i>Conservatória do Registo Civil de Aveiro</i>	578
<i>Conservatória do Registo Civil de Águeda</i>	578
<i>Cartório Paroquial de Eixo</i>	579

<i>Cartório Paroquial de Oliveirinha</i>	579
<i>Cartório Paroquial de Fermentelos</i>	579
<i>Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Aveiro</i>	579
<i>Arquivo Nacional da Torre do Tombo</i>	580
<i>Fontes Impressas e Bibliografia</i>	581

Índices	593
<i>Índice de Quadros</i>	600
<i>Índice de Gráficos</i>	605
<i>Índice de Mapas</i>	609
<i>Índice de Figuras</i>	609

Índice de Quadros

Capítulo III – Território, povoamento e população

Quadro 1: Resultados do recenseamento de 1801 nas freguesias do antigo concelho de Eixo	158
Quadro 2: Estrutura etária da população das freguesias em 1801	160
Quadro 3: As contas dos párocos	161
Quadro 4: Resultados do recenseamento de 1849 nas freguesias do antigo concelho de Eixo	163
Quadro 5: Resultados para 1849 obtidos a partir dos registos paroquiais	163
Quadro 6: Fermentelos – fogos e população segundo os róis de confessados existentes.....	166
Quadro 7: Recenseamento da população de 1864 nas freguesias do antigo concelho de Eixo	169
Quadro 8: Recenseamento da população de 1878 nas freguesias do antigo concelho de Eixo	171
Quadro 9: Recenseamento da população de 1890 nas freguesias do antigo concelho de Eixo	173
Quadro 10: Recenseamento da população de 1900 nas freguesias do antigo concelho de Eixo	174
Quadro 11: Recenseamento da população de 1911 nas freguesias do antigo concelho de Eixo	176
Quadro 12: Valores relativos da população das freguesias do antigo concelho de Eixo	177
Quadro 13: Evolução do nº de fogos por freguesia do antigo concelho de Eixo, segundo os censos	178
Quadro 14: Ratio de habitantes/fogo nas freguesias do antigo concelho de Eixo, segundo os censos	178

Capítulo V – A sazonalidade

Quadro 1: Antiga freguesia de Eixo – Distribuição dos casamentos pelos dias da semana...	263
Quadro 2: Antiga freguesia de Requeixo – Distribuição dos casamentos pelos dias da semana	264
Quadro 3: Eirol – Distribuição dos casamentos pelos dias da semana	265
Quadro 4: O antigo concelho de Eixo – Distribuição dos casamentos pelos dias da semana	265
Quadro 5: Síntese da distribuição dos casamentos pelos dias da semana	267
Quadro 6: Eixo – Sazonalidade dos Nascimento/Concepções.....	270
Quadro 7: Oliveirinha – Sazonalidade dos Nascimento/Concepções.....	271

Quadro 8: Antiga freguesia de Eixo – Sazonalidade dos nascimentos/concepções.....	272
Quadro 9: Requeixo – Sazonalidade dos nascimentos/concepções.....	274
Quadro 10: Nariz – Sazonalidade dos nascimentos/concepções.....	275
Quadro 11: Fermentelos – Sazonalidade dos nascimentos/concepções.....	276
Quadro 12: Antiga freguesia de Requeixo – Sazonalidade dos nascimentos/concepções.....	277
Quadro 13: Eirol – Sazonalidade dos nascimentos/concepções.....	279
Quadro 14: Antigo concelho de Eixo – Sazonalidade dos nascimentos/concepções	280
Quadro 15: Freguesias do antigo concelho (índices) – 1590-1910.....	282
Quadro 16: Antiga freguesia de Eixo - movimento geral dos óbitos registados	288
Quadro 17: Antiga freguesia de Requeixo - movimento geral dos óbitos registados.....	289
Quadro 18: Movimento geral dos óbitos registados em todas as freguesias	290
Quadro 19: Movimento geral dos óbitos no antigo concelho de Eixo (1590-1910).....	292
Quadro 20: Movimento dos óbitos de menores de 7 anos (1850-1910) – freguesias.....	293
Quadro 21: Movimento dos óbitos de menores de 7 anos (1850-1910) – antigas freguesias e antigo concelho	294
Quadro 22: Movimento dos óbitos de maiores de 7 anos – antigas freguesias (1850-1910) ..	296
Quadro 23: Movimento dos óbitos de maiores de 7 anos (antigas freguesias e antigo concelho)	297

Capítulo VI – A Nupcialidade

Quadro 1: Idade Média ao 1º casamento – homens (por gerações).....	308
Quadro 2: Homens – Idade média ao 1º casamento por períodos.....	310
Quadro 3: Idade média ao 1º casamento – Mulheres (por gerações).....	311
Quadro 4: Mulheres – Idade média ao 1º casamento por períodos	312
Quadro 5: Homens – Idade média ao 1º casamento (análise transversa).....	314
Quadro 6: Homens – Idade média ao 1º casamento por períodos (transversa)	315
Quadro 7: Mulheres – Idade média ao 1º casamento (análise transversa).....	316
Quadro 8: Mulheres – Idade média ao 1º casamento por períodos (transversa).....	317
Quadro 9: Repartição por grupos de idades ao 1º casamento – homens (valores absolutos) ..	324
Quadro 10: Repartição proporcional por grupos de idades ao 1º casamento – homens	324
Quadro 11: Repartição por grupos de idades ao 1º casamento – mulheres (val. absolutos) ..	326
Quadro 12: Repartição proporcional por grupos de idades ao 1º casamento – mulheres	326
Quadro 13: Antigo concelho – Idades combinadas ao 1º casamento (valores absolutos).....	329
Quadro 14: Antigo concelho (Eixo) – Idades combinadas ao primeiro casamento (%)	330
Quadro 15: Casamentos entre indivíduos dos mesmos escalões etários por freguesia.....	331
Quadro 16: Casamentos entre indivíduos dos mesmos escalões etários agregados em unidades maiores (%)	332
Quadro 17: Antigas freguesias – diferenças de idade ao casamento (%).....	333
Quadro 18: Antigo concelho de Eixo – diferenças de idade ao casamento (%).....	333
Quadro 19: Estado civil ao casamento	336

Quadro 20: Antigo concelho de Eixo – Estado civil combinado dos nubentes.....	337
Quadro 21: Idade média combinada das mulheres ao casamento	339
Quadro 22: Duração média dos primeiros casamentos.....	341
Quadro 23: O recasamento dos viúvos.....	342
Quadro 24: Frequência do recasamento segundo a idade à viuvez	343
Quadro 25: Intervalo médio a um novo casamento (meses).....	344
Quadro 26: Idades ao recasamento.....	346
Quadro 27: Idade média ao recasamento.....	347
Quadro 28: Idade média combinada segundo o estado civil anterior.....	349
Quadro 29: Celibato definitivo – análise por gerações	350
Quadro 30: Celibato definitivo – Análise transversa	351

Capítulo VII – A Fecundidade

Quadro 1: Taxas de fecundidade legítima por grupos de idades e descendência teórica (observações decenais)	358
Quadro 2: Taxas de fecundidade legítima por grupos de idade e descendência teórica.....	359
Quadro 3: Taxas de fecundidade legítima por duração do matrimónio.....	362
Quadro 4: Taxas de fecundidade legítima por duração do casamento (totais por períodos)...	363
Quadro 5: Taxas de fecundidade legítima por duração do casamento e idades ao matrimónio	364
Quadro 6: Taxas de fecundidade legítima segundo a idade ao casamento.....	365
Quadro 7: Idade média da mãe ao nascimento do último filho por grupos de idade	369
Quadro 8: Número de filhos por família	370
Quadro 9: Ausência de filhos segundo a idade ao casamento.....	372
Quadro 10: Número de filhos por família segundo a idade ao casamento da mulher.....	374
Quadro 11: Número médio de filhos por família segundo a idade ao casamento.....	374
Quadro 12: Intervalos protogenésicos	376
Quadro 13: Intervalos protogenésicos comparados de paróquias do distrito de Aveiro	377
Quadro 14: Primeiro intervalo intergenésico médio (em meses).....	379
Quadro 15: Intervalos intergenésico sucessivos (em meses)	380
Quadro 16: Concepções pré-nupciais segundo a idade ao casamento da mulher.....	381
Quadro 17: Concepções pré-nupciais.....	383

Capítulo VIII – Ilegitimidade e Expostos

Quadro 1: Ilegitimidade na Europa	393
Quadro 2: Ilegitimidade em Eixo por década (%)	396
Quadro 3: Ilegitimidade em Oliveirinha por décadas (%)	399
Quadro 4: Ilegitimidade em Requeixo por décadas (%)	401

Quadro 5: A evolução da ilegitimidade em Nariz por décadas (%)	402
Quadro 6: Ilegitimidade em Fermentelos por décadas (%)	403
Quadro 7: Ilegitimidade em Eirol por décadas (%)	405
Quadro 8: Evolução da ilegitimidade no antigo concelho de Eixo (por décadas).....	406
Quadro 9: Mães com filhos ilegítimos	409
Quadro 10: Idade da mulher ao nascimento do primeiro filho ilegítimo por grupos de idade ..	411
Quadro 11: Estado civil das mães de ilegítimos	413
Quadro 12: Estado civil das mães de filhos ilegítimos naturais do concelho	415
Quadro 13: Evolução da situação das mães solteiras naturais do antigo concelho.....	415
Quadro 14: Tempo médio de espera de uma mãe solteira até ao casamento.....	416
Quadro 15: Intervalo em meses entre o nascimento do único filho ilegítimo e o casamento .	417
Quadro 16: Destino dos filhos ilegítimos.....	418
Quadro 17: Baptismos, ilegítimos e expostos na antiga freguesia de Eixo (por décadas).....	422
Quadro 18: Baptismos, ilegítimos e expostos na antiga freguesia de Requeixo (por décadas)	
.....	423
Quadro 19: Baptismos, ilegítimos e expostos no antigo concelho de Eixo (por décadas).....	424
Quadro 20: Locais de abandono de crianças no antigo concelho de Eixo.....	426

Capítulo IX – A mortalidade

Quadro 1: Naturais da freguesia de Eixo com destino conhecido ou não.....	438
Quadro 2: Naturais da freguesia de Oliveirinha com destino conhecido ou não.....	439
Quadro 3: Naturais da freguesia de Requeixo com destino conhecido ou não.....	439
Quadro 4: Naturais da freguesia de Nariz com destino conhecido ou não	440
Quadro 5: Naturais da freguesia de Fermentelos com destino conhecido ou não.....	440
Quadro 6: Naturais da freguesia de Eirol com destino conhecido ou não.....	441
Quadro 7: Naturais do antigo concelho de Eixo com destino conhecido ou não	441
Quadro 8: Quocientes de mortalidade infantil nas freguesias do antigo concelho de Eixo.....	444
Quadro 9: Quocientes de mortalidade infantil no antigo concelho de Eixo	445
Quadro 10: Mortalidade infantil comparada (‰).....	447
Quadro 11: Mortalidade entre 1 e 4 anos no antigo concelho de Eixo (‰).....	449
Quadro 12: Mortalidade entre os 5 e os 9 anos no antigo concelho de Eixo (‰)	450
Quadro 13: Mortalidade entre os 10 e os 14 anos no antigo concelho de Eixo	451
Quadro 14: Quocientes de mortalidade adulta	455
Quadro 15: Tabelas de mortalidade geral e esperança de vida.....	459
Quadro 16: Mortalidade e esperança de vida de indivíduos casados, por períodos.....	461
Quadro 17: Fermentelos – Tábua de mortalidade por gerações 1860-1879 (Homens).....	463
Quadro 18: Fermentelos – Tábua de mortalidade por gerações 1860-1879 (Mulheres)	464
Quadro 19: Fermentelos – Tábua de mortalidade por gerações 1860-1879.....	464
Quadro 20: Esperança de vida em freguesias do distrito de Aveiro.....	470
Quadro 21: Esperança de vida dos 25-29 anos em várias regiões de Portugal	472

Quadro 22: Resumo da intensidade das crises de mortalidade até 1670.....	478
Quadro 23: Resumo da intensidade das crises de mortalidade 1673-1760.....	483
Quadro 24: Resumo da intensidade das crises de mortalidade 1760-1820.....	495
Quadro 25: Resumo da intensidade das crises de mortalidade 1821-1904.....	504
Quadro 26: Óbitos de maiores de 7 anos (valores absolutos).....	510
Quadro 27: Resumo das crises de mortalidade de menores de 7 anos	518
Quadro 28: Óbitos de menores de 7 anos – valores absolutos.....	520
Quadro 29: Óbitos totais da população no seu conjunto (1849-1910)	524
Quadro 30: Crises de mortalidade para o conjunto da população (1855-1904).....	525

Capítulo X – A mobilidade

Quadro 1: Origem dos nubentes (valores absolutos)	540
Quadro 2: Origem dos nubentes (valores relativos)	540
Quadro 3: Naturalidade das mães com filhos ilegítimos.....	544
Quadro 4: Oliveirinha – Distribuição da mobilidade.....	554
Quadro 5: Fermentelos – Distribuição da mobilidade.....	554

Índice de Gráficos

Capítulo III – Território, povoamento e população

Gráfico 1: Fermentelos – fogos e população segundo os róis de confessados	165
Gráfico 2: Evolução em valores absolutos da população das freguesias do antigo concelho de Eixo segundo os censos de 1864 e seguintes.....	177

Capítulo IV – Os movimentos gerais da população

Gráfico 1: Movimento global dos registos de Eixo.....	183
Gráfico 2: Movimento global dos registos em Oliveirinha.....	184
Gráfico 3: Movimento global dos registos da antiga freguesia de Eixo reconstituída	185
Gráfico 4: Movimento global dos registos de Requeixo.....	186
Gráfico 5: Movimento global dos registos de Nariz.....	187
Gráfico 6: Movimento global dos registos de Fermentelos.....	188
Gráfico 7: Movimento global dos registos de Requeixo reconstituído.....	189
Gráfico 8: Movimento global dos registos de Eirol.....	190
Gráfico 9: Movimento global dos registos no antigo concelho de Eixo (sem Eirol).....	190
Gráfico 10: Eixo e Requeixo – Números proporcionais de baptismos registados (1800 = 100)	191
Gráfico 11: Eixo e Requeixo – Números proporcionais de óbitos registados (1800 = 100).....	192
Gráfico 12: Eixo e Requeixo – Números proporcionais de casamentos registados (1800 = 100)	193
Gráfico 13: Movimento dos baptismos registados em Eixo.....	194
Gráfico 14: Movimento dos baptismos registados em Oliveirinha.....	197
Gráfico 15: Movimento dos baptismos registados na antiga freguesia de Eixo	199
Gráfico 16: Movimento dos baptismos registados em Requeixo.....	200
Gráfico 17: Movimento dos baptismos registados em Nariz.....	203
Gráfico 18: Movimento dos baptismos registados em Fermentelos.....	203
Gráfico 19: Movimento dos baptismos registados na antiga freguesia de Requeixo reconstituída.....	204
Gráfico 20: Movimento dos baptismos registados em Eirol.....	205
Gráfico 21: Movimento dos baptismos registados no antigo concelho de Eixo (sem Eirol)....	207
Gráfico 22: Movimento dos casamentos registados em Eixo	209
Gráfico 23: Movimento dos casamentos registados em Oliveirinha	211
Gráfico 24: Movimento dos casamentos registados em Eixo reconstituído	212
Gráfico 25: Movimento dos casamentos registados em Requeixo.....	213
Gráfico 26: Movimento dos casamentos registados em Nariz.....	215

Gráfico 27: Movimento dos casamentos registados em Fermentelos	216
Gráfico 28: Movimento de casamentos em Requeixo reconstituído.....	217
Gráfico 29: Movimento dos casamentos registados em Eirol.....	218
Gráfico 30: Movimento dos casamentos registados no antigo concelho (sem Eirol)	219
Gráfico 31: Movimento dos óbitos registados em Eixo	222
Gráfico 32: Movimento dos óbitos registados em Oliveirinha.....	223
Gráfico 33: Movimento dos óbitos registados na freguesia de Eixo reconstituída	225
Gráfico 34: Movimento dos óbitos registados em Requeixo.....	226
Gráfico 35: Movimento dos óbitos registados em Nariz.....	227
Gráfico 36: Movimento dos óbitos registados em Fermentelos.....	228
Gráfico 37: O movimento dos óbitos em Requeixo reconstituído.....	229
Gráfico 38: Movimento dos óbitos registados em Eirol.....	230
Gráfico 39: Movimento dos óbitos registados no antigo concelho de Eixo (sem Eirol).....	231

Capítulo V – A sazonalidade

Gráfico 1: Distribuição mensal dos casamentos na freguesia de Eixo.....	241
Gráfico 2: Distribuição mensal dos casamentos em Oliveirinha e Eixo (1850-1910).....	243
Gráfico 3: Eixo com e sem Oliveirinha – distribuição mensal dos casamentos.....	244
Gráfico 4: Distribuição mensal dos casamentos em Requeixo.....	245
Gráfico 5: Distribuição mensal dos casamentos em Nariz	246
Gráfico 6: Distribuição dos casamentos em Fermentelos	246
Gráfico 7: Distribuição dos casamentos na antiga freguesia de Requeixo.....	247
Gráfico 8: Distribuição dos casamentos em Eirol	248
Gráfico 9: Distribuição mensal dos casamentos no antigo concelho de Eixo (sem Eirol).....	249
Gráfico 10: Distribuição dos casamentos pelas antigas freguesias do concelho	250
Gráfico 11: Distribuição mensal dos casamentos por freguesia (1850-1910).....	251
Gráfico 12: Sazonalidade dos casamentos em freguesias da Beira Litoral	253
Gráfico 13: Eixo – Sazonalidade dos Nascimentos (Índices)	270
Gráfico 14: Oliveirinha – Sazonalidade dos nascimentos (índices).....	271
Gráfico 15: Antiga freguesia de Eixo (reconstituída) – sazonalidade dos nascimentos (Índices)	273
Gráfico 16: Requeixo – Sazonalidade dos nascimentos (índices).....	274
Gráfico 17: Nariz – Sazonalidade dos nascimentos (índices)	276
Gráfico 18: Fermentelos – Sazonalidade dos nascimentos (índices).....	277
Gráfico 19: Antiga freguesia de Requeixo (reconstituída) – Sazonalidade dos nascimentos (índices).....	278
Gráfico 20: Eirol – Sazonalidade dos nascimentos (índices).....	279
Gráfico 21: Antigo concelho de Eixo – Sazonalidade dos nascimentos (índices).....	281
Gráfico 22: Freguesias do antigo concelho – 1590-1910	283
Gráfico 23: Antiga freguesia de Eixo - movimento geral dos óbitos registados	288

Gráfico 24: Antiga freguesia de Requeixo – movimento geral dos óbitos registados	290
Gráfico 25: Movimento geral dos óbitos registados em todas as freguesias	291
Gráfico 26: Movimento geral dos óbitos no antigo concelho de Eixo (1590-1910)	292
Gráfico 27: Movimento dos óbitos de menores de 7 anos (1850-1910) – freguesias	293
Gráfico 28: 1850-1910 - Movimento dos óbitos de menores de 7 anos (antigas freguesias e antigo concelho)	295
Gráfico 29: Movimento dos óbitos de maiores de 7 anos – antigas freguesias (1850-1910)...	296
Gráfico 30: Movimento dos óbitos de maiores de 7 anos (antigas freguesias e antigo concelho)	297

Capítulo VI – A Nupcialidade

Gráfico 1: Homens – Idade média ao primeiro casamento.....	309
Gráfico 2: Mulheres – Idade média ao primeiro casamento	312
Gráfico 3: Homens – Idade média ao casamento (análise transversa).....	314
Gráfico 4: Mulheres – Idade média ao casamento (análise transversa).....	317
Gráfico 5: Repartição proporcional por grupos de idades ao 1º casamento – homens	325
Gráfico 6: Repartição proporcional por grupos de idades ao 1º casamento – mulheres	327

Capítulo VII – A Fecundidade

Gráfico 1: Evolução da descendência teórica.....	358
Gráfico 2: Evolução das taxas de fecundidade legítima por grupos de idade no antigo concelho de Eixo.....	359
Gráfico 3: Evolução da descendência por duração do casamento.....	362
Gráfico 4: Taxas de fecundidade legítima segundo a idade ao casamento (1650-1709)	366
Gráfico 5: Taxas de fecundidade legítima segundo a idade ao casamento (1710-1749)	366
Gráfico 6: Taxas de fecundidade legítima segundo a idade ao casamento (1750-1799)	367
Gráfico 7: Taxas de fecundidade legítima segundo a idade ao casamento (1800-1849)	367
Gráfico 8: Taxas de fecundidade legítima segundo a idade ao casamento (1850-1880)	368
Gráfico 9: Evolução do número de filhos por família (%).....	371

Capítulo VIII – Ilegitimidade e Expostos

Gráfico 1: Evolução da ilegitimidade em Eixo e Oliveirinha por décadas (%).....	400
Gráfico 2: Evolução da ilegitimidade na antiga freguesia de Requeixo por décadas (%)	405
Gráfico 3: Evolução da ilegitimidade por décadas (%)	407
Gráfico 4: Mães com filhos ilegítimos (%).....	409
Gráfico 5: Idade da mulher ao nascimento do primeiro filho ilegítimo por grupos de idades (%)	411
Gráfico 6: Ilegítimos e expostos comparados (%)	425

Capítulo IX – A mortalidade

Gráfico 1: Evolução da mortalidade infantil nas freguesias do antigo concelho de Eixo (‰) ..	445
Gráfico 2: Evolução dos quocientes de mortalidade adulta feminina (datas completas)	456
Gráfico 3: Fermentelos – Esperança de vida (1860-1879)	465
Gráfico 4: Crise de 1749-1750 - antigas freguesias de Eixo, Requeixo e no antigo concelho.	492
Gráfico 5: 1833-1834 - Evolução do volume de óbitos, em tempo de crise nas antigas freguesias de Eixo e Requeixo	508
Gráfico 6: 1854-1857 - Evolução mensal dos óbitos de maiores	511
Gráfico 7: Intensidade das crises de mortalidade de maiores de 7 anos em Eixo	513
Gráfico 8: Intensidade das crises de mortalidade de maiores de 7 anos em Oliveirinha	514
Gráfico 9: Intensidade das crises de mortalidade de maiores de 7 anos em Requeixo	514
Gráfico 10: Intensidade das crises de mortalidade de maiores de 7 anos em Nariz	515
Gráfico 11: Intensidade das crises de mortalidade de maiores de 7 anos em Fermentelos....	515
Gráfico 12: Intensidade das crises de mortalidade de maiores de 7 anos em Eirol	516
Gráfico 13: Intensidade das crises de mortalidade de maiores de 7 anos na antiga freguesia de Eixo (escala de Dupaquier)	516
Gráfico 14: Intensidade das crises de mortalidade de maiores de 7 anos na antiga freguesia de Requeixo (escala de Dupaquier).....	517
Gráfico 15: Intensidade das crises de mortalidade de maiores de 7 anos no antigo concelho de Eixo, sem Eirol (escala de Dupaquier).....	517
Gráfico 16: Intensidade das crises de mortalidade do conjunto da população da antiga freguesia de Eixo.....	528
Gráfico 17: Intensidade das crises de mortalidade do conjunto da população da antiga freguesia de Requeixo	528
Gráfico 18: Intensidade das crises de mortalidade do conjunto da população do antigo concelho de Eixo.....	529

Índice de Mapas

Capítulo III – Território, povoamento e população

<i>Mapa 1: Evolução do litoral aveirense</i>	<i>96</i>
<i>Mapa 2: A região do antigo concelho de Eixo.....</i>	<i>100</i>
<i>Mapa 3: Rede viária e fluvial do distrito de Aveiro no século XVIII.....</i>	<i>105</i>
<i>Mapa 4: As freguesias do antigo concelho de Eixo e a Diocese de Aveiro.....</i>	<i>124</i>
<i>Mapa 5: A doação da Infanta D. Joana a Jorge Silva.....</i>	<i>140</i>

Índice de Figuras

Capítulo II – A técnica e o método

<i>Figura 1: Menu inicial do Brother's Keeper para Windows v.5.2</i>	<i>73</i>
<i>Figura 2: Introdução de pais e avós.....</i>	<i>74</i>
<i>Figura 3: Família já em estado adiantado de reconstituição</i>	<i>77</i>
<i>Figura 4: Visualização da árvore genealógica de um indivíduo.....</i>	<i>78</i>
<i>Figura 5: Pesquisa simples de indivíduo.....</i>	<i>80</i>
<i>Figura 6: Busca de indivíduo por campos.....</i>	<i>82</i>
<i>Figura 7: Escolha por campos de pesquisa</i>	<i>83</i>